Perspetivas económicas em África 2017

TEMA ESPECIAL:

Empreendedorismo e industrialização



AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP

OECD DEVELOPMENT CENTRE

Empowered lives.
Resilient nations.

Perspetivas económicas em África 2017

EMPREENDEDORISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO

As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente as posições oficiais do Banco Africano de Desenvolvimento, de seus conselhos de administração ou dos países que eles representam; da OCDE, de seu Centro de Desenvolvimento ou de seus países membros; nem do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento.

Este documento e quaisquer dados e mapas aqui incluídos foram elaborados sem prejuízo do status ou soberania de qualquer território, da delimitação de limites e fronteiras internacionais e do nome de qualquer território, cidade ou área.

ISBN 978-92-64-27869-1 (impresso)
ISBN 978-92-64-27870-7 (PDF)

http://dx.doi.org/10.1787/9789264278707-pt

Fotografias: Design da capa pelo Banco Africano de Desenvolvimento baseada na imagem de Shutterstock.com.

As erratas das publicações da OCDE podem ser acedidas online em: *www.oecd.org/about/publishing/corrigenda.htm*.

© African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme (2017).

Você pode copiar, baixar ou imprimir este material para seu próprio uso, e você pode incluir trechos desta publicação em seus próprios documentos, apresentações, blogs, sites e materiais didácticos de ensino, após reconhecimento da AfDB, OCDE e UNDP como como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a *rights@oecd.org*. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), *info@copyright.com*, ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) *contact@cfcopies.com*.

Prefácio

O relatório anual *Perspetivas económicas em África* (PEA) monitora o estado atual do continente por meio de uma abordagem colaborativa. O PEA avalia a recente situação económica e social em África, projeta a evolução provável para o futuro próximo e explora um tema especial relativo à estrutura das economias africanas. O PEA 2017, a 16ª edição do relatório, examina o empreendedorismo e a industrialização em África. O relatório é o produto de uma parceria única entre três organizações internacionais: o Banco Africano de Desenvolvimento, o Centro de Desenvolvimento da OCDE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O PEA 2017 é composto por três partes. A Parte I observa o desempenho macroeconómico, o financiamento, as políticas comerciais e a integração regional, o desenvolvimento humano, bem como a governação em África. A Parte II explica de que forma um melhor empreendedorismo contribui para a industrialização africana e oferece políticas para esse efeito. A Parte III resume o desempenho de cada país africano; na cópia impressa do relatório, figura uma versão condensada.

O anexo estatístico contém 26 tabelas que comparam os indicadores económicos, sociais e políticos em todos os 54 países africanos. Pela primeira vez, estas são publicadas apenas on-line, permitindo atualizações ao longo do ano.

O PEA apresenta uma análise rigorosa e independente e dados destinados a um público amplo. Mais de 150 investigadores, economistas, estatísticos, e outros especialistas de África e de outras regiões do mundo contribuem para este relatório. Esses se baseiam em dados de diversas fontes, incluindo serviços nacionais de estatística, ministérios, instituições multilaterais de desenvolvimento, a sociedade civil e os meios de comunicação social. Esta compilação valiosa, que é relevante para questões de políticas públicas, pode prestar informações aos decisores políticos, consultores, analistas empresariais, atores do setor privado, jornalistas, organizações não governamentais e cidadãos empenhados em todo o mundo relativamente aos fatores que moldam a trajetória do desenvolvimento de África.

O PEA 2017 encontra-se disponível em diversas edições e formatos. O relatório completo está publicado em inglês e em francês e é produzida uma versão abreviada em português. Todas as versões estão disponíveis tanto em cópia impressa como em formato eletrónico. O relatório dispõe de um website dedicado: www.africaneconomicoutlook.org, que contém estas edições e as anteriores. O site inclui também 54 notas de país na íntegra na sua língua original e as respetivas figuras e tabelas, juntamente com as 26 tabelas estatísticas.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Editorial

A 16ª edição do *Perspetivas económicas em África* evidencia o facto de que o desempenho económico africano está a refletir os perigos da economia global. O crescimento real do PIB da região abrandou para 2.2% em 2016, devido sobretudo à contínua queda nos preços das matérias-primas e ao fraco crescimento económico mundial. A África Oriental foi a região que registou o mais rápido crescimento, com 5.3% de crescimento real do PIB, seguida do Norte de África, com 3%. O crescimento nas outras regiões foi anémico, variando de um mínimo de 0.4% na África Ocidental, arrastado pela recessão na Nigéria, para 1.1% na África Austral, com a África do Sul, a maior economia da região, registando apenas 0.3% de crescimento.

Com setores privados dinâmicos, espírito empresarial e vastos recursos, África tem potencialidades para crescer mais depressa e de forma mais inclusiva. Espera-se que o crescimento médio do continente recupere para 3.4% em 2017, partindo do princípio de que a recuperação nos preços das matérias-primas seja sustentada, a economia mundial apresente melhoras e que as reformas macroeconómicas nacionais sejam consolidada. Em 2018, prevê-se que o crescimento se firme, aumentando 4.3%.

A composição do total de fluxos financeiros para África reflete o dinamismo dos seus mercados internos. Em 2017, projeta-se que os influxos atinjam quase 180 mil milhões de USD. As remessas atingirão 66.2 mil milhões de USD, subindo de 64.6 mil milhões de USD em 2016. Espera-se que os influxos de investimento direto estrangeiro ultrapassem os 57 mil milhões de USD em 2017, apoiados sobretudo por investimentos de raiz oriundos de economias emergentes. A receita fiscal continua a ser a mais importante fonte de financiamento nacional nos países africanos, todavia esta abrandou com a queda dos preços das matérias-primas. Os países africanos terão de explorar outras opções de mobilização de recursos internos para tornar as receitas menos vulneráveis à volatilidade dos preços das matérias-primas.

Desbloquear as fontes de crescimento menos voláteis de África de forma a estimular o desenvolvimento humano exigirá um maior investimento em capital humano – tal como saúde, educação e competências –, capacidades mais sólidas para diversificar o financiamento e esforços mais eficazes para promover a transformação estrutural. Apesar de uma década de progresso, 54% da população em 46 países africanos ainda vivem na pobreza. É essencial duplicar os esforços para capacitar os africanos com as competências necessárias à promoção do desenvolvimento ascendente, impulsionada pela inovação interna e pelo investimento. É por este motivo que o *Perspetivas económicas em África* se debruça este ano sobre o papel dos empresários na industrialização africana.

É fulcral ajudar os países africanos a lidar com os desafios do fraco desenvolvimento humano e da exclusão social e é precisamente esse o presente objetivo. A industrialização é uma das 5 áreas prioritárias (High 5) do Banco Africano de Desenvolvimento. Está também em linha com a proclamação por parte da União Africana da industrialização como a principal estratégia para promover uma transformação económica inclusiva e trata-se do nono Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, em julho de 2016, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a década de 2016-25 a Terceira década de desenvolvimento industrial para África; e sob a liderança da China, o G20 também acordou, em setembro de 2016, apoiar a industrialização de África como parte do seu Plano de Ação relativo à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Para reforçar este impulso, o *Perspetivas económicas em África* deste ano propõe várias medidas concretas de ação.

A industrialização de África será diferente da de outras regiões do mundo. Em primeiro lugar, os 54 países africanos são diversificados e seguirão, assim, percursos variados para a industrialização. Em segundo lugar, a industrialização não dependerá unicamente do setor da indústria transformadora, que se mantém nuns modestos 11% do PIB do continente. As políticas industriais do século XXI podem visar setores adicionais com elevadas potencialidades de crescimento, tais como a transformação agrícola e serviços de maior valor acrescentado. Em terceiro lugar, as políticas devem promover uma "industrialização verde", visto que a evolução tecnológica e as mudanças no mercado possibilitaram que se alcançasse uma industrialização com menores custos ambientais. Deveriam também ser envidados maiores esforços para garantir que são desenvolvidas infraestruturas verdes e que são acessíveis a empresas e cidadãos. Em quarto lugar, e o mais importante, a industrialização de África dependerá igualmente do crescimento sólido das empresas africanas privadas. Assim, as novas estratégias de industrialização devem tirar partido dos empresários africanos em expansão.

A cultura empresarial é vibrante, com cerca de 80% dos africanos encarando o empreendedorismo como uma boa oportunidade de carreira. O continente apresenta a maior proporção de adultos do mundo a gerir ou a lançar novas empresas, mas muitas vezes em setores onde a produtividade permanece baixa. As novas estratégias de industrialização devem concentrar-se em tirar proveito deste dinamismo e direcionar-se para as empresas privadas do continente que apresentem um rápido crescimento, as quais têm potencialidades para criar empregos de qualidade.

Para desbloquear tais enormes potencialidades e diferentes fontes de crescimento, é necessário que, mais do que nunca, haja cooperação global. Perspetivas económicas em África – produzido pelo Banco Africano de Desenvolvimento, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – visa promover dados atualizados e análises para apoiar os decisores políticos de África.

Akinwumi Ayodeji Adesina
Presidente,
Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento,
Abidjã

Angel Gurría
Secretário-Geral, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico,
Paris

Helen Clark
Administratora,
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,
Nova Iorque

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Agradecimentos

O relatório *Perspetivas Económicas em África* (PEA) foi elaborado por um consórcio de três equipas do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do Centro de Desenvolvimento da OCDE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O trabalho beneficiou da orientação geral do gabinete do Economista-Chefe e Vice-Presidente para a Governação Económica e Gestão do Conhecimento (BAD) e da supervisão direta de Abebe Shimeles (Diretor do Departamento de Política Macroeconómica, Previsão e Investigação, BAD), de Federico Bonaglia (Diretor Adjunto do Centro de Desenvolvimento, OCDE) e de Ayodele Odusola (Economista-Chefe e responsável pela Unidade de Assessoria Estratégica, Escritório Regional para a África, PNUD).

A equipa do BAD foi liderada por Anthony Simpasa. Os membros principais da equipa foram Maurice Mubila, Louis Kouakou, Anouar Chaouch e todo o Departamento de Estatística do BAD. A equipa do Centro de Desenvolvimento da OCDE foi dirigida por Henri-Bernard Solignac-Lecomte e Arthur Minsat, e a equipa do PNUD foi liderada por Angela Lusigi.

O relatório contou com contributos substanciais de Jennifer Blanke, Vice-Presidente para a Agricultura, Desenvolvimento Humano e Social, bem como de Lawrence Tawah, Ferdinand Bakoup, Stefan Muller, Thomas Viot, Mahib Cisse, Alhassane Haidara, Laura Sennet, Walter Odhiambo, Saloua Sehili, Kapil Kapoor, Emanuele Santi, Thouraya Triki e da equipa do Departamento de Política Macroeconómica, Previsão e Investigação do BAD. Na OCDE, o relatório beneficiou também dos contributos de Laurent Bossard no Clube do Sahel e da África Ocidental, de Nadine Gbossa, Johannes Jütting, Bathylle Missika, Rolando Avendano, Marcus Böhme, Lucia Cusmano, Juan De Laiglesia, Antonio Fanelli, Gaëlle Ferrant, Miriam Koreen, Adrien Lorenceau, Maria Rosa Lunati, Keiko Nowacka, Antonella Noya, Lucia Perez Villar, Jonathan Potter, Annalisa Primi, Jan Rieländer e Vicente Ruiz.

A Parte I, dedicada ao desempenho e perspetivas de África, foi redigida por Jacob Oduor, com base nas previsões fornecidas pelo Departamento de Estatística do BAD (Capítulo 1), por Lucia Wegner e Mouhamadou Sy (Capítulo 2), por Bumi Camara (Capítulo 3), por Kate Tench e Angela Lusigi (Capítulo 4) e por Bakary Traoré, Sébastien Markley, Harriet Ayernor e Ines Zebdi (Capítulo 5). Esta parte contou com a análise de dados e contributos adicionais por parte de Christine de la Maisonneuve, Richard Dutu, Ryan Jacildo, Willi Leibfritz e Thang Nguyen (Capítulo 1); de Yasmin Ahmad, Olivier Bouret, Elena Bernaldo de Quiros, Angel Melguizo, Emmanuelle Modica, Aimée Nichols, Lorenzo Pavone e Valérie Thielemans (Capítulo 2); de Laurent Bossard, Bakary Traoré, Sébastien Markley, Rodrigo Deiana e Martin Wermelinger (Capítulo 3); de Sunita Pitamber, Adamon Ndungu Mukasa, Andinet Woldemichael, Bumi Camara, Alessandra Heinemann, Keiko Nowacka e Willi Leibfritz (Capítulo 4); e de Catherine Anderson, Sara Batmanglich, Joël Boutroue, Derek Carnegie, Rachel Scott e Lisa Williams (Capítulo 5).

A Parte II, sobre empreendedorismo e industrialização, foi elaborada por Willi Leibfritz, Arthur Minsat, Thang Nguyen e Rodrigo Deiana, com o apoio de Gisely González-Peña, Palesa Thinta, Kentaro Fujimaru, Portia Maseogane e Paula Misler. John Page (Brookings Institution), Milan Brahmbhatt (World Resources Institute), Catlyne Haddaoui (New Climate Economy) e Wim Naudé (Faculdade de Gestão de Maastricht) elaboraram documentos de trabalho. Foram também recebidos contributos escritos de: Mike Herrington (Global Entrepreneurship Monitoring); Dirk Willem te Velde (Overseas Development Institute); Frank Cinque e Mario Marco Molteni (E4Impact); Saskia Vossenberg (KIT – Royal Tropical Institute/Center for Frugal Innovation in Africa, CFIA); Michael Onyango (Governo Provincial de Kisumu); Roland Portella (CADE); Samuel Mathey e Siriki Coulibaly (FAFEDE); Parminder Vir OBE (Tony Elumelu Foundation); Unidade da Juventude/Setor de Economia Urbana, UN-Habitat; e Sara Núñez Evora (Ministério do Comércio, Indústria e Assuntos da Comunidade da África Oriental, Ruanda).

Os economistas do BAD a nível nacional elaboraram as notas-país, em colaboração com as instituições parceiras e sob a supervisão geral dos Diretores-Gerais e economistas principais do BAD. Na maioria dos casos, esses colaboraram com os economistas do PNUD a nível nacional e/ou com economistas do Centro de Desenvolvimento da OCDE. O trabalho relativo às notas-país beneficiou dos contributos de consultores locais nos países selecionados. As notas-país foram redigidas pelos seguintes especialistas:

País	Autores
África do Sul	Wolassa Lawisso Kumo, Fatou Nyang Leigh e Arthur Minsat
Angola	Joel Muzima e Glenda Gallardo
Argélia	Hervé Lohoues e Tarik Benbahmed
Benim	Daniel Ndoye, Ginette Patricia Mondongou Camara e Janvier Polycape Alofa
Botswana	George J. Honde
Burkina Faso	Facinet Sylla, Amata Sangho Diabate, Alain Siri e Hervé Marie Patrice Kouraogo
Burundi	Joel Tokindang, Ernest Bamou e Arthur Rushemeza
Cabo Verde	Adalbert Nshimyumuremyi, Yannis Arvanitis e Luca Monge Roffarello
Camarões	Richard Antonin Doffonsou e Francis Jony Andrianarison
Chade	Claude N'Kodia e Daniel Gbetnkom
Comores	Alassane Diabate, El Hadji Ndji Mamadou Fall e Issa Attoumane Boina
Congo	Nouridine Kane Dia e Francis Jony Andrianarison
Congo, Rep. Dem.	Jean Marie Vianney Dabire, Ernest Bamou e Jean Amisi Mutumbi Kalongania
Côte d'Ivoire	Pascal Yembiline, Idrissa Diagne e El Allassane Baguia
Djibouti	Guy Blaise Nkamleu
Egipto	Angus Downie
Eritreia	Magidu Nyende e Frederick Mugisha
Etiópia	Edward Batte Sennoga, Admit Wondifraw Zerihun, James Wakiaga e Haile Kibret
Gabão	Dominique Puthod e Célestin Tsassa
Gâmbia	Adalbert Nshimyumuremyi, Yannis Arvanitis, Khadidiatou Gassama, Radhika Lal e Abdoulie Janneh
Gana	Eline Okudzeto, Radhika Lal e Kordzo Sedegah
Guiné	Olivier Manlan, Idrissa Diagne e Mamadou Sarifou Diao Diallo
Guiné Equatorial	Dominique Puthod
Guiné-Bissau	Yannis Arvanitis, Luca Monge Roffarello e Inacio Ie
Lesoto	Edirisa Nseera e Asha P. Kannan
Libéria	Patrick Hettinger, Moses Sichei e Stanley Kamara
Líbia	Yasmine Eita
Madagáscar	Tankien Dayo, El Hadji Ndji Mamadou Fall e Adamson Rasolofo
Malawi	Peter Mwanakatwe e Alka Bhatia
Mali	Abdoulaye Konate, Hamaciré Dicko e Becaye Diarra
Marrocos	Vincent Castel
Maurícias	Ndoli Kalumiya e Luka Jovita Okumu
Mauritânia	Marcellin Ndong Ntah, Becaye Diarra e Selma Cheikh Malainine
Moçambique	André Almeida Santos, Glenda Gallardo e Manuel Filipe
Namíbia	Martha Phiri e Alka Bhatia
Níger	Facinet Sylla, Amata Sangho Diabate e Moctar Seydou
Nigéria	Barbara Barungi, Ojijo Odhiambo e Robert Asogwa
Quénia	Walter Odero, Wilmot Reeves e Julius Chokerah
República Centro-Africana	Kalidou Diallo e David Tchuinou
Ruanda	Bernis Byamukama e Yemesrach Workie
São Tomé e Príncipe	Flavio Soares Da Gama e Idrissa Sanoussi
Senegal	Toussaint Houeninvo, Khadidiatou Gassama e Isiyaka Sabo
Serra Leoa	Jamal Zayid, Moses Sichei e Milton Korseh-Hindowa
Seychelles	Tilahun Temesgen e Roland Alcindor
Somália	Richard Walker e Salome Kimani
Suazilândia	Peninah Kariuki e Asha P. Kannan
Sudão	Suwareh Darbo e Yousif Eltahir
Sudão do Sul	Guy Blaise Nkamleu e Frederick Mugisha
Tanzânia	Chidodzie Emenuga, Prosper Charle e Rogers Dhliwayo
Togo	Carpophore Ntagunguria, Ginette Patricia Mondongou Camara e Jeanne Bougonou
Tunísia	Philippe Trape
Uganda	Vera Kintu Oling, Yemesrach Workie e Simon Peter Nsereko
Zâmbia	Peter Engbo Rasmussen, Colleen Zamba e Elda Chirwa
Zimbabwe	Mary Manneko Monyau e Amarakoon Bandara

A comissão para revisão pelos pares das notas-país foi constituída por Adamon Ndungu, Adeleke Salami, John Anyanwu, Amadou Boly, Andinet Woldemichael, Audrey Chouchane, Blessing Ose Oligbi, Bumi Camara, Carlos Mollinedo, Charlotte Karagueuzian, Chuku Chuku, Dawit Birhanu, El-Haji Mamadou Bah, Elizabeth Anyango Owiti, Eric Kere, Gilbert Galibaka, Jacob Novignon, Jacob Oduor, Jacqueline Odula, Johnathan Dastu Danlad, Kevin Lumbila, Laureline Pla, Linguere M. Mbaye, Mawuko Kokou Kponnou, Mouhamadou Sy, Nicolas Masiyandima, Oscar Pitti Rivera, Qingwei Meng, Regis Lakoue Derant, Rose Mwebaza, Sandrine Alissoutin, Thierry Kangoye, Urbain Nerry Cyrille Mballa e Zeke Geh (BAD); Rodrigo Deiana, Arthur Minsat e Thang Nguyen (OCDE); Angela Lusigi e Idrissa Diagne (PNUD).

O quadro macroeconómico e a base de dados utilizada na elaboração das previsões e do anexo estatístico foram coordenados por Mubila Maurice e Koua Louis Kouakou no BAD. As informações estatísticas para atualizar a base de dados e executar o modelo do PEA foram disponibilizadas por Anouar Chaouch, Mbiya H.K. Kadisha, Soumaila Karambiri, Doffou Marc Elisée Monsoh, Slaheddine Saidi e Jerbi Slim, do Dapartamento de Estatística do BAD. Bakary Traoré e Sébastien Markley compilaram o conjunto final de dados para a publicação, no Centro de Desenvolvimento da OCDE. Uma referência também a Patience Gogo, Veronique Aka, Abiana Nelson e Elisabeth Turner pelo apoio prestado.

O relatório contou com os contributos e comentários de um grande número de representantes dos governos africanos, de operadores do setor privado e de membros da sociedade civil; de peritos setoriais e quadros superiores de gestão da Vice-Presidência, dos departamentos de operações e dos escritórios locais do BAD; do Gabinete Regional para África e dos escritórios nacionais do PNUD; bem como dos seguintes órgãos da OCDE: Centro para o Empreendedorismo, PME, Desenvolvimento Local e Turismo; Centro de Desenvolvimento; Direção de Cooperação para o Desenvolvimento; Direção de Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais; Direção de Assuntos Financeiros e Empresariais; Direção de Governação Pública e Desenvolvimento Territorial; Direção de Ciência, Tecnologia e Inovação; Direção de Economia; Secretariado para a Relações Globais; Direção de Assuntos Públicos e Comunicações; Clube do Sahel e da África Ocidental; Direção de Estatística; e Direção de Comércio e Agricultura.

A Parte II, dedicada ao empreendedorismo e industrialização em África, baseou-se no conhecimento de especialistas internacionais convidados para a reunião de peritos do PEA 2017, realizada em Paris a 10-11 de Outubro de 2016, nomeadamente: Blandina Kilama (Repoa), Eric Bazin, Catherine Dernis (Land of African Business), Catlyne Haddaoui, Russell Austin Bishop (New Climate Economy), Christophe Angely (FERDI), Dorothy McCormick (Universidade de Nairobi), Eyerusalem Siba (Brookings Institution), Isabelle Ramdoo (Linkages and Investment), Jean-Michel Severino (Investisseurs & Partenaires), Lena Giesbert, Tabea Lakemann (GIGA Institute of African Affairs), Lucia Wegner (KIT – Royal Tropical Institute), Magena Ayyagari (Universidade George Washington), Marco Kamiya (UN HABITAT), Marie-Ange Véganzonès Varoudakis (CERDI-CNRS), Martyn Shannon (DfID), Max Cuvellier (GSMA Mobile for Development), Oa Selialia Sechada (Scoody), Olga Memedovic (UNIDO), Paul Ginies (Stratconseil), Pierre Ewenczyk (FMI), Roland Portella (CADE), Siriki Coulibaly e Samuel Mathey (FAFEDE) e Wim Naudé (Faculdade de Gestão de Maastricht).

Os capítulos temáticos contaram também com os importantes contributos de Justin Yifu Lin (Universidade de Peking), Dirk Willem te Velde (Overseas Development Institute), David Kaplan (Universidade de Cape Town), Elizabeth Glass (US Small Business Administration), Abiodun Egbetokun (National Centre for Technology Management), Thierry Giordano (FAO), José Pineda (Universidade de British Columbia), Anton Cartwright (African Centre for Cities), Felicity Proctor (Proctor Consulting), Gideon Mass (Universidade

de Coventry), Jacqueline Kew (Universidade de Cape Town), Kingston Mutsonziwa (FinMark Trust), Mikael Samuelsson (Faculdade de Economia de Estocolmo), Allon Raiz (Raizcorp), Lesley Wentworth (Southern Africa Business Forum), Edwin Bbenkele (Universidade de Joanesburgo), Akmal Abdurazakov (Universidade de Boston) e Setlakalane Molepo (South Africa's National Empowerment Fund).

A dedicação da equipa de edição de texto, tradução e revisão foi essencial para a produção deste relatório nos prazos previstos. Jill Gaston coordenou o processo editorial com Vanda Lintott e Elisabeth Turner; Delphine Grandrieux supervisionou, com Louise Schets, a produção da publicação em formato digital e na versão impressa. Aida Buendia e Pykha foram responsáveis pela conceção gráfica e paginação, e Laetitia Yattien-Amiguet e Justin Kabasele pela conceção da capa do relatório. Anne-Lise Prigent prestou apoio editorial. A versão da publicação em Língua Portuguesa foi traduzida por Ana Carvalho, Patrícia Magalhães Ferreira e Jaime Lourenço.

Um agradecimento à Alemanha (GIZ), Itália (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional) e Portugal (Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.) pelo financiamento adicional concedido ao Centro Desenvolvimento da OCDE para a edição de 2017 desta publicação.

Índice

Sumário executivo 17

PARTE I: O DESEMPENHO E AS PERSPETIVAS DE ÁFRICA 21

Capítulo 1. **Perspetivas macroeconómicas em África** 23
Em síntese 24
A resiliência do crescimento em África foi testada, mas existem bases para maior crescimento no futuro 26
A procura interna é cada vez mais importante como fator de crescimento 30
As economias com maior diversificação têm melhor desempenho regional 33
A coordenação e consistência das políticas são importantes para aliviar choques 35
Os desequilíbrios externos estão estreitamente ligados à instabilidade das políticas 37
Anexo 1.A1. Balança corrente e instabilidade das políticas em África 39
Bibliografia 42

Capítulo 2. **Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África** 45
Em síntese 46
Os fluxos privados são cada vez mais importantes no quadro do financiamento externo 48
Os investimentos em África estão a regressar ao crescimento 51
As remessas podem estimular o investimento e alavancar o empreendedorismo 62
A Ajuda Pública ao Desenvolvimento para países africanos permanece aquém dos compromissos 65
A mobilização de recursos internos ainda não corresponde às necessidades 70
Notas 75
Bibliografia 76

Capítulo 3. **Políticas comerciais e integração regional em África** 79
Em síntese 80
O comércio em África cresceu, mas é necessária uma diversificação dos produtos 82
O comércio entre os países africanos é a chave para o desenvolvimento económico sustentável 88
A evolução económica global terá, provavelmente, efeitos diversos no comércio com África 91
As comunidades regionais africanas promovem a integração e as políticas comerciais regionais, enfrentando os desafios existentes 93
O sucesso da integração regional implica medidas para ultrapassar as limitações do lado da oferta e da procura 99
Nota 103
Bibliografia 103

Capítulo 4. **Desenvolvimento humano em África** 105
Em síntese 106
O desenvolvimento humano é simultaneamente um meio e um fim 108
A situação do desenvolvimento humano em África mostra resultados positivos, apesar dos choques globais 109
O aproveitamento do dividendo demográfico em África exige investimento nas competências e na inovação 120

O investimento em saúde e nutrição continua a ser uma prioridade essencial para sustentar a produtividade, o crescimento e a resiliência ... 124
A visão comum africana para o desenvolvimento humano do continente favorece o empreendedorismo ... 128
Notas ... 130
Bibliografia ... 131

Capítulo 5. **Governação política e económica em África** ... 135
Em síntese ... 136
Os dados mais recentes sobre a governação em África apontam para uma crescente reivindicação de melhores oportunidades económicas, transparência e prestação de contas ... 138
A atual capacidade das instituições públicas de melhorarem as políticas públicas está abaixo das expectativas, o que consequentemente lhes confere credibilidade reduzida ... 145
A análise das iniciativas políticas recentes revela bons exemplos de resultados na prestação de serviços públicos, mas tal facto deve ser consolidado à medida que se progride ... 152
Bibliografia ... 161

PARTE II: EMPREENDEDORISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO ... 165

Capítulo 6. **Melhorar o empreendedorismo para impulsionar a industrialização em África** ... 167
Em síntese ... 168
A industrialização volta à agenda política económica africana ... 170
A industrialização africana exige estratégias inovadoras ... 172
Os empresários africanos oferecem elevadas potencialidades, embora inexploradas, para a industrialização ... 180
Anexo 6.A1. Evolução do valor acrescentado do total da indústria e da indústria transformadora em países africanos selecionados, 1990-2015 ... 189
Anexo 6.A2. Disponibilidade da base de dados do Global Entrepreneurship Monitor para os países africanos, 2011-16 ... 190
Notas ... 191
Bibliografia ... 192

Capítulo 7. **Criar, executar e avaliar as estratégias de industrialização africanas** ... 197
Em síntese ... 198
Os governos podem conceber estratégias de industrialização para promover o empreendedorismo ... 200
A execução e a avaliação de estratégias de industrialização ainda constituem um desafio ... 207
Anexo 7.A1. Impactos dos programas de empreendedorismo em África ... 214
Notas ... 215
Bibliografia ... 215

Capítulo 8. **Políticas de promoção do empreendedorismo para a industrialização africana** ... 219
Em síntese ... 220
A existência de políticas que facilitem a atividade dos empresários é crucial para a industrialização em África ... 222
A melhoria das competências é essencial para reforçar a capacidade empresarial africana ... 227

Os *clusters* empresariais podem ajudar ao crescimento das empresas africanas 232
Soluções de financiamento diversificadas podem canalizar recursos para empresários africanos 238
Anexo 8.A1. Viveiros ativos de *start-ups* em África 246
Notas 247
Bibliografia 248

PARTE III: NOTAS PAÍSES 257

Figuras

1.1 Crescimento económico em África, 2013-18 26
1.2 Índice dos preços das matérias-primas, mensal (2005 = 100) 27
1.3 Crescimento nos países do Norte de África afetados pela Primavera Árabe, 2013-18 28
1.4 Avaliação da situação económica em África em 2017, 1º trimestre e projeção para seis meses 29
1.5 Fatores impulsionadores do crescimento em África, 2000-18 31
1.6 Melhoria na competitividade global dos países africanos, 2011-12 e 2016-17 32
1.7 Diversificação e resiliência do crescimento em África, 2014-15 35
1.8 Correlação entre os défices orçamentais e a dívida externa nos países africanos 36
1.9 Balança corrente em África, incluindo donativos, 2013-18(p) 38
1.A1.1 Impacto da instabilidade das políticas nas contas correntes, 2013-14 41
2.1 Fluxos financeiros externos em África, 2005-17 48
2.2 Investimento direto estrangeiro em África, países ricos em recursos naturais versus países pobres em recursos naturais, 2005-17 52
2.3 Fontes de investimento em projetos de raiz em África (pelo investimento de capital), 2015-16 (cumulativo) 54
2.4 Entrada e saída de investimento de carteira em África, 2005-17 59
2.5 Fluxos de remessas em África, por região 2005-17 63
2.6 Fluxos de remessas em África, por grupo de rendimento, 2005-17 64
2.7 Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, 1997-2015 66
2.8 Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para os países africanos, por grupo de rendimento, 2005-17 67
2.9 Estrutura fiscal em África, 2005-15 70
2.10 Estrutura fiscal nos países africanos ricos em recursos naturais, 2005-15 71
2.11 Estrutura fiscal nos países africanos pobres em recursos naturais, 2005-15 71
3.1 Composição das exportações de mercadorias, África, 2000-15 83
3.2 Composição das importações de mercadorias em África, 2000-15 84
3.3 Duas medidas da diversificação das exportações dos países africanos, 2014 85
3.4 Crescimento da indústria transformadora em valor acrescentado e em percentagem das exportações totais, no mundo, na África subsariana e na Ásia do Sul, 1995-2015 86
3.5 Peso das importações de maquinaria e equipamentos de transporte no total das importações em África, 2000-15 87
3.6 Importações e exportações de serviços em África, 2005-15 88
3.7 Exportações de mercadorias do continente africano para África, China e Estados Unidos, 2000-15 89
3.8 Exportações intrarregionais em cinco regiões do mundo, em percentagem das exportações totais, 2000-15 90

3.9 Exportações intra-africanas em percentagem das exportações totais, 2000, 2005, 2010 e 2015 90
3.10 Fluxos comerciais de África com parceiros selecionados e comércio intra-africano, 2000-15 93
4.1 Níveis de desenvolvimento humano em África, por região, 1990-2015 110
4.2 Índice de Pobreza Multidimensional e suas dimensões, por região africana 111
4.3 Despesa pública em saúde e educação 112
4.4 Despesa em saúde nos países africanos, per capita, 2014 113
4.5 Despesa pública total em educação, 2010-14 114
4.6 Evolução da taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário em África, por região, 2005-14 115
4.7 Conclusão do ensino secundário nas regiões em África, por género, 2005 e 2014 116
4.8 Tendência decrescente da mortalidade materna, infantil e de menores de 5 anos em África, apesar do crescimento populacional 117
4.9 Situação do emprego nos jovens em África, 2015 118
4.10 Correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Fragilidade 120
4.11 Os 20 principais países em África por dimensões do desenvolvimento humano, 2015 121
4.12 Prevalência de subnutrição em crianças até 5 anos de idade, altura/idade 125
4.13 Prioridades de desenvolvimento humano e empreendedorismo nas Agendas 2030 e 2063 129
5.1 Classificação da sondagem sobre a satisfação relativamente aos principais serviços em África, nos países de rendimento elevado e no resto do mundo, 2013-15 141
5.2 Índice dos protestos públicos em África, 2000-16 141
5.3 Principais motivos dos protestos públicos em África: Assuntos políticos versus assuntos económicos, 2011-16 142
5.4 Os 15 principais motivos dos protestos públicos em África: Comparação entre 2011-13 e 2014-16 143
5.5 Pontuações médias de integridade “de jure” e “de facto” no mundo: Comparação entre África (em 2016) e outros 22 países (em 2011) 147
5.6 Endurecimento politico e violência civil, 1996-2016 150
5.7 Percentagem dos inquiridos insatisfeitos com a resposta do governo a vários assuntos de grande prioridade (Inquérito do Afrobarómetro 2014/15) 151
5.8 Gestão do setor público versus rácio impostos/PIB 151
5.9 Facilidade ou dificuldade no acesso a serviços públicos, de acordo com os cidadãos africanos, 2005 e 2015 153
6.1 Evolução do valor acrescentado da indústria transformadora e da indústria total em África, 1990-2015 174
6.2 Crescimento da produtividade laboral em 11 países africanos, 2000-10 176
6.3 Proporção de indústria transformadora por rendimento per capita, 1990-2015 177
6.4 As quatro revoluções industriais 177
6.5 Produto interno bruto e uso energético per capita em certos países africanos e na China, 1990-12 180
6.6 Fossos entre géneros no empreendedorismo em 18 países africanos, 2012-15 183
6.7 Composição sectorial do empreendedorismo em fase inicial em África, 2012-16 184
6.8 Tipos de atividade empresarial por empresários rurais na Etiópia, no Malawi e no Níger, 2005-13 185

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

6.9 Proporção de empresários em fase inicial que apresentaram um novo produto ou serviço, média 2011-16 185
6.10 Dimensão e idade de empresas formais em 38 países africanos 186
6.11 Prevalência de empresários motivados por oportunidades e nível de rendimento em 15 países africanos e 69 outros países, média 2011-15 187
7.1 Combinação de políticas para apoiar o empreendedorismo 206
7.2 Capacidades de gestão de políticas industriais para África, China e Vietname, 2015 211
8.1 Limitações mais comuns ao funcionamento das empresas africanas, 2015 ou ano mais recente 222
8.2 Lacuna de crédito total para micro, muito pequenas, pequenas e médias empresas formais em África, 2011 224
8.3 Média de pontuação de gestão de médias empresas de transformação por país, 2004-14 226
8.4 Experiência e educação de empresários jovens e adultos na Suazilândia, 2012 226
8.5 Proporção de alunos do ensino secundário inscritos em programas de formação profissional, 2013 ou ano mais recente 228
8.6 Proporção do fundo de maneio financiado por bancos em certos países africanos e da América Latina, 2015 ou ano mais recente 239

Tabelas

1.A1.1 Evolução macroeconómica em África, 2008-18 39
1.A1.2 Situação atual e projeções para a economia mundial, 2015-18 40
2.1 Fluxos financeiros e receitas fiscais em África, 2005-17 49
2.2 Principais destinos de investimento direto em África por valor de investimento, 2016 53
2.3 Principais empresas investidoras em África por volume de capital, 2015-16 (cumulativo) 55
2.4 Determinantes do investimento direto estrangeiro em África, 2015-16 56
2.5 Os quinze principais países recetores de remessas em África (em percentagem do PIB), 2016 62
3.1 Principais parceiros comerciais de África, por valor e posição, 2000, 2010 e 2015 82
3.2 Peso das exportações das comunidades económicas regionais africanas para as regiões parceiras (% das exportações totais) 95
5.1 Problemas mais importantes referidos pelos cidadãos africanos, por país (Inquérito Afrobarómetro 2014/15) 140
5.2 Indicadores selecionados sobre o acesso a financiamento em África, nos países de rendimento elevado e no resto do mundo, 2011-15 144
5.3 Resumo das eleições nacionais em África, 2016-18 148
5.4 Lista selecionada de iniciativas internacionais para a energia em África 156
5.5 Os 10 países mais reformadores no mundo, de acordo com o *Doing Business*, 2010-16 157
6.1 Proporções do produto interno bruto por setor nas regiões mundiais, 2014/15 173
6.A1.1 Evolução do valor acrescentado do total da indústria e da indústria transformadora em países africanos selecionados, 1990-2015 189
6.A2.1 Disponibilidade de dados dos "Inquéritos à população adulta" do *Global Entrepreneurship Monitor* para os países africanos, 2011-16 190
7.1 Estratégias nacionais de industrialização em África 201
7.2 Principais características das políticas industriais 203
7.3 Estratégias e iniciativas para promover o empreendedorismo nos países africanos 205
7.A1.1 Impactos dos programas de empreendedorismo em África 214

Sumário executivo

O relatório *Perspetivas Económicas em África (PEA) 2017* demonstra que o desempenho do continente em 2016 foi irregular no que diz respeito a indicadores económicos, sociais e de governação, embora as perspetivas para 2017 e 2018 sejam favoráveis. Esta edição do PEA analisa ao pormenor a forma como os empresários africanos podem acelerar a industrialização do continente com vista a mudar o curso do desenvolvimento, debatendo também as políticas necessárias para promover um crescimento mais sustentável e inclusivo.

África continuou a ser passar por turbulências regional e global em 2016, o que originou um maior abrandamento do desempenho em termos de crescimento. Não obstante, a perspetiva de médio prazo é positiva. O decréscimo do crescimento económico registado em 2016 pode ser atribuído a vários fatores: os baixos preços das matérias-primas, um fraco desempenho da economia mundial, uma desaceleração gradual do crescimento da China e os efeitos secundários da Primavera Árabe, agravados pelo conflito prolongado na Líbia. Enquanto os países exportadores líquidos de matérias-primas enfrentaram um ano difícil, a maioria dos países africanos não exportadores destes recursos continuaram a crescer e a consolidar os ganhos dos anos anteriores. As políticas orçamentais, monetárias e cambiais variaram em todo o continente. Os países com políticas coordenadas revelaram maior resistência aos choques.

Em 2017 e 2018, África beneficiará da subida do preço das matérias-primas, iniciada já no fim de 2016, de um aumento do consumo privado nomeadamente nos mercados internos, de uma sólida gestão macroeconómica já enraizada em muitos países, de um clima de negócios, em geral, melhor e mais favorável, e de uma estrutura económica mais diversificada, particularmente no setor dos serviços e da indústria transformadora ligeira. Embora os défices das contas correntes devam persistir em 2017, serão menores do que em 2016, se se mantiver a tendência de subida dos preços das matérias-primas. No final de 2016, o índice de preços das matérias-primas situou-se mais de 25% acima do registado no mesmo período de 2015. Os países com mais reservas e políticas mais previsíveis deverão, assim, ser capazes de enfrentar os choques decorrentes de desequilíbrios externos com efeito desestabilizador.

Em 2017, os fluxos externos totais deverão atingir 179.7 mil milhões de USD, em comparação com os 177.7 mil milhões de USD registados em 2016. O investimento direto estrangeiro (IDE) e as remessas continuam a ser as fontes mais importantes do financiamento externo em África. Prevê-se que o IDE se situe nos 57.5 mil milhões de USD, graças aos fluxos provenientes do Extremo Oriente e Médio Oriente. Os investimentos estão a diversificar-se, abrangendo mais bens de consumo e serviços, tais como serviços financeiros, de informação e telecomunicações. As remessas deverão subir em 2017, atingindo 66.2 mil milhões de USD, 2.4% acima do registado no ano anterior. Embora o aumento da quantidade e qualidade da ajuda ao desenvolvimento continue a ser fundamental nas economias frágeis e de rendimento baixo, os fluxos privados desempenharão um papel cada vez mais importante na mobilização de recursos financeiros e na promoção do desenvolvimento local e do empreendedorismo. Apesar dos esforços significativos para aumentar as receitas fiscais, estas continuarão aquém das necessidades de financiamento do continente africano.

África registou progressos na integração comercial e regional, mas o volume do comércio intra-africano continua a ser baixo. Ao longo das últimas duas décadas, o volume de comércio entre o continente africano e o resto do mundo quadruplicou. Atualmente, os parceiros comerciais do continente são também mais diversificados em termos geográficos e a cooperação regional está a ganhar força. Isto deve-se ao facto de os países africanos terem adotado políticas mais abertas, terem investido em infraestruturas e continuado

a prosseguir a integração regional. Estas realizações facilitam os negócios, uma vez que reduzem o custo e tempo necessários para transportar bens e serviços dentro dos países e entre países, para além de aumentarem a atratividade do continente enquanto parceiro do comércio global. No futuro, África deve, primeiramente, diversificar as suas exportações, com vista a reduzir a exposição aos choques nos preços das matérias-primas. Em segundo lugar, deve aproveitar melhor a capacidade do comércio intra-africano. Por último, os governos devem centrar-se em fazer avançar as iniciativas de integração regional.

Dezoito países africanos atingiram um grau de desenvolvimento humano médio a elevado e a proporção de pessoas em situação de pobreza está a diminuir. No entanto, os avanços em termos de desenvolvimento humano são lentos e desiguais. A criação de emprego e o empreendedorismo podem contribuir para a redução da pobreza. Para isso, os governos devem enfrentar as barreiras ao empreendedorismo, como a informalidade, a fragilidade e as limitadas oportunidades empresariais para jovens e mulheres. África poderá responder da melhor forma aos compromissos assumidos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063 através de uma aposta na melhoria da educação, das competências e da saúde, de um maior envolvimento dos jovens e das mulheres, bem como na promoção do uso sustentável dos recursos ambientais.

Relativamente à governação política e económica em África, os dados mais recentes mostram melhorias, mas também que ainda existem de desafios a serem superados. Os governos estão a utilizar os recursos públicos de forma mais eficiente e a prestar mais serviços sociais, devido a reformas de regulamentação e a inovações digitais. Estão a trabalhar, igualmente, na melhoria do clima de negócios para mobilizar o investimento do setor privado. No entanto, as expetativas de muitos africanos em relação a oportunidades económicas continuam a ser maiores do que as que conseguem materializar. Para apoiar as empresas e promover a inovação, é necessário que os governos aumentam o acesso à eletricidade e ao financiamento, bem como melhorem as políticas de concorrência. Além disso, o compromisso com a transparência e prestação de contas no seio das principais instituições responsáveis pela definição de políticas continua a estar aquém das expetativas dos cidadãos. O mesmo se verifica em relação ao desempenho das administrações públicas.

A promoção da industrialização está novamente presente, com renovado ímpeto e vigor, na agenda de política económica em África. A industrialização na África do século XXI exige estratégias inovadoras que abarquem todo o potencial dos seus 54 países. Em primeiro lugar, as estratégias inovadoras de industrialização devem ir para além das abordagens setoriais que se centram apenas na indústria transformadora. A industrialização do continente passa pela promoção de todos os setores económicos com potencial de elevado crescimento e de criação de emprego. Em segundo lugar, as estratégias devem incluir os empresários com elevado potencial. As start-ups e as pequenas e médias empresas com grande potencial podem complementar o crescimento das grandes empresas na realização da industrialização em África. Por último, as políticas devem promover a "industrialização verde", com menores custos ambientais. É necessário que as políticas industriais adaptem as lições aprendidas por países que já desenvolveram uma forte base industrial à especificidade do contexto africano. Uma aprendizagem mútua inovadora é essencial para a nova vaga de industrialização em África.

De que forma podem os governos africanos elaborar e implementar estratégias de industrialização eficazes? Cerca de metade dos países africanos possui estratégias para o desenvolvimento industrial que visam a criação de indústrias de mão-de-obra intensiva para impulsionar o emprego. No entanto, frequentemente, estes planos não abordam as necessidades das empresas com grande potencial de crescimento. Além disso, verifica-se uma fraca capacidade de implementação das políticas, resultando, muitas vezes,

em mandatos contraditórios de diferentes entidades governamentais. Os governos devem conceber estratégias para eliminação das restrições incontornáveis que limitam empresários com elevado potencial. A implementação de estratégias sobre produtividade requere um empenho total, uma liderança política forte e com visão, uma coordenação governamental eficiente e uma participação ativa do setor privado. O envolvimento dos governos locais pode contribuir para adaptar as políticas industriais às necessidades das empresas. Por fim, a avaliação de políticas e de seus impactos é essencial para assegurar o sucesso das políticas industriais.

O último capítulo do relatório aborda três áreas setoriais particularmente importantes para diminuir as dificuldades com que a maioria dos empresários em África se vê confrontada. Primeiro, o reforço das competências exige políticas públicas que deem prioridade à educação formal, aos programas de aprendizagem, à formação profissional e capacidades de gestão, de forma a esponder às necessidades de mercado. Segundo, as políticas que apoiam *clusters* empresariais podem contribuir para aumentar a produtividade e o crescimento das empresas, incluindo as mais pequenas. Terceiro, as políticas relativas ao mercado financeiro podem melhorar o acesso das empresas a fontes de financiamento inovadoras e personalizadas.

PARTE I
O desempenho e as perspetivas de África



Capítulo 1

Perspetivas macroeconómicas em África

Este capítulo analisa as condições macroeconómicas nas diversas regiões e países de África, bem como no continente como um todo. Salienta as tendências de crescimento verificadas no passado e projeta o crescimento para 2017-18 tendo por base as dinâmicas e choques prevalecentes ao nível global, regional e interno. Ele examina os principais fatores de crescimento, tanto do lado da oferta como da procura, e disponibiliza uma comparação regional, baseada na estrutura das economias africanas. Este capítulo analisa, igualmente, as políticas orçamental, monetária e financeira, assim como as componentes externas que sustentam o desempenho recente do crescimento e que provavelmente modelarão as trajetórias de crescimento dos países africanos no futuro.

EM SÍNTESE

Em 2016, o crescimento económico em África continuou a deteriorar-se, em particular devido à queda dos preços das matérias-primas, sendo os países exportadores destes produtos especialmente afetados. Apesar desta tendência, a maioria dos países não-exportadores de matérias-primas mantiveram um crescimento positivo. A perspetiva de crescimento em África para 2017-18 é positiva, sendo esta baseada no aumento previsto dos preços das matérias-primas e da procura interna.

A procura interna continua a impulsionar o crescimento em África. Entretanto, a melhoria da gestão macroeconómica e do ambiente de negócios, bem como uma maior diversificação contribuirão para a resiliência do crescimento africano em 2017-18.

Os países com políticas orçamentais, monetárias e cambiais mais coordenadas e consistentes são capazes de enfrentar os choques. Os países considerados seguros para os investimentos (devido, por exemplo, à coerência de políticas) conseguem acomodar maiores desequilíbrios externos durante períodos longos de turbulência, independentemente dos seus parâmetros de governação macroeconómica.

Sabia que...?

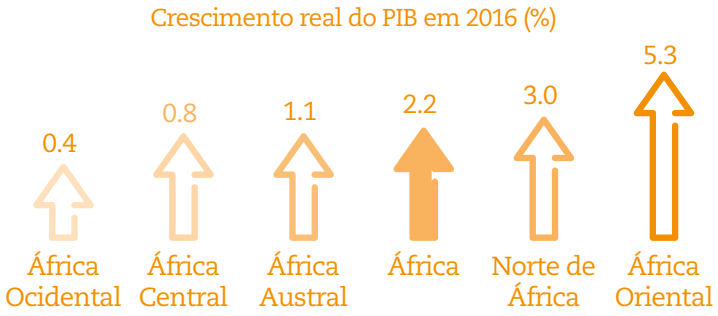
- Apesar da desaceleração económica em 2016, as perspetivas de crescimento em África são positivas, denotando uma grande resiliência, ancorada principalmente na forte procura interna.
- O crescimento em África está menos dependente dos recursos naturais e é cada vez mais propiciado pela melhoria do ambiente de negócios e da governação macroeconómica.
- O aumento da diversificação no plano estrutural veio a melhorar significativamente a capacidade do continente africano suportar choques externos.
- Perante o enfraquecimento dos parâmetros a nível macro, a estabilidade das políticas é importante para mitigar desequilíbrios externos.nomiques donnent des signes de faiblesse.

Após um abrandamento, as projeções para o crescimento africano são positivas

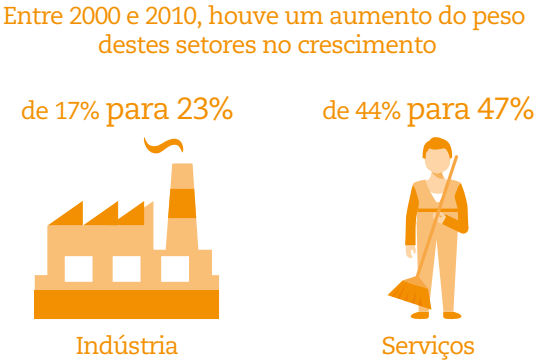


Perspetivas macroeconómicas em África

A África Oriental mantém a liderança no crescimento regional



Uma maior diversificação contribuiu para tornar o crescimento mais resiliente

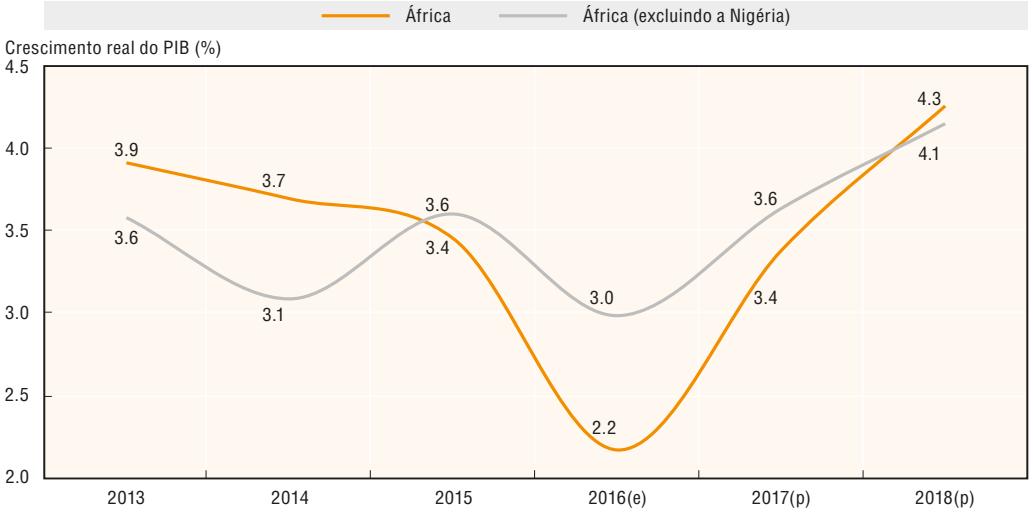


PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

A resiliência do crescimento em África foi testada, mas existem bases para maior crescimento no futuro

A queda nos preços das matérias-primas, verificada até ao início de 2016, testou a validade da narrativa sobre um continente em ascensão ("*Africa rising*"). A taxa de crescimento africano decresceu de 3.4%, em 2015, para 2.2% em 2016. Este abrandamento do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) destaca a importância de algumas grandes economias no desempenho geral de África, em 2016. A Nigéria representa 18% do PIB de África. A recessão registada no país teve, portanto, um impacto negativo maior no crescimento do PIB em África do que as recessões no Chade ou na Líbia (Figura 1.1). Apesar deste decréscimo, prevê-se que a trajetória do crescimento africano continue a demonstrar resiliência. Isto deve-se ao reforço da procura interna, à melhoria da governação macroeconómica e a um ambiente de negócios mais favorável.

Figura 1.1. **Crescimento económico em África, 2013-18**



Fonte: Adaptado do Departamento de Estatística do BAD.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474872

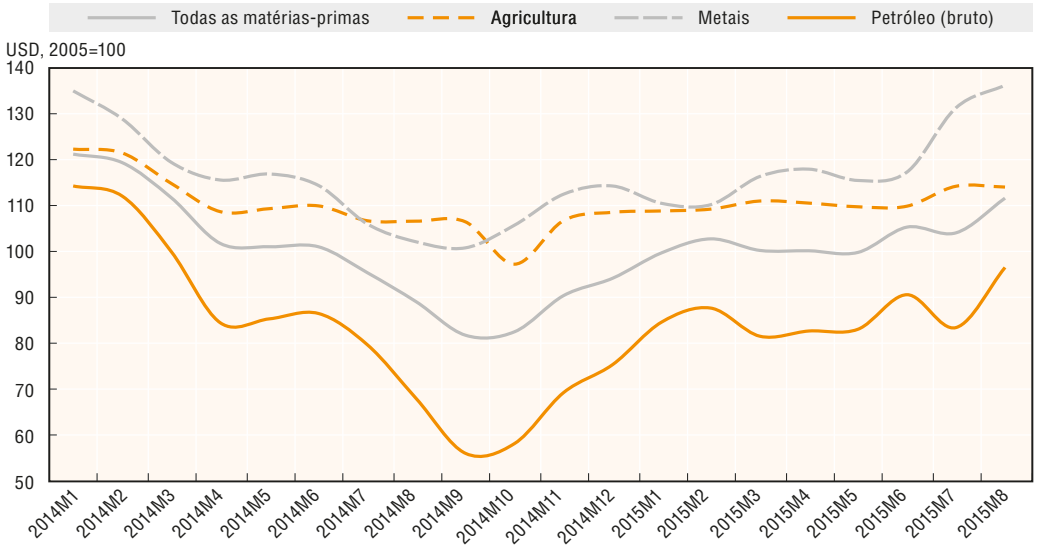
Embora a desaceleração do crescimento esteja concentrada particularmente nos países exportadores de matérias-primas, vários fatores contribuíram para um desempenho geral pouco animador em 2016. Entre estes, estão os efeitos latentes da Primavera Árabe, o abrandamento da recuperação económica global – incluindo nas economias emergentes (nomeadamente, a continuação do crescimento lento na China, atualmente um grande parceiro comercial de vários países africanos) – e os enentos de más condições climatéricas e secas em vários países do continente.

A recente queda dos preços das matérias-primas tem abrandado o crescimento

O declínio dos preços das matérias-primas, iniciado em meados de 2014, teve um impacto devastador em vários países africanos exportadores destes produtos. Os preços das matérias-primas não energéticas decresceram 6% entre 2015 e 2016, particularmente os preços dos metais e minerais. Em 2016, os preços médios dos metais estavam 6% abaixo dos verificados em 2015, principalmente devido ao enfraquecimento do crescimento na China. Os produtos agrícolas continuaram estáveis, embora o índice de preços das matérias-primas agrícolas tenha decrescido de 83 USD, em 2015, para 80 USD, em 2016, fruto da escalada dos subsídios e do aumento da produção. Os preços da energia em geral registaram uma diminuição entre 2014 e 2016. Os preços nominais do petróleo bruto

(crude), por exemplo, diminuíram de um máximo de 114.8 USD por barril, registado em junho de 2014, para um mínimo de 28.9 USD, em janeiro de 2016 (Brent, preço de mercado). O índice de petróleo bruto (Figura 1.2) caiu de 203.05 para 56.06 no mesmo período. Apesar da alta dos preços do petróleo bruto no segundo semestre de 2016, a média do preço do crude manteve-se nos 43 USD por barril, 16% abaixo do preço médio em 2015, o que afetou negativamente o desempenho do crescimento em 2016.

Figura 1.2. **Índice dos preços das matérias-primas, mensal (2005 = 100)**



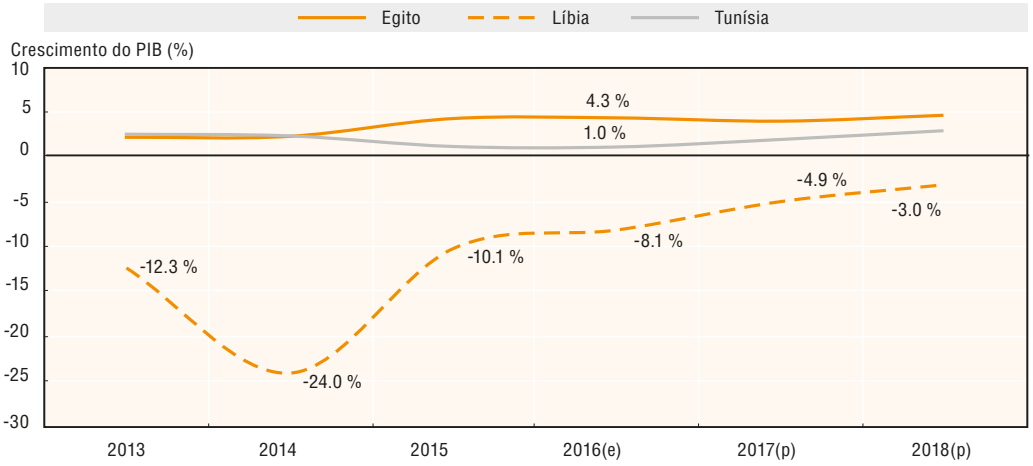
Fonte: Banco da Reserva Federal de St. Louis (2017), https://fred.stlouisfed.org /series /PALLFNFINDEXQ.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474884

A queda dos preços do petróleo pode ser atribuída a fatores do lado da oferta e da procura. Os fatores do lado da oferta incluem a produção de petróleo de xisto (shale) pelos Estados Unidos e a decisão da Arábia Saudita de aumentar a produção para manter a sua quota no mercado global. Entre os fatores do lado da procura, estão a desaceleração económica dos mercados emergentes e a queda das importações de petróleo nos Estados Unidos. Consequentemente, a taxa de crescimento nos países exportadores de petróleo, como a Argélia, Angola, Nigéria e Sudão, decresceu drasticamente, de 3.3% em 2015 para 1.6% em 2016. Em 2016, estima-se que a Líbia registe uma contração de -8.1% e a Guiné Equatorial de -8.2%, enquanto o Chade e a Nigéria deverão ter um crescimento real negativo do PIB de -3.4% e -1.5%, respetivamente. Na África do Sul, uma das maiores economias e país exportador de matérias-primas não energéticas em África, a diminuição da atividade das minas e pedreiras, entre outros fatores, resultou num fraco crescimento em 2016, na ordem dos 0.4%.

As repercussões da Primavera Árabe e as bolsas de conflito em todo o continente dificultam o crescimento

O segundo fator que prejudicou o crescimento deriva das repercussões provocadas pela Primavera Árabe, que se alastrou da Tunísia para o Egito e para a Líbia, causando uma redução significativa do crescimento na região do Norte de África. O Egito e a Tunísia recuperaram em certa medida, mas a Líbia encontra-se ainda em recessão, não obstante o crescimento ter melhorado ligeiramente, de -10.1% em 2015 para -8.1% em 2016. Esta contração foi, assim, menor do que a queda de -10.1% verificada em 2015. A deterioração continuada da economia líbia é um resultado direto da Primavera Árabe e da queda de Muammar Gaddafi, que gerou instabilidade política e reduziu a produção petrolífera, que está atualmente a um terço do seu potencial. Este problema foi ainda agravado pela falta de diversificação da economia líbia.

Figura 1.3. **Crescimento nos países do Norte de África afetados pela Primavera Árabe, 2013-18**



Fonte: Adaptado do Departamento de Estatística do BAD.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474897

Vários países africanos continuam em situação de conflito armado, o que prejudica a atividade económica, limitando consequentemente o crescimento económico. Embora o número de países afetados tenha diminuído ao longo da última década, África ainda representa a maior parte dos conflitos armados no mundo. Em 2016, o Burundi, a Líbia, o Mali, a Nigéria (Boko Haram e os Militantes do Delta do Níger), a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo, a Somália e o Sudão do Sul estavam entre os países africanos com conflitos armados ativos. Verificam-se, igualmente, bolsas de conflito nos Camarões e na Etiópia.

O crescimento económico arrasta-se, devido à lenta recuperação global e à desaceleração dos mercados emergentes

Um terceiro fator que continua a abrandar o crescimento em África é a lenta e frágil recuperação económica das economias avançadas e dos mercados emergentes, particularmente a China. As previsões efetuadas em janeiro de 2017 pelo *World Economic Outlook* do FMI (ver Tabela 1.A1.2 no Anexo 1.A1) revelam que a economia mundial expandiu-se apenas 3.1% em 2016 e que deverá existir uma modesta retoma nos anos seguintes, atingindo 3.4% em 2017 e 3.6% em 2018. As perspetivas são piores para as economias avançadas, que deverão crescer 1.6% em 2016 e depois recuperar ligeiramente para 1.9% e 2.0%, respetivamente, em 2017 e 2018. Espera-se que as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento (EMED) mantenham a sua dinâmica de crescimento, registando 4.1%, em 2016, e prevendo-se que cresçam 4.5% e 4.8%, respetivamente, em 2017 e 2018. As economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietname) impulsionam o desempenho das EMED, registando um crescimento de 6.3% em 2016 e uma previsão de 6.4%, em 2017, e de 6.3%, em 2018.

No entanto, o crescimento na China continua fraco se comparado com anos anteriores, estimando-se que desça dos 6.9% registados em 2015 para 6.7% em 2016, e diminuindo ainda mais em 2017 e 2018, com taxas de 6.5% e 6.0%, respetivamente.

A desaceleração da economia chinesa deve-se, principalmente, à transição do enfoque no investimento e na indústria transformadora para o enfoque no consumo e nos serviços. Apesar disso, o governo manifestou a intenção de continuar a aplicar um pacote de incentivos por meio de crédito barato disponibilizado, na sua maioria, por bancos públicos.

As exportações de África para as economias emergentes são compostas, principalmente, por petróleo e metais, sendo dominadas pela China, o que expõe o continente a choques ao

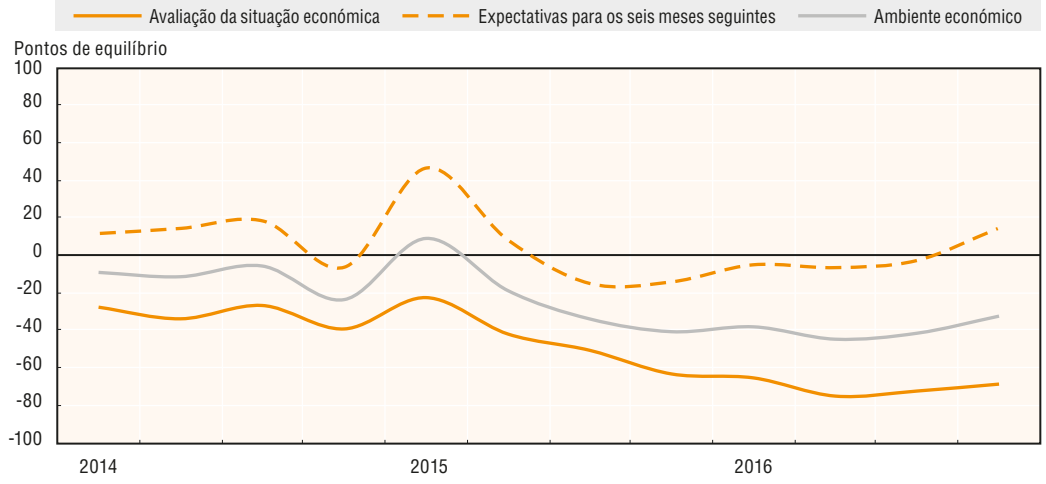
nível da procura global. Atualmente, a China é destino para 27% das exportações totais do continente africano, sendo que 83% das exportações para a China são matérias-primas de base.

O abrandamento da economia chinesa pode, igualmente, afetar as relações comerciais entre as economias africanas e países nas Américas, Ásia e Europa. A desaceleração do crescimento pode afetar os investimentos externos da China em recursos naturais na África, Ásia, Austrália e América Latina, entre outros, o que pode gerar cortes nos projetos de investimento e prejudicar o crescimento nos países de destino. Os dez principais destinos do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em África representam quase 80% do estoque total de investimento, sendo que a Nigéria e a África do Sul representam quase 50% (CNUCED, 2015).

A recuperação dos preços das matérias-primas aumenta as perspetivas de crescimento em África

As previsões do crescimento em África apontam para uma retoma moderada, atingindo 3.4% em 2017 e 4.3% em 2018, o que representa uma alta face aos 2.2% registados em 2016. Se os fatores internos continuam a ser os principais responsáveis por esta recuperação, por outro lado, o esperado aumento nos preços das matérias-primas fornece a necessária margem para colmatar os défices orçamentais e ser um catalisador do crescimento. Os preços da maioria das matérias-primas começaram a recuperar em 2016 e deverão manter uma trajetória ascendente em 2017 e 2018. Nomeadamente, os preços do petróleo começaram a subir no início de 2016 e prevê-se que atinjam 55 USD por barril, em 2017, em comparação com os 43 USD por barril registados em 2016. Este aumento dos preços do petróleo é atribuído a cortes na produção por parte de alguns países produtores de petróleo, membros e não membros da OPEP, durante o primeiro trimestre de 2017. Em dezembro de 2016, os produtores de petróleo membros e não membros da OPEP concordaram, separadamente, em reduzir a produção petrolífera em cerca de 1.8 milhões de barris por dia no primeiro semestre de 2017. No seguimento destes acordos, os preços do petróleo bruto (crude) subiram 10% no final do último trimestre de 2016, atingindo uma média de 49.1 USD por barril. Desde janeiro de 2017, os preços mantiveram-se acima dos 53 USD por barril e atingiram os 55.99 USD por barril em março de 2017. Uma análise da situação económica atual, das expectativas e do ambiente económico em África, realizada junto a participantes africanos pelo *Ifo World Economic Survey* do Ifo Institute, prevê um cenário otimista para o primeiro semestre de 2017 (Figura 1.4).

Figura 1.4. **Avaliação da situação económica em África em 2017, 1º trimestre e projeção para seis meses**



Fonte: Ifo World Economic Survey (Ifo Institute, 2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474900

No entanto, é necessária uma abordagem cautelosa, uma vez que o aumento recente dos preços do petróleo bruto pode não se manter a longo prazo. O aumento da produção nos Estados Unidos pode traduzir-se num aumento da oferta global de petróleo bruto que anule os cortes de produção da OPEP e o aumento de preços. Por outro lado, se a maioria dos membros da OPEP reduziram a produção de petróleo bruto, vários países como o Iraque, a Líbia e a Nigéria aumentaram a sua produção desde outubro de 2016. Além disso, o aumento da cotação "à vista" do petróleo, derivada dos cortes na produção, deverá estimular o investimento na produção de petróleo em 2017. Desde o início de 2014, o investimento norte-americano em petróleo de xisto (shale) diminuiu significativamente, em resposta à queda dos preços do petróleo. Consequentemente, verificou-se um decréscimo na produção de petróleo bruto nos meses seguintes. Os cortes na produção verificados dentro e fora da OPEP podem ser facilmente compensados por um aumento na produção norte-americana de petróleo de xisto, uma vez que os poços de petróleo de xisto podem começar a produzir no prazo de um ano após o investimento inicial.

A procura interna é cada vez mais importante como fator de crescimento

Embora os recursos naturais e as matérias-primas continuem a ser os maiores impulsionadores do crescimento em África, a sua importância diminuiu, enquanto os fatores internos, como a procura de bens de consumo, desempenham um papel cada vez maior para manter a resiliência das economias africanas. O consumo é impulsionado pelo crescimento da população africana e constitui um grande catalisador do empreendedorismo e do contributo dos empresários para a industrialização em África. Neste contexto, as reformas institucionais e regulamentares estão lentamente a melhorar a governação e o ambiente de negócios (ver Capítulo 5), fornecendo o necessário apoio ao crescimento.

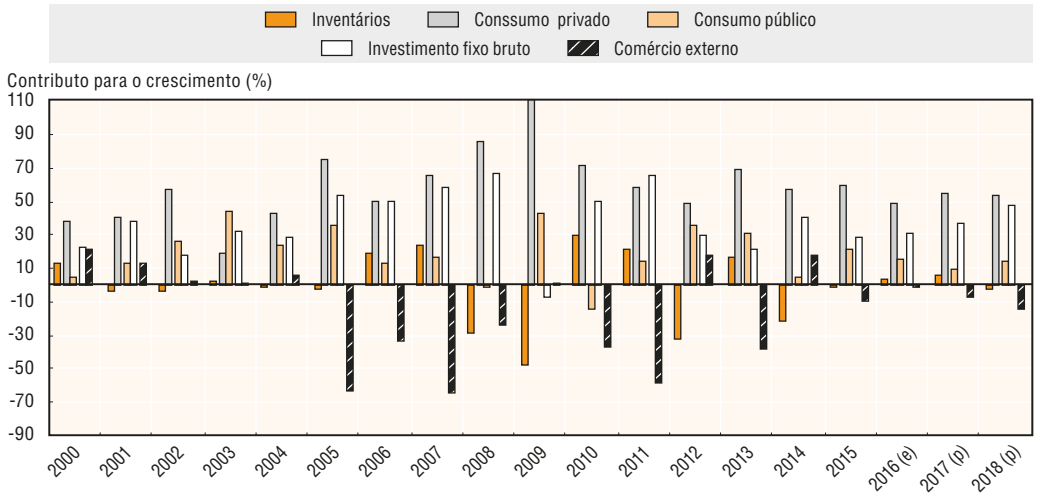
O consumo estimulado pelo crescimento populacional é uma importante fonte de resiliência

Apesar do abrandamento nas economias dos grandes exportadores de matérias-primas, os restantes países (não-exportadores de matérias-primas) têm registado taxas estáveis de crescimento do PIB nos últimos cinco anos. Com efeito, África continua a ser a segunda região com maior crescimento, a seguir à Ásia em desenvolvimento. O PIB real dos países africanos importadores de petróleo cresceu em média 3.0%, em 2016, o que é similar à taxa de crescimento de 3.3% registada no continente africano, em 2015. Os fatores internos continuam a ter um papel proeminente no crescimento de África, em especial o consumo privado. Além disso, o aumento dos investimentos em infraestruturas públicas veio consolidar a importância da procura interna enquanto âncora para a resiliência do crescimento africano. Tanto o consumo privado como o consumo público (maioritariamente investimentos em infraestruturas públicas) desempenham um papel fundamental no crescimento do PIB (Figura 1.5). Em 2016, estes dois componentes juntos representavam mais de 60% do PIB, com o contributo do consumo privado a aumentar gradualmente desde 2003.

Entre 2010 e 2016, o consumo privado aumentou, em média, 3.7%, e deverá manter um crescimento médio de 3.5%, em 2017-18. Um dos principais fatores impulsionadores do aumento do consumo no continente africano é o crescimento populacional (atualmente de mil milhões) e a expansão da classe média (estimada em 350 milhões de pessoas), sendo que África deverá representar cerca de 20% da população mundial em 2050 (McKinsey Global Institute, 2016). Prevê-se que o crescimento populacional gere um aumento das despesas de consumo de 680 mil milhões de USD, registados em 2008, para 2.2 biliões de USD até 2030. O aumento do poder de compra da classe média representa uma grande fonte potencial de prosperidade no continente.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Figura 1.5. **Fatores impulsionadores do crescimento em África, 2000-18**



Fonte: Adaptado do *World Development Indicators* 2016 e previsões do autor.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474913

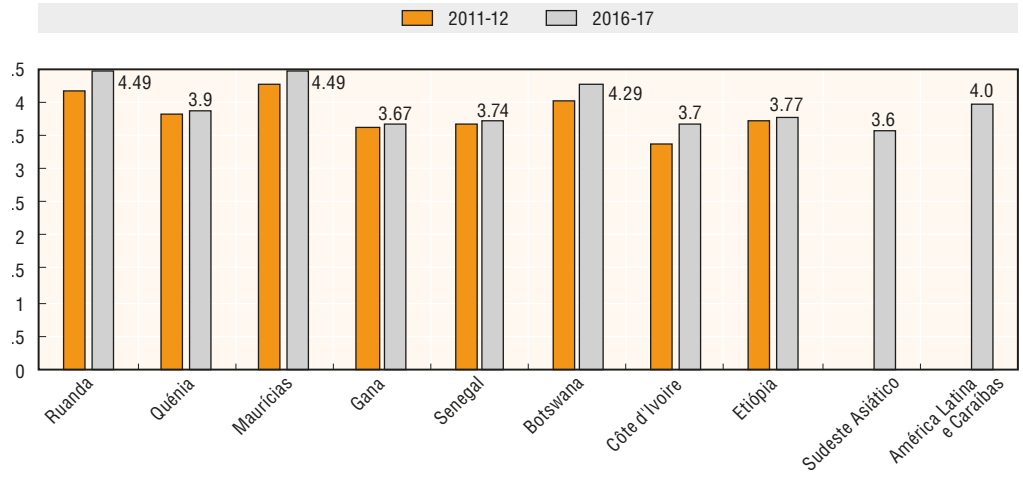
O ritmo dos investimentos em infraestruturas públicas tem crescido em África

A constatação de que o desenvolvimento de África é prejudicado por uma enorme lacuna ao nível das infraestruturas (estimada em cerca de 50 mil milhões de USD por ano) levou a que os países africanos acelerassem os investimentos em projetos de infraestruturas públicas. Aproximadamente 645 milhões de pessoas na África subsariana não têm acesso à eletricidade e apenas um terço dos habitantes nas zonas rurais vivem a menos de 2 kms de uma estrada utilizável todo o ano, comparando com dois terços no total das regiões em desenvolvimento. Os investimentos públicos atingiram 3% do PIB em 2014 e espera-se que continuem a este nível ao longo dos próximos cinco anos.

As reformas da governação macroeconómica e empresarial estão a consolidar-se no continente

A resiliência do crescimento em África baseia-se na melhoria do ambiente de negócios e da governação, que são consequência de reformas ambiciosas recentes. O continente fez progressos firmes na governação e na gestão dos recursos e instituições públicas, e continua a fazê-lo. África tem agora melhores classificações em termos de governação democrática e Estado de direito do que no passado, o que é fundamental para a construção dos Estados e para o consenso sobre as políticas. O Índice Ibrahim sobre a Governação em África 2016 (Fundação Mo Ibrahim, 2016) afirma que, em 2015, 70% dos cidadãos africanos viviam num país onde se registou uma melhoria da governação. No mesmo ano, 37 países aumentaram a sua pontuação na Governação Geral. Além disso, a pontuação média do continente em termos de Governação Geral aumentou um ponto entre 2006 e 2015, ou seja, de 49.0 para 50.0. Em 2014/15 África representou 30% das reformas de regulamentação realizadas (75 num total de 230, o maior número no mundo) para tornar mais fácil a realização de negócios, com o Uganda, o Quénia, a Mauritânia, o Senegal e o Benim a figurarem entre os dez países mais reformadores do globo. Para além dos avanços significativos na implementação de reformas regulatórias, dez países africanos registaram também melhorias consideráveis no seu ambiente de negócios em 2015, metade dos quais na África subsariana. Os *Global Competitiveness Reports* (2011 e 2016) do Fórum Económico Mundial demonstram que se verificaram melhorias no índice de competitividade na maioria dos países africanos, ao longo dos últimos cinco anos (de 2011 a 2016). Com efeito, vários países africanos posicionam-se bem acima de alguns destinos populares de investimento na Ásia, nomeadamente o Camboja, a Indonésia e Myanmar (Figura 1.6).

Figura 1.6. **Melhoria na competitividade global dos países africanos, 2011-12 e 2016-17**



Fonte: Adaptado de FEM (2011, 2016).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474925

O comércio intra-africano fornece oportunidades para fortalecer a resiliência africana

Os mercados regionais estão em rápida expansão e representam atualmente 16% do comércio total em África, reforçando a diversidade e complementando o comércio mais volátil com parceiros externos. O comércio intrarregional tem crescido de forma consistente, representando 18% das exportações totais de África em 2015, comparativamente com 10%, em 1995. No entanto, esta percentagem é ainda baixa, se comparada com outras regiões do mundo. Os produtos transformados representam 60% do comércio regional total e podem, assim, compensar a exposição global de África, particularmente no que diz respeito às matérias-primas. Em contrapartida, as exportações africanas para as economias emergentes, dominadas pela China e compostas maioritariamente por petróleo e metais, expõem o continente aos choques mundiais ao nível da procura. Atualmente, a China representa 27% das exportações totais de África, sendo 83% dessa parcela constituída por matérias-primas (Pigato e Tang, 2015). Apesar da transição do comércio para a China, alguns países africanos ainda têm como principais parceiros comerciais a zona Euro e os Estados Unidos (África do Sul) e a Índia (Maurícias). Por exemplo, os principais destinos de exportação das Maurícias são o Reino Unido (13.2%), os Emirados Árabes Unidos (12.4%), a França (11.9%), os Estados Unidos (10.7%) e a África do Sul (8.6%), enquanto as importações são maioritariamente provenientes da Índia (18.7%), China (17.8%), França (7.1%) e África do Sul (6.5%). Os países africanos que são menos dependentes da China para os seus mercados de exportação registaram uma desaceleração relativamente lenta do seu crescimento.

O papel dos recursos naturais e das matérias-primas primárias está a diminuir lentamente

Os recursos naturais e as matérias-primas ainda são importantes fontes de receita em vários países africanos, mas o seu papel enquanto impulsionadores do crescimento está lentamente a diminuir. Na Nigéria, por exemplo, o petróleo representa mais de 90% das receitas em divisas, mas apenas 10% do PIB, quando no ano 2000 essa percentagem era de 25.6%. Isto aponta para uma diminuição drástica da preponderância da indústria petrolífera em comparação com outros setores, nomeadamente os serviços e a agricultura. A queda dos recursos extrativos enquanto fator de crescimento reflete-se na maior parte

do continente africano. Em 2015, as cinco economias com um crescimento mais rápido eram países pobres em recursos naturais, sendo a liderança assumida pela Etiópia, com uma taxa de crescimento de 10.2%, seguida pela Côte d'Ivoire (8.8%) e pelo Ruanda (7.1%). Os fluxos de IDE são cada vez mais dirigidos a países pobres em recursos naturais e a setores não relacionados com estes recursos. Em 2013, o rácio IDE/PIB atingiu 4.5% nos países pobres em recursos naturais, o dobro do registado no ano 2000. Já a parcela do IDE total dirigida a países ricos em recursos tem registado um decréscimo gradual, passando de 78%, em 2008, para 65%, em 2013.

As economias com maior diversificação têm melhor desempenho regional

Embora tenha havido um abrandamento no desempenho médio do crescimento em África, existe uma variação considerável entre regiões e entre países, em parte devido à estrutura dicotómica das economias africanas. Os países não dependentes do petróleo registam, em particular, um crescimento positivo sustentado. Os países da África Oriental, nomeadamente o Djibouti, a Etiópia, o Quénia, o Ruanda e a Tanzânia, registaram todos taxas de crescimento acima dos 6% em 2016, sendo a Etiópia o país com maior crescimento, com 8%. No entanto, todas as regiões registaram uma redução do ritmo de crescimento.

A África Oriental mantém a liderança no crescimento regional

A África Oriental continua a liderar no continente, atingindo uma taxa estimada de crescimento de 5.3%, em 2016, o que representa uma queda face a 2015 (6.5%). O Norte de África foi a segunda região com maior crescimento em 2016, 3.0%, impulsionada pela recuperação no Egipto (4.3%) e na Argélia (3.5%). A persistência da incerteza política e a reduzida produção de petróleo na Líbia continuam, porém, a limitar o crescimento nesta região. A África Austral registou o terceiro melhor desempenho regional, com um crescimento de 1.1% em 2016, comparativamente com 1.9% em 2015. Pelo contrário, a África Central e a África Ocidental registaram os piores desempenhos, com taxas de crescimento de 0.8% e 0.4%, respetivamente. O crescimento na África Central foi afetado pelo fraco desempenho da Guiné Equatorial (com taxas negativas de -8.2% em 2016 e de -8.3% em 2015), da República do Congo (onde a taxa de crescimento decresceu de 6.9%, em 2015, para 2.5%, em 2016) e do Chade (com uma taxa que desceu de 1.8%, em 2015, para uma contração de -3.4%, em 2016). A África Ocidental, por seu lado, foi arrastada pela recessão económica na Nigéria, onde a economia se contraiu -1.5% em 2016, em comparação com uma taxa de crescimento de 2.8%, em 2015.

A desaceleração das grandes economias africanas tem um importante impacto no crescimento geral

A queda acentuada do desempenho da África Ocidental aponta para a vulnerabilidade do crescimento médio do continente face aos eventos verificados em algumas economias de grande dimensão. A baixa persistente dos preços do petróleo e a instabilidade das políticas afetaram negativamente as perspetivas de crescimento na Nigéria, bem como na África do Sul, com um impacto considerável no crescimento da totalidade do continente africano. A Nigéria e a África do Sul representam 18% e 12% do PIB africano, respetivamente. A recessão na Nigéria resulta de uma combinação dos efeitos do preço do petróleo e de questões estruturais, tendo-se agravado com a instabilidade das políticas, particularmente da política cambial. Já a África do Sul está ainda a recuperar de um défice de energia e da seca provocada pelo El Niño.

O crescimento destas regiões depende, assim, do desempenho individual dos países com maior peso. A África Ocidental deverá registar uma melhoria do desempenho em 2017, atingindo um crescimento de 3.4%, devido à esperada retoma dos preços do petróleo. A produção da região do Delta, na Nigéria, também deverá melhorar, após a detenção dos responsáveis pelos recentes ataques aos campos petrolíferos. O crescimento da África

Austral continuará a ser modesto e influenciado pela África do Sul, devendo atingir 1.4% em 2017. Da mesma forma, a continuação da incerteza política e do conflito na Líbia deverá arrastar o desempenho do Norte de África, estimando-se que a Líbia registe uma contracção da economia de -3.7% em 2017.

A diversificação económica tem sido um importante amortecedor dos choques externos

Uma análise mais aprofundada das regiões revela uma heterogeneidade ainda maior, com as economias mais diversificadas a terem um melhor desempenho do que as menos diversificadas No geral, e ao longo da última década, as economias africanas têm-se tornado cada vez mais diversificadas, e consequentemente mais resilientes, particularmente em relação aos choques externas relacionados com as matérias-primas. Entre 2000 e 2010, o peso do setor industrial no crescimento subiu de 17% para 23% e o peso do setor dos serviços cresceu de 44% para 47%. De acordo com as estimativas, o setor dos serviços representa 49% do PIB em 2016, em grande medida devido à revolução da informação e telecomunicações. A inovação tecnológica, especialmente nos serviços financeiros, tem impulsionado o crescimento em África. Em 2015, 45% do PIB do Quénia foi negociado por meio do M-PESA, um serviço de financiamento e transferência de dinheiro através dos dispositivos móveis. Na Nigéria, o peso do setor dos serviços subiu de 13% do PIB no ano 2000 para 34.7% no ano de 2010. Contudo, o peso do setor agrícola continua a ser considerável – na ordem dos 16% –, sendo dominado pela agricultura de subsistência.

No entanto, a transformação estrutural progressiva de África (McMillan e Harttgen, 2014) levou a um decréscimo de até 10%, entre 2000 e 2010, na percentagem da população ativa que trabalha no setor agrícola. No mesmo período, a proporção da população ativa na indústria transformadora aumentou em média 2.15%, enquanto a mão-de-obra no setor dos serviços cresceu em média 8.23%. Estes dados estatísticos demonstram que a transformação estrutural está já em curso no continente, embora sejam necessários mais progressos para consolidar os resultados atingidos.

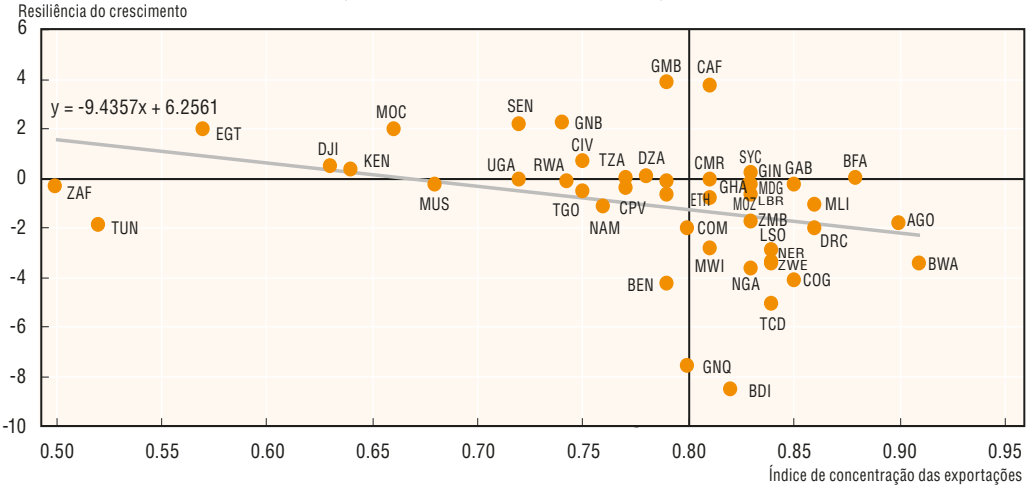
O aumento da diversificação económica veio melhorar consideravelmente a capacidade de África para resistir a choques externos e para manter um crescimento resiliente. O Índice de concentração das exportações revela em que medida o aumento da concentração das exportações reduz a resiliência do crescimento (Figura 1.7). Este índice, também designado de Índice Herfindahl-Hirschmann (Produto IHH), mede o grau de concentração do produto nos países africanos, ao identificar o nível de diversificação económica e de resiliência do crescimento (variação do crescimento do PIB). Os valores de diversificação IHH variam entre 0 e 1, sendo que um valor do índice mais próximo de 1 indica que as exportações de um país estão muito concentradas em poucos produtos. Ao calcular a alteração no crescimento do PIB entre 2014 e 2015, é possível determinar a resiliência do crescimento nos países africanos. Em suma, a existência de valores positivos indica resiliência, enquanto os valores negativos demonstram a volatilidade do crescimento.

A transição de economias orientadas para a exportação requer uma mudança na estrutura industrial, envolvendo um foco crescente em maquinaria e equipamento eletrónico avançado, bem como em segmentos com maior valor acrescentado. A mudança estrutural deve ser apoiada por uma melhor afetação do crédito (o que favorece o crescimento empresarial), por melhor investigação e pelo desenvolvimento de novas tecnologias industriais, bem como de sistemas educacionais que forneçam competências para o século XXI. Os sistemas nacionais de inovação e os clusters industriais são fatores determinantes para o sucesso das políticas industriais, que, por sua vez, devem levar em consideração o capital natural, humano, físico e institucional do país. A diversificação económica é um processo de médio a longo prazo, que exige uma transição dos ativos provenientes dos recursos naturais para um portfólio mais equilibrado de capital físico

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

e humano, particularmente nos países exportadores de matérias-primas. Neste contexto, é importante melhorar a educação e a saúde, as infraestruturas e as comunicações, bem como a regulamentação da iniciativa privada (ver também Capítulos 6, 7 e 8).

Figura 1.7. **Diversificação e resiliência do crescimento em África, 2014-15**
(variação do crescimento do PIB)



Fonte: Adaptado das Estatísticas CNUCED (CNUCED, 2017), http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474933

A coordenação e consistência das políticas são importantes para aliviar choques

Os países africanos afetados pela queda dos preços das matérias-primas têm recorrido às políticas orçamental, monetária e cambial para revertero declínio da economia. Aqueles que mantiveram a consistência e coordenação das políticas estão a colher os benefícios.

A consolidação da política orçamental generalizou-se nos países exportadores de matérias-primas

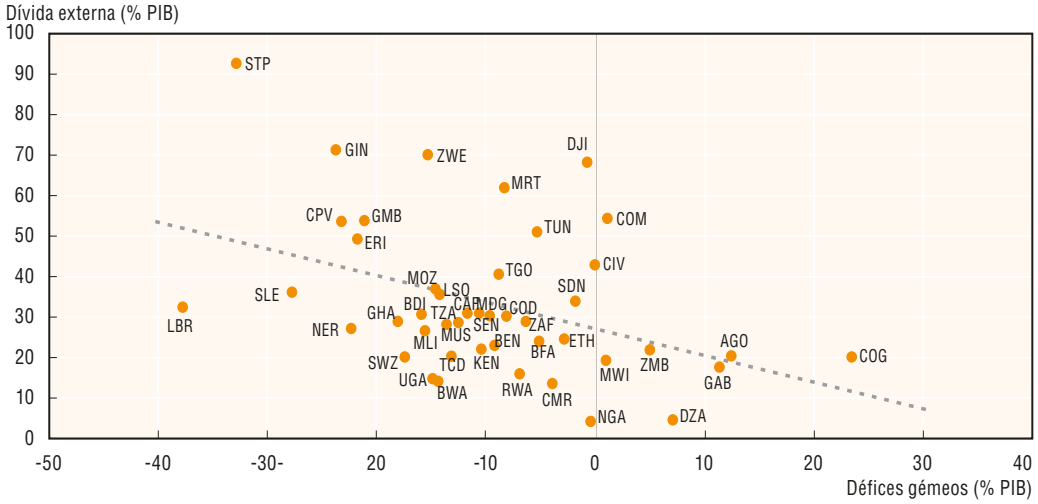
Em face dos desafios colocados pela queda dos preços das matérias-primas e da redução de receita, vários países africanos viram-se obrigados a operar num contexto de maior restrição orçamental. O défice orçamental no continente passou de 6.3% em 2015 para 6.6% em 2016, resultado da queda dos preços das matérias-primas. Esta deterioração foi mais rápida nos países exportadores de petróleo, que registaram um défice orçamental recorde de 8.0%, em comparação com 7.5% e 6.3%, respetivamente em 2015 e 2014. O défice orçamental nos países africanos importadores de petróleo foi de 4.5% em 2016, 4.4% em 2015 e 4.0% em 2014. Em termos regionais, o maior défice orçamental verificou-se no Norte de África, atingindo 13.5% do PIB em 2016, enquanto essa percentagem foi de 2.9% na África Ocidental.

Como resposta ao alargamento do défice, vários governos implementaram medidas de consolidação orçamental em 2016, para travarem as despesas improdutivas e para impedirem a perda de receitas. Na Namíbia, país dependente das matérias-primas, a combinação da queda das receitas com a aplicação prolongada de uma política orçamental expansionista contribuiu para alargar o défice orçamental, o qual atingiu 7.3% do PIB em 2016. Consequentemente, o governo adotou um programa de consolidação orçamental durante a avaliação a meio percurso do orçamento 2016/17, o qual preconizou cortes na despesa até 2.8% do PIB, num esforço para reduzir o défice.

Com o decréscimo das receitas orçamentais, vários países africanos recorreram aos mercados comerciais de capital, mais dispendiosos, como fonte de financiamento do desenvolvimento. Muitos países africanos, incluindo aquelas que beneficiam da iniciativa para os países pobres altamente endividados (HIPC), estão a acumular dívida mais rapidamente e enfrentam potencialmente situações de sobre-endividamento. A prática de flexibilização quantitativa (quantitative easing) na zona euro, no Japão e nos Estados Unidos incentivou os investidores globais a procurarem uma alta rentabilidade. No entanto, as menores perspetivas de crescimento, os crescentes défices nas contas correntes e as moedas mais fracas contribuíram para uma dinâmica menos favorável da dívida e para uma menor sustentabilidade da dívida.

Num contexto de baixas taxas de juro a nível global, os governos africanos conseguiram, nos últimos anos, aceder aos mercados comerciais globais da dívida, com o objetivo duplo de financiarem infraestruturas e outros projetos de investimento de capital, bem como de conterem os défices orçamentais. Em 2013-15, os países africanos emitiram títulos soberanos no valor de 20.9 mil milhões de USD, enquanto no período 2009-12 esse valor tinha sido de apenas 5.9 mil milhões de USD. A correlação negativa entre os défices orçamentais (e externos) e a dívida externa (Figura 1.8) significa que o aumento do défice orçamental tem contribuído para agravar a situação da dívida, com implicações na sustentabilidade da dívida dos países.

Figura 1.8. **Correlação entre os défices orçamentais e a dívida externa nos países africanos**



Fonte: Adaptado do Departamento de Estatística do BAD e Banco Mundial (2016).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474941

As previsões apontam para uma melhoria moderada dos equilíbrios orçamentais na região em 2017 e 2018, atingindo, respetivamente, -5.5% e -4.5%. Esta melhoria pode ser atribuída às medidas de consolidação orçamental em curso em muitos países exportadores de matérias-primas e à recuperação gradual dos preços destes produtos. Os países exportadores de petróleo deverão registar um défice orçamental mais elevado do que os países importadores de petróleo, atingindo os primeiros 6.3% em 2017 e 5.0% em 2018, enquanto nos segundos o défice deverá ser de 4.3% em 2017 e de 3.8% em 2018. O défice mais elevado deverá continuar a registar-se no Norte de África, atingindo 11.1% em 2017, devido, principalmente, à queda das receitas derivada da fraca produção de petróleo na Líbia.

Em alguns casos, a instabilidade das políticas limitou a eficácia das políticas monetária e cambial

As respostas em termos de política monetária e cambial às diferentes situações económicas no continente foram variadas e, em certos casos, sem coordenação com a política orçamental. Alguns países exportadores de matérias-primas que enfrentaram limitações orçamentais implementaram medidas de consolidação orçamental, e também uma política monetária restritiva. A maior parte dos países não exportadores de matérias-primas, não afetados pela queda dos preços destes produtos, implementaram políticas monetárias expansionistas. Neste grupo de países, a queda do preço das matérias-primas teve impacto na diminuição da inflação, devido à descida dos preços da energia.

Em alguns casos, a falta de coordenação entre as políticas monetária e cambial, por um lado, e a política orçamental, por outro, fez com que ambas prosseguissem objetivos diversos. Na Nigéria, nomeadamente, foi implementada uma política orçamental restritiva, enquanto a política monetária continuou a ser expansionista durante grande parte de 2016. A falta de coordenação restringiu a eficácia das intervenções em termos de política monetária na resposta aos choques globais. Por exemplo, a inflação no Gana e no Malawi continuou a situar-se em dois dígitos, apesar da implementação de uma política monetária mais restritiva em 2016. Na Nigéria, os esforços para limitar a procura de moeda estrangeira, em particular a procura especulativa, não obtiveram resultados, mesmo após o governo ter deixado de indexar o naira ao dólar norte-americano em junho de 2016. Anteriormente, o naira tinha estado indexado ao dólar a uma cotação de 197 NGN por USD; no entanto, as restrições administrativas e as reversões das políticas vieram alargar o lucro do mercado paralelo. Assim, a taxa no mercado paralelo atingiu um máximo de 520 NGN por USD, em comparação com uma cotação de 305 NGN no mercado interbancário. A inflação não reagiu e continuou a ter uma taxa de dois dígitos, situando-se nos 18.7% em janeiro de 2017. A ineficácia das medidas de política monetária derivou de uma incerteza relativamente às ações do governo em resposta ao aumento da inflação, o que, por sua vez, veio enfraquecer o naira e baixar as reservas em moeda estrangeira. No geral, a análise de países onde a falta de coordenação das políticas foi mais evidente demonstra que os choques externos foram mais prolongados.

As perspetivas sobre as políticas monetária e cambial continuam a ser heterogéneas

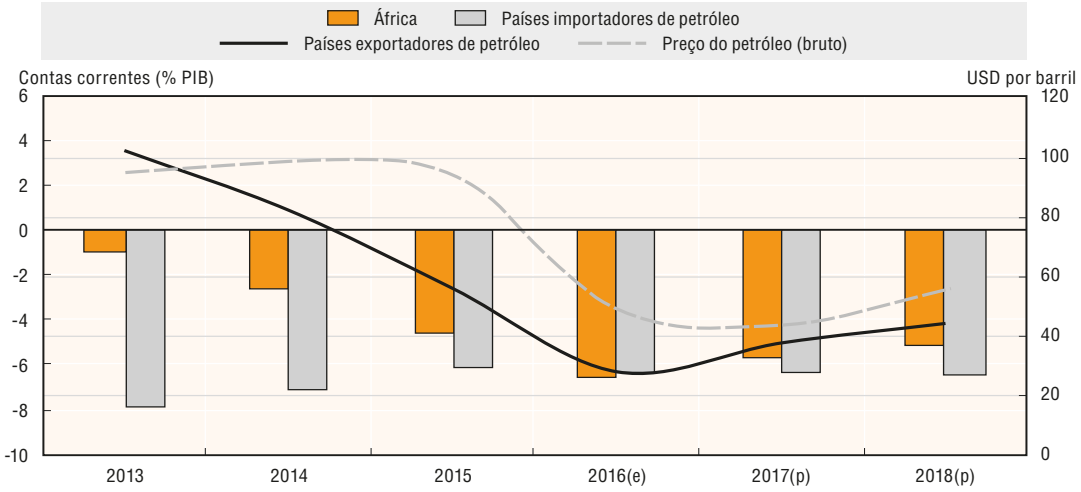
As perspetivas sobre a política monetária na região continuam a ser díspares, dependendo do grau a que os países estão expostos a choques nos termos de troca. Espera-se que os países exportadores de matérias-primas mantenham uma abordagem restritiva e contracionista à política monetária, enquanto os países não exportadores destes produtos deverão implementar políticas monetárias flexíveis e expansionistas para apoiarem o crescimento do setor privado. As previsões demonstram que o aumento dos saldos das contas correntes continuará a exercer pressão sobre as moedas dos países. É provável que os países com taxa de câmbio fixa sejam mais afetados, uma vez que têm reservas reduzidas ao seu dispor para defenderem a moeda. A existência de moedas débeis deverá continuar a exercer pressão na margem orçamental dos países, refletindo-se numa subida das obrigações de pagamento do serviço da dívida (em moeda nacional).

Os desequilíbrios externos estão estreitamente ligados à instabilidade das políticas

A maioria das economias africanas registou défices externos, devido não apenas à queda do preço das matérias-primas, mas também à instabilidade das políticas, que manteve o capital externo afastado e enfraqueceu as moedas dos países. Isto aumentou a dificuldade

de manter um equilíbrio no saldo das contas externas. A persistente queda dos preços das matérias-primas veio esgotar as receitas de vários países dependentes destes produtos, gerando défices das contas correntes (externas). A maior parte destes países estão numa situação de duplo défice (*twin deficit*), em que tanto o orçamento como a balança corrente registam défices de dois dígitos. O défice externo dos países importadores de petróleo, e de África em geral, acompanha as flutuações dos preços do petróleo bruto/crude (Figura 1.9). O aumento do défice das contas correntes é agravado pelo abrandamento económico da China, um grande consumidor das exportações africanas de produtos primários.

Figura 1.9. **Balança corrente em África, incluindo donativos, 2013-18(p)**



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.
Fonte: Adaptado do Departamento de Estatística do BAD
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474953

De acordo com as estimativas, o défice da balança corrente em África passou de 6.8% do PIB em 2015 para 6.5% do PIB em 2016. Com exceção do Botswana e da Suazilândia, todos os países africanos deverão registar défices nas contas correntes em 2016, estimando-se que os maiores sejam na Líbia (37.8%), Moçambique (31.1%), Libéria (28.5%) e Djibouti (27.9% do PIB). Cerca de 20 dos 54 países africanos deverão atingir um défice das contas correntes na ordem dos dois dígitos.

As perspetivas sobre as contas externas do continente africano deverão melhorar em 2017, com os progressos nos preços das matérias-primas e uma ligeira recuperação da economia global. Prevê-se que os défices das contas correntes, em 2017 e 2018, sejam, respetivamente, de 5.0% e 4.1%. Com a estimativa de aumento dos preços do petróleo, de 43 USD por barril em 2016 para 55 USD em 2017, o valor das exportações deverá aumentar na maioria dos países exportadores de petróleo. À medida que os preços das matérias-primas aumentam, estas tendências deverão ser comuns a outros países exportadores de matérias-primas. Além disso, com a redução da incerteza e da volatilidade nos preços globais das matérias-primas, e com uma forte procura interna, África deverá atrair mais investimento direto estrangeiro e investimento de carteira no futuro próximo.

Para além dos parâmetros ao nível macro, é importante salientar que a estabilidade das políticas desempenha um papel fundamental para manter o equilíbrio das contas externas. A persistência de défices das contas correntes altos e insustentáveis, que originam crises cambiais e saída de capitais, está estreitamente ligada à instabilidade e inconsistência das políticas. O impacto desta instabilidade nas contas externas pode ser demonstrado ao delinear a relação entre as alterações das contas correntes externas por comparação com as variações no crescimento do PIB para o mesmo período, e a instabilidade das políticas (ver Figura 1.A1.1 e a nota anexa).

Anexo 1.A1. Balança corrente e instabilidade das políticas em África

Tabela 1.A1.1. **Evolução macroeconómica em África, 2008-18**

				Estimativas de março de 2017			
	2008-12	2013	2014	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB (%)							
África Central	4.9	4.0	6.0	3.6	0.8	2.2	3.8
África Oriental	5.6	7.2	5.9	6.5	5.3	5.7	6.0
Norte de África	4.4	1.7	1.5	3.3	3.0	3.4	3.7
África Austral	3.1	3.7	2.8	1.9	1.1	1.9	2.6
África Ocidental	6.2	5.7	6.1	3.3	0.4	3.5	5.5
África	4.7	3.9	3.7	3.4	2.2	3.4	4.3
África (excluindo a Líbia)	***4.5***	***4.3***	***4.2***	***3.7***	***2.3***	***3.5***	***4.4***
Rubricas por memória							
Norte de África (incluindo o Sudão)	4.3	1.9	1.6	3.4	3.0	3.4	3.7
África subsariana	4.9	5.2	5.0	3.5	1.7	3.4	4.6
África subsariana excluindo a África do Sul	***5.7***	***6.0***	***5.8***	***4.1***	***2.0***	***3.9***	***5.2***
Países exportadores de petróleo	5.0	3.5	3.6	3.3	1.6	3.0	4.1
Países importadores de petróleo	4.2	4.6	3.9	3.6	3.0	4.0	4.4
Preços no consumidor (inflação em %)							
África Central	6.8	1.9	2.4	2.2	3.1	2.2	2.4
África Oriental	15.2	12.8	12.2	10.2	12.4	9.9	8.9
Norte de África	6.6	4.9	6.2	7.5	8.1	10.3	8.2
África Austral	7.9	6.4	6.3	5.7	10.5	8.7	7.7
África Ocidental	10.7	7.6	7.3	8.3	13.0	11.4	9.8
África	19.4	6.7	7.0	7.4	10.1	9.8	8.3
África (excluindo a Líbia)	***8.9***	***6.8***	***7.1***	***7.4***	***9.9***	***9.8***	***8.3***
Rubricas por memória							
Norte de África (incluindo o Sudão)	7.4	6.9	8.1	8.2	8.5	10.7	8.5
África subsariana	11.1	7.8	7.5	7.4	11.3	9.5	8.4
África subsariana excluindo a África do Sul	***9.2***	***6.5***	***6.3***	***6.4***	***10.0***	***8.3***	***7.3***
Países exportadores de petróleo	9.5	7.4	8.2	8.9	12.9	12.8	10.5
Países importadores de petróleo	7.7	5.6	5.3	5.3	6.1	5.6	5.2
Saldo orçamental global, com donativos (% PIB)							
África Central	2.4	-1.1	-2.3	-2.9	-4.0	-3.5	-2.4
África Oriental	-2.5	-4.3	-3.6	-5.1	-4.7	-4.5	-3.3
Norte de África	-2.7	-6.8	-10.9	-13.3	-13.5	-11.1	-9.5
África Austral	-2.5	-2.9	-4.1	-3.9	-4.3	-3.8	-3.2
África Ocidental	-2.7	-3.1	-2.4	-2.0	-2.9	-2.8	-2.5
África	-2.3	-4.2	-5.4	-6.3	-6.6	-5.5	-4.5
África (excluindo a Líbia)	***-2.9***	***-4.2***	***-4.8***	***-5.5***	***-5.7***	***-4.6***	***-3.6***
Rubricas por memória							
Norte de África (incluindo o Sudão)	-2.6	-6.4	-9.9	-11.8	-11.9	-9.6	-8.2
África subsariana	-2.2	-3.1	-3.2	-3.3	-3.8	-3.5	-2.9
África subsariana excluindo a África do Sul	***-1.8***	***-2.9***	***-3.1***	***-3.2***	***-3.9***	***-3.6***	***-2.9***
Países exportadores de petróleo	-1.6	-4.0	-6.3	-7.5	-8.0	-6.3	-5.0
Países importadores de petróleo	-3.3	-4.4	-4.0	-4.4	-4.5	-4.3	-3.8
Balança de transações correntes, com donativos (% PIB)							
África Central	-2.1	0.3	-1.2	-7.4	-8.1	-5.9	-5.1
África Oriental	-6.6	-7.0	-6.5	-7.7	-7.0	-7.6	-8.2
Norte de África	3.2	-1.6	-5.3	-9.1	-9.8	-7.5	-5.8
África Austral	-2.4	-4.0	-5.0	-6.2	-6.4	-5.4	-4.9
África Ocidental	2.0	0.8	-0.7	-4.1	-2.8	-0.9	0.3
África	0.0	-2.1	-3.8	-6.8	-6.5	-5.0	-4.1
África (excluindo a Líbia)	***-1.0***	***-2.5***	***-3.4***	***-6.2***	***-5.9***	***-4.5***	***-3.7***
Rubricas por memória							
Norte de África (incluindo o Sudão)	2.3	-2.1	-5.4	-8.8	-9.1	-7.1	-5.7
África subsariana	-1.5	-2.4	-3.3	-5.8	-5.2	-4.2	-3.5
África subsariana excluindo a África do Sul	***-0.9***	***-1.4***	***-2.8***	***-6.2***	***-5.5***	***-4.2***	***-3.5***
Países exportadores de petróleo	4.2	1.8	-1.8	-7.2	-6.6	-4.1	-2.5
Países importadores de petróleo	-5.8	-7.8	-7.1	-6.1	-6.3	-6.4	-6.4

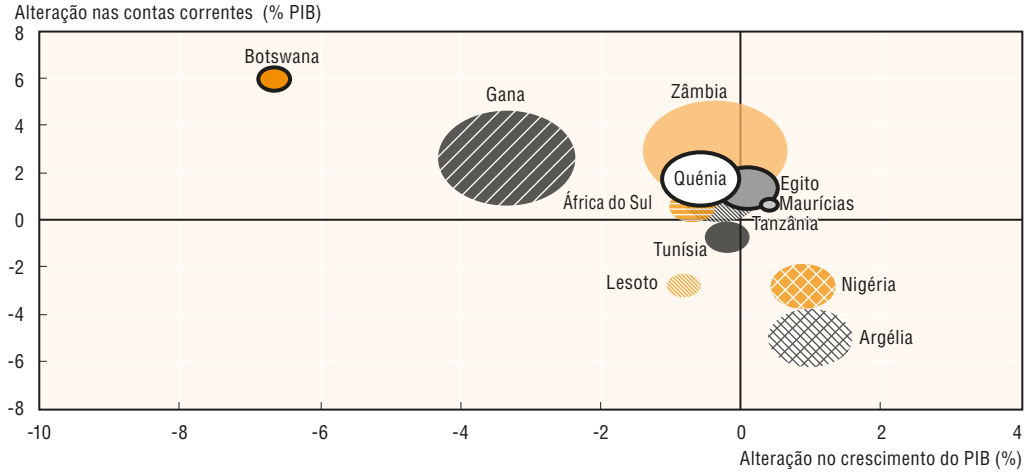
Nota: (e) estimativas; (p) projeções.
Fonte: Departamento de Estatística do BAD.

Tabela 1.A1.2. **Situação atual e projeções para a economia mundial, 2015-18**

	2015	2016 (e)	2017(p)	2018(p)
Produto mundial	3.2	3.1	3.4	3.6
Economia avançadas	2.1	1.6	1.9	2.0
Estados Unidos	2.6	1.6	2.3	2.5
Zona Euro	2.0	1.7	1.6	1.6
Alemanha	1.5	1.7	1.5	1.5
França	1.3	1.3	1.3	1.6
Itália	0.7	0.9	0.7	0.8
Espanha	3.2	3.2	2.3	2.1
Japão	1.2	0.9	0.8	0.5
Reino Unido	2.2	2.0	1.5	1.4
Canadá	0.9	1.3	1.9	2.0
Outras economias avançadas	2.0	1.9	2.2	2.4
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	4.1	4.1	4.5	4.8
Comunidade dos Estados Independentes (CEI)	-2.8	-0.1	1.5	1.8
Federação russa	-3.7	-0.6	1.1	1.2
Excluindo a Federação russa	-0.5	1.1	2.5	3.3
Ásia: economias emergentes e em desenvolvimento	6.7	6.3	6.4	6.3
China	6.9	6.7	6.5	6.0
Índia	7.6	6.6	7.2	7.7
ASEAN-5	4.8	4.8	4.9	5.2
Europa: economias emergentes e em desenvolvimento	3.7	2.9	3.1	3.2
América Latina e Caraíbas	0.1	-0.7	1.2	2.1
Brasil	-3.8	-3.5	0.2	1.5
México	2.6	2.2	1.7	2.0
Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão	2.5	3.8	3.1	3.5
Arábia Saudita	4.1	1.4	0.4	2.3
África subsariana	3.4	1.6	2.8	3.7
Nigéria	2.7	-1.5	0.8	2.3
África do Sul	1.3	0.3	0.8	1.6
Rubricas por memória				
Países em desenvolvimento de rendimento baixo	4.6	3.7	4.7	5.4
Crescimento mundial baseado nas taxas de câmbio de mercado	2.6	2.4	2.8	3.0
Volume de comércio mundial (bens e serviços)	2.7	1.9	3.8	4.1
Economias avançadas	4.0	2.0	3.6	3.8
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	0.3	1.9	4.0	4.7
Preços das matérias-primas (USD)				
Petróleo	-47.2	-15.9	19.9	3.6
Não-petrolíferas (média baseada no peso mundial das exportações de matérias-primas)	-17.4	-2.7	2.1	-0.9
Preços no consumidor				
Economias avançadas	0.3	0.7	1.7	1.9
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	4.7	4.5	4.5	4.4
London Interbank Offered Rate – LIBOR (percentagem)				
Sobre os depósitos em USD (a 6 meses)	0.5	1.0	1.7	2.8
Sobre os depósitos em Euros (a 3 meses)	0.0	-0.3	-0.3	-0.2
Sobre os depósitos em yens – Japão (a 6 meses)	0.1	0.0	0.0	0.0

Nota: (e) estimativas; (p) projeções.
Fonte: *World Economic Outlook* (FMI, 2017), www.imf.org /external /pubs /ft /weo /2017/update /01.

Figura 1.A1.1. **Impacto da instabilidade das políticas nas contas correntes, 2013-14**



Notas: A instabilidade das políticas é identificada pela alteração das taxas médias de rendibilidade dos títulos soberanos entre 2013 e 2014, com os valores positivos a demonstrarem um alargamento durante este período, implicando maior instabilidade das políticas. Os valores negativos demonstram uma diminuição das taxas de rendibilidade dos títulos entre 2013 e 2014, o que significa uma maior confiança nas políticas e nas perspetivas económicas gerais. O tamanho das bolas refere-se, portanto, ao grau de instabilidade das políticas (quanto maior a bola, maior a incerteza/instabilidade). Os valores negativos (com anéis na figura) mostram países que registaram melhorias na estabilidade das políticas ao longo deste período (Botswana, Egito, Quénia e Maurícias). Os valores positivos no PIB indicam melhorias no crescimento do PIB. Os valores positivos na balança corrente indicam uma melhoria da situação das contas correntes (seja pela redução do défice ou pela geração de excedentes/superavit), enquanto os valores negativos indicam uma degradação das contas correntes (pelo aumento do défice ou pela redução dos excedentes). Todos os países com bolhas aneladas (mais certeza de políticas) encontram-se no quadrante positivo da conta corrente, independentemente da mudança no crescimento do PIB. Enquanto o Quênia e o Botswana registraram deteriorações no crescimento do PIB, os outros dois países que registaram melhorias em seu ambiente de certeza de políticas (Egito e Maurício) registaram melhorias nas taxas de crescimento do PIB entre 2013 e 2014. Nenhum país que registou maior certeza de políticas teve uma deterioração da sua posição relativa ao balanço externo.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474968

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Bibliografia

Banco da Reserva Federal de St. Louis (2017), FRED *Economic Data* (base de dados), https://fred.stlouisfed.org/series /PALLFNFINDEXQ (consultado a 3 de fevereiro de 2017).

Banco Mundial (2016), *International Debt Statistics* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, http://data. worldbank.org /data-catalog /international-debt-statistics.

CNUCED (2017), *UNCTADstat* (base de dados), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx (consultado em janeiro de 2017).

CNUCED (2015), *World Investment 2015: Reforming International Investment Governance*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org /en/PublicationsLibrar y/ wir2015_en.pdf.

FEM (2016), *Global Competitiveness Report 2016-2017*, Fórum Económico Mundial, Genebra, www3.weforum. org /docs/GCR2016-2017/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2016-2017_FINAL.pdf.

FEM (2011), *Global Competitiveness Report 2011-2012*, Fórum Económico Mundial, Genebra, www3.weforum.org/docs /WEF_GCR _Report_2011-12.pdf.

FMI (2017), *World Economic Outlook: A Shifting Global Economic Landscape*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org /external/pubs /ft /weo /2017/update/01/index.htm.

Fundação Mo Ibrahim (2016), *2016 Ibrahim Index of African Governance: A Decade of Africa's Governance, 2006-2015*, Fundação Mo Ibrahim, Londres, http://s.mo.ibrahim.foundation/ u/2016/10/01184917/2016-Index-Report.pdf?_ga=1.98750809.639923930.1490631445.

Ifo Institute (2017), Ifo World Economic Survey (WES) I/2017, CESifo Group Munich.

McKinsey Global Institute (2016), *Lions on the Move II: Realizing the Potential of Africa's Economies*, McKinsey & Company, www.mckinsey.com/global-themes /middle-east-and-africa/lions-on-the-move-realizing-the-potential-of-africas-economies.

McMillan M.S. e K. Harttgen (2014), "What is driving the 'African growth miracle'?", *NBER Working Paper*, No. 20077, abril de 2014.

Pigato, M.A. e Tang, W. (2015), *China and Africa: Expanding Economic Ties in an Evolving Global Context*, Banco Mundial, Washington, DC.



Capítulo 2

Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Este capítulo aborda as tendências recentes dos fluxos financeiros externos que têm África como destino, bem como a evolução das receitas internas. Em particular, ele analisa a evolução do investimento direto estrangeiro (IDE), do investimento de carteira, das remessas e da ajuda pública ao desenvolvimento entre 2015 e 2016, bem como as perspetivas para 2017. A crescente importância dos fluxos privados relativamente aos fluxos públicos é destacada. O capítulo é concluído com a descrição da evolução das receitas internas entre 2005 e 2015 e com a análise dos desafios que se colocam ao aumento da capacidade de coleta e mobilização dessas mesmas receitas.

EM SÍNTESE

Os fluxos externos privados, tanto em termos de investimento como de remessas, continuam a impulsionar o crescimento das finanças externas em África. Apesar da permanência dos baixos preços das matérias-primas, estima-se que os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) tenham recuperado em 2016, num reflexo da crescente diversificação do investimento em serviços, na indústria transformadora e em projetos de infraestruturas. Prevê-se que o IDE chegue a, em 2017, 57.5 mil milhões de USD, sustentado por grandes investimentos de raiz provenientes do Extremo e Médio Oriente. Em 2016, África registou o mais baixo fluxo de investimento de carteira desde 2008, com 6.5 mil milhões de USD, e esta tendência decrescente deverá continuar, com uma média de 5.2 mil milhões de USD prevista para 2017. Entre 2005 e 2009, as remessas cresceram mais de 50%, e estima-se que atinjam os 66.2 mil milhões de USD em 2017, tendo como destino maioritário o Egito e a Nigéria. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) a África registou um decréscimo em 2016 (1.7% em termos reais), pois alguns doadores recuaram relativamente ao compromisso previamente assumido de reverterem a diminuição dos fluxos para os países mais pobres. A percentagem de ajuda ao desenvolvimento atribuída a 17 dos 27 países africanos de rendimento baixo deverá diminuir pelo menos até 2019, o que é preocupante. Apesar dos progressos, a mobilização de recursos internos ainda é reduzida. Para dar resposta às necessidades de financiamento de África, a comunidade internacional e os decisores políticos africanos estão a explorar novas formas de cooperação com o setor privado tendo em vista a mobilização de recursos financeiros e o desenvolvimento de mercados financeiros locais e do empreendedorismo.

Sabia que...?

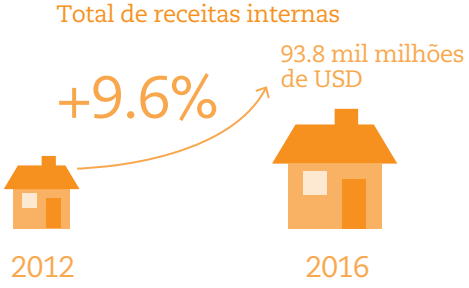
- Em 2016, os fluxos de entrada de IDE em África recuperaram, apesar de se manterem os preços baixos das matérias-primas.
- Em 2017, o IDE deverá alcançar 57.5 mil milhões de USD, sustentado por grandes investimentos de raiz provenientes do Extremo e Médio Oriente.
- Entre 2005 e 2009, as remessas cresceram mais de 50%, e estima-se que atinjam os 66.2 mil milhões de USD em 2017.
- A percentagem de ajuda ao desenvolvimento atribuída a 17 dos 27 países africanos de baixos rendimentos deverá diminuir pelo menos até 2019.

Em 2017, os fluxos financeiros externos com destino a África irão crescer



- ↑ Remessas (+2.4%)
- ↑ IDE (+1.9%)
- ↑ APD (+1.4%)
- ↓ Investimento de carteira (-20.3%)

Os países pobres em recursos naturais aumentaram a capacidade de mobilização de receitas



O IDE deverá sustentar o crescimento dos mercados internos



Os fluxos privados são cada vez mais importantes no quadro do financiamento externo

Esta secção aborda a evolução dos fluxos financeiros externos em África, sublinhando a importância relativa do IDE, do investimento de carteira, das remessas e da APD. Analisa igualmente novas formas de utilização da ajuda ao desenvolvimento e de fluxos financeiros privados no incentivo ao empreendedorismo em África.

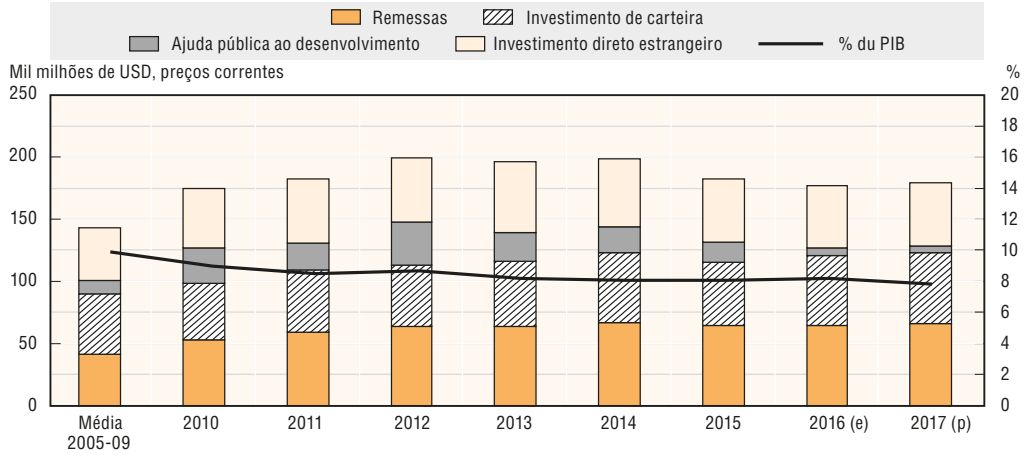
Os fluxos externos abrandaram em 2016

Em 2016, os fluxos externos totais em África estão estimados em 177.7 mil milhões de USD, abaixo dos 182.8 mil milhões de 2015. Este decréscimo deve-se sobretudo à quebra acentuada nos fluxos de carteira (uma queda de 60% relativamente a 2015), bem como ao declínio da APD (2% em relação a 2015) e das remessas (0.3% relativamente a 2015). Este declínio ofuscou a substancial recuperação dos fluxos de IDE em África, que aumentaram 10% apesar dos preços mais baixos das matérias-primas, recuperando face à queda abrupta de 2015. Em 2017, estima-se que os fluxos externos cresçam moderadamente, alcançando 179.7 mil milhões de USD, sustentados na modesta subida das remessas (+2.4%), do IDE (+1.9%) e da APD (+1.4%). Em contrapartida, os investimentos de carteira deverão manter a tendência negativa (-20.3%).

O investimento direto estrangeiro e as remessas têm maior proeminência

Os fluxos financeiros privados adquiriram maior proeminência na última década, crescendo de 61% do total de fluxos externos em 2002 (33.5 mil milhões de USD) para 72% em 2016 (127.6 mil milhões de USD). Em 2016, o investimento direto estrangeiro voltou ao crescimento, na sequência de um aumento do seu peso no total de fluxos financeiros privados, passando de 39% para 44% em 2015 (Figura 2.1). Para reduzir as vulnerabilidades aos choques das variações nos preços das matérias-primas, muitos países africanos optaram pela diversificação, passando dos recursos minerais para bens e serviços de consumo. Em resultado desta alteração para os bens de consumo, diversos países estão a assumir posições mais importantes no radar dos investidores, como por exemplo a Etiópia, o Gana, o Quénia e a República Unida da Tanzânia (Tanzânia). Paralelamente, novos parceiros de investimento, em particular do Extremo e Médio Oriente, mas também do próprio continente africano, são fonte cada vez mais importante de investimentos de raiz em África.

Figura 2.1. **Fluxos financeiros externos em África, 2005-17**



Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD baseiam-se na Ajuda Programável por País (APP) da OCDE (2016). A previsão de remessas baseia-se na taxa mundial de crescimento prevista pelo Banco Mundial. (Este gráfico exclui empréstimos oficiais, de bancos comerciais e créditos comerciais).

Fontes: Adaptado de dados de *Perspetivas Económicas em África*, FMI (2016a), OCDE (2016) e Banco Mundial (2016b).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474975

Em contrapartida, o fluxo de investimento de carteira diminuiu drasticamente em 2016, representando meros 5% dos fluxos financeiros privados em comparação com 13.5% em 2014-15. Com uma contração de 60%, África registou o valor mais baixo no fluxo de investimento de carteira desde 2008. Os investidores responderam aos choques globais baixando a compra de ativos de países em desenvolvimento. Em 2016, só a África do Sul e o Gana foram ao mercado internacional de títulos, em contraste com a tendência regional de crescimento das emissões de dívida soberana.

As remessas dos emigrantes continuam a ser uma fonte estável e significativa de financiamento externo em África. Os fluxos de remessas cresceram consideravelmente nos últimos cinco anos, representando 51% dos fluxos privados em 2016, quando em 2010 representavam 42%. Menos voláteis do que a ajuda ao desenvolvimento e o IDE, as remessas são um recurso relativamente estável que potencia o consumo dos agregados familiares e aumenta as reservas em divisas. Além disso, permitem a realização de investimentos, incluindo em pequenos negócios e no fornecimento de serviços sociais básicos.

A importância relativa da ajuda ao desenvolvimento está a decrescer e a mobilização de receitas internas continua baixa

Em 2015,[1] a ajuda externa aumentou 4% em termos reais, para de seguida decrescer de 1.7% em 2016, pois alguns doadores recuaram em relação ao compromisso de reversão do decréscimo de fluxos para os países mais pobres que se registou no passado, o qual foi assumido na Terceira Conferência Internacional de Financiamento do Desenvolvimento, que decorreu em 2015 em Adis Abeba. Os fluxos públicos internacionais continuam a ser um pilar fundamental do financiamento do desenvolvimento, especialmente nos países africanos de rendimento baixo, onde a APD representa mais de 50% do total de financiamento externo, mas a sua importância relativa está a diminuir. Isto aplica-se particularmente à ajuda bilateral de países da OCDE. A percentagem da APD no total dos fluxos externos em África diminuiu de 37% em 2002-06 para os 28% registados em 2012-16. A ajuda ao desenvolvimento proveniente da China e de outros parceiros emergentes, no entanto, está em rápido crescimento.

A mobilização de receitas internas em África está a abrandar desde 2013, em consequência da queda generalizada dos preços das matérias-primas, particularmente do petróleo. Apesar de muitos países pobres em recursos naturais terem realizado esforços consideráveis para melhorar a coleta de receitas fiscais no passado recente, de forma geral a mobilização de receitas internas continua a ser baixa (Tabela 2.1).

Tabela 2.1. **Fluxos financeiros e receitas fiscais em África, 2005-17**
(mil milhões de USD, preços correntes)

			Média 2005-09	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (e)	2017 (p)
Externos	Privados	Investimento Direto Estrangeiro	48.7	46.0	49.8	49.4	53.1	56.0	51.3	56.5	57.5
		Investimento de carteira	10.5	28.5	21.6	34.3	23.0	21.3	15.7	6.5	5.2
		Remessas	41.7	53.1	59.6	64.3	63.7	67.2	64.8	64.6	66.2
	Públicos	Ajuda Pública do Desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	42.6	47.8	51.6	51.8	56.8	54.3	51.0	50.2	50.9
		Total de fluxos externos	**143.6**	**175.4**	**182.7**	**199.8**	**196.7**	**198.8**	**182.8**	**177.7**	**179.7**
Internos		Receitas fiscais	351.9	458.2	512.7	561.5	541.0	506.4	436.8		
Total de fluxos externos		Países de rendimento baixo	30.8	39.4	42.7	45.7	54.2	55.4	47.5	49.7	51.6
		Países de rendimento médio-baixo	76.9	90.9	97.3	118.1	110.7	107.6	99.2	100.1	99.0
		Países de rendimento médio-alto	31.9	40.1	37.5	30.6	27.0	29.4	29.8	22.5	23.2

Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD são baseadas no aumento real da Ajuda Programável por Pais (APP) na OCDE (2016). A previsão para as remessas baseia-se na taxa de crescimento mundial prevista pelo Banco Mundial. (Esta tabela exclui empréstimos oficiais e de bancos comerciais e créditos comerciais).
Fontes: Adaptado de dados de *Perspetivas Económicas em África*, FMI (2016a), OCDE (2016) e Banco Mundial (2016b).

Os fluxos privados e públicos aumentarão ligeiramente em 2017, mas num quadro de volatilidade

Em 2017, os fluxos de recursos externos dirigidos ao continente deverão crescer marginalmente. Estima-se que os fluxos privados[2] alcancem 128.9 mil milhões de USD em 2017, o que representa um acréscimo de 1.0% relativamente a 2016. O IDE deverá crescer 1.9% mas permanecerá volátil, fruto dos riscos internos e globais. A debilidade da economia global e a lenta melhoria dos preços das matérias-primas pode diminuir o entusiasmo dos investidores. Por outro lado, o cenário de investimentos em África pode ser afetado pelas consequências dos acontecimentos políticos de 2016, particularmente o *Brexit*, no Reino Unido, o resultado das eleições presidenciais nos Estados Unidos e os crescentes riscos geopolíticos globais. No plano interno, alguns países começam a enfrentar riscos de abrandamento, resultado dos lentos progressos em termos de ambiente de negócios e da instabilidade política.

Os fluxos de carteira irão decrescer ainda mais, de cerca de 20.3%, refletindo a baixa das entradas de investimento na República Democrática do Congo (RDC), na Nigéria e na África do Sul. Também as operações de *private equity* sofreram com o menor preço das matérias-primas e a volatilidade das divisas. No entanto, sondagens demonstram que a maioria dos investidores esperam que as transações privadas de ativos mantenham a tendência positiva a médio prazo, se bem que a um ritmo menor.

As remessas com destino a África deverão manter-se estáveis em 2017, com um ligeiro aumento de 2.4% num montante de 66.2 mil milhões de USD. A distribuição regional das remessas deverá continuar a ser desigual, recebendo a África do Norte e a África Ocidental o grosso dos fluxos.

Novas utilizações dos fluxos financeiros privados e da ajuda ao desenvolvimento podem dinamizar o empreendedorismo em África

Depois de ter caído em 2016, antecipa-se que em 2017 a ajuda ao desenvolvimento regresse ao nível de 2015 (50.9 mil milhões de USD), posteriormente decrescendo em 0.5% em 2018 e 0.1% em 2019. Prevê-se que a ajuda a alguns países africanos de rendimento baixo diminua e que 17 destes 27 países recebam em 2019 menos ajuda do que em 2015; o que, considerando a dependência desses em relação à ajuda ao desenvolvimento, é preocupante.

Reforçar a mobilização de recursos internos será fundamental para contrabalançar a diminuição da ajuda ao desenvolvimento. Os governos africanos têm que desenvolver esforços acrescidos para reforçar os sistemas fiscais, expandir a base tributária interna e fortalecer os mercados financeiros locais de modo a atrair outros fluxos privados. Estes recursos internos, porém, não serão suficientes para corresponder às necessidades financeiras. Mais e melhor ajuda continuará a ser um complemento fundamental, especialmente nos países de rendimento baixo (BAD et al., 2015).

Para por em prática a Agenda de Ação de Adis Abeba e a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a comunidade do desenvolvimento está a explorar formas de usar a ajuda ao desenvolvimento como catalisador para a mobilização de investimento privado. Alguns exemplos incluem empréstimos mistos (*blended finance*), investimentos de capital, garantias ou as mais tradicionais parcerias público-privadas.

O setor privado desempenhará um papel cada vez mais importante, não só na mobilização do financiamento, mas também na capacitação de competências e know-how e na promoção da inovação. A este respeito, as grandes fundações filantrópicas estão a ter um papel cada vez mais importante, envolvendo-se em empréstimos mistos e em investimentos com impacto social.

Os fluxos privados de capital podem também contribuir significativamente para o desenvolvimento do empreendedorismo local, nomeadamente no estímulo à inovação de base tecnológica nos serviços financeiros locais. O crescimento exponencial de bancos sem agências físicas e de tecnologia de *mobile banking* é uma tendência positiva nessa direção.

Também as remessas têm um imenso potencial inexplorado em termos de mobilização de recursos. Os "empreendedores da diáspora", por exemplo, podem ajudar a dinamizar o empreendedorismo nos seus países de origem (ver Capítulo 8), seja diretamente (isto é, sendo eles próprios empreendedores) ou indiretamente, alavancando as suas remessas para o financiamento de investimentos empresariais. A contribuição da diáspora vai muito além do investimento financeiro, incluindo transferência de conhecimento e competências e maior acesso aos mercados de capitais internacionais. Os decisores políticos e a comunidade do desenvolvimento procuram vias para explorar este potencial, como por meio da criação de ambientes empresariais propícios para o empreendedorismo e para os investimentos da diáspora.

Os investimentos em África estão a regressar ao crescimento

Esta seção aborda as recentes tendências do IDE,[3] do investimento intra-africano e do investimento de carteira, bem como as perspetivas de futuro. Realça a volatilidade característica dos fluxos de investimento em África em 2015-16 e analisa as estratégias dos países africanos para reduzir a vulnerabilidade face à evolução dos preços das matérias-primas. As perspetivas para o IDE em 2017 são favoráveis, mas a volatilidade pode manter-se, fruto de riscos globais e internos.

Os fluxos de investimento externo regressam ao crescimento em 2016

Os fluxos de IDE para o continente registaram alguma volatilidade em 2015-16, sendo os países ricos em recursos naturais mais afetados com o seu decréscimo. Em 2016, o IDE com destino a África representou 11.5% do IDE global, com 642 projetos responsáveis por 4% (fDi Markets, 2017). O IDE registou uma queda de 8% em 2015, mas os fluxos para África recuperaram em 2016, crescendo mais de 10%, para 56.5 mil milhões de USD, e estima-se que deverão permanecer em torno dos 57.5 mil milhões em 2017[4] (FMI, 2016a e CNUCED, 2016c).

Após a crise financeira de 2007-08, entre 2010 e 2014 os fluxos de IDE para África cresceram 22%. Esta tendência traduz as altas taxas de crescimento do continente, com aumento de população, a expansão da classe média e uma perceção de melhorias na estabilidade política e macroeconómica. Muitos dos grandes ganhos em fluxos de IDE neste período de cinco anos estiveram ligados à indústria extrativa, nomeadamente na Argélia e no Egito, no Norte de África, no Gana e na Nigéria, na África Ocidental, no Chade e na República do Congo (Congo), na África Central e em Angola, Moçambique e África do Sul, na África Austral (KPMG, 2016a). No entanto, o fim do «super-ciclo» das matérias-primas teve um enorme impacto no crescimento do PIB e no investimento em recursos naturais em África, o que levou a uma contração do IDE em 2015, particularmente nas economias alicerçadas em recursos naturais da África Central e Ocidental.

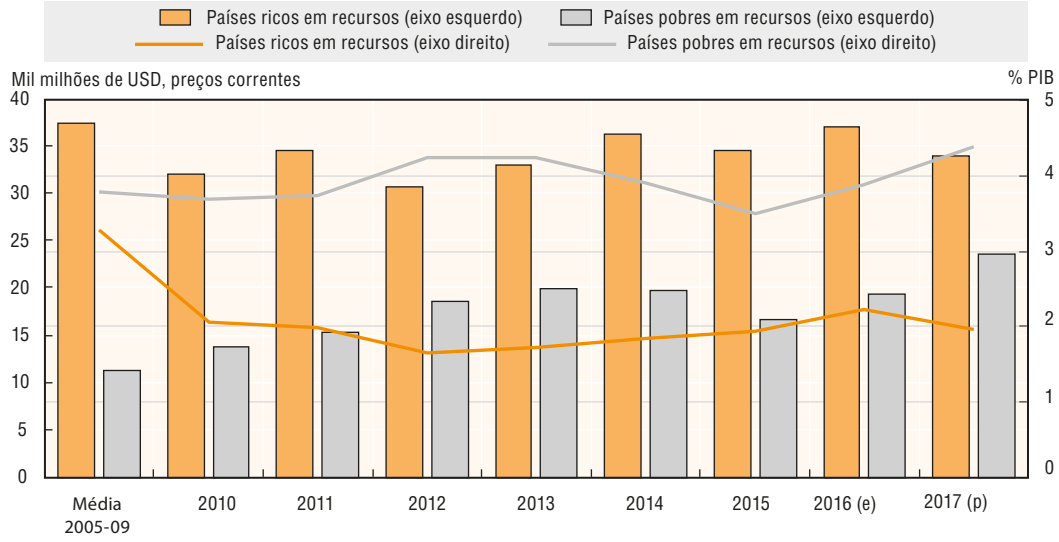
De acordo com as estimativas, a persistência das perspetivas no petróleo, no gás e na mineração, não impediu a recuperação dos fluxos de IDE em 2016. Esta situação deve-se à crescente diversificação do investimento para os setores dos serviços e da indústria transformadora e para projetos relacionados com infraestruturas. Nos projetos de raiz anunciados entre janeiro e novembro de 2016 (fDi Markets, 2017), a proporção de carvão, gás e petróleo no IDE total em África desceu para 14% (24% em 2015 e 36% em 2014).

A redução de 19% no investimento (de 15.8 mil milhões de USD em 2015 para 12.9 mil milhões e 2016) foi mais do que compensada pelo crescente investimento na construção

(+300%), na indústria transformadora (+40%), transportes (+300%), eletricidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Os países ricos em recursos naturais[5] continuam a ser o principal destino dos fluxos de investimento, mas em 2015 o IDE neste grupo desceu. Por outro lado, os países pobres em recursos representam uma fatia cada vez maior no IDE. Segundo o FMI, os países pobres em recursos deverão receber 40% do IDE em 2017, por comparação com 33% em 2015 e 24% em 2009. Em paralelo, projeções apontam para que o rácio IDE-PIB nos países pobres em recursos registe 4.4% em 2017, o dobro do nível de 2002. Em contrapartida, o rácio nos países ricos em recursos naturais deverá passar, no mesmo período, de 4% para 2% (Figura 2.2).

Figura 2.2. **Investimento direto estrangeiro em África, países ricos em recursos naturais versus países pobres em recursos naturais, 2005-17**



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.
Fontes: Adaptado de FMI (2016a) e CNUCED (2016c).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474982

Os investimentos externos estão a diversificar para os serviços e a indústria transformadora

De acordo com os anúncios de projetos de raiz em 2016, os principais destinos africanos do IDE foram o Egito, Marrocos, Angola, Gana, Moçambique, Etiópia, África do Sul, Nigéria, Tanzânia e Quénia, por esta ordem (fDi Markets, 2017). Em 2016, estes dez países representaram 92% do investimento direto estrangeiro anunciado para o continente (fDi Markets, 2017).

Apesar de o setor extrativo representar o grosso do investimento, alguns países estão a concentrar-se em serviços e setores transformadores menos intensivos em capital, de modo a reduzir a vulnerabilidade às variações dos preços das matérias-primas (Tabela 2.2). Marrocos, por exemplo, está a atrair IDE para a indústria automóvel, com os investimentos de raiz em 2016 a alcançar 1.3 mil milhões de USD (fDi Markets, 2017), nomeadamente da PSA Peugeot-Citroen e da Renault (França) e da Ford (Estados Unidos). Esta tendência resulta de um ambiente de negócios relativamente amigável, de uma boa política industrial, de um crescente mercado de consumo urbano, boas infraestruturas e acordos comerciais favoráveis (CNUCED, 2016a).

Tabela 2.2. **Principais destinos de investimento direto em África por valor de investimento, 2016**

Principais países de destino em 2016	Valor (mil milhões de USD)	Principais setores em 2016
Egito	10.1	Imobiliário, petróleo, gás, energias alternativas/renováveis
Marrocos	4.9	Energias alternativas/renováveis, imobiliário, automóvel
Angola	4.4	Petróleo, gás, comunicações, transportes
Gana	3.6	Petróleo serviços financeiros, construção
Moçambique	3.4	Transportes, carvão, gás, imobiliário
Etiópia	2.7	Química, imobiliário, têxteis
África do Sul	2.8	Carvão, petróleo, gás, transportes, automóvel

Fontes: Adaptado de FMI (2016a) e fDi Markets (2017).

Há novas políticas de atração de investimento externo para a indústria transformadora

Os países da África Oriental, como a Etiópia, estão a tornar-se destinos atrativos de investimento na indústria transformadora e em serviços. O governo etíope promoveu o desenvolvimento de parques industriais orientados para as indústrias têxtil, de curtumes, agroalimentar e farmacêutica, parte integrante do documento Visão 2025, que pretende fazer do país um centro de indústria ligeira em África. O Parque Industrial de Hawassa, por exemplo, inaugurado em julho de 2016, foi concebido e construído por uma empresa chinesa e inclui 35 unidades fabris e uma incubadora de empresas, equipadas com novas e inovadoras tecnologias alimentadas por energia verde. O parque já atraiu 15 grandes empresas transformadoras da China, Etiópia, Indonésia e Estados Unidos. Tem como meta empregar 60 000 pessoas na sua capacidade máxima, e gerar uma receita anual de exportações de mil milhões de USD. Estão já em construção ou em projeto outros nove parques (os parques Diredawa, Mekelle, Adama e Kombolcha devem ser concluídos no ano fiscal de 2016/17). Globalmente, o país canalizará um investimento anual de mil milhões de USD para parques industriais ao longo da próxima década. O objetivo é impulsionar a indústria exportadora, gerar conhecimento, transferir competências e contribuir para a criação de emprego.

Também o Quénia está a assumir uma posição mais importante no radar dos investidores, graças a uma nova legislação para atividades económicas, em vigor desde setembro de 2015. O pacote legislativo inclui a Lei das Empresas, a Lei do Serviço de Registo Empresarial, a Lei da Insolvência, a Lei das Finanças de 2015 e a Lei das Zonas Económicas Especiais (ZEE). Esta última integra uma série de incentivos para atrair investidores estrangeiros a estabelecer ZEEs de indústria transformadora (KPMG, 2016b). Apesar de os fluxos de IDE no Quénia terem registado uma queda em 2016, esses conheceram um aumento substancial nos últimos dez anos. Entre 2007 e 2015, a fDi Markets registou um aumento de 766.6% no número de projetos e um investimento de capital total de 14.04 mil milhões de USD. Na verdade, 2015 foi um ano recorde, com o Quénia a ocupar o segundo lugar na tabela dos destinos de IDE em África, a seguir à África do Sul. O país atraiu 12.44% do investimento total no continente, tendo a maioria dos fluxos destinados a serviços financeiros, serviços empresariais, comunicações, *software* e imobiliário (fDi Markets, 2016).

O investimento externo é moderado em países da África Austral como Moçambique e a África do Sul. Moçambique passou por uma recuperação ligeira em 2016, após uma quada de 24% no IDE em 2015 (CNUCED, 2016c e FMI, 2016a), mas os fluxos mantêm-se abaixo do seu potencial. As negociações entre as autoridades e os operadores de gás natural liquefeito para novos projetos no norte do país demoraram mais tempo do que o esperado. Esta demora levou ao adiamento ou mesmo à saída do país de muitas empresas ali estabelecidas com a perspetiva de benefícios advindos de negócios de gás natural liquefeito. A África do

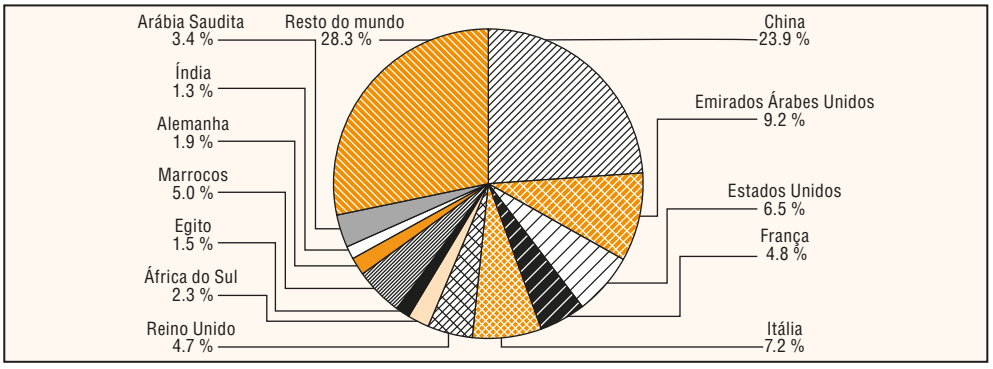
Sul, tradicionalmente um dos principais recetores da região, registou fluxos moderados em 2016, totalizando 1.8 mil milhões de USD. Apesar de este montante representar um aumento de 3% relativamente a 2015, – o nível mais baixo em dez anos – ele é substancialmente menor do que a média anual de 6 mil milhões de USD, registada no período 2011-14. Este modesto fluxo de investimentos traduz o fraco desempenho económico do país, a descida dos preços das matérias-primas e o aumento dos custos da eletricidade.

Nos países da África Ocidental, como o Gana e a Nigéria, o quadro é mais variado. A Nigéria conheceu um decréscimo dos fluxos de IDE devido à baixa dos preços do petróleo. Segundo a fDi Markets, projetos de raiz anunciados nos setores do petróleo, do carvão e do gás natural decresceram de 3.5 mil milhões de USD em 2015 para 1.7 mil milhões em 2016. No Gana, o IDE médio foi de 3.6 mil milhões de USD em 2016, o que representa uma alta de 13% em comparação com o ano anterior, graças a um maior investimento em serviços financeiros e empresariais.

O investimento da China em África continua a crescer

Se o IDE da Europa e da América do Norte – os parceiros de investimento tradicionais do continente – está a diminuir, as economias do Extremo e Médio Oriente estão a investir cada vez mais em projetos de raiz nos países africanos (Figura 2.3). Em particular, o investimento chinês continua a crescer, mesmo com o abrandamento da economia do país e a diminuição da procura de petróleo e minerais. De acordo com os projetos de raiz anunciados, e em comparação com 2015, o investimento de capital chinês em África entre janeiro e novembro aumentou 1400% (fDi Markets, 2017).

Figura 2.3. **Fontes de investimento em projetos de raiz em África (pelo investimento de capital), 2015-16 (cumulativo)**



Fonte: Adaptado de fDi Markets (2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933474993

A fDi Markets estima que os anúncios de investimento em projetos de raiz em África por companhias chinesas se situem em 2016 acima dos 30 mil milhões de USD. Trata-se do valor mais alto registado, ultrapassando largamente o recorde de investimento chinês registado de 2008, que foi de um montante ligeiramente superior a 9 mil milhões de USD (fDi Markets 2017). Além disso, o número de projetos conhece um novo record, já que o valor de 2015 foi duplicando, com 64 projetos anunciados entre janeiro e novembro de 2016. Estima-se que estes investimentos tenham criado cerca de 38 000 postos de trabalho (fDi Markets, 2017). O pico de 2016 explica-se sobretudo pelo negócio de 20 mil milhões de USD assinado entre o governo egípcio e a China Fortune Land Development Co. (CFLD), cujo objetivo é desenvolver e gerir 5 700 hectares a leste do Cairo, sede da nova capital administrativa do Egito. O restante do investimento chinês em África divide-se em petróleo, transportes, construção e vestuário.

A China liderou o investimento de raiz em África em 2015-16 (38.4 mil milhões de USD), mas outros investidores estão crescendo(Figura 2.3). Os principais investidores depois da China, em termos de valor de projetos de raiz anunciados, foram os Emirados Árabes Unidos (EAU) (14.9 mil milhões de USD), Itália (11.6 mil milhões de USD), os Estados Unidos (10.4 mil milhões de USD), Marrocos (8.1 mil milhões de USD), França (7.7 mil milhões de USD) e o Reino Unido (7.5 mil milhões de USD). Os países europeus foram responsáveis por 27% do IDE em África e 34% dos postos de trabalho criados diretamente por IDE de raiz (92 800 postos de trabalho em 2015-16) (fDi Markets, 2017). Em 2015-16, a Índia investiu 2.2 mil milhões de USD em 64 projetos em África. É importante salientar que entre 2008 e 2014 a Índia investiu cerca de 33 mil milhões de USD em 261 projetos de raiz, o que representa 8% do total de investimento de raiz anunciado no continente neste período (fDi Markets, 2017).

No total, 495 empresas investiram em África em 2016 – números similares aos de 2015. O conglomerado baseado nos EAU Al Habtoor Group, o segundo maior investidor em volume de capital (ver Tabela 2.3), é conhecido pela atividade na construção, mas está também presente na hotelaria, no setor automóvel, no imobiliário, e nos setores da educação e das publicações. A Eni SpA é o terceiro maior investidor, na sequência da decisão de construir o complexo de processamento de gás de Zohr no Egito (fDi Markets, 2017).

Tabela 2.3. **Principais empresas investidoras em África por volume de capital, 2015-16 (cumulativo)**

Empresa investidora	Capital (USD mil milhões)	Número de projetos	Empregos criados
China Fortune Land Development (CFLD)	20.0	1	3 000
Al Habtoor Group	8.5	1	3 000
Eni SpA (Eni)	8.1	5	2 984
China Petroleum Pipeline Bureau (CPP)	6.0	2	6 000
Office Cherifien des Phosphates (OCP)	4.2	4	947
Sisban Holding	3.6	1	3 000
Terra Sola	3.5	1	776
China State Construction Engineering Corporation	3.3	1	3 000
Indorama	3.1	3	3 002
Bionas Agropolitan Technology Corridor	2.5	1	1 520
Total E&P Angola	2.2	1	214
Taaleritehdas	2.2	7	5 150
Enel Green Power	2.2	11	516
Korea Electric Power	2.1	1	210

Nota: Dados apresentados para empresas de 170 países de origem, em 54 países de destino, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016. Os dados apresentados incluem projetos de IDE anunciados ou executados. Os dados relativos ao capital investido e à criação de postos de trabalho baseiam-se no investimento que a empresa faz à data do anúncio ou abertura do projeto. Como as empresas podem captar investimento local, organizar seus investimentos em fases num determinado período de tempo e canalizar o investimento através de diferentes países, por questões de eficiência fiscal, os dados utilizados pela fDi Markets são diferentes dos dados oficiais de fluxos de IDE.
Fonte: Adaptado de fDi Markets (2017).

As multinacionais estão em investir em África em busca de mercados

Em 2015-16, a localização foi a principal razão na tomada de decisão de IDE empresarial (Tabela 2.4). Mais de 50% dos projetos tiveram na base o acesso a mercados internos, e cerca de dois terços do IDE resultaram da proximidade a consumidores e mercados regionais

Tabela 2.4. **Determinantes do investimento direto estrangeiro em África, 2015-16**

Motivo	Projetos	% de projetos de IDE
Potencial de crescimento do mercado interno	98	55.6
Proximidade a mercados ou clientes	57	32.3
Regulação ou clima de negócios	52	29.5
Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	17	9.6
Infraestruturas e logística	9	5.1
Cluster industrial/massa crítica	5	2.8
Menores custos	4	2.2
Infraestruturas de TIC	4	2.2
Atratividade/qualidade de vida	3	1.7
Instalações/imobiliário	3	1.7
Outros motivos	8	4.5

Fonte: Adaptado de fDi Markets (2017).

Marrocos lidera o investimento intra-africano

Os investimentos intra-africanos diminuíram ligeiramente em 2015-16, mas a tendência geral é de crescimento. A percentagem de investimento em projetos de raiz anunciados com origem em África foi de 17%, ligeiramente abaixo da média de 19% registada em 2009-14, mas ainda acima dos 11% de 2003-08. Espera-se que estes investimentos criem aproximadamente 38 000 postos de trabalho em 2015-16 (fDi Markets, 2017).

Marrocos é cada vez mais um importante investidor no continente, com cerca de 8 mil milhões de USD de capital anunciado para 2015-16, num reflexo das crescentes capacidades das empresas marroquinas em serviços financeiros, telecomunicações e na indústria transformadora (CNUCED, 2016c). A maioria do investimento anunciado de Marrocos concentra-se na Etiópia. Esta concentração resulta do acordo assinado em novembro de 2016 entre o grupo produtor de fosfatos marroquino Office Chérifien des Phosphates (OCP) e o governo etíope para um investimento de mais de 3 mil milhões de USD na construção de uma fábrica de fertilizantes. O segundo maior recetor de IDE marroquino é a Côte d'Ivoire (2.7 mil milhões de USD em 2015-16), país onde Marrocos ultrapassou a França no topo dos investidores. Entre as companhias marroquinas que operam no território marfinense estão as subsidiárias bancárias Akwa Group e BTP. Em termos globais, nos últimos dez anos as instituições financeiras marroquinas expandiram-se pela África subsariana através de numerosas aquisições, estando os bancos marroquinos agora presentes em mais de 20 países africanos.

Um número cada vez maior de grandes empresas africanas está a expandir as suas operações à escala continental, e algumas delas estão ativas em diversos setores. Estão a emergir empresas africanas de sucesso no retalho, nos serviços financeiros e nos transportes. Em África, há 700 empresas com receitas superiores a 500 milhões de USD anuais. Metade das grandes empresas do continente está baseada na África do Sul (McKinsey, 2016).

Embora o investimento da África do Sul é atualmente menor do que no passado, permanece uma fonte relevante de IDE para a África Austral e lidera os projetos de raiz. Em 2015-16, a África do Sul foi responsável por um investimento de capital de 3.6 mil milhões de USD, canalizados para cerca de 60 projetos. No mesmo período, o Quénia, a Nigéria e as Maurícias foram igualmente fontes importantes de investimento intra-africano, com, respetivamente, 51, 22 e 18 projetos de raiz (fDi Markets, 2017).

A inovação de base tecnológica está a apoiar o empreendedorismo africano

A tecnologia está a criar novos modelos e a alterar profundamente as cadeias de valor, levando a novas forma e métodos de investimento externo. O IDE de base tecnológica, particularmente, tem potencialidades de efeitos em cascata com impacto no empreendedorismo local. Os empreendedores africanos estão a aplicar novas tecnologias a serviços tradicionais e, em paralelo, fazem crescer os seus negócios. As inovações vão dos serviços financeiros e pagamentos móveis a projetos de energia fotovoltaica. Tanto as empresas estrangeiras como as africanas estão a trabalhar com *start-ups* e plataformas tecnológicas para construir a nova geração de empreendedores tecnológicos (ver Caixa 2.1).

Caixa 2.1. **Inovação de base tecnológica como plataforma para o empreendedorismo**

As seguintes *start-ups* estão a adotar inovações de base tecnológica:

Tala. Aplicação de crédito móvel baseada em Santa Monica, Estados Unidos, opera no Quénia e na Tanzânia, e está em processo de expansão para a África Ocidental. A Tala privilegia os mercados emergentes, permitindo a construção de uma identidade financeira a qualquer pessoa que tenha um telemóvel. Através da sua aplicação, a Tala liga mais de 10 000 pontos de dados por cliente para criar um perfil de risco de crédito instantâneo, permitindo serviços financeiros personalizados e concessão de créditos diretamente para o telemóvel do cliente. A Tala já processou 275 000 empréstimos no Quénia, para uma base de 75 000 consumidores. A maioria são micro e pequenos empresários que necessitam de pequenos empréstimos para financiar os seus negócios mas que não têm acesso à banca tradicional, que os considera como clientes de alto risco e exige garantias colaterais. Os empréstimos móveis estão em rápido crescimento no Quénia, com cerca de uma dúzia de grandes operadores no mercado, incluindo plataformas da banca comercial como a M-Shwari, M-Co-op Cash, KCB M-Pesa e a Equitel.

Oxygen Africa Limited. Baseada no Zimbabwe, é uma companhia de assessoria de investimentos que apoia os investidores estrangeiros no Zimbabwe. Em 2013, a Oxygen Africa associou-se ao grupo suíço Meeco, uma empresa de energias renováveis, numa *joint venture* para criar a Oursun Energy Zimbabwe. Este produtor de energia independente especializou-se no desenvolvimento, construção, propriedade e operação de projetos energéticos de energia fotovoltaica para abastecimento da rede no Zimbabwe. A Oxygen Africa reuniu 7 milhões de USD e está atualmente a desenvolver duas unidades solares de 5 MW ligadas à rede no Zimbabwe.

Efulusi Africa. Baseada na Tanzânia, é uma empresa de desenvolvimento de *software* especializada em aplicações financeiras móveis e plataformas agregadoras. A Efulusi é reconhecida pelo desenvolvimento e introdução da primeira plataforma de *mobile banking* na Tanzânia. Em 2014, o seu fundador criou o Grupo AIM, a principal agência digital no país. A AIM tem agora 25 funcionários e tem como clientes as mais importantes marcas da Tanzânia.

mPedigree. Baseada no Gana, é o líder global na utilização de tecnologias *web* e móveis para a proteção de produtos contra desvio, falsificação e contrafação. Os seus serviços permitem que os consumidores autentiquem os produtos através de códigos PIN ou SMS. A mPedigree ajudou a lançar um movimento que capacita as empresas para a proteção das suas marcas, por um lado, e auxilia os governos na salvaguarda de sistemas de regulação de produtos falsos ou contrafeitos, por outro. A mPedigree contribui igualmente para a segurança humana ao proteger medicamentos e produtos agrícolas, como pesticidas e sementes.

Fontes: Baseado nos relatórios das empresas e em artigos jornalísticos (Forbes, 2016; US Africa Business Forum, 2016).

Os fluxos de investimento de países africanos para destinos fora do continente estão a decrescer

Se nos últimos anos se assistiu ao aumento dos fluxos de IDE de África para o resto do mundo, este movimento diminuiu em 2016, registando o nível mais baixo desde 2012, com 10.6 mil milhões de USD (FMI, 2016a).

Em particular, os fluxos com origem na Nigéria e na África do Sul decresceram desde 2015, em grande medida devido à queda dos preços das matérias-primas, menor procura por parte dos principais parceiros comerciais e a desvalorização das divisas nacionais. A África do Sul, historicamente o maior investidor fora do continente, registou em 2015 uma diminuição de 30% no seu IDE (atingindo o valor de 5.3 mil milhões de USD) e teve uma queda adicional de 58% em 2016, ano em que registou 2.2 mil milhões de USD (FMI, 2016a).

O IDE deve aumentar ligeiramente em 2017, mas a volatilidade provocada por riscos internos e globais deverá manter-se

Estima-se que os fluxos de IDE com destino a África cresçam cerca de 2% em 2017, alcançando 57.5 mil milhões de USD. O Egito deverá ser o maior recetor (9.5 mil milhões de USD), seguido da Etiópia (4.4 mil milhões de USD) e de Marrocos (4.3 mil milhões de USD). Em 2017, os fluxos de IDE deverão crescer gradualmente em alguns países exportadores de matérias-primas, após o abrandamento de 2016. Para a Nigéria espera-se a duplicação do nível de 2016, com um montante de 2.9 mil milhões de USD, fruto das reformas políticas desenhadas para atrair o investimento privado. Em Moçambique, estima-se que em 2017 o IDE chegue aos 3 mil milhões de USD, permanecendo mesmo assim abaixo da média de 2012-15 (4.3 mil milhões de USD). Este crescimento resulta dos recentes progressos nos acordos contratuais com a petrolífera americana Anadarko e com a italiana Eni, que impulsionou o investimento no enorme setor do gás em Moçambique. No Gana, os fluxos de IDE deverão subir (para 3 mil milhões de USD), pois as condições macroeconómicas continuam a melhorar, em paralelo com a melhoria no acesso à energia. Também se espera que a Côte d'Ivoire e o Quénia registem um crescimento no IDE (para 2.1 mil milhões e 1.3 mil milhões de USD, respetivamente), pois ambos os países estão com um desempenho relativamente bom, tanto em termos de infraestruturas como de ambiente de negócios.

Para outros países, como a África do Sul, Angola e a RDC, as perspetivas para 2017 são menos positivas. Na África do Sul, os fluxos de IDE deverão continuar estagnados (com 1.7 mil milhões de USD), em consequência da incerteza política e de questões estruturais perenes, incluindo a instabilidade no acesso à energia (Banco Mundial, 2016a). Os fluxos de IDE para Angola deverão igualmente diminuir, devido à queda dos preços do petróleo, à elevada inflação e a uma política monetária restritiva, embora se mantenham fortes (3 mil milhões de USD). Finalmente, a RDC deverá registar um declínio do IDE de 35% (para 0.8 mil milhões de USD), pois o fraco investimento, resultado da tensão politica, agrava os efeitos da baixa do preço do cobre.

Em termos gerais, um conjunto de elementos globais e internos ameaçam estas perspetivas. Na frente externa, a estagnação da economia global, em paralelo com o menor crescimento da economia chinesa (Yao, 2014) e com melhorias lentas no preço das matérias-primas (que levam os investidores estrangeiros a diminuir as operações em países ricos em recursos naturais) pesam no investimento transnacional. Uma incerteza (e volatilidade) acrescida deriva dos potenciais efeitos do *Brexit* no Reino Unido, da mudança na administração norte-americana e de um crescente risco geopolítico global.

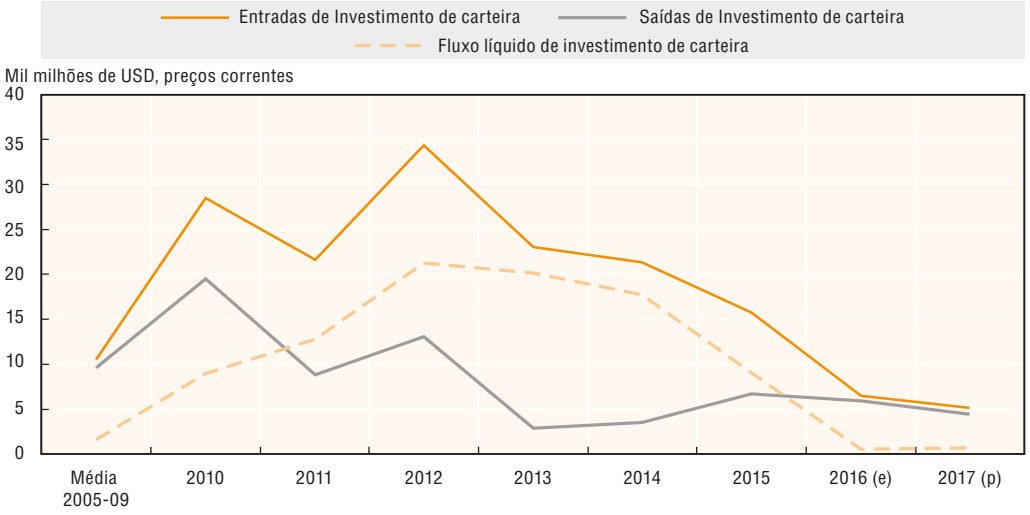
Na frente interna, os riscos de abrandamento têm origem em determinados países devido aos lentos progressos tanto no desenvolvimento do ambiente de negócios como

nas respostas à instabilidade política. A incerteza em torno dos atos eleitorais de 2017, particularmente em Angola, na RDC, no Quénia, na Libéria e no Ruanda, também é uma ameaça. Por fim há alguns países onde a atividade terrorista e a degradação da segurança são fontes adicionais de risco (Banco Mundial, 2016a).

Os investimentos de carteira (entrada e saída) estão a diminuir

De acordo com as estimativas, os fluxos de investimento de carteira com destino a África, incluindo investimentos internacionais em ativos e títulos da dívida emitidos por entidades não residentes, diminuíram 60% em 2016, registando 6.5 mil milhões de USD (FMI, 2016a). O investimento de carteira com origem em África também diminuiu, se bem que de forma menos acentuada, em cerca de 22%, atingindo os 10.6 mil milhões de USD. Para 2017, espera-se que tanto as entradas como as saídas mantenham essa tendência, atingindo 5.2 mil milhões de USD e 9.0 mil milhões de USD, respetivamente (FMI, 2016a) (Figura 2.4).

Figura 2.4. **Entrada e saída de investimento de carteira em África, 2005-17**



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.
Fonte: Adaptado de FMI (2016a).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475001

A emissão de *Eurobonds* em África regista uma diminuição acentuada

Em 2016, África registou o mais baixo volume de entrada de investimento de carteira desde 2008, pois os investidores responderam aos choques globais comprando menos ativos de países em desenvolvimento. Em contraste com a tendência de crescimento rápido da emissão de obrigações soberanas no plano regional, em 2016 só o Gana e a África do Sul operaram no mercado obrigacionista internacional. Os investidores procuram maior rentabilidade, o que aumenta os custos de acesso a financiamento externo por parte de governos em stress, forçando-os a adiar planos de emissão de *Eurobonds* (Banco Mundial, 2016a). Os *Eurobonds* representam atualmente uma importante fatia do estoque da dívida pública em alguns países subsarianos com "economias de fronteira", como o Gabão (48%), a Namíbia (32%), a Côte d'Ivoire (26%), a Zâmbia (24%), o Gana (16%), o Senegal (15%) e o Ruanda (13%) (FMI, 2016b).

Embora o *spread* das obrigações soberanas tenha descido ligeiramente no primeiro semestre de 2016, mas é ainda alto, se comparado com outros mercados emergentes. Por exemplo, o rendimento da dívida soberana nos mercados secundários subiu 170 pontos-base no Gana e 310 pontos-base na Zâmbia desde outubro de 2014, situando-se em torno

dos 9% em agosto de 2016. Em contraste, o rendimento de títulos soberanos em países com melhor desempenho, como a Côte d'Ivoire, o Quénia ou o Senegal, mantiveram-se estáveis entre 5.5% e 7% (FMI, 2016b).

Só no primeiro semestre de 2016, a Moody's, a S&P e a Fitch baixaram o *rating* da dívida soberana de Angola, Congo, Gabão, Lesoto, Mozambique e Zâmbia. A classificação foi justificada com o serviço da dívida, a recessão causada pelo colapso do preço do petróleo e os riscos emergentes. O ritmo da degradação acelerou ao longo do ano, o que faz com que o custo do financiamento internacional tenha sido relativamente alto para estes países (Banco Mundial, 2016a).

Foram diversos os países africanos que conheceram uma redução do fluxo de investimentos de carteira em 2016 e as perspetivas para 2017 não são animadoras. Apesar da África do Sul ser ainda o principal recetor de investimentos de carteira, registou a maior queda na entrada de capitais, passando de 8.3 mil milhões de USD em 2015, para um valor estimado de 3.4 mil milhões de USD, em 2016. As estimativas apontam para uma entrada de capitais decrescente em 2017 (situando-se em 2.9 mil milhões de USD). Verifica-se um cenário de decréscimo também na RDC, com movimentos negativos de -1.2 mil milhões de USD em 2016, e esperando-se mais uma queda em 2017 (-3.4 mil milhões de USD). No caso da Nigéria, apesar de um aumento moderado (30%) nos fluxos de investimento de carteira, registando 1.1 mil milhões de USD, este montante está ainda muito abaixo da média de 2009-14, de 6.5 mil milhões de USD (FMI, 2016a), devido à escassez de divisas, dos controlos de capital e de dificuldades nos complexos petrolíferos. Prevê-se que a entrada de investimentos de carteira na Nigéria diminua para 0.3 mil milhões de USD em 2017. De acordo com o FMI, o efeito conjunto de menores entradas de investimento de carteira na RDC, Nigéria e África do Sul explica as perspetivas negativas para 2017 em todo o continente. No entanto, é importante notar que a Nigéria emitiu *Eurobonds* no valor de mil milhões de USD no primeiro trimestre de 2017.

Operações de *private equity* estão a crescer a um ritmo mais lento

A queda dos preços das matérias-primas e a volatilidade cambial em muitos países africanos refletem-se no setor das participações de capital privado - *private equity* (PE). Os negócios africanos de PE desceram para 2.5 mil milhões de USD em 2015, quando em 2014 tiveram um volume de 8.1 mil milhões de USD. No primeiro semestre de 2016, o valor total de negócios de PE em África foi somente de 0.9 mil milhões de USD (AVCA, 2017).

Apesar do abrandamento da atividade, o número de operações significativas indica que os fundos PE continuam a investir em empresas africanas com potencial de crescimento de longo prazo. Os exemplos mais importantes incluem o negócio de 115 milhões de USD entre a Helios Investment Partners e a Oando Gas and Power, na Nigéria. Também o Quénia – uma das mais resilientes economias africanas em 2016 – registou uma intensa atividade, com a Apis Partners a investir na Direct Pay Online (uma companhia financeira e tecnológica) e a LeapFrog Investments a investir 22 milhões de USD no setor farmacêutico (Popo, 2017).

Com a queda dos preços das matérias-primas, a tecnologia, os serviços financeiros, o setor financeiro e tecnológico e as infraestruturas adquiriram maior destaque em 2016, uma tendência que se espera que continue em 2017. A Iniciativa Chan Zuckerberg, fundação criada por Mark Zuckerberg e a sua esposa, investiu 24 milhões de USD na Andela, uma empresa de formação de desenvolvimento de software que opera no Quénia e na Nigéria. A Commonwealth Development Corporation investiu 55 milhões de USD na Jumia, a principal plataforma Africana de e-comércio que opera em 23 países, e a Interswitch, empresa de pagamentos digitais e e-comércio adquiriu a VANSO, companhia nigeriana de dinheiro móvel (Popo, 2017).

De acordo com o Inquérito de Confiança sobre *Private Equity* em África de 2016 (Deloitte, 2016), a maioria dos investidores espera que a atividade de PE continue com a tendência positiva

a médio prazo, se bem que num ritmo mais moderado. Os investidores antecipam novas oportunidades em mercados em rápida expansão, como a Côte d'Ivoire, a Etiópia e a Tanzânia, que deverão substituir destinos mais tradicionais como a África do Sul, o Quénia e a Nigéria.

A Caixa 2.2 elenca os principais fundos de investimentos em África e a sua concentração setorial e geográfica.

Caixa 2.2. **Os maiores fundos de *private equity* em África**

O investimento local e internacional em fundos de PE em África cresceu nos últimos anos, apesar do abrandamento de 2016. Entre 2010 e o primeiro semestre de 2016, os fundos PE investiram um total de 22.7 mil milhões de USD em África, repartidos por 928 negócios registados (AVCA, 2017). Só em 2013-15, os fundos PE somaram 14.8 mil milhões de USD em negócios (BCG Perspectives, 2016). Em termos de valor, o peso da África Austral nos negócios do continente africano caiu para uma média de 15%, entre 2010 e 2015, segundo a AVCA, enquanto a África Central, Oriental e Ocidental atraíram 33% do investimento total (BCG perspectives, 2016).

As seguintes empresas estão entre os maiores fundos de PE em África:

A **Helios Investment Partners** é uma empresa de PE de 3 mil milhões de USD, cuja atividade se centra em África. Gere um grupo de fundos e as suas respetivas entidades de coinvestimento. As empresas da carteira da Helios operam em 35 países africanos, em diversos setores industriais, destacando-se as infraestruturas e serviços de comunicações.

O **Blackstone Group**, sediado nos Estados Unidos, é um dos maiores fundos de PE do mundo. O grupo investiu quase 2 mil milhões de USD em projetos de infraestruturas por meio da sua subsidiária Black Rhino, na Etiópia, em Moçambique, na Nigéria e no Togo.

O **Abraaj Group**, com base no Dubai, está presente em África há duas décadas. Nesse período de tempo, mobilizou 3 mil milhões de USD em setores como a saúde, os serviços financeiros, logística, bens de consumo e alimentação. Em 2015, o Abraaj reuniu 1.3 mil milhões de USD para os seus fundos que operam em África (AVCA, 2017). Em outubro de 2016, o grupo anunciou a aquisição de uma posição minoritária na Indorama Fertilizers B.V., o maior fabricante de fertilizantes da África subsariana.

A **Carlyle Investment Management** captou 698 milhões de USD para investimento na África subsariana. Adquiriu igualmente posições no Banco Diamond, da Nigéria. No entanto, o banco acabou por perder 90% do seu valor em dólares desde que a Carlyle investiu 147 milhões de USD, em 2014, devido à queda da moeda e à grave escassez de divisas, consequência da descida do petróleo.

A **Warburg Pincus** é uma empresa de PE norte-americana. Em 2013, investiu 600 milhões de USD na Delonex Energy, uma companhia de exploração de petróleo e gás da África Central e Oriental.

A Catalyst Principal Partners é uma firma de PE de 125 milhões de USD, vocacionada para a África Oriental. Em 2011, captou 69 milhões de USD que deveriam ser canalizados para diversos investimentos na África Oriental. Usou parte desses fundos para investir 14.6 milhões de USD na Chemi & Cortex Industries Limited, um produtor de bens de consumo da Tanzânia.

Em termos setoriais, os fundos PE estão a diversificar as suas carteiras. Historicamente, estes fundos investiam principalmente em energia, banca e matérias-primas. Entre 2007 e 2014, porém, 57% dos investimentos de PE foram para empresas que fornecem bens e serviços a um crescente mercado de consumo em África (AVCA, 2017). Os fundos PE estão também a promover o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME). Por exemplo, a **AfricInvest e a Bpifrance** anunciaram o lançamento de um Fundo Franco-Africano (FFA), o primeiro fundo de investimento transnacional dedicado ao desenvolvimento de PME, tanto em África como em França. O fundo será gerido pela AfricInvest, empresa pan-africana orientada para operações de médio porte, com mil milhões de EUR de fundos em carteira e escritórios em seis países africanos e em França. A estratégia do fundo é o investimento em empresas de dimensão média com um significativo potencial de crescimento. Para além do apoio financeiro, a AfricInvest irá colaborar com empresas francesas no seu desenvolvimento estratégico em África, e com empresas africanas que pretendam expandir-se para França e para o continente europeu.

Fontes: Adaptado de Afk Insider (2016), BCG perspectives (2016) e AVCA (2017).

A saída de investimento de carteira deverá diminuir ligeiramente

Os investimentos de carteira com origem em África foram relativamente voláteis na última década e abrandaram em 2016, o que é fruto do decréscimo do investimento com origem na África do Sul. O país representou 54% do total de saída de investimento de carteira no período entre 2013 e 2015, mas essa percentagem foi reduzida para 28% em 2016. O investimento de carteira sul-africano passou de 3.9 mil milhões de USD em 2015 para 1.7 mil milhões de USD. O nível anterior refletia a aquisição (no valor de 1.2 mil milhões de USD) da empresa russa Kekh eKommerts pela sul-africana Naspers' (CNUCED, 2016c). Angola registou a maior saída de investimento de carteira em 2016, com 4.8 mil milhões de USD (FMI, 2016a).

As remessas podem estimular o investimento e alavancar o empreendedorismo

Esta seção aborda a tendência das remessas oficialmente registadas em África, destacando como os dados agregados escondem a enorme heterogeneidade do continente, tanto geograficamente como por grupo de rendimento. As remessas representam uma fonte de capital vital para os países africanos e estão a crescer. Podem ser aproveitadas para estimular o investimento e impulsionar o empreendedorismo.

Os fluxos de remessas continuam a ser uma fonte estável e importante de financiamento externo para África

Para muitos países africanos, os fundos enviados pelos emigrantes são essenciais para o consumo dos agregados familiares, para aumentar as reservas de divisas e possibilitar a realização de investimentos, incluindo em pequenas empresas e na educação. Em 2016, o rácio remessas-PIB foi de 10% ou superior em sete países, incluindo a Gâmbia, o Lesoto, a Libéria e o Senegal – países com grandes diásporas –, e as remessas per capita foram superiores a 100 USD em nove países (Tabela 2.5).

Tabela 2.5. **Os quinze principais países recetores de remessas em África (em percentagem do PIB), 2016**

País	% PIB	USD per capita	Mil milhões de USD, preços correntes
Libéria	30.4	150.0	0.66
Comores	21.4	161.4	0.13
Gâmbia	21.0	91.3	0.19
Lesoto	17.7	165.3	0.32
Senegal	13.2	127.4	1.96
Cabo Verde	12.1	384.7	0.20
Togo	10.0	60.3	0.45
Marrocos	6.8	209.9	7.10
Mali	6.6	55.6	0.94
Egito	5.7	204.9	18.66
Guiné-Bissau	5.6	36.3	0.07
São Tomé e Príncipe	5.5	93.5	0.02
Gana	5.0	78.1	2.15
Nigéria	4.8	108.9	20.00
Tunísia	4.8	180.0	2.02

Fontes: Adaptado de FMI (2016a) e Banco Mundial (2016b).

As remessas continuam a ser uma importante fonte de financiamento externo em África. Em 2016, representaram cerca de 37% do total de fluxos financeiros externos. As remessas dos emigrantes para África aumentaram gradualmente desde meados dos anos 1990, passando de 11 mil milhões de USD em 2000 para 64.8 mil milhões de USD em 2015. In 2016, o total de fluxos de remessas foi de 64.6 mil milhões de USD, aproximadamente o mesmo montante do ano anterior.

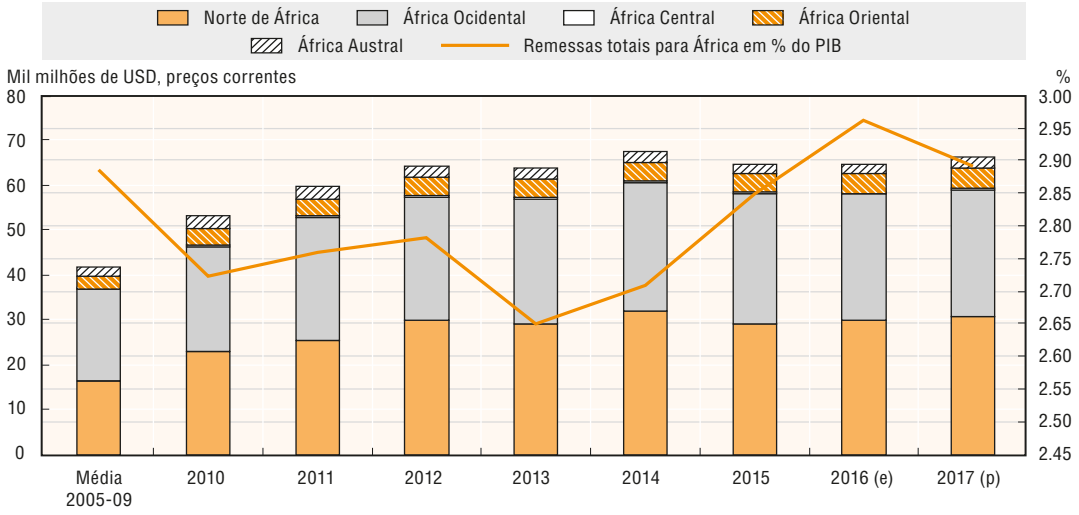
Para além de serem menos voláteis do que a ajuda ao desenvolvimento e o IDE, os fluxos de remessas têm a vantagem de aumentarem quando piora a situação económica dos recetores. Tendencialmente, os emigrantes enviam mais dinheiro quando o seu país de origem está em pior situação económica. Esta natureza contra-cíclica das remessas pode ajudar a sustentar o consumo e o investimento interno em tempos adversos.

O Egito e a Nigéria continuam a receber o grosso dos fluxos de remessas

A estabilidade relativa dos fluxos de remessas em África esconde importantes diferenças entre os países e as regiões. Em termos regionais, a África Ocidental e o Norte de África continuam a ser os maiores recetores de remessas (Figura 2.5). Em 2016, estas duas regiões receberam 90% das remessas do continente. A Nigéria recebe 71% das remessas na África Ocidental e o Egito é destino de 63% das remessas no Norte de África. Em 2016, os maiores recetores foram a Nigéria (20 mil milhões de USD), o Egito (18.7 mil milhões de USD), Marrocos (7.1 mil milhões de USD), o Gana (2.2 mil milhões de USD), a Argélia (2.1 mil milhões de USD), a Tunísia (2 mil milhões de USD) e o Senegal (1.9 mil milhões de USD). O Quénia (1.6 mil milhões de USD) e o Uganda (1.1 mil milhões de USD) foram os únicos países da África Oriental a ultrapassar o patamar de mil milhões de USD. Na África Austral, o maior recetor foi a África do Sul, com 0.8 mil milhões de USD.

Em 2016, os fundos enviados pelos emigrantes diminuíram substancialmente em alguns países africanos, enquanto outros registaram aumentos moderados. Os fluxos de remessas diminuíram no Lesoto (12.4%, para 320 milhões de USD), na Suazilândia (11.9%, para 16.5 milhões de USD) e na Namíbia (11.8%, para 7.7 milhões de USD), mas aumentaram no Burundi (cerca de 6%, para 54.1 milhões de USD), na Côte d'Ivoire (6.5%, para 409.6 milhões de USD), no Sudão (5.6%, para 160 milhões de USD), no Togo (5.9%, para 452.7 milhões de USD) e no Níger (5.6%, atingindo 154 milhões de USD).

Figura 2.5. **Fluxos de remessas em África, por região 2005-17**

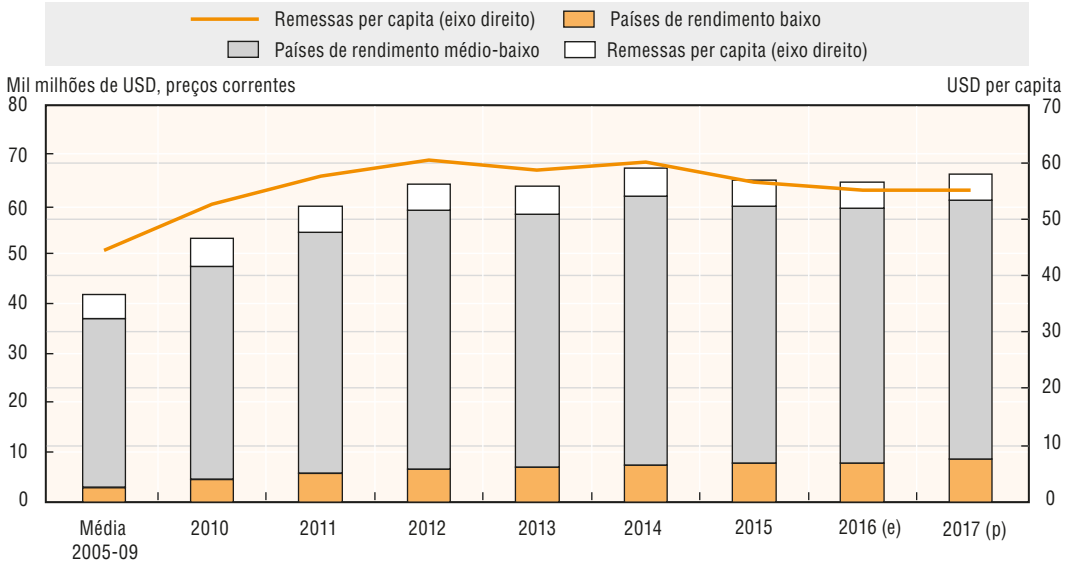


Nota: (e) estimativas; (p) projeções.
Fonte: Adaptado de FMI (2016a) e Banco Mundial (2016b).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475016

A distribuição das remessas por grupo de rendimento permanece praticamente inalterada nos últimos cinco anos (Figura 2.6). Os países de rendimento médio-baixo continuam a receber o grosso das remessas – em 2016, essa percentagem foi 80%, devido ao peso do Egito e da Nigéria. Estes dois países receberam 75% do total do fluxo de remessas destinado a países de rendimento médio-baixo. Por sua vez, a proporção de remessas

que teve como recetores os países de rendimento baixo foi de 12%, sendo os restantes 8% destinados aos países de rendimento médio-alto.

Figura 2.6. **Fluxos de remessas em África, por grupo de rendimento, 2005-17**



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.
Fonte: Adaptado de FMI (2016a) e Banco Mundial (2016b).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475024

Os "empreendedores da diáspora" estimulam atividades financeiras e económicas internas

Os contributos da diáspora vão para além do investimento financeiro. Abrangem a recolha coletiva de fundos para apoio a atividades filantrópicas, de transferência de tecnologia e de melhoria do acesso aos mercados internacionais de capitais. Os migrantes podem ajudar a impulsionar o crescimento económico nos seus países de origem, seja regressando ao país como empresários, seja financiando investimento, incluindo em *start-ups* (ver Capitulo 8).

Em 2016, a diáspora etíope enviou 639 milhões de USD para o país. Entre 2000 e 2016, os fluxos de remessas com destino à Etiópia multiplicaram-se 12 vezes, sendo 6 vezes o valor para o restante continente. Na última década, a diáspora foi responsável por 10% do investimento interno na Etiópia.

O desempenho dos fluxos de remessas para a Etiópia pode ser explicado por um conjunto de fatores simultâneos. Primeiro, os Estados Unidos são a origem principal das remessas para a Etiópia, e 60% dos emigrantes etíopes chegaram a território norte-americano durante ou depois do ano 2000 (MPI, 2014). Segundo, o governo implementou um conjunto de políticas direcionadas para a diáspora (Kuschminder, 2010). Estas políticas incluem a criação da "Agência Etíope de Expatriados", que tem como objetivo desenvolver as relações com a diáspora, a "Agência Etíope de Investimento", para coordenar todo o investimento externo, e os "Incentivos ao Investimento e Importação", instrumento que pretende tornar o investimento interno mais atrativo para a diáspora. Os membros da diáspora, por via da emissão de documentos de identidade (*yellow cards*) têm benefícios e direitos iguais aos investidores internos. Têm ainda acesso a incentivos ao investimento, como a isenção de taxas aduaneiras e descontos em passagens aéreas. Estas medidas incentivaram muitos etíopes da diáspora a investir em pequenos negócios no seu país de origem (Wolff e Opoku-Owusu, 2016).

Os decisores políticos africanos têm à sua disposição diversos instrumentos para desenvolver a relação entre as remessas e o empreendedorismo. Podem, por exemplo, integrar as questões relacionadas com a diáspora nas políticas de desenvolvimento nacionais e locais, e implementar políticas setoriais para aumentar a atratividade do ambiente de negócios para o empreendedorismo e o investimento da diáspora. Também os esforços de simplificação dos procedimentos regulamentares para as PME são importantes, com a criação de balcões únicos para a divulgação de oportunidades de investimento para os emigrantes. O Centro de Promoção de Investimentos do Gana, por exemplo, tem um balcão único para os membros da diáspora que pretendem investir no seu país de origem. Os governos podem igualmente reforçar as capacidades técnicas dos empreendedores emigrantes e/ou da diáspora, particularmente empresas sociais e start-ups lideradas por mulheres e jovens, desenvolvendo ações de treinamento, tutorias e produtos financeiros adequados e direcionados a este segmento (Wolff e Opoku-Owusu, 2016).

Os fluxos de remessas continuarão estáveis a médio prazo

A médio prazo, as remessas dirigidas a África deverão manter a estabilidade. Em 2017, as projeções apontam para um ligeiro crescimento de 2.4%, atingindo um montante de 66.2 mil milhões de USD. A distribuição regional das remessas deverá continuar desequilibrada, com o Norte de África (46%) e a África Ocidental (43%) a acolher o grosso dos fluxos. Em 2017, prevê-se que os cinco maiores recetores das remessas sejam a Nigéria (20 mil milhões de USD), o Egito (19.2 mil milhões de USD), Marrocos (7.3 mil milhões de USD), o Gana (2.2 mil milhões de USD) e a Argélia (2.1 mil milhões de USD).

Estas perspetivas contêm alguns riscos, particularmente o abrandamento económico na União Europeia e a aplicação de políticas migratórias mais restritivas nos países desenvolvidos. Na verdade, se o crescimento económico global aumentar dos 3.1% de 2016 para 3.4% em 2017, como se espera (FMI, 2017), o crescimento económico irá abrandar, por exemplo, na zona euro (que representa 72.5% do PIB da União Europeia). O reaparecimento de diferentes pontos de tensão no mundo, como a Líbia e a Síria, e a "crise dos migrantes" no Ocidente, em termos gerais, e particularmente na União Europeia, levaram à adoção de políticas migratórias mais restritivas. Isto pode afetar as perspetivas de médio prazo dos fluxos de remessas com destino a África.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento para países africanos permanece aquém dos compromissos

Esta secção aborda as tendências da APD em África, com base no Inquérito às Despesas Futuras dos Doadores, realizado pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (OCDE, 2016). A ajuda aos países mais pobres e mais frágeis continua limitada, apesar dos compromissos assumidos na Reunião de Alto Nível do CAD (2014) e na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento (Adis Abeba, 2015) para a reversão do decréscimo de APD, reafirmando a meta de 0.7% do RNB. Em África, espera-se que mais de metade dos países de rendimento baixo receba, em 2019, menos APD do que a que recebeu em 2015. Para financiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a comunidade do desenvolvimento está a explorar novas formas de usar a ajuda ao desenvolvimento como catalisador para o investimento privado.

A ajuda externa ao desenvolvimento aumentou em 2015 devido aos custos com os refugiados nos países doadores

A ajuda externa dos países membros do CAD aos países em desenvolvimento totalizou 131.4 mil milhões de USD em 2015, o que representa um aumento de 6.6% em termos reais relativamente a 2014. Este acréscimo é reflexo do aumento dos custos com os refugiados

nos países doadores (o que é contabilizado como APD) consequência do aumento do número d de requerentes de asilo. Mas se esses custos forem excluídos, ainda assim a APD líquida cresce 1.3% em termos reais (OCDE, 2017).

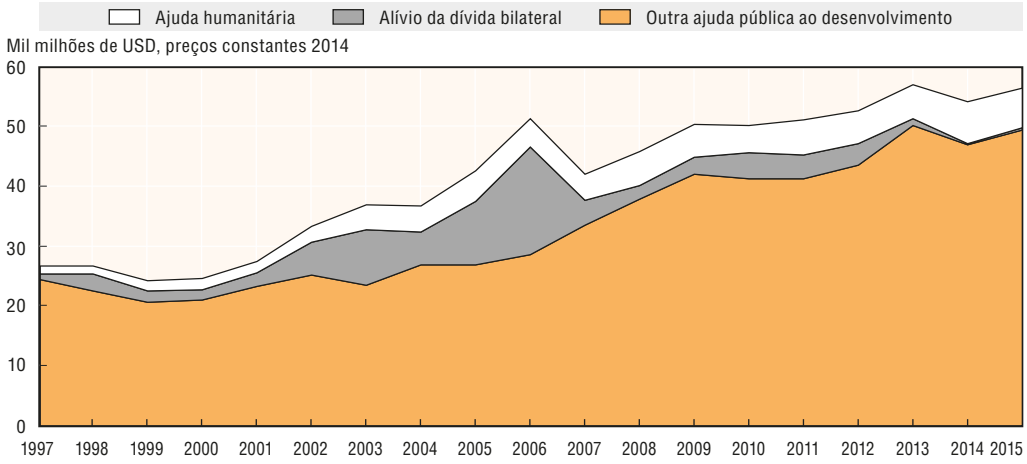
A APD dos países membros do CAD,[6] responsáveis por cerca de dois terços do total deste fluxo, representa, em média, 0.30% do Rendimento Nacional Bruto (RNB), o mesmo nível de 2014. Este nível ainda fica aquém da meta de 0.7%. Em termos gerais, os dados de 2015 mostram que a ajuda bilateral dos países do CAD para os países menos avançados (PMA) cresceu 2.9% em termos reais, em linha com o compromisso dos doadores do CAD de reverter os recentes decréscimos. Espera-se que esta tendência se mantenha (OCDE, 2017).

Ajuda bilateral, multilateral e de doadores não-membros do CAD a África

A ajuda pública ao desenvolvimento de todos os doadores a África em 2015 registou um montante de 51 mil milhões de USD, um aumento de 4% relativamente ao ano anterior (ver Figura 2.7). No entanto, estimativas preliminares mostram uma queda de 1.7% da APD dirigida ao continente em 2016, atingindo um valor de 45.0 mil milhões de USD, pois alguns membros do CAD recuaram no seu compromisso de reverter os declínios nos fluxos para os países mais pobres.

Em 2015, a APD bilateral dos membros do CAD para a África subsariana registou um montante de 24 mil milhões de USD, o que representa um aumento de 1.5% em termos reais relativamente a 2014. No continente africano no seu todo, a APD bilateral também cresceu 0.7% em termos reais, registando um volume de 27 mil milhões de USD (OCDE, 2017). Entre os membros do CAD, os Estados Unidos foram o maior doador (9.3 mil milhões de USD), seguindo pelo Reino Unido (4.2 mil milhões de USD), Alemanha (3 mil milhões de USD) e França (2.3 mil milhões de USD).

Figura 2.7. **Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, 1997-2015**



Fonte: OCDE (2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475036

A ajuda multilateral cresceu 7% em termos reais, registando 19.6 mil milhões de USD. Os maiores contribuintes foram a Associação Internacional de Desenvolvimento (6.2 mil milhões de USD), as instituições da União Europeia (5.2 mil milhões de USD), o Fundo Global (2.2 mil milhões de USD) e o Banco Africano de Desenvolvimento (2.2 mil milhões de USD).

A ajuda ao desenvolvimento proveniente de países não-membros do CAD7 chegou a 4.4 mil milhões de USD, registando a maior subida (13% em termos reais). Em termos globais, a ajuda destes países cresceu mais de 350% em termos reais desde 2012. Mais de 50% da ajuda dos não-membros concentra-se no Egito e é proveniente dos Emirados Árabes Unidos.

Os dados relativos aos fluxos concessionais dos países não-membros do CAD são incompletos. Por exemplo, não há dados sobre a ajuda ao desenvolvimento chinesa aos países africanos, pois o país não integra o Sistema de Informação de Credores da OCDE. Para além disso, o governo chinês não fornece informação detalhada sobre a sua ajuda externa. Se existe um consenso generalizado que a ajuda chinesa ao continente aumentou significativamente na última década, as estimativas variam consideravelmente.

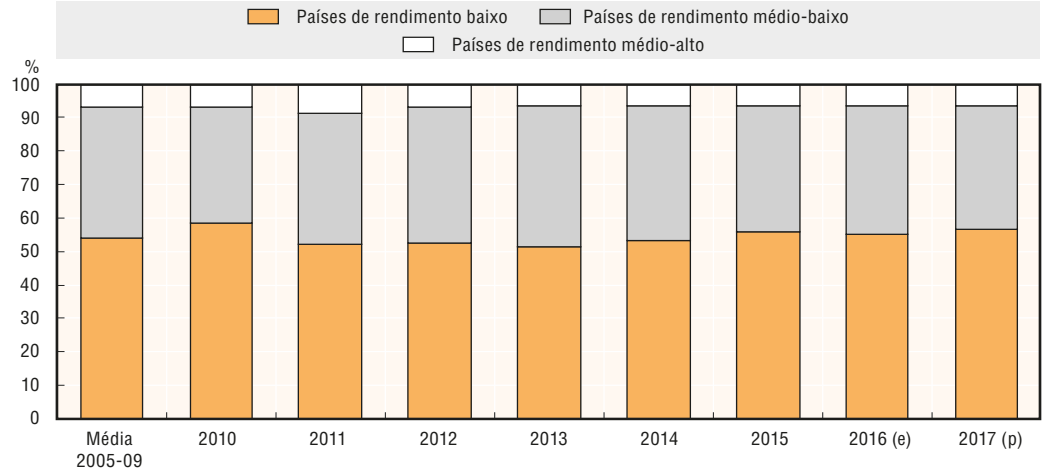
A Universidade William and Mary[8] estima que a China tenha destinado quase 100 mil milhões de USD em diversos tipos de ajuda financeira ao desenvolvimento de África, entre 2000 e 2013. A maioria deste apoio concessional foi canalizado para o desenvolvimento de infraestruturas, incluindo transportes e projetos de comunicações. Segundo a Iniciativa Chinesa de Investigação em África,[9] as despesas com a ajuda externa chegaram aos 3.2 mil milhões de USD em 2013, enquanto em 2000 esse valor situava-se em 600 milhões de USD. Os gastos totais para o período 2000-13 foram de 20.6 mil milhões de USD (China Africa Research Initiative, 2016). A flagrante diferença entre as fontes reflete a utilização de diferentes definições de ajuda (que por vezes é confundida com IDE), a disparidade entre anúncios e desembolsos efetivos, bem como por diferentes metodologias de recolha de dados.

No 6º Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), que decorreu em dezembro de 2015, a China comprometeu-se com investimentos na ordem dos 60 mil milhões de USD. Este montante incluiu 5 mil milhões de USD para subvenções e empréstimos sem juros e 35 mil milhões de USD para empréstimos concessionais e compra de créditos, sendo o restante capital para financiamento comercial.

A APD destinada aos países africanos de rendimento baixo aumentou apenas ligeiramente em 2015

Os países de rendimento baixo representam pouco mais de metade (56%) dos desembolsos da APD em África em 2015, uma alta relativamente à média de 52.5% registada em 2011-14 (Figura 2.8). No entanto, o aumento da fatia de APD deve-se fundamentalmente a uma queda no apoio financeiro ao Egito e a Marrocos, ambos países de rendimento médio-baixo. Reflete também subvenções adicionais dos membros do CAD e empréstimos concessionais de bancos de desenvolvimento multilaterais ao Sudão do Sul e à Libéria e Serra Leoa, países afetados pelo Ébola.

Figura 2.8. **Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para os países africanos, por grupo de rendimento, 2005-17**



Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD baseiam-se na Ajuda Programável por País (APP) da OCDE (2016).
Fonte: Adaptado de FMI (2016a) e OCDE (2016).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475040

A Etiópia foi o maior recetor de APD em 2015 (3.2 mil milhões de USD), apesar de a ajuda ter diminuído 2% por comparação com 2014. Outros recetores importantes foram a RDC (2.6 mil milhões de USD), a Tanzânia (2.6 mil milhões de USD), o Egito (2.5 mil milhões de USD), o Quénia (2.5 mil milhões de USD), a Nigéria (2.4 mil milhões de USD), Moçambique (1.8 mil milhões de USD) e o Gana (1.8 mil milhões de USD). Estes oito recetores receberam 38% do total de APD dirigida a África.

A África Oriental e a África Ocidental registaram as maiores afetações de ajuda ao desenvolvimento em 2015 (15.5 mil milhões e 14.9 mil milhões de USD, respetivamente). Estima-se que o volume de APD para a África Oriental cresça ainda mais em 2016 e 2017 (para, respetivamente 16.4 mil milhões e 16.9 mil milhões de USD), enquanto as dotações para a África Ocidental deverão diminuir ligeiramente no mesmo período (14.6 mil milhões de USD e 14.2 mil milhões de USD, respetivamente).

A Ajuda Programável por País a 17 dos 27 países de rendimento baixo irá decrescer entre 2015 e 2019

As projeções indicam que a APP para o continente continuará estável até 2019. O inquérito do CAD às Despesas Futuras dos Doadores de 2016 fornece estimativas das futuras alocações de ajuda de todos os membros do CAD, dos principais não-membros e dos doadores multilaterais para o período 2016-19, com base nas receitas brutas da Ajuda Programável por País (APP).

Depois de ter apresentado uma queda em 2016, a ajuda deve regressar ao nível de 2015 em 2017 (50.9 mil milhões de USD). Deverá diminuir em 2018 e 2019 em 0.5% e 0.1%, respetivamente. Uma análise mais detalhada deteta que somente 21 países africanos deverão conhecer aumentos da ajuda em 2019 relativamente a 2015. Os aumentos mais significativos ocorrerão nos Camarões, no Egito, na Etiópia, no Quénia, na Libéria, na Nigéria, na Serra Leoa, no Sudão do Sul e na Tunísia. Para 31 países da África subsariana, o nível de APP será menor em 2019 do que em 2015. Mais precisamente, os níveis de APP sofrerão um declínio em 17 dos 27 países de rendimento baixo, entre 2015 e 2019. Esta perspetiva causa preocupação, pois para a maioria dos países de rendimento baixo os fluxos de ajuda ao desenvolvimento ainda representam uma grande proporção do financiamento externo (51% em 2015-16). A ajuda ao desenvolvimento deverá diminuir na Guiné, em Madagáscar, no Níger e no Togo, países sistematicamente identificados como "órfãos da ajuda" (OCDE, 2014). Dada a crescente população africana, prevê-se que a ajuda per capita diminua a um ritmo mais acelerado. Na verdade, a APP per capita na África subsariana descerá de 35 USD per capita (2015) para 31.1 USD per capita em 2019.

A concretização da Agenda 2030 requer abordagens inovadoras à utilização da ajuda ao desenvolvimento

Para progredir no cumprimento da Agenda de Ação de Adis Abeba e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a comunidade do desenvolvimento está a explorar formas de utilizar a ajuda como catalisador para a mobilização de financiamento adicional. O financiamento misto (*blended finance*) é cada vez mais reconhecido como método importante de utilização de fundos públicos para mobilizar o investimento do setor privado em economias emergentes e de fronteira.[10] Este engloba as tradicionais parcerias público-privadas, bem como instrumentos disponibilizados pelas instituições financeiras de desenvolvimento (por exemplo, empréstimos mistos, investimento e garantias privadas). Estes mecanismos de partilha de risco adaptam-se bem ao financiamento de projetos de infraestruturas, que são inerentemente longos, caros e arriscados, pelo que podem dissuadir o investimento privado. Os empréstimos mistos reduzem os custos do financiamento para os mutuários e aumentam o acesso ao financiamento por parte das empresas locais.

Se o financiamento misto tem sucesso nos projetos de infraestruturas nos países de rendimento médio, a sua aplicação em países de rendimento baixo e nos setores sociais permanece limitada. Mais poderia ser feito para atribuir financiamentos mistos que permitissem colmatar as necessidades de financiamento em setores como a agricultura, a saúde, a educação e outros setores chave do desenvolvimento em países de rendimento baixo (Clubb, 2016).

Um maior envolvimento com o setor privado poderá não só ajudar à mobilização de financiamento como potenciar competências e e promover a inovação. Os filantropos, por exemplo, estão cada vez mais presentes no financiamento misto e em investimentos com impacto social. Os atores do setor privado estão também a trabalhar por sua própria iniciativa no apoio ao empreendedorismo em África, promovendo o conhecimento e a transferência de competências (ver Caixa 2.3).

Caixa 2.3. **Inovações inclusivas que impulsionam o crescimento de negócios liderados por mulheres**

A inovação inclusiva está a empoderar o empreendedorismo feminino por meio do recurso às TIC e aos telemóveis. Esta tendência está em crescimento por todo o continente e apresenta resultados promissores. Por via de investimento externo, privado e das organizações filantrópicas, as empreendedoras informais conseguem ter acesso a formação na área dos negócios, a serviços financeiros, a redes empresariais e informação sobre os mercados em tempo real; todas essas são ferramentas que de outra forma seriam inacessíveis no reduzido panorama de recursos existentes. As empresárias que recorrem a estas inovações inclusivas adquirem novas competências, ideias para negócios e oportunidades de alargar a clientela e de entrar em novos mercados. Em consequência, aumentam a rentabilidade dos seus negócios, investem na criação local de postos de trabalho e melhoram o bem-estar das suas famílias. O sucesso da inovação inclusiva nos negócios femininos reside em dois fatores essenciais:

- parcerias com os negócios de mulheres ou associações de juventude locais para a divulgação.
- desenvolvimento de estratégias inclusivas para garantir o acesso e utilização por parte das mulheres, especialmente as que vivem em áreas rurais, limitadas por infraestruturas débeis, um limitado poder de decisão, custos de transporte mais elevados e fraca literacia em inglês.

Um exemplo de sucesso encontra-se no Malawi, onde o Movimento *Grow* recorre a TIC para desenvolver as competências empresariais dos empreendedores africanos. O Movimento *Grow* é uma rede privada de consultoria empresarial assente no voluntariado e baseada no Reino Unido. Está estruturado em torno da ligação entre os consultores e os empreendedores no Malawi, de modo a fornecer formação em marketing, contabilidade, planeamento financeiro e relações com os clientes, através de sessões grátis via Skype, WhatsApp ou telefone. Para chegar às mulheres empreendedoras, o *Grow* trabalha em estreita parceria com a Associação Nacional de Mulheres Empresárias do Malawi (NABW).

O Movimento Grow reconhece que os esforços humanos e sociais são essenciais para facilitar a utilização e traduzir a tecnologia numa realidade local concreta. Na ausência desses esforços, as inovações relacionadas com as TIC apenas chegariam àqueles empreendedores que já têm acesso a serviços de TIC e transportes, que vivem em áreas urbanas e têm uma adequada literacia em inglês. Recorrendo a uma estratégia frugal e inclusiva, o Grow consegue operar com baixos custos e fornecer serviços de consultoria empresarial acessíveis e de qualidade.

Fonte: Vossenberg (2016a, 2016b).

As empresas sociais que aplicam estratégias comerciais para maximizar o impacto social têm sido instrumentais no reforço das competências e do bem-estar das comunidades locais. Um exemplo notável é a marca de joalharia ética SeeMe, uma empresa social baseada na Tunísia. Fundada por um investidor europeu, antigo gestor de ajuda ao desenvolvimento, a SeeMe procura melhorar as vidas de mulheres que foram vítimas de violência e discriminação. As mulheres que procuram refúgio na casa abrigo dirigida pelo Centro Amal recebem formação em joalharia artesanal e são posteriormente empregadas. A SeeMe procura igualmente influenciar marcas já estabelecidas no mundo da moda, defendendo uma visão ética nos procedimentos aquisitivos

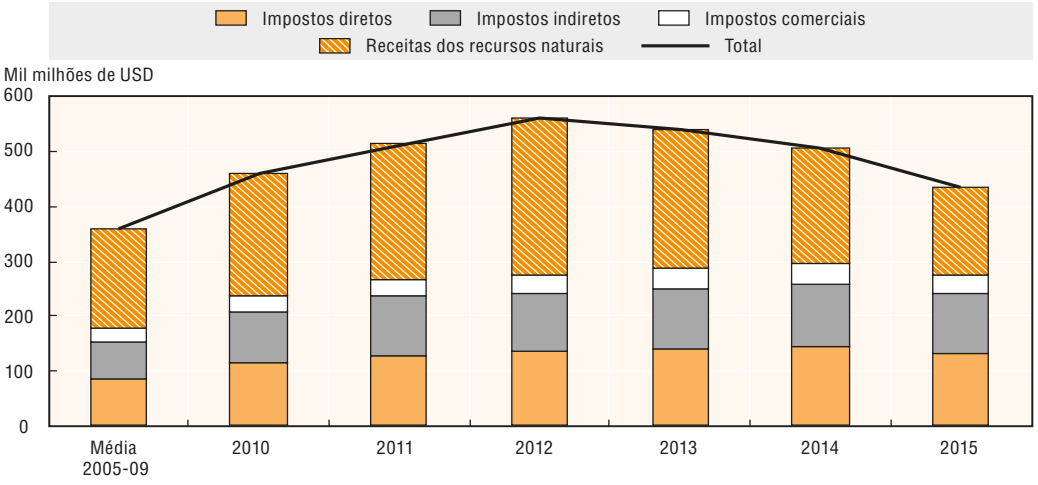
A mobilização de recursos internos ainda não corresponde às necessidades

Esta secção analisa o desempenho das receitas internas em África entre 2005 e 2015. Baseia-se nos mais recentes dados disponíveis coligidos pelo Banco Africano de Desenvolvimento, por via das missões nos países das *Perspetivas Económicas em África*. Ela analisa também as tendências das receitas internas e ainda os desafios que os países africanos enfrentam para as aumentarem.

As receitas internas diminuem com a manutenção de preços baixos nas matérias-primas

A mobilização de receitas internas em África aumentou gradualmente na última década, alcançando um pico em 2012, com 561.5 mil milhões de USD. Depois de 2013, porém, a mobilização interna abrandou, fruto da descida dos preços das matérias-primas, especialmente do petróleo (Figura 2.9). Entre 2012 e 2015, as receitas internas apresentaram uma queda de 22.2%. Esta queda explica-se principalmente pela baixa acentuada das receitas dos recursos naturais (43.7%), no mesmo período.

Figura 2.9. **Estrutura fiscal em África, 2005-15**

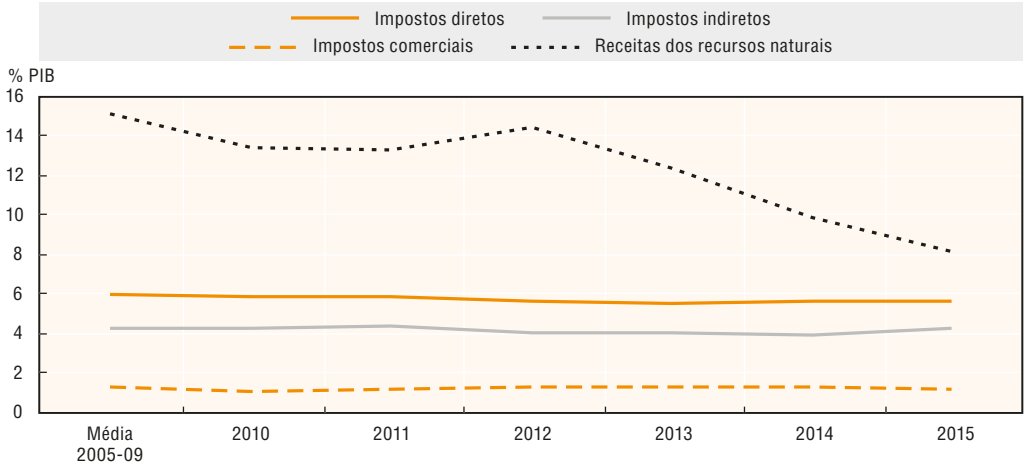


Fonte: Dados *Perspetivas Económicas em África*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475050

Os países ricos em recursos naturais foram os mais afetados na queda da mobilização de receitas internas. Entre 2012 e 2015, as receitas dos recursos passara, por uma redução drástica drasticamente (isto é, de mais de 50%) na Argélia (51.8%, para 27.9 mil milhões de USD), em Angola (57.2%, para 19.9 mil milhões de USD), no Chade (65%, para 2.8 mil milhões de USD) e no Gabão (55%, para 12.2 milhões de USD). Estas quedas ficaram a dever-se principalmente à pequena base tributária dos países ricos em recursos. Por outro lado, as receitas com outro tipo de impostos estagnaram durante mais de uma

década, abaixo dos 6% do GDP (Figura 2.10). Assim, os países ricos em recursos foram incapazes de compensar as quebras nas receitas de rendas, e o seu rácio geral receitas-PIB decresceu de 25% em 2012 para 19% em 2015.

Figura 2.10. **Estrutura fiscal nos países africanos ricos em recursos naturais, 2005-15**

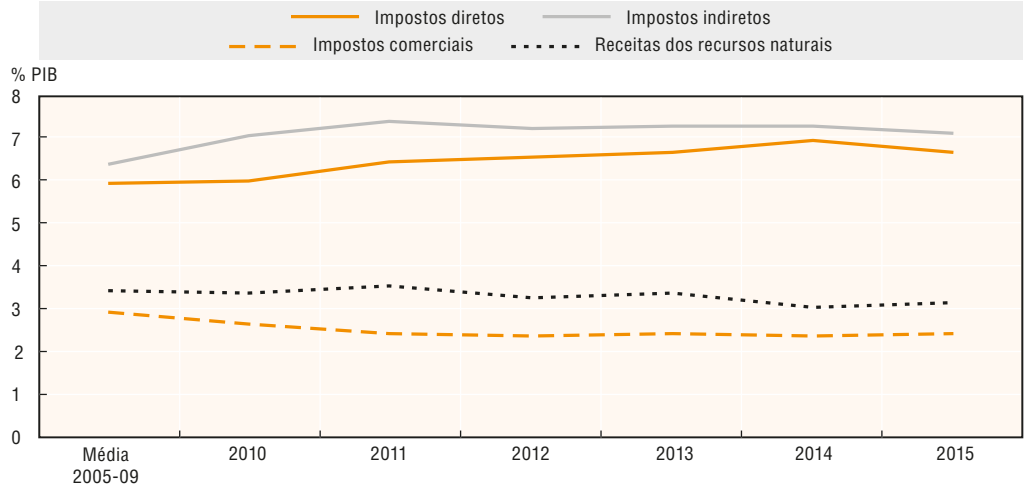


Fonte: Dados *Perspetivas Económicas em África*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475060

Os países pobres em recursos continuam a fortalecer a capacidade de mobilização interna de receitas

Contrariamente aos países ricos em recursos naturais, os países pobres em recursos aumentaram a mobilização de receitas (Figura 2.11). Entre 2012 e 2016, as receitas internas totais aumentaram 9.6%, somando 93.8 mil milhões de USD. Este registo explica-se principalmente pela alta nos impostos diretos (12%, para 32.3 mil milhões de USD) e indiretos (8%, para 34.3 mil milhões de USD).

Figura 2.11. **Estrutura fiscal nos países africanos pobres em recursos naturais, 2005-15**



Fonte: Dados *Perspetivas Económicas em África*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475075

No mesmo período, os países com melhor performance na mobilização de receitas internas, no grupo dos pobres em recursos, foram a Etiópia (60%, para 11.2 mil milhões de USD),o Ruanda (44.4%, para 1.3 mil milhões de USD), o Togo (32.6%, para 965 milhões de USD),

a Suazilândia (26.5%, para 1.1 mil milhões de USD), o Malawi (25.2%, para 928 milhões de USD) e as Seychelles (25.1%, para 490 milhões de USD).

A mobilização de mais recursos internos exige esforços adicionais

Os fluxos financeiros externos com destino a África aumentaram gradualmente, passando de 100 mil milhões de USD no ano 2000 para 182.8 mil milhões de USD em 2015, num reflexo da crescente atratividade do continente aos olhos dos investidores. No entanto, para dar resposta às enormes necessidades de financiamento que o desenvolvimento requer, são necessários mais recursos internos. Segunda as estimativas, a África subsariana precisa de 93 mil milhões de USD anuais para suprir a sua carência de infraestruturas (Foster e Briceno-Garmendia, 2009). A experiência também demonstra que países com maior dependência de receitas internas tendem a crescer mais depressa (Aizenman et al., 2007).

Se é um facto que o continente fez progressos na mobilização de recursos internos, a verdade é que são precisos esforços adicionais. A Agenda de Ação de Adis Abeba, de 2015, consagra as receitas públicas internas como prioritárias, tendo em vista alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. As receitas internas africanas cresceram de 258 mil milhões de USD em 2005 para 436.8 mil milhões de USD em 2015, o que representa 2.4 vezes o total dos fluxos externos de financiamento.

Diversos países estão a expandir as receitas internas com a adoção de várias medidas para aumentar a coleta de impostos. A Etiópia, por exemplo, está a aplicar medidas concretas de combate à evasão fiscal (Caixa 2.4).

Caixa 2.4. **Evasão fiscal em África: dados de estudos controlados aleatorizados na Etiópia**

A falta de estudos sobre a magnitude da evasão fiscal em África significa que existe muito pouca informação documentada relativamente à sua incidência ou às abordagens políticas para impor a conformidade fiscal de forma eficaz e eficiente. Um estudo recente promovido pelo Banco Africano de Desenvolvimento ajudou a colmatar esta lacuna. O estudo, realizado na Etiópia, recorreu a uma abordagem de ensaio controlado aleatorizado para investigar a magnitude da evasão fiscal e determinar a melhor via para a conformidade fiscal. O estudo foi efetuado em colaboração com os Serviços Tributários da Etiópia.

As experiências no terreno recolheram informação das empresas, expondo os diferentes grupos a dois tipos de cartas, devidamente identificadas, das autoridades tributárias. A primeira carta ameaçava com uma auditoria, enquanto a segunda, mais laudatória, felicitava os destinatários pelo trabalho exemplar no pagamento atempado dos impostos e no cumprimento estrito das obrigações fiscais. O grupo de controlo não recebeu nenhuma carta. Os investigadores monitorizaram as declarações de impostos das empresas, antes e depois da experiência, recorrendo aos dados administrativos disponíveis na autoridade fiscal. A experiência contou com 4 500 empresas. Os resultados demonstraram que os destinatários de cartas ameaçadoras aumentaram a entrega de declarações de impostos em 38%, valor que se cifrou em 32% no caso dos que receberam cartas de felicitações. Estes resultados permitem retirar algumas ilações para as políticas a seguir:

- evasão fiscal em África é generalizada e provavelmente maior do que o apontado nas estimativas iniciais (cerca de 20-30%).
- As autoridades tributárias devem ser capacitadas para recolher e analisar dados relativos aos contribuintes. As informações de terceiros relativas ao imposto sobre o valor acrescentado, por exemplo, podem ser usadas para identificar infratores.
- Para reduzir significativamente os custos de transação envolvidos na mobilização de impostos e diminuir a evasão fiscal, as autoridades devem investir na melhoria das relações com as empresas, levar a cabo avaliações periódicas da aplicação dos impostos recolhidos no desenvolvimento económico e social e recorrer a incentivos à conformidade.

Fonte: Shimeles et al. (2017).

O Togo está a mobilizar mais receitas fiscais com o reforço da eficiência da máquina fiscal, com o apoio da comunidade de desenvolvimento, particularmente do Banco Africano de Desenvolvimento. Alguns países africanos estão também a registar progressos nesta área pela via da partilha de boas práticas e da possibilidade de comparar os dados fiscais entre os países (Caixa 2.5). Serão necessários, porém, mais esforços, como a utilização de novos e inovadores mecanismo de coleta de receita, incluindo obrigações verdes, impostos sobre serviços bancários e de seguros e turismo, bem como o incentivo à "moralidade fiscal" – à motivação para cumprir obrigações fiscais (Daude et al., 2012).

Caixa 2.5. **Estatísticas comparadas das receitas fiscais em África**

A primeira edição das *Estatísticas de Receitas em África* foi lançada em abril de 2016, um passo concreto para cumprir o objetivo da União Africana de harmonização das estatísticas económicas. A publicação foi coautorada pela União Africana, o Fórum Africano de Administração Fiscal e a OCDE e recebeu o apoio financeiro da Comissão Europeia. A primeira edição destacou oito países: África do Sul, Camarões, Côte d'Ivoire, Maurícias, Marrocos, Ruanda, Senegal e Tunísia. O projeto juntou as estatísticas fiscais dos países africanos numa única base de dados, permitindo a comparação dos dados segundo padrões internacionais de classificação de impostos e receitas com um nível de detalhe sem precedentes. São agora possíveis comparações válidas com todos os países da OCDE, para além de 24 países da América Latina e Caraíbas e 6 asiáticos.

Segundo os dados de receitas coligidos para os oito países africanos, existe uma variação considerável em termos de mobilização de receitas internas, apesar de o rácio impostos/PIB ser substancialmente menor do que o registado na maioria dos países da OCDE. Em Marrocos, na África do Sul e na Tunísia, o rácio impostos/PIB varia entre os 28% e os 31% do PIB (2014). Em contraste, as receitas tributárias em percentagem do PIB variam entre 16% e 20% nos Camarões, na Côte d'Ivoire, nas Maurícias, no Ruanda e no Senegal. As receitas não tributárias variam, no mesmo ano, entre 9.5% do PIB, no Ruanda, e 0.6% do PIB, na África do Sul. Desde o ano 2000, todos os países representados no relatório aumentaram o seu rácio impostos/PIB. Em Marrocos, no Ruanda, na África do Sul e na Tunísia, o rácio aumentou mais de cinco pontos percentuais. Estes aumentos devem-se, em parte, a reformas fiscais e à modernização dos sistemas e das administrações fiscais. As receitas não tributárias são uma fonte de financiamento muito mais volátil, com muito maior variação anual do que as receitas tributárias.

As instituições internacionais reconheceram o valor destes dados enquanto instrumento de análise de políticas e de orientação para mudanças políticas, bem como para motivar a cooperação regional. O trabalho envolveu contributos para o capítulo financeiro da Carta Africana de Estatística e para a Estratégia de Harmonização Estatística em África. Apoia igualmente o primeiro plano de implementação a dez anos (2014-23) da Agenda 2063 da União Africana, que pretende "desenvolver e implementar quadros para políticas de estatísticas fiscais e inclusão fiscal em África". A nível global, o trabalho apoia a meta 17.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de "melhorar a capacidade nacional para cobrança de impostos e outras fontes de receita" e a meta 17.19 de "apoio à capacitação estatística nos países em desenvolvimento". A segunda edição será lançada em meados de 2017 e cobrirá um maior número de países.

Fonte: OCDE/ATAF/CUA (2016).

A dimensão do setor informal em África condiciona a mobilização de receitas fiscais

Para aumentar as receitas tributárias, os governos africanos devem, entre outras medidas políticas, alargar a base fiscal. No entanto, os esforços neste sentido são prejudicados pela dimensão do setor informal. Na realidade, a dimensão média do setor informal na África subsariana está estimada em 42% do rendimento nacional bruto (RNB) e varia entre cerca de 28%, na África do Sul, e 60%, na Nigéria, Tanzânia e Zimbabwe (Verick, 2006).

Segundo o Inquérito às Empresas Informais, do Banco Mundial, as empresas informais em África citam a ausência de encargos fiscais como a principal razão para não operarem na economia formal. Com a introdução de incentivos adequados e uma cultura de cumprimento, as autoridades tributárias podem taxar o setor informal, facilitar a transição para negócios formais de muitas empresas clandestinas em África, bem como ajudá-las a conseguir maior acesso a financiamento e a mercados. Lançar impostos sobre o setor informal pode igualmente ser uma forma eficiente de aumentar os impostos diretos, que atualmente em África se situam numa média de 6% do PIB, enquanto nos países desenvolvidos representam 22% do PIB. (Auriol, 2014).

No entanto, aumentar a base fiscal pela taxação do setor informal significa diminuir a carga fiscal no geral, a qual tende a ser elevada em África. Com efeito, África tem, em média, a mais alta Taxa de Imposto sobre o Rendimento Coletivo, estimada em 29%, quando a média global é de 23% (Pomerleau, 2015). De acordo com o inquérito às empresas do Banco Mundial, as empresas no setor formal citam sistematicamente os impostos elevados e as taxas sobre processos administrativos como alguns dos mais importantes constrangimentos que enfrentam (Bruhn, 2011). Além disso, a realidade tem demonstrado que altos custos de conformidade podem levar as empresas a permanecer na informalidade, enquanto a redução do Imposto sobre o Rendimento Coletivo está associada a um aumento do número de empresas formais (Djankov et al., 2010).

Em síntese, estes resultados sugerem que uma menor carga fiscal e custos de conformidade reduzidos podem ajudar África a dinamizar a transição para a economia formal. A diminuição do setor informal, por sua vez, pode ajudar a alargar a base fiscal, atualmente estreita, e a aumentar os impostos diretos, contribuindo portanto para o crescimento da mobilização de receitas fiscais no continente.

Notas

1. A APD a preços correntes diminuiu em 2015 (ver Tabela 2.1) devido à forte depreciação de muitas divisas do CAD face ao dólar norte-americano.
2. Os fluxos financeiros privados definem-se como fluxos externos totais menos a ajuda pública ao desenvolvimento.
3. A OCDE define investimento direto estrangeiro como "uma categoria de investimento transfronteiriço realizado por um residente de uma economia, que tem por objetivo a obtenção de influência ou controlo a longo prazo numa empresa localizada numa economia diferente da do investidor". A motivação de influenciar ou controlar significativamente é o fator que distingue o investimento direto do investimento de carteira transfronteiriço. Os investidores de carteira não têm como objetivo qualquer relação de longo prazo. O retorno sobre os ativos é o principal determinante da aquisição ou venda dos títulos (OCDE, 2008).
4. O cálculo dos fluxos de IDE resulta de uma combinação de dados do FMI, *World Economic Outlook* (WEO), (outubro de 2016) e da CNUCED, *World Investment Report* (WIR) (junho de 2016). Para o período 2000-13, foram adotadas, particularmente, as séries históricas FDI do FMI WEO. Para o cálculo do IDE em 2014 e 2015, no entanto, adotou-se a taxa de crescimento da CNUCED WIR. Esta escolha resulta da facto de os dados do FMI terem lacunas nos dados de 2014 e 2015. A taxa de crescimento do IDE do FMI WEO foi aplicada para o cálculo subsequente do IDE para 2016 (estimado) e para 2017 (projetado).
5. Os países ricos em recursos são: África do Sul, Angola, Argélia, Botswana, Camarões, Chade, Congo, Côte d'Ivoire, Egito, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria, Líbia, Mauritânia, Nigéria, RDC, Serra Leoa, Sudão, Sudão do Sul e Zâmbia (definição do FMI).
6. Os membros do CAD são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Reino Unido, República Checa, República Eslovaca, Suécia e Suíça. Neste relatório, os dados dos países membros do CAD não incluem a ajuda da Hungria, que aderiu ao CAD no final de 2016. A União Europeia também é membro do CAD, mas os seus dados de APD incluem-se na ajuda dos doadores multilaterais.
7. Os desembolsos de APD dos países não-membros do CAD incluem dados da Arábia Saudita, Chipre, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Estónia, Federação Russa, Hungria, Israel, Kuwait (KFAED), Letónia, Lituânia, Malta, Roménia, Tailândia e Turquia.

   Nota da Turquia: A informação deste documento referente a «Chipre» abarca a parte sul da ilha. Não há uma autoridade única na ilha que represente a população turca e grega cipriota. A Turquia reconhece a República Turca do Norte de Chipre (RTNC). Até se encontrar uma solução justa e duradoura no quadro das Nações Unidas, a Turquia manterá a sua posição sobre a "questão cipriota".

   Nota de todos os Estados membros da União Europeia da OCDE e da União Europeia: A República de Chipre é reconhecida por todos os membros das Nações Unidos, à exceção da Turquia. A informação deste documento abarca a região sob controlo efetivo do governo da República de Chipre.

   Os dados estatísticos de Israel são fornecidos por e sob a responsabilidade das autoridades israelitas relevantes. A utilização destes dados pela OCDE não afeta o estatuto dos Montes Golã, de Jerusalém Oriental e dos colonatos israelitas na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.
8. A Universidade William and Mary (AidData) recorre a uma metodologia de "recolha de dados de meios de comunicação" (MBDC), bem como a dados de documentos governamentais chineses de outros governos.
9. A Iniciativa Chinesa de Investigação em África recolheu dados do Anuário Estatístico Chinês e de outras fontes chinesas.
10. Definição do Comunicado da Reunião do Comité de Alto Nível do CAD, 19 de fevereiro de 2016.

Bibliografia

AfK Insider (2016), "8 largest private equity funds operating in Africa", artigo online, http://afkinsider.com/122791/8-largest-private-equity-funds-operating-africa/5 (consultado a 22 de janeiro de 2017).

Aizenman J., B. Pinto e A. Radziwill (2007), "Sources for financing domestic capital – Is foreign saving a viable option for developing countries?", *Journal of International Money and Finance*, Elsevier, *Working paper*, No. 10624, Vol. 26/5, pp. 682-702, www.nber.org/papers/w10624.pdf.

Auriol, E. (2014), "Barriers to formal entrepreneurships in developing countries", Background Paper, *World Development Report 2014*, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16364.

AVCA (2017), *Newsroom, Member News*, African Private Equity and Venture Capital Association, www.avca-africa.org/newsroom/member-news (consultado a 25 de janeiro de 2017).

BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento Territorial e Inclusão Espacial*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt.

Banco Mundial (2016a), *Africa's Pulse: An Analysis of Issues Shaping Africa's Economic Future*, No. 14, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25097 (consultado a 12 de janeiro de 2017).

Banco Mundial (2016b), "Migration and remittances data", Banco Mundial, Washington, DC, www. worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data (consultado a 26 de janeiro de 2017).

BCG Perspectives (2016), "Why Africa remains ripe for private equity", online article, www.bcgperspectives.com/content/articles/private-equity-globalization-why-africa-remains-ripe-private-equity/?chapter=3- chapter3w (consultado a 24 de janeiro de 2017).

Bruhn, M. (2011), "Reforming business taxes", *Viewpoint*, Note No. 330, Grupo Banco Mundial, Washington, DC, http://siteresources.worldbank.org/EXTFINANCIALSECTOR/Resources/282884-1303327122200/VP330-Reforming-Business-Taxes.pdf.

China Africa Research Initiative (2016), SAIS-CARI data, Johns Hopkins University School of Advanced International Studies, Washington, DC, www.sais-cari.org/data-chinese-loans-and-aid-to-africa (consultado a 20 de janeiro de 2017).

Clubb, C. (2016), "Blended finance: Critical steps to ensure success of the sustainable development goals", website OCDE *Development Matters*, OCDE, Paris, https://oecd-development-matters. org/2016/12/20/blended-finance-critical-steps-to-ensure-success-of-the-sustainable-development-goals.

CNUCED (2016a), *Global Investment Trends Monitor*, No. 24, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Nova Iorque e Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2016d3_en.pdf.

CNUCED (2016b), *World Investment Report* (WIR), Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2016_en.pdf.

CNUCED (2016c), *Global Investment Trends Monitor*, No. 22, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Nova Iorque e Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2016d1_en.pdf.

Daude, C., H. Gutiérrez e A. Melguizo (2012), "What drives tax morale?", *Working Papers* do Centro de Desenvolvimento da OCDE, OCDE, Paris.

Deloitte (2016), "2016 Africa private equity confidence survey: More capital being deployed – what about returns?", Deloitte, Joanesburgo, www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ke/Documents/financial-services/2016%20Africa%20Private%20Equity%20Confidence%20Survey.pdf (consultado a 25 de janeiro de 2017).

Djankov, S., T. Ganser, C. McLiesh, R. Ramalho e A. Shleifer (2010), "The effect of corporate taxes on investment and entrepreneurship", *American Economic Journal: Macroeconomics*, Vol. 2/3, pp. 31-64, www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/mac.2.3.31.

fDi Markets (2017), www.fdimarkets.com (consultado a 2 de janeiro de 2017).

fDi Markets (2016), *The Africa Investment Report 2015*, Londres, www.fDiIntelligence.com/AfricaInvestmentReport.

FMI (2017), *World Economic Outlook Update: A Shifting Global Economic Landscape*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/update/01 (consultado a 24 de janeiro de 2017).

FMI (2016a), *World Economic Outlook: Subdued Demand: Symptoms and Remedies*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02 (consultado a 2 de janeiro de 2017).

FMI (2016b), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa – Multispeed Growth*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2016/afr/eng/sreo1016. htm (consultado a 24 de janeiro de 2017).

Forbes (2016), "30 most promising young entrepreneurs in Africa 2016", artigo online, www.forbes.com/sites/mfonobongnsehe/2016/04/25/30-most-promising-young-entrepreneurs-in-africa-2016/#b4e23e3f7212 (consultado a 18 de janeiro de 2017).

Foster, V. e C. Briceno-Garmendia (2009), *Africa's Infrastructure: A Time for Transformation*, Africa Development Forum Series, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/en/2009/01/11487313/africas-infrastructure-time-transformation.

KPMG (2016a), "What influences foreign direct investment into Africa", *Insights*, África do Sul, KPMG, https://home.kpmg.com/za/en/home/insights/2016/02/what-influences-foreign-direct-investment-into-africa-.html (consultado a 2 de janeiro de 2017).

KPMG (2016b), "Progressive business legislation in Kenya: New laws look to spur economic growth in the country", KPMG, Quénia, https://home.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/05/tnf-kenya-feb24-2016.pdf (consultado a 11 de janeiro de 2017).

Kuschminder, K. (2010), "Diaspora Engagement in Ethiopia: Findings its Footing", *Migration policy brief*, No. 4, Maastricht Graduate School of Governance, Maastricht, http://mgsog.merit.unu. edu/ISacademie/docs/PB4.pdf.

McKinsey Global Institute (2016), *Lions on the Move II: Realising the Potential of Africa's Economies*, Sumário Executivo, McKinsey & Company, www.mckinsey.com/global-themes/middle-east-and-africa/realizing-the-potential-of-africas-economies.

MPI (2014), "The Ethiopian diaspora in the United States", *RAD Diaspora Profile*, Migration Policy Institute, www.migrationpolicy.org/sites/default/files/.../RAD-Ethiopia.pdf.

OCDE (2017), *CRS Aid Statistics* (database), http://stats.oecd.org (consultado a 26 de janeiro de 2017).

OCDE (2016), DAC Survey on Donors' Forward Spending Plans and Prospects for Improving Aid Predictability (website), www.oecd.org/development/effectiveness/aidpredictability.htm (consultado a 31 de janeiro de 2017).

OCDE (2014), *OECD-DAC Development Brief: Where Do We Stand on the Aid Orphans?* www.oecd.org/dac/ aid-architecture/Aid%20Orphans%20Development%20Brief.pdf (consultado a 2 de fevereiro de 2017).

OCDE (2008), *OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment*, 4th edition, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264045743-en.

OCDE/ATAF/CUA (2016), *Revenue Statistics in Africa*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264253308-en-fr.

Pomerleau, K. (2015), "Corporate income tax rates around the world, 2015", *Fiscal Fact*, No. 483, Tax Foundation, Washington, DC, https://files.taxfoundation.org/legacy/docs/TaxFoundation_FF483.pdf.

Popo, W. (2017), "2017: The new forces shaping African investment", artigo online, *African Business Review* www.africanbusinessreview.co.za/finance/2676/2017:-the-new-forces-shaping-African-investment (consultado a 24 de janeiro de 2017).

Shimeles, A., D.Z. Gurara e F. Woldeyes (2017), "Tax man's dilemma: Coercion or persuasion? Evidence from fully randomized control trial in Ethiopia", *American Economic Review 2017.*

US Africa Business Forum (2016), "Tech startup series interview", artigo online, https://medium.com/u-s-africa-business-forum-2016/tagged/startup.

Verick, S. (2006), *The Impact of Globalization on the Informal Sector in Africa*, Departamento de Política Económica e Social, Comissão Económica das Nações Unidas para África e Institute for the Study of Labour, Adis Abeba, http://conference.iza.org/conference_files/worldb2006/verick_s872.pdf.

Vossenberg, S. (2016a), "Connectivity, profit and what else? Women entrepreneurs benefiting from ICT innovations", artigo online, INCLUDE Knowledge Platform for Inclusive Development, http://includeplatform.net/connectivity-profit-else-women-entrepreneurs-benefiting-ict-innovations.

Vossenberg, S. (2016b), "Gender-aware women's entrepreneurship development for inclusive development in Sub-Saharan", Policy paper publicado online, INCLUDE Knowledge Platform for Inclusive Development, http://includeplatform.net/downloads/gender-aware-womens-entrepreneurship-development-for-inclusive-development-in-sub-saharan-africa.

Wolff, V. e S. Opoku-Owusu (2016), "Diaspora engagement on country entrepreneurship and investment: Policy trends and notable practices in the Rabat process region", *Background paper*, coordenado pelo Secretariado do Processo de Rabat, International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) e African Foundation for Development (AFFORD), http:// migration4development.org/sites/default/files/en_final_background_paper.pdf (consultado a 27 de janeiro de 2017).

Yao, Y. (2014), "A new normal, but with robust growth: China's growth prospects in the next 10 years", in *THINK TANK 20: Growth, Convergence and Income Distribution: The Road from the Brisbane G-20 Summit*, Brookings, Washington, DC, http://www.guntramwolff.net/wp-content/ uploads/2015/05/TT20-Nov-7-FINAL-Web-v2.pdf (consultado a 20 de fevereiro de 2017).



Capítulo 3

Políticas comerciais e integração regional em África

O comércio intra-africano e as relações comerciais do continente com o resto do mundo estão em mutação acelerada. Este capítulo é composto por cinco secções e centra-se na diversificação dos produtos e parceiros comerciais de África, bem como no potencial de progresso no futuro. Analisa a evolução económica global, explica as oito comunidades económicas regionais, as suas políticas e iniciativas de integração, e avança com ideias sobre como o setor privado em África pode capitalizar as oportunidades apresentadas pelas cadeias de valor regionais e globais.

EM SÍNTESE

À medida que o mundo evolui para um único mercado global interconectado, a prosperidade já não depende apenas da produtividade de um país, mas também da escolha estratégica dos seus parceiros comerciais, dos produtos de exportação e das políticas nesta área. O crescimento em África, nos últimos anos, foi apoiado por avanços no comércio, nas políticas, no ambiente regulador e na integração regional.

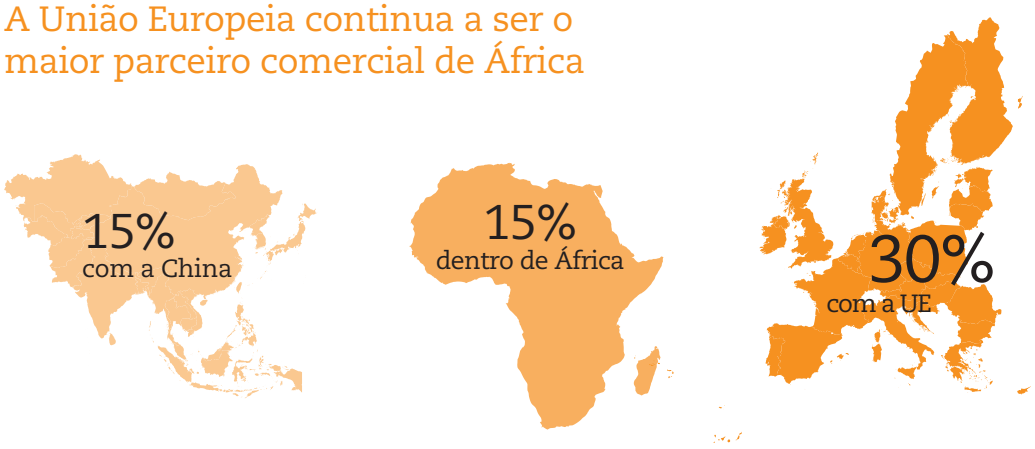
No entanto, o impacto alargado e desigual dos choques nos preços das matérias-primas e as críticas ao sistema mundial de comércio aumentam a incerteza sobre o futuro. É necessário que os países utilizem da melhor forma a globalização, o que pode ser feito por meio da diversificação do seu comércio para além dos recursos naturais e aumento do comércio intra-africano. As mudanças económicas e políticas na China e nos Estados Unidos terão efeitos diversos no comércio do continente africano mas, para contrariar os riscos existentes, África deverá levar a cabo reformas estruturais e regulamentares, melhorar as políticas e o clima de investimento, aprofundar a integração regional e manter o seu compromisso de realização de reformas. As comunidades económicas regionais africanas têm uma importância fundamental no reforço das economias e da resiliência contra os choques globais. É necessário, assim, um maior compromisso político, especialmente no plano nacional para atualizar os acordos de integração regional. A Zona Continental de Comércio livre proposta poderá gerar grandes ganhos comerciais e impulsionar outros objetivos de desenvolvimento.

Sabia que...?

- O comércio entre África e o resto do mundo quadruplicou nas duas últimas décadas.
- A China e a Índia eram os 8º e 9º parceiros comerciais de África no ano 2000, ocupando atualmente a 1ª e 2ª posições, respetivamente.
- A diversificação geográfica dos parceiros comerciais de África não originou uma alteração significativa na composição das suas exportações.
- A Zona Continental de Comércio Livre em África está a tornar-se a maior zona de comércio livre do mundo, por número de países.

O comércio entre África e o mundo **quadruplicou** em duas décadas

A União Europeia continua a ser o maior parceiro comercial de África



1 em cada 4 países africanos dependem de 1-2 matérias-primas para 75%, ou mais, das suas receitas de exportação



No geral, as exportações continuam pouco diversificadas

África regista um aumento constante do comércio no setor dos serviços

Comércio de serviços (exportações e importações)



+93%
numa década

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

O comércio em África cresceu, mas é necessária uma diversificação dos produtos

Em África, o enorme crescimento do comércio e a diversificação dos parceiros comerciais nas últimas duas décadas não resultou num alargamento do seu cabaz de exportações. O comércio africano de mercadorias com o resto do mundo disparou, passando de 197 mil milhões de USD, em 1995, para 852 mil milhões de USD, em 2015. Este aumento exponencial reflete uma subida das importações e das exportações. Neste período, a importação de produtos provenientes do resto do mundo aumentou 4.7 vezes e as exportações africanas quadruplicaram. Até 2013, as economias avançadas eram os principais parceiros comerciais de África. A partir de 2014 verificou-se uma grande mudança, e mais de metade do comércio do continente africano com o resto do mundo passou a desenrolar-se com as economias emergentes e em desenvolvimento. Esta revolução na diversificação dos parceiros não se refletiu, porém, em alterações na variedade de produtos vendidos pelo continente africano. O alargamento do cabaz de exportações africanas, com vista a incluir mais produtos industriais e transformados, continua a ser um desafio.

O comércio com a Ásia expandiu-se

A geografia do comércio do continente africano transitou da Europa para a Ásia. Pela sua dimensão e desenvolvimento económico, a União Europeia continua a ser o maior cliente dos produtos africanos. Em 2015, representou mais de 30% do comércio total de África, embora esta proporção já tenha sido de 40% no ano 2000. Neste período de tempo, o valor dos bens comercializados entre África e a Ásia quintuplicou, atingindo, em 2015, 25% do comércio africano de mercadorias com o resto do mundo. Ao nível bilateral, a China e a Índia eram, respetivamente, o oitavo e nono parceiro comercial de África, no ano 2000. Em 2015, passaram a ser o primeiro e o segundo principais parceiros (ver Tabela 3.1). No ano 2000, os Estados Unidos ocupavam o primeiro lugar e a França o segundo lugar, sendo agora o quarto e o terceiro, respetivamente. Em 2016, o comércio entre os Estados Unidos e África decresceu pelo sexto ano consecutivo. As principais importações norte-americanas de África são o petróleo e as matérias-primas, tais como pedras preciosas, cacau e minérios. Com o aumento da produção de petróleo e gás nos Estados Unidos, as importações provenientes de África continuaram a registar uma tendência decrescente, passando de um máximo de 98 mil milhões de USD, em 2010, para um mínimo de 22 mil milhões de USD, em 2016.

Tabela 3.1. **Principais parceiros comerciais de África, por valor e posição, 2000, 2010 e 2015**

	Valor total do comércio de mercadorias(mil milhões de USD)			Peso no comércio africano total de mercadorias (%)			Posição nos parceiros comerciais de África		
Parceiro comercial	2000	2010	2015	2000	2010	2015	2000	2010	2015
China	7.3	93.3	135.9	3.0	11.4	15.9	8	2	1
Índia	6.9	37.5	51.1	2.9	4.6	6.0	9	4	2
França	27.3	53.2	50.1	11.3	6.5	5.9	2	3	3
Estados Unidos	33.3	98.4	45.3	13.8	12.1	5.3	1	1	4
Espanha	11.0	31.6	37.0	4.6	3.9	4.3	6	7	5
Alemanha	13.3	33.9	34.8	5.5	4.2	4.1	5	5	6
Itália	15.5	33.9	31.5	6.4	4.2	3.7	3	6	7
Países Baixos	6.8	29.7	27.1	2.8	3.6	3.2	10	8	8
Reino Unido	13.6	21.3	23.1	5.6	2.6	2.7	4	10	9

Fonte: Adaptado de dados do FMI, http://data.imf.org/.

Os novos parceiros comerciais de África não geraram uma diversificação das exportações

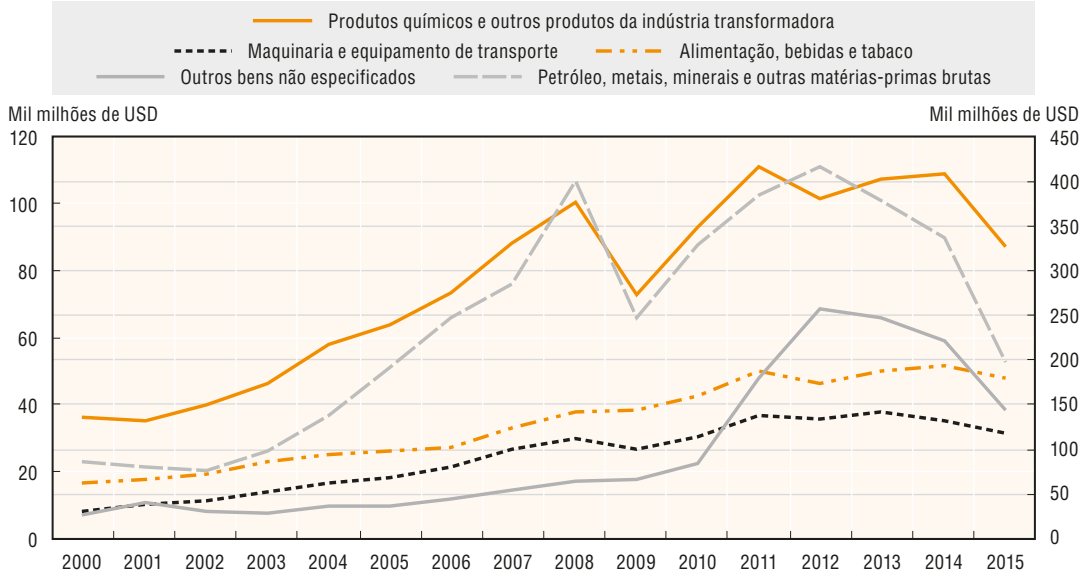
Apesar do aumento significativo do comércio, a diversificação das exportações continua a ser um desafio para o continente africano. A concentração das exportações em algumas

matérias-primas e setores restringe as potencialidades do comércio, prejudica a capacidade de criação de emprego e agrava a exposição a choques económicos globais. Muitos países estão conscientes destes riscos e encaram, atualmente, a diversificação das exportações como uma parte crucial do desenvolvimento económico (Hesse, 2008). Em muitas economias africanas, contudo, os esforços para iniciar uma diversificação das exportações não tiveram muito sucesso. Não se verifica um impulso suficientemente forte para a transformação estrutural. A concentração da produção e do comércio deixaram o continente vulnerável aos problemas mundiais e aos choques nos preços das matérias-primas.

Para muitas economias, as exportações de petróleo e minérios são a fonte dominante, senão a única, de receitas para financiar o desenvolvimento e a despesa. A dependência excessiva das receitas petrolíferas travou importantes iniciativas de desenvolvimento nos setores não-petrolíferos. Esta forte ligação é visível na posição orçamental e externa dos países dependentes do setor do petróleo. Em 2015, os países africanos exportadores de petróleo registaram uma deterioração muito mais profunda do seu défice orçamental (7.4%), em comparação com 4.2% nos países importadores líquidos deste produto.

O comércio em África tem tido um fraco desempenho desde o início dos recentes choques globais nos preços das matérias-primas. Em termos gerais, o saldo da balança de transações correntes passou de um *superavit* de 5.8% no Produto Interno Bruto (PIB) registado entre 2005 e 2009 para um défice estimado em 6.4%, em 2016. As perspetivas continuam a ser pouco animadoras enquanto os preços das matérias-primas se mantiverem baixos. Desde 2012, a fraca procura nos principais mercados do petróleo e gás africanos, juntamente com a queda do preço das matérias-primas, causaram uma grande contração das receitas de exportação. Em 2015, as exportações africanas de petróleo decresceram 41% face ao ano anterior, o que representa a maior queda desde o ano 2000 (ver Figura 3.1). Muitos países africanos exportadores de recursos naturais não tinham grandes opções para colmatar as lacunas de financiamento geradas pela perda de receitas petrolíferas. O setor agrícola emprega mais de 60% da população ativa em África, mas representa menos de um quarto das exportações totais do continente africano.

Figura 3.1. **Composição das exportações de mercadorias, África, 2000-15**



Nota: Os valores de "Petróleo, metais, minerais e outras matérias-primas brutas" são apresentadas no eixo direito.
Fonte: Adaptado da base de dados do World Integrated Trade Solution, http://wits.worldbank.org/wits/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475086

A fraca capacidade da indústria transformadora gera um aumento da fatura de importação em África

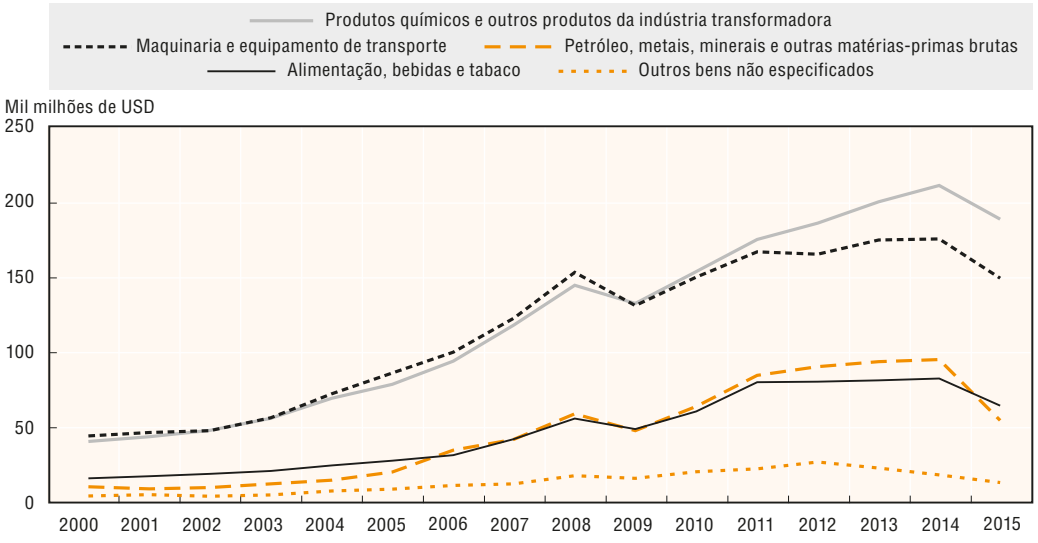
África poderia reduzir significativamente a sua fatura de importações se aumentasse o processamento e transformação da sua produção de matérias-primas brutas. As importações de mercadorias em África são compostas, maioritariamente, por produtos da indústria transformadora e equipamento de transporte (Figura 3.2). Anos de dependência da produção e exportação de matérias-primas impediram o continente africano de explorar formas de produção dos bens que atualmente importa. Isto levou a um aumento da fatura com alimentos e produtos transformados menos sofisticados. O valor das importações de alimentos e produtos transformados (não maquinaria) tem subido desde 2000, com exceção do ano de 2015. Dessa forma, o crescimento da indústria ligeira poderia contribuir para uma redução das exportações provenientes de outros continentes e para um aumento do comércio intra-africano com países que têm produção agrícola e capacidade de processamento dos produtos.

Atualmente, África gasta aproximadamente 63 mil milhões de USD por ano em alimentação, bebidas e tabaco. Deste montante, 35 mil milhões de USD são destinados unicamente a importação de alimentos. Com o crescimento populacional no continente, a fatura anual de importação de alimentos poderá chegar aos 110 mil milhões de USD em 2025, se não houver um aumento da produção interna. Neste último ano, tal como nos três anos anteriores, 17 milhões de pessoas foram afetadas pela seca, principalmente no Corno de África.

No entanto, existe um grande potencial para a produção agrícola e para as agroindústrias tornarem o continente autossuficiente em alimentos, principalmente pela melhoria dos corredores de comércio regional, para assegurar que os excedentes de alimentos numa região compensam os défices noutra região, por meio de melhores ligações entre os polos de produção, distribuição e consumo.

A queda dos preços das matérias-primas petrolíferas e de metais constitui um incentivo para que os países africanos se diversifiquem no setor agrícola. Com efeito, as maiores economias estão a implementar opções estratégicas para transformarem os seus setores agrícolas reduzindo, assim, a dependência das importações de alimentos. Estas alterações de políticas deverão dar resultados a médio e longo prazo, particularmente nos países exportadores de petróleo.

Figura 3.2. **Composição das importações de mercadorias em África, 2000-15**

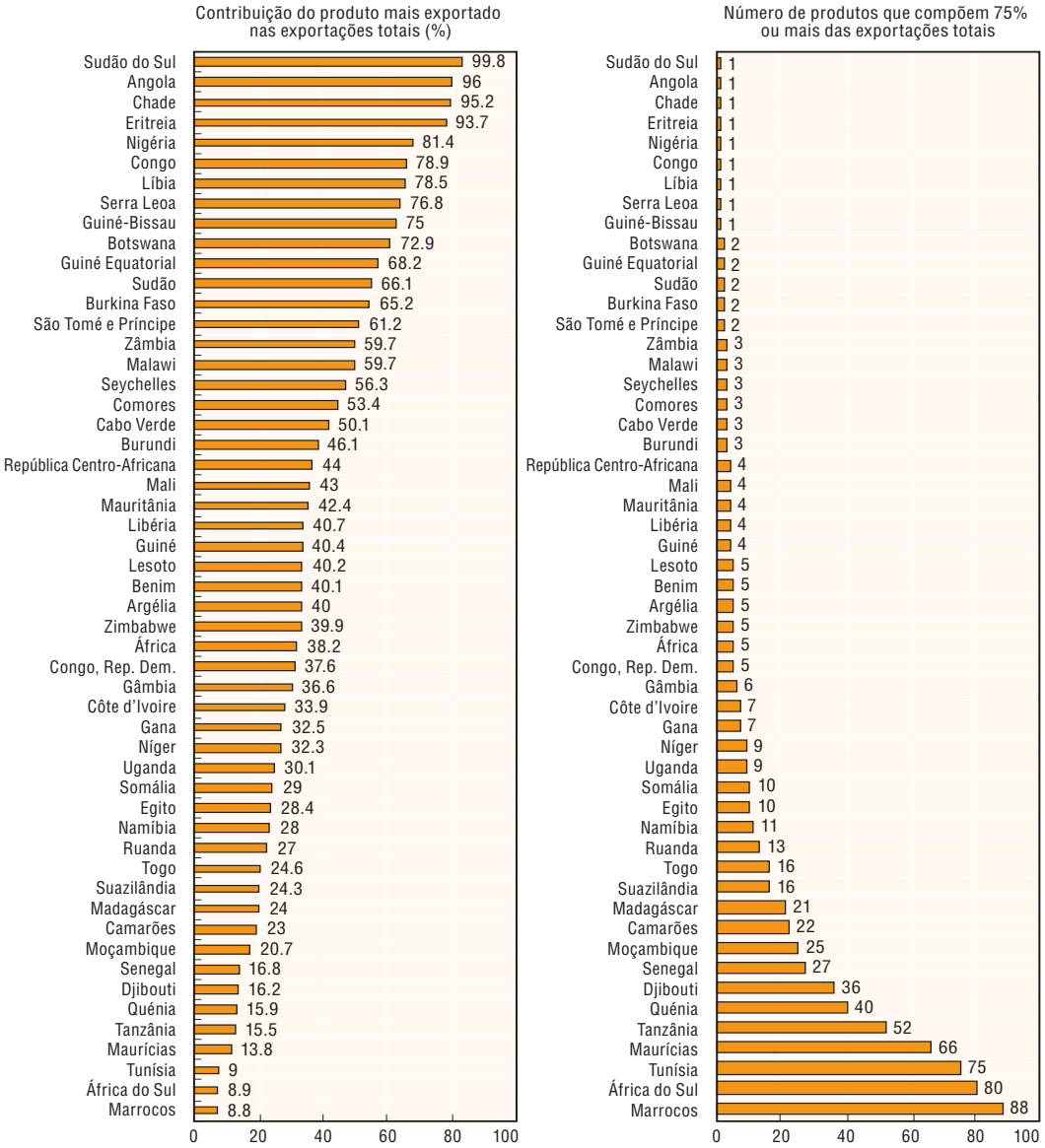


Fonte: Adaptado de UN COMTRADE (base de dados), http://wits.worldbank.org/wits/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475095

África deve utilizar os seus recursos para exportar novos produtos

As receitas de exportação da maioria dos países africanos estão dependentes de matérias-primas não transformadas. Alguns países, como a África do Sul, o Egito, as Maurícias, Marrocos, o Quénia e a Tunísia incorporaram alguns produtos industriais, semitransformados e de alta tecnologia. Contudo, aproximadamente 26% dos países africanos depende de uma ou duas matérias-primas baseadas em recursos naturais para mais de 75% das suas exportações; e 60% dos países está dependente de até cinco matérias-primas. Com a queda dos preços das matérias-primas, esta base restrita de exportação veio aumentar as pressões nas contas correntes de países como Angola, Chade, Congo, Eritreia, Guiné-Bissau, Nigéria, Líbia, Serra Leoa e Sudão do Sul, os quais dependem quase exclusivamente de uma matéria-prima para exportação.

Figura 3.3. **Duas medidas da diversificação das exportações dos países africanos, 2014**



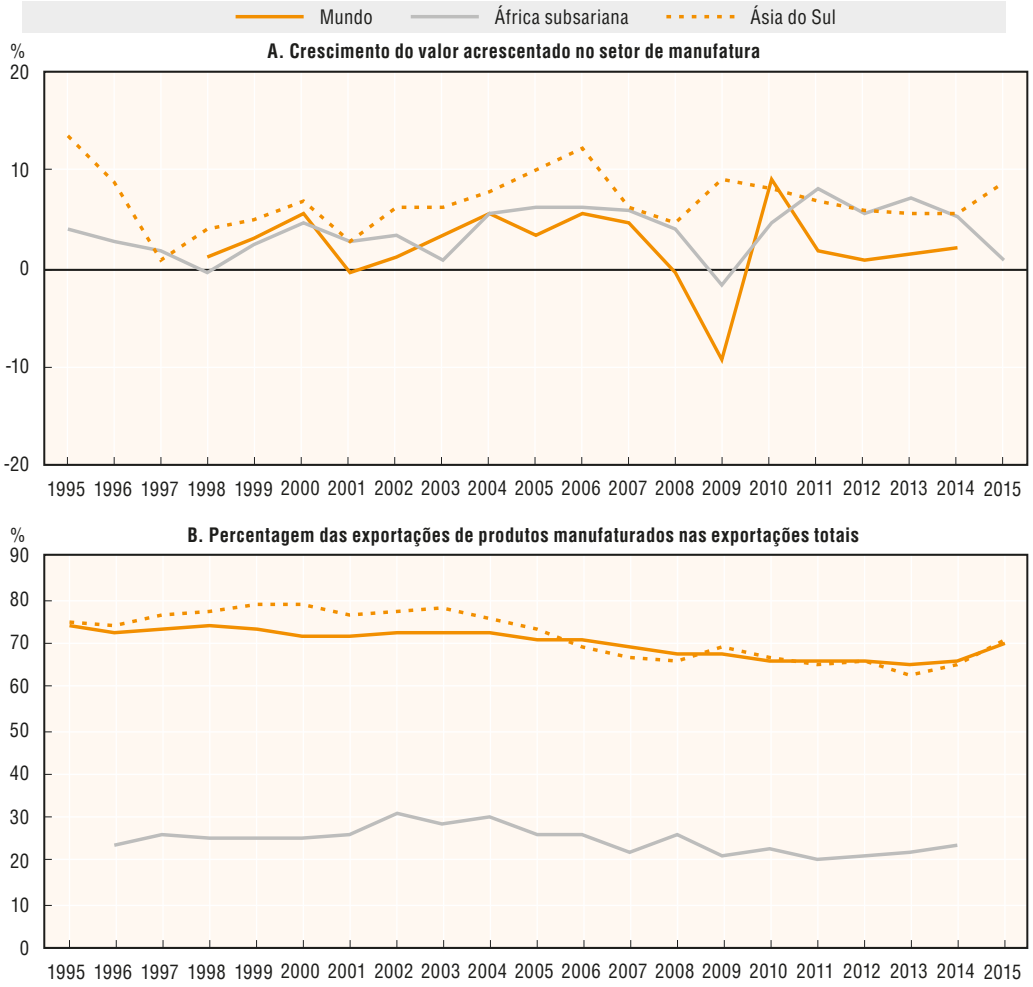
Fonte: BAD/OCDE/PNUD (2016).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475105

África tem sofrido, desde há muito tempo, um lento crescimento da produtividade e pouca diversificação das exportações. O índice de diversificação das exportações do BAD demonstra que o continente melhorou apenas ligeiramente entre 2010 e 2014, passando de uma pontuação de 5.2 para 6.5. No entanto, países como o Djibouti, Madagáscar, o Quénia e o Senegal expandiram a sua gama de indústrias e mercadorias.

Entre os desafios estão o fraco valor acrescentado na indústria transformadora, a insuficiente investigação e desenvolvimento e fracos avanços tecnológicos. O capital de investimento é importante para impulsionar a transformação estrutural e melhorar a competitividade nas fases iniciais do desenvolvimento económico. África tem registado altas taxas de crescimento durante a maior parte do tempo, desde a década de 90, mas este baseou-se frequentemente em poucas linhas de produção que não foram diversificadas ou numa dependência insustentável das indústrias extrativas de baixa tecnologia. Para apoiar este argumento, a Figura 3.4 apresenta o crescimento médio na África subsariana em termos do valor acrescentado da indústria transformadora e o seu peso nas exportações, desde 1995.

Figura 3.4. **Crescimento da indústria transformadora em valor acrescentado e em percentagem das exportações totais, no mundo, na África subsariana e na Ásia do Sul, 1995-2015**



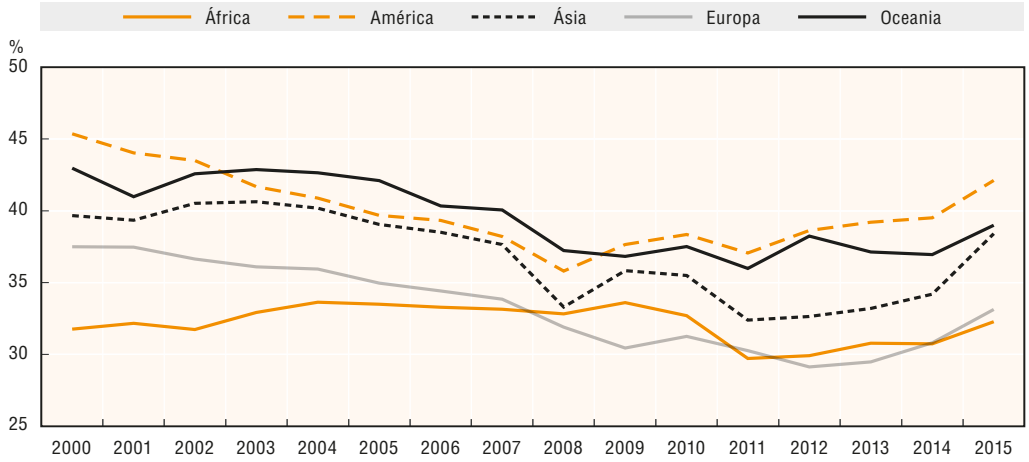
Fonte: Banco Mundial (2017b).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475113

África pode diversificar as suas exportações através da entrada em novos setores e produtos, ou através da agregação de valor aos produtos existentes. Rielander e Traore (2015) constataram que a diversificação das matérias-primas e o investimento em bens com maior intensidade de transformação são mutuamente benéficos para a maioria dos países em desenvolvimento. Os resultados na diversificação das matérias-primas dependem da disponibilidade de recursos naturais, já a diversificação para produtos da indústria transformadora pode ser conseguida através de melhorias em tecnologias e das competências humanas.

É necessário que a estrutura da produção em África seja alterada, com vista a impulsionar as exportações da indústria transformadora. A produção manteve-se ligada a matérias-primas baseadas em recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica, nos setores da agricultura e das indústrias extrativas. O continente registou uma fraca penetração de *know-how* e tecnologias avançadas de produção. As importações africanas de maquinaria pesada e equipamentos de transporte estão entre as mais baixas do mundo. Até 2008, África foi a região com menor absorção de equipamento da indústria transformadora. Ao longo da última década, o peso da maquinaria pesada e equipamentos de transporte nas importações totais de África é apenas comparável à percentagem registada na Europa, uma região que é uma das principais produtoras destes produtos e que, portanto, não regista grandes importações dos mesmos.

Figura 3.5. **Peso das importações de maquinaria e equipamentos de transporte no total das importações em África, 2000-15**



Fonte: Adaptado da base de dados da CNUCED, http://unctadstat.unctad.org/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475127

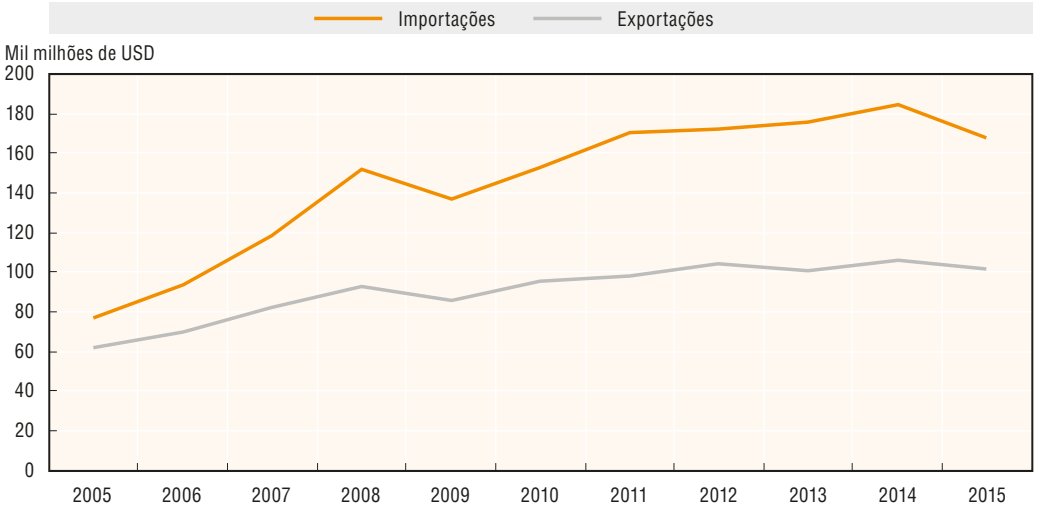
A fraca utilização de novas tecnologias em África tem prejudicado a transformação estrutural, tem alargado a dependência das exportações de mercadorias e tem reforçado uma base de exportação bastante restrita. Desta forma, apesar do forte crescimento dos fluxos de comércio global, o aumento do comércio africano tem sido menor do que noutras regiões. As exportações do continente, por exemplo, cresceram em média 3.5% no período após a crise financeira mundial de 2007-08, comparativamente a um crescimento global médio de 5.1%. África fica também aquém na integração de cadeias de valor globais, o que significa que a evolução da criação de emprego e dos rendimentos no continente não acompanha a expansão da economia e do comércio ao nível global.

Se África for capaz de se transformar, utilizar mais tecnologia avançada e aumentar o valor acrescentado da indústria transformadora, existem grandes oportunidades a explorar para que a região se integre de forma mais profunda nas cadeias de valor globais. Um dos pontos de partida é o continente africano explorar a sua vantagem comparativa em

termos de recursos naturais no setor mineral e agrícola. Estes setores devem ser utilizados para impulsionar a transformação estrutural do continente e melhorar a indústria transformadora, o emprego, o investimento direto estrangeiro e o influxo de tecnologia. O aumento da produtividade agrícola pode ser assegurado por meio de métodos como um regime adequado de terras, maior acesso à terra, melhoria da mecanização agrícola, bem como da utilização da irrigação e de uma variedade de culturas de elevado rendimento. Os seguros agrícolas, os planos sustentáveis de gestão de recursos transnacionais e as estratégias de desenvolvimento rural integrado devem, igualmente, ser utilizados para promover a transformação do continente africano.

O setor dos serviços tem contribuído de forma determinante para o PIB do continente africano. Em África, o crescimento de uma população que é jovem e cada vez mais qualificada representa uma oportunidade para o crescimento das exportações no setor de serviços. O comércio de serviços (exportações e importações) passou de aproximadamente 140 mil milhões de USD, em 2005, para quase 270 mil milhões de USD em 2015. Embora África utilize mais serviços do que os que comercializa com o resto do mundo, as exportações de serviços têm registado um crescimento lento mas constante ao longo da última década. Enquanto o resto do mundo tem uma população em rápido envelhecimento, o crescimento populacional em África, acompanhado de uma formação e educação de qualidade, pode contribuir para aumentar a exportação de serviços.

Figura 3.6. **Importações e exportações de serviços em África, 2005-15**



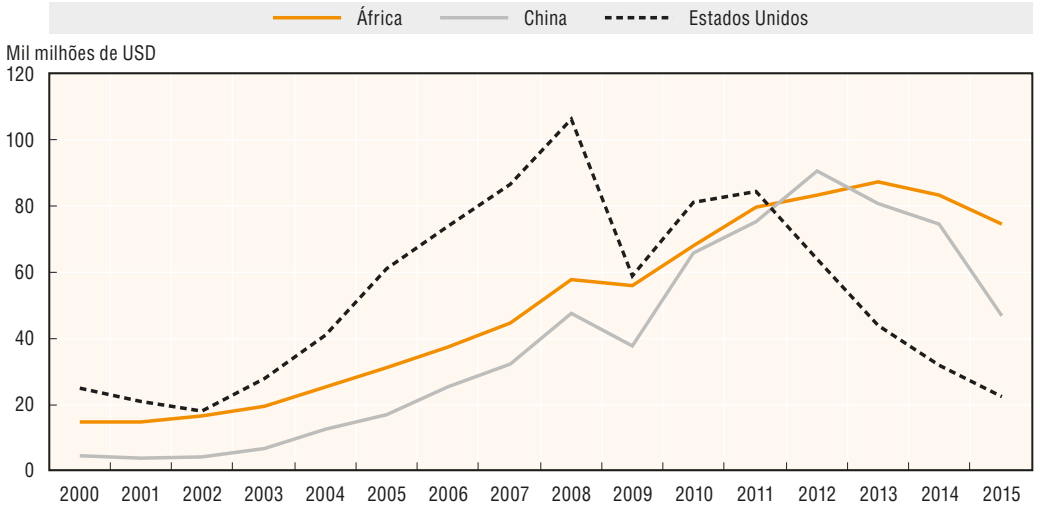
Fonte: Adaptado de dados da CNUCED, http://unctadstat.unctad.org/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475131

O comércio entre os países africanos é a chave para o desenvolvimento económico sustentável

O comércio entre países africanos tem um enorme potencial para gerar um desenvolvimento económico sustentável. O recente progresso económico em África tem sido acompanhado de uma expansão similar no comércio entre os seus países. O PIB do continente e o comércio intra-africano quadruplicaram nas últimas duas décadas. Para além do seu papel como motor do crescimento económico, o comércio intra-africano é mais resiliente do que as trocas comerciais com outras regiões do mundo. A Figura 3.7 demonstra que, desde 2011, a exportação de mercadorias para os Estados Unidos e para a China registou um grande decréscimo, respetivamente de 65% e 48%. O decréscimo do comércio intra-africano é mais moderado e parece refletir o abrandamento geral do comércio mundial. Após a crise de 2007-08 verificou-se uma tendência semelhante, uma vez que o comércio intra-africano

foi menos afetado do que o comércio entre África e o resto do mundo. O peso do comércio intrarregional no comércio do continente africano com o resto do mundo passou de 10% no ano 2000 para aproximadamente 16% em 2014 (BAD/OCDE/PNUD, 2016). As matérias-primas brutas não são dominantes nas trocas entre países africanos, ao contrário do que acontece no comércio com o resto do mundo. Os produtos da indústria transformadora, menos suscetíveis a choques de preços, constituem mais de 50% do comércio regional (BAD/OCDE/PNUD, 2016).

Figura 3.7. **Exportações de mercadorias do continente africano para África, China e Estados Unidos, 2000-15**



Fonte: Adaptado de dados da CNUCED, http://unctadstat.unctad.org/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475145

A heterogeneidade das exportações nacionais contribui para o comércio intra-africano

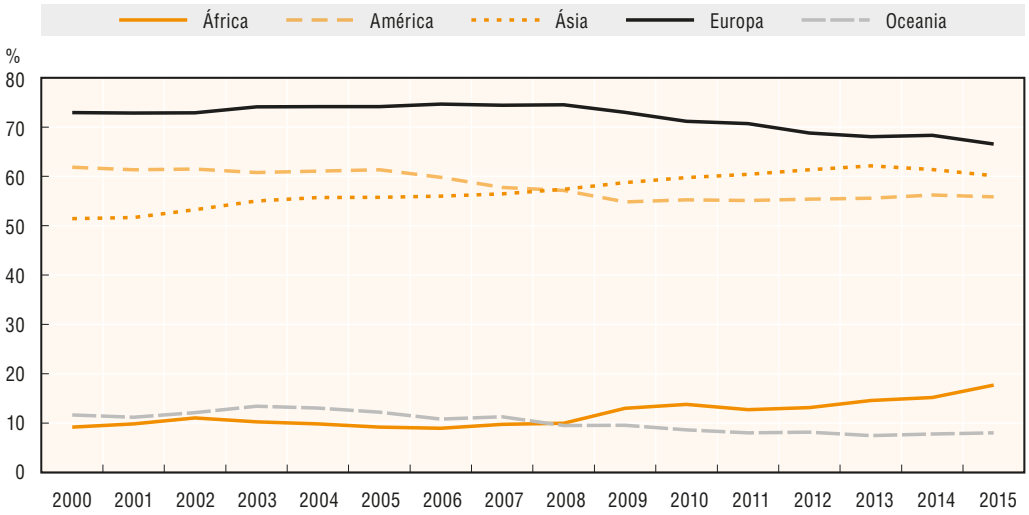
O comércio entre países africanos tem grande potencial. Em África, os países vizinhos podem ter bens de exportação semelhantes, mas a disseminação de produtos pelo continente permitiria um grande volume de comércio entre as regiões. A grande procura de produtos alimentares, especialmente nos países ricos em recursos naturais, pode ser suprida pelos países com uma produtividade agrícola mais elevada. Da mesma forma, os países com indústrias transformadoras mais desenvolvidas, se conseguissem aceder ao mercado africano mais alargado, teriam maior possibilidade de crescimento. De 2007 a 2015, a importação de bens de transformação ligeira triplicou, chegando aos 260 mil milhões de USD. As perspetivas de aumento do comércio intra-africano são reforçadas por um mercado de consumo de quase mil milhões de pessoas, pelo número crescente de consumidores com maior poder de compra, e pela mobilidade crescente do capital de investimento.

A fraca capacidade da indústria transformadora restringe o comércio intra-africano

Apesar das potencialidades, as exportações intra-africanas constituíam em 2015 apenas um quarto da exportação total de mercadorias do continente. Isto fica muito aquém de outras regiões, sendo esta percentagem de 56% nas Américas, 60% na Europa e 67% na Ásia (ver Figura 3.8). A fraca capacidade de processamento e transformação dos produtos é um importante fator de limitação do comércio entre os países africanos. As exportações intra-africanas de produtos da indústria transformadora não seguiram

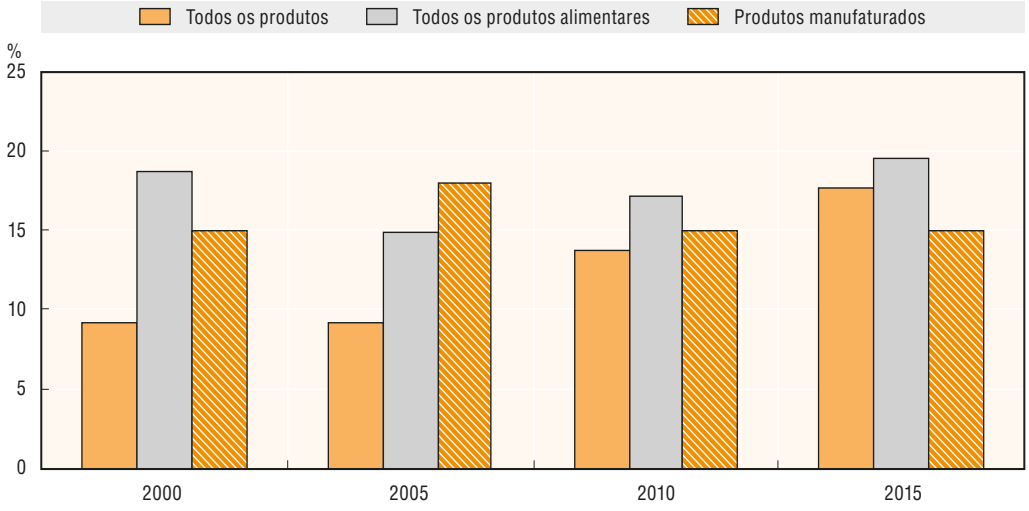
a tendência de outros tipos de mercadorias. Em comparação com os alimentos e outros produtos, o comércio intra-africano de produtos transformados passou de 18% em 2005 para cerca de 15% entre 2010 e 2015 (Figura 3.9). Em África, a maioria dos principais produtos de exportação não passa por uma grande transformação antes de ser reexportada. Isto verifica-se quer nos grãos de cacau da Côte d'Ivoire e do Gana, quer no petróleo e produtos petrolíferos provenientes da Nigéria. As exportações africanas de petróleo para o resto do mundo chegaram aos 85 mil milhões de USD, mas as importações africanas de combustível proveniente de outras regiões do mundo variaram entre 63 mil milhões e 84 mil milhões de USD entre 2010 e 2015.

Figura 3.8. **Exportações intrarregionais em cinco regiões do mundo, em percentagem das exportações totais, 2000-15**



Fonte: Adaptado de dados da CNUCED, http://unctadstat.unctad.org/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475152

Figura 3.9. **Exportações intra-africanas em percentagem das exportações totais, 2000, 2005, 2010 e 2015**



Fonte: Adaptado de dados da CNUCED, http://unctadstat.unctad.org/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475163

A evolução económica global terá, provavelmente, efeitos diversos no comércio com África

A integração em redes de comércio regionais e globais ainda é o ideal para a maioria dos países. No entanto, o impacto alargado e desigual dos choques nos preços das matérias-primas, bem como as crescentes críticas ao sistema mundial de comércio – especialmente o voto no Reino Unido para sair da União Europeia e as políticas protecionistas propostas nos Estados Unidos – aumentam a incerteza sobre os padrões da globalização no futuro. Nestas circunstâncias imprevisíveis, os países devem aproveitar o melhor possível a globalização, continuando a diversificar as suas relações comerciais, particularmente através do reforço dos laços no seio do continente africano. Devem também, simultaneamente, gerir os riscos existentes de forma adequada.

O abrandamento económico da China atinge mais o continente africano do que outros parceiros globais

Várias tendências globais têm afetado a evolução do comércio em África. A desaceleração da economia chinesa, juntamente com a queda dos preços das matérias-primas e a lenta recuperação das economias avançadas, teve um grande impacto no valor do comércio africano em termos globais. Em 2015, as importações totais da China decresceram 18%, mas as suas importações provenientes do continente africano caíram aproximadamente 20%. Esta diminuição afetou particularmente a África do Sul, o Benim, o Burkina Faso, a República do Congo, a Guiné Equatorial, a Guiné-Bissau, Moçambique, a Nigéria, o Ruanda, a Serra Leoa, o Sudão e a Suazilândia, países que no seu conjunto constituem mais de 75% das importações chinesas de África. Enquanto o peso do continente africano nas importações chinesas está a decrescer, as importações africanas de produtos chineses mantém uma tendência ascendente, o que contribui para uma balança de pagamentos desfavorável em África.

As políticas protecionistas não deverão afetar as exportações africanas para os Estados Unidos

As políticas protecionistas debatidas pela administração norte-americana que tomou posse em 2017 podem não afetar os acordos comerciais entre África e os Estados Unidos. O novo governo americano afirma que alguns acordos comerciais preferenciais tiram empregos aos Estados Unidos. No entanto, o AGOA – *African Growth and Opportunity Act*, que é o principal acordo de comércio entre os Estados Unidos e África, engloba maioritariamente recursos naturais e exportações de baixo valor. Estes têm pouca ou nenhuma influência no mercado de trabalho norte-americano, pelo que é pouco provável que o AGOA seja diretamente afetado pelas novas medidas propostas.

O AGOA é uma parte crucial das relações comerciais África-EUA. Concede um maior acesso ao mercado norte-americano por parte dos países da África subsariana que se qualificam para o programa. Este enquadramento abrange mais de 7 400 linhas tarifárias, incluindo o café, produtos alimentares, têxteis e algum vestuário. Com a renovação do programa, em 2015, espera-se que o AGOA continue a apoiar as exportações não-petrolíferas e a diversificação das exportações africanas nos próximos dez anos. Entre 2000 e 2015, as exportações da África subsariana no âmbito do AGOA triplicaram, passando de 1.4 mil milhões de USD para 4.1 mil milhões de USD (Gabinete do Representante dos Estados Unidos para o Comércio, 2016). O AGOA deve tornar-se cada vez mais importante, à medida que África promove a diversificação das exportações para reforçar a resiliência das economias. As exportações não-petrolíferas da África do Sul, Angola, Chade, Nigéria e Quénia – incluindo produtos como frutas e frutos secos, cacau e produtos derivados, produtos hortícolas preparados, calçado e flores de corte – podem tornar-se uma fonte de receita cada vez mais relevante para os pequenos e grandes agricultores nestes países.

A Zona Continental de Comércio Livre aumentará a atratividade de África no comércio mundial

A retirada dos EUA do Acordo de Parceria Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership* - TPP) e a criação da Zona Continental de Comércio Livre (ZCCL) no continente africano irá reforçar o papel de África enquanto parceiro comercial global. O TPP era composto pela Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietname, englobando quase um sexto da população mundial e 40% do PIB global. Muito recentemente, este acordo estava ainda em negociação. Os Estados Unidos retiraram-se do TPP em janeiro de 2017, antes da elaboração da versão final do acordo de comércio.

O TPP poderia prejudicar de várias formas o comércio africano. Nomeadamente, poderia substituir as exportações africanas para os Estados Unidos por produtos dos países membros, como o Chile, o México, o Peru ou o Vietname. Alguns destes países possuem melhores normas de embalamento e rotulagem internacional do que muitos países africanos. O TPP poderia igualmente anular qualquer incentivo para que os Estados Unidos equacionassem o prolongamento desta fase do AGOA após 2025 e incluíssem mais países e produtos. Algumas economias africanas, como as Maurícias e o Quénia, afirmaram que pretendem uma relação comercial mais madura e de longo prazo com os Estados Unidos. No entanto, independentemente do avanço ou cancelamento do TPP, a ZCCL em África reforçará a atratividade do continente africano no comércio mundial e, possivelmente, aumentará os ganhos do comércio África-EUA.[1]

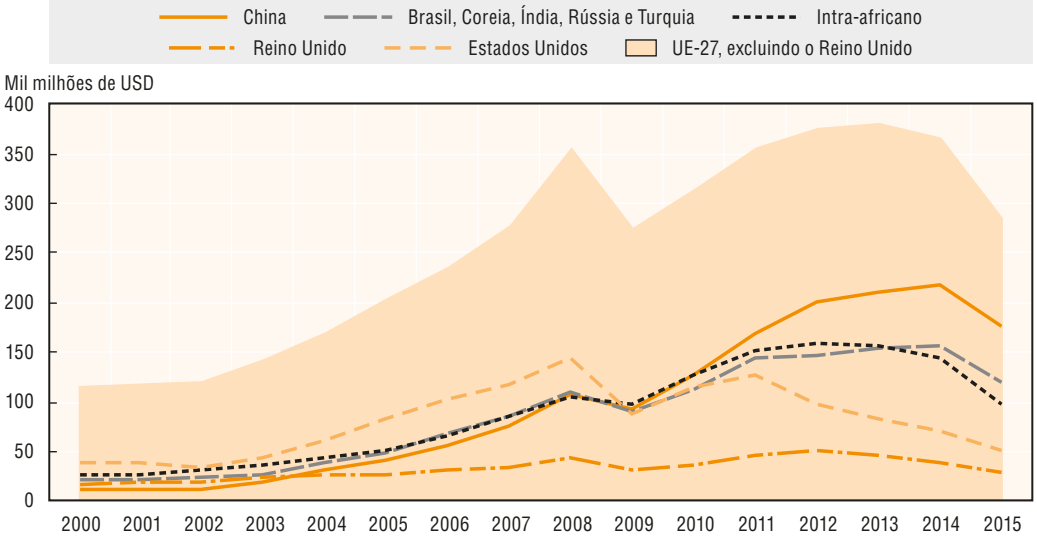
Uma alternativa ao TPP é o Acordo de Parceria Regional Económica Global (*Regional Comprehensive Economic Partnership* – RCEP), uma zona de comércio livre que engloba dez membros da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e a Austrália, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia, países com os quais a ASEAN tem acordos de comércio livre. Ao contrário do TPP, o RCEP inclui a China, a Índia e o Japão, países que são grandes parceiros comerciais de África. Os efeitos deste acordo na cooperação Sul-Sul, que África pretende reforçar, ainda não são claros. Tendo em conta a diversidade das economias do RCEP, a redução (quase eliminação) dos direitos aduaneiros sobre mercadorias permitirá um aumento do comércio entre os países membros. Isto pode conduzir a uma queda significativa das exportações africanas para a China, a Índia e o Japão (UNECA, 2015). O impacto do RCEP em África pode ser maior se o acordo for alargado no sentido de facilitar a circulação de pessoas e de capital de investimento entre países.

A saída do Reino Unido da União Europeia, ou *Brexit*, não deverá ter um impacto negativo no comércio entre o Reino Unido e o continente africano. Os efeitos prováveis dependerão do nível de comércio entre África e o Reino Unido. Apesar das vantagens do Reino Unido face a outros Estados membros da UE, decorrentes da língua e do passado colonial, o seu peso no comércio de África passou de 8%, em 2001, para 3.6%, em 2015. Tendo em conta as exportações do Reino Unido, é pouco provável que a redução do seu acesso ao mercado da União Europeia se reflita numa redução do comércio com África. Alguns países africanos possuem relações comerciais mais fortes com o Reino Unido do que muitos países da UE, o que pode facilitar as negociações comerciais prioritárias com o Reino Unido no pós-*Brexit*. Em países como a África do Sul, a Gâmbia, as Maurícias, o Quénia e as Seychelles, mais de 20% das exportações para a União Europeia têm como destino o Reino Unido. A retórica do *Brexit* não é anti comércio e quaisquer efeitos ligados ao comércio poderão começar apenas a revelar-se após a saída oficial do Reino Unido da União Europeia.

O reforço dos laços comerciais entre África e a União Europeia poderá, igualmente, minimizar quaisquer riscos adversos do *Brexit*. Desde o Acordo de Cotonou, no ano 2000, várias comunidades económicas africanas renovaram o compromisso em Acordos de

Parceria Económica (APE), celebrados entre a União Europeia e os Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Entre as evoluções recentes, está a assinatura da primeira decisão da Comissão APE, relativa à adoção de regras e procedimentos em alguns países da África Central. Em julho de 2014, os líderes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) aprovaram um APE para assinatura e, em dezembro de 2016, as comunidades regionais da África Oriental e da África Austral acordaram regras de origem, após a assinatura do seu APE no início do ano (ver União Europeia, 2017).

Figura 3.10. **Fluxos comerciais de África com parceiros selecionados e comércio intra-africano, 2000-15**



Fonte: Adaptado de dados do UN COMTRADE, http://wits.worldbank.org/wits/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475171

As comunidades regionais africanas promovem a integração e as políticas comerciais regionais, enfrentando os desafios existentes

Os governos africanos reconheceram que a integração regional não contradiz os objetivos nacionais de desenvolvimento. Cada um dos 54 países africanos define as políticas comerciais na ótica de que o comércio contribua para objetivos de desenvolvimento mais alargados no plano nacional. A multiplicidade das políticas comerciais, por vezes de natureza contraditória, e a necessidade de coordenação com outros países para obter mais benefícios, são os fundamentos para a criação de blocos regionais de comércio. Algumas características específicas dos países africanos também foram relevantes. A pequena dimensão das economias nacionais, a fragmentação dos mercados e o acesso restrito a portos marítimos contribuíram para que alguns países prosseguissem a integração. Os esforços para interligar as economias africanas têm tomado várias formas. Verificou-se uma harmonização progressiva das políticas de comércio, de produção, de infraestruturas, financeiras, macroeconómicas e de emprego. Embora estas reformas tenham evoluído significativamente ao longo do tempo, a rápida evolução do comércio mundial exigia medidas para reforçar o trabalho conjunto.

A União Africana conta com as comunidades económicas para pressionar a integração regional

Em 1991, o Tratado de Abuja da União Africana criava a Comunidade Económica de África, com o propósito de definir princípios e objetivos orientadores e um enquadramento

para a integração regional. Esta iniciativa política guiou o estabelecimento de várias Comunidades Económicas Regionais (CER). Atualmente, a União Africana reconhece oito comunidades regionais, através das quais implementa a integração regional:

Os cinco países do Norte de África reunidos na **União do Magrebe Árabe (UMA)**, criada em 1989, pretendem eliminar barreiras tarifárias e não-tarifárias, bem como facilitar a circulação de pessoas, serviços, bens e capital entre os Estados membros. Na prática, a implementação tem sido lenta e a zona de comércio livre proposta é ainda uma miragem. A instabilidade política e a subsequente transição política em alguns países membros, como a Líbia e a Tunísia, contribuíram para os fracos avanços das negociações (UNECA, 2017). Verificou-se, também, uma paralisação nas iniciativas da União na sequência das tensões entre a Argélia e Marrocos sobre o estatuto do Saara Ocidental. De acordo com os dados das exportações, a UMA é uma das comunidades regionais africanas com menor grau de integração. Em 2015, mais de 90% das exportações desta zona foram para países não-africanos, e apenas 3.4% tiveram como destino os outros países membros da UMA.

A união aduaneira da **Comunidade da África Oriental (EAC/CAO)** foi criada em 2005, tendo então seis países membros. O mercado comum da EAC foi estabelecido em 2010, para impulsionar o investimento e melhorar a capacidade produtiva dos seus membros. Espera-se que este passo facilite a livre circulação de bens, trabalho, serviços e capital. Os Estados membros comprometeram-se com a eliminação de barreiras tarifárias, não-tarifárias e técnicas, a harmonização das normas e a implementação de uma política comercial comum. O Protocolo do Mercado Comum da EAC define estas regras e é considerado um dos passos mais importantes para a integração regional. Em 2015, a EAC tornou-se um Território Aduaneiro Comum de pleno direito. De acordo com o Gabinete do Representante dos Estados Unidos para o Comércio, cerca de 90% das mercadorias que entram na EAC através dos portos de Mombaça e Dar es Salaam passam pela alfândega uma vez, à entrada, e são transportadas depois para o destino final sem novos controlos aduaneiros, mesmo atravessando fronteiras. Isto reduziu o período de trânsito entre Mombaça e Kigali ou Kampala. O Relatório sobre o Índice de Integração Regional em África, publicado pela União Africana, o BAD e a Comissão Económica das NU para África (UNECA) demonstra que a EAC é a região com maior grau de integração, com base numa pontuação média de cinco critérios analisados.

A Tabela 3.2 analisa as exportações das comunidades regionais, constatando que a EAC tem a segunda maior proporção de exportações intrarregionais (18%). O peso das exportações da EAC para países não-africanos fica 27 pontos percentuais abaixo do registado na UMA e pelo menos seis pontos percentuais abaixo do verificado na Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). O sucesso da EAC pode ser atribuído, em parte, a uma forte vontade política, à sua relativa homogeneidade e aos longos laços históricos entre os países membros. Para sustentar um mercado comum eficiente, é necessário que a EAC aposte numa maior uniformização dos regulamentos laborais e de capital, bem como em garantir políticas de concorrência rigorosas que impeçam a marginalização dos membros com economias de menor dimensão.

O **Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)** é composto por 19 países, abrangendo o norte, a parte oriental e austral de África. A criação de um mercado comum estava prevista para 1994. Seis anos depois, oito membros decidiram criar uma zona de comércio livre, à qual aderiram também o Burundi e o Quénia, em 2004. Em 2009, a tentativa de lançar uma união aduaneira fracassou, porque nem todos os Estados membros alinharam os seus regimes tarifários com a pauta externa comum. Entre as várias iniciativas, estão a harmonização de normas e regulamentos de transporte para implementação de um Sistema Virtual de Facilitação de Comércio (CVFTS), um regime de seguro e um Sistema Regional de Garantia Aduaneira. No entanto, a COMESA apresenta uma baixa pontuação no Índice

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

de Integração Regional em África de 2016 devido à distância entre os países membros. Em 2015, apenas 11% das exportações da COMESA tiveram como destino países membros desta comunidade e mais de 80% destinaram-se a países não-africanos.

Tabela 3.2. **Peso das exportações das comunidades económicas regionais africanas para as regiões parceiras (% das exportações totais)**

	Peso das exportações para:					
	Países membros da CER		Países africanos não-membros da CER		Países não-africanos	
Comunidades Económicas Regionais (CER)	**2012**	**2015**	**2012**	**2015**	**2012**	**2015**
Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	17.3	19.5	2.3	2.7	80.4	77.8
Comunidade da África Oriental (EAC/CAO)	19.7	18.1	13.9	15.2	66.4	66.6
Comunidade Económica do Estados da África Ocidental (CEDEAO)	7.6	12.1	5.0	6.3	87.4	81.6
Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)	14.4	12.0	12.8	14.2	72.8	73.8
Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)	7.6	11.7	3.4	5.6	89.0	82.7
Comunidade dos Estados do Sahel e Saara (CEN–SAD)	6.8	10.4	3.1	4.7	90.1	84.9
União do Magrebe Árabe (UMA)	2.1	3.4	1.3	2.7	96.6	93.9
Comunidade Económica do Estados da África Central (CEEAC)	0.8	1.5	4.1	4.9	95.1	93.6

Fonte: Adaptado de dados do FMI, http://data.imf.org/.

Na altura em que foi criada, a **Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)**, hoje com 16 países, estava principalmente centrada na melhoria das condições de vida nos Estados Membros através da cooperação económica. A CEDEAO reconheceu a ligação indissociável entre governação, paz e desenvolvimento económico. Adotou então um mandato de segurança, para ajudar a responder aos conflitos na região. Pretende alcançar uma integração quase completa até 2020 e, para o atingir, a CEDEAO adotou uma pauta aduaneira comum desde janeiro de 2015. Pretendia-se que esta pauta comum minimizasse a perda de receitas decorrente da concorrência entre as tarifas aduaneiras dos Estados membros. A pauta comum reduziria também as complexidades dos requisitos em matéria de regras de origem, protegendo simultaneamente alguns setores emergentes. Em 2015, cerca de 12% das exportações da CEDEAO tiveram como destino países membros desta comunidade, 6% foram para outros países africanos e aproximadamente 80% para países de outros continentes. A CEDEAO ratificou recentemente um protocolo sobre a livre circulação de pessoas. É a comunidade regional mais bem classificada na facilitação da livre circulação de pessoas entre países. Em termos gerais, a CEDEAO é a terceira classificada no Índice da Integração Regional em África. Tal como noutras comunidades regionais, a falta de implementação é um dos principais fatores que impede o sucesso de muitas iniciativas de integração regional na CEDEAO.

A **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)** é classificada como a segunda comunidade com maior integração regional do continente africano. Em 2008, os seus 15 membros anunciaram uma zona de comércio livre, embora a eliminação progressiva dos direitos aduaneiros tenha continuado até 2012. A República Democrática do Congo, uma das maiores economias da região, é membro da SADC mas não do seu protocolo de comércio. Angola ainda não apresentou as suas propostas de pautas aos outros Estados membros. Existem problemas controversos entre os países membros, relativos às regras de origem. Uma das iniciativas recentes é o acordo sobre um Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, para apoiar os avanços na integração regional (SARDC, 2016). Os países membros tinham já aprovado, numa cimeira extraordinária da SADC realizada em abril de 2015, a Estratégia de Industrialização da SADC e o Roteiro 2015-2063.

A **Comunidade dos Estados do Sahel e Saara (CEN–SAD)** foi criada em fevereiro de 1998 e reconhecida pela União Africana enquanto comunidade económica regional no ano 2000. É composta por 28membros, o maior número de países numa comunidade regional, e inclui a maioria dos países da África Ocidental e do Norte de África, mas alguns países da África Central e Oriental. Em 2013, os líderes governamentais realizaram um encontro para reavivar a CEN-SAD, reorientando as prioridades para a segurança regional e o desenvolvimento sustentável. Os países membros afirmaram repetidamente o seu compromisso com a integração regional através da harmonização de políticas e de uma zona de comércio livre, mas verificaram-se poucos progressos. A instabilidade política em vários países membros, especialmente no norte, e a pertença a vários blocos regionais têm atrasado os resultados. A CEN-SAD apresenta a pior classificação geral no Índice de Integração Regional em África de 2016, obtendo pontuações particularmente baixas nas dimensões da integração regional relativas ao comércio, às infraestruturas e à produção. Em 2015, as exportações intrarregionais na CEN-SAD representaram apenas 10% das exportações totais. Apenas 15% das exportações tiveram como destino o continente africano e 85% foram para destinos fora do continente. Apesar de alguns aspetos da integração avançarem muito lentamente, a CEN-SAD está entre os cinco blocos regionais com menores restrições à livre circulação de pessoas. No entanto, argumenta-se que este sucesso possa derivar da eliminação de restrições de viagem noutras comunidades regionais, cujos membros são comuns à CEN-SAD (UNECA, 2017).

A **Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)** esteve adormecida durante muitos anos, devido ao conflito prolongado na região dos Grandes Lagos, particularmente na República Democrática do Congo, no qual estavam também envolvidos Angola e o Ruanda. A CEEAC revitalizada centra-se agora na eliminação de direitos aduaneiros e de restrições à livre circulação de pessoas, na promoção da criação de uma pauta aduaneira comum, na harmonização de políticas nacionais e noutras iniciativas para aprofundar a cooperação entre os 11 países membros. O primeiro calendário previa um período de 20 anos para concretizar uma zona de comércio livre e foi adiado 4 anos, até 2004, altura em que a CEMAC estabeleceu então a zona de comércio livre, com o compromisso de criar a união aduaneira até 2008. Apesar da existência de uma união monetária em funcionamento (a Comunidade Económica e Monetária da África Central – CEMAC, com seis membros), a CEEAC não conseguiu estabelecer a união aduaneira. No entanto, a região facilita o comércio entre os membros, através de mecanismos como os balcões únicos nas fronteiras (UNECA, 2017). A CEEAC ultrapassou vários prazos para a implementação do seu protocolo sobre a livre circulação de pessoas. O tratado fundador, de 1983, criou o protocolo sobre a livre circulação de pessoas, mas as iniciativas realizadas em 1990 e 2000 para acelerar a sua implementação não foram bem-sucedidas. Os membros da CEMAC beneficiam de isenção de vistos dentro do grupo, enquanto os outros países da CEEAC têm obrigatoriedade de vistos.

A **Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)** é composta por oito membros da África Oriental e foi criada para dar resposta à seca e desertificação no Corno de África. Em 1996, uma década após a sua criação, reorientou os objetivos sobre a cooperação económica regional, para harmonizar políticas macroeconómicas e setoriais, facilitar a circulação de bens e serviços entre países, garantir a segurança alimentar e a proteção ambiental, coordenar o investimento em infraestruturas, assegurar a paz na região, bem como promover os objetivos da COMESA e das comunidades económicas africanas. A integração do mercado através de um envolvimento prático do setor privado tem sido uma abordagem crucial para a integração da IGAD. Em 2010, foi reativado o Fórum de Negócios (*Business Forum*), uma iniciativa que envolve as câmaras de comércio

dos países membros com vista a promover propostas de integração regional. Além disso, a IGAD deu prioridade à eliminação de restrições transfronteiriças, centrando-se na melhoria dos transportes e comunicações inter-estatais. O Índice de Integração Regional em África de 2016 coloca a IGAD no primeiro lugar em termos de infraestruturas. Relativamente à integração do comércio, 12% das exportações da IGAD tiveram como destino outros membros da comunidade regional. Um total de 26% permaneceu no continente africano, enquanto os restantes 74% tiveram como destino países não-africanos. Apesar do acordo de criação da IGAD enfatizar a livre circulação de pessoas, não existe nenhum protocolo nesta área. Em vez disso, alguns países membros têm acordos bilaterais de livre circulação, como o Djibouti, a Etiópia, o Quénia e o Uganda.

As comunidades regionais africanas enfrentam desafios de integração

Apesar dos progressos registados, a integração regional e comercial em África enfrenta vários obstáculos. O novo conceito de regionalismo exige mais do que a mera eliminação de tarifas, preconizando uma abordagem mais alargada para reduzir os custos administrativos e de transacção, bem como para colmatar a segmentação dos mercados. A resposta a estes desafios requer um aumento do investimento em infraestruturas para melhorar as conexões entre países africanos e a nível doméstico. Nomeadamente, as infraestruturas de transporte e comunicação para o comércio intra-africano encontram-se menos desenvolvidas do que as infraestruturas que ligam o continente ao resto do mundo. Isto prejudica o impacto da integração regional no comércio e no desenvolvimento.

Para que haja uma implementação plena dos acordos de comércio, é necessário resolver questões complexas, como a existência de disposições conflituantes nos acordos quando há sobreposição dos blocos comerciais, ou os requisitos vigentes em matéria de regras de origem (ver Caixa 3.1 sobre as regras de origem nas zonas de comércio livre em África). Nestas circunstâncias, a gestão da integração entre países e de múltiplos acordos económicos torna-se particularmente desafiante. Estes constrangimentos tendem a manter-se, mesmo quando os governos seguem passo-a-passo o modelo linear de integração dos bens, dos mercados de trabalho e de capital, e finalmente a integração monetária e orçamental. Em muitos países africanos, é necessário que as instituições de política comercial sejam mais fortes, para poderem participar de forma eficiente nas negociações comerciais.

Da mesma forma, a concentração excessiva na harmonização ou regulamentação de tarifas de importação, à custa de outros fatores importantes do lado da oferta, não dá um contributo relevante para a agenda de integração em África. Um aprofundamento da integração que inclua os serviços, o investimento, a política de concorrência e outras questões internas pode responder de forma mais eficaz aos obstáculos nacionais do lado da oferta, do que uma agenda quase exclusivamente centrada nas medidas a serem adotadas nas fronteiras. Isso contribuiria, certamente, para explorar as oportunidades de expansão das empresas africanas e para melhorar a competitividade em geral.

Caixa 3.1. **Regras de origem preferenciais e zonas de comércio livre em África**

As zonas de comércio livre são ainda o tipo de acordo de integração regional mais frequente em África, pelo que as regras de origem preferenciais têm um importante papel. Estas regras determinam a nacionalidade económica de um produto e desempenham um papel chave no acesso preferencial aos mercados. Elas visam prevenir o desvio do comércio, mas podem tornar-se num pormenor que atrasa a integração dos mercados numa determinada zona.

Caixa 3.1. **Regras de origem preferenciais e zonas de comércio livre em África** *(cont.)*

Estas regras pretendem encontrar um equilíbrio, para que apenas os membros da zona de comércio livre beneficiem do acesso preferencial ao mercado, assegurando, simultaneamente, a flexibilidade no fornecimento de inputs, para promover a eficiência e a competitividade. Esta não é uma tarefa fácil, especialmente porque as regras podem ser utilizadas para proteger eficazmente a indústria nacional. Além disso, podem tornar-se uma questão importante do lado da oferta, afetando as decisões das empresas e, consequentemente, a competitividade.

A existência de regimes diferentes sobre as regras de origem demonstra o impacto que estas podem ter no comércio entre as regiões africanas. A diferença entre as regras aplicadas pela SADC e pela COMESA é um exemplo a salientar. As regras da SADC seguem uma abordagem de produto ou setor, o que permite interesses específicos de proteção de uma indústria ou setor, mas é simultaneamente um entrave às oportunidades comerciais ao nível intrarregional. A COMESA utiliza regras mais transversais, embora com pequenas exceções. Inicialmente, quando o protocolo de comércio da SADC foi negociado (em meados dos anos 90), as regras de origem da SADC eram muito semelhantes às da COMESA. No entanto, nunca foram totalmente implementadas, tendo sido subsequentemente alteradas para adotarem uma abordagem mais restritiva a nível do produto/setor (Naumann, 2011).

A recente evolução, nomeadamente com a criação de uma Zona Tripartida de Comércio Livre - ZTCL para a COMESA, a EAC/CAO e a SADC, tem facilitado o comércio, por meio da eliminação dos efeitos de distorção causados pelas regras de origem. Foram já assinados alguns acordos sobre produtos agrícolas inteiramente produzidos na região.

Fonte: Hartzenberg, 2011.

Aquela que é geralmente considerada como a última etapa de integração das comunidades económicas regionais em África – a livre circulação de pessoas – pode ser o primeiro passo essencial. Em muitos países africanos, as tecnologias da informação e os sistemas de pagamentos não estão bem desenvolvidos. As transações *online* não são comumente utilizadas e muitas transações comerciais implicam que os compradores e vendedores se desloquem entre países. Assim, um passo importante para a integração em África é a implementação de reformas nos vistos, para facilitar a livre circulação de pessoas entre países. Atualmente, a maioria dos cidadãos necessita de visto para viajar de um país africano para outro, à exceção das poucas zonas bilaterais e regionais que permitem isenção de vistos. Com efeito, só um país africano oferece isenção de vistos para todas as nações africanas, apenas 15 países disponibilizam o visto à chegada a cidadãos de pelo menos 22 países, e quase 40 países exigem um visto antes da viagem a cidadãos de pelo menos 22 países (BAD, 2016). A supressão da obrigatoriedade de visto pode promover o turismo, facilitar o comércio e o investimento, e alargar as oportunidades para que as pessoas com talento possam explorar os mercados para além das suas fronteiras.

A vontade política é um fator fundamental para o aprofundamento da integração das comunidades regionais africanas. Os governos africanos devem desenvolver esforços adicionais para solucionar a falta de implementação dos acordos. No entanto, nem sempre é fácil influenciar a vontade política. Isso requer uma compreensão sobre os fatores subjacentes à ausência de incentivos políticos, ou seja, se essa resulta de assuntos de soberania interna ou de informações incompletas. Desde o ano 2000, verifica-se um reforço do compromisso político para a integração regional, com os países a empenharem-se nos acordos regionais, incluindo acordos entre múltiplos blocos regionais.

Os mega-acordos de comércio podem aliviar as dificuldades das comunidades regionais

A COMESA, a EAC/CAO e a SADC assinaram, em 2015, um acordo tripartido de comércio para promover a integração dos mercados, o desenvolvimento das infraestruturas e a industrialização. Este grande bloco de comércio engloba pelo menos metade dos países, do PIB e da população do continente africano. O acordo já foi assinado por 18 países, que terão ainda de o ratificar. Mold e Mukwaya (2015) preveem que a eliminação de tarifas no âmbito deste bloco comercial possa aumentar o comércio intrarregional em quase 30%. Os benefícios deverão ajudar os setores da indústria transformadora e agroalimentar, contribuindo para a diversificação das exportações e para o aprofundamento da integração nos níveis superiores das cadeias de valor globais.

Os chefes de Estado da União Africana comprometeram-se a estabelecer a ZCCL até outubro de 2017, visando a criação de um mercado único continental para bens e serviços, a livre circulação de empresários e de investimentos, a expansão do comércio intra-africano e o aumento da atratividade do continente enquanto parceiro global de comércio. Quando for implementada, a Zona Continental de Comércio Livre em África será a maior zona de comércio livre no mundo em termos do número de países, englobando a totalidade dos 54 Estados africanos. As negociações tiveram início em junho de 2015, esperando-se que as sucessivas etapas transformem esta iniciativa num acordo de comércio vinculativo e operacional.

A sobreposição dos membros das comunidades regionais, os obstáculos em matéria de regras de origem, e a fraca implementação dos acordos são aspetos a resolver em fases posteriores da integração, ou através de mega-acordos de comércio. À medida que as comunidades económicas regionais transitam de zonas de comércio livre para uniões aduaneiras ou mercados comuns, a questão das regras de origem é resolvida pelas pautas aduaneiras comuns. Da mesma forma, a aposta em enormes blocos comerciais, como a ZTCL e a ZCCL, mitigarão os efeitos da sobreposição de membros, especialmente se as regras na zona tripartida de comércio foram superiores às regras das comunidades regionais que a compõem. A fraca implementação dos acordos comerciais pode ser colmatada, em parte, por um reforço da capacidade dos negociadores e dos decisores políticos, de forma a reduzir a incerteza dos acordos de integração. Por fim, um dos problemas que atrasa a implementação de pautas aduaneiras comuns e a transição para uniões aduaneiras é a possibilidade de perda de receita, especialmente para os países dependentes dos direitos aduaneiros. Em vez de se centrarem nas tarifas perdidas, é mais importante que os países avaliem a relação entre os ganhos decorrentes do comércio e essa perda de receitas.

O sucesso da integração regional implica medidas para ultrapassar as limitações do lado da oferta e da procura

África deve trabalhar para aprofundar a integração regional. Os projetos de investimento em infraestruturas transfronteiriças registaram progressos, o compromisso político foi reforçado e as comunidades regionais têm envolvido os países membros para colmatar ineficiências ligadas ao comércio. A coordenação e monitorização dos acordos regionais de comércio é fundamental para o seu sucesso. Com base nos resultados atingidos, é necessário alargar o seu âmbito e profundidade, quer dentro quer entre países, e aumentar o envolvimento do setor privado, de forma a resolver questões pertinentes do lado da oferta.

Os resultados positivos no âmbito da energia e do transporte regional devem ser reforçados

Os países africanos devem aproveitar as oportunidades decorrentes do aumento das conexões em matéria de energia e de transporte. A melhoria do grande número

de rodovias e ferrovias (para além dos portos) que ligam as fronteiras a polos internos de crescimento pode reduzir o tempo e custo da realização de negócios em África. Os principais "corredores de transporte" - como o Corredor de Desenvolvimento de Maputo, que liga a África do Sul a Moçambique, o Corredor Trans-Kalahari, que liga a África do Sul, o Botswana, a Namíbia e a Tanzânia, e a recente ferrovia elétrica, que liga o Djibouti e a Etiópia - devem ser replicados, para reduzir as distâncias e facilitar o comércio. Da mesma forma, o planeamento do desenvolvimento deve centrar-se numa localização das novas atividades económicas em torno das infraestruturas existentes. Existem provas de que as regiões com corredores de transporte mais longos atraem um maior volume de comércio (BAD, 2014). É necessário desenvolver novos esforços para melhorar a eficiência dos corredores de transporte, eliminando os entraves administrativos à passagem e circulação entre fronteiras.

A eficiência nos setores marítimo e da aviação deve ser analisada, de forma a contribuir para o comércio e para os investimentos no continente. As previsões de longo prazo da Boeing para o período 2014-33 indicam que o tráfego para África, de África e dentro do continente deverá crescer 6% ao ano nas próximas duas décadas, impulsionado por perspetivas económicas positivas, pelo aumento das relações comerciais e pelo crescimento da classe média (UNECA, 2016). A preparação para esta projeção económica positiva exige um grande investimento na infraestrutura aeroportuária, bem como planos-diretores para estas plataformas que consigam responder aos problemas da conetividade dentro do continente africano. Para além disso, a integração económica em redes alargadas dos sistemas mundiais de comércio está fortemente dependente das plataformas portuárias. Entre as medidas para transformar os portos em plataformas regionais estão a promoção e financiamento de instalações portuárias e de transporte integradas, bem como a respetiva utilização de terras. Por outro lado, a implementação de políticas que promovam a concorrência é necessária para aumentar a eficiência (BAD, 2010).

O crescimento do comércio de energia entre países demonstra a integração progressiva do continente africano. A falta de energia adequada e fiável restringe as capacidades de produção em muitos países africanos, embora alguns tenham uma capacidade considerável e inexplorada para geração de energia. Colocas essas duas vertentes em contacto poderia impulsionar um salto na produção, na produtividade e no comércio. O "New Deal" sobre Energia em África, liderado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, propõe uma parceria transformadora que mobilize apoios e financiamento e que defenda as necessárias reformas no setor energético, com vista a alcançar o acesso universal e fiável à energia até 2025. Esta iniciativa pretende angariar capitais nacionais e internacionais para o setor energético em África num montante anual de 40-70 mil milhões de USD.

Em 2015, na cimeira das Nações Unidas sobre alterações climáticas, ou COP21, os líderes africanos apresentaram a Iniciativa Africana para as Energias Renováveis, visando acelerar e aproveitar o enorme potencial do continente neste âmbito. O objetivo é instalar uma capacidade adicional de 10 gigawatts (GW) e atingir os 300 GW até 2030. A obtenção de bons resultados nesta iniciativa eliminaria vários fatores que dificultam a produtividade e o comércio.

A melhoria das infraestruturas deve ser complementada pela facilitação do comércio

A integração regional pode traduzir-se num aumento do comércio, se os países investirem não apenas em infraestruturas materiais, como as estradas e as redes elétricas, mas também em infraestruturas imateriais, como os sistemas jurídicos e financeiros ou os procedimentos aduaneiros que permitam reduzir o custo e tempo despendido para desalfandegar mercadorias. Ao centrar-se na eliminação de barreiras nos "corredores comerciais" em África, a facilitação do comércio pode reduzir consideravelmente estes

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

custos,. As tarifas foram significativamente reduzidas em muitas comunidades regionais, mas o tempo e o custo de circulação das mercadorias entre países continuam a ser elevados.

O Plano de Ação para Impulsionar o Comércio Intra-africano, da União Africana, e o Acordo de Facilitação do Comércio, da Organização Mundial de Comércio, visam ambos agilizar a circulação, a autorização de saída e o desalfandegamento de mercadorias, nomeadamente as que estão em trânsito. Estas iniciativas, combinadas com os projetos de infraestruturas intercontinentais, podem alterar significativamente o comércio em África. Alguns projetos contribuem já para uma redução considerável dos custos e para a poupança de tempo. Entre 2006 e 2011, por exemplo, o corredor Mombaça-Kampala reduziu 33 dias ao tempo de importação e 5 dias ao tempo de exportação. Estima-se que o corredor que interliga o Chade, a República Centro-Africana e os Camarões tenha reduzido os custos de transporte após melhorias na rede rodoviária e ferroviária. Na SADC, o Walvis Bay Corridor Group reduziu o tempo médio de desalfandegamento, de 48 horas para apenas duas horas, na Namíbia e na Zâmbia.

A integração financeira regional pode solucionar os obstáculos decorrentes da fragmentação dos mercados financeiros em África. A harmonização dos quadros regulamentares, dos instrumentos e das infraestruturas financeiras pode contribuir para aprofundar e alargar os setores financeiros no continente africano. A sequência da integração económica começa, frequentemente, com os acordos regionais de comércio, passando depois para as uniões aduaneiras, os mercados comuns e, finalmente, a integração financeira. As iniciativas de integração em África estão ainda nas fases iniciais desta sequência, pelo que não existe um grau elevado de integração financeira.

A livre circulação de pessoas pode facilitar o comércio intra-africano

Uma integração regional plena implica o levantamento das restrições à livre circulação de pessoas entre países. Os africanos precisam de vistos para viajar para mais de 75% dos países do continente. As restrições de circulação variam de região para região, sendo o Norte de África e a África Central consideradas como as regiões mais restritivas, de acordo com um relatório recente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD/OCDE/PNUD, 2016). Neste documento constata-se, também, que os países com melhor situação económica, como os que integram o grupo de países de rendimento médio-alto, tendem a ter mais restrições de circulação.

A complexidade, o custo e o tempo despendido na obtenção de vistos são as principais restrições de circulação. Casos pioneiros como as Seychelles – o único país africano com isenção de vistos para todos os cidadãos africanos – podem ser replicados. Além disso, a melhoria do acesso à informação, a simplificação de procedimentos e a redução dos custos dos vistos de entrada podem impulsionar a agenda de integração regional. Existem boas iniciativas que poderão ser alargadas para facilitar a circulação de pessoas. Blocos regionais com isenção de vistos, como a CEDEAO, e vistos regionais, como o Visto Turístico da África Oriental, podem ser modelos para uma iniciativa de isenção de vistos ao nível continental, ou para um visto continental válido em todas as economias africanas. Estas iniciativas estariam em consonância com o apelo da União Africana para a existência de um passaporte africano que facilite a livre circulação de pessoas. Este passaporte é já emitido para os chefes de Estado e alguns diplomatas africanos desde julho de 2016, altura em que foi utilizado pela primeira vez numa cimeira da União Africana. A União Africana pretende atingir a circulação isenta de vistos para todos os cidadãos africanos até 2020. Os processos de circulação podem, igualmente, ser simplificados com recurso a vistos eletrónicos – como os utilizados na Côte d'Ivoire, no Gabão, na Nigéria, no Ruanda e outros –, bem como através da uniformização dos processos de requerimento de vistos nos vários países.

O setor privado pode desempenhar um papel crucial na integração regional em África

O setor privado é reconhecido, há muito tempo, como o motor do crescimento, mas as condições necessárias para a sua efetiva participação não estão ainda reunidas. A concretização das potencialidades do setor privado exige uma melhoria das infraestruturas, a realização de esforços para colmatar a fragmentação dos mercados devido às fronteiras, bem como a livre circulação de pessoas e bens entre países.

Estima-se que as deficientes infraestruturas do continente africano tenham um efeito negativo de 40% na produtividade das empresas (CNUCED, 2017). Isto gera maiores custos de produção e distribuição, afeta a competitividade e impede a adoção de novas tecnologias de inovação. A maioria das empresas em África é relativamente pequena e possui fracas relações com outras empresas do mesmo setor.

A livre circulação de bens e serviços entre as fronteiras africanas contribui para a participação do setor privado, na medida em que alarga a dimensão do mercado para as empresas e permite a deslocação de capital humano e físico para as áreas onde é mais necessário. A facilidade de circulação dos inputs aumenta a produtividade e a competitividade, alargando as opções dos investidores locais e estrangeiros.

A participação do setor privado nas negociações e na definição da política comercial pode facilitar a sua implementação, assegurando que as questões práticas e reais sejam efetivamente abordadas. As principais causas da fraca implementação dos acordos regionais de comércio são a falta de vontade política e, em alguns casos, as dificuldades intransponíveis da implementação prática. Neste sentido, o envolvimento do setor privado nas negociações comerciais pode contribuir para dar ultrapassar muitas barreiras que dificultam o comércio e a integração regional em África. Outros fatores, como a existência de uma visão e mandato governamental bem definidos, desempenham claramente um papel fundamental na alocação dos recursos públicos e privados com vista a melhorar as condições das empresas. É também neste âmbito que as CER podem ter um papel transformador em prol da integração do continente africano.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Nota

1. A nível regional e continental, as outras iniciativas dos EUA de âmbito comercial são a Parceria de Comércio e Investimento EUA-Comunidade da África Oriental (EAC/CAO), a *Trade Africa Initiative*, os Acordos-Quadro de Comércio e Investimento, e os tratados bilaterais de investimento

Bibliografia

BAD (2016), *Africa Visa Openness Report 2016*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Africa_Visa_Openness_Report_2016.pdf.

BAD (2014), *Regional Integration Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Regional_Integration_Brief_N-3.pdf.

BAD (2010), *African Development Report 2010: Ports, Logistics, and Trade in Africa*, Oxford University Press, Oxford, Nova Iorque.

BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades Sustentáveis e Transformação Estrutural*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264248649-pt.

Banco Mundial (2017a), *World Integrated Trade Solution* base de dados, http://wits.worldbank.org/wits/.

Banco Mundial (2017b), *World Development Indicators* base de dados, Banco Mundial, Washington, DC, http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators.

CNUCED (2017), "International trade in goods and services", base de dados *UNCTADstat*, CNUCED, Genebra, http://unctadstat.unctad.org/EN/ (consultado a 1 de janeiro de 2017).

FMI (2017), *Direction of Trade Statistics* base de dados, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, http://data.imf.org/?sk=9D6028D4-F14A-464C-A2F2-59B2CD424B85.

Gabinete do Representante dos Estados Unidos para o Comércio (2016), 2016 Biennial Report on the Implementation of the African Growth and Opportunity Act, Washington, DC, https://ustr.gov/about-us/policy-offices/ press-office/reports-and-publications/2016/2016-biennial-report.

Hartzenberg, T. (2011), "Regional integration in Africa", Divisão de Estatística e Pesquisa Económica da Organização Mundial de Comércio, Staff Working Paper ERSD-2011-14, Genebra, https://www.wto.org/english/res_e/reser_e/ersd201114_e.pdf.

Hesse, H. (2008), "Export diversification and economic growth", *Commission on Growth and Development Working* Paper No. 21, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento/ Banco Mundial, Washington, DC.

Mold, A. e R. Mukwaya (2015), *The Effects of the Tripartite Free Trade Area: Towards a New Economic Geography in Southern, Eastern and Northern Africa?*, Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Económico e Comércio Internacional, Universidade de Nottingham, Reino Unido, https://www.nottingham.ac.uk/credit/documents/papers/2015/15-04.pdf.

Naumann, E. (2011), "Tripartite FTA Rules of Origin: Reflection on the status quo and the challenges ahead", *Cape to Cairo: Making the Tripartite FTA Work*, Hartzenberg et al., Trade Law Centre for Southern Africa, Stellenbosch, África do Sul.

Rieländer, J. e B. Traoré (2015), "Explaining diversification in exports across higher manufacturing content: What is the role of commodities?", *Working Papers do Centro de Desenvolvimento da OCDE*, No. 327, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5jrs8sq91p9x-en.

SARDC (2016), "2016 eventful year for SADC", *Southern Africa Today*, Vol. 19, No. 1, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da África Austral, Harare, Zimbabwe, www.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/v19n1.pdf.

UN Comtrade (2017), *United Nations Commodity Trade Statistics Database*, https://comtrade.un.org/db/ (consultado a 20 de janeiro de 2017).

UNECA (2017), *Key Pillars of Africa's Regional Integration*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.uneca.org/oria/pages/key-pillars-africa's-regional-integration.

UNECA (2016), *Giving Wings to Africa's Regional Integration*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, http://www.uneca.org/es-blog/giving-wings-africa%E2%80%99s-regional-integration.

UNECA (2015), *Economic Report on Africa: Industrialising through Trade*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, __.

União Africana/BAD/UNECA (2016), *Africa Regional Integration Index*, Banco Africano de Desenvolvimento, https://www.integrate-africa.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ARII-Report2016_EN_web.pdf.

União Europeia (2017), *Overview of Economic Partnership Agreements*, União Europeia, Bruxelas, http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2009/september/tradoc_144912.pdf.



Capítulo 4

Desenvolvimento humano em África

Este capítulo analisa o desenvolvimento humano em África e as suas relações estreitas ao empreendedorismo. Salienta a importância de investir nas pessoas – incluindo na sua saúde e nutrição, conhecimento e competências, meios de subsistência e emprego digno – para dar impulso a atividade empresarial no continente africano. Ele debate ações estratégicas para alcançar uma redução significativa dos fatores de risco, ligados a progressos futuros, como o desemprego, a desigualdade e a vulnerabilidade.

EM SÍNTESE

Melhorar as capacidades humanas é crucial para o desenvolvimento – por um lado, como uma parte integrante da promoção do desenvolvimento (incluindo a redução da pobreza e das desigualdades) e, por outro lado, como uma plataforma para fomentar a produtividade e o empreendedorismo. Dadas as potencialidades de um círculo virtuoso entre o desenvolvimento humano e o crescimento económico, o investimento na educação e competências na saúde e nutrição, bem como na proteção social é também um investimento no crescimento inclusivo e no desenvolvimento empresarial. África só conseguirá aproveitar o seu dividendo demográfico se tiver o apoio de uma mão-de-obra produtiva, qualificada e empreendedora. O desenvolvimento humano significa criar oportunidades e reforçar as capacidades das pessoas no âmbito da inovação e do empreendedorismo.

As perspetivas são positivas. Existe uma grande convergência, quer numa agenda partilhada quer na vontade política dos líderes africanos e dos seus parceiros para conferirem prioridade ao desenvolvimento humano, de forma a apoiarem o empreendedorismo e o crescimento económico. A implementação conjunta de políticas e programas inovadores contribuirá para aproveitar o máximo do dividendo demográfico e para alcançar o objetivo de "não deixar ninguém para trás" no continente africano.

Sabia que...?

- 18 países africanos têm um nível de desenvolvimento humano médio ou elevado.
- A pobreza multidimensional diminuiu em 30 dos 35 países africanos analisados.
- A África Ocidental regista a maior disparidade de desenvolvimento humano devido à desigualdade.
- Os níveis de educação estão a melhorar e a desigualdade de género está a diminuir no continente.
- Os ODS, a Agenda 2063 e as 5 grandes prioridades do BAD podem contribuir para acelerar o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano em África

A pobreza multidimensional decresceu em 30 dos 35 países africanos analisados ...

Países líderes: Ruanda, Gana, Libéria, Comores e RDC



2005 2015

... mas 54% da população em 46 países africanos ainda estão em situação de pobreza multidimensional



No Botswana, Namíbia, Ruanda, Lesoto e Maurícias, as mulheres atingem quase os mesmos níveis de desenvolvimento humano que os homens



Estes países também têm os menores níveis de desigualdade de género em termos de empoderamento económico, social e político

O desenvolvimento humano é simultaneamente um meio e um fim

O *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1990 explanou duas razões fundamentais para a importância do desenvolvimento humano: é um bem intrínseco e atua como um meio para atingir outros objetivos de desenvolvimento.

O desenvolvimento humano é um fim em si mesmo

Reconhecemos que o desenvolvimento humano é um valor intrínseco. Dada a natureza multidimensional da pobreza, parece claro que o investimento na dignidade e capacidade das pessoas seja parte integrante do projeto de desenvolvimento. O investimento nas várias dimensões do desenvolvimento humano – saúde, educação e proteção social básicas – empodera as pessoas para saírem da pobreza, prepara-as para a mobilidade social e para evitarem a exclusão, bem como melhora a resiliência tanto a nível individual como da sociedade no seu todo. O investimento na educação das mulheres, por exemplo, tem impactos particularmente benéficos na saúde e bem-estar individual, das crianças e dos agregados familiares, bem como na igualdade. Os investimentos no desenvolvimento humano concorrem juntos para a promoção da estabilidade social e política. Neste contexto, o desenvolvimento humano apoia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de carácter global, a Agenda 2063 da União Africana, e a Agenda das 5 grandes prioridades ("High 5s") enunciadas pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Estas três agendas encaram as pessoas como um meio e como um fim do desenvolvimento. A melhoria da esperança média de vida, a redução do flagelo da subnutrição e a melhoria das condições de saúde são grandes impulsionadores da qualidade de vida das populações pobres. A educação, a todos os níveis, é o que capacita as comunidades para construírem conhecimento, competências e meios de subsistência e para prosperarem. O acesso a medidas de proteção social contribui para dar um impulso à atividade empresarial e para reforçar a resiliência das famílias pobres face aos choques.

No entanto, tal como demonstra este capítulo, o desenvolvimento é mais do que o progresso em termos de bem-estar; é também um fator propiciador do crescimento. Sem uma melhoria dos resultados de desenvolvimento humano, África não pode concretizar o potencial do seu dividendo demográfico, nem tampouco o crescimento inclusivo.

O desenvolvimento humano é um fator potenciador do crescimento

Os fundamentos económicos para a melhoria do desenvolvimento humano são incontestáveis. O desenvolvimento humano é um fator determinante do crescimento, em geral, e do crescimento inclusivo, em particular.[1] Isto deriva tanto das teorias de escolha social e teorias económicas, quanto da literatura empírica mais vasta.[2] O investimento na saúde e na educação melhora a produtividade da mão-de-obra, incluindo a sua capacidade de inovação. Por seu lado, o aumento da produtividade, mantendo-se os restantes fatores constantes, proporciona maior crescimento. Assim, o investimento em capital humano, particularmente nos cuidados de saúde primários e no ensino secundário, pode ter efeitos positivos duradouros na economia. O desenvolvimento humano permite que um grande segmento da população participe, e beneficie, do processo de crescimento económico.

A educação – especialmente a educação após o primeiro ciclo, a partir de cerca de 12 anos de idade – é uma componente crucial do desenvolvimento do capital humano, sendo fundamental para aproveitar o dividendo demográfico. As pessoas mais instruídas e saudáveis tendem a ter melhores salários. As pesquisas demonstraram que a combinação de um ensino secundário de base ampla com um ensino primário universal impulsiona o desenvolvimento das competências e do conhecimento nos países mais pobres. As evidências sugerem que cada ano extra de escolaridade aumenta o crescimento

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

económico em cerca de 1.2% por ano, e que um aumento de 1% nas matrículas escolares dos rapazes após o primeiro ciclo origina um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) per capita entre 1 a 3% (Barro, 1996; Wilson e Briscoe, 2004). Nos países em desenvolvimento, o retorno potencial é muito mais elevado: cada ano extra de escolaridade conduz a um aumento de 8.7% dos salários na Indonésia (Duflo, 2001), a 11.3% no Quénia e a 8.3% na Tanzânia (KfW, 2007). É precisamente este tipo de investimento no capital humano que permitiria aos países africanos beneficiarem do dividendo demográfico disponibilizado pela população jovem do continente.

O investimento no desenvolvimento humano, particularmente no ensino secundário, torna o crescimento mais inclusivo. Os trabalhadores mais saudáveis e instruídos têm maior probabilidade de participarem nas oportunidades criadas pelo crescimento económico. O desenvolvimento humano também incentiva o investimento interno e externo, uma vez que as empresas se localizam onde exista uma mão-de-obra saudável e com as competências necessárias. O papel do capital humano no reforço da resiliência, em face de situações de fragilidade e das alterações climáticas, contribui para ampliar estes efeitos.

África está a investir, cada vez mais, em sistemas de proteção social para os mais pobres e vulneráveis. Isto contribui para o crescimento, na medida em que suaviza o consumo, impulsiona os mercados e reforça a resiliência aos choques. Nomeadamente, 40 países africanos têm já programas de concessão de subsídios/prestações sociais direcionados para os mais pobres (Banco Mundial, 2015), o que lhes dá segurança para investirem na sua saúde, educação e meios de subsistência, favorecendo, assim, o crescimento inclusivo.

O desenvolvimento humano é um meio para acelerar a diversificação económica e as cadeias de valor

O desenvolvimento humano é um pré-requisito para a transformação económica de África. O empreendedorismo desempenhará um papel importante na abertura de oportunidades geradoras de rendimento por todo o continente. Este papel foi reafirmado na Assembleia Geral das NU, mais especificamente na sua resolução A/RES/67/202 adotada em dezembro de 2012, sobre "Empreendedorismo para o Desenvolvimento", na qual se reconhece o papel do empreendedorismo como "um motor da criação de emprego digno" (NU, 2014). As capacidades e oportunidades são particularmente diversas na agricultura, serviços e indústrias criativas, setores onde a maioria da população africana está empregada. O setor agrícola representa mais de 60% do emprego em África, tendo grande potencial de melhoria da produtividade e de desenvolvimento das cadeias de valor (BAD, 2016f). Se modernizado, este setor é igualmente importante para o emprego jovem. Para realizar o potencial dos "agro-empresários", é necessário um investimento adequado nas competências, na saúde e na transformação do setor (incluindo o acesso a mecanismos de irrigação, serviços de extensão e insumos melhorados), bem como uma melhoria do acesso ao financiamento, aos serviços de extensão agrícola e a mercados para estes produtos.

A situação do desenvolvimento humano em África mostra resultados positivos, apesar dos choques globais

Esta secção documenta a situação atual do desenvolvimento humano em África. Analisa as tendências nos níveis de desenvolvimento humano, incluindo a pobreza, a educação, a saúde e o emprego digno, salientando os progressos efetuados no continente. Ela explora, igualmente, três fatores de risco específicos em relação às melhorias dos resultados de desenvolvimento humano: o desemprego (especialmente entre os jovens), a desigualdade e a vulnerabilidade.

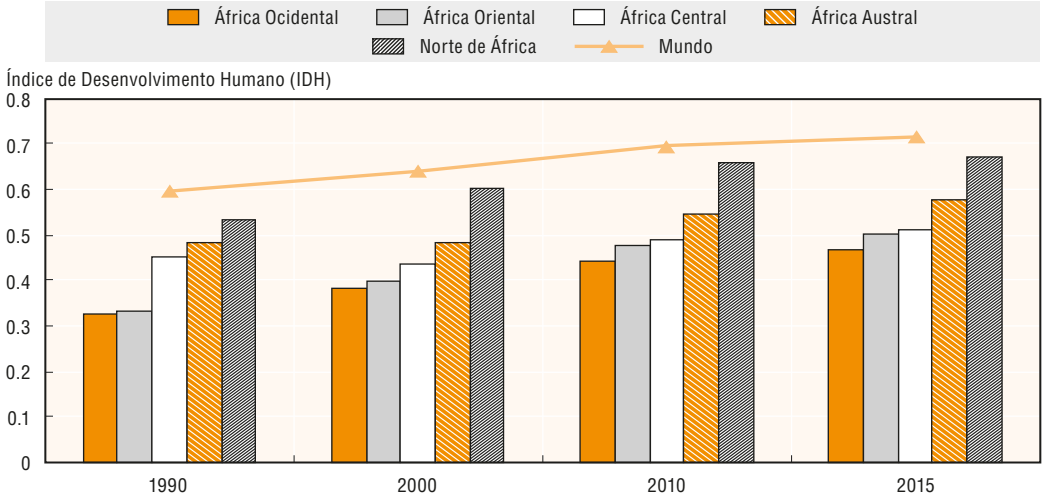
O desenvolvimento humano regista melhorias em África

Desde a passagem para o século XXI, África tem demonstrado progressos regulares em termos de desenvolvimento humano, conforme medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas. O IDH mede o nível e evolução de indicadores centrais de desenvolvimento – saúde, educação e nível de vida, com enfoque nas escolhas e capacidades humanas. Atualmente, pelo menos um terço dos países africanos atingiram um nível de desenvolvimento médio ou elevado. O Norte de África é a sub-região com níveis mais elevados, que se aproximam da média mundial, mas todas as sub-regiões registaram uma melhoria considerável (ver Figura 4.1).

Verifica-se um aceleramento do ritmo dos progressos em África. Apesar da calma na economia mundial e no ciclo das matérias-primas, especialmente entre 2010 e 2015, os países africanos progrediram mais rapidamente do que as outras regiões do mundo, com exceção da Ásia do Sul. Neste período, a taxa anual de crescimento do IDH em África foi de 1.04%, a segunda mais alta após a Ásia do Sul (1.25%), e mais elevada do que na Ásia Oriental e Pacífico (0.92%), na Europa e Ásia Central (0.63%), na América Latina e Caraíbas (0.58%) e nos Estados Árabes (0.45%) (PNUD, 2017b).

É de salientar que esta melhoria não se verifica apenas nos países com grandes recursos minerais. Os países sem recursos naturais significativos também registam progressos consideráveis em áreas como a saúde, a educação e a melhoria da qualidade de vida. Tanto a proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza como a profundidade da pobreza têm diminuído em muitos países. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)[3] mede os níveis de pobreza com base na saúde, educação e nível de vida. Desde 2005, a pobreza multidimensional diminuiu em 30 dos 35 países africanos com dados disponíveis para esse período. O Ruanda registou a maior evolução, seguido pelo Gana, Libéria, Comores e República Democrática do Congo (RDC), embora se verifiquem progressos na luta contra a pobreza em todos os países. Alguns distritos do Lesoto, Mali, Mauritânia, Quénia, RDC, República do Congo, Tanzânia e Uganda registaram reduções da pobreza mais rápidas do que no Ruanda. No entanto, considera-se que 54% da população em 46 países – ou seja, 544 milhões de pessoas – vivam ainda em situação de pobreza multidimensional (Alkire et al., 2016).

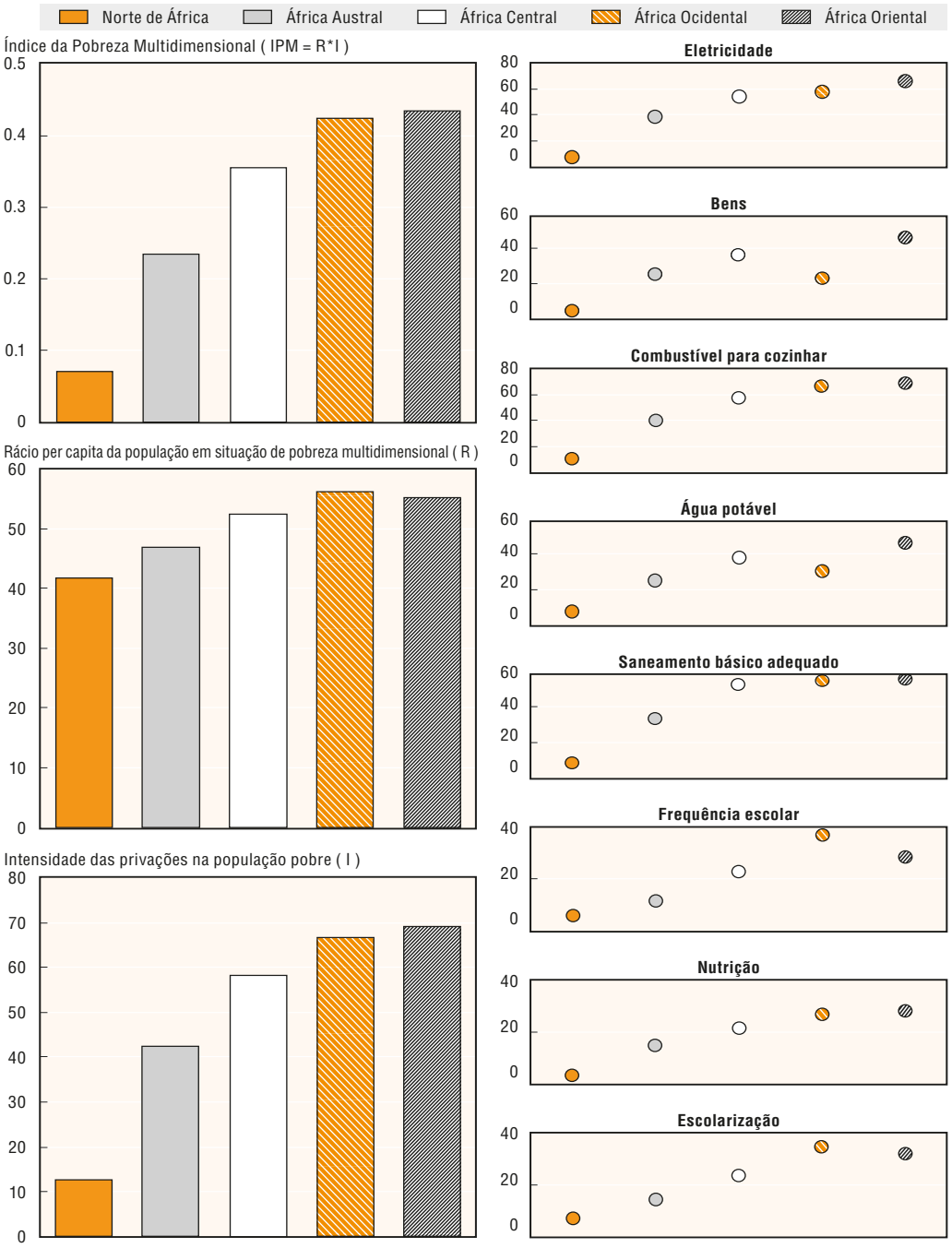
Figura 4.1. **Níveis de desenvolvimento humano em África, por região, 1990-2015**



Fonte: *Relatório de Desenvolvimento Humano* (PNUD, 2017a).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475189

As tendências da pobreza ao nível continental, regional e subnacional encerram uma grande variedade de experiências diferenciadas entre comunidades. As privações relacionadas com o acesso a combustível para cozinhar, acesso a eletricidade e a saneamento são as que mais contribuem para a pobreza na totalidade do continente africano. A nutrição constitui um desafio considerável na África Oriental, enquanto a privação da escolaridade é maior na África Ocidental, conforme ilustrado na Figura 4.2.

Figura 4.2. **Índice de Pobreza Multidimensional e suas dimensões, por região africana**



Fonte: Adaptado de *Global MPI Database* (OPHI, 2016).

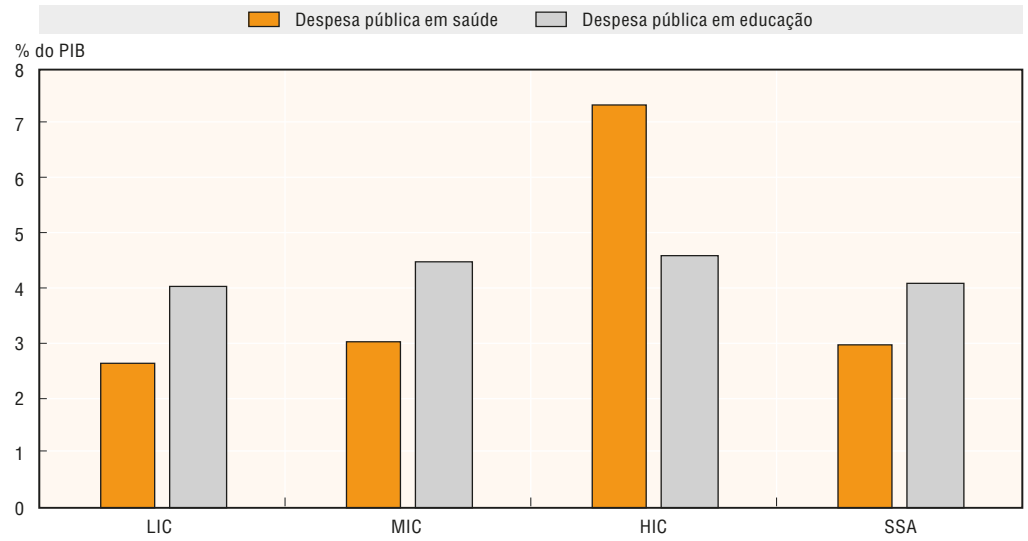
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475196

Os países africanos estão a investir no desenvolvimento humano

Os governos africanos demonstram o grau de prioridade que atribuem ao desenvolvimento humano por meio do nível de investimento no setor social. A análise dos dados mais recentes, disponíveis desde 2012, revela que a despesa pública no desenvolvimento humano continua a crescer à medida que os países se tornam mais ricos (Figura 4.3).

Figura 4.3. **Despesa pública em saúde e educação**

(% do PIB)



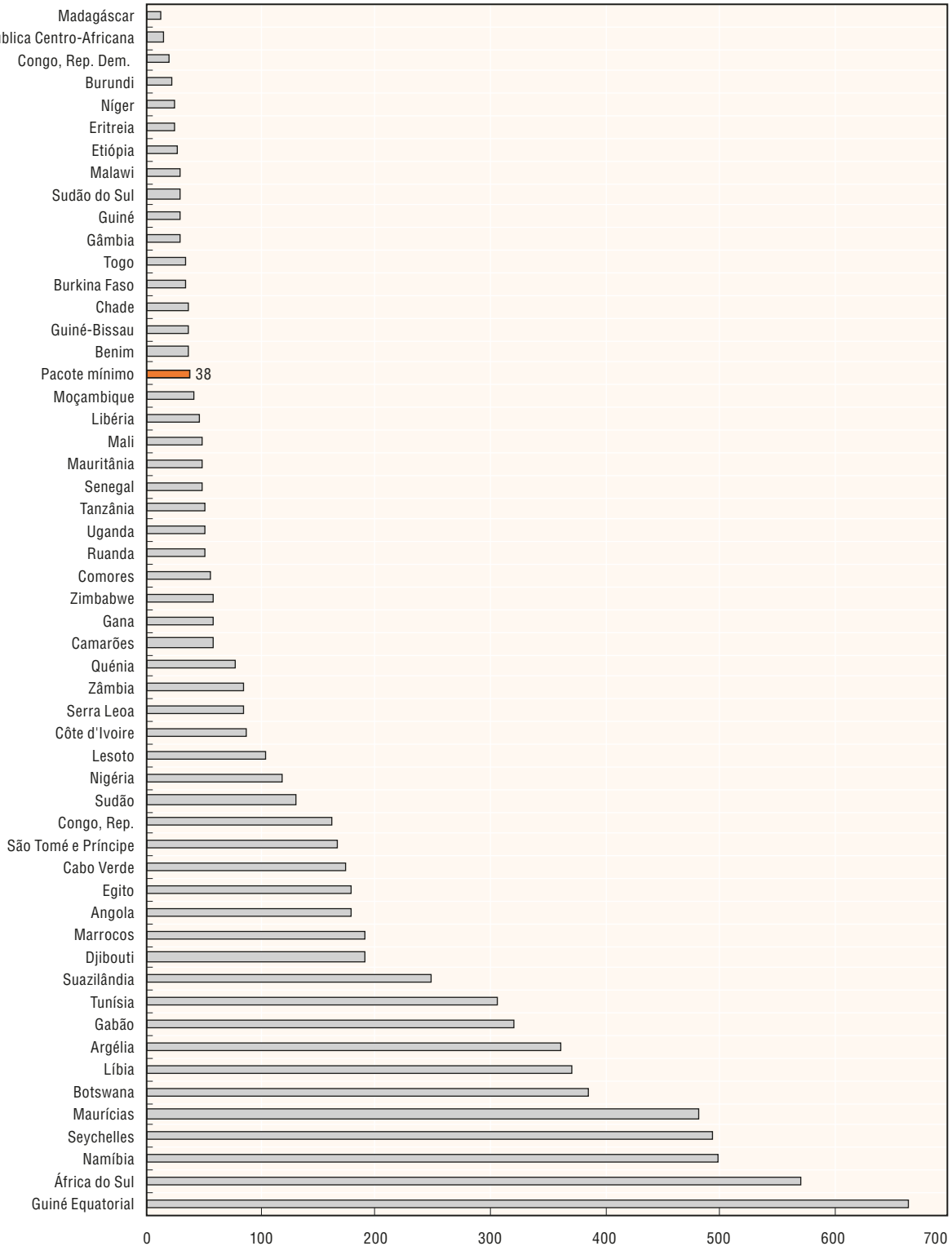
Fonte: Dados globais 2012, Banco Mundial (2016), *World Development Indicators*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475559

Alguns governos africanos têm investido a um nível significativamente mais elevado do que a média, demonstrando que o desenvolvimento humano é considerado prioritário, mesmo num período de austeridade orçamental. A despesa pública no setor da saúde vai até 8% do PIB (no Lesoto, por exemplo) e a despesa pública no setor da educação ultrapassa 6% do PIB na África do Sul, Gana, Malawi, Marrocos, Moçambique, Suazilândia e Tunísia. Outros países africanos, porém, continuam a gastar muito menos. Os Camarões e a Nigéria, nomeadamente, despendem menos de 1% do PIB no setor da saúde (Banco Mundial, 2017). A despesa em saúde continua abaixo de 15% da despesa pública, definido como patamar pelo Acordo de Abuja de 2001.

No entanto, continua a existir uma lacuna de financiamento considerável. A despesa mínima per capita em serviços essenciais d e saúde nos países de rendimento baixo é de 38.4 USD,[4] segundo a recomendação da Comissão da OMS sobre Macroeconomia e Saúde, o que foi atingido ou até ultrapassado por muitos países africanos, mas não cumprido por 30% dos países (ver Figura 4.4).

Os governos africanos expandiram, igualmente, a despesa com educação. Em percentagem da despesa total, somente os países da Ásia Oriental, do Pacífico e da América Latina e Caribes investem mais do que os da África subsariana (Figura 4.5). A média regional é de 16.4% e mais de dez países situam-se acima dos 21.0%.[5] No entanto, alguns países, principalmente os países afetados por conflitos ou em situação de pós-conflito, apresentam percentagens até 50% mais baixas do que a média regional.

Figura 4.4. **Despesa em saúde nos países africanos, per capita, 2014**
(USD, preços correntes)

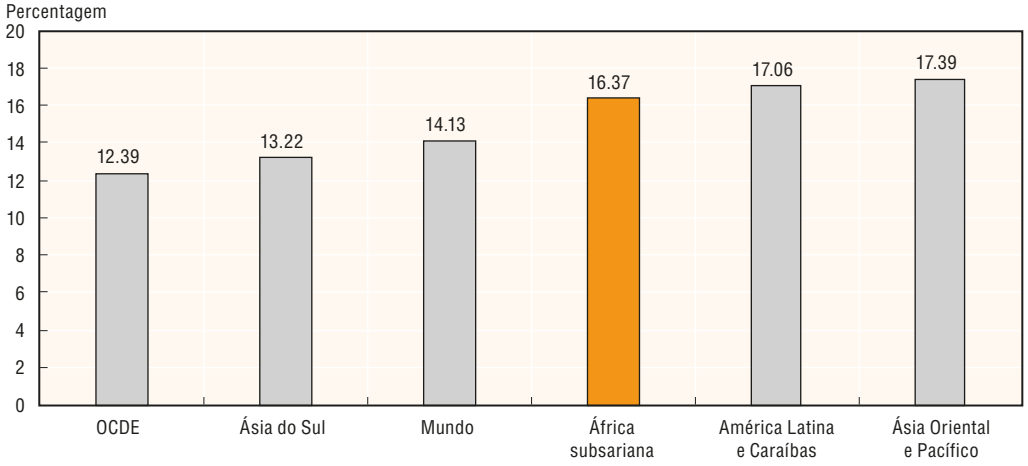


Source : Fonte: Banco Mundial (2017), *Health Nutrition and Population Statistics*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475207

Os sistemas de proteção social estão a ganhar força em toda a África. Atualmente, a cobertura em termos de proteção social é de 20%, no continente africano (Banco Mundial, 2012), tendo quase a totalidade surgido na última década. O número de países africanos com programas de concessão de prestações sociais/subsídios não condicionados passou de 21 países em 2010 para 40 países, em 2014, abrangendo 50 milhões de pessoas (Banco Mundial, 2014). Embora este continue a ser um número baixo, se comparado com outras regiões, significa que o valor das redes de segurança social foi claramente reconhecido por todo o continente.

Figura 4.5. **Despesa pública total em educação, 2010-14**

(% da despesa pública)



Fonte: *World Development Indicators*, http://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GB.ZS (consultado em abril de 2017).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475218

O setor privado tornar-se-á, cada vez mais, a principal fonte de financiamento do desenvolvimento, tal como salientado no Capítulo 2 deste relatório. O mesmo se verifica no setor do desenvolvimento humano. África já beneficia de investimento em serviços de saúde e educação por parte de fundos privados, comunitários ou *corporate finance*. Cerca de metade da despesa no setor da saúde na África subsariana (ASS) provém do setor privado (BAD, 2013b). Embora a maioria sejam despesas correntes, pode colocar-se a questão da acessibilidade dos preços, dado o nível de pobreza. Nesse sentido, verifica-se a criação de regimes de seguros de saúde. O Programa de Seguro de Saúde de base comunitária no Ruanda, por exemplo, conseguiu colocar o país no caminho da cobertura universal dos cuidados de saúde (ver Caixa 4.1). O Egito e a Tunísia são outro exemplo de países com altas taxas de cobertura por seguro de saúde, respetivamente 78% e 100% (Elgazzar et al., 2010). A taxa de cobertura é de 50% no Lesoto, 44% nas Maurícias e 30% na Serra Leoa (Banco Mundial, 2015c). No Gana, o governo adicionou uma contribuição adicional de 2.5% ao imposto sobre o valor acrescentado, para financiar o seguro nacional de saúde (White, Hodges e Greenslade, 2013).

Caixa 4.1. **O seguro de saúde de base comunitária no Ruanda**

Em 2004, O Ruanda estabeleceu formalmente esquemas voluntários de Seguro de Saúde de Base Comunitária (SSBC), integrando-os nos sistemas de financiamento e de prestação de cuidados de saúde existentes. O programa SSBC é subsidiado: os prémios pagos pelos subscritores pagam metade do fundo e o restante provém de um consórcio de contribuintes – incluindo um fundo governamental, subsídios cruzados de outros sistemas de seguros públicos, organizações não-governamentais e parceiros de desenvolvimento. Em 2010, mais de 86% da população (8.6 milhões de pessoas) estava coberta pelos SSBC.

Caixa 4.1. **O seguro de saúde de base comunitária no Ruanda** *(cont.)*

Os SSBC originaram um aumento significativo do acesso a cuidados básicos de saúde. As despesas correntes anuais per capita diminuíram consideravelmente. A incidência das despesas de saúde extraordinárias decresceu 20 pontos percentuais, enquanto a pobreza extrema ligada à saúde caiu 8 pontos percentuais. O fosso da pobreza extrema também decresceu. O SSBC levou a um aumento significativo da utilização de cuidados de saúde e protege as famílias de riscos de falência financeira e de empobrecimento relacionados com os gastos em saúde, pelo que é um modelo com possibilidade de ser replicado noutros países com resultados similares, se for executado e financiado de forma adequada.

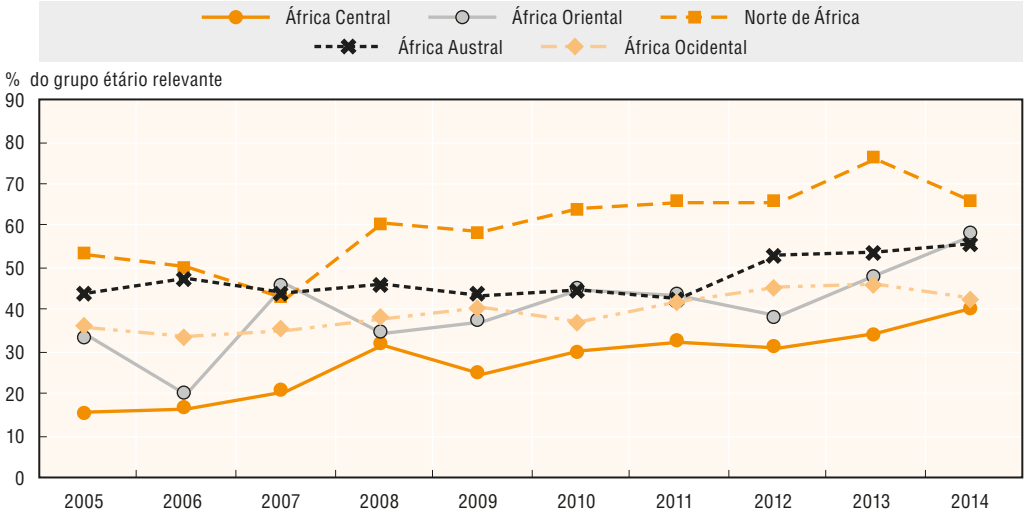
Fonte: BAD (2016b), *A Program that Works: The Impacts of Rwandan Community Based Health Insurance Program*.

África continua a alcançar resultados positivos na educação, saúde e proteção social

O aumento da despesa com o desenvolvimento humano em África está a produzir resultados. Os níveis de educação têm melhorado no continente africano, embora partam de uma base relativamente baixa, e a disparidade na escolaridade entre homens e mulheres está a diminuir. Nos últimos dez anos, as taxas de conclusão do ensino secundário aumentaram em todas as regiões (Figura 4.6). A Figura 4.6 demonstra, igualmente, que este aumento abrangeu estudantes tanto do género feminino quando do masculino, registando-se avanços em prol da igualdade de género no setor da educação. No Norte de África e na África Austral, a percentagem do grupo etário que conclui o ensino secundário é mais alta nas raparigas do que nos rapazes. Na África Oriental e Ocidental, a disparidade de género diminui desde 2005. Mesmo na África Central, onde a taxa de conclusão da escolaridade nas raparigas é a mais baixa do continente africano, a disparidade entre os sexos está a diminuir rapidamente, pois desde 2005 triplicou o número de raparigas que concluem o ensino secundário (Figura 4.7). É necessário que se desenvolvam esforços para consolidar e sustentar este processo.

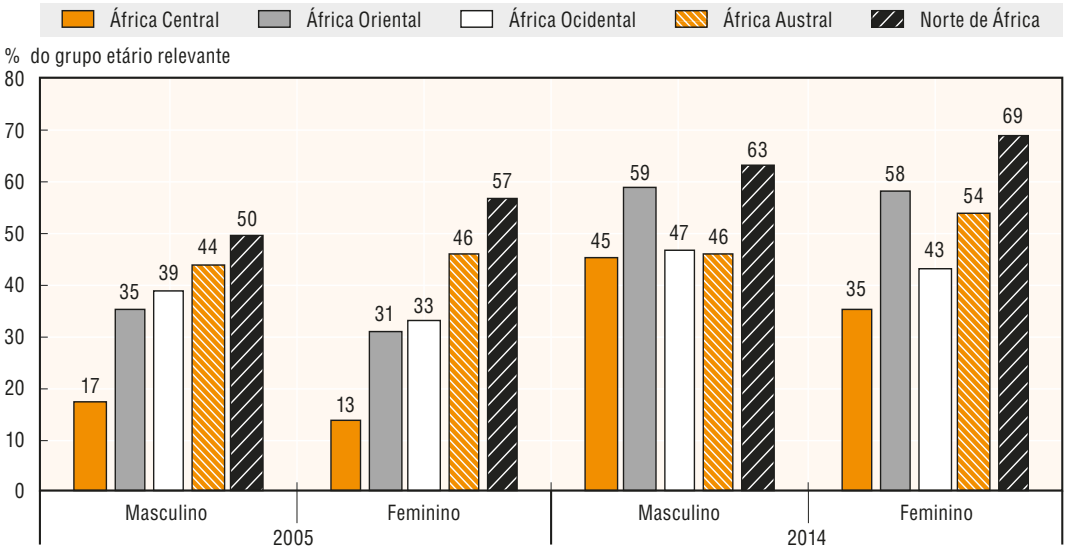
Figura 4.6. **Evolução da taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário em África, por região, 2005-14**

(% do grupo etário)



Fonte: Banco Mundial (2016), UNESCO Instituto de Estatística (2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475224

Figura 4.7. **Conclusão do ensino secundário nas regiões em África, por género, 2005 e 2014**
(% do grupo etário)



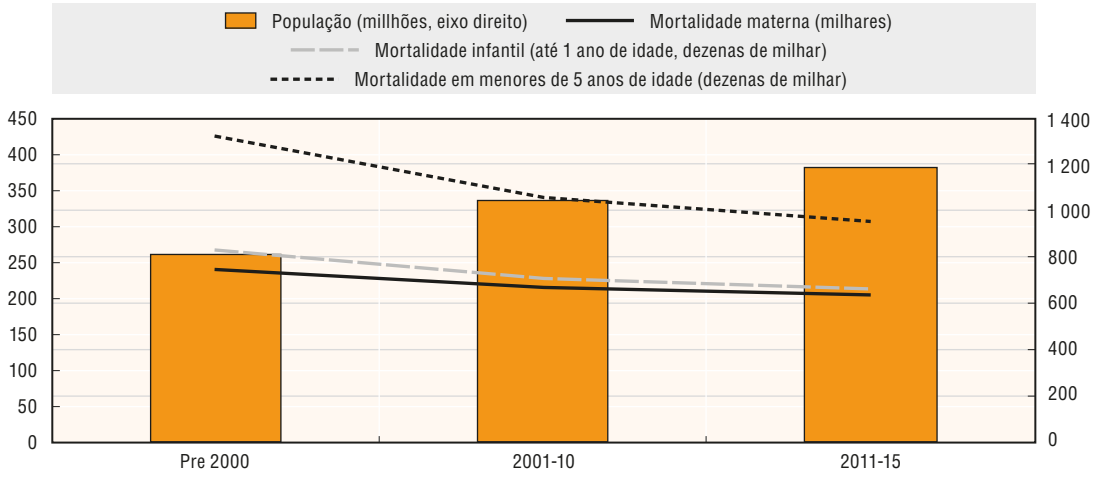
Fonte: WDI (2016), UNESCO Instituto de Estatística (2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475234

Estes avanços irão reforçar as capacidades e as competências humanas necessárias para impulsionar a inovação, a difusão da transferência de tecnologia e as empresas produtivas nos países africanos. Para continuar a desenvolver estes sucessos e assegurar uma aceleração dos resultados, devem ser tomadas medidas políticas para reduzir a gravidez na adolescência e aumentar a participação feminina tanto no ensino secundário como no mercado de trabalho (PNUD, 2016).

Relativamente à saúde pública, a África subsariana ainda fica aquém das outras regiões do mundo na maioria das áreas, embora tenham sido feitos progressos significativos. Entre 1990 e 2008, a taxa de mortalidade materna caiu 66% no Norte de África e 44% na ASS, essa tendência tem continuado. Graças à implementação assertiva da Campanha para Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CRAMMA), a taxa de mortalidade infantil também decresceu 30% no mesmo período, enquanto a mortalidade em crianças com idade até 5 anos caiu 50% entre 1970 e 2010 (BAD, 2013b). A Figura 4.8 demonstra que os números absolutos da mortalidade materna, infantil e de menores de 5 anos têm diminuído de forma consistente em África, mesmo com o aumento populacional. No entanto, estes progressos não foram generalizados, uma vez que os países seriamente afetados pela epidemia VIH/SIDA (como o Botswana e o Zimbabwe) e por conflitos (como o Sudão do Sul) registaram alguns retrocessos.

Entre os desafios do futuro, estão as doenças transmissíveis, particularmente o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose (TB), a que se junta o crescimento das doenças não-transmissíveis, como o cancro, a diabetes e as doenças cardiovasculares associadas ao crescimento da classe média. Melhorar os sistemas de saúde (nomeadamente na gestão da tendência de urbanização), seu custo-benefício e o aumento da equidade no acesso a serviços de saúde são prioridades importantes para o continente no futuro (BAD, 2013b).

Figura 4.8. **Tendência decrescente da mortalidade materna, infantil e de menores de 5 anos em África, apesar do crescimento populacional**
(números absolutos)



Fonte: Banco Mundial (2016), *World Development Indicators*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475242

O desemprego continua a ser um dos principais desafios no continente africano

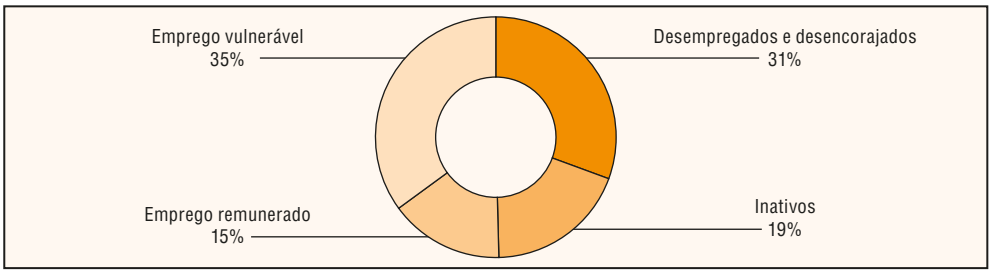
O desemprego reduz o nível de rendimento passível de ser gerado e limita a diversidade dos meios de subsistência numa economia. O desemprego em África é elevado, especialmente nos países de rendimento médio, atingindo até 50% da população em alguns países. Embora os países de rendimento baixo registem taxas de desemprego muito baixas, as estatísticas são enganadoras, na medida em que não captam grandes taxas de subemprego, vastos setores informais com baixos rendimentos e altos níveis de vulnerabilidade. O setor informal absorve até 80% da população ativa em África (BAD, 2016d). O crescimento económico impressionante do continente nos últimos 15 anos não gerou muito emprego, uma vez que se concentrou nos setores de capital intensivo, como o setor extrativo ou em produtos primários que não exigem muita mão-de-obra. Para ultrapassar esta situação de crescimento sem emprego, África precisa de uma transformação económica estrutural, ou seja, uma transição da mão-de-obra em larga escala, dos setores menos produtivos para atividades e setores mais produtivos. Com o rápido crescimento populacional, surge um desafio urgente: sem um crescimento de base ampla, diversificado e orientado para a produção, África continuará a criar menos empregos do que o número de pessoas que entra no mercado de trabalho.

A falta de emprego é o desafio mais premente para a população jovem. Apesar das melhorias na educação, os jovens africanos ainda têm fracas condições de saúde e falta de competências com empregabilidade, bem como um acesso restrito a ativos financeiros para iniciarem os seus próprios negócios. O desajustamento entre os currículos escolares e as necessidades do mercado de trabalho – ou seja, um sistema de ensino com falta de conteúdos direcionados para as competências – é um fator determinante. Consequentemente, as taxas de desemprego são desproporcionalmente altas na população jovem. O desafio do emprego jovem será cada vez mais importante, dadas as atuais tendências demográficas.

Em África, um jovem tem três vezes mais probabilidades de estar desempregado do que um adulto (OIT, 2015). O BAD estima que metade da população jovem está desempregada ou inativa, e que 35% estão em empregos vulneráveis (Figura 4.9) (BAD, 2016d). No caso das mulheres, a desigualdade de género agrava esta situação. É preocupante verificar que a taxa de desemprego jovem aumenta com o nível de escolaridade, indicando que os sistemas de ensino em África não estão a preparar as pessoas para o mercado de trabalho.

Os jovens que concluíram o ensino superior têm duas ou três vezes mais probabilidade de estarem desempregados do que aqueles que têm o ensino primário ou menos (OIT,2015).

Figura 4.9. **Situação do emprego nos jovens em África, 2015**
(% da população jovem)



Fonte: BAD (2016c).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475250

Não obstante o potencial para atividades "agro-empresariais", os jovens africanos estão a afastar-se da agricultura e a ocupar postos de trabalho no setor informal dos serviços, que oferecem poucas oportunidades de progressão. A falta de modernização do setor agrícola torna-o pouco atrativo para os jovens. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o setor dos serviços é o maior empregador da população jovem na maioria dos países africanos (OIT, 2015). As iniciativas de parceria, como o ENABLE Youth Program, visam alterar a perceção dos jovens sobre a agricultura. Este programa centra-se nos agro-negócios como meio de empoderamento económico da população jovem em África, englobando um investimento de 12.5 mil milhões de USD para apoiar a criação de empresas e de emprego para os jovens e as mulheres em 25 países africanos.

A desigualdade é um dos principais desafios

Apesar da evolução positiva do desenvolvimento humano em África, as desigualdades ligadas à localização geográfica, às capacidades humanas e às oportunidades económicas estão a atrasar estes progressos no continente africano. Em termos mundiais, África regista as maiores diferenças na distribuição dos benefícios do desenvolvimento humano: a perda total no desenvolvimento humano originada pela desigualdade é de 32% em África, comparativamente a uma média global de 22%.

O continente africano tem um dos maiores níveis de desigualdade de rendimentos do mundo. O coeficiente de Gini em África apresenta um valor médio de 0.43, em comparação com 0.39 nos outros países em desenvolvimento (Bhorat, Naidir e Pillay, 2016). Só na América Latina se regista maior desigualdade. Isto é motivo de preocupação, porque existe uma forte relação entre a desigualdade, o crescimento económico e a taxa de redução da pobreza em África. A existência de grande desigualdade limita o efeito do crescimento na redução da pobreza, fazendo com que os benefícios cheguem a uma pequena parte da população. Atualmente, no continente africano, metade do rendimento vai para apenas 10% da população. Em 2010, seis das dez economias com maior crescimento no mundo eram economias africanas; mas em 2011, seis dos dez países com maior desigualdade no mundo eram também países africanos (BAD, 2013a).

Além disso, a desigualdade de género é elevada. O Índice da Desigualdade de Género mede as disparidades entre mulheres e homens na saúde e na educação, bem como a participação política e o empoderamento económico. Este índice demonstra que, em países com baixa desigualdade de género – como a África do Sul, o Botswana, as Maurícias, a Namíbia e o Ruanda – as mulheres atingem até 96% do nível de desenvolvimento dos homens. No outro extremo, países com uma elevada desigualdade

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

de género, como o Chade, o Níger e a República Centro-Africana, o desenvolvimento das mulheres está 24% abaixo do dos homens. Em África, as mulheres atingem, em média, 87% do nível de desenvolvimento humano atingido pelos homens, devido a normas sociais discriminatórias e práticas culturais nefastas. No essencial, as normas sociais que limitam as mulheres e raparigas na realização do seu potencial têm, igualmente, efeitos nefastos sobre os homens e os rapazes, bem como nas comunidades, impedindo que todos atinjam um maior desenvolvimento humano (PNUD, 2016).

Em África, a disparidade de género continua a persistir no acesso aos bens económicos, na participação no local de trabalho, nas oportunidades de empreendedorismo, nos benefícios resultantes dos recursos naturais e do ambiente. Segundo estimativas do PNUD, o aumento de 1% na desigualdade de género reduz o desenvolvimento humano total em 0.75% (PNUD, 2016).

África é vulnerável aos choques derivados da economia, dos conflitos e dos desastres naturais

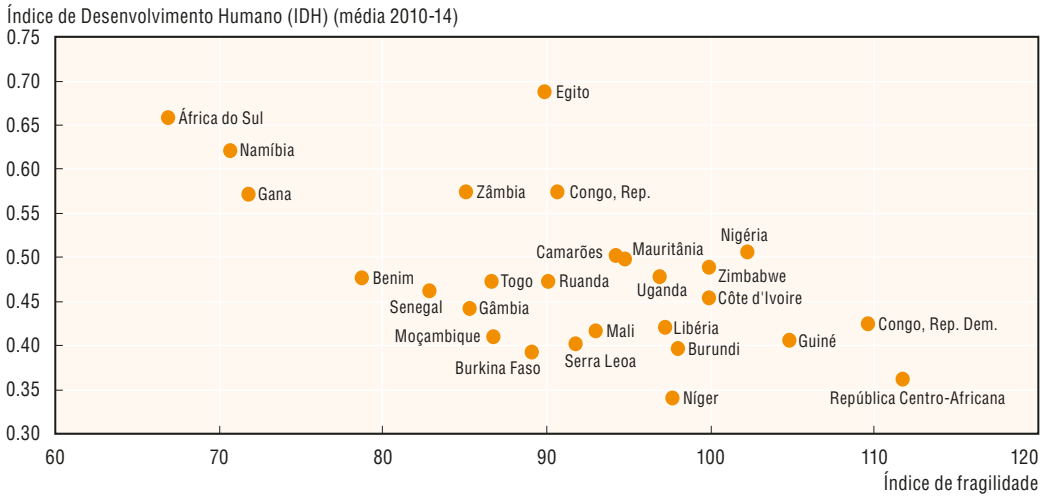
Conforme analisado nos capítulos anteriores, as tendências mundiais adversas, como o baixo preço das matérias-primas, têm tido um impacto significativo em África, especialmente nos países exportadores de produtos primários e de petróleo. Estes países sofreram perdas nos termos de troca que ameaçam reverter os resultados positivos do desenvolvimento humano. Os choques de curto-prazo devidos a uma queda dos preços das matérias-primas ou a outras fontes de dificuldades económicas têm, frequentemente, um maior impacto junto dos pobres e vulneráveis, gerando também uma maior desigualdade de rendimentos.

Os países em situação de fragilidade[6] ligada à instabilidade política, a conflitos, às alterações climáticas e a desastres naturais, continuam a ter os níveis de desenvolvimento humano mais baixos. O número de africanos afetados por conflitos é, ainda, elevado. A intensidade dos conflitos caiu de 55.5%, em 2002, para 24%, em 2011. No entanto, 11 dos 20 países no mundo com maior probabilidade de conflito estão em África (Odusola et al., 2017). Em 2015, das 65.3 milhões de pessoas no mundo forçadas a abandonar as suas casas devido a violência e/ou perseguições, 37% viviam no Médio Oriente e Norte de África, e 27% na África subsariana. No continente africano, os países mais afetados foram o Sudão (3.5 milhões de deslocados), a Nigéria (2.2 milhões), o Sudão do Sul (2.1 milhões) e a RDC (1.9 milhões). A Figura 4.10 demonstra que a maioria dos países em situação de fragilidade têm um baixo índice de desenvolvimento humano. Os países mais pacíficos, como o Gana, a Nigéria e a África do Sul, estão associados a índices de desenvolvimento humano mais altos do que os países em situação de fragilidade.

Verificou-se, também, um aumento do número de pessoas afetadas por catástrofes naturais em África, particularmente secas e cheias. Em 2014, 7.6 milhões de pessoas foram afetadas por estes fenómenos no continente africano, número que subiu para 23.5 milhões em 2015. Quase metade da população afetada (até 10.2 milhões de pessoas com necessidade de ajuda alimentar de emergência) estava na Etiópia (Development Initiatives, 2016). As alterações climáticas e os seus efeitos significam que estes fenómenos aumentarão no futuro, tendo maior impacto nos mais pobres, que são os menos resilientes.

O reforço da resiliência deve, assim, fazer parte da agenda de desenvolvimento humano. Mesmo quando os agregados familiares progridem em termos de desenvolvimento humano, a falta de capacidade para antecipar, prevenir e recuperar dos choques ameaça reverter esses ganhos. É crucial que o reforço da resiliência – através do aumento do crescimento inclusivo, do apoio a sociedades pacíficas, da prevenção de conflitos, e da prevenção e redução dos riscos de catástrofe – seja considerado como uma parte integrante dos esforços para promover o desenvolvimento económico e humano.

Figura 4.10. **Correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Fragilidade**



Fonte: Cálculos a partir das bases de dados do Gabinete do *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD, http://hdr.undp.org/en/data, e Fund for Peace http://fsi.fundforpeace.org/.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475265

O aproveitamento do dividendo demográfico em África exige investimento nas competências e na inovação

Esta seção analisa como concretizar os potenciais benefícios derivados do dividendo demográfico em África. Salienta o "círculo virtuoso" entre o desenvolvimento humano e crescimento económico. Em seguida, reflete sobre a relevância da inovação para desbloquear o dividendo demográfico em África e o seu potencial na criação de oportunidades de emprego para os jovens e as mulheres. Por fim, identifica as lições aprendidas sobre a centralidade das competências e das aprendizagens nesta agenda.

Existe potencial para um dividendo demográfico

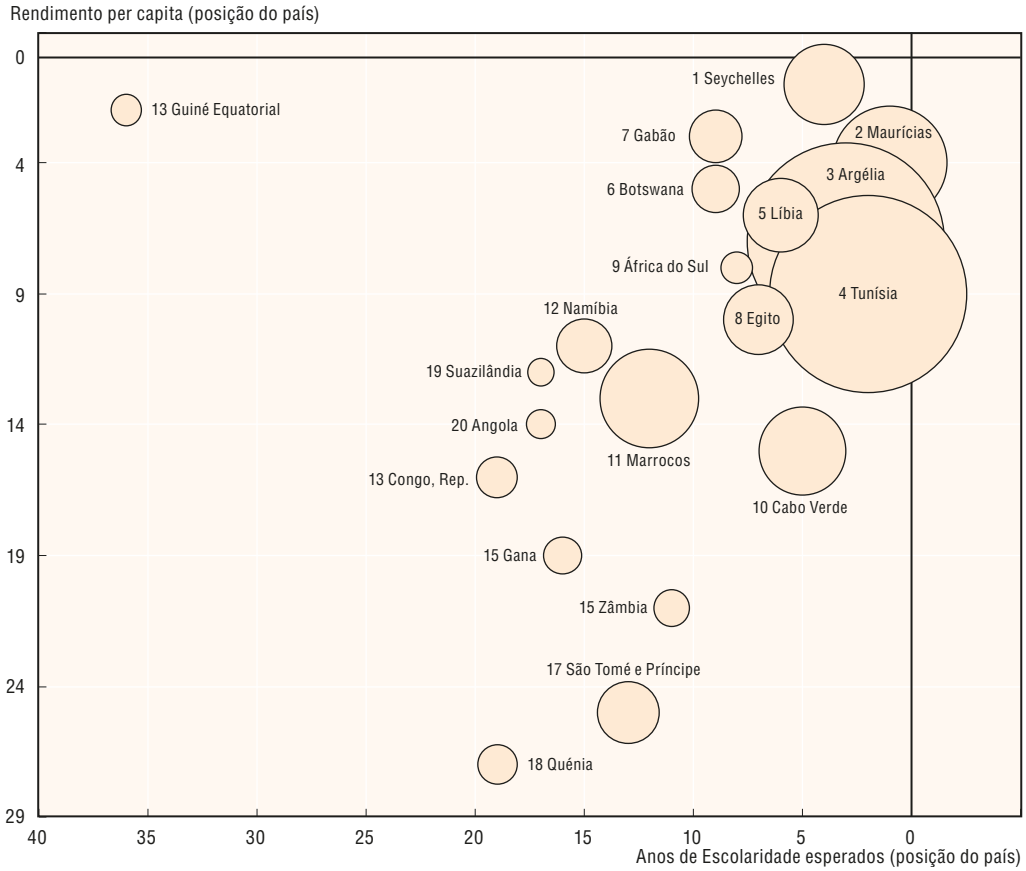
A população africana (atualmente 1.2 mil milhões de pessoas) deverá aumentar para mais do dobro até 2050. Isto significa um aumento drástico da população jovem: até 2050, 38 dos 40 países mais jovens no mundo situar-se-ão em África, com uma média abaixo dos 25 anos de idade (Divisão da População das Nações Unidas, 2015). Consequentemente, haverá um crescimento do mercado de trabalho, com um número estimado de 12 milhões de pessoas a juntarem-se à população economicamente ativa todos os anos (Pitamber e Foko, 2017).

O desafio demográfico consiste em assegurar o desenvolvimento humano e oportunidades de emprego adequadas para a explosão no número de jovens, sendo, simultaneamente, a maior oportunidade e a maior ameaça à estabilidade e às perspetivas de crescimento em África. A grande dimensão da população ativa pode contribuir para impulsionar a transformação económica do continente, permitindo-lhe competir por indústrias de mão-de-obra intensiva, como a indústria têxtil. Por outro lado, se a população jovem não tiver oportunidades de trabalho e de melhorar o seu nível de vida, pode representar uma ameaça real à estabilidade social e política – particularmente nas áreas urbanas em rápido crescimento. Os montantes investidos na disponibilização de serviços de desenvolvimento humano para os jovens, especialmente na sua educação e competências, ajudarão a determinar se África será capaz de aproveitar o dividendo demográfico ou se arriscará tornar-se numa bomba-relógio demográfica.

Num "círculo virtuoso", o desenvolvimento humano pode possibilitar e ser o resultado do desenvolvimento económico

A boa notícia é que o investimento em desenvolvimento humano tem resultados não apenas na redução da pobreza, mas também no crescimento, o que, por sua vez, permite um maior investimento no desenvolvimento humano. Pelo contrário, quando o desenvolvimento humano é insuficiente, representa um custo na realização de negócios e pode restringir o crescimento, o que limita consequentemente o investimento em desenvolvimento humano. A Figura 4.11 apresenta a correlação entre o nível de desenvolvimento humano e de crescimento económico. Os países são posicionados de acordo com os anos de escolaridade e os rendimentos per capita, verificando-se que existe uma relação linear clara entre os anos de escolaridade e os rendimentos.

Figura 4.11. **Os 20 principais países em África por dimensões do desenvolvimento humano, 2015**



Nota: O tamanho de cada bola representa o nível de esperança média de vida à nascença.
Fonte: Adaptado dos dados do *Relatório de Desenvolvimento Humano* (PNUD, 2017a).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475273

Ramirez, Ranis e Stewart (1998) analisaram esta relação em 72 países e constataram que um crescimento elevado sem um forte investimento no desenvolvimento humano faz com que os países acabem por cair novamente num crescimento económico lento. Para conseguir manter o "círculo virtuoso", é necessário que os países invistam na educação e competências, na saúde e nutrição, bem como na igualdade de género e de rendimentos.

A inovação é necessária para concretizar o potencial da explosão da população jovem em África

Os africanos são pessoas dinâmicas e inovadoras. Os países com um desenvolvimento humano baixo estão a criar novos negócios a um ritmo mais acelerado do que os países mais avançados. Os países ainda considerados como estando nas fases iniciais do desenvolvimento económico, com rendimentos per capita baixos e grande dependência de produtos primários, têm igualmente a maior proporção de criação de empresas pela população ativa, ou seja de empresários em fase inicial. Este padrão está presente por todo o continente africano, pois os países com valores mais baixos de IDH têm níveis mais altos de propriedade de empresas.

O apoio às competências e ao empreendedorismo promove a inovação, conduzindo a um "círculo virtuoso". Na África do Sul, uma análise de cinco empresas sociais e ambientais que atuam na área da reciclagem e do desenvolvimento de agro-empresas concluiu que estas contribuíram para a redução do desemprego, para o aumento da diversificação de rendimentos e para a melhoria dos meios de subsistência das comunidades marginalizadas. O empreendedorismo social e ambiental, também conhecido por eco-empreendedorismo, combina os objetivos de melhoria social e de uso sustentável dos recursos naturais através de empresas economicamente viáveis. Os beneficiários destas empresas reinvestem posteriormente os rendimentos noutras micro-empresas e acrescentam valor a matérias-primas locais, criando novas cadeias de valor (SEED, 2015).

A inovação e o empreededorismo podem, igualmente, alargar diretamente o acesso a serviços sociais de desenvolvimento humano. Nomeadamente, a expansão dos serviços através de telemóvel no continente africano veio demonstrar o enorme potencial da inovação para disponibilizar serviços para a população pobre. O empreendedorismo na prestação de serviços de educação e saúde a baixo custo nas zonas rurais (incluindo seguros de saúde e e-learning), está entre as áreas apoiadas pela iniciativa Boost Africa (ver Caixa 4.2).

Caixa 4.2. A iniciativa Boost Africa: Um apoio inovador à atividade empresarial

A iniciativa Boost Africa é uma colaboração conjunta entre o BAD, o Banco Europeu de Investimento e a Comissão Europeia, esperando-se a adesão e cofinanciamento de outros parceiros. Tem um orçamento inicial de 150 milhões de EUR para promover capacidades financeiras inovadoras, adicionais e de longo prazo em África; disponibilizar serviços de aconselhamento empresarial e de transferência de tecnologia para jovens empresários, ajudando-os a crescerem de forma eficiente e sustentável; e aumentar o conhecimento, a informação e as redes sobre o desenvolvimento do empreendedorismo e de pequenas e médias empresas (PME) em África. Os jovens empresários são considerados prioritários neste apoio, concedido em setores com impacto no desenvolvimento, como os cuidados de saúde, a educação, a agricultura/agro-indústria, indústria transformadora e mitigação das alterações climáticas. Espera-se que esta iniciativa contribua para desenvolver 1 500 negócios inovadores, para criar 25 000 empregos diretos e 100 000 empregos indiretos, bem como para melhorar as práticas ambientais, sociais e de gestão das PME africanas detidas por jovens.

Fonte: BAD (2016e), *Project Appraisal Report: Boost Africa Investment Program*.

A melhoria da educação aumenta o retorno do desenvolvimento gerado pelas novas empresas

O impacto das novas empresas nos níveis de emprego aumenta com o nível de desenvolvimento humano. A maioria dos empresários que iniciam um negócio num país com desenvolvimento relativamente elevado tem a expectativa de criar seis ou mais postos de trabalho, no prazo de cinco anos. Países como a Nigéria, o Senegal, o Uganda e a

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Zâmbia têm os mais altos níveis de criação de novas empresas, mas também expectativas relativamente baixas sobre a criação de emprego. Nestes países, apenas 3-20% dos novos empresários preveem criar mais de seis novos postos de trabalho no prazo de cinco anos. Por outro lado, 26-40% dos novos empresários no Botswana, no Egito, na África do Sul e na Tunísia esperam criar postos de trabalho adicionais (GEM, 2015).

Em países de desenvolvimento humano baixo existe, assim, o risco de o aumento dos níveis de empreendedorismo não resultar no esperado estímulo ao emprego. O reforço dos níveis de competências parece ser um fator determinante para maximizar o retorno gerado pelo empreendedorismo em termos de desenvolvimento.

Os bons resultados salientam o desenvolvimento de competências como um elemento central dos serviços empresariais

Educação e formação de qualidade contribuem para uma melhoriadas competências e da inovação, fazendo com que o máximo partido das oportunidades de mercado seja tirado. As tecnologias móveis e tecnologias de informação, por exemplo, contribuem para inovações na agricultura, na indústria transformadora e no setor dos serviços – como os serviços financeiros, de transporte, cuidados de saúde e turismo – o que, por sua vez, permite que os empresários aproveitem oportunidades de mercado e de crescimento. Os países com fracos avanços na educação, nomeadamente com um acesso limitado à educação secundária e superior, podem ter dificuldades em transformar o aumento da população jovem em ganhos efetivos para os jovens, através do desenvolvimento de competências e do empreendedorismo.

Embora os níveis de empreendedorismo sejam encorajadores, a maioria das novas empresas em África e nos outros continentes não consegue sobreviver. Esta subsecção reúne algumas provas das condições para o sucesso, nas quais África se poderá basear.

As *start-ups* com sucesso no continente africano sublinham o importante papel dos serviços de apoio e das normas sociais. O Burkina Faso, o Gana e o Uganda registaram melhores resultados na transição de negócios em fase inicial para empresas bem estabelecidas. A análise das suas experiências permite identificar 4 fatores fundamentais de sucesso (GEM, 2015):

- Em primeiro lugar, a existência de programas governamentais que apoiem o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME).
- Em segundo lugar, a integração da formação na criação ou gestão de PME em escolas profissionais, universidades e escolas de negócios.
- Em terceiro lugar, a existência de direitos de propriedade, de instituições, bem como de serviços legais, comerciais, contábeis e de avaliação que apoiem ou promovam as PME.
- Por fim, a existência de normas sociais e culturais que estimulem novas atividades e métodos empresariais.

Os serviços de incubação de empresas e de promoção das competências estão entre os principais fatores de sucesso no apoio à atividade empresarial. África possui mais de 400 destas incubadoras de empresas ou de serviços de aceleração (BAD, 2016e). Existem, também, outras lições a tirar a nível dos programas das NU para reforço de capacidades – como o Programa *Empretec* da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e o Programa *Start and Improve Your Business* (SIYB) da OIT. Estes programas constataram que a combinação de uma melhoria das mentalidades,

comportamentos e competências empresariais, por um lado, com o acesso a financiamento e serviços de apoio empresarial, por outro lado, gera resultados significativos.

O BAD analisou a sua carteira de programas de apoio ao emprego jovem, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento das PME, tendo identificado seis lições aprendidas, para a obtenção de bons resultados:

1. As intervenções sobre o emprego jovem são, frequentemente, parciais e centram-se apenas num aspeto da realidade. É necessária uma abordagem holística que inclua as competências, serviços empresariais, financiamento, ligação entre empregados e empregadores, e outros fatores.
2. Muitas intervenções não têm plenamente em linha de conta as necessidades e desejos dos próprios jovens.
3. Verifica-se uma fragmentação dos esforços pelos diversos atores. Nos governos, vários ministérios intervêm no emprego jovem, de forma direta e indireta, mas normalmente sem uma estrutura de coordenação, como um plano nacional de ação. O envolvimento do setor privado e dos doadores agrava este problema de coordenação.
4. A implementação das intervenções é frequentemente ineficaz.
5. É preciso colmatar as lacunas de dados existentes, nomeadamente dados sobre o mercado de trabalho, para que uma melhor análise do mercado de trabalho para os jovens seja realizada.
6. São necessários instrumentos inovadores de financiamento para os jovens, que alavanquem o setor privado.

Este e outros exemplos de sucesso deram origem a um novo pensamento em África, sobre as melhores formas de promover o emprego na população jovem. Por exemplo, a Caixa 4.3 apresenta a Estratégia para o Emprego Jovem, do BAD, que se centra na Integração, Inovação e Investimento.

Caixa 4.3. **A estratégia do BAD para o emprego jovem**

A Estratégia do BAD para o Emprego Jovem de 2016 visa criar 25 milhões de postos de trabalho num período de dez anos, através de três vias:

Integração – Para maximizar a sua alavancagem, a agenda de emprego jovem será incorporada na carteira de projetos e programas do Banco e será disponibilizado apoio aos governos africanos para que façam o mesmo.

Inovação – O Banco irá incubar, implementar, avaliar e dar dimensão a soluções promissoras, através de um laboratório de inovação e informação que permita a aprendizagem e partilha de boas práticas e que irá desenvolver um índice de emprego jovem.

Investimento – Existirá uma alavancagem de investimento direto para aumentar o investimento no emprego jovem e no ecossistema de empreededorismo.

Fonte: BAD (2016d), *Bank Group Strategy for Jobs for Youth In Africa, 2016-2025*.

O investimento em saúde e nutrição continua a ser uma prioridade essencial para sustentar a produtividade, o crescimento e a resiliência

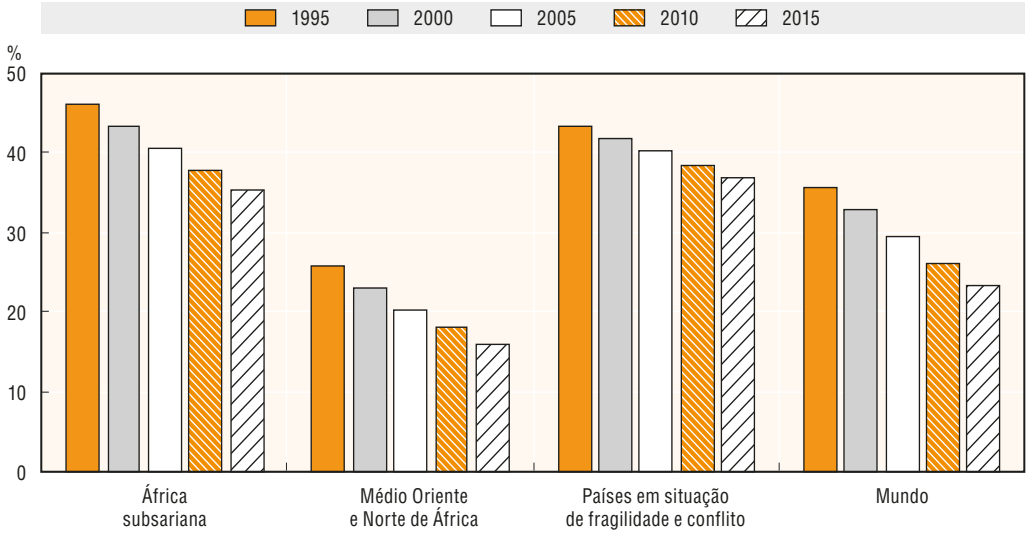
Esta secção analisa o valor da saúde e da nutrição como fatores promotores da inovação e do empreendedorismo, bem como o potencial de implementação de medidas de proteção social economicamente eficientes, para ajudar a impulsionar a resiliência.

A subnutrição tem um custo que África não pode suportar

Cerca de uma em cada quatro pessoas em África sofre de subnutrição (232 milhões) (BAD, 2016a). O flagelo da subnutrição é uma violação grave dos direitos humanos, bem como um desperdício terrível do potencial humano. A nutrição é importante não apenas para a qualidade de vida, mas também como fator impulsionador da produtividade – uma vez que uma fraca nutrição durante a infância e o atraso no crescimento/raquitismo têm impactos adversos na aprendizagem ao longo da vida, na produtividade e no rendimento. Os efeitos da subnutrição são de longo prazo e aprisionam gerações de pessoas e de comunidades num círculo vicioso de pobreza (Parlamento Europeu, s.d.). A Figura 4.12 salienta que África está a efetuar progressos firmes na redução da subnutrição. No entanto, em 2015, na África subsariana, 35% das crianças menores de 5 anos, ou mais de 1 em cada 3, registavam um atraso no crescimento (com a desnutrição a refletir-se na baixa estatura para a idade), uma taxa equivalente àquelas registadas a nível mundial há cerca de 20 anos. A situação é pior nos países frágeis e afetados por conflitos.

Figura 4.12. **Prevalência de subnutrição em crianças até 5 anos de idade, altura/idade**

(% de crianças)



Fonte: Banco Mundial (2017), *Health Nutrition and Population Statistics*.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475286

Acabar com o flagelo da subnutrição é uma questão de alta prioridade, para maximizar o potencial de cada indivíduo e da sociedade no seu todo. Segundo as estimativas da UNICEF, o custo anual da fraca nutrição na África subsariana é de 25 mil milhões de USD. As estimativas do seu impacto no PIB vão desde 2-3% (Banco Mundial, 2006) até 16% nos países mais afetados (PAM, 2013). O BAD afirma que África perde, anualmente, 11% do PIB devido à fraca nutrição, e que 20% da mortalidade materna em África está ligada a uma fraca nutrição durante a gravidez (Adesina, 2016).

> ***"O que mais contribui para o crescimento económico não é a infraestrutura física, mas sim o poder do cérebro, aquilo que chamo de 'infraestrutura da massa cinzenta'… Crianças raquíticas no presente conduzirão a economias raquíticas no futuro".***
>
> Akinwumi Adesina, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (Adesina, 2016)

Em maio de 2016, o Painel Global sobre a Agricultura e Sistemas Alimentares para a Nutrição e o BAD lançaram a iniciativa "Líderes Africanos para a Nutrição", juntando chefes de Estado e outros líderes no continente para aumentarem o investimento e advogarem em prol da nutrição. O Painel Global estima que o investimento adicional para atingir a meta de redução do atraso no crescimento/raquitismo em 40% até 2025, estabelecida pela Assembleia Mundial de Saúde, poderia adicionar 83 mil milhões de USD ao PIB de 15 países. Entre os países com maiores ganhos estariam a Nigéria, com um aumento esperado de 29 mil milhões de USD no PIB, e a Etiópia, com um aumento potencial de 16 mil milhões de USD no PIB (Global Panel, 2016).

A melhoria da nutrição é, assim, uma resposta importante para fornecer as bases de um crescimento económico sustentado. Um estudo concluiu que o investimento na nutrição de trabalhadores manuais resultou num aumento da produtividade entre 17% e 20%.[7] De uma forma mais geral, o Painel Global constatou que cada dólar investido na redução da subnutrição crónica pode potencialmente gerar um retorno de 14 USD no Mali e de 21 USD no Senegal (Global Panel, 2016).

As más condições de saúde têm custos dramáticos

Os riscos de uma saúde débil e, em particular, das pandemias podem ter impactos negativos enormes na produtividade, no comércio, no investimento, no turismo e, consequentemente, no crescimento. Este é um argumento forte para agir com carácter preventivo, investindo em sistemas de saúde eficazes – como foi evidente durante a epidemia de Ébola em 2014, na África Ocidental. Nesta região, entre 2014 e 2017, a perda anual no PIB foi de 4.9 mil milhões de USD (GDNU – África Ocidental e Central, 2015). Com mais de 10 mil milhões de USD em perdas de rendimento e em custos de recuperação na África Ocidental, o surto de Ébola demonstrou o custo do subinvestimento no desenvolvimento humano. Estima-se que o custo de criação de sistemas de saúde pública eficazes na Guiné, na Libéria e na Serra Leoa seja apenas um terço dos custos de resposta ao Ébola até à data (Summers, 2015). Só o impacto orçamental nos três países afetados foi de 500 milhões de USD em 2014, equivalente a 5% do seu PIB em conjunto. Contudo, o impacto no seu crescimento económico foi muito mais significativo: o Banco Mundial estima que, só no ano de 2015, os três países perderam 2.2 mil milhões de USD no seu crescimento económico.

Os efeitos foram sentidos, também, na totalidade da África subsariana, que pode ter perdido até 6.2 mil milhões de USD no mesmo período. Entre os efeitos de contágio, está a perda de até 70% das reservas turísticas na África do Sul, Gâmbia, Moçambique, Namíbia e Quénia (Songwe, 2015). Na Guiné, Libéria e Serra Leoa, as taxas de crescimento caíram até 11 pontos percentuais, em comparação com as previsões para 2015 antes do Ébola, arrastando as taxas de crescimento para valores negativos na Guiné e na Serra Leoa.[8] A perda de mais de 500 trabalhadores do setor da saúde é também uma tragédia com impactos mais alargados na sociedade – particularmente na mortalidade materna, que deverá sofrer um aumento até 75% (Banco Mundial, 2015b). O Ébola causou diretamente 11 000 vítimas mortais, mas a suspensão dos tratamentos de malária para lidar com o surto, em 2014, originou outras 10 000 mortes (Mullan, 2015). Os Planos de Recuperação do Ébola para o período 2015-17, nestes três países, totalizam 4.64 mil milhões de USD (Mullan, 2015). O Ébola demonstrou, portanto, a enorme importância e valor do investimento em sistemas de saúde de qualidade.

A Comissão sobre Macroeconomia e Saúde disponibiliza as estimativas globais do custo dos principais surtos de doenças. A TB deverá ter um impacto económico de 1 a 3 biliões de USD ao longo da próxima década, incluindo 4% a 7% de perdas no PIB devido a perdas de produtividade. A OMS (2002) estima que os custos da TB para os mais pobres ascendem a 12 mil milhões de USD por ano. A malária reduz em 1.3% as

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

taxas anuais de crescimento e o VIH tem um impacto negativo no crescimento anual per capita de 2 a 4 pontos percentuais (11 estudos analisados em Dixon, McDonald e Roberts, 2002). O custo da doença não abrange apenas o custo das mortes e dos tratamentos; tem impactos muito mais vastos no crescimento económico dos países e regiões, uma vez que há uma redução da produtividade, queda das receitas fiscais, aumento da importação de medicamentos, e um impacto nas viagens e no comércio devido ao medo. Estas são fortes evidências da importância de melhorar os sistemas de saúde e a capacidade de resposta a pandemias em África.

A população pobre é afetada pelas más condições de saúde de forma desproporcional. O investimento no setor da saúde é, portanto, uma medida a favor dos mais pobres, além de proporcionar uma mão-de-obra produtiva para impulsionar o crescimento. O risco de futuras pandemias em África faz com que o aumento do apoio a sistemas regionais de saúde seja altamente prioritário.

A proteção social é um instrumento eficaz para promover a resiliência

A proteção social reduz a desigualdade, o risco e a vulnerabilidade, na medida em que reforça a resiliência das comunidades e das famílias. Nesse sentido, pode contribuir para mitigar fatores desestabilizadores que, de outra forma, afetariam o crescimento e o empreendedorismo. Os mecanismos de proteção social podem promover a inovação e o desenvolvimento de capacidades, mitigando os riscos para os jovens empresários e estimulando a inovação e assunção de riscos. Podem ajudar, igualmente, a promover a resiliência das pessoas e comunidades durante períodos mais desfavoráveis, bem como a sua capacidade de recuperação dos choques. A garantia do acesso a serviços sociais fundamentais para os jovens, idosos e doentes liberta recursos individuais e familiares para o investimento produtivo, que geralmente é essencial nas primeiras fases do desenvolvimento empresarial. Os programas de proteção social têm sido cruciais para melhorar a produtividade em todo o continente (através da educação) e para gerir a fragilidade e os choques, nomeadamente através das reformas de políticas (Banco Mundial, 2012).

A proteção social contribui para reduzir a pobreza e a desigualdade nos grupos vulneráveis excluídos do processo de crescimento, e fá-lo com maior custo-benefício do que outras formas de ajuda. Antes de 2011, a ajuda humanitária no valor de 180 USD per capita não tinha conseguido parar o aumento da pobreza na Etiópia. Com 34 USD per capita, o Programa *Productive Safety Net* conseguiu não apenas barrar esse aumento, mas também começar a reduzir os níveis de pobreza. Uma meta-análise dos regimes de apoios sociais (White, Hodges and Greenslade, 2013) constatou que o rácio do custo de transferência varia entre 1.05 e 2.11 (significando que o custo de transferência de 1 USD para um beneficiário se situa entre 5 cêntimos e 1.11 USD, com o grosso dos resultados na faixa entre 29 e 59 cêntimos). Os custos dos programas africanos variam desde 34 cêntimos (no programa CT-OVC, no Quénia), 55 cêntimos (nos subsídios alimentares em Moçambique), até 1.11 USD (no programa Livelihood Empowerment against Poverty, no Gana). Registaram-se taxas de retorno entre 8% e 26% (um único estudo africano constatou uma taxa de retorno de 13%) e os efeitos multiplicadores situam-se entre 1.08 (marginal) e 2.45 no continente africano.

Os custos diminuem à medida que os programas se alargam (menores custos de seleção e criação), como se verifica pelo programa PROGRESA no México, que tinha custos na ordem dos 1.34 USD por cada dólar transferido, caindo depois para apenas 5 cêntimos no quarto ano de implementação. É importante salientar que os serviços públicos de emprego não têm sido tão eficientes como as prestações sociais/subsídios não condicionais. No Malawi e na Zâmbia, os serviços públicos de emprego apresentam um custo de 1.42 USD a 8.21 USD por cada dólar transferido para os beneficiários, sendo portanto relativamente dispendiosos, particularmente se os trabalhos públicos disponibilizados têm pouco

valor. Com efeito, é improvável que os beneficiários transitem para um emprego formal (White, Hodges e Greenslade, 2013). Assim, os programas de concessão de subsídios/prestações sociais parecem oferecer mecanismos mais eficazes e eficientes para reduzir, na maioria das situações, a vulnerabilidade. O aumento da eficiência operacional e do foco em programas de proteção social, bem como a alocação de recursos significativos para a aquisição de competências por meio da formação profissional, são fundamentais para acelerar o desenvolvimento humano e o desenvolvimento do empreededorismo em África.

A visão comum africana para o desenvolvimento humano do continente favorece o empreendedorismo

Esta secção termina o capítulo com um mapeamento da vontade política comum e da agenda de desenvolvimento partilhada, que encara desenvolvimento humano como prioritário, apoiando assim o crescimento económico e o desenvolvimento empresarial em África. São analisadas as sinergias entre a Agenda 2030 das NU (ODS), a Agenda 2063 da União Africana, e as 5 grandes prioridades do BAD ("High 5s"), as quais colocam o desenvolvimento humano em primeiro lugar e em posição central no objetivo do crescimento empresarial.

Os ODS, a Agenda 2063 e as 5 prioridades do BAD partilham uma vontade política e uma agenda comum

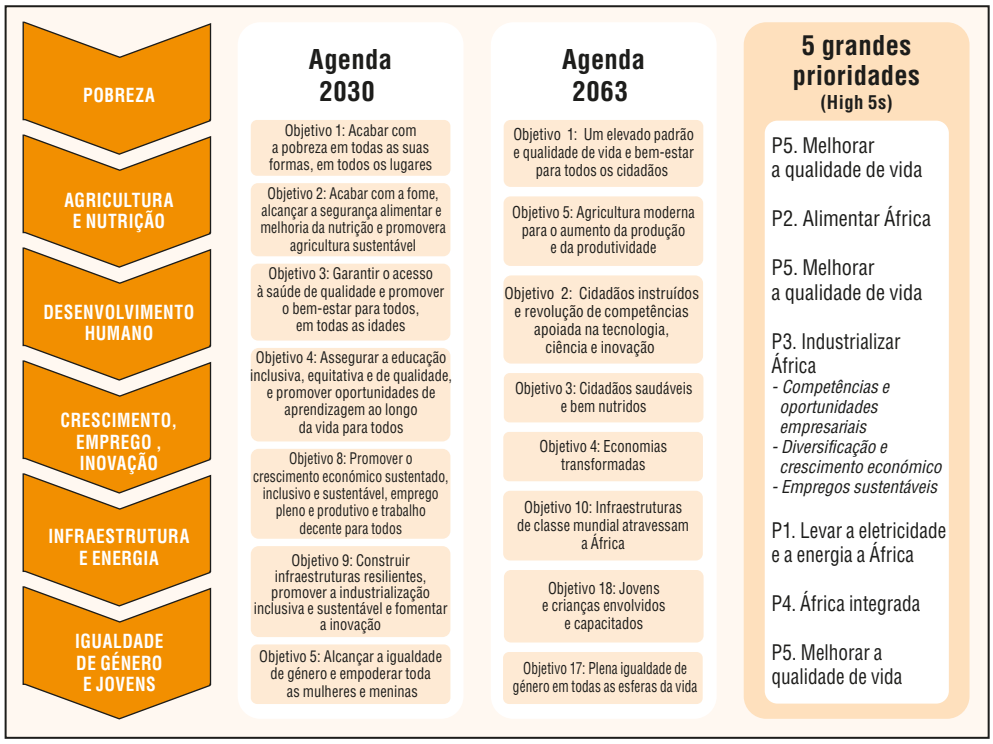
Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2063 para África e a Estratégia do BAD para dez anos, implementada através de cinco áreas prioritárias ("High 5s"), estão a guiar os países africanos na aceleração do desenvolvimento humano inclusivo. Verifica-se um grande grau de convergência nas prioridades definidas por estas agendas de alto nível, uma vez que 86% dos objetivos e metas são comuns (PNUD, 2017b). Cada agenda define caminhos para o emprego sustentável, a melhoria das competências empresariais, a aceleração da diversificação económica e do crescimento. Todas identificam o desenvolvimento humano como um elemento central da agenda. São partilhados objetivos comuns no âmbito do emprego, segurança social, produtividade agrícola, educação, juventude, empoderamento das mulheres e raparigas, crescimento inclusivo, diversificação económica, resiliência e infraestruturas. A Figura 4.13 apresenta um mapeamento dos principais pilares destas estratégias, para demonstrar a convergência.

Todas estas agendas refletem a importância da educação, da saúde, da nutrição e da proteção social como componentes de uma abordagem multidimensional para combater a pobreza e a desigualdade. Os serviços sociais de qualidade e os sistemas de proteção social promovem a equidade e contribuem para que ninguém seja deixado para trás. Além disso, ajudam a evitar grandes reveses ao processo de desenvolvimento, como aconteceu com a crise do Ébola na África Ocidental. São indispensáveis, igualmente, para concretizar a transformação económica estrutural que é necessária para expandir a prosperidade e para realizar grandes avanços na redução da pobreza e da desigualdade, bem como no desenvolvimento humano.

Esta agenda partilhada suscita a esperança de que existam investimentos coordenados em projectos ligados ao desenvolvimento humano por todo o continente, poe meio de um trabalho conjunto entre os governos africanos, os financiadores do desenvolvimento e o setor privado. Esta é uma agenda urgente, que deve ser implementada para que África possa aproveitar os benefícios do seu dividendo demográfico e alcançar melhorias duradouras nos meios de subsistência e nas vidas dos africanos.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Figura 4.13. **Prioridades de desenvolvimento humano e empreendedorismo nas Agendas 2030 e 2063**



Fonte: Agenda2030 (NU, 2015), Agenda 2063 (CUA, 2015), High 5s (BAD, 2016a).

Notas

1. Para uma análise detalhada, ver Wilson e Briscoe (2004) e KfW (2007).
2. Isto inclui a teoria do crescimento endógeno formulada por Paul Romer e Robert Lucas, bem como a abordagem das capacidades no âmbito do desenvolvimento humano, desenvolvida por Amartya Sen.
3. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), desenvolvido pelo PNUD e pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) disponibiliza uma medida do nível de pobreza e do número de pessoas que vivem em situação de pobreza no plano nacional e subnacional. Engloba a dimensão central do desenvolvimento humano – saúde, educação e nível de vida. O conjunto de dados cobre 44 países em África, incluindo dados a nível subnacional em 41 países.
4. A OMS (2001) estabeleceu um custo mínimo dos serviços essenciais de 34 USD, em 2007 e de 38 USD em 2015.
5. Esta percentagem varia entre 21% e 30% no Benim, República do Congo, Côte d'Ivoire, Etiópia, Gana, Namíbia, Senegal, Suazilândia e Zâmbia.
6. Neste contexto, "fragilidade" refere-se a países afetados por crises, sejam de causa humana ou outras, que não tenham capacidade para as prevenir ou recuperar sem ajuda significativa (PNUD, 2012).
7. Estudo sobre mulheres chinesas que trabalham na fábrica de algodão e seringueiros indonésios que recebem suplementos de ferro.
8. O crescimento económico na Serra Leoa passou de uma previsão de 8.9%, em 2015 para -2.0% após o Ébola; na Libéria caiu de 6.8% para 3.0% e na Guiné diminuiu de 4.3% para -0.2%.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Bibliografia

Adesina, A. (2016), Keynote Address at the World Food Prize, Des Moines, Iowa, 13 de outubro de 2016, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/PRST_Adesina_Keynote_Address_ENGL_2016_Borlaugh_Dialogue_International_Symposium.pdf.

Alkire, S., C. Jindra, G. Robles e A. Vaz (2016), "Multidimensional poverty in Africa", *Oxford Policy and Human Development Initiative, OPHI Briefing* No. 40, Oxford Poverty e Human Development Initiative, Oxford, Reino Unido, www.ophi.org.uk /wp-content/uploads/OPHIBr_ief40_Africa_Engl.pdf.

BAD (2016a), *Scaling Up Implementation of the Ten Year Strategy: The High 5s Agenda,* Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.

BAD (2016b), *A Program that Works: The Impacts of Rwandan Community Based Health Insurance Program,* Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.

BAD (2016c), *Analytical Fact Base on Economic Opportunity for Youth in Africa,* Dalberg para o Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.

BAD (2016d), *Bank Group Strategy for Jobs for Youth in Africa, 2016-2025,* Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.

BAD (2016e), *Project Appraisal Report: Boost Africa Investment Program,* Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.

BAD (2016f), *Feed Africa Strategy,* Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/Feed_Africa-Strategy-En.pdf.

BAD (2015), "How can AfDB support RMCs in dealing with future epidemics like Ebola?", *Internal OSHD Brief,* Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.

BAD (2014), *Human Capital Strategy 2014-2018: One Billion People, One Billion Opportunities,* Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.

BAD (2013a), *African Development Bank Group Strategy for 2013-22: At the Centre of Africa's Transformation,* Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.

BAD (2013b), "Health in Africa over the next 50 years", African Development Bank, Tunis, https:// www.afdb.org /fileadmin/uploads /afdb /Documents /Publications /Economic_Brief_-_Health_in_ Africa_Over_the_Next_50_Years.pdf.

BAD et al. (2012), *Perspectivas Económicas em África 2012 (Versão Condensada): Promoção do Emprego Jovem*, OECD Publishing, París. http://dx.doi.org/10.1787/9789264177673-pt.

Banco Mundial (2017), *Health, Nutrition and Population Statistics,* Washington, DC.

Banco Mundial (2016), *World Development Indicators* (base de dados), http://databank.worldbank.org/data/, Washington, DC.

Banco Mundial (2015a), "World Bank Group Ebola Response Fact Sheet", 1 de setembro de 2015, Banco Mundial, Washington, DC.

Banco Mundial (2015b), *The Next Wave of Deaths from Ebola? The Impact of Health Care Worker Mortality,* Washington, DC.

Banco Mundial (2015c), *World Development Indicators* (base de dados), http://databank.worldbank.org/data/, atualizada a 14 de outubro de 2015.

Banco Mundial (2015d), *The State of Social Safety Nets 2015,* Washington, DC.

Banco Mundial (2014), *Reducing Poverty and Investing in People: The New Role of Safety Nets in Africa,*Washington, DC.

Banco Mundial (2012), *Managing Risk, Promoting Growth: Developing Systems for Social Protection in Africa: The World Bank's Africa Social Protection Strategy 2012-2022,* Washington, DC.

Banco Mundial (2006), *Repositioning Nutrition as Central to Development: A Strategy for Large-Scale Action,* Washington, DC.

Barro, R.J. (1996), "Determinants of economic growth: A cross-country empirical study", *NBER Working Paper* No. 5698, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

Bhorat, H., K. Naidir e K. Pillay (2016), "Growth, poverty and inequality interactions in Africa: An overview of key issues", *Working Paper Series,* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.afdb.org /fileadmin/uploads/afdb/Documents/AEC/2016/Inequality_Study_Working_Paper_Series.pdf.

Bhorat, H. e Oosthuizen, M. (2015), *Foresight Africa 2015: The Pursuit of Inclusive Growth in South Africa – Constraints and Opportunities*, Brookings Africa in Focus, www.brookings.edu/blogs/africa-in-focus/posts/2015/01/29.

CNUCED (2013), *Division on Investment and Enterprise: Results and Impact Report 2013,* Investimento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diae2013d2_en.pdf.

CUA (2015), *Agenda 2063: The Africa We Want*, Versão pública, Comissão da União Africana, Adis Abeba, www.au.int/web/sites/default/files/pages/3657-file-agenda2063_popular_version_en.pdf.

Development Initiatives (2016), *Global Humanitarian Assistance Report 2016,* Bristol, Reino Unido, www.globalhumanitarianassistance.org/wp-content/uploads/2016/07/GHA-report-2016-full-report.pdf.

Divisão da População das Nações Unidas (2015), "World Population Prospects: The 2015 Revision".

Dixon, S., S. McDonald e J. Roberts (2002), "The impact of HIV/AIDS on Africa's economic development", *British Medical Journal,* 66, 2 de janeiro de 2002.

Duflo, E. (2001), "Schooling and labor market consequences of school construction in Indonesia: Evidence from an unusual policy experiment", *American Economic Review*, 91(4), pp. 795-813.

Elgazzar, H. et al. (2010), *Who Pays? Out-of-Pocket Health Spending and Equity Implications in the Middle East and North Africa*.

FEM/Banco Mundial/BAD/OCDE (2015), *The Africa Competitiveness Report 2015,* Fórum Económico Mundial, Genebra, www3.weforum.org /docs /WEF_ ACR _2015/Africa_Competitiveness_ Report_2015.pdf.

GDNU – África Ocidental e Central (2015), *Socio-Economic Impact of Ebola Virus Disease in West African Countries: A Call for National and Regional Containment, Recovery and Prevention*, Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas – África Ocidental e Central, Nova Iorque.

GEM (2015), *2015/16 Global Report*, Global Entrepreneurship Monitor, Genebra, www.gemconsortium.org /report /49480.

Georgiou, M. (2009), "Entrepreneurship and Human Development Index: A panel data analysis for Western Europe, Japan and the United States (1980-2006)", paper statistics, http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1523605.

Global Panel (2016), *The Economic Case for Investing in Nutrition in sub-Saharan Africa*.

IAASA (2008), "Economic growth in developing countries: Education proves key", *Policy Brief,* No. 03, International Institute for Applied Systems Analysis, www.iiasa.ac.at/web/home/resources/publications/IIASAPolicyBriefs/pb03-web.pdf.

KfW (2007), "How can education contribute to pro-poor growth? Policy implications for financial cooperation", *Discussion Paper 49*, Frankfurt, Alemanha.

Mullan, Z. (2015), "The cost of Ebola", *The Lancet*, Vol. 3, No. 8, agosto de 2015.

NU (2015), "Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development", Resolução adotada pela Assembleia Geral a 25 de setembro de 2015, Nações Unidas, Nova Iorque, www.un.org / ga/search/view_doc.asp?symbol=A /RES/70 /1&Lang = E.

NU (2014), "Entrepreneurship for development: Report of the Secretary-General", 69ª sessão, Item 19 da Agenda provisória, Nações Unidas, Nova Iorque, http://unctad.org /meetings /en/SessionalDocuments /a69d320_en.pdf.

Odusola, A., A. Bandara, R. Dhliwayo e B. Diarra (2017), "Inequalities and conflict in Africa: An empirical investigation", in G.A. Cornia, A. Odusola, H. Bhorat e P. Conceicao, *Income Inequality Trends in sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants and Consequences*, Escritório Regional do PNUD para África, Nova Iorque, pp. 221-243.

OIT (2015), *Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling up Investment in Decent Jobs for Youth*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, http://www.ilo.org/global/research/global-reports/youth/2015/lang--en/index.htm.

OMS (2002), *Health, Economic Growth and Poverty Reduction: The Report of Working Group 1 of the Commission on Macroeconomics and Health,* Organização Mundial de Saúde, Genebra.

OMS (2001), *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development*, Comissão sobre Macroeconomia e Saúde, Organização Mundial de Saúde, Genebra.

OPHI (2016), "Global Multidimensional Poverty Index", Oxford Poverty e Human Development Initiative, Oxford, Reino Unido, www.ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/.

PAM (2013), *The Cost of Hunger in Ethiopia – The social and Economic Impact of Child Undernutrition in Ethiopia,* Programa Alimentar Mundial.

Parlamento Europeu (s.d.), "The social and economic consequences of malnutrition in ACP countries", www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/acp/dv/background_/background_en.pdf.

Pitamber S. e B. Foko (2017), *The Political Economy of Job Creation for Youth: Lessons from Rwanda and Côte d'Ivoire*.

PNUD (2017a), *Human Development Report 2016: Human Development for Everyone,* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, http://hdr.undp.org/en.

PNUD (2017b), "Strengthening strategic alignment for Africa's development: Lessons from the UN 2030 Agenda for Sustainable Development, the African Union's Agenda 2063, and the AfDB's High Fives", *UNDP Africa Policy Brief,* Vol. 1, No. 1, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/working-papers/undp-africa-policy-brief-on-strengthening-strategic-alignment-fo.html.

PNUD (2016), *Africa Human Development Report 2016: Accelerating Gender Equality and Women's Empowerment in Africa,* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/2016-africa-human-development-report.html.

PNUD (2012), *Governance for Peace: Securing the Social Contract,* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.

Ramirez, A., G. Ranis e F. Stewart (1998), "Economic growth and human development", *Working Paper* 18, QEH.

SEED (2015), *Growing Green and Inclusive Entrepreneurship for Sustainable Development in South Africa*, SEED Policy Report África do Sul, Berlim, www.seed.uno/images/documents/1907/a4seedpolicyreportsouthafricaweb.pdf.

Songwe, V. (2015), *Fighting Ebola: A Strategy for Action,* The Brookings Institution, Africa Growth Initiative.

Summers, L.H. (2015), "Economists' Declaration on Universal Health Coverage", *The Lancet,* Vol. 386, No. 10008, pp. 2112-2113, www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(15)00242-1.pdf.

UNESCO Instituto de Estatística (2016), *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organisation Institute for Statistics* (base de dados), http://data.uis.unesco.org/.

White, P., T. Hodges e M. Greenslade (2013), *Guidance on Measuring and Maximising VFM in Social Transfer Programmes*, 2ª Edição. DFID, Londres.

Wilson, R.A. e G. Briscoe (2004), "The impact of human capital on economic growth: A review", "Third report on vocational training research in Europe: Background report", *Cedefop Reference Series*, 54, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.



Capítulo 5

Governação política e económica em África

Este capítulo aborda os dados mais recentes sobre a governação em África, com o objetivo de analisar a eficácia das instituições públicas em sustentar o desenvolvimento no continente africano. Nesse contexto, analisa-se as reivindicações relativas às políticas públicas, os atuais desafios em suprir as necessidades relacionadas, bem como exemplos de boas iniciativas que constituem bases para o futuro.

As principais questões de interesse são as seguintes: O que sabemos sobre as reivindicações dos cidadãos para a governação económica e política em África? Qual o desempenho atual das instituições públicas na resposta a estas reivindicações? Quais os exemplos de iniciativas políticas que conduzem à obtenção de resultados em África?

Em primeiro lugar, são apresentadas as principais constatações e, nas secções seguintes, são fornecidos os detalhes sobre como essas conclusões foram obtidas.

EM SÍNTESE

Os dados mais recentes sobre a governação em África apontam para uma crescente reivindicação de melhores oportunidades económicas e de maior transparência e prestação de contas nas políticas públicas. As prioridades das empresas incluem a melhoria do acesso à eletricidade, dos financiamentos e das políticas de concorrência.

Continuam a existir grandes desafios na maioria dos países, no que respeita aos processos de decisão política.

- O compromisso com a transparência e prestação de contas nas instituições de decisão política está ainda aquém das expectativas dos cidadãos. O mesmo se verifica para o desempenho das administrações públicas.
- Pesquisas de opinião demonstram uma fraca confiança nas principais instituições políticas e nos organismos responsáveis pelas políticas públicas, particularmente no que diz respeito ao seu empenho em garantirem a transparência na esfera política.

As iniciativas políticas recentes revelam bons exemplos de obtenção de resultados na prestação de serviços públicos.

- Os países africanos estão a levar a sério a reforma dos seus ambientes de negócio.
- As reformas de regulamentação e as inovações digitais estão a aumentar a eficácia de utilização dos recursos públicos, bem como a melhorar o fornecimento de serviços.
- Algumas iniciativas novas visam responder às prioridades de desenvolvimento empresarial.

No futuro, o reforço dos processos de supervisão e de prestação de contas será essencial para identificar e resolver desafios transversais. Uma boa supervisão pode contribuir, igualmente, para reduzir a fragmentação institucional e a duplicação de esforços pelos governos.

Sabia que...?

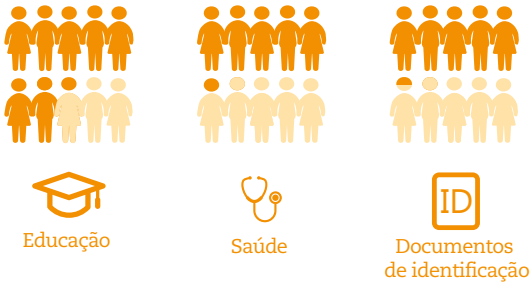
- Cabo Verde, Marrocos, o Quénia e o Ruanda estão a melhorar significativamente os serviços públicos por meio de reformas das políticas e de inovações digitais.
- Entre 2005 e 2015, 30 países africanos melhoraram os seus resultados de gestão orçamental.
- Em 2014/15, 5 países africanos figuravam entre os 10 países mais reformadores no relatório *Doing Business*.
- Um terço dos protestos públicos registados entre 2014 e 2016 tiveram como foco os salários, as condições de trabalho e o desemprego.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Os 3 serviços com mais fácil acesso

Fácil!

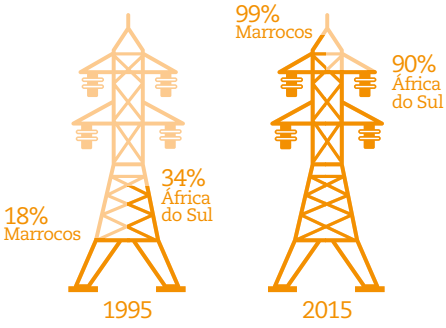
Verifica-se uma melhoria da prestação de serviços e da utilização dos recursos públicos



Como as instituições públicas em África estão a atender às reivindicações dos cidadãos?

Há uma melhoria da conetividade à rede elétrica

Localidades ligadas à eletricidade em Marrocos/ Agregados familiares na África do Sul



Os mecanismos de e-government têm vindo a enraizar-se nas administrações públicas em África



Os dados mais recentes sobre a governação em África apontam para uma crescente reivindicação de melhores oportunidades económicas, transparência e prestação de contas

O objetivo desta secção é documentar as reivindicações públicas para melhorias na governação política e económica em África, bem como o que estas exigências revelam sobre os desafios enfrentados pelos governos e instituições políticas no continente. A principal questão analisada é: o que sabemos sobre as reivindicações dos cidadãos para uma melhoria na governação política e económica em África, e qual a sua variação no continente africano? A abordagem prosseguida consistiu em identificar e monitorizar as reivindicações políticas através de dados recolhidos em sondagens de opinião, bem como em indicadores baseados em factos sobre os protestos públicos e sobre os seus motivos (Caixa 5.1). Para complementar esta informação, foram analisados inquéritos às empresas e indicadores macroeconómicos, refletindo os principais fatores económicos que guiam indiretamente a opinião pública.

Caixa 5.1. A análise das reivindicações públicas por uma melhor qualidade da governação: o quadro conceptual

Este capítulo aborda a qualidade da governação, quer em termos dos resultados, quer dos processos subjacentes e das políticas de regulação que possam ter contribuído para tais resultados. Os resultados da governação consistem na capacidade dos governos e de outras instituições públicas atingirem resultados e corresponderem às expectativas dos cidadãos relativas à prestação de serviços, bens públicos e oportunidades económicas.

Esta abordagem tem vários motivos. Quando as sociedades são mais exigentes sobre a qualidade da governação, os seus governos e outras instituições públicas têm de ajustar as suas políticas e tomar medidas para responder a estas reivindicações. Assim, o relatório *Perspetivas económicas em África* inclui um capítulo sobre governação, não só para compreender melhor a atual situação económica, mas também para obter pistas sobre se a economia está a evoluir de uma maneira sustentável. Com efeito, a capacidade das instituições governativas responderem às expectativas das pessoas através de compromissos políticos credíveis é essencial para um país alcançar um progresso económico e político duradouro.

Segundo David Levi-Faur, a governação não diz respeito apenas à forma de organização das instituições formais e informais, mas também aos "processos, mecanismos e estratégias" da decisão política (Levi-Faur, 2012: 4; Rhodes, 2012). Isto refere-se aos processos de tomada de decisão, aos mecanismos de cumprimento e controlo bem como às estratégias que orientem as instituições para se alinharem com as preferências públicas.

Este capítulo reconhece a importância do contexto político e a complexidade da negociação política no seio das elites. No entanto, não pretende fornecer uma análise profunda destes aspetos da economia política, mas sim documentar as reivindicações públicas para melhorias na governação e avaliar os desafios em corresponder a essas exigências dentro do processo de decisão política.

São apresentadas três fontes de prova para documentar as exigências de uma melhoria na qualidade da governação em África: 1) sondagens de opinião; 2) os Inquéritos às Empresas e indicadores macroeconómicos do Banco Mundial; e 3) um conjunto de indicadores originais baseado num estreito acompanhamento dos protestos públicos. O Centro de Desenvolvimento da OCDE é responsável pelo desenvolvimento deste último conjunto de indicadores, mencionados como Indicadores de Governação do PEA. Esses consistem numa medição real das reivindicações públicas para uma melhor governação, a qual reflete os incidentes e protestos públicos, os

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Caixa 5.1. **A análise das reivindicações públicas por uma melhor qualidade da governação: o quadro conceptual** *(cont.)*

motivos que os motivam e a resposta governamental aos protestos. Os indicadores espelham igualmente incidentes que reflitam mudanças na qualidade da interação entre os governos, outras instituições políticas e os cidadãos. Esta metodologia foi desenvolvida primeiro por Dessus, Lafay and Morrisson (1998).

- Os protestos públicos são definidos como greves ou qualquer tipo de manifestação com motivações políticas, económicas ou sociais. Cada evento é analisado segundo a sua duração (número de dias ou semanas) e classificação de intensidade, que é medida com base no número de manifestantes. A metodologia detalhada destas classificações de intensidade é apresentada no anexo estatístico deste relatório.
- Um acompanhamento de várias formas de tensões civis é efetuado, nomeadamente da violência com motivos políticos, dos conflitos intercomunitários e dos atos terroristas contra as populações - as quais refletem a escalada das exigências e do descontentamento público para atos violentos. Cada evento relevante é identificado e depois ponderado com base em fatores como a intensidade, a duração e o número de vítimas.
- São recolhidas informações sobre o endurecimento político. Este consiste num aumento das restrições governativas sobre a capacidade das populações se organizarem ou expressarem politicamente (p.ex. proibições de manifestações, recolher obrigatório ou estado de emergência, detenções e violência perpetrada pelas forças de autoridade).

Este exercício minucioso de monitorização baseia-se numa triangulação das notícias relatadas, numa base diária, por uma grande rede de jornalistas que trabalham nas agências noticiosas em África – a Agência France-Press (AFP) e a Reuters. O recurso a agências noticiosas reputadas permite a recolha de notícias publicadas numa grande quantidade de jornais, o que é uma boa garantia de fiabilidade. Mais de 65 000 notícias relevantes em todo o continente africano são analisadas anualmente para este relatório.

Por fim, é importante ter em conta que estes indicadores fornecem uma perspetiva complementar das reivindicações públicas, devendo ser interpretados à luz da liberdade política nos vários países. Um baixo nível de protestos, por exemplo, não é sinal de boa ou má governação. Um país com poucos protestos pode indicar uma satisfação geral com o regime, mas pode também ser reflexo de um regime repressivo que suprime de forma eficaz a dissidência. A existência de protestos revela informações importantes sobre as exigências públicas, que podem ajudar os decisores políticos a compreenderem-nas melhor e a aumentarem a sua capacidade de resposta às expectativas dos cidadãos.

As reivindicações prioritárias expressas pelos cidadãos em África dizem respeito ao emprego, enquanto verificando-se as expectativas de melhoria da governação pública crescem

Os dados mais recentes de várias sondagens de opinião (do Afrobarómetro, da *Gallup Organization e* do *Pew Research Center*) confirmam que o desemprego continua a ser a preocupação mais premente para os cidadãos africanos. Os cidadãos consideram que os governos deveriam abordar este problema e gastar mais fundos para o resolver. Os cuidados de saúde e a educação são, respetivamente, o segundo e terceiro problema mais mencionado. Desde 2008, têm também aumentado as expectativas sobre uma melhoria das infraestruturas.

Apesar destas tendências gerais, as respostas as sondagens variam consideravelmente entre os países africanos. Além disso, também não refletem um agrupamento regional das prioridades, uma vez que os países da mesma região expressam prioridades muito diferentes (Tabela 5.1).

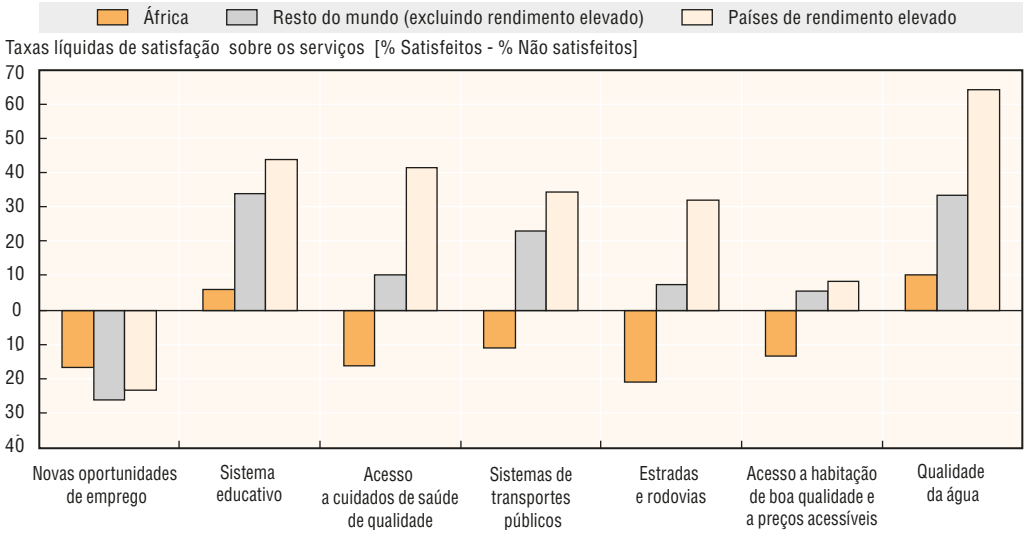
Os cidadãos africanos tendem a demonstrar taxas de satisfação baixas sobre os seus serviços públicos, em comparação com o resto do mundo. De acordo com as sondagens Gallup, em média, as taxas líquidas de satisfação são negativas para a maioria dos principais serviços, nos países africanos analisados (Figura 5.1). Pelo contrário, no resto do mundo, as taxas líquidas de satisfação são positivas para todos esses serviços, com exceção dos esforços governamentais de resposta ao desemprego.

Tabela 5.1. **Problemas mais importantes referidos pelos cidadãos africanos, por país (Inquérito Afrobarómetro 2014/15)**

		Este assunto estava entre as três questões mais referidas pelos residentes como o problema mais importante no país, em 2015?								
País	**Assunto mais referido**	**Desemprego**	**Saúde**	**Educação**	**Preocupação com a redução da pobreza**	**Infraestruturas / estradas**	**Fornecimento de água**	**Criminalidade e segurança**	**Acesso à alimentação (riscos de escassez)**	**Outros assuntos***
África do Sul	Desemprego	√						√		√
Argélia	Desemprego	√			√					√
Benim	Infraestruturas / estradas		√			√	√			
Botswana	Desemprego	√		√	√					
Burkina Faso	Fornecimento de água		√				√		√	
Burundi	Preocupação com a redução da pobreza				√				√	√
Cabo Verde	Desemprego	√			√			√		
Camarões	Desemprego	√	√			√				
Côte d'Ivoire	Desemprego	√	√			√				
Egito	Desemprego	√	√		√					
Gana	Desemprego	√		√						√
Guiné	Fornecimento de água		√			√	√			
Lesoto	Desemprego	√				√	√			
Libéria	Desemprego	√				√				√
Madagáscar	Criminalidade e Segurança	√				√		√		
Malawi	Acesso à alimentação (riscos de escassez)		√				√		√	
Mali	Acesso à alimentação (riscos de escassez)		√						√	√
Maurícias	Desemprego	√			√			√		
Namíbia	Desemprego	√		√	√					
Níger	Fornecimento de água		√				√		√	
Nigéria	Desemprego	√			√					√
Quénia	Criminalidade e Segurança	√		√				√		
Senegal	Saúde	√	√	√						
Serra Leoa	Educação		√	√		√				
Suazilândia	Desemprego	√		√	√					
Sudão	Desemprego	√			√					√
Tanzânia	Saúde		√	√			√			
Togo	Saúde	√	√	√						
Tunísia	Desemprego	√			√			√		
Uganda	Saúde		√	√			√			
Zâmbia	Saúde		√	√			√			
Zimbabwe	Desemprego	√				√				√
Número de países que referem o problema		**21**	**15**	**11**	**11**	**9**	**9**	**6**	**5**	**9**

Nota: * Outros assuntos incluem: a gestão da economia (Libéria, Sudão e Zimbabwe), a habitação (Argélia e África do Sul), a energia elétrica (Gana e Nigéria), a agricultura (Burundi) e a instabilidade política / tensões étnicas (Mali).
Fonte: Adaptado de Afrobarómetro (2016), www.afrobarometer.org/.

Figura 5.1. **Classificação da sondagem sobre a satisfação relativamente aos principais serviços em África, nos países de rendimento elevado e no resto do mundo, 2013-15**

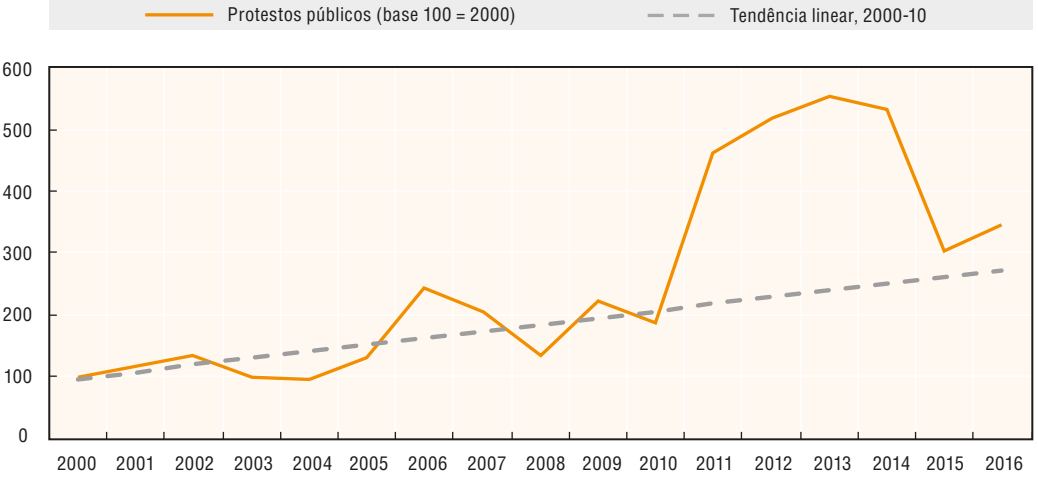


Fonte: Sondagens Gallup em 2013, 2014 e 2015 (estão aqui representados 42 países africanos, 49 países de rendimento elevado e 59 outros países) (Gallup, 2016), http://gallup.com/services/170945/world-poll.aspx.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475294

A intensidade dos protestos públicos voltou aos níveis pré-2011, mas o descontentamento com a economia e com a prestação de contas continua a ser generalizado

Em África, os protestos públicos sob a forma de greves e manifestações diminuíram, após alguns anos de protestos excecionalmente elevados. Esse pico deveu-se, em parte, à Primavera Árabe. Em 2016, verificou-se um ligeiro aumento da intensidade desses eventos (Figura 5.2), mas continuando em linha com a tendência entre 2000 e 2010.

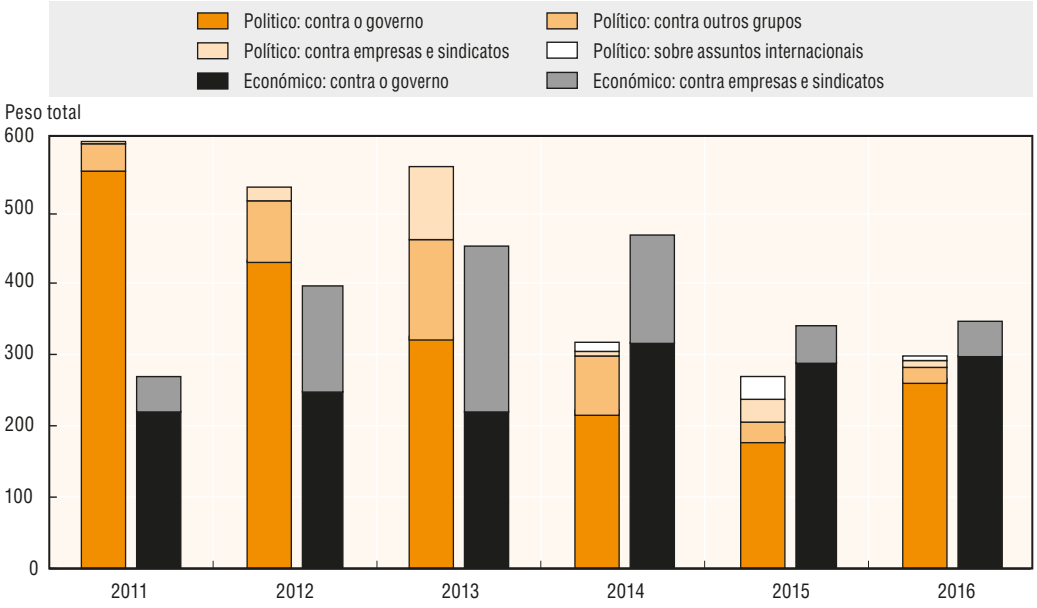
Figura 5.2. **Índice dos protestos públicos em África, 2000-16**



Nota: Os protestos públicos referem-se a greves ou a qualquer manifestação com motivos políticos, económicos ou sociais. Cada evento é analisado segundo a sua duração e classificação de intensidade, com base no número de manifestantes. Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico.
Fonte: Indicadores do PEA baseados nas notícias da AFP, Reuters e agências noticiosas em África.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475309

O descontentamento sobre a economia continua a ser generalizado, sendo agora o principal fator de protesto. Os protestos motivados por preocupações económicas têm-se mantido praticamente inalterados desde 2014, constituindo a maioria dos protestos públicos em África (Figura 5.3). Isto está em consonância com outras pesquisas que demonstram a ampla difusão do descontentamento com a economia nos países africanos (Wike et al., 2017). As preocupações económicas mais importantes que constituem motivo de protesto foram as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Relativamente aos protestos com motivações políticas, as greves e manifestações ligadas a processos políticos diminuíram significativamente nos últimos anos, enquanto em 2011 este tipo de protesto representava a maioria dos protestos públicos em África.

Figura 5.3. **Principais motivos dos protestos públicos em África: Assuntos políticos versus assuntos económicos, 2011-16**



Nota: Os protestos públicos referem-se a greves ou a qualquer manifestação com motivos políticos, económicos ou sociais. Cada evento é analisado segundo a sua duração e classificação de intensidade, com base no número de manifestantes. Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico.

Fonte: Indicadores do PEA baseados nas notícias da AFP, Reuters e agências noticiosas em África.

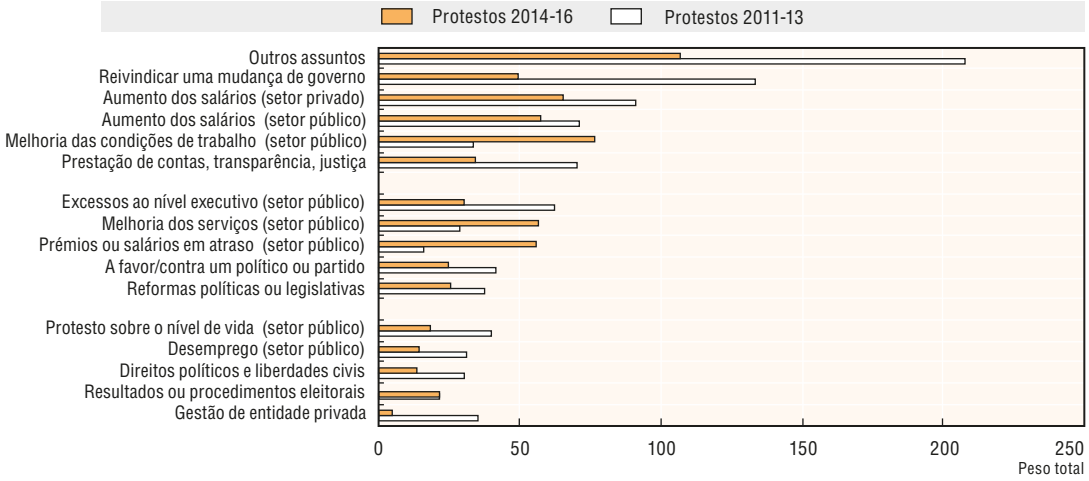
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475315

No total, foram registados na base de dados do PEA mais de 3 600 protestos públicos com motivações económicas e políticas, entre 2011 e 2016. As formas comummente democráticas e pacíficas de expressar as reivindicações públicas apontam, frequentemente, para sociedades civis vibrantes e para progressos nas liberdades políticas no continente africano. Entre 2011 e 2016, apenas três países (Cabo Verde, Lesoto e Seychelles) não registaram qualquer protesto público na base de dados, enquanto 41 países reportaram mais de 10 protestos públicos cada. O número máximo de protestos foi registado na Tunísia (416), seguida da África do Sul (356). É importante salientar que um baixo nível de protestos não é sinal de boa ou má governação, devendo ser interpretado à luz da liberdade política existente nos países (Caixa 5.1). Um país com poucos protestos pode indicar uma satisfação geral com o regime, mas pode também ser reflexo de um regime repressivo que suprime de forma eficaz a dissidência.

Os motivos dos protestos foram registados e analisados em pormenor. No período 2014-16, cerca de 33% foram questões relacionadas com o emprego, como os salários, as

condições de trabalho e o desemprego. Os protestos ligados a questões políticas consistiram em exigências de maior transparência e prestação de contas (*accountability*) por parte dos funcionários públicos e ao desejo de substituição das lideranças governativas (Figura 5.4).

Figura 5.4. **Os 15 principais motivos dos protestos públicos em África: Comparação entre 2011-13 e 2014-16**



Nota: Os protestos públicos referem-se a greves ou a qualquer manifestação com motivos políticos, económicos ou sociais. Cada evento é analisado segundo a sua duração e classificação de intensidade, com base no número de manifestantes. Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico.

Fonte: Indicadores do PEA baseados nas notícias da AFP, Reuters e agências noticiosas em África.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475321

As prioridades das empresas incluem a melhoria do acesso à eletricidade, dos financiamentos e das políticas de concorrência

A necessidade de energia elétrica vai para além da questão do acesso limitado à rede elétrica

Apesar do acesso às redes elétricas por parte das empresas ter melhorado, a eletricidade é ainda mencionada frequentemente pelos empresários como um grande desafio às suas atividades. Em 2008, mais de 50% das empresas e dos empresários na África subsariana tinham acesso à eletricidade (Fjose et al., 2010: 24-25). Atualmente, 39% das empresas africanas encaram a falta de acesso à eletricidade como um forte constrangimento (Enterprise Surveys, 2016). Este número é 20% maior do que nos países de rendimento elevado da OCDE (Enterprise Surveys, 2016). As falhas de energia elétrica e a sua duração são questões importantes na África subsariana. Esta fonte de dados demonstra igualmente que, na África subsariana, o número de falhas de eletricidade é de cerca de 8.5 num mês típico e a duração média é de 4.1 horas por interrupção, enquanto nos países de rendimento elevado da OCDE se verifica uma média de 0.4 falhas de energia elétrica por mês, com 0.4 horas de duração por cada interrupção.

A fraca fiabilidade do fornecimento de eletricidade afeta as oportunidades económicas na maioria dos países africanos (Oyuke et al., 2016). Em 25 países do continente africano, verificam-se crises frequentes nas redes de energia, caracterizadas por cortes de energia, fornecimento irregular e altos custos da eletricidade. Além disso, o preço da eletricidade tem vindo a subir devido às exigências de aumento da capacidade energética. As atuais linhas de transmissão no continente estão sobre exploradas, o que aumenta a frequência das falhas de energia, afetando negativamente as perspetivas de crescimento económico (Fjose et al., 2010). Devido à falta de investimento na infraestrutura elétrica e energética, muitas empresas geram a sua própria energia, com recurso a geradores a gasóleo, o que

aumenta os custos de produção. De acordo com os Inquéritos às Empresas, mais de 50% das empresas na África subsariana possuem ou partilham um gerador, em comparação com 11% nos países de rendimento elevado da OCDE. Estas crises frequentes resultam de uma desadequação das políticas de manutenção no setor energético ao longo das últimas décadas. A boa notícia é que, atualmente, várias iniciativas estão a ser implementadas para retificar esta situação.

O financiamento do desenvolvimento conta com fraco apoio em termos de regulação

Os prémios de risco sobre os empréstimos são elevados e impedem as pequenas empresas de acederem a empréstimos adequados. Cerca de 20% das pequenas e médias empresas (PME) em África consideram que o acesso a financiamento constitui o principal desafio aos negócios (ACET/Banco Mundial, 2016). Como demonstra a Tabela 5.2, a diferença entre as taxas dos empréstimos ao setor privado e as taxas para os títulos do tesouro é maior em África do que no resto do mundo. A informação de crédito também não é muito detalhada.

Na África subsariana, o sistema bancário desempenha um papel menos preponderante na concessão de crédito às empresas do que noutras regiões do mundo (Fjose et al., 2010; BAD, 2013; FMI, 2016a). O recurso a créditos e empréstimos bancários na África subsariana é menor do que nas outras regiões em desenvolvimento, embora existam variações entre os países (Enterprise Surveys, 2016). Esta lacuna de financiamento tem maior impacto nas empresas de dimensão média, uma vez que as suas necessidades ultrapassam o nível máximo de empréstimo concedido pelas instituições de micro-crédito, mas estão abaixo dos empréstimos mínimos disponibilizados por bancos comerciais (UNIDO/GTZ, 2008; Beck, 2013). Estas empresas de médio porte em escassez, que são frequentemente referidas como "*missing middle*", têm usualmente um grande potencial de crescimento, nomeadamente nos mercados de exportação de produtos transformados, conforme analisado num relatório conjunto da OCDE e do Banco Mundial (2015).

Tabela 5.2. **Indicadores selecionados sobre o acesso a financiamento em África, nos países de rendimento elevado e no resto do mundo, 2011-15**

Dimensões do acesso ao crédito	Grupos de países	Valor médio (2011-15)	Valor da mediana	Número de países
Prémio de risco sobre os empréstimos (taxa de juro dos empréstimos menos taxa de títulos do tesouro)	África	9.6	7.4	22
	Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado)	6.4	5.0	37
	Países de rendimento elevado	3.7	3.7	21
Crédito interno da banca ao setor privado (% PIB)	África	26.5	21.4	49
	Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado)	47.0	43.9	80
	Países de rendimento elevado	98.0	88.2	45
Detalhe da informação de crédito – Índice (0=baixo a 8=alto)	África	2.4	0.0	52
	Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado)	4.8	6.0	86
	Países de rendimento elevado	5.8	6.0	49
Mutuários da banca comercial (por 1 000 adultos)	África	66.6	36.6	36
	Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado)	222.1	205.3	51
	Países de rendimento elevado	515.2	524.3	14
Crédito interno ao setor privado (% do PIB)	África	28.5	21.6	49
	Resto do mundo (excl. países de rendimento elevado)	49.7	45.2	80
	Países de rendimento elevado	103.0	92.1	45

Fonte: Adaptado da base de dados World Development Indicators, Banco Mundial (2017a), http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators (consultado em janeiro de 2017).

Os instrumentos políticos e jurídicos necessários para ultrapassar a assimetria da informação sobre crédito continuam a estar pouco desenvolvidos, além disso existe uma baixa cobertura dos sistemas de partilha de conhecimento, como os registos públicos de crédito. A cobertura do registo público de crédito consiste no número de particulares e empresas listadas num registo público, que inclui a informação atual sobre o histórico de reembolso, dívidas pendentes ou empréstimos por liquidar. Em 2016, apenas cinco países africanos possuíam um

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

registo público de crédito que abrangia mais de 15% dos adultos: as ilhas Maurícias (82.6%), o Gabão (52%), as Seychelles (47.5%), a Tunísia (28.9%) e Cabo Verde (17.8%). As principais áreas para uma melhor formulação das políticas no futuro englobam: 1) aumentar a disponibilidade de instrumentos de garantia e mitigação de riscos financeiros; 2) reforçar os sistemas nacionais de identificação e os métodos de agregação de dados para os registos de crédito.

As políticas de concorrência estão ainda muito aquém das expectativas

Conseguir que as empresas cumpram os regulamentos pode implicar uma alteração dos incentivos. A concorrência com grandes intervenientes do setor informal constitui um desafio para as empresas do setor formal em África. A maioria dos atores no setor informal produz bens e serviços que nem sempre estão em conformidade com as normas processuais (OIT, 2014). Muitas PME permanecem na economia informal para evitar a tributação e regulamentação, mantendo a capacidade de adaptação ao mercado. Esta situação pode ser lucrativa, mas, simultaneamente, impede-as de aceder a crédito formal e diminui as suas possibilidades de expansão (Capítulo 8). Além disso, a concorrência informal restringe seriamente o setor formal, particularmente nos países onde as empresas cumpridoras têm de passar por procedimentos demorados ou pagar impostos muito altos.

Para que as pequenas empresas sejam incentivadas a aderir ao setor formal, é necessário abordar a complexidade burocrática, que constitui um grande problema não apenas em termos da demora dos procedimentos, mas também do número de documentos exigidos. O facto de os procedimentos burocráticos e legais serem, frequentemente, complicados e demorados reduz as possibilidades das pequenas empresas melhorarem os seus padrões nos mercados internos ou penetrarem em mercados internacionais. Por exemplo, as empresas do continente encaram os regulamentos alfandegários e comerciais como obstáculos aos seus negócios, porque causam atrasos nas importações e exportações, o que, por sua vez, prejudica as cadeias de abastecimento e afeta negativamente a produção. Assim, é especialmente importante continuar a flexibilizar os procedimentos para permitir que mais empresas transitem para a economia formal (Capítulo 6).

Os governos precisam de contar com funcionários públicos íntegros, que façam cumprir as leis e regulamentos. A corrupção pode prejudicar a eficácia do Estado em manter a economia formal, bem como impor custos adicionais às empresas, sobre a forma de subornos e má afetação de recursos. A corrupção é referida por 40% das empresas em África como um grande desafio (Beck e Cull, 2014; Enterprise Surveys, 2016). Esta percentagem é similar à observada na América Latina (43.4%) e na Ásia do Sul (40.1 %). Os empresários relatam a obrigação de pagar subornos para obter documentos legais, registos ou licenças (Enterprise Surveys, 2016).

A atual capacidade das instituições públicas de melhorarem as políticas públicas está abaixo das expectativas, o que consequentemente lhes confere credibilidade reduzida

A capacidade das instituições governativas responderem às expectativas da população é um fator determinante para um progresso económico e político duradouro (OCDE, 2014). O enfoque principal desta secção é avaliar a dimensão deste desafio e identificar os constrangimentos mais importantes à capacidade das instituições públicas corresponderem às reivindicações por melhores políticas. São analisadas sondagens de opinião e avaliações baseadas em evidências sobre:

- O compromisso das instituições públicas em promoverem o interesse público
- A confiança nas instituições e os mecanismos de retorno (*feedback*)
- A separação de poderes e a força dos mecanismos de supervisão.

O compromisso com a transparência e prestação de contas está ainda aquém das expectativas dos cidadãos

A insatisfação com os arranjos políticos esteve entre os principais motivos dos protestos públicos em África, entre 2011 e 2016. A maioria destes protestos reclamava mais "transparência e prestação de contas (*accountability*), bem como justiça nos sistemas de gestão pública" e a eleições mais justas (Figura 5.4). Isto é um sinal da exigência por padrões mais elevados de integridade no seio das instituições públicas. A distribuição geográfica pelo continente foi, contudo, desigual:

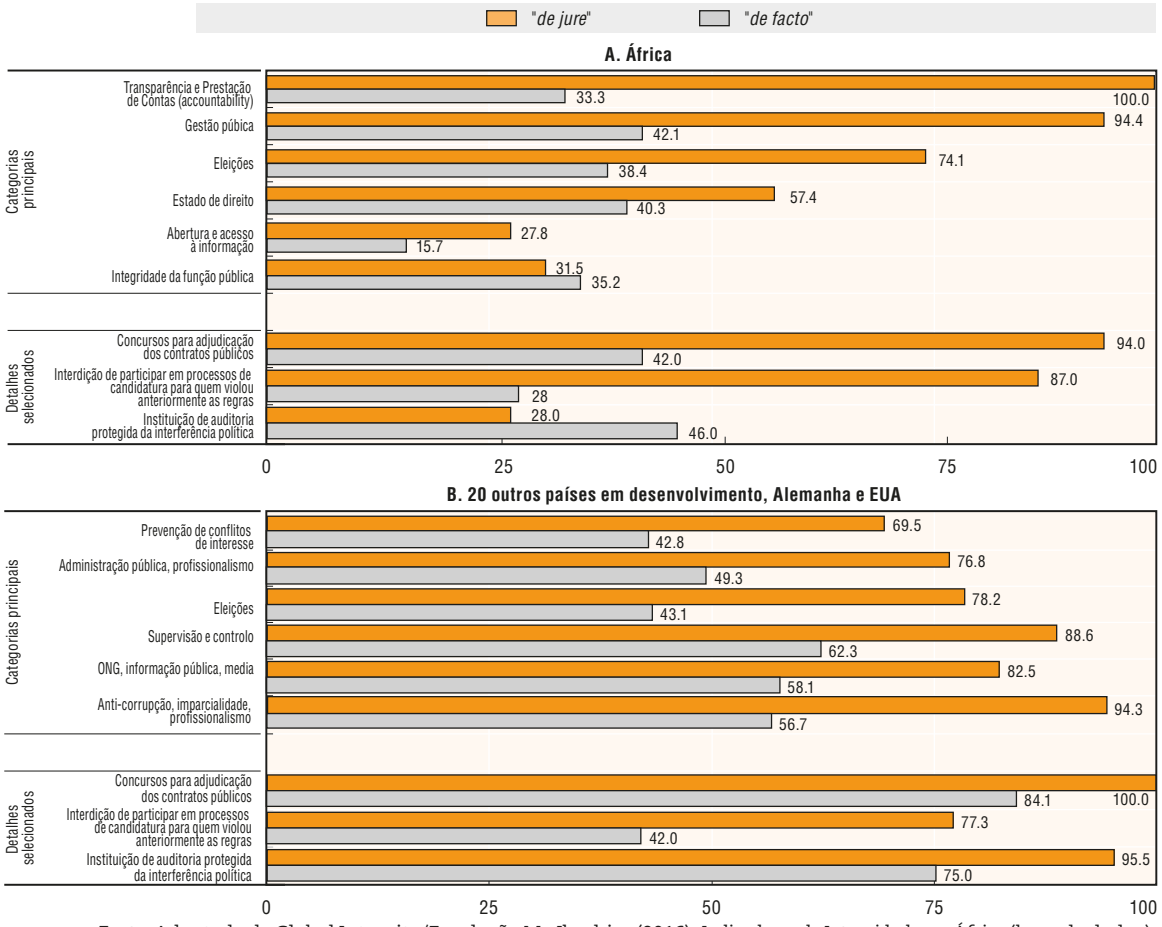
- As manifestações contra os excessos ao nível executivo foram o principal motivo dos protestos públicos em 7 dos 41 países analisados.
- As reivindicações por eleições mais justas e pluralistas foram o principal fator em 4 países e a exigência de uma mudança de governo foi o motivo mais importante noutros 4 países.
- A exigência de mais direitos políticos e a política partidária foram os principais motivos dos protestos em 3 países cada.
- A reivindicação por maior transparência e prestação de contas constituiu a principal razão dos protestos em 2 países.

A análise do quadro institucional demonstra a existência de uma disparidade entre os objetivos de governação e os resultados na arena política. Os *Indicadores de Integridade em África* consistem numa avaliação bem documentada sobre a força dos atuais enquadramentos jurídicos na promoção da integridade, bem como as práticas existentes no país. Todos os indicadores são registados por investigadores, advogados, jornalistas e académicos do país. A base de dados é produzida pela *Global Integrity* em colaboração com a Fundação Mo Ibrahim, para "avaliar os principais mecanismos sociais, económicos, políticos e anticorrupção existentes no plano nacional em toda a África". Os indicadores sobre transparência e prestação de contas são desagregados em seis áreas temáticas: Estado de direito, prestação de contas, eleições, gestão pública, integridade da função pública, bem como abertura e acesso à informação. Estes critérios são divididos nas categorias "*de jure*" (referente às leis e regulamentos) e "*de facto*" (referente à prática corrente).

- Os *Indicadores de Integridade em África* demonstram que a maioria dos países africanos obtém melhores pontuações na categoria "*de jure*" do que na "*de facto*" (Figura 5.5, quadro A). Tal significa que o enquadramento jurídico para promoção da transparência e prestação de contas já existe na maioria dos países, mas que os resultados esperados nem sempre são totalmente atingidos.
- Alguns países do continente têm um bom desempenho geral. Em 2015, os países africanos com as melhores pontuações de integridade eram a África do Sul, o Benim, as Maurícias, o Quénia e a Libéria, seguidos pelo Gana e o Uganda. A maioria dos países restantes do continente registou pontuações muito mais baixas.
- Em média, existe um fraco compromisso para aplicação das regras de adjudicação dos contratos públicos por concurso e as instituições de auditoria precisam de uma maior força nos enquadramentos jurídicos. Por exemplo, as práticas "*de facto*" nos processos de adjudicação ou licitação pública são as que estão mais dissociadas das normas jurídicas existentes, enquanto as instituições superiores de auditoria são as menos protegidas pela lei, especialmente quando comparadas com países fora de África (Figura 5.5, quadro B).

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Figura 5.5. **Pontuações médias de integridade "*de jure*" e "*de facto*" no mundo: Comparação entre África (em 2016) e outros 22 países (em 2011)**



Fonte: Adaptado de Global Integrity/Fundação Mo Ibrahim (2016), *Indicadores de Integridade em África* (base de dados), www.globalintegrity.org/africa-integrity-indicators/ (consultado em janeiro de 2017).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475339

Existe uma confiança reduzida nas principais instituições políticas e nos agentes de mudança das políticas

As instituições políticas não são suficientemente confiáveis, especialmente no que diz respeito ao seu compromisso com a transparência da esfera política. As pesquisas do Afrobarómetro, Bratton e Gyimah-Boadi (2016) constataram que os cidadãos não confiam nas instituições públicas formais. Em média, os cidadãos expressam maior confiança nas instituições informais, como as lideranças religiosa e tradicional (respetivamente 72% e 61%), do que no Estado e em organismos executivos formais (54% em média). As instituições legislativas e os organismos eleitorais, intervenientes-chave numa democracia, contam com níveis ainda mais baixos de confiança. As instituições consideradas menos confiáveis são os partidos políticos da oposição (36%), as autoridades tributárias (44%), os organismos eleitorais (44%) e as instituições legislativas (47%). Os baixos níveis de confiança nestas duas últimas instituições, que são responsáveis por uma política transparente, alertam para uma necessidade real de melhoria. De acordo com as pesquisas, a confiança nas instituições eleitorais e judiciais é um dos principais fatores estimuladores do sucesso da democracia num país (Dahlberg e Holmberg, 2016) e da estabilidade política.

A realização de eleições justas continua a ser um desafio em muitos países africanos. Em 2016, realizaram-se eleições nacionais em 18 países africanos. Aquando da redação

deste relatório, todos os relatórios oficiais dos observadores eleitorais da União Africana, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da União Europeia (UE) e do Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África declararam explicitamente as eleições realizadas em 12 países como livres e justas (Tabela 5.3). Cabo Verde e o Gana consolidaram as suas posições como os países com melhor desempenho no continente africano no que diz respeito à capacidade de organizarem eleições pluralistas e credíveis.

Tabela 5.3. **Resumo das eleições nacionais em África, 2016-18**

País	Votação para:	Data	Comentários
Benim	Presidência	06-03-2016	"O processo eleitoral prosseguiu sob condições gerais aceitáveis de liberdade e transparência". (Comissão CEDEAO, 2016)
Cabo Verde	Presidência	31-08-2016	"As eleições presidenciais foram livres, justas e transparentes" (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Chade	Presidência	10-04-2016	"O povo do Chade demonstrou o seu compromisso com a consolidação da democracia no seu país (…) a eleição teve lugar num ambiente pacífico no âmbito do enquadramento legal em vigor". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Comores	Presidência	21-02-2016	"O processo de contagem dos votos decorreu de forma transparente e em concordância com as disposições constantes na lei". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Congo, República Democrática (RDC)	Presidência e Assembleia nacional	27-11-2016	Eleições adiadas (novas datas a serem acordadas pelos intervenientes políticos)
Congo, República do	Presidência	20-03-2016	"A Missão salienta que, de uma forma geral, a votação decorreu num ambiente calmo, (com) paz e estabilidade". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Côte d'Ivoire	Assembleia nacional	18-12-2016	" Estas eleições tiveram lugar num ambiente pacífico, de acordo com o enquadramento legal que regula as eleições legislativas na Côte d'Ivoire e com os instrumentos internacionais relevantes". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Djibouti	Presidência	08-04-2016	"A votação decorreu em paz e serenidade (…) A Missão afirma que a votação foi suficientemente inclusiva, livre e transparente para ser considerada como um reflexo credível da vontade do povo do Djibouti". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Gabão	Presidência e Assembleia nacional	16-08-2016	"A eleição foi inclusiva e pluralista". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, CEDEAO, 2016)
Gâmbia	Presidência	01-12-2016	"As eleições realizadas no país no dia 1 de dezembro de 2016 foram pacíficas, justas e transparentes". (Declaração da CEDEAO, União Africana e Nações Unidas, 2016)
Gana	Presidência e Assembleia nacional	07-11-2016	" As eleições de 2016 foram conduzidas de uma forma maioritariamente pacífica, transparente e credível". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Guiné Equatorial	Presidência	30-11-2016	"A eleição decorreu de forma calma e disciplinada, (com) paz e transparência" (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Marrocos	Assembleia nacional	07-10-2016	"O ato eleitoral foi organizado de forma íntegra e com total transparência ".(Conselho da Europa, Missão de Observação Eleitoral da Assembleia Parlamentar, 2016)
Níger	Presidência e Assembleia nacional	21-02-2016	"Estas eleições permitiram ao povo nigeriano escolher o seu presidente e membros do parlamento de forma livre e transparente (…). A integridade do voto foi assegurada e o voto secreto foi preservado". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
República Centro-Africana	Presidência e Assembleia nacional	14-02-2016	"Ambas as eleições tiveram lugar num ambiente calmo, sereno e transparente". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
São Tomé e Príncipe	Presidência	31-07-2016	"O processo eleitoral decorreu, de forma geral, de acordo com a Carta Africana da Democracia, Eleições e Governação e com outros instrumentos que regem as eleições democráticas em África, bem como o enquadramento legal vigente em São Tomé e Príncipe". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Seychelles	Presidência e Assembleia nacional	31-10-2016	"O processo eleitoral foi transparente, credível e pacífico". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)
Uganda	Presidência e Assembleia nacional	18-02-2016	"As insuficiências observadas eram inconsistentes com os requisitos do quadro legal para as eleições no Uganda e com os princípios e obrigações internacionais e continentais para as eleições democráticas." (Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África – EISA, Missão de Observação Eleitoral, 2016)

Tabela 5.3. **Resumo das eleições nacionais em África, 2016-18** *(cont.)*

País	Votação para:	Data	Comentários
Zâmbia	Presidência e Assembleia nacional	11-08-2016	**"A AUEOM congratula a CEZ (Comissão Eleitoral da Zâmbia) pelas medidas tomadas para melhorar a integridade e credibilidade do processo eleitoral, com vista a salvaguardar a legitimidade do resultado eleitoral, em conformidade com o Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares - 2003 e a Carta Africana da Democracia, Eleições de Governação – 2007". (Missão de Observação Eleitoral da União Africana, 2016)**
		ELEIÇÕES PREVISTAS EM 2017	
Argélia	Assembleia nacional	05-2017	*
Angola	Presidência e Assembleia nacional	08-2017	*
Chade	Assembleia nacional	2017	*
Congo	Assembleia nacional	2017	*
Gabão	Assembleia nacional	29-07-2017	*
Gâmbia	Assembleia nacional	06-04-2017	
Lesoto	Assembleia nacional	2017	*
Líbia	Presidência e Assembleia nacional	2017	*
Libéria	Presidência e Assembleia nacional	10-10-2017	*
Madagáscar	Presidência	2017	*
Quénia	Presidência, Assembleia nacional e Senado	08-08-2017	*
Ruanda	Presidência	04-08-2017	*
Senegal	Assembleia nacional	30-07-2017	*
Serra Leoa	Presidência e Assembleia nacional	01-11-2017	*
Somália	Presidência	08-02-2017	
		ELEIÇÕES PREVISTAS EM 2018	
Camarões	Presidência e Assembleia nacional	10-2018	*
Djibouti	Assembleia nacional	2018	*
Guiné	Assembleia nacional	2018	*
Madagáscar	Assembleia nacional	2018	*
Mali	Presidência e Assembleia nacional	2018	*

Nota: * Data das eleições a confirmar.
Fontes: União Africana (2017), International Foundation for Electoral Systems (IFES) (2017), International IDEA (2017), NDI (2017), EISA (2017).

Apesar do nível de violência com motivações políticas e do endurecimento político terem registado uma ligeira diminuição em África, continuam a existir grandes riscos. A intensidade da violência política por parte de atores não-estatais é, ainda, cerca de três vezes mais elevada do que em 2010 (Figura 5.6), embora esteja abaixo do valor máximo atingido em 2013. As insurreições e o terrorismo transnacional continuam a contribuir para esta instabilidade política e prejudicam a capacidade governativa dos Estados, não obstante os importantes ganhos militares em 2016, por exemplo contra o Boko Haram (Caixa 5.2) e contra o Estado Islâmico na Líbia. Além disso, houve também incerteza quanto a algumas transições de poder em 2016, quando alguns chefes de Estado tentaram permanecer nos cargos para além dos mandatos legais, tendo enfrentado protestos violentos como reação. No entanto, a intensidade do endurecimento político – que consiste em violência governamental, detenções, interdições, recolher obrigatório e estados de emergência – diminuiu ligeiramente (Figura 5.6).

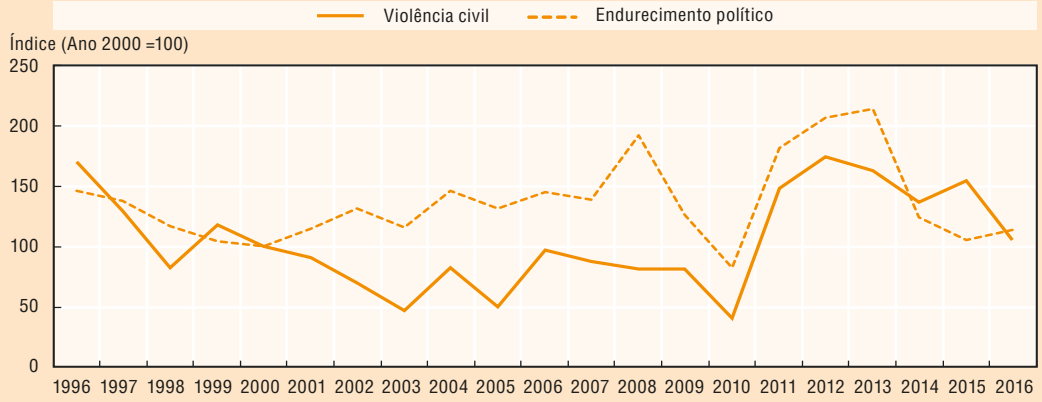
Caixa 5.2. **Terrorismo e risco transnacional**

Os três principais fatores impulsionadores da violência por parte de atores não-estatais, entre 2013 e 2015, foram: 1) o terrorismo; 2) os conflitos intercomunitários, frequentemente alimentados por confrontos sobre recursos escassos e por tensões étnicas; e 3) os protestos sobre processos eleitorais, nos quais os partidos políticos espoletaram ou agravaram os conflitos civis através da violência.

Em 2016, a intensidade da violência por parte de atores não-estatais em África registou um ligeiro decréscimo (Figura 5.6). Este facto é encorajador, uma vez que se deve essencialmente a uma grande diminuição dos incidentes violentos na Nigéria, no Egito, nos Camarões e na República Centro-Africana (Anexo, Tabela 24).

- A coordenação e cooperação transnacional contra o Boko-Haram deu frutos em 2016. Após o rapto de mais de 200 raparigas estudantes em Chibok, em 2014, foi criada uma *Task Force* Multinacional Conjunta, pelo Benim, Camarões, Chade, Níger e Nigéria. Depois da sua tomada de posse a 29 de maio de 2015, o presidente nigeriano acelerou esta cooperação regional, envolvendo-se mais ativamente com os seus homólogos.
- A insegurança causada por conflitos intercomunitários constitui, ainda, uma ameaça à estabilidade política. Uma maior diminuição da violência com motivações políticas é algo muito necessário para reduzir a fragilidade dos países africanos. Em 2016, dos 56 contextos nacionais classificados como frágeis, 37 situam-se em África (OCDE, 2016). As causas profundas dos conflitos em 2015-16 parecem estar mais ligadas, na sua maioria, a disputas de terras e acesso a recursos minerais (ver o Capítulo 5 de BAD/OCDE/PNUD, 2016). A última sondagem do Afrobarómetro demonstra que existe, em África, uma tolerância e aceitação generalizada das pessoas provenientes de vários grupos étnicos ou religiosos, particularmente de imigrantes (Dulani, Sambo e Dionne, 2016).

Figura 5.6. **Endurecimento politico e violência civil, 1996-2016**

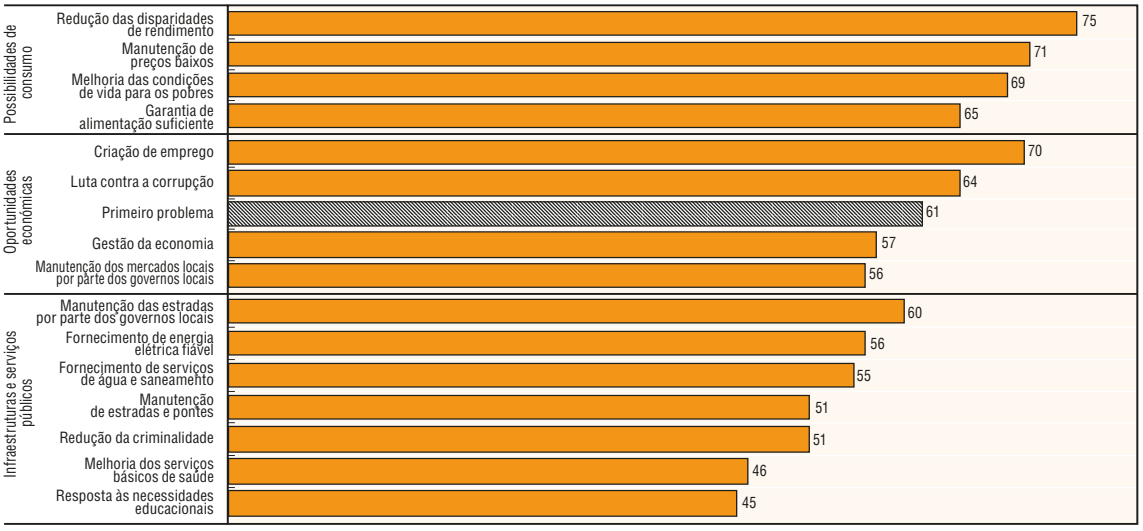


Nota: Cada ato violento é analisado segundo a sua intensidade (número de mortes e/ou feridos) e de acordo com uma metodologia de escala, apresentada em detalhe no anexo deste relatório.
Fonte: Indicadores do PEA baseados nas notícias da AFP, Reuters e agências noticiosas em África
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475340

O desempenho atual das administrações públicas não cumpre as expectativas dos cidadãos, especialmente na capacidade de resposta às preocupações mais prioritárias

Quando as pessoas são inquiridas sobre se as suas principais preocupações estão a ter uma boa resposta por parte do governo, mediamente 61% respondem negativamente (Figura 5.7). As questões que são objeto de maior insatisfação dizem respeito às oportunidades económicas. Dentro desta categoria, foi expressa uma maior insatisfação em torno das oportunidades de emprego e da luta contra a corrupção.

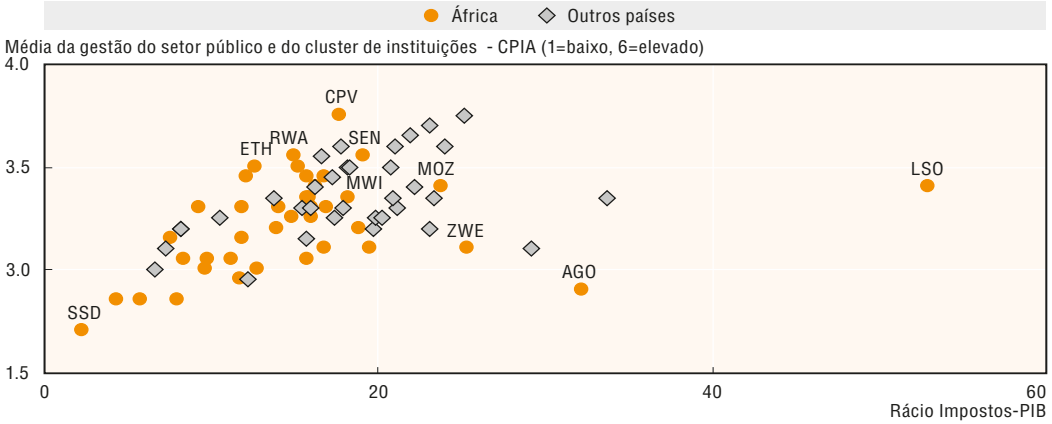
Figura 5.7. **Percentagem dos inquiridos insatisfeitos com a resposta do governo a vários assuntos de grande prioridade (Inquérito do Afrobarómetro 2014/15)**



Fonte: Adaptado de Afrobarómetro (2016), www.afrobarometer.org/.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475351

Os progressos na gestão pública têm sido lentos, apesar de várias vagas de reforma neste setor. As reformas do setor público tiveram início nos anos 1980, ao que se seguiu uma segunda vaga de reformas na década de 1990 e uma terceira na década de 2000 (Ayee, 2006; BAD/OCDE/PNUD, 2015: 189-193). O *Country Policy and Institutional Assessment* (CPIA) do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) demonstra que, entre 2005 e 2015, aproximadamente 30 países registaram uma melhoria das suas pontuações na gestão orçamental. Contudo, as pontuações sobre transparência e prestação de contas no setor público continuam a estar abaixo da pontuação média (3.5 numa escala de 7) para 24 países, num total de 40 países analisados BAD, 2016a). A Figura 5.8 apresenta as pontuações CPIA do Banco Mundial e confirma que apenas 4 países africanos – Cabo Verde, Etiópia, Ruanda e Senegal – obtiveram pontuações acima de 3.5. O bom funcionamento da administração pública é uma condição necessária para definir e implementar estratégias e políticas que respondem eficazmente às exigências dos cidadãos.

Figura 5.8. **Gestão do setor público versus rácio impostos/PIB**



Nota: Os países são nomeados pelos seus códigos internacionais ISO3-Alpha. O cluster de "gestão do setor público e instituições" inclui os direitos de propriedade e a governação baseada no primado do direito, a qualidade da gestão orçamental e financeira, a eficiência na mobilização de receitas, a qualidade da administração pública, transparência, prestação de contas e corrupção no setor público.

Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2016a), http://data.worldbank.org/data-catalog/CPIA, e FMI (2016b).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475360

A informação sobre o orçamento de Estado e as atividades financeiras estatais deve estar mais aberta e acessível. Em princípio, tal é possível de concretizar, uma vez que os sistemas de planeamento e orçamentação estão já em formato digital na maioria dos países africanos, através de sistemas integrados de informação e gestão financeira (Diamond e Khemani, 2005). No entanto, as práticas informais de orçamentação podem continuar a existir, mesmo com a implementação destas mudanças (ver Caixa 5.3). Atualmente, apenas a África do Sul demonstra uma capacidade abrangente em todos os pilares da transparência orçamental, incluindo na força das instituições formais de supervisão (IBP, 2015).

Caixa 5.3. **Melhoria dos sistemas de planeamento e orçamentação nos países africanos**

O Banco Mundial apoiou a implementação de sistemas integrados de informação e gestão financeira (SIIGF) em vários países, para promover a transparência e prestação de contas nos orçamentos públicos (Dener e Min, 2013). Um relatório publicado pela Deloitte (2012) concluiu que um conjunto de países africanos implementou o SIIGF com sucesso, nomeadamente a África do Sul, as Maurícias, a Serra Leoa, a Tanzânia e o Uganda.

No entanto, para que tenham bons resultados, estes sistemas exigem fortes controlos de supervisão. O caso do Malawi constitui um bom alerta para a prevenção. Em 2008, o SIIGF foi alargado às autoridades locais, pelo que foi lançado subsequentemente um serviço de dados móveis, foram selecionados mais operadores nacionais, e a rede central de fibra ótica foi estendida às zonas rurais. Em princípio, isto permitiria ao governo central planear e gerir os orçamentos, bem como automatizar as operações financeiras públicas de uma forma mais transparente. No entanto, o escândalo "*Cashgate*" de 2013 veio revelar as fraquezas destes sistemas de supervisão, quando se descobriu que os funcionários públicos transferiam grandes montantes de dinheiro público fora do sistema SIIGF. Um relatório de Baker Tilly concluiu que o governo do Malawi tinha perdido cerca de 30 milhões de USD entre abril e dezembro de 2013 (Baker Tilly, 2014; *The Economist*, 2014). Apesar deste revés, a informação sobre as atividades financeiras e o orçamento estatal tem vindo a registar ligeiras melhorias no Malawi (ver a *Open Budget Database*, IBP [2015]).

A análise das iniciativas políticas recentes revela bons exemplos de resultados na prestação de serviços públicos, mas tal facto deve ser consolidado à medida que se progride

O objetivo desta secção é analisar políticas bem-sucedidas e respetivas estratégias de governação recentemente adotadas no continente africano. As iniciativas podem ser divididas em duas áreas:

- Fornecimento de bens e serviços públicos através de uma gestão eficaz e da otimização dos recursos financeiros;
- Reformas de regulação que respondem às necessidades prioritárias do desenvolvimento empresarial.

O objetivo de salientar estes casos é exemplificar o sucesso e demonstrar os resultados que podem ser atingidos quando há uma convergência entre os compromissos políticos e a eficácia do setor público. Estes devem ser encarados mais como um conjunto de bons exemplos do que como boas práticas. A replicação dos sucessos em vários países é irrealista quando estes não são adaptados aos mecanismos de mudança nos países em questão. A grande heterogeneidade dos governos, das sociedades e dos contextos políticos em África aumenta a probabilidade de que as políticas desenvolvidas num país sejam inadequadas noutros países.

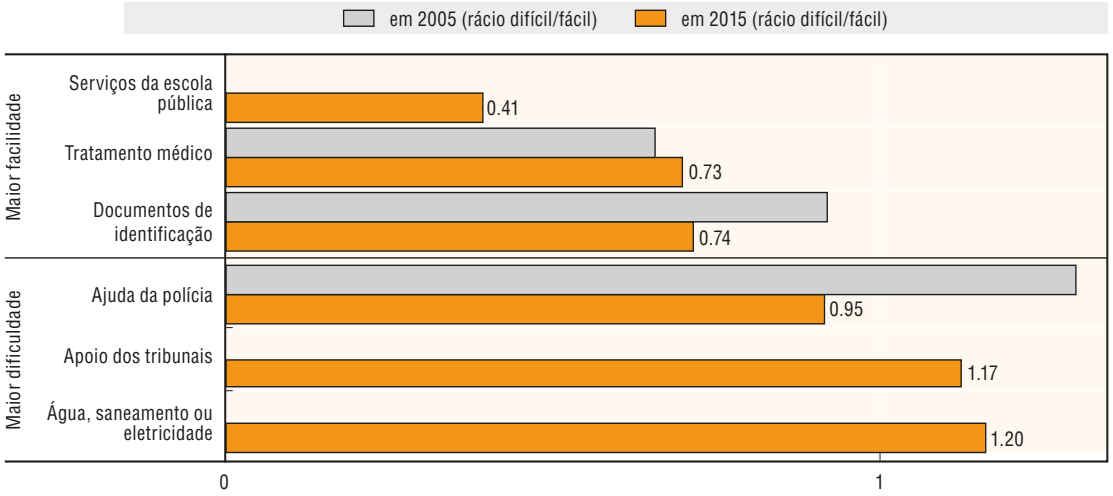
PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

As reformas de políticas e as inovações digitais estão a melhorar a eficácia de utilização dos recursos públicos

Por toda a África, muitas administrações públicas têm melhorado o fornecimento de serviços. Os respondentes do Afrobarómetro foram inquiridos sobre o grau de facilidade ou dificuldade na obtenção de serviços que tivessem requisitado à administração pública nos últimos 12 meses. No período 2014/15, os serviços educativos foram considerados como os de mais fácil acesso, seguidos do tratamento médico e da obtenção de documentos de identificação. Pelo contrário, foi considerado mais difícil conseguir apoio dos tribunais ou ter acesso à água, saneamento e eletricidade.

Figura 5.9. **Facilidade ou dificuldade no acesso a serviços públicos, de acordo com os cidadãos africanos, 2005 e 2015**

Rácio entre o número de pessoas que classificam o acesso como "fácil" e o número de pessoas que consideram o acesso "difícil"



Notas: As perguntas feitas em 2005 foram: "Com base na sua experiência, é mais fácil ou difícil obter os seguintes serviços? Ou nunca tentou obter estes serviços do governo?" As perguntas feitas em 2014/15 foram: "Nos últimos 12 meses, tentou _____? Foi mais fácil ou difícil obter _____?"

Fonte: Adaptado de Afrobarómetro (2016), www.afrobarometer.org/.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475379

Os mecanismos de *e-government* têm vindo a enraizar-se nas administrações públicas em África

Nos últimos anos, novas abordagens digitais têm vindo a ser utilizadas para aumentar a eficiência e eficácia dos serviços públicos. Vários países africanos lançaram projetos de governação digital (*e-government*) para superarem as capacidades limitadas do setor público e facilitarem a acessibilidade desses serviços (PNUD/PIWA, 2009; Deloitte, 2012; Banco Mundial, 2016b). Os primeiros países africanos a lançarem estratégias digitais com sucesso foram Cabo Verde, Marrocos, o Quénia e o Ruanda.

Em Marrocos, o projeto e-Fez *veio automatizar os serviços da administração pública local*

O município de Fez, em Marrocos, lançou em 2004 o *e-Fez*, um projeto de *e-government* que automatizou 12 dos 33 balcões da administração pública local para o fornecimento de serviços municipais. O governo do Canadá, através *do International Development Research Centre*, financiou a instalação de tecnologias da informação e comunicação (TIC) nestes escritórios locais. Foi criado um portal na internet, adaptado também para usuários analfabetos (IDRC, 2016). Esta iniciativa melhorou os procedimentos de entrega de serviços

frequentemente utilizados, como as matrículas escolares, ou as certidões de nascimento, casamento e óbito. Em 2009, um inquérito revelou que o *e-Fez* veio diminuir as taxas de erro dos balcões da administração pública, aumentando igualmente a sua produtividade, de uma média diária de 689 certidões para 828 certidões após o projeto (Kettani e El Mahidi, 2009). Contribuiu, também, para aumentar a transparência e prestação de contas por parte dos municípios. No entanto, a necessidade de equipamentos e competências na área da informática criou algumas dificuldades.

Quando o *e-Fez* estava já em funcionamento, em 2009, o país lançou uma estratégia nacional - *plan Maroc Numeric 2013* – com o objetivo de aumentar a automatização da administração pública. Tal como no projeto *e-Fez*, o governo criou websites como o *service-public.ma*. Estas plataformas funcionam como um contador eletrónico e como sistema de distribuição de procedimentos e documentos administrativos em Marrocos.

No Quénia, os Centros Huduma são uma abordagem às políticas de descentralização, centrada nos cidadãos

O Quénia é o primeiro país africano a lançar uma estratégia governamental aberta e abrangente sobre dados. A iniciativa começou com a nova Constituição de 2010, cujo artigo 35 afirma o direito dos cidadãos à informação governamental. Para operacionalizar este novo artigo, o governo criou a Iniciativa de Dados Abertos no Quénia, em parceria com o Banco Mundial e a Ushaidi. O seu objetivo é aumentar a integridade, prestação de contas e transparência da administração pública, melhorando simultaneamente o fornecimento de serviços públicos (*Centre for Public Impact, 2016*). Em 2013, o governo decidiu substituir o anterior sistema de administração, transferindo competências importantes e o financiamento dos serviços públicos para os 47 distritos. Este processo de desconcentração para os distritos constitui um nível sub-nacional de governo totalmente novo (BAD/OCDE/PNUD, 2016: 250-254).

O programa dos Centros Huduma foi introduzido pelo Ministro da Desconcentração e Planeamento em 2013, como um pilar-chave desta ambiciosa estratégia de descentralização. A ideia é implantar serviços descentralizados em todo o país por meio de balcões únicos designados de Centros Huduma e de plataformas integradas *online*. Os centros estão atualmente disponíveis na maioria dos distritos, com o compromisso de promoverem a prestação de contas e a unidade nacional. Os serviços disponibilizados englobam o pedido de empréstimos por estudantes, certidões de nascimento, certidões de casamento, licenças comerciais, seguros e cartas de condução (Dalberg, 2015).

Cabo Verde criou um centro para os cidadãos, a Casa do Cidadão

O projeto lançado em 2008 na cidade da Praia, ilha de Santiago, criou novos serviços administrativos (como formulários *online*) disponíveis para os cidadãos. As pessoas dos setores público e privado beneficiam agora de um portal único para as suas necessidades administrativas (p.ex. obtenção de certidões, pagamentos fiscais eletrónicos e registo de novas empresas). Esta iniciativa reduziu o tempo despendido em procedimentos administrativos, facilitou a interação dos cidadãos com o governo e tornou a informação mais precisa (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 201; Deloitte, 2012). O portal disponibiliza um acesso fácil e conveniente aos serviços da administração pública, particularmente para a diáspora cabo-verdiana, que constitui cerca de 50% da população.

Vários países tomaram medidas para melhorarem o fornecimento e fiabilidade da energia elétrica

A ligação à rede elétrica tem passado por melhorias significativas, com países como Marrocos a liderarem esta evolução. O Programa de Eletrificação Rural Global (PERG)

foi criado em 1996 com o objetivo de fornecer eletricidade a todas as zonas rurais em Marrocos e aumentar a cobertura elétrica para 80% até 2010. Esta meta foi atingida antes desse prazo, já em 2005. Em 2009, o PERG tinha conseguido transportar a eletricidade para 30 086 localidades, com uma taxa de cobertura de 97.2% (ONE, 2016), tendo atingido os 99.1% no final de julho de 2015. O programa contribuiu para diminuir a disparidade de infraestruturas entre as zonas rurais e urbanas, tendo igualmente contribuído para uma melhor qualidade de vida nas zonas rurais (AFD, 2012). O transporte de energia elétrica para as zonas rurais alargou as oportunidades económicas, promovendo a fixação de novas indústrias, o abrandamento da emigração em 5.0% e o aumento da taxa de retorno dos emigrantes em 1.5% (ONE, 2005).

No ano 2000, a África do Sul criou um programa nacional integrado de eletrificação, para aumentar o acesso à eletricidade, especialmente nas zonas rurais. O programa estava em pleno funcionamento em 2002, com o objetivo de implementar as diretivas constantes do livro branco de 1998 e, posteriormente, da Lei Nacional de Energia, 2008 (lei n.º34). A percentagem de habitações com eletricidade aumentou de 34%, em 1994, para 90% em 2016 (República da África do Sul, 2016a). Embora este programa ainda não tenho conseguido atingir a meta de fornecer eletricidade básica a todos os agregados familiares, o governo sul-africano está a apostar em opções alternativas nas zonas rurais, como mini-redes híbridas e tecnologias fora da rede (Azimoh et al., 2016; República da África do Sul, 2016b).

Vários países africanos estão a implementar grandes investimentos na produção de energia, com um enfoque especial na eletrificação rural:

- A Côte d'Ivoire planeia duplicar a produção de energia e o seu plano de eletrificação rural (PRONER, aprovado em julho de 2013) pretende conectar todas as aldeias à rede elétrica até 2020.
- A Etiópia tem vindo a desenvolver, desde 2010, a sua produção de energia por meio de grandes projetos, como a Grande Barragem do Renascimento Etíope (*Grand Ethiopian Renaissance Dam* – GERD), Gilgel Gibe III e Gilgel Gibe IV, que no seu conjunto têm uma capacidade de 9.4 GW (IEA, 2014). De acordo com o II Plano de Crescimento e Transformação, o país pretende aumentar a capacidade para 17 GW até 2020 (República da Etiópia, 2016).
- Na Tanzânia, o plano diretor do sistema energético pretende aumentar a capacidade instalada de 1.6 GW, em 2014, para 10 GW, até 2025, bem como expandir o acesso à eletricidade para as populações rurais (OBG, 2017).

O Quénia está a recorrer a tecnologias digitais e a sistemas de imagens por satélite para melhorar a manutenção da sua rede elétrica. Além disso, foi criado, em 2011, um sistema de informação geográfica. A informação geográfica sobre as linhas de eletricidade, as subestações, os transformadores e os contadores foi digitalizada em 2015, sob coordenação da empresa nacional de energia, KPLC. Esta informação foi mapeada com imagens por satélite, que ajudam a monitorizar e a resolver perturbações no sistema de uma forma mais rápida. As empresas podem também obter acesso por meio de um processo simplificado de aprovação, em que basta enviar os documentos necessários através do portal *online*. Este sistema reduziu significativamente o tempo e a quantidade de procedimentos administrativos necessários para ter acesso à energia elétrica.

Além destes planos nacionais, existem atualmente várias iniciativas internacionais que buscam responder aos desafios energéticos em África. O "*New Deal*" sobre Energia em África do BAD é um dos programas mais ambiciosos recentemente criados. O seu ousado objetivo é atingir o acesso universal à energia elétrica no continente até 2025 por meio de um plano massivo de investimentos no valor de 12 mil milhões de USD (Tabela 5.4).

Tabela 5.4. **Lista selecionada de iniciativas internacionais para a energia em África**

Nome do programa	Financiadores	Duração	Países-Alvo	Objetivos principais	Orçamento
"New Deal" sobre Energia em África	BAD	2015-25	Todo o continente africano	✓ Aumentar a produção em rede para uma capacidade adicional de 160 GW ✓ Aumentar a cobertura e ligações na rede, criando 130 milhões de novas ligações ✓ Aumentar a produção fora da rede, adicionando 75 milhões de ligações ✓ Melhorar o acesso a energias limpas para cozinhar em 130 mil agregados familiares	12 mil milhões USD, do BAD
Programa de Cooperação África-UE sobre Energias Renováveis	Programa multi-doadores*	2007-20	África em geral	✓ Melhorar a segurança energética ✓ Aumentar a utilização de energias renováveis ✓ Melhorar o acesso a energia moderna e sustentável	n.a.
Iniciativa Africana de Energias Renováveis	Sob mandato da União Africana	Duas fases: 2016-20 e 2020-30	Todo o continente africano	✓ Até 2020, atingir uma capacidade de produção nova e adicional de 10 GW nas energias renováveis ✓ Mobilizar o potencial de África para produzir 300 GW, até 2030 ✓ Utilizar todos os tipos de tecnologias das energias renováveis	n.a.
SE4ALL Africa Hub	Comissão da União Africana, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), BAD, PNUD	2011-30	44 países africanos	✓ Assegurar o acesso universal a serviços modernos de energia ✓ Duplicar a taxa global de aumento da eficiência energética ✓ Duplicar o peso das energias renováveis no cabaz energético total	n.a.
Akon Lighting Africa	Parceiros internacionais e Bancos**	2014	15 países africanos	✓ Levar energia limpa, renovável e a preços acessíveis, principalmente às zonas rurais e sem rede em África, através da energia solar	Mil milhões de USD para o lançamento
Energy Africa Campaign	Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID), Reino Unido	2015-30	14 países africanos	✓ Apoiar a energia elétrica em África, através da expansão do mercado da energia solar nos agregados familiares rurais	46 milhões USD
Power Africa	Governo dos EUA através da USAID	2013-18	Na fase I (2013-18): Etiópia, Gana, Libéria, Nigéria, Quénia e Tanzânia	✓ Duplicar o acesso à eletricidade até 2018 ✓ Até 2030, fazer 60 milhões de novas ligações à eletricidade ✓ Produzir mais 30 000 megawatts de energia	7 mil milhões USD de fundos públicos
Energies pour l'Afrique	Parceria público-privada: FED, AFD (França), Schneider Electric e outros	2014-25	Todo o continente africano	✓ Criar um fundo de apoio para a eletrificação em África, com o objetivo de ser um instrumento de coordenação ✓ Conectar 600 milhões de pessoas à eletricidade, até 2025	
Lighting Africa	Programa multi-doadores *** gerido pelo Grupo Banco Mundial	2007-30	Burkina Faso, Etiópia, Libéria, Mali, Nigéria, Quénia, RDC, Ruanda, Senegal, Tanzânia e Uganda	✓ Conectar 250 milhões de pessoas à eletricidade através da energia solar	

Notas: * Comissão Europeia, Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da Itália, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Holanda e Agência de Cooperação Internacional da Suécia (SIDA). ** China Jiangsu International Group, Solektra International, Nari Group e outros. *** O Grupo Banco Mundial em parceria com a Sociedade Financeira Internacional, o Programa de Assistência à Gestão do Sector Energético, o Fundo Mundial para o Ambiente, a Alemanha, a Austrália, a Áustria, o Canadá, a Dinamarca, os Estados Unidos, a Finlândia, a França, a Holanda, a Hungria, a Islândia, a Itália, a Lituânia, a Noruega, o Reino Unido e a Suécia.

Fontes: O "*New Deal*" sobre Energia em África (BAD, 2016b), www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ Generic-Documents/Brochure_New_Deal_-vf.pdf; Programa de Cooperação África-UE sobre Energias Renováveis (EUEI, 2012), www.euei-pdf.org/sites/default/files/field_publication_file/RECPstrategy2020en_lowres_0.pdf; Iniciativa Africana de Energias Renováveis (2016), www.arei.org/wp-content/uploads/2016/09/AREI-Summary-english_web.pdf; SE4ALL *Africa Hub*: Nações Unidas, www.se4all.org/sites/default/files/l/2014/02/French.pdf; Akon Lighting Africa (2017), akonlightingafrica.com/; Energy Africa Campaign (Governo do Reino Unido, 2015), www.gov.uk/government/news/ energy-africa-campaign; *Power Africa* (USAID, 2017), www.usaid.gov/powerafrica; *Energies pour l'Afrique (L'Energie en questions*, 2015), www.lenergieenquestions.fr/la-fondation-borloo-pour-lenergie-en-afrique-entame-sa-quete-de-financements; *Lighting Africa* (Banco Mundial, 2017c), www.lightingafrica.org/.

As reformas de regulamentação visam responder às prioridades de desenvolvimento empresarial

Os países africanos estão entre os mais reformadores no relatório *Doing Business* do Banco Mundial

Os países africanos têm estado altamente empenhados em reformar políticas para reduzir o tempo e o custo das interações entre as empresas e os governos. Muitas destas iniciativas consistiram em reformar as regulamentações para que seja mais fácil iniciar ou gerir uma empresa, e em utilizar as tecnologias digitais para reduzir o tempo despendido e o custo da burocracia.

Desde 2010, vários países africanos têm estado consistentemente entre os dez países mais reformadores em termos globais (Tabela 5.5). O Banco Mundial faz uma compilação anual de um conjunto de indicadores sobre a qualidade das leis e regulamentos para o setor empresarial em todo o mundo, publicando-os num relatório denominado *Doing Business* (Banco Mundial, 2016c). Estes indicadores abrangem dez aspetos: iniciar um negócio, lidar com licenças de construção, obter energia elétrica, registo de propriedades, acesso ao crédito, proteção de investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio transnacional, cumprimento de contratos e resolução de insolvências.

Tabela 5.5. **Os 10 países mais reformadores no mundo, de acordo com o *Doing Business*, 2010-16**

Posição	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
1	Cazaquistão	**Marrocos**	Polónia	Ucrânia	Tajiquistão	Costa Rica	Brunei Darussalem
2	**Ruanda**	Moldávia	Sri Lanka	**Ruanda**	**Benim**	**Uganda**	Cazaquistão
3	Peru	Antiga República Jugoslava da Macedónia	Ucrânia	Federação russa	**Togo**	**Quénia**	**Quénia**
4	Vietname	**São Tomé e Príncipe**	Uzbequistão	Filipinas	**Côte d'Ivoire**	Chipre	Bielorrússia
5	**Cabo Verde**	Letónia	**Burundi**	Kosovo	**Senegal**	**Mauritânia**	Indonésia
6	Tajiquistão	**Cabo Verde**	Costa Rica	**Djibouti**	Trinidad e Tobago	Uzbequistão	Sérvia
7	**Zâmbia**	**Serra Leoa**	Mongólia	**Côte d'Ivoire**	**Congo, Rep. Dem.**	Cazaquistão	Geórgia
8	Hungria	**Burundi**	Grécia	**Burundi**	Azerbaijão	Jamaica	Paquistão
9	Grenada	Ilhas Salomão	Sérvia	Antiga República Jugoslava da Macedónia	Irlanda	**Senegal**	Emirados Árabes Unidos
10	Brunei Darussalam	Coreia	Cazaquistão	Guatemala	Emirados Árabes Unidos	**Benim**	Bahrain
Países africanos	3	2	1	4	5	5	1

Nota de rodapé da Turquia: As informações deste documento que mencionam "Chipre" referem-se a parte sul da ilha. Não existe uma única autoridade que represente ao mesmo tempo as populações cipriotas turcas e gregas na ilha. A Turquia reconhece a República Turca de Chipre do Norte (RT CN). Enquanto não houver uma solução duradoura e justa no âmbito das Nações Unidas, a Turquia manterá sua posição no que diz respeito à "questão de Chipre".
Nota de rodapé de todos os Estados membros da União Europeia, da OCDE e da União Europeia: A República de Chipre é reconhecida por todos os membros das Nações Unidas com exceção da Turquia. As informações constantes deste documento referem-se à área sob controlo efetivo do Governo da República de Chipre.
Fonte: Adaptado do relatório *Doing Business* entre 2010 e 2016, Banco Mundial, www.doingbusiness.org/.

Na edição de 2017 do relatório *Doing Business*, 41 países africanos melhoraram e 13 pioraram as suas pontuações. Entre as reformas típicas estão a implementação de procedimentos simplificados ou de tarifas reduzidas nos serviços públicos. No período

2015-16, por exemplo, 17 países africanos são mencionados por terem implementado quadros jurídicos simplificados para os procedimentos de mediação, processos de resolução de litígios ou procedimentos de liquidação de dívidas para pequenas empresas com dificuldades financeiras (Banco Mundial, 2016c). Outros países introduziram inovações tecnológicas:

- O Quénia é especificamente identificado como um dos dez países mais reformadores do mundo. O país implementou reformas em cinco vertentes da política económica, através, nomeadamente, da isenção do imposto de selo para alguns bens, da melhoria no fornecimento de eletricidade e da simplificação de procedimentos administrativos.
- A Tanzânia foi o país que mais aumentou a sua pontuação em 2015/16, em boa parte devido a melhorias no sistema de registo de crédito. Criaram-se novas agências de crédito, as quais assinaram protocolos com retalhistas e comerciantes com vista à criação de um registo comum de crédito para os seus clientes. Neste sistema, a cobertura de mutuários passou de 4.97% para 6.48% da população adulta.
- A Mauritânia aderiu ao sistema mundial de transmissão eletrónica de dados (*Electronic Data Interchange* - EDI) no sistema automático de dados aduaneiros (*Automated SYstem for CUstoms Data* - ASYCUDA), o que reduziu o tempo necessário para elaboração e entrega de declarações alfandegárias tanto para as exportações como para as importações, melhorando o comércio transnacional.
- As Maurícias digitalizaram o seu registo de terras.
- Marrocos criou uma plataforma virtual para reservar nomes de empresas.
- O Ruanda facilitou a criação de negócios, melhorando o registo *online* e simplificando os procedimentos após o registo. Foi também criado um balcão único virtual para o registo de empresas.
- A África do Sul criou um portal *online* para pesquisa de nomes de empresas.

Embora o custo dos procedimentos administrativos tenha diminuído em muitos países, os países africanos ainda registam pontuações relativamente baixas no relatório *Doing Business*, quando comparados com o resto do mundo. Em 2016, seis países (no total de 54 países africanos) ficaram acima do valor médio da pontuação, mas 26 dos 37 países classificados no quintil mais baixo são países africanos. O país mais bem classificado foram as Maurícias, ocupando a 50ª posição em 190 países do mundo.

Há novas iniciativas sobre os instrumentos de garantia nos financiamentos

Alguns países iniciaram reformas ou lançaram programas para melhorar a eficiência dos seus setores bancário e financeiro. Em 2015/16, pelo menos sete países criaram iniciativas de melhoria do acesso ao crédito e a serviços financeiros. Entre estas, contam-se o reforço do enquadramento legal e a criação de sistemas de registo de propriedade e de partilha de informação sobre crédito (Banco Mundial, 2016c). Estes esforços políticos para aumentar o acesso aos instrumentos financeiros disponíveis para os empresários podem contribuir para um maior desenvolvimento empresarial. As pesquisas demonstram que a abertura do acesso ao crédito através de sistemas seguros vai aumentar a concorrência nos serviços financeiros, particularmente quando as instituições não-bancárias podem também disponibilizar empréstimos com garantia. Um ambiente financeiro mais seguro faz com que os bancos estejam mais disponíveis para conceder empréstimos a um maior número de empresas (UNIDO/GTZ, 2008). Isto reforça o apoio público ao investimento, aumentando, por sua vez, o desenvolvimento das indústrias e a concorrência no mercado (Alvarez de la Campa, 2014).

O Sistema de Registo de Garantias no Gana

O Sistema de Registo de Garantias (SRG) criado no Gana, no âmbito a Lei de Mutuários e Credores de 2008, foi o primeiro do género na África subsariana (Ouedraogo et al., 2012). Os bancos centrais do Gana, da Libéria, do Malawi e da Nigéria já utilizavam este

sistema no final de 2016. O programa foi implementado pelo Banco do Gana e a Sociedade Financeira Internacional, de forma a criar um quadro regulamentar em linha com os padrões internacionais das transações com garantia e do registo de garantias (*Secured Transactions and Collateral Registries*). O sistema foi desenvolvido por uma empresa de TIC do Gana (Bsystems Limited) e permite aos mutuários fazerem prova da sua solvabilidade, reduzindo o risco de incumprimento e aumentando a transparência e o enquadramento das transações. Este registo é utilizado, aproximadamente, por 63% dos bancos e instituições financeiras (Ghana Trade, 2017).

A iniciativa SRG veio melhorar o acesso das PME do Gana ao crédito e aos serviços financeiros. Em dezembro de 2012, 9 000 PME e 30 000 microempresas tinham recebido empréstimos, num montante superior a 6.0 mil milhões de USD, garantidos com bens móveis registados neste sistema. Foram concedidos 1.3. mil milhões de USD para financiamento das pequenas empresas e 12 mil milhões de USD para financiar o setor empresarial, utilizando ativos móveis como garantia (Banco Mundial, 2016c). O sistema de transações com garantias contribui para reduzir o custo de gestão dos empréstimos e permite que as instituições financeiras aumentem a acessibilidade ao crédito por parte dos pequenos empresários (Making Finance Work for Africa, 2017). Cerca de 20% dos proprietários de empresas que beneficiaram do acesso ao crédito são mulheres (IFC/ Banco Mundial/MIGA, 2013). No entanto, continua a ser um desafio conseguir chegar às regiões rurais e aos bancos comunitários (Oppong-Adusah, 2012).

O Sistema de Notação de Crédito na Tanzânia

Em 2012, a Tanzânia criou um Sistema de Notação de Crédito para promover o acesso a financiamentos. Nesse ano, foi publicada a regulamentação no quadro da Lei Bancária da Tanzânia de 2006, e duas empresas privadas obtiveram a licença para operarem como Agências de Notação de Crédito: a Bradstreet Credit Bureau Tanzania Limited e a Credit Info Tanzania. Estas agências recolhem e compilam informação proveniente das instituições financeiras bancárias e não-bancárias, incluindo do setor de microcrédito na Tanzânia. Isto engloba informação sobre o endividamento dos clientes, a conduta de pagamento e as atividades de crédito (Banco da Tanzânia, 2012). Este sistema torna as operações de crédito menos arriscadas e mais rápidas (Clyde & Co, 2013). O banco central controla o banco de dados, para garantir a segurança da atividade de crédito. Além disso, é também útil para controlo interno do sistema bancário.

Têm surgido outras iniciativas em todo o continente africano. Moçambique aprovou legislação para a criação de uma agência de crédito. O Burkina Faso e o Togo também aprovaram a legislação comum da União Económica e Monetária da África Ocidental, a qual inclui a organização das atividades das agências de crédito. Esta lei já existia na Côte d'Ivoire, no Mali, no Níger e no Senegal. As agências de crédito no Senegal abriram em fevereiro de 2016.

O programa de aconselhamento pós-crédito na Namíbia

Dois dos principais bancos comerciais na Namíbia – o Banco de Desenvolvimento da Namíbia e o Banco Windhoek – criaram setores dedicados às PME, em 2004 e 2005 respetivamente, com o objetivo de promover o acesso das PME ao crédito. Através desta iniciativa, os bancos disponibilizam acesso ao crédito e serviços de desenvolvimento empresarial para as PME. Isto engloba programas de aconselhamento e assistência pós-crédito, quer para melhorar as competências dos empresários na gestão empresarial, quer para reduzir o risco de incumprimento. O setor do Banco Windhoek dedicado a Pequenas e Médias Empresas Emergentes possui um programa de aconselhamento de 12 meses, e os períodos de concessão de empréstimo variam entre 3 a 5 anos (Nakusera et al. 2008; UNIDO/GTZ, 2008). No Banco de Desenvolvimento da Namíbia, o Fundo Especial de Desenvolvimento também disponibiliza programas de formação, aconselhamento e monitorização para as PME (SME Finance Forum, 2015).

O reforço dos processos de supervisão e prestação de contas será essencial no futuro

Embora se tenham verificado muitos avanços na melhoria da governação em África, a literatura atual aponta para a necessidade de uma abordagem mais estratégica e multidimensional na implementação das reformas. É necessário que as reformas de governação possam ir além da abordagem tradicional, centrada em critérios técnicos (Brinkerhoff, 2017). As insuficiências desta antiga abordagem têm sido documentadas (Andrews, Pritchett e Woolcock, 2013; Brinkerhoff e Brinkerhoff, 2015). Por exemplo, as estratégias de descentralização aplicadas segundo um quadro padronizado, e não através de uma abordagem cuidadosamente adaptada ao contexto político e socioeconómico, têm tido resultados medíocres (BAD/ OCDE/PNUD, 2015: 189-194; Smoke, 2015). Algumas tarefas de gestão são provavelmente semelhantes em todos os países, mas os impactos das reformas nas administrações sub-nacionais pode conduzir a resultados díspares, particularmente ao nível local. A prossecução de reformas positivas requer uma acumulação e aplicação cuidadosa do conhecimento, especialmente no que se refere à compreensão das relações entre vários atores políticos no país (para além do governo), incluindo as relações com a sociedade civil (OCDE, 2014; Capítulo 7).

Neste contexto, é particularmente importante que as instituições públicas sejam capazes de definir e estabelecer políticas, de cumprir esses compromissos, e de o fazer de uma maneira inclusiva. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que salienta a construção de "instituições eficazes e responsáveis", é fundamental para o desenvolvimento. A qualidade e legitimidade do quadro institucional de um país determinam a capacidade desse governo de prestar serviços e o seu desempenho em termos de eficiência e estabilidade. Uma análise mais profunda dos resultados de desenvolvimento na China – com quase quatro décadas de taxas de crescimento de dois dígitos e mais de 700 milhões de pessoas retiradas da pobreza – demonstra que estes resultados foram facilitados por alterações profundas nos mecanismos de prestação de contas e de liderança coletiva em todo o processo de definição de políticas (Banco Mundial, 2017b: 3).

A governação digital (*e-government*) pode ser um ótimo instrumento para aumentar a proximidade e qualidade na prestação de serviços públicos, mas não deve substituir a melhoria dos sistemas de transparência e prestação de contas – particularmente a supervisão, a separação de poderes e os sistemas de *procurement* –, nem a melhoria das infraestruturas básicas e o aumento da capacidade dos recursos humanos. É necessário que os conteúdos comunicados através de ferramentas informáticas correspondam às prioridades da população, inclusive as que têm fracas competências no domínio das TIC. Os sistemas informáticos também exigem requisitos mínimos de fornecimento fiável de energia elétrica. Os projetos de *e-government* em África têm enfrentado questões como a falta de pessoal adequado nos centros TI (tecnologias da informação) ou a fraca capacidade dos sistemas de aplicativos *online* (Kettani e El Mahidi, 2009; Chêne e Hodess, 2009; Mutuku e Mahihu, 2014; Abdalla et al., 2015; Open Data Research Symposium, 2015).

Além disso, se os governos promovessem sistemas de gestão baseados no mérito e uma maior transparência, isso contribuiria para melhorar o desempenho das administrações públicas. Existe uma clara exigência de um setor público que preste contas da sua atuação e dê mais resposta às necessidades prioritárias dos cidadãos (Bratton, 2012; Okeke-Uzodike and Chitakunye, 2014; Kilelo, 2015). Invariavelmente, as administrações públicas são mais eficientes se contarem com recursos humanos qualificados. A formação deve ser adaptada aos novos desafios e às necessidades individuais. Este enfoque nas competências significa, igualmente, que as compensações e progressões nas carreiras do setor público devem ser mais baseadas no mérito. Verifica-se, também, um apelo para um maior envolvimento da sociedade civil na definição de agendas e na tomada de decisão, especialmente a nível local.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Bibliografia

Abdalla et al. (2015), "Effect of Huduma Centers (one stop shops) in service delivery: A case study of Mombasa Huduma Centre", *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, Vol. 5, No. 6, http://hrmars.com/hrmars_papers/Effect_of_Huduma_Centers_%28One_Stop_Shops%29_in_Service_Delivery%E2%80%93_A_Case_Study_of_Mombasa_Huduma_Centre1.pdf.

ACET/Banco Mundial (2016), "Access to finance for SMEs", Banco Mundial, Escritório do Gana, www://acetforafrica. org/acet/wp-content/uploads/publications/2016/03/Access-to-Finance-for-SMEs-Paper.pdf.

AFD (2012), *Le Programme d'Electrification Rurale Global (PERG) au Maroc,* Agência Francesa de Desenvolvimento, www.afd.fr/home/AFD/developpement-durable/DD-et-strategies/rioplus20/projets-rio20/electrification-maroc.

Afrobarómetro (2016), *Afrobarómetro* (base de dados), www.afrobarometer.org.data (consultado em janeiro de 2017).

AIE (2014), "Energy in Africa today", in *World Energy Outlook 2014,* Agência Internacional de Energia (AIE), Paris, dx.doi.org/10.1787/weo-2014-15-en.

Akon Lighting Africa (2017), akonlightingafrica.com/ (consultado em fevereiro de 2017).

Alvarez de la Campa, A. (2014), "Secured transactions and collateral registries: A global perspective", 5th *Financial Infrastructure and Risk Management Training,* IFC, Grupo Banco Mundial, Washington, DC.

Andrews, M., L. Pritchett e M. Woolcock (2013), "Escaping capability traps through Problem Driven Iterative Adaptation (PDIA)", *World Development*, Vol. 51(11), pp. 234-44.

Arbache, J., J. Habyarimana e V. Molini (2010), "Silent and lethal: How quiet corruption undermines Africa's development efforts", *Africa Development Indicators 2010,* Banco Mundial, Washington, DC, DOI: 10.1596/978-0-8213-8202-8.

AREI (2016), *Transforming Africa towards a Renewable Energy Powered Future with Access for All*, Iniciativa Africana de Energias Renováveis, www.arei.org/wp-content/uploads/2016/09/AREI-Summary-english_ web.pdf.

Ayee, J.R.A. (2006); *Reforming the African Public Sector: Retrospect and Prospects*, Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África - CODESRIA, Dakar.

Azimoh, C.L. et al. (2016), "Electricity for development: Mini-grid solution for rural electrification in South Africa", *Energy Conversion and Management,* Vol.110, pp. 268-277, doi.org/10.1016/j.enconman.2015.12.015.

BAD (2016a), *Country Policy and Institutional Assessment* (base de dados), www://cpia.afdb.org/?page=data (consultado em janeiro de 2017).

BAD (2016b), *The New Deal on Energy for Africa*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, www.afdb.org/ fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Brochure_New_Deal_2_red.pdf.

BAD (2013), *Financial Inclusion in Africa,* T. Triki e I. Faye (eds.), Departamento de Pesquisa do Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.

BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas económicas em África 2016: Cidades Sustentáveis e Transformação Estrutural*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264248649-pt.

BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento Territorial e Inclusão Espacial*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt.

BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2011), *"Perspetivas económicas em África: Nota de país– Cabo Verde",* Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2016-en.

Baker Tilly (2014), *Report on Fraud and Mismanagement of Malawi Government Finances,* The Baker Tilly Business Services Limited, 21 de fevereiro de 2014, www.gov.uk/government/world-location-news/ audit-report-on-fraud-and-mismanagement-in-malawi.

Banco da Tanzânia (2012), *The Bank of Tanzania (Credit Reference Bureau) Regulations,* www.bot.go.tz/BankingSupervision/Tanzania_Credit_Reference_Bureau_Regulation.pdf.

Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), data.worldbank.org/data-catalog/ world-development-indicators (consultado em janeiro de 2017).

Banco Mundial (2017b), *World Development Report 2017: Governance and the Law,* Banco Mundial, Washington, DC, doi.org/10.1596/978-1-4648-0950-7.

Banco Mundial (2017c), "Lighting Africa", www.lightingafrica.org (consultado em fevereiro de 2017).

Banco Mundial (2016a), *Country Policy and Institutional Assessment (CPIA)* (base de dadps) http://data.worldbank.org/data-catalog/CPIA (consultado em janeiro de 2017).

Banco Mundial (2016b), "Delivering Services" in *World Development Report 2016: Digital Dividends,* Banco Mundial, Washington, DC, DOI: 10.1596/978-1-4648-0671-1.

Banco Mundial (2016c), *Doing Business 2017: Equal Opportunity for All*, Banco Mundial, Washington, DC.

Banco Mundial (2013), *Pioneering Lending System Opens Doors to Finance for Ghana Small Enterprises,* IFC, Banco Mundial, Washington, DC.

Beck, T. (2013), "SMEs Finance in Africa: Challenges and Opportunities", in *Banking in SSA: Challenges and Opportunities,* editado pelo Banco Europeu de Investimento, Luxemburgo, www.eib.org/attachments/efs/economic_report_banking_africa_en.pdf.

Beck, T. e R. Cull (2014), "Small and medium sized enterprise finance in Africa" in *Africa Growth Initiative,* Brookings Institutions, Washington, DC, www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/SME-Finance-in-Africa-Designed_FINAL.pdf.

Bratton, M. (2012), "Citizen perceptions of local government responsiveness in SSA", *World Development,* Vol. 40/3, pp. 516-527, DOI: 10.1016/j.worlddev.2011.07.003.

Bratton, M. e E. Gyimah-Boadi (2016), "Do trustworthy institutions matter for development? Corruption, trust, and government performance in Africa", *Dispatch 112,* Afrobarómetro.

Brinkerhoff, D.W. (2017), "Governance reform: pathways, pitfalls, and progress", apresentação na reunião informal da OCDE, 12 de janeiro de 2017, Paris.

Brinkerhoff, D.W. e J. Brinkerhoff (2015), "Public sector management reform in developing countries: Perspectives beyond NPM orthodoxy" onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.1739/pdf.

BSystemsLimited (2017), "Collateral Registry System. The reflection on the impact of innovation", bsystemslimited.com/newcolateralstyem.php (consultado em janeiro de 2017).

Centre for Public Impact (2016), "The Kenyan Open Data Initiative", www.centreforpublicimpact.org/case-study/open-data-kenya/ (consultado em janeiro de 2017).

Chêne, M.e R. Hodess (2009), *The Implementation of Integrated Financial Management Systems (IFMIS)*, Transparency International, DOI: 1110g. jk5557x.

Chiliswa, Z. e L. Mutuku (2015), "Building open data infrastructure and strategies for effective citizen engagement", 2015 Open Data Research Symposium, Otava, www.opendataresearch.org/dl/symposium2015/odrs2015-paper13.pdf.

Clyde & Co (2013), *Progress to Establishment of Tanzania's Credit Reference System,* www.clydeco.com/uploads/Files/Publications/2013/Banking_Regulatory_Update_-_CRBs.PDF.

Dalberg (2015), *A Snapshot of Public Sector Efficacy in Africa*, www.dalberg.com/wp-content/uploads/2015/12/Final-Report-of-A-snapshot-of-public-sector-efficacy-in-Africa.pdf.

Dahlberg, S. e S. Holmberg (2016), "The importance of electoral and judicial trust for regime support", *Review of Public Administration and Management,* Vol. 4, doi.org/10.4172/2315-7844.1000182.

Deloitte (2012), *E Transform Africa: Modernizing Governments through ICTs*, Deloitte Consulting.

Dessus, S., J.D. Lafay e C. Morrisson (1998), "A politico-economic model for stabilisation in Africa", *Journal of African Economies.* doi.org/10.1093/oxfordjournals.jae.a020946.

Diamond, J. e P. Khemani (2005), "Introducing financial management information systems in developing countries", *Working Paper 05/196,* Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05196.pdf.

Dulani, B., G. Sambo e K.Y. Dionne (2016), "Good neighbours? Africans express high levels of tolerance for many, but not for all", *Dispatch 74,* Afrobarómetro.

EISA (2017), African election calendar, Electoral institute for sustainable democracy in Africa (EISA), www.eisa.org.za/index.php/2017-african-election-calendar/.

Enterprise Surveys (2016), www.enterprisesurveys.org, Banco Mundial (consultado em fevereiro de 2017).

EUEI (2012), *Africa-EU Renewable Energy Cooperation Programme (RECP) – Creating Opportunities for Renewable Energy Strategy 2020*, Iniciativa da União Europeia para a Energia, Eschborn, Alemanha, www.euei-pdf.org/sites/default/files/field_publication_file/RECPstrategy2020en_lowres_0.pdf.

Fjose, S. et al. (2010), "SMEs and growth in SSA, identifying SME roles and obstacles to SME growth", *MENON Publication,* Oslo.

FMI (2016a), *Financial Development in SSA – Promoting Inclusive and Sustainable Growth,* FMI, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/dp/2016/afr1605.pdf.

FMI (2016b), *World Economic Outlook, October 2016* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/index.aspx.

Gallup (2016), *Gallup World Poll* (base de dados) gallup.com/services/170945/world-poll.aspx.

Ghana Trade, "Collateral Registry Registers 104,308 Collaterals", www.ghanatrade.gov.gh/Trade-News/collateral-registry-registers-104308-collaterals.html (consultado em janeiro de 2017).

Global Integrity/Fundação Mo Ibrahim (2016), *African Integrity Indicators* (base de dados), www.globalintegrity.org/africa-integrity-indicators/ (consultado em janeiro de 2017).

Governo do Reino Unido (2015), "Energy Africa campaign", www.gov.uk/government/news/energy-africa-campaign (consultado em fevereiro de 2017).

IBP (2015), "The Open Budget Survey 2015", International Budget Partnership, Washington, DC, internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/publications-2/full-report/.

IDRC (2016), *Fez: The E-Capital of Morocco*, IDRC, Escritório Regional para o Médio Oriente e Norte de África, Cairo, www.idrc.ca/sites/default/files/sp/Documents%20EN/fez-the-e-capital-of-morocco.pdf.

IDRC (2007), "E-Fez making government work for people", www.idrc.ca/en/article/e-fez-making-government-work-people (consultado em janeiro de 2017).

IFES (2017), Election Guide Calendar, International Foundation for Electoral Systems, www.electionguide.org (consultado em janeiro de 2017).

International IDEA (2017), www.idea.int/.

Kettani, D. e A. El Mahidi, (2009), "Fez e-government project: An initiative transforming scientific research to value in Morocco" *Electronic Journal of E-Government,* Vol. 7/4, pp. 371-380, www.ejeg.com/ issue/download.html?idArticle=154.

Kilelo, H. (2015), "Public sector reform in Africa: Focus, challenges and lessons learnt", *International Journal of Humanities and Social Science Invention,* Vol. 4/7, pp. 19-27.

L'Energie en questions (2015), "La fondation Borloo pour l'énergie en Afrique entame sa quête de financements", www.lenergieenquestions.fr/la-fondation-borloo-pour-lenergie-en-afrique-entame-sa-quete-de-financements/ (consultado em fevereiro de 2017).

Levi-Faur, D. (2012), From "Big Government" to "Big Governance"?, in *The Oxford Handbook of Governance*, Oxford University Press, Londres, DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199560530.013.0001.

Making Finance Work for Africa (2017), "Collateral registries", www.mfw4a.org/financial-infrastructure/collateral-registries.html (consultado em janeiro de 2017).

Mutuku, L., e Mahihu, C. (2014), *Open Data in Developing Countries. Understanding the Impacts of Kenya Open Data Applications and Services,* ODDC iHub Report. www.opendataresearch.org/sites/default/files/publications/ODDC%20Report%20iHub.pdf.

Nakusera, F. et al. (2008), *Enhancing the Role of Factoring and Leasing Companies in Providing Working Capital to Small and Medium Enterprises (SMEs) in Namibia*, Departamento de Pesquisa do Banco da Namíbia, Windhoek.

NDI (2017), Global elections calendar, National Democratic Institute, www.ndi.org/elections-calendar?year=2017.

NU (2011), *Sustainable Energy for All,* Assembleia Geral, 56ª Sessão, Nações Unidas, Nova Iorque, https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/650/54/PDF/N1165054.pdf?OpenElement.

OBG (2017), *Tanzania Lays Out Big Investment in Power Generation,* Oxford Business Group, www.oxfordbusinessgroup.com/news/tanzania-lays-out-big-investments-power-generation (consultado em janeiro de 2017).

OCDE (2016), *States of Fragility 2016: Understanding Violence*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264267213-en.

OCDE (2014), *Accountability and Democratic Governance: Orientations and Principles for Development,* DAC Guidelines and Reference Series, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264183636-en.

OCDE/Grupo Banco Mundial (2015), "Inclusive global value chains: Policy options in trade and complementary areas for GVC integration by small and medium enterprises and low income developing countries", Relatório preparado para submeter à Reunião G20 de Ministros do Comércio, Istanbul, Turquia, 6 de outubro de 2015, www.oecd.org/trade/OECD-WBG-g20-gvc-report-2015.pdf.

OIT (2014), *The Informal Economy and Decent Work: A policy resource guide supporting transitions to formality*, Organização Internacional do Trabalho, www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS_223635/lang--en/index.htm.

Okeke-Uzodike, O.E. e P. Chitakunye (2014), "Public sector performance management in Africa: Reforms, policies and strategies", *School of Management, IT and Governance,* Universidade de Kwazulu-Natal, África do Sul, DOI: 10.5901/mjss.2014.v5n26p85.

ONE (2005), Rapport Annuel 2005, Office National de l'Électricité, www.one.org.ma/fr/pdf/rural05.pdf.

ONEE (2016), "Bilan du PERG à fin 2015", Office National de l'Electricité et de l'Eau Potable (ONEE), www.one.org.ma/fr/pages/interne.asp?esp=2&id1=6&id2=61&t2=1 (consultado em janeiro de 2017).

Open Data Research Symposium (2015), "3rd International Open Government Data Conference", www.opendataresearch.org/project/2015/symposium.

Oppong-Adusah, M. (2012), "Highlights of the collateral registry Ghana redesign project", IFC, www. ifc.org/wps/wcm/connect/145330004bea0e32a239e71be6561834/Day2-session4-Mike+Oppong-Adusah-Ghana+registry+project+highlights.pdf?MOD=AJPERES.

Ouedraogo, A. et al. (2012), "It started in Ghana: Implementing Africa's first collateral registry", IFC Smart Lessons Brief, Banco Mundial, Washington, DC, documents.worldbank.org/curated/en/717601468037145223/It-started-in-Ghana-implementing-Africas-first-collateral-registry.

Oyuke, A., P. Halley-Penar e B. Howard (2016), "Off-grid or 'off-on': Lack of access, unreliable electricity supply still plague majority of Africans", *Dispatch 75*, Afrobarómetro, afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ab_r6_dispatchno75_electricity_in_africa_eng1.pdf.

PNUD/The Panos Institute West Africa (2009), *E-governance and Citizen Participation in West Africa: Challenges and Opportunities*.

República da África do Sul (2016a), "Department of Energy: Annual report 2015/16", Departamento de Energia, Pretória, África do Sul, www.energy.gov.za/files/Annual%20Reports/DoE-Annual-Report-2015-16.pdf.

República da África do Sul (2016b), "Energy: Strategic plan 2015-2020", Departamento de Energia, Pretória, África do Sul, www.energy.gov.za/files/aboutus/DoE-Strategic-Plan-2015-2020.pdf.

República da Etiópia (2016), "Growth and Transformation Plan II (2015/16 – 2019/20): Volume 1", Comissão Nacional de Planeamento, Adis Abeba, maio de 2016.

Rhodes, R.A.W. (2012), "Waves of governance", in *The Oxford Handbook of Governance*, Oxford University Press, Londres, dx.doi.org/ 10.1093/oxfordhb/9780199560530.013.0003.

SME Finance Forum (2015), "Entrepreneurs encouraged to apply for funding in Namibia", www.smefinanceforum.org/post/entrepreneurs-encouraged-to-apply-for-funding-in-namibia (consultado em janeiro de 2017).

Smoke P. (2015), "Managing Public Sector Decentralization in Developing Countries: Moving Beyond Conventional Recipes", *Public Administration and Development*, pp. 250-62.

Stein, P. (2013), *Access to Finance: SSA*, Grupo Banco Mundial, Washington, DC.

The Economist (2014), "Malawi's cashgate scandal", www.economist.com/blogs/baobab/2014/02/malawi-s-cashgate-scandal (consultado em fevereiro de 2017).

UNECA (2003), *Public Sector Management Reforms in Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/uneca/unpan014953.pdf.

União Africana (2017), Relatórios das eleições, www.au.int/web/en/documents/688.

UNIDO/GTZ (2008), *Creating an Enabling Environment for Private Sector Development in SSA*, Viena, www.unido.org/fileadmin/user_media/Publications/documents/creating_an_enabling_environment_for_private_sector_development_in_subSaharan_Africa_01.pdf.

USAID (2017), "Power Africa", www.usaid.gov/powerafrica (consultado em fevereiro de 2017).

Wike, R. et al. (2017), "In key African nations, widespread discontent with economy, corruption", Pew Research Center, Washington, DC, www.pewglobal.org/2016/11/14/in-key-african-nations-widespread-discontent-with-economy-corruption/.

PARTE II
Empreendedorismo e industrialização



Capítulo 6

Melhorar o empreendedorismo para impulsionar a industrialização em África

Este capítulo situa África no que diz respeito a industrialização. Em primeiro lugar, demonstra a presença da industrialização africana nas agendas políticas e debate os principais motivos pelos quais África ainda não se industrializou. Em segundo lugar, o capítulo debruça-se sobre o papel da indústria transformadora e as potencialidades de outros setores económicos na quarta revolução industrial. Por fim, contempla o panorama empreendedor do continente e identifica os tipos de empresário que poderão fomentar a industrialização. Examina especificamente a prevalência em África de empresários rurais, em fase inicial e daqueles que se tornaram empreendedores devido ao aparecimento de oportunidades, bem como da presença relativa de empreendedoras do género feminino.

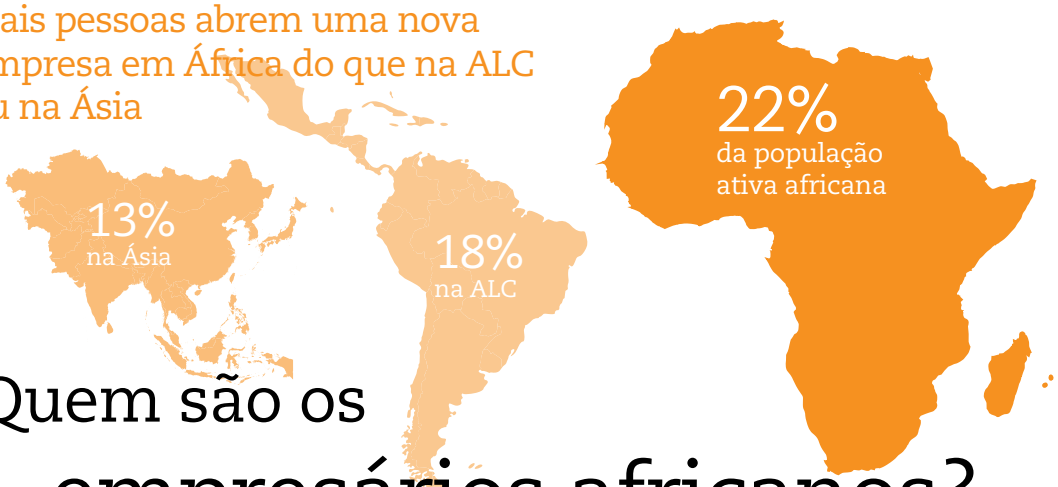
EM SÍNTESE

Promover a industrialização ocupa lugar cimeiro nas agendas políticas dos governos africanos. O seu objetivo consiste sobretudo em criar novas indústrias de mão-de-obra intensiva. Os países africanos já antes procuraram o caminho da industrialização, mas muitas vezes sem grande sucesso São, portanto, necessárias novas estratégias de industrialização. Devem fazer um balanço dos erros cometidos, considerando, simultaneamente, as novas oportunidades e desafios colocados pela quarta revolução industrial e pelo atual ambiente económico global. Ainda que continuando a explorar as potencialidades da indústria transformadora, as estratégias de industrialização devem também visar outros setores nos quais as economias africanas apresentam vantagens comparativas latentes. Ainda mais importante é que as estratégias de industrialização promovam um empreendedorismo de elevado crescimento. A maioria dos empresários em fase inicial trabalha em setores de baixa produtividade que geralmente exigem níveis de qualificação reduzidos e colocam poucas barreiras à entrada no mercado. Apesar de as pequenas empresas jovens tenderem a criar grande parte dos empregos, poucas crescem depressa. Os empresários mais qualificados e altamente motivados apresentam maiores potencialidades de crescimento e de contribuição para esta nova vaga de industrialização do que os demais.

Sabia que...?

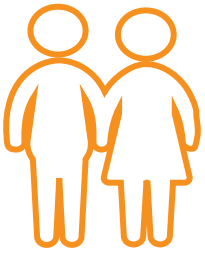
- Todos os anos entre 2015 e 2030, 29 milhões de novos trabalhadores entram no mercado de trabalho africano.
- 22% da população ativa africana está a dar início a novas empresas, a taxa mais elevada do mundo.
- Empresas com menos de 20 funcionários e menos de 5 anos de experiência proporcionam a maior parte dos postos de trabalho no setor formal em África.
- 44% dos empresários africanos abrem empresas para explorar as oportunidadesdo mercado, enquanto 33% o fazem porque não conseguem encontrar outros empregos.

Mais pessoas abrem uma nova empresa em África do que na ALC ou na Ásia



Quem são os empresários africanos?

Jovens



36 na Ásia

35 na ALC

31 anos em média em África

As **mulheres** africanas têm duas vezes mais probabilidades de iniciar uma atividade empresarial do que as mulheres noutros continentes

Sobretudo nos serviços

Principais empresários em fase inicial:



Comércio, hotelaria e restauração



Agricultura, silvicultura e pesca



Indústria transformadora

Inovador



20%
dos novos empresários africanos apresentam um novo produto ou serviço

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

A industrialização volta à agenda política económica africana

Muitos governos africanos estão a abraçar a industrialização, o que exige novas estratégias económicas. Pelo menos 26 países africanos possuem estratégias de industrialização em vigor em 2017. Embora os esforços passados para industrializar África tenham frequentemente falhado, a atual revolução industrial e o ambiente global dos dias de hoje oferecem novas oportunidades e desafios. Há três estratégias essenciais para a industrialização do continente: promover um setor privado competitivo; visar setores económicos com um potencial decrescimento elevado, incluindo atividades não transformadoras e um melhor aproveitamento do potencial dos empresários.

O principal objectivo para os governos africanos será criar as condições para que as suas economias voltem a um caminho de maior crescimento, mais inclusivo e sustentável. O Produto interno bruto (PIB) africano cresceu mais de 5% ao ano entre 2001 e 2014, mas a pobreza mantém-se elevada (ver Capítulo 4). Não obstante ser necessário um alto crescimento económico, é preciso mais para melhorar o nível de vida de toda a população. África carece de mais e melhores postos de trabalho: entre 2015 e 2030, 29 milhões de novos trabalhadores juntar-se-ão à mão-de-obra africana todos os anos. Os países terão de oferecer oportunidades de emprego em massa que sejam relativamente acessíveis à enorme população africana de trabalhadores não qualificados. A débil economia global actual e a redução dos preços das matérias-primas voltaram a aumentar os riscos para as economias africanas (ver Capítulo 1).

Não haverá transformação económica sem industrialização. É necessária industrialização para que África transforme as suas economias através da realocação de recursos de setores pouco produtivos para os mais produtivos. Apenas a industrialização pode dar origem à convergência incondicional com as economias mais avançadas.

A industrialização constitui um catalizador para a criação de postos de trabalho, maior produtividade e inovação. O mercado regional do continente apresenta restrições de procura, mas o seu crescimento oferece oportunidades de bens transformados transacionáveis, serviços modernos e produtos agrícolas transformados. Por sua vez, o aumento das exportações pode abrir as fronteiras nacionais a divulgações tecnológicas externas. A industrialização pode aumentar o acesso a capital, inovação tecnológica e aprendizagem (Lin e Monga, 2013).

Caixa 6.1. **Apoio à industrialização africana**

Os governos africanos, as Nações Unidas e o G20 apoiam a industrialização enquanto meio para alcançar os objetivos do continente:

- A industrialização é essencial para concretizar o objetivo da Agenda 2063 da União Africana (UA) de "Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável" (Comissão da UA, 2015a). A industrialização ocupa um lugar proeminente no plano de implementação dos primeiros dez anos (2014-23) da UA (Comissão da UA, 2015b) e, anteriormente, no "Plano de ação para o desenvolvimento industrial africano acelerado" da UA (UA, 2007).
- Os governos africanos apoiaram a *Industrialisation Strategy for Africa 2016-2025* (Estratégia de industrialização para África 2016-2025) do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em julho de 2016 (BAD, 2016). Esta identifica "talentos, capacidades e empreendedorismo competitivos" enquanto a principal força motriz da estratégia. O quarto programa emblemático do BAD pretende concretizar os objetivos da estratégia focando-se em "Promover e impulsionar o desenvolvimento empresarial", especialmente das pequenas e médias empresas (PME).

Caixa 6.1. **Apoio à industrialização africana** *(cont.)*

- A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) identifica "Industrialização, ciência, tecnologia e inovação" como um dos seus quatro principais domínios de intervenção. A *Science, Technology and Innovation Strategy for Africa 2024* (Estratégia de ciência, tecnologia e inovação para África 2024, UA, 2014) da NEPAD salienta a importância dos empresários enquanto agentes da inovação.
- A Comissão Económica das Nações Unidas para África apoia ativamente a industrialização do continente, nomeadamente através da sua Secção de Industrialização e Infraestruturas. Os seus *Economic Reports on Africa* (Relatórios económicos relativos a África) são, desde há muito tempo, dedicados à industrialização, com maior notoriedade desde 2013.
- A Assembleia Geral da ONU renovou o seu apoio às aspirações industriais do continente. Em julho de 2016, ela adotou uma resolução que proclamava a terceira década do desenvolvimento industrial de África, que decorrerá até 2025 (Assembleia Geral da ONU, 2016). A resolução apela a uma renovada cooperação internacional bem como um mandato claro para a colaboração entre a Organização de Desenvolvimento Internacional da ONU e a UA, no sentido de atingir os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.
- A industrialização africana constituiu um tópico importante na Sexta Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento Africano (TICAD-VI) em agosto de 2016.
- Sob a liderança da China, em setembro de 2016, em Hangzhou, o G20 concordou em apoiar a industrialização africana enquanto parte do seu Plano de Ação relativo à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

As novas estratégias de industrialização podem tirar partido dos erros já cometidos

Os anteriores governos africanos que trabalharam para a industrialização dos respetivos países muitas vezes não tiveram grande sucesso. Na sequência da sua independência, muitos governos africanos ainda recentes procuraram industrializar-se para evitar a dependência económica em relação aos antigos colonizadores. As suas políticas industriais assentavam em grandes empresas públicas (SOE na sigla inglesa) e visavam indústrias transformadoras de capital intensivo, servindo-se da substituição de importações para as proteger. Como resultado, a indústria transformadora cresceu rapidamente entre 1960 e 1975.

No entanto, as estratégias fracassaram por uma série de motivos (ver Caixa 6.2). Muitas destas estratégias, especialmente, focavam-se em indústrias de capital e de conhecimento intensivos que não correspondiam às vantagens comparativas dos respetivos países. A parca responsabilização e os regimes de incentivos provocaram enormes défices às SOE. Era, porém, difícil eliminá-las. Empregavam uma grande proporção da mão-de-obra e as elites industriais que as dirigiam tinham bastante poder político. Deixar que as SOE se afundassem seria uma admissão de fracasso das políticas. O subsequente período de programas de ajuste estrutural levou ao desmantelamento das SOE após 1975. Por conseguinte, os setores da indústria transformadora decresceram.

Desde meados da década de 1990, as políticas económicas nos países africanos têm, em larga medida, seguido o "Consenso de Washington". Os governos centraram-se, sobretudo, na melhoria do ambiente empresarial. Apesar de estas políticas terem tido impactos positivos, os progressos têm sido lentos. As suas prescrições políticas

genéricas descuraram as especificidades dos países. Além disso, exigiam muitas vezes uma capacidade que ultrapassava a dos governos africanos. Sem o apoio das estratégias de industrialização, o setor da indústria transformadora deparou-se com alguns desafios transversais:

1. barre iras de infraestruturas (Newman et al., 2016; Dethier, 2015; Noman e Stiglitz, 2015)
2. capacidades produtivas insuficientes (Bhorat et al., 2016)
3. a escassez de trabalhadores qualificados (Lawrence, 2005)
4. mercados financeiros subdesenvolvidos (Kodongo e Ojah, 2016)
5. elevados níveis de desigualdade de rendimentos (Okojie e Shimeles, 2006).

Caixa 6.2. **Anteriores estratégias africanas de industrialização**

As novas estratégias de industrialização têm de aprender com os sucessos e os fracassos do passado. Apenas alguns países africanos foram bem sucedidos nas suas estratégias de industrialização, ao passo que outros falharam. As Maurícias e a Tunísia, por exemplo, criaram zonas económicas especiais e atraíram investimento direto estrangeiro para as indústrias exportadoras (ver as notas de país para as Maurícias e a Tunísia). Tais estratégias elevaram as Maurícia e a Tunísia ao estatuto de países de rendimento médio.

As anteriores estratégias de industrialização fracassaram devido a uma série de motivos:

- As estratégias subestimavam a importância das vantagens comparativas ou não conseguiam oferecer os incentivos necessários aos empresários. A proteção do comércio deu origem a um aumento do preço das importações e dos bens de substituição de importações em relação aos preços mundiais. Os mercados fragmentaram-se e a concorrência de empresas estrangeiras diminuiu (Lin, 2012; Newman et al., 2016). As taxas de câmbio sobrevalorizadas reduziram a competitividade dos empresários locais nos mercados interno e de exportação (Okojie e Shimeles, 2006).
- As instituições com desempenhos medíocres exacerbaram a corrupção, a burocracia penosa, a falta de direitos formais de propriedade e um estado de direito débil. A má gestão das rendas provenientes dos recursos em muitos países baseados em recursos naturais enfraqueceu as instituições já de si frágeis. Esta situação provocou um ambiente empresarial arriscado, que desencorajou o investimento produtivo e o empreendedorismo (Eifert, 2009).
- As tentativas de industrialização africana também sofreram com as exportações da Ásia Oriental para os mercados africano e internacional a preços que desafiam a concorrência global. Foi o consumo e não o investimento interno que provocou o aumento das importações, enquanto o crescimento se manteve reduzido.
- Os pequenos mercados internos de muitos países africanos impediram o desenvolvimento de economias de escala, especialmente nos países de menores dimensões ou sem litoral. A lenta integração regional provocou várias restrições relativas a normas e medidas de proteção diferentes e outras políticas, reduzindo as dimensões do mercado para a industrialização.

A industrialização africana exige estratégias inovadoras

As estratégias de industrialização do século XXI requerem abordagens inovadoras. Os países africanos devem tirar proveito de novas oportunidades e desafios com que outras regiões não tiveram de se deparar. Estes incluem *i)* a nova revolução industrial que beneficia a automatização da produção industrial; *ii)* o ambiente económico mutável caracterizado pelo abrandamento do crescimento global e pelo término do superciclo das matérias-primas

(ver Capítulo 1); e *iii)* os crescentes custos de mão-de-obra na Ásia Oriental. São igualmente necessárias abordagens inovadoras para tirar proveito das vantagens comparativas latentes nos vários países africanos, nas suas especificidades geográficas e nas suas heranças culturais únicas. Não basta pura e simplesmente replicar as estratégias de industrialização que têm funcionado desde a década de 1970 no Nordeste Asiático.

A indústria transformadora continua a ser o principal setor sobre o qual as políticas de industrialização africanas podem assentar, contudo também existem oportunidades de crescimento elevado noutros setores. No caso de certos serviços comercializáveis e de atividades agrícolas, tais como a horticultura e a agroindústria, os métodos de produção tornaram-se equiparáveis aos da indústria transformadora convencional. Tais atividades produzem maiores quantidades de produtos com menores custos marginais. Estes produtos podem, então, ser exportados, aumentando a concorrência e a produtividade. Investir todos os recursos exclusivamente na indústria transformadora pode nem sempre ser eficaz, nem tampouco refletir as vantagens comparativas de todos os países africanos.

Existem diversos caminhos para a industrialização. A experiência revela que a proporção da indústria transformadora no PIB não cresce forçosamente com o aumento dos níveis de rendimento. Outros setores também podem contribuir de forma significativa para o crescimento económico. As potencialidades dos setores não transformadores para a industrialização podem tornar-se cada vez mais importantes no contexto da quarta revolução industrial, em que se verifica a tendência de os robôs substituírem os trabalhadores pouco qualificados em atividades transformadoras.

As estratégias de industrialização inovadoras podem visar de forma mais adequada as atividades empresariais que mais potencialidades apresentam para acelerar a industrialização. Os empresários desempenham um papel essencial na inovação que ocorre numa economia, nomeadamente no caso de novas tecnologias e métodos de produção. Os empresários com alto potencial testam também novos produtos nos mercados locais. Ademais, eles trazem ideias novas e trocam informações com outros produtores locais, potencialmente aumentando a competitividade por meio da transferência de recursos para atividades mais produtivas.

O setor da indústria transformadora em África tem espaço para crescer

O setor da indústria transformadora em África é, atualmente, relativamente pequeno em comparação com outras regiões em desenvolvimento (Tabela 6.1). A indústria transformadora representa 11% do PIB, menos do que rácios equiparáveis para outras regiões em desenvolvimento, tais como a Ásia Oriental e Pacífico (23%), a Ásia do Sul (16%) e a América Latina e Caraíbas (14%). A proporção africana da indústria transformadora no PIB é comparável à da União Europeia (15%) e à da América do Norte (12%). No entanto, estas últimas são regiões mais desenvolvidas que já concluíram o processo de transformação estrutural, em que a mão-de-obra se deslocou da agricultura para a indústria e depois para os serviços. Nestas regiões, a agricultura representa uma proporção muito menor do PIB e a indústria transformadora apresenta uma maior produtividade laboral.

Tabela 6.1. **Proporções do produto interno bruto por setor nas regiões mundiais, 2014/15**

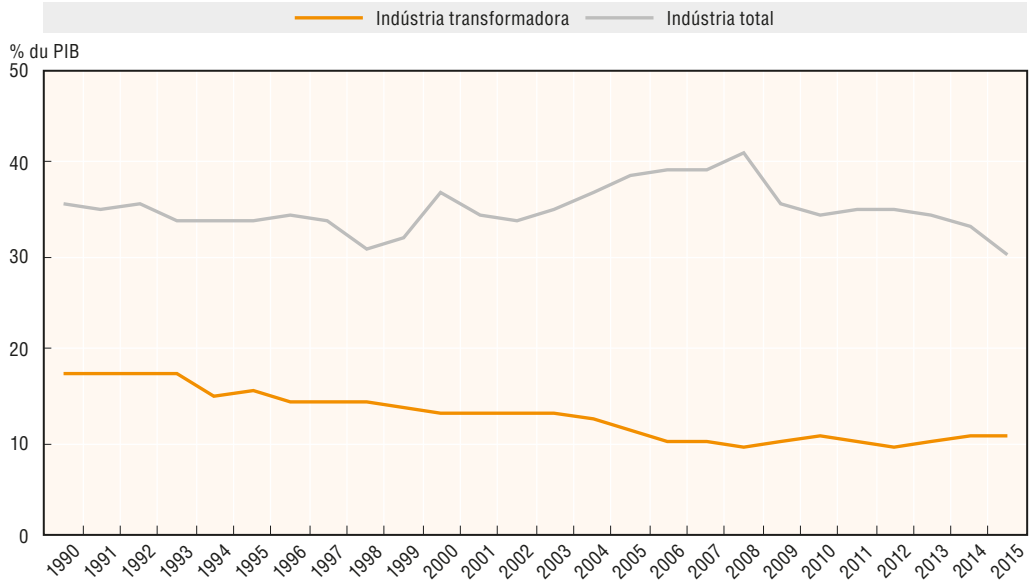
	Agricultura	Indústria transformadora	Serviços
África	16	11	54
União Europeia	2	15	74
Ásia Oriental e Pacífico	5	23	60
Ásia do Sul	18	16	53
América Latina e Caraíbas	5	14	67
América do Norte	1	12	80

Nota: As percentagens não totalizam 100%, visto que vários setores não estão incluídos na tabela (pedreiras e atividade mineira incluindo o petróleo, construção, eletricidade, gás e água).
Fontes: Departamento de Estatística do BAD; Banco Mundial (2017).

A indústria transformadora africana tem enfrentado dificuldades desde meados da década de 1990, embora tenha tido algumas melhorias recentemente. A proporção africana da indústria transformadora no PIB sofreu um revés de quase metade, de cerca de 17% no início da década de 1990 para cerca de 9% em 2008 (Figura 6.1). Esta queda levou ao que Dani Rodrik (2016) apreensivamente apelidou de "desindustrialização prematura". Nos últimos anos, a indústria transformadora aumentou ligeiramente para cerca de 11%.

As indústrias extrativas expandiram-se depressa em África desde 2000 graças aos preços mais elevados das matérias-primas. A sua proporção do valor acrescentado do PIB (juntamente com as proporções mais reduzidas da construção, da eletricidade, do gás e da água) aumentaram durante o *boom* das matérias-primas após o ano 2000, alcançando um pico de 32% em 2008, e diminuíram gradualmente para cerca de 20% em 2015. Embora tenham muitas vezes uma elevada produtividade, as indústrias extrativas são de capital intensivo e não criam muitos postos de trabalho. Em 2010, a produtividade laboral foi 28 vezes maior na exploração mineira do que na indústria transformadora (87 vezes superior à da agricultura). Porém, a exploração mineira emprega menos de 1% da mão-de-obra.[1]

Figura 6.1. **Evolução do valor acrescentado da indústria transformadora e da indústria total em África, 1990-2015**



Nota: Proporções do valor acrescentado dos setores enquanto % do PIB. A indústria total inclui a transformadora, as extrativas (pedreiras e exploração mineira, incluindo o petróleo), a construção, a eletricidade, o gás e a água.
Fonte: Departamento de Estatística do BAD.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475389

Tais médias continentais, porém, escondem diferentes tendências. A proporção da indústria transformadora no PIB, por exemplo, manteve-se idêntica de um modo geral ou aumentou nos últimos anos em vários países, incluindo a Côte d'Ivoire, a República Democrática do Congo e a Suazilândia (ver Anexo 6.A1). Além do mais, vários países africanos com grandes setores têxteis também estão a recuperar de uma alteração desfavorável nas políticas de comércio internacional. A eliminação progressiva do Acordo Multifibras em 2005 expôs os têxteis africanos à concorrência de baixo custo proveniente da Ásia. Por conseguinte, as proporções da indústria transformadora no

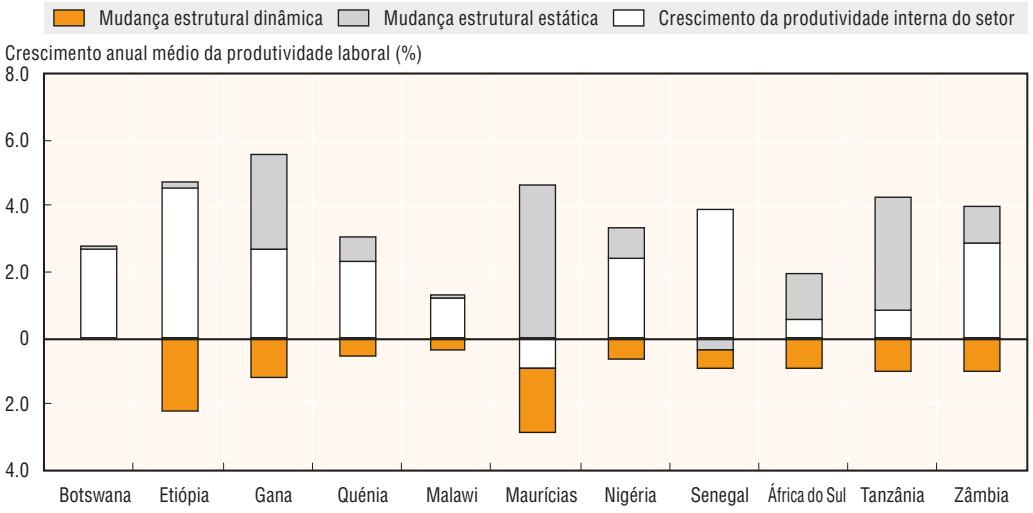
PIB diminuíram. O Egito, o Lesoto, as Maurícias, Marrocos e a Tunísia foram afetados por tal situação. Contudo, após um período de adaptação, os setores da indústria transformadora estabilizaram ou aumentaram na maioria destes países.[2]

Com o fim do *boom* nos preços das matérias-primas, alguns países ricos em recursos estão a diversificar as respetivas economias, embora haja a tendência de terem setores da indústria transformadora menores do que os países pobres em recursos. A proporção da indústria transformadora no PIB na Nigéria, por exemplo, aumentou de 2.8% em 2005 para 9.5% em 2015. Um forte desempenho de subsetores tais como as atividades têxteis, de vestuário e de calçado e os metais de base, ferro e aço contribuíram para o crescimento do setor industrial durante este período (National Bureau of Statistics da Nigéria, 2014).

A avaliação da dinâmica da indústria olhando apenas para as proporções do PIB da indústria transformadora, como os estudos costumam fazer, pode subestimar as tendências em curso. Na Etiópia, por exemplo, a proporção da indústria transformadora no PIB em 2015 foi semelhante à de 2005 (apenas 4.8%). No entanto, uma vez que o PIB real da Etiópia aumentou em média cerca de 10% durante este período, o valor acrescentado real da indústria transformadora aumentou ao mesmo ritmo, de modo que o nível de 2015 foi 2.5 vezes superior ao que fora dez anos antes. Há, assim, indicadores de uma próspera atividade transformadora.[3] De facto, a indústria transformadora da Etiópia tornou-se num local atrativo para os investidores estrangeiros e outros países da região também melhoraram as suas políticas de forma a atrair mais IDE neste setor (ver Capítulo 2). Ocorreu uma tendência semelhante em Moçambique, onde o valor acrescentado real da indústria transformadora foi cerca de 25% mais elevado em 2015 do que em 2010, apesar de a proporção da indústria transformadora no PIB ter caído de mais de 11% para 10%.

Até ao momento, África conseguiu absorver a mão-de-obra excedente da agricultura, mas a maior parte dos trabalhadores deslocou-se para os serviços de comércio a retalho, cuja produtividade é baixa (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2013; McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014; Timmer, De Vries e De Vries, 2014; UNECA/UA, 2013; Rodrik, 2016). Entre 2000 e 2010, a melhoria dos métodos de produção no seio dos setores foi a principal ou única fonte de crescimento da produtividade no Botswana, no Gana, nas Maurícias, na Nigéria, na África do Sul e na Zâmbia. Mas a Etiópia, o Malawi e a Tanzânia alcançaram consideráveis ganhos estáticos de produtividade deslocando os trabalhadores de setores pouco produtivos para outros de maior produtividade (Figura 6.2). No entanto, nenhum destes países deslocou a mão-de-obra para setores quer com elevados níveis de produtividade, quer com crescimento da mesma, o que teria originado ganhos dinâmicos de produtividade. As transferências de mão-de-obra entre setores verificaram-se sobretudo da agricultura para o comércio a retalho e para os serviços pessoais, nos quais os níveis de produtividade foram ligeiramente superiores aos da agricultura. Tal situação provocou ganhos estáticos mas acompanhados de perdas dinâmicas de produtividade, dado que o crescimento da produtividade caiu no setor dos serviços, pois o emprego nesse último aumentou mais depressa do que a produção.[4] Os países africanos devem, atualmente, apoiar setores que absorvam mão-de-obra consideravelmente e que possuem tanto elevados níveis de crescimento como de produtividade.

Figura 6.2. **Crescimento da produtividade laboral em 11 países africanos, 2000-10**



Nota: Mudança estrutural estática refere-se ao crescimento da produtividade derivada da transferência de mão-de-obra de setores pouco produtivos para outros mais produtivos. Mudança estrutural dinâmica refere-se à alteração do nível de produtividade sectorial devido a esta transferência de mão-de-obra. Crescimento de produtividade dentro do setor refere-se às melhorias no seio de cada setor.

Fonte: Adaptado da Tabela 2 de De Vries, Timmer e De Vries (2015).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475398

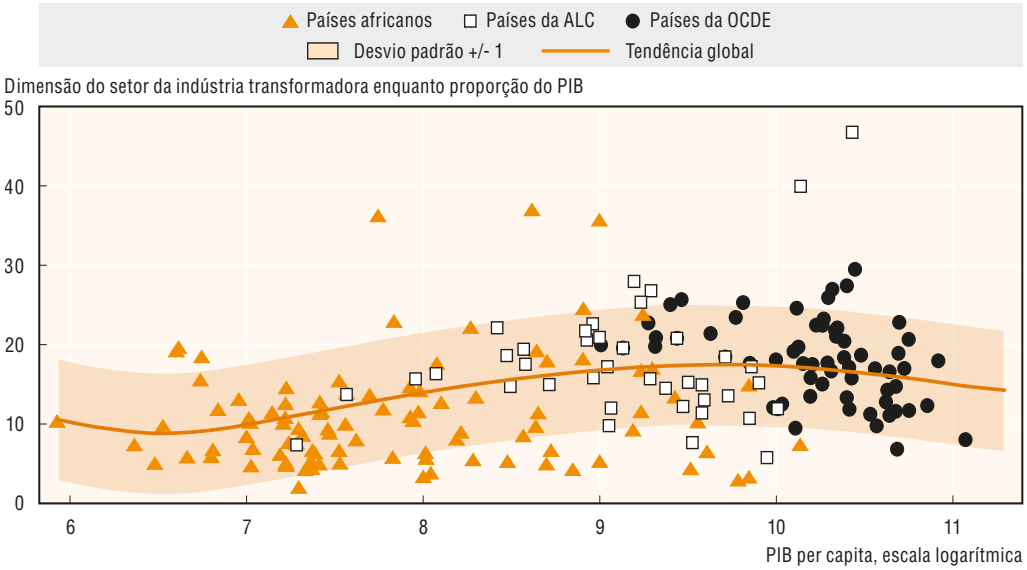
McMillan e Harttgen (2015) defendem que "as lamentações acerca da desindustrialização" ofuscam uma "revolução silenciosa" atualmente em curso. A proporção da mão-de-obra dedicada à agricultura diminuiu substancialmente e a proporção em postos de trabalho na área dos serviços profissionais aumentou. O número de crianças em zonas rurais que frequentam o ensino secundário é o maior de sempre. O crescimento demográfico sem precedentes em África é sustentado por aumentos de produtividade agrícola que nem sempre são visíveis nas estatísticas oficiais. Esta "revolução silenciosa" tem-se feito acompanhar de melhorias na governação, nos níveis de vida e no capital humano.

A industrialização no século XXI não se trata apenas da indústria transformadora

Existem vários caminhos para a industrialização. O aumento da proporção da indústria transformadora é geralmente associado ao início da industrialização e à recuperação económica. Tal situação é ilustrada na Figura 6.3 pela forte tendência ascendente da participação da indústria transformadora no PIB para países de rendimento baixo a médio. São incluídos muitos países de diferentes níveis de rendimento durante um período de 25 anos. No entanto, os países podem aumentar o seu rendimento per capita tendo níveis muito diferentes na respetiva indústria transformadora, tal como ilustrado pelos grandes desvios desta tendência global.

A Figura 6.4 apresenta as etapas até à quarta revolução industrial. O motor a vapor impulsionou a primeira revolução industrial no século XVIII. Essa revolução permitiu o desenvolvimento da indústria transformadora à base de máquinas, levando a produção de produtos industriais à escala global. A segunda revolução industrial consistiu na produção em massa usando os sistemas de produção fordistas. No final do século XX, as inovações técnicas nos sistemas de computação e automatização deram origem a uma terceira revolução industrial.

Figura 6.3. **Proporção de indústria transformadora por rendimento per capita, 1990-2015**

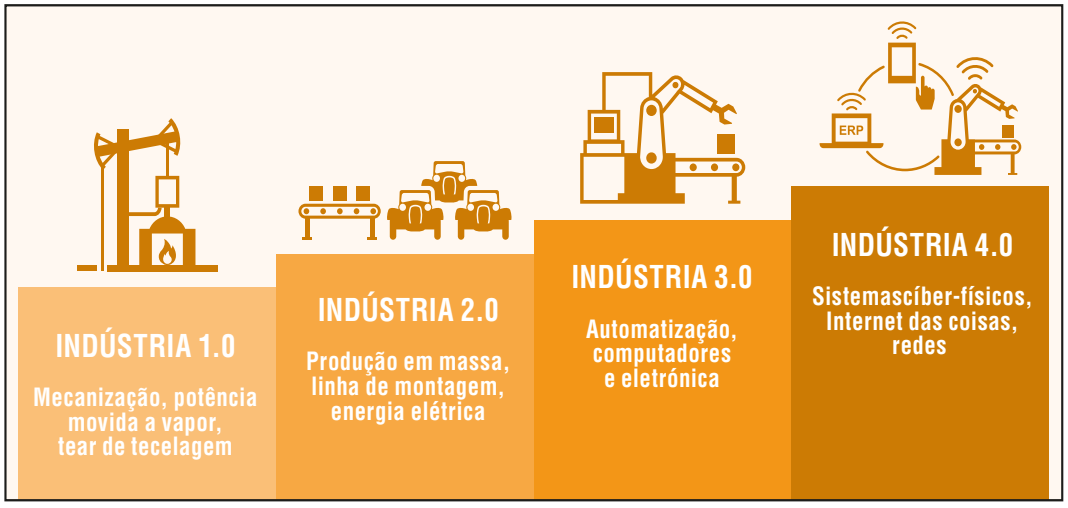


Nota: Os dados abrangem 132 países. À exceção do Canadá, todos os países têm um ponto de representação para 1990 (ou o próximo ano disponível) e um para 2015 (ou o ano mais recente).

Fonte: Adaptado de *Indicadores do desenvolvimento mundial* (Banco Mundial, 2017).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475406

Figura 6.4. **As quatro revoluções industriais**



A revolução industrial está a ter um impacto na industrialização africana por meio de três grandes tecnologias: *i)* robótica, automatização e inteligência artificial; *ii)* manufatura aditiva (por exemplo, impressão 3D) e *iii)* a Internet Industrial e análise de dados (Naudé, no prelo). Esta quarta revolução industrial dá mais importância aos serviços e promove a industrialização com base na transferência de recursos para outros setores que não unicamente a indústria transformadora. Ela é difere dos anteriores avanços industriais na medida em que a tecnologia de informação e comunicação (TIC) tende a substituir os trabalhadores com qualificações médias e baixas e exige mais trabalhadores altamente qualificados (Naudé, no prelo).

Neste contexto, os serviços oferecem grandes potencialidades para o crescimento. O comércio global de serviços está a crescer ainda mais depressa do que o de mercadorias (Ghani e Kharas, 2010). O comércio africano de serviços cresceu de 140 mil milhões de USD em 2005 para mais de 240 mil milhões de USD em 2015 (Capítulo 3). Quando comparado com a indústria transformadora, o setor dos serviços oferece inúmeras vantagens:

- O comércio de serviços pode contornar, em larga medida, barreiras logísticas e aduaneiras.
- As mudanças tecnológicas facilitam cada vez mais o comércio de serviços.
- Os serviços complementam a indústria transformadora. As grandes empresas transformadoras, por exemplo, muitas vezes disponibilizam serviços de assistência.
- Os serviços são compatíveis com um crescimento mais ecológico, inclusivo e mais justo em questões de género (UNECA, 2016).

As estratégias que visam o crescimento dos serviços exigem investimento em diversas áreas. Estas incluem as infraestruturas físicas, especialmente em comunicação e transportes, capital humano (por exemplo, competências e educação), empreendedorismo e conectividade comercial (Ghani e O'Connell, 2014).

Os outros setores tradicionais, além dos serviços, podem igualmente tornar-se mais produtivos aplicando novas tecnologias e métodos de produção. Esse é o caso da agricultura, por exemplo (ver, por exemplo, Dorosh e Mellor, 2013).

As novas tecnologias podem ajudar à industrialização africana

As novas tecnologias abrem possibilidades à emergência de novos setores. A Cidade do Cabo, Lagos e Nairobi estão a emergir enquanto centros propícios para *start-ups* globais, sobretudo em setores como a tecnologia financeira e energias renováveis. É provável que tais setores cresçam graças à demografia e à urbanização africanas. As novas tecnologias, podem também, com as políticas adequadas, ajudar a reduzir a pressão sobre o ambiente promovendo, por exemplo, uma "industrialização verde" (ver Caixa 6.3).

As novas tecnologias facilitam a existência de indústria transformadora em pequena escala. A manufatura aditiva possibilita às empresas cortar na produção, reduzindo os custos da personalização. Permite que as empresas criativas concorram graças ao seu conhecimento das necessidades locais. Os novos modelos empresariais baseados na economia colaborativa permitem às pequenas empresas tirar partido de recursos sub-utilizados, tais como a capacidade computacional, veículos de transporte e espaços destinados a escritórios. Eles permitem ainda às pequenas empresas tornar-se mais competitivas e melhorar a eficiência da utilização dos recursos ambientais.

As novas tecnologias de comunicação podem ajudar as empresas a participar no comércio global. Por meio da Internet, as empresas conseguem chegar a mercados além da sua localização geográfica. Segundo o Banco Mundial, "um aumento de 10% no uso da Internet no país exportador leva a um aumento de 0.4% no número de produtos comercializados entre dois países" (Banco Mundial, 2016).

As novas tecnologias também proporcionam formas de colmatar a falha de infraestruturas em África. As tecnologias digitais permitem que os governos cheguem aos cidadãos, especialmente às populações desfavorecidas. A gestão fiscal e os serviços de pagamento on-line facilitam a administração e a transparência. Muitos governos já prestam certos serviços públicos através de portais de governo eletrónico. O Ruanda

e o Uganda figuram entre os principais países de baixo rendimento com portais administrativos de governo eletrónico.

África já teve bons avanços em várias áreas. O Quénia e a Nigéria estão mais avançados em serviços bancários móveis do que muitos países da OCDE. A África subsariana apresenta mais de 222 milhões de contas bancárias móveis, mais do que todas as outras regiões em desenvolvimento juntas (GSMA, 2015). Na África do Sul, a empresa Lonmin faz uso de máquinas inteligentes na sua maior fundição de platina.

As novas tecnologias diminuem a procura de mão-de-obra de baixo custo na indústria transformadora e aumentam a necessidade de qualificações. A Etiópia corre o risco de perder cerca de 44% dos atuais postos de trabalho em todos os setores devido à automatização (Frey, Osborne e Holmes, 2016). Além disso, a tecnologia pode reduzir o incentivo das empresas multinacionais para deslocarem a produção *offshore* para países com mão-de-obra de baixo custo. Será necessário investimento em competências técnicas e em ciência, tecnologia, engenharia e matemática para formar engenheiros robóticos, engenheiros industriais, analistas de dados, arquitetos de *cloud*, programadores de *software*, analistas de segurança e profissionais de saúde (Frey, Osborne e Holmes, 2016).

A maioria dos países africanos, porém, ainda não está preparada para fazer a transição para uma economia típica da quarta revolução industrial. Até os países com mais mão de obra qualificada em tecnologia ainda revelam atrasos na adoção de tecnologias TIC (BAD/BM/WEF, no prelo). Acresce ainda que, muitas vezes, faltam competências técnicas e de gestão. Um inquérito global Chief Executive Officer (CEO) aos diretores executivos revelou que as competências são o maior impulsionador da competitividade da indústria transformadora (Deloitte, 2016). Um inquérito da PwC (2017) revelou que 90% dos CEO de grandes empresas sul-africanas estão preocupados com o impacto que a falta de qualificações relevantes tem no desempenho das suas companhias; aquelas incluem criatividade, inovação e liderança, bem como a capacidade de resolver problemas.

Caixa 6.3. **"Industrialização verde", o ambiente e as exigências energéticas**

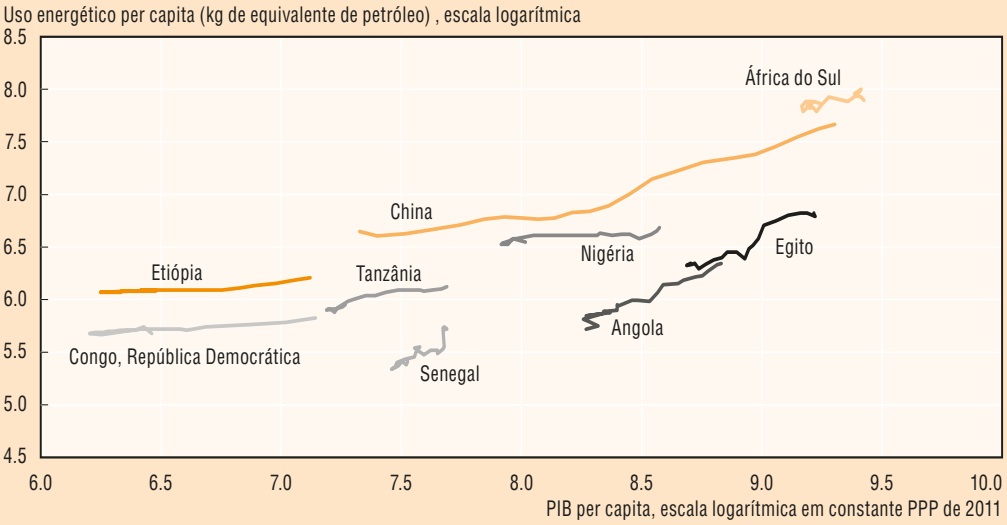
África pode simultaneamente industrializar-se e preservar o meio ambiente. As políticas adequadas podem ajudar aos progressos do continente em três objetivos estreitamente ligados: alcançar um sólido crescimento no longo prazo; promover a rápida redução da pobreza e a inclusão social e reduzir os riscos climáticos. Estão a surgir novas oportunidades para a "industrialização verde" africana, tais como nas áreas das tecnologias financeiras e das energias renováveis. Algumas alterações tecnológicas e de mercado podem promover a industrialização com menos custos ambientais (Brahmbhatt, Haddaoui e Page, no prelo). As políticas de industrialização verde podem ajudar a evitar a degradação ambiental causada pelos processos de industrialização (UNECA, 2016).

A agenda do desenvolvimento deve reforçar a capacidade de resistência e de adaptar-se aos impactos de uma deterioração do meio ambiente. Os recursos naturais do continente estão cada vez mais sob risco de desflorestação, degradação do solo, escassez de água e aumento da poluição. África já se depara com uma significativa variabilidade climática. A região está a aquecer mais depressa do que o mundo, no seu todo, sendo os impactos climáticos muito variáveis conforme o local e sentidos desproporcionalmente pelas populações pobres.

Caixa 6.3. **"Industrialização verde", o ambiente e as exigências energéticas** *(cont.)*

Muitos países africanos estão presentemente a deslocar-se para o estádio de rendimento médio exigindo mais energia, o que segue uma tendência histórica. Essa passagem para a energia moderna implica muitas vezes uma rápida dependência da eletricidade e dos combustíveis fósseis, resultando em emissões mais elevadas de CO2 e de outros tipos de poluentes atmosféricos nocivos. Contudo, a relação entre o crescimento e a utilização energética depende também das estruturas económicas, das tecnologias e das políticas (Figura 6.5). Para atender às suas novas exigências, os países africanos devem privilegiar setores que respeitem os objetivos ambientais e aumentem a oferta energética gerindo, simultaneamente, os impactos negativos sobre o ambiente.

Figura 6.5. **Produto interno bruto e uso energético per capita em certos países africanos e na China, 1990-12**



Fonte: Brahmbhatt, Haddaoui e Page (no prelo).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475417

Os empresários africanos oferecem elevadas potencialidades, embora inexploradas, para a industrialização

As estratégias de industrialização inovadoras para os países em África devem visar os empresários africanos de elevadas potencialidades. Esta secção identifica os empresários que se encontram mais bem colocados para contribuir para a industrialização das economias africanas. Primeiro, explica o papel dos empresários enquanto agentes da industrialização. Em seguida, demonstra que, não obstante as elevadas potencialidades empresariais africanas, a sua contribuição para a industrialização tem sido limitada até à data. Analisa o panorama empresarial em África: quem são os empresários, em que setores trabalham e que tipos de empresários são os mais capazes de impulsionar a industrialização.

Para melhor aproveitar a vasta base empresarial africana, As novas estratégias de industrialização não se devem cingir às grandes empresas. Essas últimas, quer públicas quer privadas, são, sem dúvida, essenciais para os esforços de industrialização. Ainda assim, a promoção de apenas algumas grandes empresas pode incentivar a procura de

rendas e diminuir a concorrência. Uma vez que a maioria dos empresários trabalha na economia informal, os países africanos apresentam elevadas potencialidades empresariais que permanecem inexploradas.

Os empresários são agentes essenciais da industrialização

A teoria económica tem desde há muito realçado o papel do empreendedorismo na industrialização (Cantillion, 1730; Knight, 1921; Schumpeter, 1942). Joseph Schumpeter afirmou que "o inventor produz ideias, o empresário faz as coisas acontecer". Em mercados imperfeitos, os empresários ultrapassam obstáculos, tais como infraestruturas físicas e institucionais débeis, escassez de financiamento e falhas de competências, de modo a fornecer bens e serviços (Nelson e Pack, 1999). Criam postos de trabalho, aumentam a procura de mão-de-obra instruída, trazem bens e serviços para o mercado, além de contribuírem para a base fiscal do governo.

A tolerância dos empresários ao risco faz com que eles sejam portadores de inovação. A apresentação de novos produtos, mercados e processos organizacionais eleva a produtividade das suas empresas. Para sobreviver, as novas empresas tendem a ser mais produtivas do que as já existentes. O empreendedorismo também aumenta a produtividade agregada através do processo de *churning*. As novas empresas inovadoras pressionam as empresas mais antigas a inovar. As que não conseguem acompanhar acabam por sair do mercado. Este processo constante representa a essência daquilo a que Schumpeter (1942) chama "destruição criativa".

O empreendedorismo estimula a diversificação de novos setores económicos e adapta as tecnologias estrangeiras aos mercados locais. Os empresários desempenham uma função de "custo-descoberta" ao fazer experiências para descobrir se os produtos estabelecidos nos mercados globais podem ser produzidos nacionalmente a custos mais reduzidos (Romer, 1990; Hausmann e Rodrik, 2003; Van Praag e Van Stel, 2013). Geram informações sobre a viabilidade da sua atividade, que podem servir para a aprendizagem de outros agentes económicos. O empreendedorismo acelera a industrialização deslocando recursos, de forma eficiente, dos setores tradicionais para outros mais modernos.

Os empresários também podem ter um impacto positivo no funcionamento do governo. Num ambiente de rápidas mudanças em que as regras globais podem restringir o espaço político dos governos, os empresários são analistas fundamentais de novas informações. É frequente, sempre que os governos deixam uma lacuna na prestação de serviços públicos, que os empresários intervenham para oferecer soluções (Landes, Mokyr e Baumol, 2012).

O empreendedorismo e respetivo ambiente são determinantes para o desempenho das empresas e o melhoramento industrial (ver CAF, 2013, para uma revisão dos estudos). O desempenho de uma empresa melhora quando o empresário:

- tem um maior nível de escolaridade (Eifert, Gelb e Ramachandran, 2005; Mead e Liedholm, 1998)
- está altamente motivado e corre riscos (De Mel, McKenzie e Woodruff, 2008; Naudé e Nagler, 2016)
- está disposto a investir no desenvolvimento dos recursos humanos, investigação, desenvolvimento e pesquisa de mercado (Eifert, Gelb e Ramachandran, 2005; Mead e Liedholm, 1998)
- tem acesso a financiamento da família (Hampel-Milagrosa, Loewe e Reeg, 2015).

Caixa 6.4. **Definir empreendedorismo e empresários**

Este relatório almeja um equilíbrio entre o conceito de empreendedorismo na literatura teórica e a sua medida prática. O empreendedorismo é aqui considerado o aproveitamento de oportunidades observadas para a prestação de um serviço ou disponibilização de um produto nos mercados locais ou globais. O empreendedorismo pode ter fins lucrativos ou fornecer soluções para os problemas sociais.

Os empresários podem, assim, ser trabalhadores por conta própria sem empregados (trabalhadores independentes) ou empregadores com funcionários assalariados. A Organização Internacional do Trabalho estima que 42.6% da mão-de-obra em África em 2015 eram trabalhadores por conta própria e 2.6% eram empregadores.

Não existe um consenso sobre as definições de empreendedorismo e empresários. A literatura empírica assume muitas vezes uma abordagem ascendente para definir empreendedorismo. Equipara-o a uma determinada medida empírica, tal como o trabalho independente ou o nível de envolvimento em empresas nascentes. Ahmad e Seymour (2008) fornecem uma revisão extensiva das definições de empreendedorismo, especialmente nos países da OCDE. Em contraste, a literatura teórica assume muitas vezes uma abordagem descendente para definir os empresários segundo os riscos que correm e as suas funções de coordenação e inovação. No entanto, tais características têm frequentemente por base características ex post dos empresários e dificultam as medições práticas.

O exame do empreendedorismo e da dinâmica empresarial em África coloca um problema de dados. Existem várias estatísticas sobre os empresários de fontes oficiais e não oficiais. Porém, muitas vezes, não são consistentes nem oferecem um enquadramento completo e coerente. A prevalência do setor informal em África também limita a utilização de fontes de dados populares, tais como os Inquéritos do Banco Mundial às Empresas. Estes apenas inquirem empresas formais (registadas) com cinco ou mais funcionários.

Este relatório apresenta igualmente dados relativos a empresas jovens usando o indicador do total da atividade empreendedora em fase inicial (TEA) com base no "Inquérito à população adulta" do Global Entrepreneurship Monitor.[5] O TEA define-se como a percentagem da população com idades entre os 18 e os 64 anos que são empresários nascentes ou proprietários-gestores de uma empresa com, no máximo, 3.5 anos. Este indicador clarifica diversas características de empresários que estão em processo de arranque de novas empresas e de proprietários-gestores de empresas jovens. O enfoque nos primeiros estágios da atividade empreendedora permite olhar mais de perto o estado e os desafios da criação empresarial, incluindo o empreendedorismo informal.

As potencialidades empreendedoras de África são consideráveis

O empreendedorismo pode aproveitar da crescente oferta de jovens africanos, cada vez mais qualificados e competitivos. O *Perspetivas Económicas em África 2015* estimou que cerca de 29 milhões de jovens entrariam no mercado de trabalho africano todos os anos até 2030 (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Absorver esta mão-de-obra em expansão com atividades produtivas será algo crucial para tirar partido deste dividendo demográfico (BAD/BM/WEF, no prelo).

África apresenta a mais elevada proporção mundial de adultos que se encontram no processo de arranque ou de gestão de novas empresas, tal como medido pelo indicador TEA (ver Caixa 6.4). A taxa TEA para os 18 países africanos incluídos no indicador é 22%.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

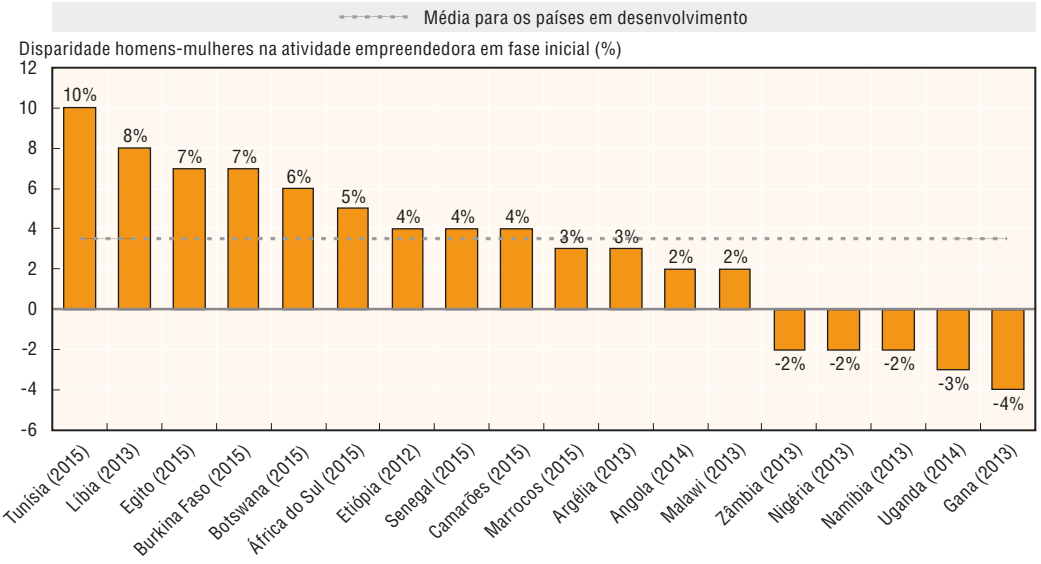
Trata-se de um número mais elevado do que o equivalente para os países da América Latina (19%) e para os países em desenvolvimento na Ásia (13%). Existe, claramente, uma grande heterogeneidade entre os países africanos: a proporção da população ativa envolvida em empresas em fase inicial varia entre valores consideravelmente baixos, como 7% na África do Sul, e 39% no Senegal durante o período de 2011-16.

Os empresários em África são mais jovens do que noutras regiões em desenvolvimento. A idade mediana dos empresários africanos é 31 anos, muito mais jovens do que os seus homólogos na Ásia oriental (36 anos) e na América Latina (35 anos). Em especial, a faixa etária dos 25-34 representa 38% dos empresários em África, seguida dos grupos etários dos 18-24 e dos 35-44, que representam 23% cada da população ativa. Esta distribuição reflete a demografia africana, com uma população jovem.

As mulheres africanas são muito mais propensas a abrir empresas do que as mulheres noutros locais. Na Nigéria e na Zâmbia, 40% das mulheres iniciam uma atividade empresarial, em comparação com 10% ou menos nos países industrializados. Dar início a empresas permite às mulheres participar em atividades que geram rendimento e diversificar as fontes de rendimento dos respetivos agregados familiares. Permite também ter a flexibilidade no horário de trabalho de que precisam para assumir outras responsabilidades (Lain, 2016).

As mulheres africanas têm 3% menos probabilidades de se envolverem numa atividade empreendedora em fase inicial do que os seus congéneres masculinos. Este fosso entre géneros é semelhante à mediana global (Figura 6.6). A disparidade de género varia entre os países africanos. Essa é mais elevada na Tunísia, na Líbia, no Egito e no Burkina Faso, por esta ordem.

Figura 6.6. **Fossos entre géneros no empreendedorismo em 18 países africanos, 2012-15**



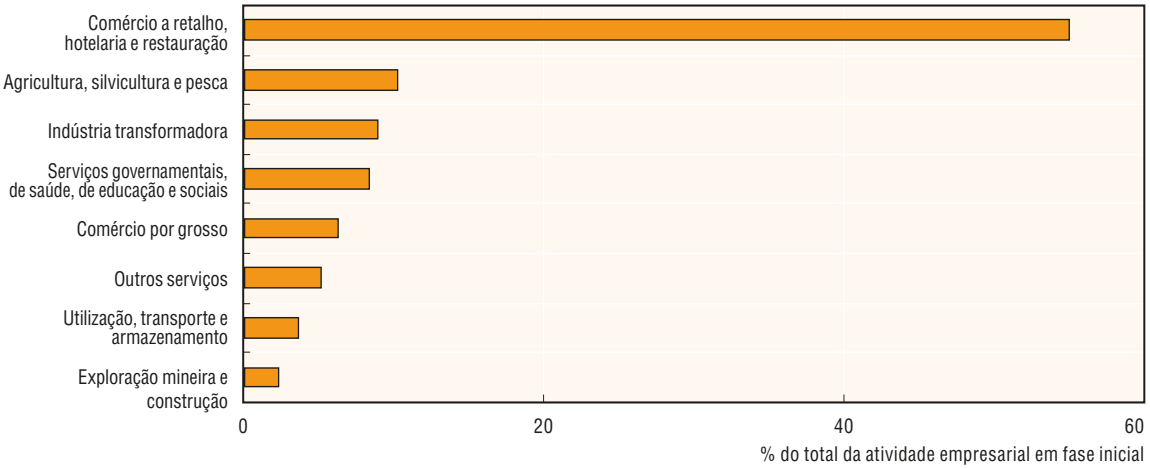
Fonte: Adaptado de GEM (2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475429

Os setores variam consoante se trate de empresários em fase inicial, rurais ou mulheres

A maioria (55%) dos empresários africanos em fase inicial trabalham no comércio a retalho, hotelaria e restauração (Figura 6.7). O segundo setor mais popular é a agricultura, silvicultura e pesca (10%), seguido da indústria transformadora (8%). No entanto, a

composição sectorial varia largamente entre países. A proporção de empresários em fase inicial no comércio a retalho, hotelaria e restauração vai de 27% nos Camarões a 81% no Malawi. Este setor geralmente requer um menor nível de qualificações e menos barreiras à entrada. Apresenta igualmente um volume de negócios relativamente rápido e não exige investimentos de longo prazo. Em contraste, quase metade dos empresários em países de rendimento elevado abrem as suas empresas em indústrias de tecnologias e serviços, tais como informação e comunicação, finanças, serviços profissionais, saúde e educação (Herrington e Kew, 2017).

Figura 6.7. **Composição sectorial do empreendedorismo em fase inicial em África, 2012-16**



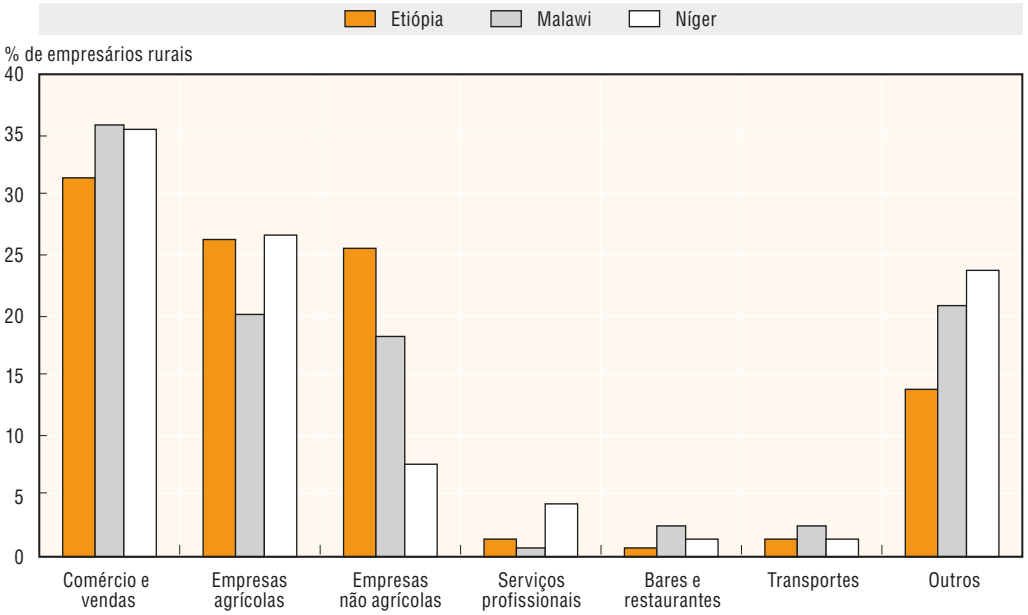
Fonte: Média ponderada por população em idade ativa de 18 países africanos disponíveis no conjunto de dados da GEM (GEM, 2017), com base nos dados mais recentes disponíveis para cada país (ver Anexo 6.A2). Outros serviços incluem atividades de serviços pessoais/ao consumidor, intermediação financeira, atividades imobiliárias, serviços administrativos, informação e comunicação e outros serviços profissionais.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475434

O empreendedorismo não agrícola pode beneficiar as famílias rurais. Pode diversificar as fontes de rendimento fornecendo trabalho suplementar durante a época baixa agrícola. Também permite que as famílias disponham de rendimentos extras que podem investir em insumos e máquinas agrícolas (Reardon et al., 2013). Uma revisão dos empresários na Etiópia, no Malawi, no Níger, na Nigéria, na Tanzânia e no Uganda mostrou que quase 42% das famílias rurais têm uma empresa (Naudé e Nagler, 2016). A maior proporção de empresas familiares rurais trabalha na área das vendas e do comércio, que requerem menores custos de arranque e menos investimento em educação do que os serviços de transporte ou os serviços profissionais (Figura 6.8). A segunda maior proporção tem como base a produção agrícola. As empresas agroalimentares representam 20-27% do total de empresas na Etiópia, no Malawi, no Níger, na Nigéria, na Tanzânia e no Uganda.

Em África, é muito mais provável que as empresárias do género feminino trabalhem em serviços não comercializáveis do que os empresários do género masculino. Sessenta e três por cento das mulheres empresárias em África trabalham no comércio a retalho, na hotelaria e na restauração, por contraste com 46% dos homens empresários. É também mais provável que trabalhem em serviços governamentais, de saúde, de educação e sociais do que os seus congéneres masculinos. Por outro lado, os empresários do sexo masculino são mais susceptíveis de trabalhar na agricultura, silvicultura e pesca (13%) e na indústria transformadora (10%) do que as do sexo feminino (8% das mulheres empresárias trabalham em cada um destes setores).

Figura 6.8. **Tipos de atividade empresarial por empresários rurais na Etiópia, no Malawi e no Níger, 2005-13**

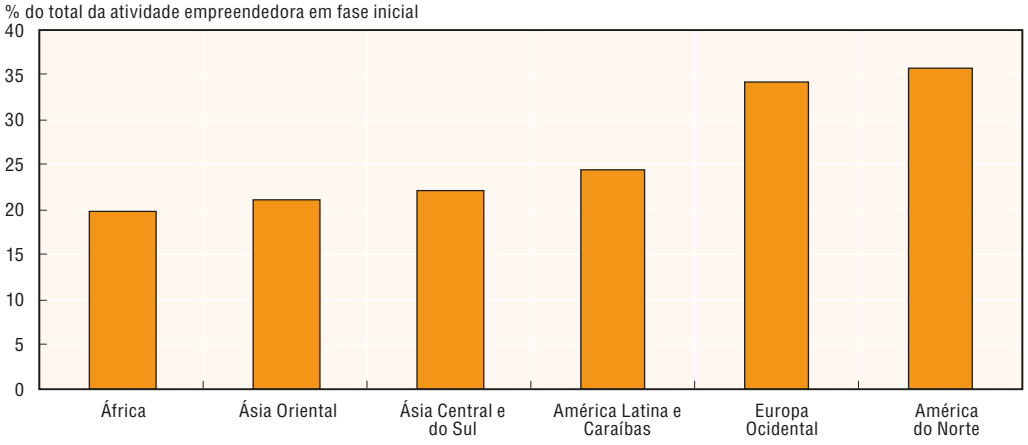


Fonte: Adaptado da Tabela 2 em Naudé e Nagler (2016).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475444

Os empresários poderiam ser mais inovadores e competitivos, continuando a criar postos de trabalho

Poucos empresários africanos são inovadores. Menos de um quinto dos empresários africanos em fase inicial oferecem novos produtos ou serviços ao mercado (Figura 6.9). Esta proporção é a mais baixa dentre as regiões consideradas.

Figura 6.9. **Proporção de empresários em fase inicial que apresentaram um novo produto ou serviço, média 2011-16**



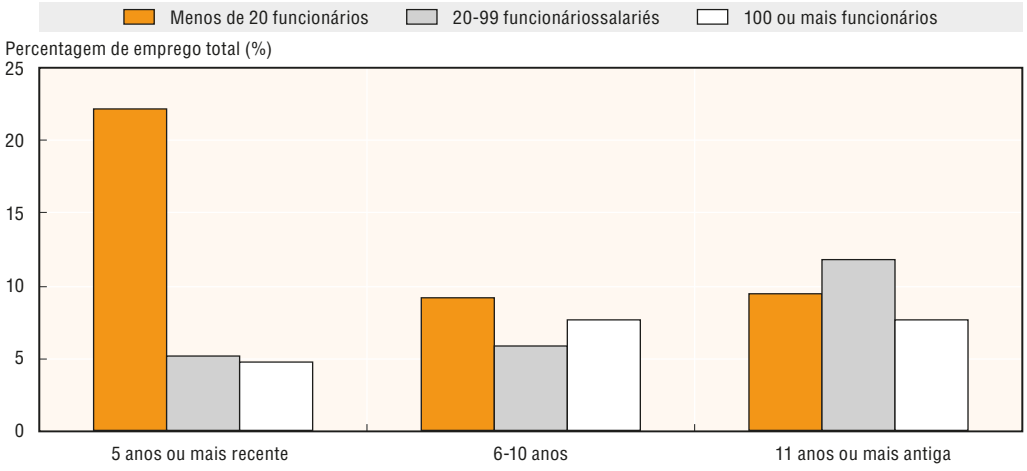
Nota: A percentagem de atividade empreendedora em fase inicial representa as pessoas que indicam que o seu produto ou serviço era novo pelo menos para alguns clientes e que poucas/nenhuma empresa ofereciam o mesmo produto.
Fonte: Adaptado de GEM (2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475454

Esta falta de inovação tem sido atribuída às dimensões mais reduzidas dos mercados e ao mau funcionamento destes (Szirmai, Naudé e Goedhuys, 2013). Mercados pequenos e fragmentados reduzem o retorno sobre o investimento. Simultaneamente, as barreiras institucionais e de infraestruturas impedem a divulgação de inovações e aumentam os custos da atividade empresarial. Os direitos de propriedade insuficientes, a fraca execução contratual e a incerteza política tornam a inovação ainda mais arriscada, reduzindo os retornos esperados.

Os novos empresários poderiam pressão nos empresários já estabelecidos por meio da competição . Ainda que muitas economias africanas estejam abertas às importações, as grandes empresas formais no Quénia, em Moçambique e na Tanzânia têm sido menos ativas na apresentação de novos produtos, uma vez que não sentem pressão da concorrência (Yoshino et al., 2013; Newman et al., 2016). Dados empíricos no Gana, no Quénia, na África do Sul e na Tanzânia sugerem que o aumento da pressão da concorrência sobre estas empresas poderia aumentar a sua produtividade (Soderbom, Teal e Harding, 2006; Aghion, Braun e Fedderke, 2008).

O empreendedorismo tem-se revelado bem sucedido na criação de emprego. Análises de empresas formais dos Inquéritos do Banco Mundial às Empresas revelam que as pequenas empresas jovens com menos de 20 funcionários e menos de 5 anos de experiência representam a maior proporção na criação líquida de postos de trabalho, com 22% (Figura 6.10). No total, as empresas jovens (com 5 anos ou menos) representam um terço da criação líquida de postos de trabalho, em comparação com 23% no caso de empresas com 6-10 anos e 29% no caso de empresas com mais de 10 anos. As pequenas empresas enfrentam maiores restrições ao crescimento e têm menos acesso a fontes formais de financiamento externo, o que poderá explicar a falta de contribuição das PME para o crescimento e o chamado "*missing middle*" (o meio em falta).

Figura 6.10. **Dimensão e idade de empresas formais em 38 países africanos**



Fonte: Ayyagari, Demirguc-Kunt e Maksimovic (2014).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475469

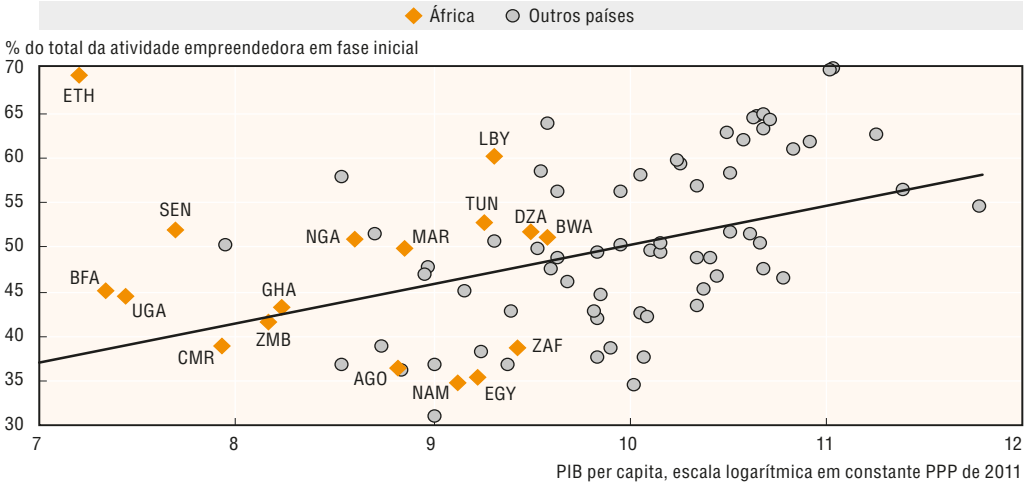
Os empresários motivados por oportunidades dispõem da maior contribuição potencial para a industrialização

Certaines catégories d'entrepreneurs dynamisent la croissance davantage que d'aCertos tipos de empresário contribuem mais para o crescimento do que outros. Os empresários motivados por oportunidades são os mais produtivos. São motivados por um desejo de autorrealização ou por uma vontade de explorar uma oportunidade de negócios.

Os empresários que apenas procuram rendas, por outro lado, podem ser altamente improdutivos (Baumol, 1990) e chegar a ter comportamentos ilegais ou de captação de mercado (Landes, Mokyr e Baumol, 2012).

África tem de desenvolver as potencialidades que os empresários motivados por oportunidades trazem à industrialização. Estes representam 11% da população ativa e 44% de toda a atividade empreendedora em fase inicial. No entanto, são mais comuns em países da África subsariana de rendimentos mais baixos do que no resto do continente. Os empresários motivados por oportunidades revelam grandes potencialidades para uma maior produtividade, melhoramento industrial e inovação (Hampel-Milagrosa, Loewe e Reeg, 2015; Naudé e Nagler, 2016).

Figura 6.11. **Prevalência de empresários motivados por oportunidades e nível de rendimento em 15 países africanos e 69 outros países, média 2011-15**



Nota: A linha de tendência indica um ajuste linear.
Fonte: Adaptado de GEM (2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475473

Nas economias africanas mais avançadas em que os seus níveis são parcos, o empreendedorismo encerra grandes potencialidades graças às condições favoráveis de arranque. É esse o caso da Argélia, Marrocos, África do Sul e Tunísia. O apoio aos empresários motivados por oportunidades pode impulsionar a economia, originando uma concorrência renovada em setores já estabelecidos e criando novas atividades. São urgentemente necessárias políticas de elevado empreendedorismo potencial, em especial para os jovens que enfrentam um alto risco de desemprego. Nestes países urbanizados, as cidades podem oferecer economias de escala e um ambiente favorável onde a inovação, a criatividade e a aprendizagem possam ter lugar (Duranton e Puga, 2001).

Os empresários cujo objetivo é obter o mínimo para sua sobrevivência contribuiriam mais para o crescimento se estivessem no mercado de trabalho formal. São forçados ao empreendedorismo porque todas as outras opções de trabalho são inexistentes ou insatisfatórias. Em média, 7% da população africana em idade ativa integram-se neste grupo, embora com grande diversidade entre os vários países.[6] Esses "empresários de sobrevivência" precisam de ser deslocados para o mercado de trabalho formal por várias razões:

- Os empresários de sobrevivência têm potencialidades de crescimento limitadas. Enfrentam diversas restrições externas e não exibem as características dos empresários de elevadas potencialidades, tais como a criatividade, a tolerância ao risco e a autonomia (CAF, 2013).

- Os conhecimentos que adquirem enquanto empresários desvalorizam-se rapidamente pois as suas atividades exigem poucas qualificações (Bassi et al., 2012).
- A prevalência de empresários de sobrevivência reduz o número de trabalhadores capazes e desvia recursos que outros empresários mais produtivos poderiam explorar.
- Os empresários de sobrevivência podem dar sinais errados acerca dos potenciais retornos sobre a educação. Os jovens podem encarar o trabalho independente como a única opção para os trabalhadores mais instruídos, reduzindo, assim, as suas aspirações na educação.

A libertação das potencialidades do empreendedorismo para a industrialização requer uma abordagem dupla:

- Os governos têm de criar um ambiente favorável ao crescimento dos empresários motivados por oportunidades em setores que estejam alinhados com as vantagens comparativas dos respetivos países. As políticas devem apoiar a dinâmica eficiente de mercado, e não empresários individuais. O desenvolvimento de empresas de elevado crescimento pode ajudar a deslocar a mão-de-obra subutilizada no mercado de trabalho para o emprego formal.
- As políticas devem abster-se de subsidiar empresários improdutivos. Devem, ao invés, concentrar-se em melhorar as suas competências e o acesso ao mercado de trabalho, a fim de aqueles possam encontrar emprego assalariado.

Os capítulos seguintes discutem de que modo capacitar os empresários africanos para impulsionar a industrialização. O Capítulo 7 analisa as atuais estratégias de industrialização em África e explora de que forma essas abordam as funções específicas das empresas com elevadas potencialidades de crescimento. Em seguida, o Capítulo 8 apresenta os principais obstáculos a tais estratégias juntamente com as políticas para os superar.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Anexo 6.A1. Evolução do valor acrescentado do total da indústria e da indústria transformadora em países africanos selecionados, 1990-2015

Tabela 6.A1.1. **Evolução do valor acrescentado do total da indústria e da indústria transformadora em países africanos selecionados, 1990-2015**

	1990		2000		2005		2010		2015 (a)	
	Indústria	Indústria transformadora	**Indústria**	Indústria transformadora	**Indústria**	Indústria transformadora	**Indústria**	Indústria transformadora	**Indústria**	Indústria transformadora
África Central										
Camarões	29.5	14.5	36	20.8	30.6	29.9	29.9	16.2	28.5	14
Congo, República Democrática	29	11.2	30.8	20.3	33	17	40.9	17.1	45.1	18.5
Congo	42	8.6	73.9	3.6	73.4	4.1	78.1	3.6	57.0	6.5
Gabão	51.4	6.4	60.4	4.4	63.4	4.8	60.3	4.9	52.8	6.9
Guiné Equatorial	10.6	1.6	87.7	0.2	95.2	0.1	95.1	0.2	88.6	0.3
República Centro-Africana	19.7	11.3	14.6	6.2	14.1	6.1	13.8	6.7	15.1	7.8
África Oriental										
Burundi	19	11.7	18.8	13.1	18.4	12.9	17	11.3	14.9	10.2
Etiópia	11.4	6.4	12.4	5.5	13	4.8	10.5	4.1	17.7	4.8
Quénia	19.1	11.8	17.5	11.6	19.1	11.8	20.8	12.6	19.5	11.4
Ruanda	24.6	18.3	13.4	7	12.5	6	13.8	5.8	15	5.1
Sudão	9.4	4.3	18.4	6.9	22.4	8.7	28.6	13.2	20.2	10.3
Tanzânia	17.7	9.3	19.2	9.4	22.7	8.7	22	7.4	26.4	5.7
Uganda	11.1	5.7	22.7	7.6	24.8	7.4	20.3	10.1	20.0	8.9
Norte de África										
Argélia	45.8	11.0	58.2	6.2	61.3	4.8	53.9	4.5	38.9	4.7
Egito	27.6	17.8	33.1	19.4	36.9	18.3	37.5	16.9	36.3	16.6
Líbia	48	44.7	54.4	4.7	74	5.1	84.0	4.8	80.6	3.4
Mauritânia	30.4	10.3	28	11.4	33.2	9.2	41.6	7.6	25.9	8.6
Marrocos	35.5	23.6	29.1	18.3	28.2	16.6	27.3	17.5	29.2	18
Tunísia	29.8	16.9	30.4	18.5	29.2	17.3	31.5	18	28.2	16.9
África Austral										
África do Sul	40.1	23.6	31.8	19	30.3	18.1	30.2	14.4	28.9	13.2
Angola	40.7	5		3.7	56.5	3.9	52.7	4.6	42.6	5.4
Botswana	61.2	5.2	49.7	6	47.6	5.5	35.7	7.1	33.3	6.4
Lesoto	33	14	30	13.4	33.4	22.6	32.7	13.3	32.0	10.7
Madagáscar	14.3	10.9	16.1	12.3	18.8	14.5	19.8	14.5	19.2	14.4
Malawi	28.9	19.5	14.5	4.8	16.8	11.6	16.4	10.7	14.0	7.8
Maurícias	32.8	24.4	29.6	22.5	26.6	19.2	26.6	17	21.7	14.7
Moçambique	18.4	10.2	24.5	12.2	25.3	15.5	18.9	11.3	21.5	10
Namíbia	37.8	17.7	28.0	12.8	29.4	13.6	30.2	13.5	31.0	9.1
Suazilândia	42.1	34.8	43.9	38.7	44.7	38.9	41.9	35.2	42.5	35.5
Zâmbia	51.3	36.1	26.3	10.7	29.7	10.9	34.0	8	35.4	7.9
Zimbabwe	33.1	22.8	20.4	14.4	45.8	24	30.8	13.9	29.4	11.9
África Ocidental										
Côte d'Ivoire	23.1	14.3	23.4	17.6	25.5	16.1	24.7	15.0	28.9	16.6
Burkina Faso	21.2	14.4	21.5	13.2	18	11.7	20.5	7.5	20.2	6.5
Gana	22.5	9.6	28.4	10.1	27.5	9.5	19.8	7	26.3	5
Nigéria	45.3	5.5	52.2	3.7	43.5	2.8	25.3	6.6	20.4	9.5
Senegal	22.2	15.3	23.2	14.7	23.7	15.1	23.4	13.7	23.4	13.2

Nota: (a) Ou último ano disponível. A indústria total inclui a transformadora, as extrativas (pedreiras e exploração mineira, incluindo o petróleo), a construção, a eletricidade, o gás e a água.
Fonte: Departamento de Estatística do BAD.

Anexo 6.A2. Disponibilidade da base de dados do Global Entrepreneurship Monitor para os países africanos, 2011-16

A Tabela 6.A2.1 indica a disponibilidade de dados para países africanos do "Inquérito à população adulta" (APS) do *Global Entrepreneurship Monitor* entre 2011 e 2016. O APS foi usado para calcular médias para o presente relatório. A média simples foi calculada para cada país ao longo dos anos com dados disponíveis. Em seguida, foi ponderada a média para África segundo as dimensões da população ativa e o total absoluto da atividade empreendedora em fase inicial em cada país (dependendo do indicador específico).

Tabela 6.A2.1. **Disponibilidade de dados dos "Inquéritos à população adulta" do *Global Entrepreneurship Monitor* para os países africanos, 2011-16**

País	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Année plus récente
África do Sul		x	x	x			2014
Angola	x	x	x				2013
Argélia	x	x	x	x	x	x	2016
Botswana		x	x	x			2014
Burkina Faso		x	x	x	x		2015
Camarões				x	x	x	2016
Egito				x	x	x	2016
Etiópia		x			x	x	2016
Gana		x					2012
Malawi		x	x				2013
Marrocos		x	x				2013
Namíbia					x	x	2016
Nigéria		x	x				2013
Senegal	x	x	x				2013
Tunísia					x		2015
Uganda		x			x		2015
Zâmbia		x	x				2013

Fonte: GEM (2017).

Notas

1. A amostra inclui 13 países africanos: Botswana, Egito, Etiópia, Gana, Quénia, Malawi, Maurícias, Marrocos, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia. O ano de 2010 é o último com a mais ampla abrangência de dados para os países africanos. Os dados são baseados em De Vries, Timmer e De Vries (2015).
2. No Lesoto, esta tendência manteve-se até 2015 e a proporção da indústria transformadora no PIB caiu abaixo da média africana. Embora tenha sido afetada pela eliminação do Acordo Multifibras, a proporção da indústria transformadora em Marrocos foi mais elevada em 2015 do que em 2005 e este setor continua a beneficiar de investimento direto estrangeiro na indústria automóvel (ver Capítulo 2). A proporção da indústria transformadora no Egito diminuiu até 2010 tendo depois estabilizado.
3. Isto pressupõe alterações semelhantes nos deflacionadores do PIB e do valor acrescentado da indústria transformadora.
4. Outros estudos encontraram resultados semelhantes (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2013; McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014; Timmer, De Vries e De Vries, 2014; UNECA/UA, 2013; Rodrik, 2016).
5. A base de dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) recolhe um vasto conjunto de dados primários relativos ao empreendedorismo através do "Inquérito à população adulta" (APS) e do "Inquérito aos especialistas nacionais" (NES). O APS entrevista adultos em idade ativa sobre as suas atitudes em relação ao empreendedorismo, as suas atividades antes do arranque empresarial e o seu trabalho em diferentes estádios das respetivas empresas. O NES entrevista especialistas nacionais sobre o empreendedorismo, para avaliar as condições nacionais específicas em várias dimensões: financiamento, qualificações, políticas e regulamentação, infraestruturas físicas e normas sociais. Iniciado em 1997, o projeto é realizado em quase 100 países. Entre 2001 e 2016, o NES abrangeu 18 países africanos, embora com diferentes frequências. É usado pela OCDE, o Banco Mundial, o Fórum Económico Mundial e as Nações Unidas, entre outras organizações.
6. A soma dos TEA motivados pela melhoria e pela necessidade nem sempre equivale a 100% de todos os TEA, visto que as motivações dos empresários são tiradas de grandes questionários que incluem algumas respostas em falta.

Bibliografia

Aghion, P. et al. (2005), "Competition and inovation: An inverted-u relationship", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 120/2, https://doi.org/10.1093/qje/120.2.701.

Aghion, P., M. Braun e J. Fedderke (2008), "Competition and productivity growth in South Africa", *Economics of Transition*, Vol. 16, Blackwell Publishing, Oxford, pp. 741-768, http://doi.org/10.1111/j.1468-0351.2008.00336.x.

Ahmad, N. e R.G. Seymour (2008), "Defining entrepreneurial activity: Definitions supporting frameworks for data collection", *OECD Statistics Working paper,* Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/243164686763.

Assembleia Geral da ONU (2016), *Third Industrial Development Decade for Africa (2016-2025),* Resolução A/70/L.49/, Nações Unidas, Nova Iorque.

Ayyagari, M., A. Demirguc-Kunt e V. Maksimovic (2014), "Who creates jobs in developing countries?", *Small Business Economics*, Vol. 43/1, Springer Science+Business Media, Nova Iorque, pp. 75-99, http://doi.org/10.1007/s11187-014-9549-5.

BAD (2016), *Industrialise Africa*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Brochure_Industrialiser_l_Afrique-En.pdf.

BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspectivas Económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt.

BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2013), *Perspectivas Económicas em África 2013: Transformação estrutural e recursos naturais*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264200562-pt.

BAD/BM/WEF (no prelo), *The African Competitiveness Report 2016*.

Banco Mundial(2017), *World Development Indicators* (base de dados), http://data.worldbank.org/data-catalog/ world-development-indicators.

Banco Mundial (2016), *World Development Report 2016: Digital Dividends,* Banco Mundial, Washington, DC, https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0671-1.

Bassi, M. et al. (2012), *Disconnected: Skills, Education, and Employment in Latin America*, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC, https://publications.iadb.org/handle/11319/427.

Baumol, W.J. (1990), "Entrepreneurship: Productive, unproductive and destructive", *Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, Vol. 98, No 5, pp. 3-22, Chicago.

Bhorat, H. et al., (2016), "Industries without smokestacks: Implications for Africa's industrialization", Development Policy Research Unit, Faculdade de Economia, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul, www.wider.unu.edu/sites/default/files/Blog/PDF/Fran%C3%A7ois%20Steenkamp.pdf.

Brahmbhatt, M., C. Haddaoui e J. Page (no prelo), "Green industrialization and entrepreneurship in Africa", documento de apoio às *Perspetivas Económicas em África 2017.*

Brahmbhatt, M. et al., (2016). *Africa's New Climate Economy: Economic Transformation and Social and Environmental Change*., New Climate Economy and Overseas Development Institute, Londres e Washington, DC, http://newclimateeconomy.report/workingpapers/.

CAF (2013), "Enhancing productivity in Latin America: From subsistence to transformational entrepreneurship", *Economics and Development Report*, CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina, http://publicaciones.caf.com/media/40033/red2013-en.pdf.

Cantillon, R. (1730), *Essai sur la Nature du Commerce en Général*, 1959 Edition, Macmillan, Londres.

Comissão da UA (2015a), *Agenda 2063*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, www.agenda2063.au.int.

Comissão da UA (2015b), "First Ten-Year Implementation Plan 2014-2023", *Agenda 2063 The Africa We Want: A Shared Strategic Framework for Inclusive Growth and Sustainable Development*, African Union Comission, www.nepad.org/resource/agenda-2063-first-ten-year-implementation-plan-2014-2023.

De Mel, S., D. Mckenzie e C. Woodruff (2008), "Who are the microenterprise owners? Evidence from Sri Lanka on Tokman V. de Soto", *IZA Discussion Paper,* No. 3511, Bona.

De Vries, G., M. Timmer e K. De Vries (2015), "Structural transformation in Africa: Static gains, dynamic losses", *The Journal of Development Studies*, Vol. 51/6, pp. 674–688, https://doi.org/10.1080/00220388.2014.997222.

Deloitte (2016), *Global Manufacturing Competitiveness Index*, Deloitte, www2.deloitte.com/global/en/pages/manufacturing/articles/global-manufacturing-competitiveness-index.html.

Dethier, J.J. (2015), "Infrastructure in Africa", *in* C. Monga e J. Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Policies and Practices*, Vol. 2, Oxford University Press, Oxford, Reino Unido, http://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199687107.013.022.

Dorosh, P.A. e J.W. Mellor (2013), "Why agriculture remains a viable means of poverty reduction in Sub-Saharan Africa: The case of Ethiopia", *Development Policy Review*, Vol. 31/4, pp. 419-441, http://doi.org/10.1111/dpr.12013.

Duranton, G. e D. Puga (2001), "Nursery cities: Urban diversity, process innovation, and the life-cycle of products", *The American Economic Review*, Vol. 91/5, pp. 1454-1477.

Eifert, B.P. (2009), "Do regulatory reforms stimulate investment and growth? Evidence from the *Doing Business* data 2003-07", *Center for Global Development Working Paper*, No. 159, Washington, DC, www.cgdev.org/content/publications/detail/1420894/.

Eifert, B.P., A. Gelb e V. Ramachandran (2005), "Business environment and comparative advantage in Africa: Evidence from the investment climate data", *Center for Global Development Working Paper*, No. 56, Washington, DC, www.cgdev.org/files/2732_file_WP56_1_revis.pdf.

Ellis, F. (2007), "Transforming the rural nonfarm economy: Opportunities and threats in the developing world", *The Journal of Development Studies,* Taylor and Francis Group, Baltimore, pp. vi-ix, http://dx.doi.org/10.1080/00220380802160002.

Frey, C.B., M.A. Osborne e C. Holmes (2016), *Technology at Work v2.0: The Future Is Not What It Used to Be, Citi GPS: Global Perspectives and Solutions,* Citi GPS, Oxford, Reino Unido, www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/reports/Citi_GPS_Technology_Work_2.pdf.

GEM (2017), *Entrepreneurial Behaviour and Attitudes: Measured via the GEM Adult Population Survey (APS)*, Global Entrepreneurship Monitor, www.gemconsortium.org/data/key-aps.

Ghani, E. e H. Kharas (2010), *The Service Revolution in South Asia: An Overview*, Research Paper do Banco Mundial, No. 6971,Banco Mundial, Washington, DC.

Ghani, E. e S.D. O'Connell (2014), "Can service be a growth escalator in low income countries?", Banco Mundial, Washington, DC.

GSMA (2015), *State of the Industry Report: Mobile Money*, Groupe Speciale Mobile, www.gsma.com/mobilefordevelopment/wpcontent/uploads/2016/04/SOTIR_2015.pdf.

Hampel-Milagrosa, A., M. Loewe e C. Reeg (2015), "The entrepreneur makes a difference: Evidence on MSE upgrading factors from Egypt, India, and the Philippines", *World Development*, Vol. 66, Elsevier, pp. 118-130, http://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.08.005.

Hausmann, R. e D. Rodrik (2003), "Economic development as self-discovery", *Journal of Development Economics*, Vol. 72/2, Elsevier, pp. 603-633, http://dx.doi.org/10.1016/S0304-3878(03)00124-X.

Herrington M. e P. Kew (2017), *The GEM Global Report 2016/17,* The Global Entrepreneurship Research Association (GERA), http://gemconsortium.org/report.

Knight, F.H. (1921), *Risk, Uncertainty and Profit*, University of Chicago Press, Chicago.

Kodongo, O. e K. Ojah (2016), "Does infrastructure really explain economic growth in Sub- Saharan Africa?", *Review of Development Finance*, Vol. 6/2, Elsevier, pp.105-125, http://doi. org/10.1016/j.rdf.2016.12.001.

Lain, J. (2016), "Job flexibility and occupational selection: An application of maximum simulated likelihood using data from Ghana", *CSAE Working Papers*, No. 34, Center for the Study of African Economies, Oxford, Reino Unido.

Landes, D.S., J. Mokyr e W.J. Baumol (eds.) (2012), *The Invention of Enterprise: Entrepreneurship from Ancient Mesopotamia to Modern Times*, Princeton University Press, Princeton, http://press.princeton.edu/titles/9006.html.

Lawrence, P. (2005), "Explaining sub-Saharan Africa's manufacturing performance", *Development and Change*, Vol. 36, Institute of Social Studies, Blackwell Publishing, Oxford e Malden, pp. 1121-1141.

Lin, J.Y. (2012), *New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development and Policy*, Banco Mundial, Washington, DC, http://doi.org/10.1596/978-0-8213-8955-3.

Lin, J.Y. e C. Monga (2013), "Comparative advantage: The silver bullet of industrial policy", *in J.E.S. Stiglitz and J.Y. Lin (eds.), The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government beyond Ideology,* pp. 19-38, Palgrave Macmillan, London, http://doi.org/10.1057/9781137335173_2.

McMillan, M. e K. Harttgen (2015), "Africa's quiet revolution", *in* C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Policies and Practices*, Vol. 2, Oxford Handbooks, Oxford, Reino Unido.

McMillan, M., D. Rodrik e Í. Verduzco-Gallo (2014), "Globalization, structural change, and productivity growth, with an update on Africa", *World Development*, Vol. 63, Elsevier, pp. 11–32, http://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.012.

Mead, D.C. e C. Liedholm (1998), "The dynamics of micro and small enterprises in developing countries", *World Development*, Vol. 26/1, Elsevier, pp. 61-74, http://dx.doi.org/10.1016/S0305-750X(97)10010-9.

National Bureau of Statistics da Nigéria (2014), *Nigerian Manufacturing Sector Summary Report: 2010-2012*, www.nigerianstat.gov.ng/download/260.

Naudé, W. (no prelo), *Entrepreneurship and New Industrialisation in Africa*.

Naudé, W. e P. Nagler (2016), "Non-farm entrepreneurship in rural sub-Saharan Africa: New empirical evidence", *Food Policy*, Elsevier, http://doi.org/10.1016/j.foodpol.2016.09.019.

Nelson, R.R. e H. Pack (1999), "The Asian miracle and modern growth theory", *The Economic Journal*, Vol. 109/457, pp. 416-436, John Wiley and Sons, Oxford, Reino Unido, e Malden, Estados Unidos, http://doi.org/10.1111/1468-0297.00455.

Newman, C., et al. (2016), *Made in Africa: Learning to Compete in Industry*, Brookings Institution Press, Washington, DC.

Noman, A. e J.E. Stiglitz (eds.) (2015), *Industrial Policy and Economic Transformation in Africa*, Columbia University Press, Nova Iorque.

Okojie, C. e A. Shimeles (2006), "Inequality in sub-Saharan Africa: A synthesis of recent research on the levels, trends, effects and determinants of inequality in its different dimensions", *The Inter-Regional Inequality Facility*, Overseas Development Institute, Londres, www.odi.org/sites/odi. org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/4058.pdf.

PwC (2017), *20th CEO Survey: 20 years inside the mind of the CEO…What's next?*, PwC, www.pwc.com/jp/en/japan-press-room/press-release/2017/assets/pdf/ceo-survey2017.pdf.

Reardon, T. et al. (2013), "The emerging 'Quiet Revolution' in African agrifood systems", resumo para *Harnessing Innovation for African Agriculture and Food Systems: Meeting Challenges and Designing for the 21st Century*, 25-26 November, Centro de Conferências da União Africana, Adis Abeba.

Rodrik, D. (2016), "Premature deindustrialization", *Journal of Economic Growth*, Vol. 21/1, pp. 1-33, http://doi.org/10.1007/s10887-015-9122-3.

Romer, P.M. (1990), "Human capital and growth: Theory and evidence", *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, Vol. 32, Elsevier, pp. 251-286, http://dx.doi.org/10.1016/0167-2231(90)90028-J.

Schoar, A. (2010), "The divide between subsistence and transformational entrepreneurship", *in* J. Lerner e S. Stern (eds.), *Innovation Policy and the Economy*, Vol. 10, University of Chicago Press, pp. 57-81.

Schumpeter, J.A. (1942), *Capitalism, Socialism, and Democracy,* Harper Collins, Terceira Edição (2008), Nova Iorque.

Soderbom, M., F. Teal e A. Harding (2006), "The determinants of survival among African manufacturing firms", *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 54, No. 3, University of Chicago Press, Chicago, pp. 533-555, https://doi.org/10.1086/500030.

Stiglitz, J.E.S. e J.Y. Lin (eds.), *The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government beyond Ideology*, pp. 19-38, Palgrave Macmillan, Londres, http://doi.org/10.1057/9781137335173_2.

Szirmai, A., W. Naudé e M. Goedhuys (eds.) (2013), *Entrepreneurship, Innovation, and Economic Development*, Oxford University Press, Oxford, Reino Unido.

Timmer, M.P., G. De Vries e K. De Vries (2014), "Patterns of structural change in developing countries", *GGDC Research Memorandum*, No. 149, Groningen Growth and Development Centre, No. 149, Faculdade e Economia e Gestão, Universidade de Groningen, Groningen, www.ggdc.net/publications/memorandum/gd149.pdf.

UA (2014), *Science, Technology and Innovation Strategy for Africa 2024*, União Africana, Adis Abeba, www.au.int/web/sites/default/files/documents/29957-doc-stisa-published_book.pdf.

UA (2007), "Action Plan for the Accelerated Industrial Development of Africa", *1st Extraordinary Session of the Conference of Ministers of Industry*, 24-27 setembro, União Africana, Midrand, África do Sul.

UNECA (2016), *Transformative Industrial Policy for Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para África , Adis Abeba, www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/tipa-full_report_en_web.pdf.

UNECA/UA (2013), "Industrialization for an emerging Africa"., *Issues paper*, Sexta reunião anual conjunta da conferência da UNECA dos ministros africanos das finanças, do planeamento e do desenvolvimento económico e a Conferência da UA dos ministros da economia e das finanças, 25 e 26 março, Abidjan, www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/CoM/cfm2013/industrialization-for- an-emerging-africa-issuespaper.pdf.

Van Praag, M. e A. Van Stel (2013), "The more business owners the merrier? The role of tertiary education", *Small Business Economics*, Vol. 41/2, pp. 335-357, Springer Science, Nova Iorque, https://doi.org/10.1007/s11187-012-9436-x.

Yoshino, Y. et al. (2013), "Uncovering Drivers for Growth and Diversification of Tanzania's Exports and Exporters", Banco Mundial, Washington, DC.



Capítulo 7

Criar, executar e avaliar as estratégias de industrialização africanas

Este capítulo analisa as estratégias nacionais de industrialização existentes em África. Começa por olhar para a criação das estratégias de industrialização do continente, o papel das políticas industriais e até que ponto estas apoiam o empreendedorismo. Em seguida, discute a implementação através da coordenação do trabalho dos governos nacionais e subnacionais e da melhoria das capacidades do governo. Por último, este capítulo examina a necessidade de monitorização das políticas e de avaliação do impacto para o êxito das estratégias de industrialização.

EM SÍNTESE

Os países africanos estão a fazendo esforços consideráveis para desenvolver uma visão para a industrialização. Atualmente, cerca de metade dos países africanos dispõem de uma estratégia de industrialização, muitas das quais destinadas a melhorar o empreendedorismo. Mas poucas se referem realmente ao papel das empresas com elevado potencial de crescimento, sobretudo pequenas e médias empresas jovens. As estratégias têm de visar mais eficazmente tais empresas, que são importantes para a industrialização. Aquando da conceção de estratégias, os governos devem considerar certas políticas industriais e aprender com as experiências do passado.

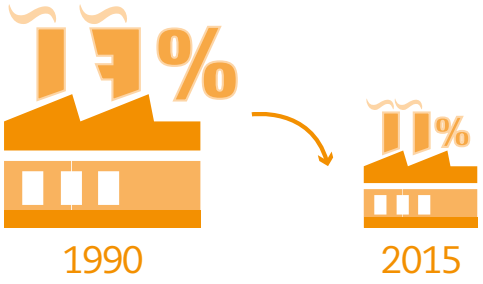
A implementação de estratégias de industrialização ainda constitui um desafio para muitos países. Estratégias bem sucedidas exigem uma forte liderança política e o empenho total de todos os níveis de governo. A participação dos governos subnacionais pode ajudar a criar políticas que melhor se adaptem às necessidades locais das empresas, desde que os governos tenham as capacidades necessárias e possam assegurar transparência. A coordenação entre organismos governamentais e a participação do setor privado no processo de decisão política pode ajudar a implementar as estratégias de industrialização de forma mais eficaz.

Por último, a monitorização das políticas e a avaliação de impacto são cruciais para tornar as estratégias de industrialização mais eficientes. Este tipo de avaliação pode servir para recompensar as instituições com bom desempenho e para rever políticas, mas são necessários dados fiáveis.

Sabia que...?

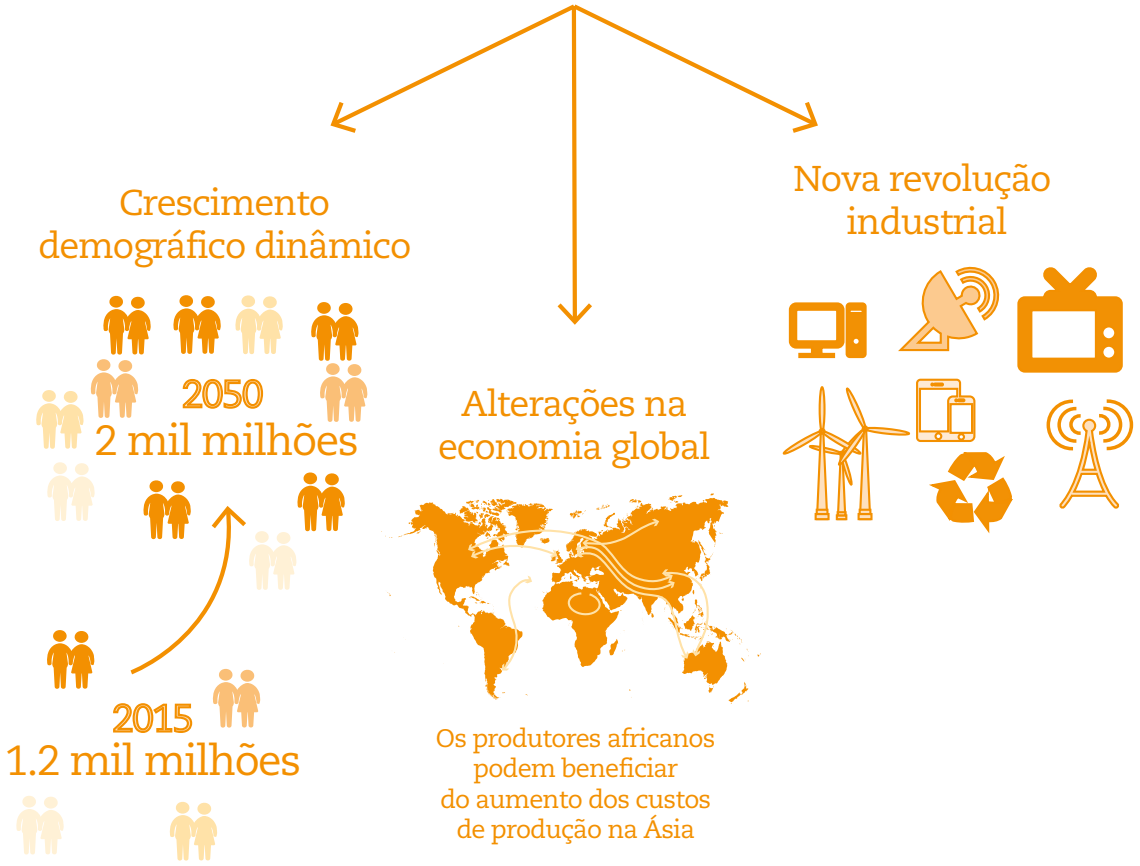
- 26 países africanos têm uma estratégia nacional relativa ao desenvolvimento industrial, e 19 dentre estes visam a indústria ligeira.
- A morte prematura devido à poluição atmosférica custou a África um terço do seu PIB, embora o continente ainda não esteja industrializado.
- O Botswana, o Gana, as Maurícias e a África do Sul classificam-se melhor quanto à sua capacidade de implementar políticas industriais do que alguns concorrentes asiáticos.
- Na Etiópia, as agências federais e regionais trabalham em conjunto com os municípios para oferecer formação em gestão e facilitar o financiamento das PME.

Apesar do impressionante crescimento económico, a proporção da indústria transformadora no PIB africano decresceu



Um novo olhar sobre a industrialização em África

Olhando para o futuro, novas oportunidades se apresentam para a industrialização africana



Os governos podem conceber estratégias de industrialização para promover o empreendedorismo

Como podem os países africanos pôr as suas ideias de industrialização em prática? O principal pré-requisito para a adoção de estratégias de industrialização é uma forte liderança política. A implementação de estratégias também exige muitos atributos que alguns países ainda não desenvolveram: capacidades internas e instituições sólidas; políticas eficientes e coordenação entre órgãos; bem como monitorização e revisões regulares das políticas. Os governos podem, no entanto, aprender fazendo.

A industrialização é imperativa para que África alcance o nível das regiões de rendimento elevado e exige ação estratégica. O Capítulo 6 revelou que as estratégias de industrialização inovadoras apresentam três características principais: devem evitar os erros anteriores; tirar partido dos setores com elevado potencial de crescimento; e capacitar todos os agentes económicos, especialmente os empresários africanos motivados por oportunidades.

Uma estratégia de industrialização pretende transformar a sociedade. Trata-se de um bem público que exige apoio público. Essa conecta o processo de decisão política às ideias de um futuro no longo prazo partilhado pelos cidadãos. De forma a dar corpo a tais ideias, uma estratégia define prioridades de desenvolvimento, que servem para coordenar os objetivos políticos no médio prazo e avaliar a sua realização. Estas prioridades dependem do contexto e variam consoante os diferentes países africanos. Uma estratégia de industrialização direciona o pensamento e os investimentos de longo prazo num contexto de incerteza.

As estratégias proporcionam um quadro abrangente para a coordenação de políticas, definindo:

1. **Objetivos no longo prazo** para o desenvolvimento.
2. **Prioridades no médio prazo,** direcionando políticas e investimentos. Estas prioridades podem ser ajustadas com a evolução dos riscos. Concretizar as prioridades no médio prazo pode exigir reformas estruturais, incluindo reformas da governação em vários níveis.
3. **Metas no curto prazo q**ue permitam medir o desempenho, nomeadamente de cada instituição governamental. O desempenho pode ser recompensado e as políticas revistas em conformidade.

As estratégias de industrialização inovadoras devem ser participativas, multissectoriais e de base local. Os diversos níveis de governo podem desempenhar funções distintas na aplicação das políticas industriais. As estratégias participativas podem desenvolver o potencial dos agentes económicos africanos, incluindo os empresários, e garantir os direitos de propriedade da população. As estratégias não devem ser meros conjuntos de políticas sectoriais; ao invés devem fornecer um enquadramento abrangente para equilibrar as políticas sectoriais, as políticas macroeconómicas e as políticas de base local. As estratégias devem analisar ao pormenor as potencialidades dos diversos locais e regiões, incluindo nos níveis subnacionais e transfronteiras (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 206; BAD/OCDE/PNUD, 2016: 236-237).

Muitos países africanos já conceberam estratégias de industrialização

Pelo menos 26 países africanos têm atualmente uma estratégia nacional para o desenvolvimento industrial, mas os seus objetivos variam largamente (Tabela 7.1). Muitos países almejam criar novas indústrias de mão-de-obra intensiva para gerar emprego. Outros procuram na política industrial um meio de aumentar a sua competitividade e capacidade

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

tecnológica. Algumas estratégias tentam gerar mais relações entre as indústrias já existentes, nomeadamente através da melhoria das relações a montante (isto é, das empresas aos fornecedores) no setor da exploração mineira e extração de recursos, ou por meio da melhoria das relações a jusante (isto é, dos produtores ou fornecedores aos clientes) em certos setores de comércio a retalho. Os países cuja economia é baseada em recursos naturais muitas vezes encaram o desenvolvimento industrial como um instrumento de diversificação das suas economias e exportações e de alargamento da base fiscal do governo. O comércio é uma componente importante, em que muitas estratégias pretendem aumentar as exportações para os mercados sub-regionais e internacionais.

Tabela 7.1. **Estratégias nacionais de industrialização em África**

País	Estratégia nacional	Calendário
África do Sul	Industrial Policy Action Plan	2014-17
Angola	Plano Nacional de Desenvolvimento, integrado na Estratégia 2025	2013-17
Argélia	New Economic Growth Model	2016-20
Botswana	Industrial Development Policy for Botswana	2014
Cabo Verde	Estratégia de crescimento e de redução da pobreza	2008-11
Camarões	Plan directeur d'industrialisation, integrado na Vision 2035	2010-35
Côte d'Ivoire	National Development Plan	2016-20
Egito	Industrial Development Strategy	2010-25
Etiópia	Industry Development Strategy	2002
Gabão	Stratégie Nationale d'Industrialisation, integrada no Plan Stratégique Gabon émergent 2025	2013
Gana	Ghana Industrial Policy	2020
Guiné Equatorial	Plan Ecuatoguineano de Industrialización 2020	2011-20
Malawi	National Industrial Policy	2016
Marrocos	Industrial Acceleration Plan 2014-2020	2014-20
Mauritânia	Stratégie pour le développement du secteur industriel en Mauritanie	2015-19
Moçambique	Plano nacional de desenvolvimento	2013-33
Namíbia	Industrial Policy Implementation and Strategic Framework	2012-30
Nigéria	Nigeria Industrial Revolution Plan	2014-19
Quénia	Kenya National Industrial Policy Framework	2010
Ruanda	Rwanda Industrial Master Plan	2009-20
Senegal	Accelerated Growth Strategy	2005
Tanzânia	Integrated Industrial Development Strategy	2011-25
Tunísia	National Industrial Strategy	2011-16
Uganda	Integrated Industrial Policy for Sustainable Industrial Development and Competitiveness	
Zâmbia	Industry Strategy for Engineering Products	2012-17
Zimbabwe	Industrial Development policy	2012-16

Fonte: Inquérito aos especialistas de 42 países do PEA 2017 e pesquisa documental.

A maioria das estratégias de industrialização africanas visam setores económicos específicos. Um inquérito e pesquisa documental realizados para este relatório mostram que é esse o caso de 24 das 26 estratégias mencionadas na Tabela 7.1:

- 19 estratégias identificaram a indústria ligeira como a área fulcral para o desenvolvimento, sobretudo a transformação agrícola, os produtos de madeira, o vestuário, os têxteis, o couro e o calçado.
- 16 estratégias abordam aspetos da sustentabilidade ambiental, tais como as energias renováveis e a conservação da água.
- 15 estratégias visam a agricultura, incluindo o gado, a silvicultura e os produtos da pesca.
- 13 estratégias relacionam-se com o turismo e os serviços de alta tecnologia.
- 11 focam-se nos setores da exploração mineira e extração de recursos, tais como o cobre, o petróleo e o gás.
- 8 dão prioridade à energia e 5 à construção.

Algumas estratégias de industrialização africanas privilegiam o desenvolvimento do setor privado, incluindo o empreendedorismo (ver Capítulo 6; BAD, 2016a). A Industry Development Strategy (Estratégia de desenvolvimento da indústria) da Etiópia identifica as pequenas e médias empresas (PME) como um setor importante para os empresários nacionais e para a criação de emprego. A estratégia consagra ao apoio às PME as agências regionais e federais que trabalham com os municípios. Consultando estreitamente o setor privado, estas agências oferecem formação em gestão e reforçam o financiamento das PME através de fontes como empresas de locação financeira e bens de capital. O Plano nacional de desenvolvimento de Moçambique também visa o incentivo ao setor privado no sentido de investir e desenvolver as PME.

As estratégias norteiam a coordenação das políticas industriais nas várias áreas

As políticas industriais são geralmente definidas como a "promoção ativa da mudança estrutural e novas atividades económicas de elevado potencial em todos os setores" (McMillan et al., 2016: 8). As estratégias nacionais de industrialização coordenam as políticas transversais a áreas como "o capital humano e as competências, infraestruturas, financiamento, comércio e ciência e tecnologia" (OCDE, 2013: 104). O seu sucesso depende do país em concreto, do seu estado de desenvolvimento e do contexto global (OCDE, 2013: 104; Lin e Monga, 2013: 20).

As políticas industriais podem corrigir as falhas do mercado e orientar as atividades económicas para atingir objetivos estratégicos de política. Os incentivos de mercado podem restringir os países a atividades menos sofisticadas, tais como a exportação de matérias-primas (OCDE, 2013). Acresce ainda que a assimetria de informações pode desencorajar o investimento em atividades económicas inovadoras, as quais, muitas vezes, são arriscadas. As políticas industriais podem promover a aprendizagem de novas práticas e de fracassos empresariais. Muitos projetos exigem investimentos simultâneos em grande escala para se tornarem viáveis, o que pode ultrapassar a dinâmica do mercado e a capacidade de coordenação de um único empresário (Rodrik, 2004).

As políticas industriais podem ajudar à diversificação da economia de um país e a melhorar suas capacidades industriais. As políticas que visam certos sectores podem favorecer nova atividade económica melhorando as relações entre indústrias. O Botswana, por exemplo, criou a Diamond Trading Company em 2006 para desenvolver relações entre a extração de diamantes e o fabrico de joias. Originou, assim, ligações a jusante e postos de trabalho adicionais, no corte e polimento de diamantes e no fabrico de joias. São precisamente as joias a maior exportação do país hoje em dia (ver nota de país de Botswana).

A promoção do investimento direto estrangeiro (IDE) é uma importante política de industrialização. Os governos podem usar o IDE para melhorar os conhecimentos dos empresários, fazer um upgrade às infraestruturas e desenvolver as empresas locais. Além disso, as políticas de IDE podem ajudar a canalizar o financiamento para projetos arriscados e de longo prazo que os regimes de financiamento baseados no mercado teriam relutância em apoiar. Podem ainda encorajar as empresas e as universidades a efetuar investigação.

Ao conceber políticas industriais, os governos devem considerar as suas principais características e aprender com o passado

A forma como os países concebem as suas políticas industriais é muito variável. Como se pode ver na Tabela 7.2, as políticas industriais podem englobar diferentes estruturas de governação, objetivos de desenvolvimento e prioridades económicas e podem combinar várias áreas políticas. Apesar de as prioridades divergirem de país a país, promover o acesso ao financiamento, o desenvolvimento de competências e clusters empresariais é fundamental para apoiar os empresários (ver Capítulo 8).

Tabela 7.2. **Principais características das políticas industriais**

Estruturas de governação	Centralizada: os governos subnacionais têm responsabilidades e poder decisório limitados (ex.: Côte d'Ivoire). Mista: os incentivos nacionais e regionais co-existem com as locais (ex.: Etiópia). Descentralizada: os governos subnacionais têm mais responsabilidades do que na governação centralizada e estão mais envolvidos no processo decisório (ex.: Ruanda).
Objetivos de desenvolvimento	Crescimento Criação de postos de trabalho Competitividade internacional Inclusão espacial e competitividade territorial Coesão social Desenvolvimento sustentável
Prioridades económicas	Diversificação (isto é, entrada em novos setores e tipos de especialização e upgrade dos existentes) Um sistema de produção denso (isto é, aumento do empreendedorismo e das relações a montante a jusante)
Combinação de políticas	Incentivos diretos e indiretos para as empresas Macroeconomia (isto é, gestão das taxa de câmbio e de juros) Comércio e IDE Concorrência Desenvolvimento de competências Construção e melhoria de infraestruturas Financiamento (isto é, bancos de desenvolvimento) Ciência e tecnologia

Fonte: Adaptado de OCDE (2013: 109).

As lições aprendidas com os êxitos e fracassos das anteriores políticas industriais mostram que os governos, aquando da conceção de políticas, devem evitar o seguinte: (OCDE, 2013: 107):

- **Subvenções indiscriminadas.** A concessão de subvenções sem condições claras aumenta o risco de má seleção dos beneficiários e de desenvolver desenvolvimento de comportamentos de dependência deste tipo de auxílio entre as empresas.
- **Apoio infindável.** Subvenções sem cláusulas de caducidade diminuem o incentivo de aumento da produtividade para as empresas.
- **"Catedrais no deserto".** As fábricas e os laboratórios de investigação estabelecidos em locais remotos são menos produtivos não havendo simultaneamente a criação de ligações a montante e a jusante.
- **Evitar a concorrência.** Se as novas atividades económicas e as indústrias não forem gradualmente exposta à concorrência interna e externa, permanecerão menos produtivas.
- **Ficar sob o jugo de empresas já estabelecidas.** As consultas do setor privado não devem apenas incluir as empresas já existentes, mas também as novas, para evitar que as políticas fiquem sob o jugo de empresas mais antigas que poderão ignorar os interesses das novas.
- **Massa crítica para investimentos diminuta.** Se o investimento governamental for reduzido, não conseguirá "angariar" fundos do setor privado.
- **Horizontes de curto prazo e orçamentos anuais.** Para ser eficiente, a promoção da ciência e a inovação requer orçamentos no médio prazo, em vez de orçamentos anuais, visto que aqueles possuem um horizonte temporal mais alargado.
- **Falta de mecanismos de acompanhamento e avaliação.** O acompanhamento e a avaliação regulares das políticas industriais torna-as mais eficazes e permite melhorias por tentativa e erro.

As políticas industriais devem respeitar o ambiente. Embora o continente ainda não se tenha industrializado, em 2013 a poluição atmosférica já custou a África 447 mil milhões de USD, um terço do seu PIB (Roy, 2016). Além disso, também provoca morte prematura. Os

governos devem evitar a subvenção de combustíveis fósseis e de outros setores poluentes, de forma a salvar vidas e reduzir custos económicos. Soluções energéticas com baixas emissões de carbono, tais como a energia eólica, solar e hidroelétrica, bem como sistemas isolados (*off-grid*) e de mini geração (*mini-grid*), podem ajudar os países a expandir a sua capacidade de gerar eletricidade (Brahmbhatt, Haddaoui e Page, no prelo). Investir em tecnologias com baixas emissões de carbono permitiria aos países africanos evitar custos consideráveis suportados pelos países da OCDE, incluindo custos de readaptação e danos à saúde das pessoas, à economia e ao ambiente. As políticas devem também ajudar ao desenvolvimento de parques industriais e zonas económicas especiais (ver também Capítulo 8) sem agravar o seu impacto ambiental. Os governos devem adotar políticas "verdes" visando áreas específicas de desenvolvimento industrial em parques, tais como transportes e logística, eficiência energética, bem como água e saneamento.

Os países podem reduzir o impacto ambiental da industrialização adotando tecnologias limpas, energias renováveis e uma gestão de resíduos adequada. Por exemplo, em julho de 2000, o governo do Quénia e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial criou o National Cleaner Production Centre (KNCPC). As suas atividades incluem formação, implementação de projetos e consultoria política destinados a aumentar a produtividade da empresa e garantir boa gestão ambiental. Até ao momento, o centro fez a auditoria de 90 empresas em eficiência de recursos e produção mais limpa, abrangendo mais de 20 setores industriais e ajudando-os a reduzir os poluentes e o consumo de energia e água numa média de 20% (KNCPC, 2017).

Caixa 7.1. **Experiências recentes na política industrial: Marrocos e África do Sul**

Os países africanos estão a adotar pacotes de políticas diferentes consoante as suas necessidades específicas. Em **Marrocos**, o Industrial Acceleration Plan 2014-2020 (PAI) pretende aumentar a contribuição da indústria para 23% do PIB até 2020 e criar 500 000 novos postos de trabalho. Tem por base os pontos fortes de setores como a indústria automóvel e aeronáutica, que, anteriormente, eram prioridades no âmbito do National Pact for Industrial Emergence 2009-2015.

O PAI emprega uma série de ferramentas para fomentar o crescimento e a competitividade, especialmente o tremendo desenvolvimento de infraestruturas em clusters industriais. O PAI criou um fundo de 2.2 mil milhões de USD para identificar e colmatar o défice de financiamento no desenvolvimento industrial. O governo também atrai IDE para as indústrias de apoio de modo a reduzir gradualmente a dependência de mercadorias importadas que a indústria transformadora manifesta e para adquirir os conhecimentos e a experiência que as empresas nacionais precisam (El Mokri, 2016). Simultaneamente, o PAI oferece apoio direcionado a empresas nacionais, para que cresçam e façam a transição do setor informal para o setor formal.

Na **África do Sul**, os Industrial Policy Action Plans (IPAP) servem para diversificar a economia além do setor mineiro. Dão prioridade a setores de valor acrescentado médio a elevado e de mão-de-obra intensiva, como a transformação agrícola, os veículos, os têxteis e a energia ecológica. Além de promover o comércio e atrair IDE, os IPAP fornecem incentivos e coordenam ações de reforço das competências e capacidades industriais e científicas (Zalk, 2012). Estas políticas apresentam uma cooperação reforçada e discussão entre os ministérios governamentais, o banco nacional de desenvolvimento, as partes interessadas do setor privado, a sociedade civil e as universidades (Baloy, 2012).

Fonte: OCDE (2013); Oxford Business Group (2015); El Mokri (2016); OCDE (no prelo).

Existe ainda um desnível significativo entre empreendedorismo e estratégias de industrialização

Muitos países africanos têm estratégias para o empreendedorismo, porém, estas incidem mais na luta contra a pobreza e na criação de postos de trabalho e não tanto na industrialização (Tabela 7.3). De acordo com um inquérito a 42 países africanos e com a investigação realizada para este relatório, as estratégias nacionais de empreendedorismo muitas vezes almejam a redução da pobreza pela estabilização dos rendimentos das microempresas sobreviventes.[1] Elas raramente têm como objetivo o aumento do emprego assalariado e da produtividade necessária para a industrialização. A maioria das estratégias que visam micro, pequenas e médias empresas conseguiram promover o emprego independente, em vez de aumentar o emprego assalariado (Grimm e Paffhausena, 2015). Muitos programas de empreendedorismo em África revelam potencial limitado para o aumento das oportunidades de emprego (Anexo 7.A1; BAD, 2016b).

Tabela 7.3. **Estratégias e iniciativas para promover o empreendedorismo nos países africanos**

País	Estratégias e iniciativas
África do Sul	National Small Business Act, Small Enterprise Development Agency, Black Industrialists Policy 2015, Broad-Based Black Economic Empowerment, Youth Enterprise Development Strategy
Argélia	National Agency for Investment Development, National Agency for SME Development
Botswana	Citizen Entrepreneurial Development Agency, Entrepreneurship Development Policy for Botswana (desenvolvimento em curso)
Burkina Faso	National Strategy for the Promotion of Women's Entrepreneurship
Cabo Verde	Technology Innovation and Entrepreneurship Strategy 2011-2014
Camarões	Strategy for the Development of SMEs and the Social and Artisanal Economy
Egito	Technology innovation and entrepreneurship strategy 2011-2014, Social Fund for Development (para as micro e pequenas empresas), General Authority for Investment (para as pequenas e médias empresas)
Etiópia	Micro and Small Enterprises Development Strategy (2011), Ethiopian Entrepreneurs Development Centre
Gabão	Legal Framework of Support for Enterprises
Gana	Yes Initiative, Graduate Entrepreneurial Business Support Scheme, Youth Employment Agency
Malawi	Enabling Enterprise Growth in Malawi, Buy Malawi Strategy, Small and Medium Enterprise Development Institute
Marrocos	Law 114-13 on self-employment status 2015
Nigéria	National Policy on Micro, Small and Medium Enterprises
Quénia	Micro and Small Enterprises Act 2012, Fund for Inclusion of the Informal Sector 2011
Ruanda	Small and Medium Enterprises Development Policy
Senegal	Charter for the Small and Medium Enterprises
Tanzânia	Small and Medium Enterprise Development Policy
Tunísia	State Bank for SME Financing, Agency for the Promotion of Industry and Innovation (sem um mandato específico para as PME)
Uganda	Micro, Small and Medium Enterprise (MSME) Policy
Zambia	Micro, Small and Medium Enterprise Development Policy

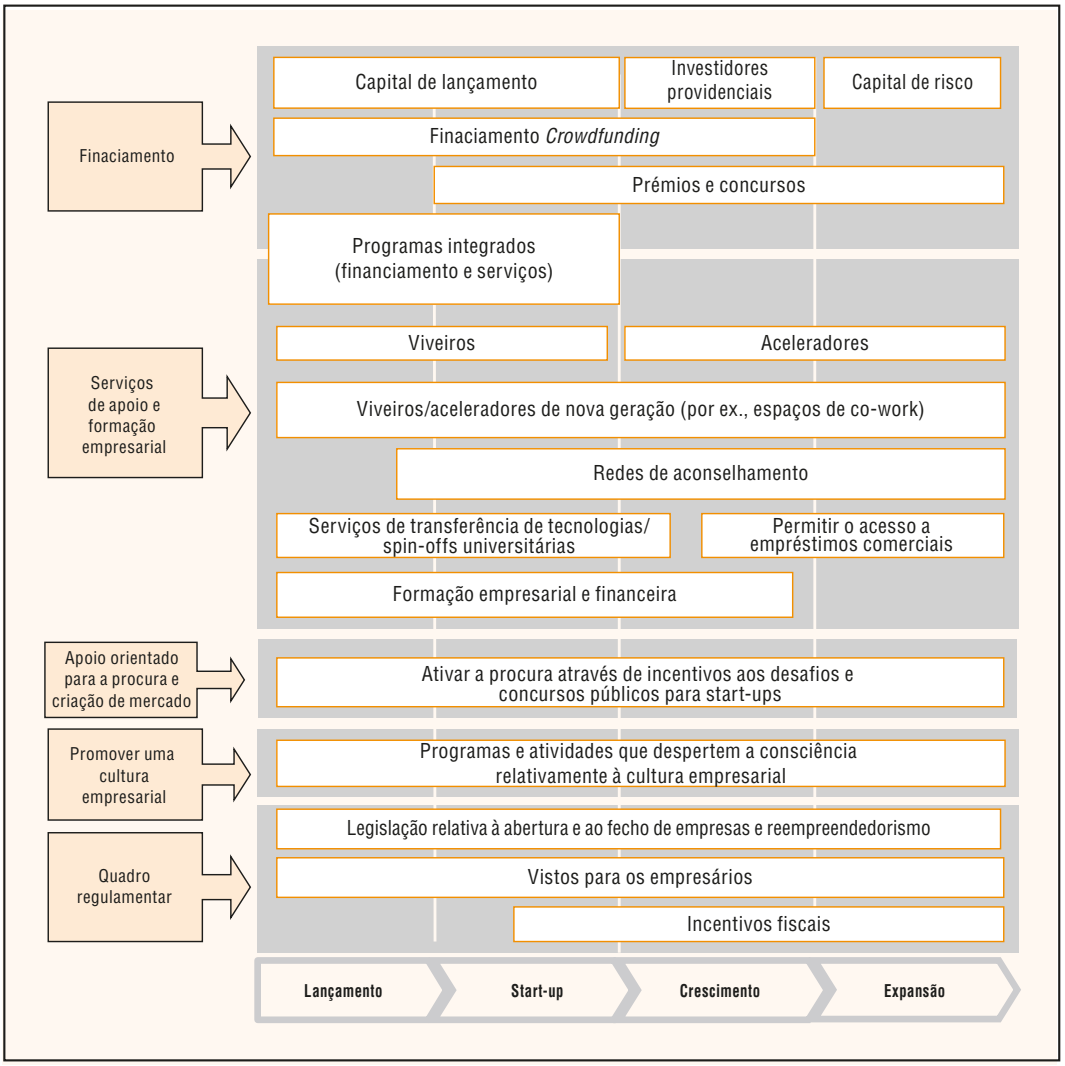
Fonte: Adaptado do inquérito aos especialistas de 42 países do PEA e pesquisa documental.

Vários governos africanos integraram eficazmente o desenvolvimento empresarial nas suas estratégias de industrialização. Um exemplo disso é o Industrial Acceleration Plan 2014-2020, de Marrocos (ver Caixa 7.1). Estabelece medidas especiais para apoiar o crescimento do empreendedorismo por meio de cinco pilares: criação do estatuto de emprego independente, segurança social, financiamento, fiscalidade e apoio direto aos empresários. O apoio direto inclui aconselhamento empresarial, aconselhamento personalizado, financiamento e digitalização.

Outro exemplo é o plano de desenvolvimento da Côte d'Ivoire para o setor das TIC. Esse promove a criação de novas empresas reduzindo os custos de arranque, investindo nas infraestruturas Outro exemplo é o plano de desenvolvimento da Côte d'Ivoire para o setor das TIC. Esse promove a criação de novas empresas reduzindo os custos de arranque, investindo nas infraestruturas e melhorando o quadro jurídico. Esta iniciativa ajudou o país a subir para a 142ª posição da classificação *Doing Business 2017*, 35 posições à frente do lugar obtido em 2013 (Banco Mundial, 2016).

Embora não exista uma fórmula única para a promoção do empreendedorismo (BAD, 2013), por norma, quatro fases de desenvolvimento empresarial orientam políticas eficazes (Figura 7.1). Cada país deve desenvolver a sua própria combinação de políticas com base nos respetivos recursos, visão para o desenvolvimento, capacidade tecnológica e sistemas de produção. No entanto, todas as políticas devem seguir os estádios de desenvolvimento empresarial: do lançamento ao arranque (*start-up*), passando pelo crescimento e pela expansão.

Figura 7.1. **Combinação de políticas para apoiar o empreendedorismo**



Fonte: OCDE (2016a).

Ao longo dos estados de desenvolvimento empresarial, os governos podem empregar uma combinação de ferramentas políticas. As ferramentas servem diferentes áreas, tais como o financiamento, serviços e formação, procura, a cultura empresarial e o quadro regulamentar. A recente experiência de países latino-americanos mostra que a combinação de várias ferramentas políticas, tais como o financiamento e serviços de formação, torna os novos programas mais eficientes (OCDE, 2016a). Os governos também podem guiar as empresas para atividades mais ecológicas, adaptando o apoio aos empresários cujos planos ou operações empresariais satisfaçam determinados critérios (Brahmbhatt, Haddaoui e Page, no prelo).

A execução e a avaliação de estratégias de industrialização ainda constituem um desafio

Ao pôr em ação as suas estratégias de industrialização, os países africanos podem beneficiar de um vasto leque de experiências internacionais. A avaliação ao pormenor das atuais estratégias africanas ultrapassa o âmbito deste capítulo, no entanto, um inquérito a especialistas realizado para este relatório mostra que há ainda o que melhorar. De acordo com os especialistas inquiridos, apenas seis estratégias foram aplicadas de forma eficaz. Existe um extenso conjunto de documentação relativo à execução adequada de estratégias de industrialização.[2]

São vários os fatores essenciais para as estratégias de industrialização que promovem o empreendedorismo:

- Os altos dirigentes políticos devem empenhar-se plenamente na industrialização e reconhecer nos empresários agentes fundamentais da mesma.
- Os governos devem identificar *i)* os obstáculos que impedem as empresas de fazer o *upgrade*; e *ii)* as barreiras à entrada das empresas em indústrias de elevado crescimento (Stiglitz, Lin e Patel, 2013).
- Os governos devem trabalhar em estreita proximidade com o setor privado no planeamento, conceção, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas industriais. A criação de Small Business Acts (leis para as pequenas empresas) pode ajudar a estruturar as consultas das empresas privadas.[3] Audições parlamentares também podem constituir uma plataforma para o intercâmbio.
- Os incentivos devem permitir que os decisores optem por certas políticas sem sucumbir à pressão política e aos interesses privados. Tal exige uma clara delegação de responsabilidades, a apresentação regular de relatórios de resultados e transparência ao longo de todo o processo.
- Deve assegurar-se a coordenação eficaz entre as agências, nomeadamente através da conceção de procedimentos administrativos simples.[4]
- Os decisores políticos devem estabelecer processos contínuos de reforço das capacidades e mecanismos de prestação de contas para aprender com as experiências anteriores (Greenwald e Stiglitz, 2013; Oqubay, 2015).

Além destes fatores, as estratégias de industrialização podem ser implementadas de modo mais eficaz *i)* envolvendo os governos subnacionais em determinadas políticas industriais; *ii)* suscitando políticas que se enquadrem nas capacidades dos governos, bem como; *iii)* acompanhando as políticas industriais e avaliando o seu impacto.

O envolvimento dos governos subnacionais torna as estratégias de industrialização mais eficientes

Os governos subnacionais podem ajudar à implementação das estratégias de industrialização, admitindo que possuam os recursos e as responsabilidades para tal e que a transparência seja assegurada. Os governos regionais e locais podem fornecer bens

públicos essenciais e serviços favoráveis às empresas, tais como o ensino e a formação profissionais (ver Capítulo 8). Eles também podem simplificar a burocracia e desenvolver regimes fiscais locais transparentes, além de criar clusters empresariais e promover ligações entre estes e outras áreas da economia local. Podem garantir a segurança de pessoas e bens e identificar necessidades de infraestruturas. Podem igualmente conceber políticas de base local para fazer face aos desafios de implementação com que os governos centrais se deparam.

Ao nível da execução do programa, as organizações intermediárias locais podem ajudar a adaptar as políticas ao contexto local e fazer uso dos recursos disponíveis, tais como conselheiros experientes, plataformas para troca de ideias e formação. Fixar vários serviços para os empresários num único espaço, por exemplo, pode melhorar a coordenação, o aconselhamento e a criação de ideias, reduzir os custos de administração e dar origem a uma melhor experiência para os utilizadores (OCDE, 2016b).

Existem vários exemplos positivos do envolvimento dos governos subnacionais em políticas industriais nacionais em África. As reformas ao nível nacional poderão ser mais eficazes se as autoridades locais tiverem mais autonomia, como sugere o caso da Etiópia. O país introduziu um imposto nacional de valor acrescentado em 2003; as empresas importadoras das cidades com maior autonomia beneficiaram mais desta reforma do que as das cidades com menor autonomia (Chaurey e Mukim, 2015). Na África do Sul, o município de eThekwini agiu em nome do governo central para conseguir lidar mais diretamente com as empresas na criação do Durban Auto Cluster. O município facilitou a aproximação das empresas numa associação industrial e contribuiu com 50% do seu orçamento (Morris, Staritz e Barnes, 2011). O Ruanda deu início à descentralização bem sucedida do apoio às PME (Caixa 7.2).

Caixa 7.2. **Business Development Fund do Ruanda**

No Ruanda, a descentralização dos serviços empresariais ajuda à promoção das zonas rurais. O Business Development Fund (BDF) é uma sociedade anónima com 55% das ações detidas pelo governo e 45% detidas pelo Banco de Desenvolvimento do Ruanda. Estabelecido em 2011, o BDF é uma das principais instituições de implementação dos objetivos nacionais de empreendedorismo e desenvolvimento empresarial. Entre outras atividades, o BDF auxilia, aconselha e forma empresários na busca de novas ideias de negócios e apoia propostas empresariais financiáveis de micro, pequenas e médias empresas no acesso ao financiamento.

Após um ano de funcionamento e com base nos comentários dos cidadãos rurais, o BDF apercebeu-se de que o escritório na capital era incapaz de fornecer serviços em áreas rurais. O governo nacional decidiu descentralizar o fundo e abrir agências do BDF em todo o país. Atualmente, existem 30 Business Development Centres ao nível distrital. Estas agências trabalham em colaboração com os governos distritais que ajudam o BDF a atrair, prestar apoio administrativo e acompanhar os beneficiários.

Até à data, foram formados 827 consultores de desenvolvimento empresarial e alocados a diferentes distritos do país e mais de 17 000 empresários beneficiaram destes serviços de desenvolvimento empresarial. Há uma ampla variedade de serviços empresariais, da preparação e revisão de planos de negócios ao apoio técnico para a obtenção de capitais. Mais de 14 000 dos beneficiários receberam financiamento do BDF e de outras instituições financeiras. No geral, foram criados mais de 28 000 novos postos de trabalho.

Os governos subnacionais também podem liderar as experimentações e mudanças políticas. Na África do Sul, a cidade de Joanesburgo desenvolveu um *Youth Entrepreneurship Strategy and Policy Framework* em 2009. Esse planeia transformar a África do Sul no principal país empreendedor do mundo em desenvolvimento até 2025. O quadro político está alinhado com a prioridade que o governo central dá ao combate às elevadas taxas de desemprego juvenil. No Quénia, as autoridades municipais em Nairobi trabalharam com a UN-Habitat para desenvolver Youth Resources Centres de balcão único desde 2003. O seu principal objetivo é formar jovens em TIC, empreendedorismo, viveiros de empresas, literacia financeira e criação de emprego. Após o primeiro centro em Nairobi, foram estabelecidos mais cinco em Kigali (Ruanda), Mogadíscio (Somália), Dar-es-Salaam (Tanzânia), Arua e Campala (Uganda).

Os governos subnacionais poderiam envolver-se mais nas políticas industriais africanas. O inquérito aos especialistas realizado para este relatório mostra que, entre os 26 países com estratégias nacionais de empreendedorismo, apenas 3 lidam de maneira efetiva com os governos locais. Outros 18 países envolvem os governos locais nestas estratégias, mas de forma mais limitada e ineficaz.

A fraca responsabilização e a capacidade dos governos locais estão entre os principais obstáculos a uma maior descentralização. Os níveis inferiores de governo têm geralmente menos capacidade do que os governos centrais; além disso, há grandes diferenças de capacidade entre as regiões e as províncias dentro dum mesmo país. As medidas em matéria da governação em vários níveis podem aumentar a capacidade de as regiões africanas aplicarem políticas industriais. É necessário que as regiões invistam em capacidades institucionais para realizarem seu potencialde produção (OCDE, 2013: 134; BAD/OCDE/PNUD, 2015).

A coordenação vertical entre governos nacionais, regionais e locais pode preencher lacunas políticas. O governo central do Ruanda, por exemplo, acompanha e recompensa o desempenho do governo local. Alguns países usam organismos oficiais de coordenação para evitar lacunas políticas. Não obstante os governos locais não poderem substituir os nacionais, podem oferecer condições ao crescimento das empresas locais, mesmo em países sem estratégias nacionais sólidas. Num ambiente de fragilidade ou conflito, por exemplo, as autoridades locais podem, muitas vezes, abordar certas necessidades básicas do setor privado de forma mais direta do que as agências nacionais.

Alguns países estão a desenvolver "regiões funcionais" por meio de estruturas de governação em vários níveis. Estas melhoram a coordenação ao fazer face a desafios partilhados além dos limites administrativos, especialmente em áreas metropolitanas. A Côte d'Ivoire, por exemplo, desenvolveu a região metropolitana da Grande Abidjã; o Gana está a desenvolver um sistema de planeamento metropolitano integrado em todas as jurisdições ao redor de Acra; Marrocos criou a nova região de Casablanca-Settat em 2015; e o Togo estabeleceu a área da Grande Lomé.

A região de Gauteng, na África do Sul, coordena as áreas urbanas em torno de Joanesburgo, Pretória e Midrand. Serve-se de métodos de co-financiamento e desenvolveu projetos comuns, tais como o Gautrain Rapid Rail Link, a Dinokeng Tourism Area e a City Deep Logistics Hub (Ronderos, 2016). No entanto, vários destes casos de cooperação horizontal são novos e podem ser melhorados.

O desenvolvimento territorial pode reforçar a política industrial. Na África do Sul, por exemplo, os governos locais podem mobilizar políticas industriais e de inovação, nomeadamente aumentando a receita local. Na Etiópia, os distritos governamentais locais (woredas) fornecem educação, cuidados de saúde, um sistema de justiça, uma força policial e infraestruturas, tais como estradas e rede de drenagem, embora os seus recursos

dependam em larga medida de subvenções do governo federal. Marrocos fez uso de ZEE de forma a industrializar determinadas regiões. As experiências dos países latino-americanos mostram que os governos subnacionais podem promover start-ups (Caixa 7.3).

Caixa 7.3. **Promover *start-ups* e desenvolvimento territorial: Exemplos da América Latina**

Recentemente, os países da América Latina têm promovido *start-ups* através: *i)* do reforço do quadro institucional para as apoiar; *ii)* da prioridade dada à inclusão social e regional fora da capital nas políticas favoráveis às *start-up*; e *iii)* da modernização dos instrumentos de apoio e das intervenções personalizadas em todos os estados de desenvolvimento empresarial (isto é, lançamento, arranque, crescimento e expansão).

Desde o lançamento do Start-Up Chile em 2010, o **Chile** tem integrado o empreendedorismo na estratégia nacional de produção-transformação, dando prioridade à retenção de talentos e empresas. O Chile também promoveu a criação de *start-ups* fora de Santiago e de empresas que oferecem soluções inovadoras para os problemas sociais nos setores estratégicos do país (por exemplo, exploração mineira inteligente, a indústria alimentar e a engenharia). O país introduziu mecanismos mais flexíveis adaptados às *start-ups*, tais como espaços de trabalho colaborativos e redes de aconselhamento. Também simplificou os regulamentos para que o registo de uma empresa demore apenas um dia.

Em 2012, a **Colômbia** criou uma agência especial, iNNpulsa Colombia, para apoiar as *start-ups*. Atualmente, a Colômbia está a introduzir um regime de cupões para conceder às novas empresas acesso a financiamento e a serviços por parte das organizações intermediárias acreditadas. O governo incentiva as instituições financeiras a investir em *start-ups* em todas as fases do seu desenvolvimento e os governos locais promovem a criação de *start-ups* através de parcerias público-privadas. As cidades de Bogotá e Medellín têm verificado um rápido crescimento no número de *start-ups*.

Fonte: OCDE (2016a).

A integração regional é outra forma de cooperação entre os governos que, mediante as condições certas, pode apoiar a industrialização. O Southern Africa Power Pool, que representa a maioria do comércio de eletricidade na África subsariana e a Senegal River Basin Development Authority constituem exemplos de cooperação regional no sector da energia. Os projetos de infraestruturas regionais também podem complementar as políticas industriais nacionais, tais como o corredor de desenvolvimento de Maputo, que liga a região de Gauteng, na África do Sul, ao porto de águas profundas de Moçambique, em Maputo. No entanto, a integração regional pode trazer efeitos colaterais, tais como um excesso de pressão da concorrência sobre determinadas regiões. As políticas devem planear e gerir os efeitos colaterais negativos em concertação com os atores locais (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 180-181).

As políticas industriais eficazes dependem das capacidades dos governos

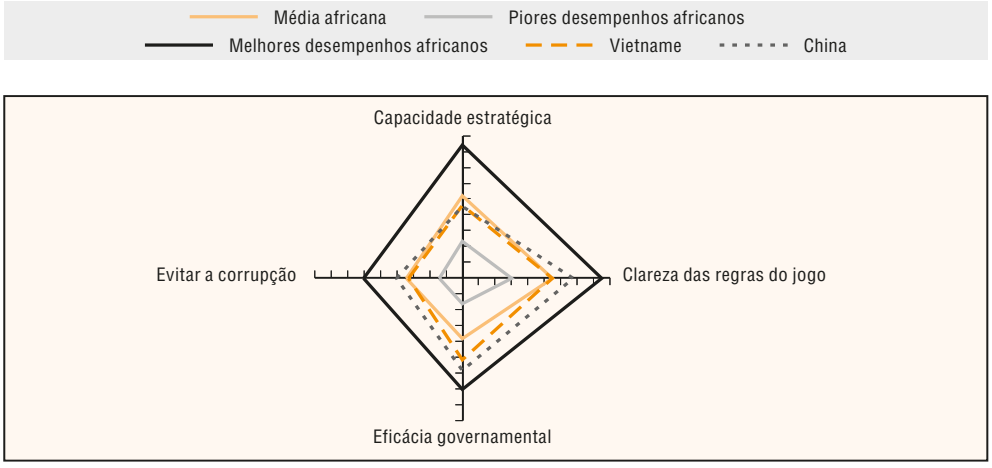
Os governos precisam de certas capacidades para gerir de forma eficaz as políticas industriais (Altenburg e Lütkenhorst, 2015: 52-53):

1. **Capacidade estratégica**: para conceber políticas conducentes ao crescimento sustentável e inclusivo da produtividade
2. **Capacidade de estabelecer regras claras:** para fixar regras transparentes de concorrência com base no mercado que i) facilitem a aplicação de contratos para as empresas e a fácil entrada ou saída destas do mercado; e ii) forneçam salvaguardas contra os monopólios e os cartéis

3. **Capacidade de prestar serviços de forma eficaz:** identificar e prestar serviços necessários e que o mercado não oferece de forma transparente e sistemática
4. **Capacidade de evitar a corrupção:** eliminar proteções que apenas servem grupos especiais de interesse, mas não o interesse do público em geral, para defender sistemas de incentivo e garantir a responsabilização.

A Figura 7.2 mostra o desempenho dos governos africanos com base nessas capacidades de gestão de políticas, em comparação com a China e o Vietname. Em geral, os países africanos têm uma classificação mais favorável na sua capacidade estratégica e na estipulação de "clareza das regras do jogo", ou seja, regras baseadas no mercado. Os países africanos de rendimento médio, como o Botswana, o Gana, as Maurícia e a África do Sul têm uma classificação alta nas quatro dimensões, melhor ainda do que os dois concorrentes asiáticos. Estes países parecem bem equipados para a implementação de políticas industriais. Nos países que não dispõem destas capacidades, as políticas industriais podem resultar numa distribuição inadequada dos recursos e no reforço do poder de grupos que apenas procuram rendas (Altenburg e Lütkenhorst, 2015: 96).

Figura 7.2. **Capacidades de gestão de políticas industriais para África, China e Vietname, 2015**



Nota: Os indicadores foram redimensionados para caberem numa escala de 0 (pior desempenho) a 10 (melhor desempenho). A média africana inclui os 36 países africanos que têm dados disponíveis nas quatro dimensões.

Fonte: Adaptado de Bertelsmann Stiftung (2016) *Transformation Index* para os índices de "Capacidade estratégica" e "Clareza das regras do jogo"; Banco Mundial (2015) *World Bank Worldwide Governance Indicators* para o índice de "Eficácia governamental"; Transparency International (2016) *Corruption Perception Index* para o índice de "Evitar a corrupção".

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475486

Os governos podem gradualmente melhorar as suas capacidades facilitando a aprendizagem, como a Coreia do Sul e o Taiwan demonstram. Estes dois países iniciaram os seus esforços de industrialização na década de 1960, com poucas capacidades e governação imperfeita (Chang, 2007). Não obstante, os governos concentraram-se na construção progressiva de capacidades e aplicaram mecanismos de freios e contrapesos . Durante todo o processo de implementação das políticas industriais, a aptidão governamental de "aprender fazendo" foi acumulando conhecimentos e capacidades organizacionais. Melhoraram igualmente as competências imateriais dos decisores políticos, tais como capacidade de aprendizagem, gestão de projetos complexos e manutenção da coerência organizacional (UNECA, 2016).

Alguns países africanos fizeram progressos substanciais, embora reconhecendo alguns problemas na implementação. A Tanzânia, por exemplo, desenvolveu recentemente estratégias industriais eficazes (Balchin et al., 2016). Embora o governo admita inúmeros

problemas que impedem o progresso desde 2010 (Governo da Tanzânia, 2016), reconhecer as falhas ajuda a solucioná-las e a melhorar as políticas. Muitos outros governos africanos estão a usar a digitalização e as novas tecnologias para melhorar as suas capacidades, identificar barreiras e melhorar o desempenho da prestação de serviço (ver Capítulo 5).

O acompanhamento das políticas e a avaliação de impacto são as chaves para o sucesso das estratégias de industrialização

A avaliação das políticas industriais é crucial para melhorar a eficácia política (Newman et al., 2016a; Stiglitz, Lin e Monga, 2013). Fazer o acompanhamento das políticas e avaliar o seu impacto é essencial para corrigir eventuais desajustes entre políticas complementares, incluindo as relacionadas com inovação, competências, financiamento e infraestruturas. Os países podem reforçar as suas capacidades institucionais de acompanhamento e avaliação melhorando a visibilidade e a rastreabilidade das suas estratégias. Por exemplo, na África do Sul, o Departamento de Comércio e Indústria (DTI) deve apresentar análises de implementação no médio prazo, que incluam resultados quantitativos e qualitativos. As análises avaliam o estado das metas estratégicas e setoriais, tais como o número de empresas beneficiárias, o número de postos de trabalho criados, a alocação de apoio governamental e alterações no quadro jurídico. O DTI também tem de comunicar ao parlamento, num relatório anual, os progressos do Industrial Policy Action Plan, reavaliando prioridades estratégicas e explicando potenciais novos desafios.

A avaliação de políticas pode ser melhorada em muitos países africanos. Poucos desenvolveram indicadores de desempenho mensuráveis, simples e significativos para a avaliação de políticas. Além disso, os países têm dificuldades na avaliação de políticas industriais uma vez que o seu impacto muitas vezes se alarga além do âmbito medido pelos indicadores. Os elevados custos da realização de inquéritos e análises, uma falta de compreensão da utilidade da conceção de políticas mais eficazes e a uma falta de empenho político podem impedir os governos de avaliar o impacto das políticas. A capacidade de acesso e troca de informações geradas por diferentes órgãos governamentais é fundamental para avaliar o impacto económico (OCDE, 2013: 139-40).

Estão a ser recolhidos novos dados para informar as opções políticas em África. Dados sobre a dinâmica empresarial, sobre os diversos tipos de empresário e sobre a sua potencial contribuição para o desenvolvimento, conforme descrito no Capítulo 6, poderiam servir para avaliar as políticas industriais. A Etiópia, o Quénia, Marrocos, a África do Sul e a Tanzânia realizaram inquéritos para melhor compreender a dinâmica de produção e inovação.

Os inquéritos a nível empresarial podem mostrar a heterogeneidade do comportamento das empresas e orientar melhor as políticas (Mayer e Ottaviano, 2007; Criscuolo et al., 2012). O Gana, a África do Sul e a Tunísia cada vez recolhem e analisam mais dados a nível empresarial. A disponibilidade de dados ao nível empresarial ainda é limitada em África, tal como na maioria das economias em desenvolvimento.

É essencial desenvolver infraestruturas estatísticas nos países para enfrentar este desafio de falta de dados de forma durável. Gerar estatísticas de alta qualidade disponibiliza as informações necessárias para a formulação de políticas eficazes. As agências nacionais de estatística podem desempenhar um papel fulcral enquanto geradoras de dados, em coordenação com os serviços administrativos. Os inquéritos às empresas podem fornecer as informações necessárias para a conceção de políticas, mas podem igualmente ser dispendiosos. As estatísticas relativas à estrutura das empresas e à sua dinâmica também são úteis. Os registos empresariais e de investimentos podem produzir esses dados, enquanto os dados administrativos e de inquéritos regulares podem completá-los. Várias iniciativas internacionais, tais como o Partnership in Statistics for

Development in the 21st Century (PARIS21) e o Working Group on Big Data da ONU, que visa o desenvolvimento sustentável, estão a trabalhar no sentido de melhorar a base estatística para avaliar os países em desenvolvimento.

Por último, embora as políticas industriais bem sucedidas devam ser específicas de cada país, partilham requisitos de implementação comuns.

- sólidas capacidades institucionais nacionais, aos níveis nacional e regional
- dados e a capacidade de processá-los, a fim de diagnosticar as tendências nacionais e estrangeiras
- recursos para a aplicação de políticas e a capacidade de os coordená-los em vários campos
- diálogo com o setor privado para construir parcerias e criar sinergias de investimento (OCDE, 2013: 240).

O Capítulo 8 examinará as restrições que vinculam os empresários e mostrar de que modo o enfoque das políticas nas competências, em clusters empresariais e no financiamento pode promover um empreendedorismo eficaz para a industrialização de África.

Anexo 7.A1. Impactos dos programas de empreendedorismo em África

A tabela abaixo reúne dados dos estudos efetuados sobre os impactos dos diversos programas de empreendedorismo em África. Foram selecionados dados de duas meta-análises, que incluíram 78 estudos quantitativos relativos ao empreendedorismo nos países em desenvolvimento (Grimm e Paffhausen, 2015; Honorati e Cho, 2013). Apenas foram selecionados os estudos que avaliam os impactos com base em conceções experimentais ou quase experimentais.

Tabela 7.A1.1. **Impactos dos programas de empreendedorismo em África**

País	Programa	Alvo	Visa mulheres	Impactos do programa	Fonte
África do Sul	Expansão do acesso ao crédito ao consumidor	Requerentes de empréstimo rejeitados marginalmente	Sim	Atividades do mercado de trabalho, rendimentos, consumo, bem-estar: positivos	Karlan e Zinman (2010)
Etiópia (rural)	Microcrédito de responsabilidade conjunta, combinado com um programa de planeamento familiar	Microempresários	Não	Criação empresarial: insignificante	Tarozzi, Desai e Johnson (2015)
Etiópia (Dire Dawa urbana)	Ativação do quadro jurídico e simplificação das condições regulamentares, bem como serviços de apoio	Microempresários	Não	Emprego: positivo	Eshetu, Ketema e Kassa (2013)
Gana	Subvenção em numerário ou em espécie	Proprietários de microempresas	Sim	Empresas de subsistência: Nenhuma Empresas maiores: aumento dos lucros	Fafchamps et al. (2014)
Gana	Formação empresarial	Proprietários de microempresas	Não	Lucros, gestão prática e receitas: positivos	Mano et al. (2011)
Madagáscar (urbano)	Empréstimos individuais de 1 ano com médias de EUR 500 para as microempresas urbanas e empréstimos de 2-3 anos com médias de 8 000 euros para as PME	Microempresários	Não	Emprego: insignificante	Gubert e Roubaud (2011)
Malawi	Acesso a contas bancárias: normais vs. conta com política de levantamentos restritos	Pequenos agricultores	Não	Poupança e investimento: positivos	Brune et al. (2016)
Malawi	Concessão de crédito para a adoção de tecnologia	Agricultores	Não	Contração de empréstimos: positiva	Gine e Yang (2009)
Malawi (nacional)	Aprendizagem profissional combinada com apoio empresarial e formação de competências para a vida e, nalguns casos, capital de arranque	Microempresários	Não	Criação empresarial: insignificante	Cho et al. (2012)
Marrocos (rural/semi-urbano)	Micro-crédito, de responsabilidade conjunta e de responsabilidade individual	Microempresários existentes	Não	Emprego: insignificante Criação empresarial: insignificante	Crepón et al. (2015)
Quénia	Acesso a contas bancárias que não oferecem juros	Vendedoras de mercado (mulheres) e condutores de bicicletas-táxi (homens)	Sim	Poupanças, investimento e despesas: positivos Horas trabalhadas: Nenhuma	Dupas e Robinson (2013)
Tanzânia	Formação empresarial e subvenções (numerário)	Clientes de microfinanciamento	Não	Vendas : positivas	Berge et al. (2011)
Tanzânia	Formação empresarial	Clientes de microfinanciamento e proprietários de microempresas	Não	Conhecimentos empresariais: positivos	Bjorvatn e Tungodden (2010)
Tunísia (nacional)	Educação para o empreendedorismo para graduados universitários	Jovens	Não	Criação empresarial: positiva	Premand et al. (2012)
Uganda (Região Norte)	Transferências em numerário quase incondicionais e sem supervisão para pagar a formação profissional, ferramentas e custos de arranque empresarial	Jovens pobres e sub-empregados que são microempresários	Não	Emprego entre os homens: significativo Emprego entre as mulheres: negativo	Blattman, Fiala e Martinez (2014)
Uganda (rural, urbano e semiurbano)	Formação empresarial e informações sobre sexo, reprodução e casamento	Raparigas de 14-20 anos que são microempresárias	Sim	Criação empresarial: positiva	Bandiera et al. (2015)
Zimbabwe (urbano)	Microcrédito de responsabilidade conjunta, acompanhado de uma sessão de orientação sobre as boas práticas de gestão empresarial e conselhos de gestão por parte de agentes de crédito	Microempresários	Não	Emprego: significativo	Barnes (2001)

Fonte: Adaptado de Grimm e Paffhausen (2015); Honorati e Cho (2013).

Notas

1. O inquérito aos especialistas do PEA recolhe respostas de economistas de países do BAD, da OCDE e do PNUD em gabinetes nacionais em África relativas às tendências observadas. As respostas são agregadas numa por país.
2. Ver em especial Lin e Stiglitz, 2013; Lin, 2012; Noman e Stiglitz, 2015; Newman et al., 2016a; UNECA, 2016; Altenburg e Lütkenhorst, 2015; Oqubay, 2015; Newman et al., 2016b; McMillan et al., 2016.
3. Por exemplo, desde 2003, a SME Development Policy da Tanzânia permitiu ao governo identificar limitações enfrentadas por pequenas empresas e oferecer soluções (Severino e Hajdenberg, 2016: 229-232).
4. Os contratos de desempenho no serviço civil podem ajudar, como mostrado no Quénia na década de 2000 e no Ruanda atualmente.

Bibliografia

Altenburg, T. e W. Lütkenhorst (2015), *Industrial Policy in Developing Countries: Failing Markets, Weak States,* Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham, Reino Unido.

BAD (2016a), *Industrialise Africa*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan,, www.afdb.org/fileadmin/ uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Brochure_Industrialiser_l_Afrique-En.pdf.

BAD (2016b), *Bank Group Strategy for Jobs for Youth in Africa, 2016-2025*, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Boards-Documents/Bank_Group_Strategy_ for_Jobs_for_Youth_in_Africa_2016-2025_Rev_2.pdf.

BAD (2013), *Private Sector Development Policy of the African Development Bank Group*, ORVP Department, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/ Private%20Sector%20Development%20Policy%20of%20the%20AfDB%20Group.pdf.

BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas económicas em África 2016* (versão condensada): *Cidades sustentáveis e transformação estrutural,* Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264248649-pt.

BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015* (versão condensada): *Desenvolvimento territorial e inclusão espacial,* Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt.

Balchin, N. et al. (2016), *Supporting the Preparation of Tanzania's Second Five Year Development Plan (FYDP II) 2016/17-2021/22,* Supporting Economic Transformation Programme, Overseas Development Institute, Londres.

Baloy, B. (2012), "The political economy of South Africa industrial policy", *Expert Meeting on Sustaining Growth in a Context of Shifting Wealth: What Role for Industrial Policy?*, apresentação no Centro de Desevolvimento da OCDE, maio, Paris.

Banco Mundial (2016), *Doing Business 2017: Equal Opportunity for All,* Banco Mundial, Washington, DC, www.doingbusiness.org/~/media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB17-Report.pdf.

Banco Mundial (2015), *World Bank Worldwide Governance Indicators*, http://databank.worlddbank.org/data/reports.aspx?source=Worldwide-Governance-Indicators,

Bandiera, O. et al. (2015), "Empowering adolescent girls: Evidence from a randomized control trial in Uganda", http://sticerd.lse.ac.uk/dps/eopp/eopp50.pdf.

Barnes, C. (2001), "Microfinance program clients and impact: An assessment of Zambuko Trust, Zimbabwe", *Assessing the Impact of Microenterprise Services*, Washington, DC.

Berge, L. et al. (2011), "Human and financial capital for microenterprise development: Evidence from a field and lab experiment", www.dartmouth.edu/~neudc2012/docs/paper_173.pdf.

Bertelsmann Stiftung (2016), *Transformation Index BTI 2016: Political Management in International Comparison*, Bertelsmann Stiftung.

Bjorvatn, K. e B. Tungodden (2010), "Teaching business in Tanzania: Evaluating participation and performance", *Journal of the European Economic Association*, Vol. 8/2-3, pp. 561-570.

Blattman, C., N. Fiala e S. Martinez (2014), "Generating skilled self-employment in developing countries: Experimental evidence from Uganda", *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 129/2, pp. 697-752.

Brahmbhatt, M., C. Haddaoui e J. Page (no prelo), "Green industrialization and entrepreneurship in Africa", documento de apoio ao *Perspetivas económicas em África 2017.*

Brune, L. et al. (2016), "Facilitating Savings for Agriculture: Field Experimental Evidence from Malawi", *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 64/2, pp. 187-220.

Chang, H.J. (2007), *The East Asian Development Experience: The Miracle, the Crisis and the Future*, Zed Books, Londres.

Chaurey, R. e M. Mukim (2015), "Decentralization in Ethiopia: Who benefits?", Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.banquemondiale.org/curated/fr/601031467987875938/Decentralization-in-Ethiopia-Who-benefits.

Cho, Y. et al. (2012), "The effects of apprenticeship training for vulnerable youth in Malawi", *mimeo*, Banco Mundial, Washington, DC.

Crepón, B. et al. (2015), "Estimating the impact of microcredit on those who take it up: Evidence from a randomized experiment in Morocco", *American Economic Journal: Applied Economics*, Vol. 7/1, pp. 123-150.

Criscuolo, C. et al. (2012), "The causal effects of an industrial policy", *NBER Working Paper*, No. 17842, National Bureau of Economic Research, Washington, DC, www.nber.org/papers/w17842.

De Beer, J. et al. (ed.) (2014), *Innovation and Intellectual Property: Collaborative Dynamics in Africa*, UCT Press, IP Unit, Faculty of Law, University of Cape Town e Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, África do Sul.

Dupas, P. e J. Robinson (2013), "Savings constraints and microenterprise development: Evidence from a field experiment in Kenya", *American Economic Journal: Applied Economics*, Vol. 5/1, pp. 163-192.

El Mokri, K. (2016), "Morocco's 2014-2020 industrial strategy and its potential implications for the structural transformation process", *Policy Brief*, OCP Policy Center, Rabat.

Eshetu, T., M. Ketema e H. Kassa (2013), "Economic impact of support service program on micro and small enterprises: The case of Dire Dawa administration, Ethiopia", *Agris On-line Papers in Economics and Informatics*, Vol. 5/1, pp. 21-29.

Fafchamps, M. et al. (2014), "Microenterprise growth and the flypaper effect: Evidence from a randomized experiment in Ghana", *Journal of Development Economics*, Vol. 106, pp. 211-226.

Gine, X. e D. Yang (2009), "Insurance, credit, and technology adoption: Field experimental evidence from Malawi", *Journal of Development Economics*, Vol. 89/1, pp. 1-11.

Governo da Tanzânia (2016), *A Concept Note for the Preparation of FYDP II Implementation Strategy*, projeto, Tanzânia.

Greenwald, B. e J.E.S. Stiglitz (2013), "Industrial policies, the creation of a learning society, and economic development", *The Industrial Policy Revolution I*, Palgrave Macmillan, Londres, pp. 43-71.

Grimm, M. e A.L. Paffhausena (2015), "Do interventions targeted at micro-entrepreneurs and small and medium-sized firms create jobs? A systematic review of the evidence for low and middle income countries", *Labour Economics*, Vol. 32, Elsevier, pp. 67-85, https://doi.org/10.1016/j.labeco.2015.01.003.

Gubert, F. e F. Roubaud (2011), "The impact of microfinance loans on small informal enterprises in Madagascar: A panel data analysis", *Social Protection Discussion Paper Series*, No. 77931, Banco Mundial, Washington, DC.

Honorati, M. e Y. Cho (2013), "Entrepreneurship programs in developing countries: A meta regression analysis", *Policy Research Working Paper*, No. 6402, Banco Mundial, Washington, DC.

Karlan, D. e J. Zinman (2010), "Expanding credit access: Using randomized supply decisions to estimate the impacts", *The Review of Financial Studies*, Vol. 23/1.

KNCPC (2017), "KNCPC Achievements", Kenya National Cleaner Production Centre, www.cpkenya.org/index.php?option=com_content&view=article&id=250&Itemid=362 (consultado em janeiro 2017).

Lin, J.Y. (2012), *New Structural Economics*, Banco Mundial, Washington, DC, https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8955-3.

Lin, J.Y. e C. Monga (2013), "Comparative advantage: The silver bullet of industrial policy", *The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government Beyond Ideology*, J.E.S. Stiglitz e J.Y. Lin (eds.), Palgrave Macmillan, Londres, pp. 19-38, http://doi.org/10.1057/9781137335173_2.

Lin J.Y. e J.E.S. Stiglitz (ed.) (2013), *The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government Beyond Ideology*, Palgrave Macmillan, Londres.

Mano, Y. et al. (2011), "How can micro and small enterprises in sub-Saharan Africa become more productive? The impacts of experimental basic managerial training", *Policy Research Working Paper*, No.5755, Banco Mundial, Washington, DC.

Mayer, T. e G. Ottaviano (2007), "The happy few: The internationalisation of European firms: New facts based on firm-level evidence", *Bruegel Blueprint Series*,Vol. 3, Bruxelas, http://bruegel.org/wp-content/uploads/imported/publications/BP_Nov2008_The_happy_few.pdf.

McMillan, M. et al. (2016), "Supporting economic transformation: An approach paper", http://set.odi.org.

Morris, M., C. Staritz e J. Barnes (2011), "Value chain dynamics, local embeddedness, and upgrading in the clothing sectors of Lesotho and Swaziland", *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development*, Vol. 4, No. 1, pp. 96-119.

Naudé, W. (no prelo), "Entrepreneurship and new industrialisation in Africa", documento de apoio ao *Perspetivas económicas em África 2017*.

Newman, C. et al. (2016a), *Manufacturing Transformation: Comparative Studies of Industrial Development in Africa and Emerging Asia*, Oxford University Press, Oxford.

Newman, C. et al. (2016b), *Made in Africa: Learning to Compete in Industry*, Brookings Institution Press, Washington, DC.

Noman, A. e J.E. Stiglitz (2015), *Industrial Policy and Economic Transformation in Africa*, Columbia University Press, Nova Iorque.

OCDE (no prelo), *Examen multidimensionnel du Maroc : Volume 1. Évaluation initiale*, Publicações OCDE, Paris.

OCDE (2016a), *Start-up Latin America 2016: Building an Innovative Future,* Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264265660-en.

OCDE (2016b), *Job Creation and Local Economic Development 2016*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264261976-en.

OCDE (2013), *Perspectives on Global Development 2013: Industrial Policies in a Changing World*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/persp_glob_dev-2013-en.

Oqubay, A. (2015), *Made in Africa: Industrial Policy in Ethiopia*, Oxford University Press, Nova Iorque.

Oxford Business Group (2015), *The Report: Morocco 2015*, Oxford, Reino Unido, Palgrave Macmillan, Nova Iorque.

Premand, P. et al. (2012), "Entrepreneurship training and self-employment among university graduates: Evidence from a randomized trial in Tunisia", *IZA Discussion Paper*, No. 7079.

Rodrik, D. (2004), "Industrial policy for the twenty-first century", *KSG Working Paper*, No. RWP04-047.

Ronderos, N. (2016), "A 4th level of government in Africa? Multi-level governance and metropolitan urbanisation", blogue Development Matters da OCDE, https://oecd-development-matters.org/2016/10/25/a-4th-level-of-government-in-africa-multi-level-governance-and-metropolitan-urbanisation/.

Roy, R. (2016), "The cost of air pollution in Africa", *OECD Development Centre Working Papers*, No. 333, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5jlqzq77x6f8-en.

Severino, J.M. E J. Hajdenberg (2016), *Entreprenante Afrique*, Odile Jacob, Paris.

Stiglitz, J.E.S., J.Y. Lin e C. Monga (2013), "The rejuvenation of industrial policy", *Policy Research Working Paper,* No. 6628, Banco Mundial, Washington, DC, https://doi.org/10.1596/1813-9450-6628.

Stiglitz, J.E.S., J.Y. Lin e E. Patel (ed.) (2013), *The Industrial Policy Revolution II: Africa in the 21st Century,*

Tarozzi, A., J. Desai e K. Johnson (2015), "The Impacts of Microcredit: Evidence from Ethiopia",

Transparency International (2016), *Corruption Perceptions Index 2016* (base de dados), www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016#table.

UNECA (2016), *Transformative Industrial Policy for Africa,* Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.oxfordbusinessgroup.com/morocco-2015.

Zalk, N. (2012), "South African post-apartheid policies towards industrialisation: Tentative implications for other African countries", *in* A. Noman et al. (ed.), *Good Growth and Governance in Africa: Rethinking Development Strategies*, pp. 345-371, Oxford University Press, Oxford, Reino Unido.



Capítulo 8

Políticas de promoção do empreendedorismo para a industrialização africana

Este capítulo identifica as restrições mais vinculativas que os empresários africanos enfrentam e concentra-se em três domínios importantes da política, de modo a auxiliar os empresários no seu contributo para a industrialização. Para fortalecer as empresas africanas, os governos devem desenvolver as competências dos empresários, melhorar as infraestruturas, nomeadamente nos *clusters* empresariais, e facilitar o financiamento. Em primeiro lugar, este capítulo discute formas de promover a educação e a formação profissional para empresários e trabalhadores assalariados. Em segundo lugar, examina o modo como os *clusters* podem fazer a industrializaçãose desenvolver, fornecendo condições propícias ao crescimento das empresas africanas. Em terceiro lugar, explora formas de financiamento de pequenas e médias empresas, incluindo as empresas com elevadas potencialidades. Propõe ainda meios para a cooperação entre os governos e o setor privado na conceção e implementação das políticas necessárias.

EM SÍNTESE

É necessária uma abordagem política holística de modo a reforçar o empreendedorismo para impulsionar a industrialização africana e a enfrentar a variedade de restrições. Este capítulo concentra-se em três áreas políticas de especial importância. A primeira consiste em melhorar as competências dos empresários e dos trabalhadores em geral, simultaneamente as fazendo responder às necessidades do mercado de trabalho. Embora os governos possam promover a aprendizagem, é necessário envolver o setor privado. A segunda área política relaciona-se com o agrupamento de empresas em *clusters* empresariais, tais como parques industriais e zonas económicas especiais. Os *clusters* podem dar apoio as start-ups e aumentar a produtividade e o crescimento das empresas já existentes, pressupondo que existem infraestruturas adequadas disponíveis. A terceira área política importante consiste em melhorar o acesso das empresas a fundos. Os mercados financeiros devem poder conceder empréstimos a preços acessíveis e fornecer instrumentos de financiamento mais variados e inovadores às empresas africanas, incluindo as pequenas e médias empresas.

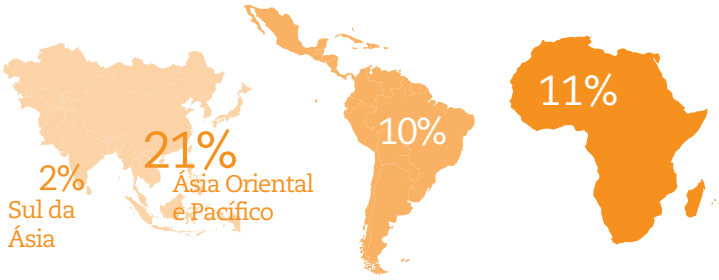
Sabia que...?

- Os prestadores de crédito terão de aumentar os empréstimos pelo menos em 135 mil milhões de USD para fazer face à procura das MPME africanas.
- Cada dólar americano que as instituições multilaterais investem em empresários africanos pode gerar até 5 USD adicionais em investimento no setor privado.
- As empresas africanas são 19% menos susceptíveis de obter um empréstimo bancário do que empresas noutras regiões em desenvolvimento.
- No Uganda, 28% das mulheres são proprietárias de terrenos, em comparação com 53% dos homens e apenas 10% podem usá-los como garantia, em comparação com 95% dos homens.

Melhorar o empreendedorismo em África para a sua industrialização

Melhorar as competências

Proporção de alunos do ensino secundário matriculados em programas de formação profissional:



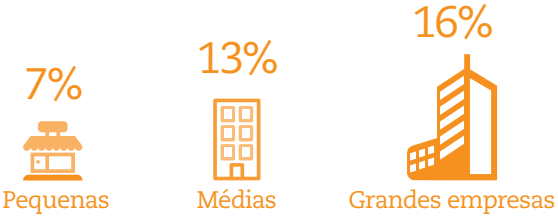
Agrupar *clusters* empresariais

Benefícios:



Melhorar o acesso a fundos

Proporção do fundo de maneio financiado por bancos em África:

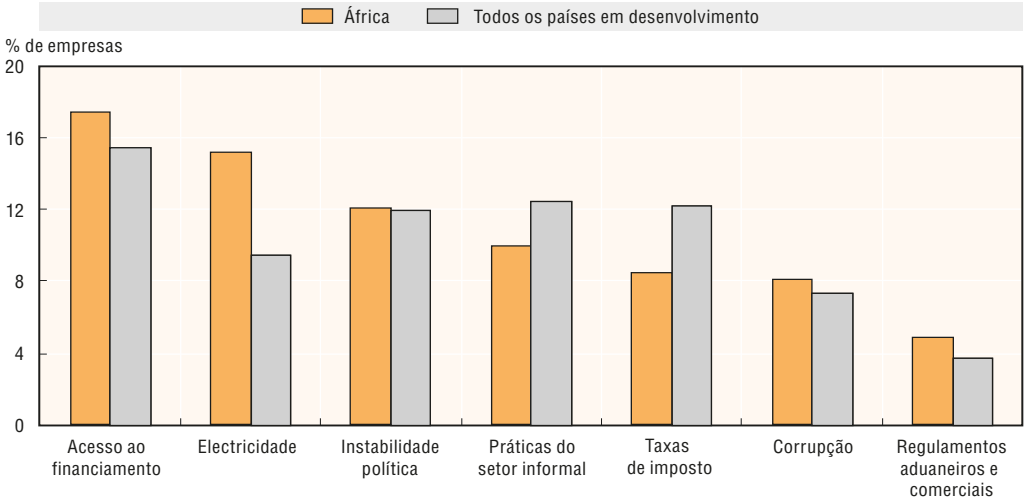


A existência de políticas que facilitem a atividade dos empresários é crucial para a industrialização em África

Para que África se industrialize, os empresários precisam de políticas governamentais que ajudem as suas empresas a crescer. A identificação de restrições vinculativas ao crescimento é um passo fundamental antes de conceber políticas (Lin e Monga, 2013). As limitações que os empresários enfrentam aquando do arranque de empresas ou do upgrade das suas operações dizem sobretudo respeito a competências, infraestruturas e ambiente empresarial e financiamento. O *upgrade* de competências é especialmente importante para um melhor uso das oportunidades das novas tecnologias na industrialização. As empresas africanas mencionam as infraestruturas, nomeadamente um fornecimento de energia elétrica fiável, e o acesso ao financiamento como as restrições mais comuns ao seu funcionamento (Figura 8.1).

Várias áreas políticas podem afetar o desempenho das empresas e as suas contribuições para a industrialização. Estas incluem a melhoria das condições económicas gerais através de sólidas políticas orçamentais e monetárias e taxas de câmbio adequadas, incrementando o ambiente empresarial, aplicando quadros regulamentares estáveis e garantindo relações comerciais justas. A redução das barreiras comerciais vai aumentar a dimensão dos mercados que os empresários africanos podem explorar (ver Capítulo 3). No entanto, a implementação de tais políticas exclusivamente ao nível macroeconómico não é suficiente. As políticas têm de ser adaptadas às condições, necessidades e capacidades específicas de cada país (ver também Bhorat et al., 2016). Dessa forma, podem fomentar o empreendedorismo, a sobrevivência e o crescimento das empresas, que são ingredientes fundamentais para uma industrialização rápida e sustentada (ver Capítulos 6 e 7).

Figura 8.1. **Limitações mais comuns ao funcionamento das empresas africanas, 2015 ou ano mais recente**



Fonte: Adaptado de Inquéritos às Empresas, www.enterprisesurveys.org.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475494

Os empresários necessitam de melhores infraestruturas e um ambiente empresarial mais favorável

As lacunas de infraestruturas reduzem o crescimento potencial dos empresários e, em particular, a eletricidade destaca-se como um enorme problema (Omidyar Network/Monitor Group, 2013). As infraestruturas são um elemento chave na promoção da industrialização, no aumento dos rendimentos, na acumulação de capital humano e num melhor acesso aos mercados (Lin, 2012). Os empresários do setor das altas tecnologias, por exemplo, padecem

de fornecimentos pouco fiáveis de eletricidade e são, muitas vezes, demasiado pequenos para se poderem sustentar o custo de ter geradores eficientes próprios.

Infraestruturas logísticas débeis, quer físicas quer institucionais, limitam a área de influência dos novos trabalhadores aos seus arredores mais próximos. Os empresários do setor agroalimentar, por exemplo, têm dificuldades em trazer produtos das áreas rurais para os transformadores e consumidores dos mercados urbanos devido ao desenvolvimento nascente da logística das cadeias de refrigeração.

As empresas jovens enfrentam mais dificuldades num ambiente empresarial desfavorável do que as empresas mais experientes. As empresas jovens podem ser demasiado pequenas para negociar melhores condições com o governo e, ainda assim, ter demasiada visibilidade para evitar uma percentagem desproporcional de impostos e burocracia morosa. Assim, muitas vezes permanecem no setor informal para evitar os regulamentos penosos para as empresas formais. Porém, a informalidade restringe a sua produtividade (Caixa 8.1). Direitos de propriedade fracos e mecanismos de execução contratual lassos reduzem o retorno de empresas que, caso contrário, teriam êxito e tornam a inovação desencorajadora para os empresários. Um ambiente regulamentar não transparente quanto a regras do mercado de trabalho, fiscalidade, procedimentos burocráticos, direitos de propriedade e legislação sobre falência são especialmente prejudiciais para o crescimento das empresas nos países em desenvolvimento (Quatraro e Vivarelli, 2014).

O fim destas limitações aumentaria consideravelmente a produtividade das empresas e permitiria aos empresários africanos competir com outros atores globais (Harrison, Lin e Xu, 2012; Dinh e Clarke, 2012). Depois de considerar o ambiente mais desafiante com que se deparam, as empresas transformadoras em África costumam ter um melhor desempenho do que as de outras regiões do mundo com níveis de rendimento semelhantes (Dinh e Clarke, 2012).

Caixa 8.1. **Políticas para fazer o upgrade das empresas do setor informal para o formal**

As empresas informais representam mais de metade da atividade económica em África (La Porta e Schleifer, 2011). As micro, pequenas e médias empresas e, por vezes até empresas maiores, trabalham no setor informal. As empresas informais têm tendencialmente uma produção menor do que as formais, em parte devido aos níveis de competências inferiores e à dimensão mais reduzida, o que impede que explorem economias de escala, e a um uso limitado dos serviços governamentais e do financiamento bancário. Assim, trazer mais empresas para o setor formal poderia aumentar a produtividade e promover o crescimento.

Os decisores políticos devem considerar as razões pelas quais vários tipos de empresas trabalham no setor informal e avaliar a sua capacidade de upgrade para o setor formal. Poderia ser contraproducente forçar as empresas informais a registar-se e a cumprir com as regras das empresas formais, pura e simplesmente, acabando por reduzir o emprego e aumentar a pobreza (Jütting e de Laiglesia, 2009). Os tópicos seguintes deverão fazer parte de melhores políticas para lidar com as empresas informais:

- ajudar as microempresas a aumentar a produtividade e os rendimentos através de programas de microcrédito e educação
- validar as competências adquiridas no setor informal através de certificação (ver os exemplos do Benim, da Etiópia, do Mali, do Senegal e da África do Sul em BAD/OCDE, 2008)
- melhorar o acesso ao financiamento, direitos de propriedade, regulamentação relativa a falência, reformas do mercado energético e infraestruturas.

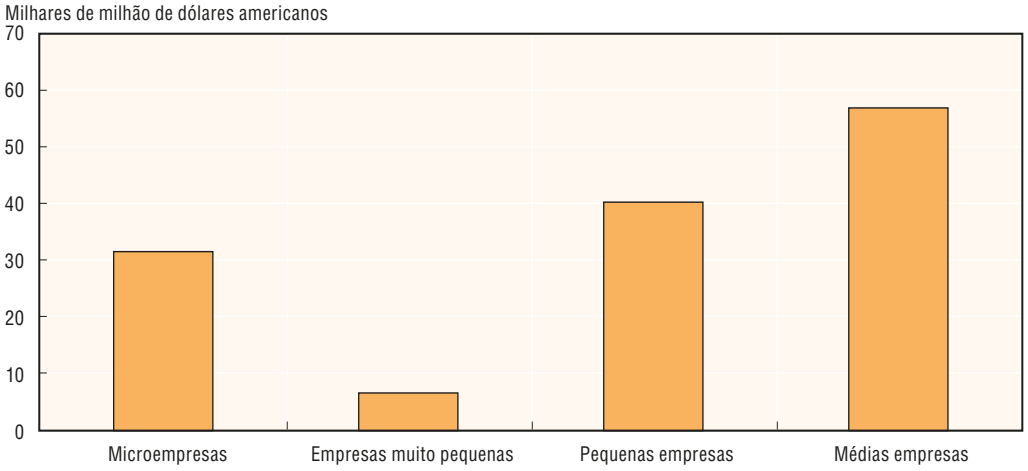
As restrições de crédito impedem as empresas de crescer

Falta financiamento para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) africanas do setor formal têm falta de financiamento. Essas deparam-se com uma lacuna de crédito na ordem dos 136 mil milhões de USD (Figura 8.2).[1] São cinco os motivos para tal:

1. A maioria dos empresários depende de poupanças pessoais e da sua rede pessoal imediata para dispor de capital de arranque (Beck et al., 2011). Os empréstimos bancários e o capital de risco desempenham um papel limitado no financiamento de empresários, pelo menos na fase de arranque.
2. No caso das mulheres, restrições legais com base no género podem impedir-lhes a posse de propriedade, tornando mais difícil a obtenção de empréstimos (Dupas e Robinson, 2013; Caixa 8.2).
3. Os empresários creem muitas vezes que a oferta de capital é limitada, enquanto os financiadores alegam que os projetos empreendedores não são financiáveis (Omidyar Network/Monitor Group, 2013).
4. O financiamento de montante médio para os empresários é limitado. Os programas governamentais e de instituições sem fins lucrativos fornecem sobretudo regimes de microcrédito em pequena escala e o sistema bancário formal oferece financiamento em grande escala.
5. São raros os empréstimos no longo prazo e o financiamento de capitais próprios. Quase 60% dos empréstimos em África são a menos de um ano e menos de 2% dos empréstimos são a mais de dez anos (Beck et al., 2011).

A literacia financeira e a formação empresarial podem ajudar os empresários africanos a apresentar os seus casos de negócio aos credores. A educação financeira pode incluir a identificação de formas de financiar start-ups utilizando recursos existentes ou financiamento externo (OCDE, 2015a).

Figura 8.2. **Lacuna de crédito total para micro, muito pequenas, pequenas e médias empresas formais em África, 2011**



Nota: As micro, pequenas e médias empresas formais são classificadas em 4 grupos: micro (1-4 funcionários), muito pequenas (5-9 funcionários), pequenas (10-49 funcionários) e médias (50-250 funcionários).

Fonte: Adaptado do Enterprise Finance Gap do IFC (2014).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475501

As consequências das restrições ao desenvolvimento do setor privado recaem muitas vezes de forma desproporcionada sobre os novos empresários. As start-ups estão mais sujeitas a restrições de crédito e são-lhes menos resistentes. Nos países da OCDE, as políticas

que visam reduzir os riscos, como, por exemplo, a melhoria do acesso ao financiamento, costumam resultar num melhor desempenho das start-ups em termos de crescimento e entrada. É também crucial contornar falhas políticas que aumentem os custos dos riscos, por exemplo, a má execução contratual (Calvino, Criscuolo e Menon, 2016).

Caixa 8.2. **As mulheres africanas e o empreendedorismo**

Ajudar as mulheres empresárias a desenvolver empresas viáveis e produtivas é algo que exige uma estratégia integrada. Muitos países africanos têm de incrementar os direitos das mulheres na tomada de decisões sobre as suas vidas e empresas através de serviços financeiros adequados, flexíveis e acessíveis e educação empresarial. Muitas mulheres empresárias não têm acesso a serviços financeiros devido às elevadas taxas de juros e aos regimes de reembolso inflexíveis. É-lhes difícil cumprir os requisitos de garantia de crédito e empréstimos devido a preconceitos de género na propriedade fundiária (Vossenberg, 2016).

As mulheres empresárias enfrentam limitações adicionais que afetam as suas empresas mais do que as dos homens. Muitas vezes, as mulheres sofrem assédio e discriminação no mercado de trabalho e por parte do governo e instituições financeiras. No Uganda, 28% das mulheres são proprietárias de terrenos, em comparação com 53% dos homens; mas apenas 10% das mulheres proptirárias fundiárias podem usar os terrenos como garantia, em comparação com 95% dos homens fundiários (OCDE, 2015b). Além disso, as mulheres sentem desigualdades no processo de tomada de decisões dentro do agregado familiar e na negociação da forma como os recursos financeiros são atribuídos e as tarefas divididas. A pressão social relativamente ao que é considerado um comportamento adequado para as mulheres tem um impacto sobre o seu espírito empresarial. De igual modo, também os tipos de tarefas e funções que algumas sociedades africanas esperam que as mulheres façam, e não os homens, limitam-lhes o acesso e o controlo dos recursos para gerir uma empresa rentável.

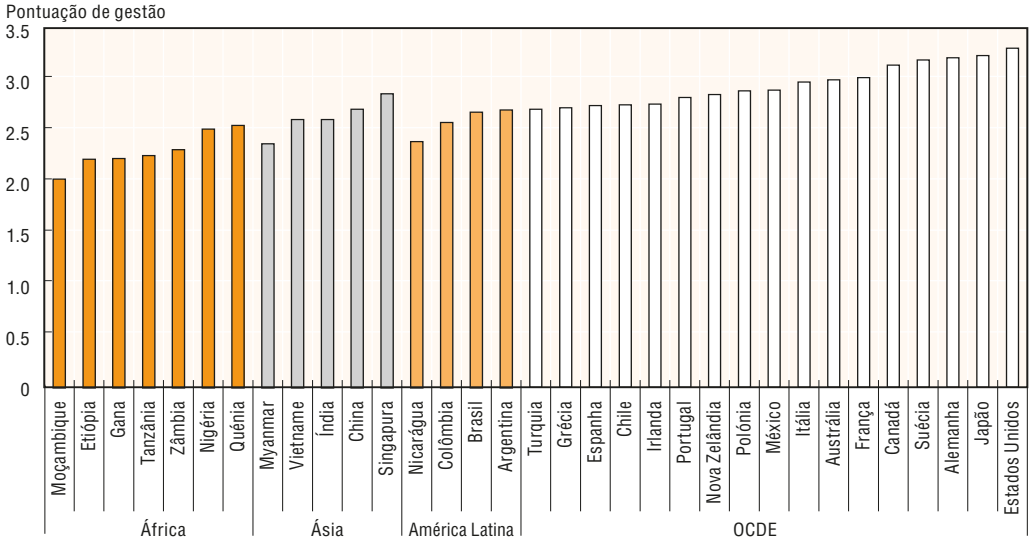
Governos, empresas, instituições financeiras e outros atores chave no ambiente empresarial devem respeitar os direitos das mulheres no acesso e controlo dos recursos. O Grow Movement em África é um exemplo bem sucedido de uma organização que oferece serviços de educação empresarial inovadores, inclusivos e capacitadores às mulheres empresárias (Vossenberg, 2016).

Uma falta de competências de gestão inibe o crescimento

A falta de competências de gestão é uma das principais limitações ao sucesso do empreendedorismo em África. Em conjunto com as competências inadequadas dos trabalhadores, aquelas prejudicam a produtividade e a competitividade dos países africanos e impedem a industrialização (BAD, 2016; BAD/OCDE/PNUD, 2014). A qualidade da gestão nos países africanos fica atrás da de outros países em desenvolvimento (Figura 8.3). Um inquérito a médias empresas transformadoras em 34 países revela que os 7 países africanos incluídos na amostra estão no final da classificação da qualidade de gestão. Uma análise semelhante da indústria ligeira mostra que a falta de competências básicas de gestão é uma das quatro principais barreiras à indústria em África (Dinh et al., 2012).

Os estudos apontam a falta de competências de gestão e de experiência como um fator fulcral para o fracasso de novas iniciativas empresariais (Martin e Staines, 1994). A África do Sul trata-se de um exemplo pertinente. Herrington e Kew (2016) relacionaram os baixos níveis de atividade empresarial e competências de gestão do país com uma educação empresarial ineficaz e um ensino inadequado de matemática e de ciências na escola primária e secundária. Também pode ser esta a explicação para a elevada taxa de fracasso de novas empresas na África do Sul.

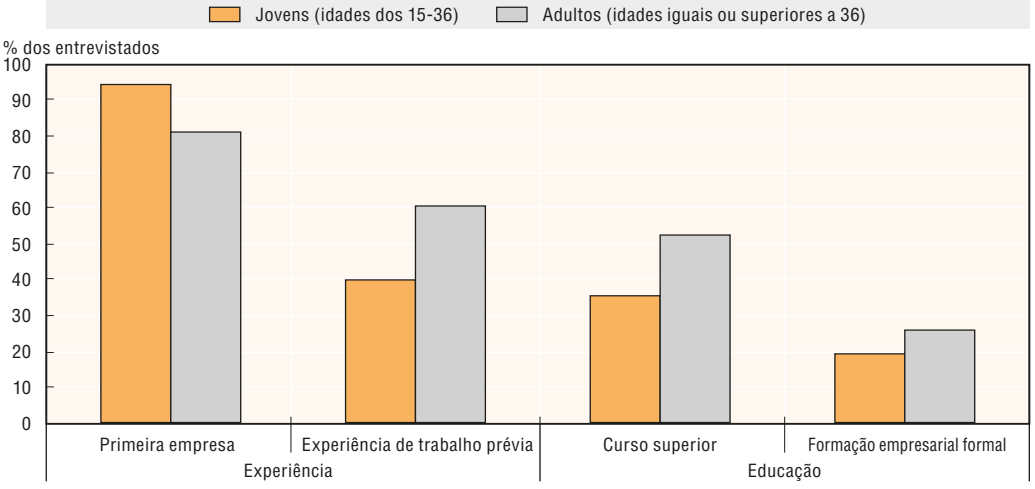
Figura 8.3. **Média de pontuação de gestão de médias empresas de transformação por país, 2004-14**



Fonte: Bloom et al. (2016).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475518

A falta de competências é particularmente relevante para os jovens africanos. A escassez de competências empresariais diminui a capacidade de os potenciais jovens empresários encontrarem oportunidades de negócio e reduz a taxa de *start-ups* geridas por jovens. O inquérito de 2013 da ONU a 640 pequenas e médias empresas (PME) em seis cidades da Suazilândia revelou uma grande lacuna em experiência e competências entre os jovens empresários (entre os 15-35 anos) e os empresários adultos (36 anos e mais) (Figura 8.4). Apenas 40% dos jovens empresários possuíam experiência de trabalho prévia, em comparação com 61% dos adultos. Enquanto um terço dos jovens empresários tinham frequentado o ensino superior, verificava-se o mesmo para mais de metade dos adultos. Da mesma forma, menos de 20% dos jovens empresários receberam formação empresarial formal em comparação com mais de 25% dos adultos.

Figura 8.4. **Experiência e educação de empresários jovens e adultos na Suazilândia, 2012**



Fonte: Adaptado da Tabela 1 de Brixiová, Ncube e Bicaba (2015).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475528

As políticas que enfrentem estas questões terão de ser holísticas e dependentes do contexto. Uma vez que as restrições africanas são interdependentes, poderá ser ineficaz eliminá-las numa dimensão mantendo-se outras ainda em vigor. As secções que se seguem analisarão as políticas para a melhoria das competências, dos *clusters* empresariais e do financiamento para fortalecer a base empresarial existente para a industrialização de África.

A melhoria das competências é essencial para reforçar a capacidade empresarial africana

Dar prioridade aos sistemas de ensino pode preparar os empresários para a nova revolução industrial

África terá de dar prioridade à educação e aumentar em massa os investimentos na qualidade da sua mão-de-obra a fim de participar na nova revolução industrial (ver Capítulo 6). Os resultados e os sistemas educativos em África apresentam atualmente um fraco desempenho em comparação com as médias globais. São necessários melhores sistemas escolares para dar aos empresários e aos trabalhadores as competências de que precisam para impulsionar a competitividade das empresas e modernizar a economia (Shimeles, 2016). Os estudos mostram que as mentalidades e competências estreitamente ligadas ao empreendedorismo são transmissíveis quando os sistemas educativos e de formação incorporam competências empresariais e criativas no ensino (Banerji et al., 2010).

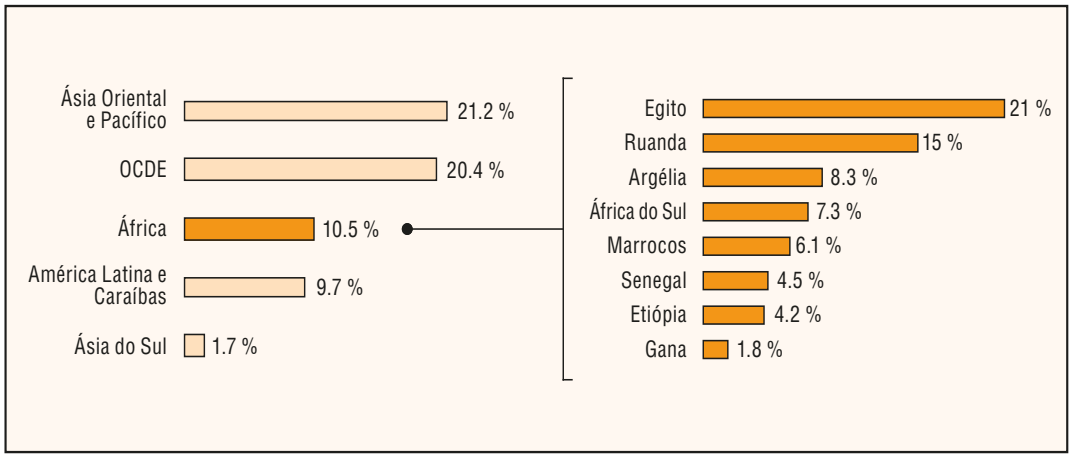
O ensino formal em África poderia integrar melhor a formação em empreendedorismo. A educação para o empreendedorismo ainda é rara. Disponibilizareducação empresarial à maioria dos estudantes requer grandes esforços de todas as partes interessadas (Lackéus, 2015).

Alguns países já integraram o empreendedorismo nos respetivos sistemas educativos. Representando os jovens mais de 75% da sua população, o Uganda remodelou o sistema de ensino, que inclui agora o empreendedorismo enquanto disciplina de estudo nas escolas secundárias e faculdades.[2] Em parceria com universidades de seis países africanos, a E4Impact Foundation formou cerca de 600 empresários. Oferece cursos relativos à criação de planos de negócios financiáveis, ao desenvolvimento de competências de gestão e à criação de redes empresariais com potenciais parceiros e investidores.

As políticas destinadas a desenvolver competências devem tirar partido do contexto local. Uma avaliação de um programa nacional de educação para o empreendedorismo na África do Sul mostra que a implementação do programa foi afetada quando não considerou as condições locais (Isaacs et al., 2007). É essencial a avaliação contínua dos programas de educação e de formação.

Enquanto a formação profissional pode contribuir para ganhos de produtividade, é atualmente uma ferramenta subaproveitada. Os dados do Banco Mundial revelam que a taxa média de inscrições de estudantes do ensino secundário em formação profissional em África é de apenas 10% (Figura 8.5). Uma taxa de inscrição tão reduzida denota uma capacidade de formação pública insuficiente em relação ao crescimento populacional do continente.

Figura 8.5. **Proporção de alunos do ensino secundário inscritos em programas de formação profissional, 2013 ou ano mais recente**



Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2017).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475537

Apesar da importância dada por muitos governos ao desenvolvimento de competências, o sistema de formação em África é largamente subfinanciado. Em média, apenas 2-6% dos orçamentos educacionais são dedicados ao desenvolvimento de competências. Em muitos países, o financiamento é sobretudo canalizado para a formação técnica e profissional formal (BAD/OCDE, 2008).

Os programas de formação e os estágios ajudam a fornecer as competências necessárias

Os países africanos precisam de mais instituições e programas que consigam colmatar ativamente a lacuna entre as necessidades da indústria e a educação, nomeadamente centrando-se nas competências de gestão e de resolução de problemas. As escolas e faculdades para o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais (TVSD, na sigla inglesa) podem desenvolver relações mais fortes com o setor comercial e centrar-se nos estágios, no apoio à gestão e na aprendizagem ao longo da vida para os empresários de pequenas empresas. O TVSD refere-se à aquisição de conhecimentos, competências práticas, know-how e atitudes necessárias para executar um determinado ofício ou ocupação no mercado de trabalho. O TVSD engloba a aprendizagem formal – em instituições educacionais públicas e privadas ou no trabalho – e a aprendizagem não formal dentro ou fora do local de trabalho, "com o objetivo de assegurar que todos os membros da comunidade tenham acesso à aprendizagem ao longo da vida. O TVSD inclui tanto a formação profissional inicial realizada por jovens antes de entrar no mercado de trabalho como a formação profissional contínua para adultos" (BAD/OCDE, 2008).

Dada a variedade de restrições que pesam sobre os empresários, talvez uma conjunção de desenvolvimento de competências, disponibilização de capital e aconselhamento empresarial seja mais eficaz para os ajudar (Honorati e Cho, 2013). O aumento da automatização na indústria provocada pela nova revolução industrial exigirá que os empresários e os trabalhadores se concentrem no desenvolvimento de competências que lhes permitam complementar o papel das máquinas (ver Capítulo 6). Os empresários e os trabalhadores assalariados de hoje precisam de uma mais ampla gama de competências sociais e criativas orientadas para a resolução de problemas concretos (Naudé, no prelo). Certas competências específicas que merecem atenção incluem a gestão, a liderança, o *marketing* e as vendas, e as comunicações.

Os estágios informais podem desenvolver competências no caso das pessoas sem instrução ou perspetivas de emprego formal. A maioria dos jovens em África carece das qualificações gerais para se inscrever em programas de TVSD, uma vez que estes exigem pelo menos alguma escolaridade secundária (Filmer et al., 2014). Como resultado, os estágios informais encontram-se bastante disseminados em África, especialmente na África Ocidental (isto é, Benim, Côte d'Ivoire e Gana). Essas representam o principal meio de aquisição de competências em áreas urbanas. No Gana, os estágios informais representam até 90% da formação em competências básicas (Atchoarena e Delluc, 2001). Quase 25% da população ativa são estagiários (Palmer, 2009).

A escolha entre o TVSD formal e os estágios informais determina muitas vezes o resultado dos indivíduos no mercado de trabalho (Filmer et al., 2014). Os estagiários tendem a tornar-se trabalhadores independentes, enquanto os graduados em TVSD optam por um emprego assalariado. No Gana, os estágios permitiram aos trabalhadores independentes ganhar mais 49% do que os trabalhadores assalariados.

A formação aplicada pode ajudar as pequenas empresas já estabelecidas a expandir o seu negócio, sobretudo quando se situam em *clusters*. Uma experiência aleatória no *cluster* Suame Magazine, no Gana, verificou que as competências iniciais de gestão eram fracas. No período que se seguiu, alguns empresários foram aleatoriamente escolhidos para receber formação básica de gestão, a qual incluiu contabilidade, *marketing* e gestão de produção. Os empresários em atividades transformadoras que receberam esta formação beneficiaram de maiores lucros brutos, em comparação com aqueles que não receberam qualquer formação e cujas competências de gestão se mantiveram fracas (Iddrissu, Mano e Sonobe, 2012). Num *cluster* da Tanzânia, a formação *in loco* relativa a práticas de gestão levou a um aumento da produtividade, do valor acrescentado e dos lucros brutos (Sonobe, Suzuki e Otsuka, 2011).

Simultaneamente, os estágios podem acarretar riscos, tais como transferências limitadas de competências ou emprego prolongado e mal pago. A fim de contrariar tais riscos, a Organização Internacional do Trabalho propõe formalizar e uniformizar os estágios, bem como a formação de artesãos na sequência de uma abordagem "formar o formador". Vários países africanos onde os estágios contribuem para a base nacional de competências estão já a implementar tais políticas (OIT, 2011). Muitos países africanos "promulgaram leis de estágios formais. [Estas leis regulamentam] entre outros, o registo oficial dos contratos; o acesso a estágios, como requisitos de escolaridade ou de idade; duração da formação; e avaliação de competências e procedimentos de certificação" (BAD/OCDE, 2008). No entanto, apenas um número reduzido de, sobretudo, médias e grandes empresas conseguiram aplicar estas regras. Por conseguinte, apenas uma pequena parte dos jovens em África têm beneficiado de estágios formais.

O envolvimento do setor privado é um elemento central das políticas de desenvolvimento de competências

Reforçar o diálogo com o setor privado pode aumentar a relevância da formação (ver também Capítulo 7). Parcerias com empresas de maior ou menor dimensão, a indústria, associações de artesanato, sindicatos e outras partes interessadas formais e informais podem tornar a formação mais relevante para o mercado de trabalho. O setor privado pode contribuir para a conceção e a aplicação de programas de formação, nomeadamente através da oferta de estágios, fornecendo formação prática no trabalho, financiamento de instituições de formação e aconselhamento sobre reformas curriculares (Bughin et al., 2016; Naudé, no prelo). Incrementar o papel do setor privado pode ajudar a desenvolver sistemas de formação mais orientados para a procura. As empresas privadas, em especial, por norma oferecem mais formação no "setor terciário da economia, por exemplo,

questões empresariais, comércio e tecnologias da informação e da comunicação" (BAD/OCDE, 2008). As associações comerciais podem ajudar a certificar os estágios informais definindo os conteúdos abrangidos e competências e aptidões necessárias.

A formação dada pelo setor privado correlaciona-se de forma positiva com o sucesso do programa (Honorati e Cho, 2013). No *cluster* automóvel de Tânger, em Marrocos, o governo estabeleceu duas instalações de formação e subsidiou 20% do custo dos cursos de formação oferecidos pelo setor privado. Estes cursos visam sobretudo trabalhadores fabris e pretendem incrementar as competências nas fábricas. As universidades locais criaram parcerias para a formação de técnicos e engenheiros, enquanto um dos centros de formação do *cluster* também oferece cursos de gestão (Benabdejlil, Lung e Piveteau, 2016). De um modo mais geral, o P*lan Emergence* (2008-15), de Marrocos, lançou oito centros de formação específica de cada setor, construídos pelo estado, mas geridos por associações da indústria. Enquanto alguns programas são financiados e geridos por entidades privadas, embora também recebam fundos públicos, outros são completamente geridos pelo setor privado. Um exemplo são os centros de competência sectorial do grupo Office Chérifien des Phosphates (OCP), que se localizam nas regiões de produção do OCP e fornecem competências gerais e formação especializada adicional ligadas às atividades do OCP.

As empresas transformadoras locais e os governos africanos pode criar parcerias de assistência técnica com empresas estrangeiras ou instituições (Dinh et al., 2012). Estas parcerias podem desenvolver as competências técnicas da mão-de-obra local, aumentando, em última análise, a produtividade das empresas. Fora de África, o Framework for Mining Qualifications do Chile representa um exemplo de envolvimento do setor privado. Guiada pela procura do setor privado, esta iniciativa dá a conhecer às instituições de formação as competências que devem ser fornecidas e aconselha os trabalhadores sobre as aptidões em que devem investir (OCDE/CAF/CEPAL, 2015). A Caixa 8.3 apresenta um exemplo africano.

Caixa 8.3. **Skills Enhancement Zones do BAD**

O BAD lançou um programa de Skills Enhancement Zones (SEZ) em 2016. Este visa o desenvolvimento de jovens empresários e o aumento das competências dos jovens para atender às necessidades do setor privado, enquanto parte do seu Jobs for Youth in Africa Strategy. Em vez da tradicional abordagem de dois a três anos utilizada nas escolas profissionais, o programa SEZ promove uma resposta mais rápida às oportunidades económicas através de uma formação de seis meses. Esta visa um conjunto de competências específicas, com base na procura. Estabelecidos em parques industriais, os centros de formação SEZ conferem aos estagiários acesso direto a formação prática no trabalho. O programa envolve os empregadores de vários países buscando atingir ua mlehor colaboração industrial ao nível regional.

As políticas têm de incentivar mais a formação por parte de empresas privadas. É frequente as empresas não reconhecerem o valor da formação aos funcionários. Normalmente, falta-lhes a consciência de que a formação pode aumentar a produtividade ou têm receio de que outras empresas lhes roubem os trabalhadores qualificados. As políticas que podem lidar com tais preocupações incluem a partilha de custos de formação com empresas privadas; a oferta de reduções fiscais às empresas participantes; uma melhor representação dos interesses de indústrias específicas na formação; e uma transmissão mais ampla dos benefícios dos programas de TVSD aos atores privados (BAD/OCDE, 2008).

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

O contexto a nível local pode ser decisivo para determinar os resultados das políticas. Por este motivo, aconselha-se o envolvimento dos governos subnacionais na conceção, implementação e avaliação de políticas. A descentralização da gestão do TVSD pode permitir aos centros de formação diversificar as fontes de financiamento, melhorar a parceria entre as empresas e as instituições de formação e oferecer formação que melhor responda à procura local e promova os atributos locais. Por exemplo, a descentralização das instituições de ensino e formação profissional na Tunísia levou à melhoria da parceria entre instituições de formação e empresas privadas, embora a participação do setor privado se mantenha desigual (BAD/OCDE, 2008). No entanto, as responsabilidades dos governos subnacionais e centros locais de formação deve depender da sua capacidade de administração, gestão e pedagógica, bem como dos requisitos de transparência (Capítulo 7). Medir e recompensar o desempenho educacional e financeiro das escolas pode ajudar a resolver questões de transparência e capacidade, como se verificou em Moçambique.

Será necessário aumentar o financiamento para aumentar também os TVSD. Medidas possíveis foram discutidas medidas possíveis no PEA 2008. Estas incluem o aumento de dotações orçamentais do governo aos TVSD; a melhoria da capacidade de os centros de formação gerirem os seus orçamentos; a introdução de regimes de repartição equitativa de custos que visem grupos específicos de formandos ou alunos; a promoção de prestadores de formação privados; e o trabalho com agências de doadores que promovam o desenvolvimento de competências.

Na formulação de políticas, as ações prioritárias variam de acordo com o nível de competências de um país e a proporção de empresários de sobrevivência, isto é, aqueles que são empurrados para o empreendedorismo quando não há outras opções de trabalho disponíveis (ver Capítulo 6).

1. Os países com perfis de competências inferiores e uma maior proporção de empresários de sobrevivência poderiam
    - incentivar estes últimos a mudar para um emprego assalariado disponibilizando programas de formação aplicada ou no trabalho, nomeadamente em setores prioritários com menores requisitos de escolaridade. O desenvolvimento de competências para os mais pobres pode ser integrado em programas de redução da pobreza. O envolvimento da comunidade pode ajudar as populações iliteradas pobres a fazer o *upgrade* das suas competências e a participar em atividades económicas mais sustentáveis. A formação pré-profissional para crianças que abandonaram a escola, mas que ainda não têm idade suficiente para iniciar um estágio, poderia reforçar as suas credenciais académicas apresentando-lhes simultaneamente um potencial trabalho (BAD/OCDE, 2008).
    - identificar empresários motivados por oportunidades e visar uma formação de curto prazo orientada para a procura que lhes permita desenvolver as suas empresas. Tal formação deve ser complementada com um aconselhamento experiente, apoio pós-formação e mecanismos de financiamento para acompanhar esses empresários. Num horizonte político mais alargado, um maior número de empresários motivados por oportunidades precisarão de melhor acesso a escolas de administração e faculdades técnicas de ensino profissional com uma forte ligação ao setor comercial e à aprendizagem ao longo da vida.

2. Os países com perfis de competências superiores e uma menor população de empresários de sobrevivência poderiam
   - promover a aprendizagem prática no trabalho, nomeadamente através da formalização e reconhecimento da formação no setor informal. Os certificados, por exemplo, poderiam reconhecer oficialmente a formação e as qualificações. Um aconselhamento experiente deve complementar a aprendizagem prática no trabalho. As instalações educativas e as infraestruturas para a educação ainda podem ser melhoradas, nomeadamente em *clusters* empresariais específicos. Uma melhor cooperação com empresas estrangeiras poderia igualmente promover a transferência de competências especializadas aos trabalhadores locais.
   - desenvolver soluções de longo prazo complementares, tais como a introdução de educação empresarial nos currículos escolares e universitários e a criação de centros nacionais e regionais de excelência. Tais centros ajudariam na harmonização dos programas de formação e na oferta de plataformas para a investigação científica e tecnológica, bem como nos intercâmbios com instituições não africanas.

Os *clusters* empresariais podem ajudar ao crescimento das empresas africanas

Os *clusters* empresariais em África podem ajudar a superar as limitações de crescimento que ainda são comuns para muitas empresas (McCormick, 1999), funcionando, assim, como catalisadores da industrialização. Os *clusters* permitem aos governos com recursos limitados dar prioridade e fazer face a várias restrições de forma holística. Para países com restrições orçamentais, os *clusters* podem ajudar a concentrar os recursos em "bolsas" de infraestruturas. Tais áreas podem mais rapidamente fomentar a industrialização, proporcionando um ambiente que aumenta a sobrevivência das empresas. Os *clusters* permitem a interacção e as ligações entre empresas, fornecedores, prestadores de serviços e instituições associadas (UNECA/UA, 2014).

Os *clusters* empresariais são há muito tempo reconhecidos como um meio para a industrialização. Em 1890, Alfred Marshall alegou que, para certas indústrias, um grupo de pequenas empresas todas no mesmo local poderiam atingir a eficiência produtiva. Em vez de ocorrer em grandes empresa integradas verticalmente, a produção pode dar-se através de "economias externas", isto é, a especialização da mão-de-obra e das empresas em tarefas específicas e a existência de fornecedores altamente especializados. Mais recentemente, os *clusters* foram definidos como "um grupo de empresas interligadas em proximidade geográfica e instituições associadas num determinado campo, ligadas por afinidades e complementaridades" (Porter, 1998).

A formação de *clusters* oferece quatro grandes vantagens. Em primeiro lugar, a proximidade das empresas permite a transferência de conhecimentos, ideias e tecnologia, o que pode conduzir à inovação e ao crescimento (BAD/OCDE/ PNUD, 2016). Em segundo lugar, os *clusters* permitem que as empresas beneficiem de infraestruturas comuns e serviços partilhados, reduzindo os custos gerais. Em terceiro lugar, criam uma base de mão-de-obra, matérias-primas, fornecedores, etc., que permitem que as empresas se concentrem em tarefas nas quais detêm uma vantagem comparativa. Em quarto lugar, os *clusters* possibilitam que as empresas explorem os grandes mercados (Zeng et al., 2008; Otsuka e Sonobe, 2011).

A formação de *clusters* pode ajudar as empresas a obter maior produtividade e eficiência. Na Etiópia, as empresas transformadoras situadas em *clusters* são tendencialmente mais produtivas aquando da entrada de concorrentes no *cluster*. A produtividade total dos fatores aumenta 0.92% por cada empresa concorrente extra integrada no *cluster* (Siba et al., 2012), embora este efeito diga estritamente respeito à entrada de empresas que produzem os mesmos produtos. Quanto aos ganhos de eficiência, um inquérito a nível das empresas em três cidades da Tanzânia (Arusha, Dar es Salaam e Mbeya) e uma no Uganda (Campala)

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

verificou que um aumento de 10% no número de empresas dentro do mesmo setor reduz os custos da empresa em 0.3-0.4% (Iimi, Humphrey e Melibaeva, 2015).

As áreas urbanas são propícias aos *clusters* devido à maior densidade populacional, de ideias, infraestruturas e serviços (BAD/OCDE/PNUD, 2016). As cidades em países de todos os níveis de desenvolvimento são onde se econtram a maior proporção de empresas transformadoras e de serviços (Newman et al., 2016). Um estudo de PME sul-africanas do setor do vestuário revela a importância das cidades enquanto mercados. Ao formar *clusters* em áreas urbanas, as empresas beneficiam da partilha de informações, das ligações de produção e do acesso a uma base de clientes mais ampla (Rogerson, 2000).

Os *clusters* podem fornecer um terreno fértil para investimentos diretos estrangeiros (IDE) graças às economias de escala. Os *clusters* podem atrair fluxos de IDE aumentando os retornos de investimento (Yehoue, 2009). Yehoue afirma que "uma densa rede de empresas nacionais pode compensar distorções provocadas pelas políticas" e a má alocação de fatores, atraindo, assim, investimentos estrangeiros. Ketels e Memedovic (2008) também defendem que os *clusters* podem aumentar a atratividade de um país enquanto destino de IDE.

Os parques industriais e as zonas económicas especiais constituem *clusters* estabelecidos pelo Estado para o desenvolvimento industrial. A sua finalidade é atrair empresas em áreas delimitadas fornecendo-lhe bens públicos e regulamentos preferenciais. Ambos os tipos de *clusters* abundam em África. Estas zonas, dadas as suas fronteiras administrativas delimitasas, podem funcionar como campos de ensaio de políticas públicas. A densidade relativamente maior de empresas pode levar a maiores divulgações e transferências de conhecimentos, que, por sua vez, podem aumentar o impacto das políticas. Não obstante uma falta de dados e informações extensivos, Newman e Page (2017) identificaram 29 casos de ZEE bem-sucedidas em 27 países africanos. Muitas destas zonas apresentam taxas elevadas de utilização de capacidade e criaram postos de trabalho, embora não são suficientes para todos os estreantes no mercado de trabalho. Algumas características dignas de menção destas ZEE incluem o fornecimento de serviços de apoio empresarial, a promoção do emprego com vistos de longa duração e autorizações de trabalho, bem como a introdução de leis de recrutamento flexíveis.

A Etiópia possui diversos parques industriais e está a criar mais. Atualmente, os parques funcionam com capacidade elevada, visam fabricantes nacionais e estrangeiros e compreendem uma combinação de instalações públicas e privadas (IPDC, s.d; Etiópia UE, 2016). Um programa nacional piloto em colaboração com as partes interessadas internacionais sublinhou a necessidade de uma abordagem holística à industrialização inclusiva. Como resultado, a Etiópia está a construir parques agroindustriais integrados (Integrated Agro-Industrial Parks – IAIP) em quatro regiões do país (nota de país da Etiópia, PEA 2017).

No Quénia, existem investimentos em curso para construir parques industriais nos setores da logística e do couro. Os projectos beneficiam da importância estratégica do porto de Mombaça, da abundância de gado que fornece matérias-primas e do baixo custo da mão-de-obra (Banco Mundial, 2015a).

Algumas ZEE poderiam ter um melhor desempenho. De acordo com um inquérito a 91 ZEE em 20 países da África subsariana, as ZEE representam apenas 0.2% do emprego nacional (Farole, 2011; Kingombe e te Velde, 2015). Algumas ZEE criaram um nivelamento por baixo entre países vizinhos, dependendo unicamente de incentivos fiscais para atrair indústrias e investimentos, em vez de almejarem a melhoria do clima empresarial geral. As ZEE tiveram também um fraco desempenho por outras razões que os governos devem tentar evitar quando, no futuro, promoverem a industrialização baseada em ZEE:

1. ligações limitadas e transferências de conhecimentos com a economia nacional (Newman et al., 2016)
2. inconsistência com a vantagem comparativa do país e escolhas de localização ineficientes (Monga, 2011)

3. o deslocamento de investidores privados (como na Tanzânia)
4. as barreiras derivadas de uma coordenação política limitada (como no Lesoto) (BAD/OCDE/PNUD, 2015)
5. procedimentos de desalfandegamento morosos e infraestruturas desadequadas (por exemplo, fornecimento pouco fiável de energia elétrica) (Farole, 2011).

Acresce ainda que muitos *clusters* em África são estáticos e não vão além da sua natureza de sobrevivência (Morris e Kaplinsky, 2015). As baixas taxas de inovação nestes *clusters* podem ser atribuídas à sobreposição dos fortes laços sociais com redes empresariais e à adesão a modelos transacionais e organizacionais fracos (Taura e Watkins, 2014). Além do mais, muitos *clusters* em África surgiram espontaneamente e com pouco apoio político. Isto significa que a qualidade das infraestruturas e bens públicos pode ser extremamente baixa, dificultando o crescimento das empresas africanas.

Os *clusters* necessitam de bens públicos para prosperar

A eficácia dos *clusters* depende de várias condições. Devem estar disponíveis infraestruturas e serviços adequados para garantir a proximidade aos clientes e aos mercados. Os produtos das empresas devem estar alinhados com as vantagens comparativas latentes dos *clusters*. Por último, tem de haver ligações fortes entre as empresas do *cluster* e a economia local circundante.

Os *clusters* sem infraestruturas nem bens públicos adequados podem sofrer congestionamentos e aumentar os custos das empresas. No Gana, a elevada procura dos serviços do *cluster* de Suame Magazine fez aumentar o número de empresas do mesmo. No entanto, devido ao congestionamento por falta de bens públicos e infraestruturas, as receitas das vendas diminuíram (Iddrisu, Mano e Sonobe, 2012). O congestionamento pode igualmente dissuadir as empresas de se localizarem num determinado *cluster*, como no caso do setor industrial na Tunísia. Embora um maior número de empresas do *cluster* tenha aumentado a competitividade e verificado efeitos positivos no seu desempenho, o congestionamento resultou num decréscimo de cerca de 4% nos novos trabalhadores do mesmo *cluster* (Ayadi e Mattoussi, 2014). As empresas do *cluster* de Nnewi, na Nigéria, tiveram de investir em estradas, água e eletricidade por sua própria conta. Houve, assim, o aumento dos custos gerais das empresas e a redução da sua capacidade de investir em investigação e desenvolvimento (I&D), em competências e no upgrade técnico (Morris e Kaplinsky, 2015).

A rede rodoviária pode afetar as decisões de localização das empresas e determinar o êxito do *cluster*. Uma análise da qualidade das estradas e das empresas transformadoras formais com pelo menos dez trabalhadores verificou que as cidades etíopes com uma rede rodoviária melhorada atraíram um maior número de empresas. Mais especificamente, a redução de 1% no tempo de viagem até uma determinada cidade originou um aumento líquido de 1.2% no número de empresas transformadoras estabelecidas nessa cidade. As empresas deslocaram-se, tendencialmente, de *clusters* mais estabelecidos no setor transformador, o que provocou o decréscimo da proporção de empresas transformadoras de 77% em 1997 para 55% em 2009 (Shiferaw et al., 2015). No *cluster* de mobiliário em Arusha (Tanzânia), o crescimento da produção foi maior ao longo de uma importante rota de tráfego que liga Arusha a Dar es Salaam e Nairobi (Quénia) (Muto, Chung e Shimokoshi, 2011).

Os *clusters* podem também ajudar as empresas informais a fazer a transição para a economia formal

As estratégias de industrialização têm de capacitar até os *clusters* informais. A maioria dos *clusters* avaliados para esta secção são aglomerações informais de MPME. Em muitos casos, as empresas podem interagir umas com as outras na base da confiança e da afinidade, em vez de fazer uso de contratos. No *cluster* de automóveis de Nnewi, a afinidade oferece

uma garantia de reembolso do empréstimo (Brautigam, 1997). A Suame Magazine Industrial Development Organization (SMIDO) foi criada para lidar com a falta de apoio do governo em relação ao *cluster* e com a oferta de proteção social aos seus empresários e trabalhadores (Gatune, 2016). Em Adis Abeba (Etiópia), o requisito de prova do cumprimento das obrigações fiscais e o histórico do reembolso do empréstimo excluíram a maior parte das MPME de um programa público que incluiu apoio financeiro e aconselhamento empresarial (Ali, 2012).

O *cluster* de TIC Otigba, na Nigéria, constitui um exemplo de um primeiro passo para a integração dos *clusters* no setor formal. O *cluster* surgiu espontaneamente enquanto aglomeração informal de pequenas empresas num bairro residencial em Lagos. Normalmente, o governo do estado de Lagos tentara impedir o estabelecimento de empresas informais em vez de as incitar a entrar no setor formal (Banco Mundial, 2016a). No entanto, o governo reconhece agora a existência do *cluster*, estabelece diálogos com a organização tutelar que representa as suas empresas e cobra-lhes impostos (Oyelaran-Oyeyinka, 2014).

As ligações a instalações educativas podem impulsionar os *clusters*. Uma universidade pública de renome estabeleceu um local de formação perto do Suame Magazine, no Gana, o qual garantiu a sobrevivência do *cluster* no meio da crescente concorrência de produtos importados. A formação, a troca de ideias e a transferência de tecnologia com especialistas estrangeiros e profissionais deu origem a inovações por parte dos empresários, além de aumentar a especialização da mão-de-obra em Tânger (Marrocos) (Gatune, 2016). Da mesma forma, o governo provincial em Tânger está fortemente empenhado em criar centros de formação de competências e facilitar o intercâmbio entre as universidades locais e as empresas de IDE nos *clusters* de Tânger-Med (Cech et al., 2015).[3]

O acesso aos mercados pode gerar oportunidades para os empresários. O setor do vestuário no Lesoto se prosperou e fez o upgrade para as cadeias de valor regionais e globais devido ao acesso preferencial do país à África do Sul e aos Estados Unidos (Morris e Staritz, 2016). O setor alcançou mais estabilidade na sequência de investimentos da África do Sul. Estes investimentos deveram-se a um *cluster* existente, ao redor da capital do Lesoto, que tinha sido criado para explorar o acesso isento de direitos aduaneiros do país ao mercado norte-americano. Graças a estes influxos, o *cluster* atingiu um pico de emprego de 53 000 em 2004 (Morris, Barnes e Kao, 2016).[4] Outros *clusters* bem-sucedidos, tais como Otigba, na Nigéria, têm fortes ligações tanto dentro do *cluster* quanto com empresas externas, no mercado nacional e na região (Zeng et al., 2008).

Caixa 8.4. **Empresário cinematográfico *on-line* Jason Njoku, da Nigéria**

Integrado na crescente indústria cinematográfica e musical da Nigéria,[5] em 2010 o empresário Jason Njoku, de 32 anos, fundou a empresa Iroko Partners. Criou-a em resposta à inacessibilidade *on-line* dos filmes de Nollywood e outros conteúdos multimédia.

No início de 2011, a empresa tinha assegurado os direitos *on-line* de 500 filmes a partir de 100 diferentes casas produtoras unipessoais. Na sequência de uma parceria de conteúdos com o YouTube (a primeira deste género em África), a Iroko Partners disponibilizou na íntegra filmes de Nollywood on-line. No ano seguinte, a Iroko Partners lançou a sua própria plataforma, a iROKOtv, e, em menos de 6 meses, atingiu os 500 000 utilizadores registados. No espaço de um ano, a plataforma contabilizou 152 milhões de visualizações, 90% das quais a partir do estrangeiro.

Após diversos meios de comunicação internacionais terem entrevistado Jason Njoku, a sua empresa veio à ribalta. Angariou 8 milhões de USD em capital de risco. Atualmente, a empresa é a maior distribuidora africana de filmes nigerianos e gera postos de trabalho para 91 trabalhadores sediados na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Nigéria.

Fonte: Moudio (2013); Nsehe, (2012); African Business Central (2015).

Os *clusters* fornecem um crescente leque de serviços para start-ups

Está disponível um leque crescente de espaços com serviços de apoio para as *start-ups*. África conta mais de 300 viveiros empresariais, aceleradores, *hubs* de capital de lançamento, *hubs* tecnológicos, *hubs* de impacto e academias de start-up.[6] Estes espaços de *co-work* proporcionam aos empresários com recursos limitados os serviços essenciais necessários para realizarem o seu trabalho. Eles oferecem um espaço de trabalho, Internet, apoio técnico, planeamento empresarial e serviços de consultoria, ligações ao mercado e ajuda na obtenção de apoio financeiro. Os serviços variam em qualidade e estão concentrados em centros urbanos.

Os viveiros e os aceleradores empresariais desempenham um papel fundamental na aproximação de empresas e na disponibilização de formação e financiamento de infraestruturas. Os viveiros e os aceleradores auxiliam as empresas em fase inicial (ver Figura 7.1 no Capítulo 7) até que adquiram recursos suficientes e oportunidade de mercado para funcionar de forma autónoma. Dados de alguns países da OCDE mostram que o impacto dos viveiros empresariais na sobrevivência das empresas foi, em geral, positivo (OCDE, 1999). Uma avaliação de nove viveiros na Ásia Central e na Europa indicaram que estes estimulam o desenvolvimento do setor e do *cluster* e aumentam as taxas de sobrevivência das empresas (80% ao fim de um ano) (Banco Mundial, 2014).

As empresas precisam de melhores serviços públicos. Um inquérito do Monitor Group mostra que apenas 30% dos empresários no Quénia, e menos de 25% em cinco outros países inquiridos, creem que os serviços de apoio empresarial são suficientes para satisfazer as necessidades de novas empresas (Omidyar Network/Monitor Group, 2013). África tem testemunhado desde 2010 um elevado volume de negócios em viveiros e start-ups. Não obstante, cresceram cerca de 15% desde o início de 2014. Em geral, estes espaços apoiados por uma variedade de partes interessadas têm melhores resultados do que os apoiados só pelo governo, pelo setor privado ou pelo meio académico (Banco Mundial, 2016b). A tabela do Anexo 8.A1 oferece uma visão geral dos viveiros ativos em todo o continente.

As políticas têm de tirar partido dos pontos fortes da economia

Os governos podem apoiar os empresários através de políticas bem orientadas. Estas aumentarão a competitividade dos países, tanto ao nível interno como mundial, e trarão maiores retornos sobre o investimento de capital. No contexto do desenvolvimento industrial, os governos deve concentrar-se em disponibilizar informações sobre o mercado, coordenar os investimentos efetuados na mesma indústria, reduzir o risco do pioneiro na promoção da inovação e fomentar novas indústrias através da promoção de IDE e viveiros empresariais (Lin, 2011).

A adoção de novas tecnologias permitiriam aos países impulsionar a sua industrialização em setores que já estão pelo menos parcialmente desenvolvidos (Naudé, no prelo). Esta abordagem não equivale a "escolher vencedores" ou sequer a criá-los. Em vez disso, os governos podem concentrar-se em setores com elevados níveis de concorrência ou ligações com o resto da economia que poderão oferecer retornos significativos sobre a política (Rodríguez-Clare, 2004). Além disso, os governos poderiam avaliar se devem ou não conceder o estuto de ZEE a *clusters* já estabelecidos (por exemplo, o Centre for Development and Enterprise, 2016). Os governos poderiam assim aplicar regimes fiscais preferenciais e procedimentos simplificados para o investimento em infraestruturas de forma a impulsionar a industrialização (Gatune, 2016).

Os *clusters* podem oferecer tanto às empresas como aos governos um ambiente favorável para um empreendedorismo e industrialização bem-sucedidos. Os ganhos das economias de aglomeração e a localização estratégica podem beneficiar as empresas,

enquanto as intervenções precisas com base nos pontos fortes existentes na economia e no mercado podem aumentar a eficácia das políticas públicas. Os estudos apontam para a necessidade de os governos seguirem as vantagens competitivas da economia nacional. Há, nomeadamente, possibilidades de intervenção governamental no fornecimento de infraestruturas adequadas, no desenvolvimento de competências e no estabelecimento de redes empresariais e relações de mercado, incluindo por meio de envolvimento com as administrações locais.

Promover *clusters* já existentes pode revelar-se mais eficaz do que criar novos

O papel da política é aproveitar os pontos fortes existentes na indústria em vez de criar *clusters* a partir do zero (Enright e Ffowes-Williams, 2000; Benner, 2012). Os *clusters* africanos de êxito, por norma, surgiram espontaneamente como resultado de decisões empresariais diretas, e não de planeamento estatal (Benner 2012; Otsuka e Sonobe, 2011). Alguns estudos propõem que o desenvolvimento de *clusters* seja encabeçado pelo setor privado, fornecendo o governo apoio político e bens públicos enquanto mecanismo facilitador (Lin, 2012; Otsuka e Sonobe, 2011; BAD/OCDE/PNUD, 2016).

Os governos desempenham um papel na criação de redes empresariais privadas. O governo da África do Sul foi decisivo na aproximação de empresas em associações industriais dos setores do vestuário e do automóvel, as quais foram precursoras dos *clusters* plenamente desenvolvidos. O governo conseguiu tal feito sobretudo através do financiamento de associações oficiais, o que levou a trocas de informação e a sinergias que reduziram os custos, por exemplo, na formação de trabalhadores (Morris e Barnes, 2007). Os governos locais podem estar em melhor posição para envolver as empresas e apoiar o seu crescimento. No caso do Durban Automotive *Cluster* na África do Sul, o município de eThekwini agiu em nome do governo central e beneficiou de uma interação mais próxima com empresas situadas no *cluster*. Tal resultou num diálogo mais eficaz e sustentado e na implementação de políticas pró-empresas que contribuíram para o crescimento do *cluster* (Morris e Barnes, 2007).

As ações prioritárias variam conforme o tipo de país:

- **Os países baseados em recursos naturais** poderiam utilizar as receitas das matérias-primas para fornecer bens públicos (particularmente infraestruturas) aos *clusters* que apresentassem potencialidade para diversificar a economia, promover as relações internas, atrair IDE e aumentar o emprego. Estes países poderiam também tirar partido da sua rápida urbanização para apoiar os *clusters* orientados para os consumidores urbanos e, assim, promover a diversificação económica
- **Os Estados frágeis** poderiam beneficiar de investimentos estrangeiros e do apoio de doadores no fornecimento de infraestruturas básicas e bens públicos aos *clusters*. Os *clusters* empresariais poderiam favorecer o crescimento de uma atividade empresarial vibrante, apesar do frágil ambiente empresarial. Os vários níveis governamentais, os atores privados e a comunidade internacional poderiam cooperar na conceção de políticas específicas ao contexto desses *clusters*. No entanto, existe o risco de esses *clusters* ficarem isolados da área circundante.
- **Os países de baixo rendimento** poderiam promover *clusters* que os ligassem à economia internacional. A redução dos custos da atividade empresarial num país é uma forma de promover tais *clusters*. Se os *clusters* fossem mais eficientes por meio de bens públicos e infraestruturas (por exemplo, estradas e energia elétrica), a competitividade poderia aumentar e as empresas seriam incentivadas a participar em concursos públicos e outros contratos. Visto que atraem mais empresas, estes *clusters* poderiam fazer o upgrade das suas atividades e tornar-se mais sofisticados. O desenvolvimento de relações a montante e a jusante com outros setores económicos e regiões provavelmente alimentará o seu crescimento.

- **Os países de rendimento médio p**oderiam fazer o upgrade de certos *clusters* para parques industriais e ZEE por forma a desenvolver atividades de maior valor acrescentado. Se a população possuir competências especiais, os *clusters* podem atrair investimento estrangeiro e transferir conhecimentos e capital para a economia local. Situar estas áreas perto de hubs logísticos pode atrair várias atividades.

Soluções de financiamento diversificadas podem canalizar recursos para empresários africanos

O desenvolvimento dos mercados financeiros pode permitir ao setor privado investir mais. As empresas privadas deparam-se com elevados custos de empréstimos obtidos que prejudicam o seu crescimento. Um motivo para tal é o facto de, em mercados financeiros subdesenvolvidos, os prestadores de crédito poderem preferir empréstimos a governos, que são considerados menos arriscados (BAD/BM/WEF, no prelo).

As condições agravadas, em termos macroeconómicos e do setor bancário, alargam o défice de financiamento, aumentando a necessidade de novas soluções (BAD/BM/WEF, no prelo). O BAD (2013) defende uma abordagem holística que visa vários níveis: desde a melhoria do ambiente empresarial ao reforço do funcionamento do mercado de serviços financeiros e do aumento da sua variedade, passando pelo financiamento direto de empresas com crescimento elevado. A adoção de uma tal abordagem implica a melhoria do clima de investimento e infraestruturas financeiras e o apoio às instituições financeiras. Significa igualmente trabalhar diretamente com os empresários para melhorar a sua qualidade de crédito, literacia financeira e potencialidades de crescimento.

Os empresários em início de atividade precisam de capital de lançamento. Uma vez que estas jovens empresas muitas vezes acarretam riscos, o financiamento de capitais próprios pode atender às suas necessidades. Nos países da OCDE, os estudos mostram que as jovens empresas muitas vezes enfrentam uma contração de crédito 12 a 24 meses após a sua criação. Neste momento, os empresários já esgotaram os recursos pessoais e as suas empresas podem ser demasiado pequenas para se qualificar para empréstimos bancários formais.

Os quadros regulamentares podem encorajar uma variedade de organizações de concessão de empréstimos

Para promover a concessão de empréstimos a empresas, os quadros regulamentares devem reconhecer os diferentes tipos de instituições de financiamento. Os quadros jurídicos têm de destrinçar entre bancos, cooperativas, instituições de microcrédito e outras organizações financeiras (Akande, Abu e Obekpa, 2016). A concorrência e a oferta de crédito podem aumentar se as instituições não bancárias também oferecerem empréstimos garantidos (ver Capítulo 5). Um quadro regulamentar claro pode promover serviços baseados em ativos, tais como o *factoring* e a locação financeira (Klapper, 2006). As intervenções regulamentares específicas, em particular, podem incluir o seguinte:

- Processos de falência atempados e uma sólida execução contratual para reduzir os riscos desfavoráveis para os empresários (Calvino, Criscuolo e Menon, 2016).
- Um sistema de tributação simplificado e adaptado para facilitar o ónus do cumprimento às empresas jovens e incentivá-las a tornar-se formais, dando-lhes acesso a crédito formal (Stern e Loeprick, 2007).[7]
- Sistemas de informação mais desenvolvidos. Os gabinetes de informações de crédito e os registos podem aliviar as limitações que as PME enfrentam (Stein,

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

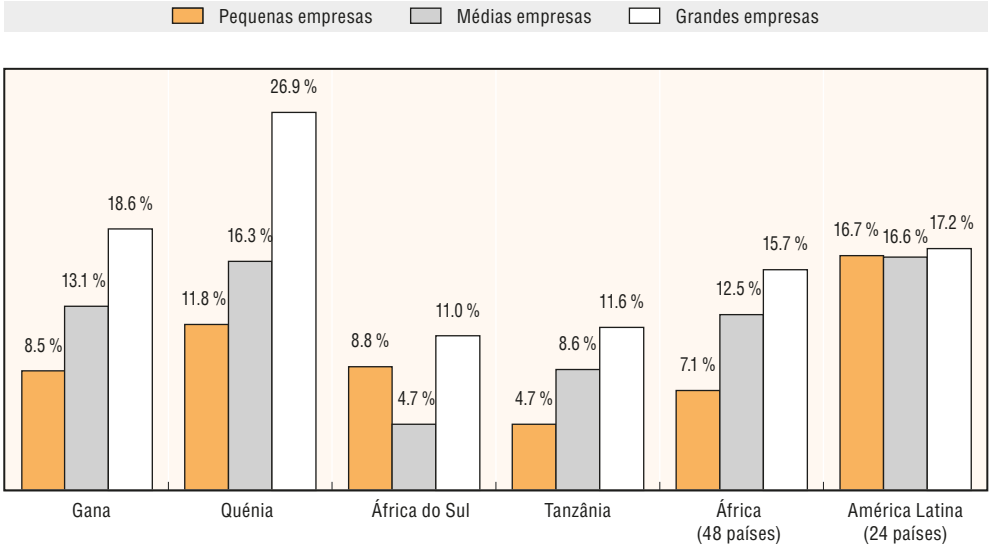
Bilandzic e Hommes, 2013). Vários países africanos já implementaram reformas, tais como a criação de sistemas para registar bens e partilhar informações de crédito (ver Capítulo 5).

- Quadros institucionais especificamente dirigidos às PME. A existência de uma autoridade das PME dedicada e associações empresariais poderia facilitar as relações das PME com prestadores de crédito (Nahamya et al., 2013).
- Investimentos governamentais ou outros incentivos financeiros em I&D, sobretudo para empresas com enfoque na inovação. Assim, os custos das empresas seriam, pelo menos parcialmente, absorvidos (Arvanitis, 2015).

As instituições tradicionais de financiamento podem necessitar de apoio para incrementar os empréstimos a empresas

Os prestadores de serviços financeiros tradicionais evitam exageradamente os riscos no financiamento das PME e de empresas inovadoras (Arvanitis, 2015). Em geral, as empresas africanas são 19% menos susceptíveis de conseguir um empréstimo bancário, mesmo após uma verificação das características da empresa. É 30% menos provável que as pequenas empresas obtenham empréstimos bancários do que as grandes, e as médias empresas têm 13% menos probabilidades (Beck e Cull, 2014). Num inquérito a mais de 3 000 PME e 18 bancos comerciais na Nigéria, a KPMG/EDC (2014) constatou que dois terços dos bancos tinham rejeitado mais de 50% dos pedidos de empréstimo solicitados por PME.

Figura 8.6. **Proporção do fundo de maneio financiado por bancos em certos países africanos e da América Latina, 2015 ou ano mais recente**



Fonte: Adaptado de Inquéritos às Empresas, www.enterprisesurveys.org.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933475544

Os regimes de garantia de crédito (CGS, na sigla inglesa) poderiam encorajar os bancos a ceder mais empréstimos às empresas. Os CGS constituem exemplos de uma cooperação de êxito entre empresários e bancos comerciais, doadores, governos e organizações não governamentais. Uma comparação global dos diferentes regimes de empréstimos verificou que os CGS são menos susceptíveis de gerar distorções de mercado e são mais compatíveis com o bom funcionamento do sistema bancário (IFC, 2010). Porém, para que os CGS cresçam, o setor bancário e a economia geral devem apresentar as condições necessárias (Benet, Doran e Billington, 2005).

As partes interessadas nos CGS desenvolveram 16 princípios chave para uma conceção eficaz. De entre estes, alguns princípios dignos de nota para os decisores políticos incluem:

- estabelecer os prestadores de CGS como entidades jurídicas independentes
- adotar critérios de elegibilidade claros e transparentes para as PME
- supervisionar e avaliar a eficácia das CGS por parte de entidades independentes
- garantir que o processo de gestão de pedidos de CGS é eficiente, claramente documentado e transparente, a fim de não desencorajar os prestadores de crédito a procurar recuperar as suas perdas (Banco Mundial/FIRST, 2015).

O sucesso dos CGS depende largamente da sua conceção. Os prestadores de CGS eficientes, normalmente, disponibilizam os fundos de imediato ou depositam de antemão os fundos de garantia no banco participante; desta forma, reduzem os custos de transação para os bancos e aumentam as taxas de utilização (Dalberg/AFD, 2012). Os CGS também exigem uma cláusula de não divulgação ao mutuário para limitar o risco moral (AFR, 2015).[8] Muitos bancos locais beneficiariam de formação de capacidades para melhorar os seus procedimentos de avaliação do risco de crédito para as pequenas e jovens empresas. Os prestadores de garantia de crédito podem conjugar o apoio financeiro com o aconselhamento. É este o caso do BAD, que apoia o Bank of Industry na Nigéria na promoçãp de concessão de empréstimos a PME.[9]

Caixa 8.5. **O African Guarantee Fund**

O African Guarantee Fund for Small and Medium-sized Enterprises (AGF, Fundo de garantia africano para pequenas e médias empresas) representa um exemplo bem-sucedido da viabilidade financeira de um regime de garantia de crédito. O AGF foi criado em 2011 pelo BAD, pela agência dinamarquesa de desenvolvimento internacional (Danida) e pela Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo; a Agence Française de Développement (AFD) aderiu mais recentemente. Até ao final de 2015, tinham sido assinadas garantias no valor de 230 milhões de USD. Os bancos comerciais aumentaram este montante, aproveitando os 230 milhões de USD em garantias para emprestar 460 milhões de USD a PME.

O regime de garantia de crédito beneficiou mais de 1 300 PME, gerando mais de 11 000 postos de trabalho. O fundo opera em 35 países africanos, com 54% da capacidade de garantia de crédito gasto na África Ocidental e 22% na África Oriental. Depois de apenas três anos de atividade, o fundo tornou-se rentável e atingiu um nível de equilíbrio. As receitas quadruplicaram entre 2013 e 2015, de 2 mil milhões de USD para 9.1 mil milhões de USD.

Fonte: AGF (2015).

É necessário desenvolver novos instrumentos de financiamento para o investimento privado

Há vários novos tipos de instrumentos financeiros que podem contribuir para diversificar as soluções financeiras disponíveis aos empresários africanos. Estes instrumentos incluem empréstimos baseados em ativos, diversos tipos de fundos de capital privado e listagens, bem como fundos de investimento social. Outros investimentos afins são fundos de "lucro com um propósito", vários tipos de instrumentos de dívida, microfinanciamento para as PME, *crowdfunding* e diversas outras soluções fornecidas por instituições financeiras de desenvolvimento e financiamento filantrópico destinado às PME e aos empresários.

Os empréstimos baseados em ativos, tais como o *factoring* e a locação financeira podem impulsionar o fluxo financeiro de uma empresa ao eliminar os rigorosos requisitos

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

associados ao crédito tradicional. O *factoring* refere-se à venda que uma empresa faz das suas contas a receber por um intermediário financeiro de forma a dispor de liquidez imediata. O *factoring* pode aliviar os problemas das empresas com limitações de fluxo financeiro dispensando, simultaneamente, os requisitos de garantia. O Burkina Faso possui um programa bem-sucedido que se serve de uma combinação de capital privado e de contribuições de doadores (Nakusera, Kadhikwa e Mushendami, 2008). Quanto à locação financeira, as empresas podem adquirir máquinas e equipamento sem fazer investimentos significativos nem oferecerem garantia.

O capital privado traz cada vez mais fundos aos empresários. O capital privado (PE, na sigla inglesa) engloba o capital de risco, os investimentos providenciais (*angel*), o financiamento *mezzanine* e outras soluções financeiras privadas. Os fundos de PE podem melhorar o desempenho de uma empresa. Os cálculos da AVCA (2016) mostram que, apesar de ainda desempenhar um papel limitado, os investimentos de PE em África estão a crescer. O aumento é atribuível a reformas políticas estáveis e a um melhor clima de investimento desde a década de 2000 (Babarinde, 2012). De 2010 a junho de 2016, o valor total dos negócios de PE em África atingiram 22.7 mil milhões de USD. Na África do Sul, os fundos de PE alcançaram 0.2% do PIB em 2015, um nível semelhante ao da Coreia do Sul e superior ao do Brasil e da Polónia (SAVCA/KPMG, 2016). Os investidores estão a expandir-se para o Quénia e a Nigéria e espera-se que os efeitos positivos deste interesse sejam visíveis nos próximos cinco a dez anos (Ernst & Young, 2015).

Para as PME em países com mercados de capitais profundos, as listagens de ações podem constituir uma fonte alternativa de financiamento. Os requisitos das listagens são geralmente menos exigentes e os custos são mais baixos, quando comparados com os das grandes empresas. África tem 14 bolsas de ações para as PME,[10] com mais de 200 empresas listadas (Minney, 2016). A bolsa Johannesburg Stock Exchange (JSE) estabeleceu a primeira plataforma de negociações orientada para as PME em 2003. A partir de 2016, mais de 120 empresas, no total, foram listadas, um quarto das quais se "qualificaram" para o Main Board da JSE. Os desafios das listagens de ações para as PME são as assimetrias de informações dadas aos investidores e a falta de know-how e especialização dos empresários e gestores. Caso fossem aplicados, os requisitos existentes em matéria de transparência dariam resposta à primeira questão. Certas bolsas de ações resolvem a segunda através da nomeação de consultores para orientar as PME ao longo de todas as fases que levam à listagem (Minney, 2016).

Existem também vários fundos de investimento social sem fins lucrativos e fundos de "lucro com um propósito" que oferecem capital a taxas acessíveis. A dimensão dos fundos individuais varia entre 4 milhões de USD e 150 milhões de USD, com uma dimensão média de 29 milhões de USD (PNUD, 2014). Muitos desses pacotes de investimento conjugam serviços capital e de desenvolvimento empresarial, o que pode minimizar os riscos de investimento. A maioria dos fundos tem, pelo menos, uma instituição de financiamento do desenvolvimento como parceiro limitado. As fontes suplementares de capital provêm de particulares e empresas privadas, fundações, fundos de pensões, companhias de seguros e bancos comerciais.

Os doadores e atores filantrópicos optam cada vez mais por soluções financeiras mais inovadoras, incluindo o investimento de impacto, embora muitas vezes enquanto complemento das fontes de financiamento existentes. Um inquérito aos investidores revela que os investidores de impacto globais estão a afetar a maior parte da sua carteira à África subsariana e planeiam aumentar ainda mais esta proporção (GIIN e J.P. Morgan, 2014). De acordo com o Department for International Development do Reino Unido, o investimento de impacto na África subsariana ultrapassou 11.6 mil milhões de USD só em 2014, representando 22% do investimento de impacto global (DfID, 2015). O Egito, o Quénia, Marrocos, a Nigéria e a África do Sul encontram-se na liderança. O investimento também está a crescer noutros países como o Gana, Moçambique, a Tanzânia e a Zâmbia.

Os instrumentos de dívida podem ajudar as empresas e os governos a tirar partido dos mercados financeiros. Não obstante a reduzida capitalização e as bases limitadas de investidores, a dívida africana e os mercados acionistas podem potencialmente apoiar a industrialização do continente (UNECA/UA, 2013). Os instrumentos de dívida empresarial e soberana podem ajudar a suprir a falta de financiamento de longo prazo necessário para os investimentos públicos e privados. Os governos, em particular, podem optar por obrigações de infraestruturas, da diáspora ou obrigações de remessas (Adeoye, 2014).

Os microcréditos, embora controversos, podem apoiar as PME. O microcrédito tem tido, em geral, resultados contraditórios na melhoria das condições de vida e no desempenho das empresas (Stewart et al., 2010). Esse destina-se a fornecer empréstimos a indivíduos que não são abrangidos pelo setor bancário. Algumas pessoas consideram o microcrédito "antidesenvolvimentista" (Bateman e Chang, 2012), visto que as elevadas taxas de juro podem exacerbar as dificuldades financeiras dos empresários (Karnani, 2007). As instituições de microcrédito africanas (IFM) geralmente padecem de fraca governação, má gestão de carteiras, trabalhadores não qualificados e empréstimos insustentáveis. Além disso, os serviços de apoio raramente são disponibilizados e, muitas vezes, falta-lhe qualidade (ONU, 2013). Pelo lado positivo, todos os entrevistados num inquérito às PME nigerianas registaram um aumento da quota de mercado e a melhoria da competitividade derivados do microcrédito. Outro inquérito, desta vez feito às PME do Uganda, verificou que o microcrédito é usado para aumentar o estoquede mercadoria e empregar mais pessoas. Mais especificamente, um aumento na dimensão do empréstimo levou a um aumento de 1.3% nos níveis de emprego das empresas e a um crescimento de inventário de 141.5% (Nahamya et al., 2013).

Embora ainda seja uma solução de nicho, o *crowdfunding* pode ajudar os empresários. O *crowdfunding* é uma forma de buscar meios financeiros através da Internet a partir do público geral (a "multidão", *crowd*) em vez de abordar investidores financeiros tais como bancos, *angels* empresariais ou fundos de capital de risco. Permite aos empresários explorar as suas redes e ter acesso a capital localizado em qualquer parte do mundo. África ainda representa uma pequena fração do mercado global de *crowdfunding*. As estimativas para 2015 colocam o valor do mercado de *crowdfunding* africano em 21% dos volumes dos mercados emergentes e em 0.5% da atividade global (Banco Mundial, 2015b). A reduzida assimilação em atividades de *crowdfunding* em África pode ser atribuída a uma conjunção de medidas práticas e barreiras regulamentares. Estas incluem o uso limitado da Internet e das redes sociais em comparação com outras regiões do mundo; os elevados custos de transferência de dinheiro de África e no seu interior; e a falta de regulamentação e de normas relativas às novas tecnologias de pagamento, aos pagamentos electrónicos transfronteiras e à transferência de participação de capital (Berndt, 2016).

Um exemplo a salientar é o do empresário togolês Afate Gnikou, que fez uso do *crowdfunding* para angariar capital para um protótipo de impressora 3D a partir de resíduos de equipamentos eletrónicos reciclados no Togo. A impressora, cujo preço de venda é menos de 100 USD, deu a Gnikou um prémio internacional de produção (Scott, 2015).

As instituições financeiras de desenvolvimento (DFI) podem ajudar a fomentar uma atividade económica estável e sustentável (Ferraz et al., 2013). Em África, as DFI públicas podem complementar o financiamento de longo prazo, especialmente para as PME. As DFI sempre contribuíram para o desenvolvimento económico, tomando mais riscos do que a média do setor (Calice, 2013).

No entanto, as DFI africanas têm um histórico contraditório. Um inquérito global a 90 instituições de 61 países revelou que a maioria das DFI tem um fraco desempenho

em termos de governação e gestão de risco. Também se mostram vulneráveis à interferência política e ao jugo de grupos de interesse (De Luna-Martínez e Vicente, 2012). Além disso, as suas atividades de concessão de empréstimos são relativamente ineficientes e ineficazes. Ainda assim, as DFI que disponham de sólidas estruturas de governação e dos incentivos adequados podem expandir o acesso financeiro e apoiar a industrialização (Calice, 2013).

O financiamento direto e o apoio podem ajudar as empresas de elevado crescimento a concretizar o seu potencial

O fornecimento de capital diretamente aos empresários aumenta o seu crescimento e cria mais postos de trabalho. Embora seja quase impossível identificar quais as empresas que crescerão depressa no futuro, é possível identificar as que apresentam elevadas potencialidades de crescimento (McKenzie et al., 2017; Nanda, 2016). Um concurso nacional para planos empresariais em grande escala na Nigéria comprova esta abordagem. Cada empresário vencedor recebeu aproximadamente 50 000 USD. Os inquéritos de acompanhamento dos candidatos ao longo de três anos mostraram que o facto de terem ganhado levou a uma criação empresarial e taxas de sobrevivência superiores. As empresas dos vencedores gozaram de maiores lucros e vendas do que as outras e viram um aumento de mais de 20 pontos percentuais na probabilidade de empregar 10 ou mais trabalhadores (Mckenzie, 2015).

Os parceiros de desenvolvimento podem apoiar diretamente os empresários através de co-financiamento e serviços de consultoria. A iniciativa Souk At-Tanmia do BAD, por exemplo, dá apoio financeiro aos empresários, bem como assistência técnica sob a forma de aconselhamento e orientação. A iniciativa envolve parceiros de ambos os setores, público e privado. Nas suas duas edições (julho de 2012 e abril de 2014), a Souk At-Tanmia prestou auxílio a 161 projetos empreendedores, desembolsou cerca de 2.7 milhões de USD em subvenções e mobilizou 5 milhões de USD em recursos adicionais. A iniciativa prevê a criação de mais de 1 300 empregos. Os filantropos privados, tais como o Tony Elumelu Foundation, oferecem capital de lançamento e orientação a mais de 200 *start-ups* de tecnologia e a empresas convencionais que possam adotar métodos de produção industrial por toda a África.

As remessas e a migração de retorno podem impulsionar o investimento

Os migrantes podem fomentar o empreendedorismo nos respetivos países de origem financiando empresas com as suas remessas ou tornando-se eles próprios empresários aquando do seu regresso (ver também Capítulo 2). As remessas contribuem para a criação de empresas, como se vê nos casos da Côte d'Ivoire e do Gana (Black e Costaldo, 2009), do Egito (McCormick e Wahba, 2001), e da Tunísia (Mesnard, 2004). Acresce ainda que as poupanças destes expatriados ajudam a superar limitações internas de crédito (Naudé, Siegel e Marchand, 2015). A experiência laboral acumulada no estrangeiro pode ter um efeito ainda mais impactante sobre o empreendedorismo do que as remessas (Black e Costaldo, 2009; McCormick e Wahba, 2001).

Os migrantes que regressam aos países de origem podem ter uma dupla vantagem enquanto empresários. Em muitos casos, os migrantes são expostos a ambientes competitivos no estrangeiro e trazem novas competências e ideias ao voltar (Severino e Hajdenberg, 2016). Simultaneamente, os laços emocionais com os respetivos países de origem e o conhecimento indígena ajudam-nos a entrar no mercado de forma mais eficiente do que os investidores não nativos (Wolff e Opoku-Owusu, 2016). Dados do Egito

sugerem que a experiência de migração aumenta as taxas de sobrevivência de empresas recém-fundadas (Marchetta, 2012).

Todavia, três fatores podem afetar o êxito destes empresários de diáspora:

1. Os migrantes deparam-se com uma solução de compromisso entre a acumulação de capital humano e financeiro e a perda das suas redes sociais, que são importantes para os novos empresários (Wahba e Zenou, 2012).
2. A vantagem produtiva dos empresários migrantes é tendencialmente maior apenas no caso daqueles que regressam de países onde podiam ganhar mais competências ou riqueza, como no caso dos migrantes vindos de países da OCDE para países da África Ocidental (De Vreyer, Gubert e Robilliard, 2010).
3. Depois de estabelecer as suas empresas, os migrantes retornados, como qualquer outro empresário, ainda enfrentam muitos dos desafios típicos de ambientes que não são propícios à atividade empresarial. Por exemplo, os empresários retornados na Argélia, Marrocos e Tunísia ainda citam restrições de capital como sendo um grande obstáculo (Gubert e Nordman, 2011).

Os governos podem reforçar o liame entre a migração e o empreendedorismo através da melhoria do ambiente empresarial. Inclui-se aqui a simplificação de procedimentos regulamentares para os pequenos e médios empresários e a criação de balcões únicos que forneçam informações sobre oportunidades de investimentos para os migrantes. O Ghana Investment Promotion Centre, por exemplo, oferece um balcão único para membros da diáspora que pretendam investir no país (ver também Capítulo 2).

Além disso, os governos podem melhorar as competências técnicas dos empresários da diáspora. Podem, em especial, fornecer serviços de aconselhamento e orientação para start-ups e empresas sociais geridas por mulheres e jovens. Os governos também podem direcionar produtos financeiros para esses tgrupos (Wolff e Opoku-Owusu, 2016).

A cooperação entre governos, parceiros de desenvolvimento e o setor privado é fundamental para aumentar o acesso dos empresários ao financiamento

As potencialidades de investimento privado nos países em desenvolvimento são substanciais. O financiamento globalmente disponível está estimado em 120 biliões de USD (Woetzel et al., 2016). O financiamento oficial para o desenvolvimento (ODF, na sigla inglesa) ascende a cerca de 0.2 biliões de USD por ano, enquanto os países em desenvolvimento em todo o mundo necessitam de um montante estimado em 2.5 biliões de USD por ano para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, os parceiros de desenvolvimento servem-se cada vez mais do ODF para acumular investimento privado para o desenvolvimento. Por exemplo, os bancos multilaterais de desenvolvimento afirmam que, por cada 1 USD, que entregam diretamente ao setor privado, são mobilizados 2-5 USD adicionais de investimento do setor privado (BAD et al., 2015: 2). Iniciativas como a Boost Africa, lançadas conjuntamente pelo BAD, o Banco Europeu de Investimento e a Comissão Europeia, permitem a mobilização de capital privado através de investimentos públicos iniciais. Neste caso, espera-se que os 150 milhões de EUR com que as três instituições contribuíram gerem EUR mil milhões em investimentos adicionais.

Além do mais, os parceiros de desenvolvimento prestam assistência financeira aos governos e aos bancos nacionais de desenvolvimento a conceder empréstimos a empresas privadas. Esta situação também pode gerar recursos consideráveis. Por exemplo, um estudo mostra que os 1.4 mil milhões de USD em financiamento do Clean Technology

Fund para o setor público mobilizou cerca de 5 mil milhões de USD de co-financiamento privado (CTF, 2013).

Outras abordagens incluem instalações de preparação de projetos e plataformas de facilitação. As instalações de preparação de projetos servem para conceber projetos bem estruturados e financiáveis. As plataformas de facilitação de projetos traçam a correspondência entre os interesses de financiadores públicos e privados na realização de projetos comuns. Alguns exemplos incluem o Grow Africa, uma iniciativa da Comissão da União Africana, da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África e do Fórum Económico Mundial. O Grow Africa oferece uma plataforma para que os governos e as empresas promovam modelos empresariais que envolvam os pequenos agricultores e facilitem as relações da cadeia de valor. Concentra-se especificamente nas mulheres e nos jovens.

Dar prioridade a intervenções políticas específicas depende dos recursos e capacidades dos países. As condições variam de país para país com base nas suas fontes de recursos naturais, na sua fragilidade e nos seus níveis de rendimento:

- **Os países baseado em recursos naturais** podem querer criar fundos com os lucros da extração, transformação e exportação de recursos naturais para promover o empreendedorismo. Os governos também poderiam favorecer o desenvolvimento do setor financeiro através de leis e regulamentos. Os doadores poderiam ajudar os governos na gestão dos fundos ou na conceção de regulamentos relacionados, como no caso do fundo de múltiplas partes interessadas Managing Natural Resource Wealth Trust Fund (FMI, 2016).
- **Os Estados frágeis** podem querer procurar investimento do setor privado e assistência dos doadores para incrementar a capacidade do governo e envolver os empresários.
- **Os países de baixo rendimento** poderiam procurar a assistência dos doadores para incrementar a capacidade do governo e do setor privado e desenvolver mercados financeiros através de garantias e financiamento. Em países onde as remessas têm um peso importante, regulamento e políticas personalizadas poderiam tentar explorar as suas potencialidades.
- **Os países de rendimento médio** poderiam diversificar o seu ambiente de mercado por meio de leis e regulamentos holísticos do setor financeiro, bem como uma supervisão que vise diversos agentes e instrumentos. Estes países poderiam também solicitar o apoio dos doadores para aumentar a capacidade do governo e do setor privado e o desenvolvimento do mercado, nomeadamente através de garantias de crédito ou explorando os mercados financeiros nacional e internacional.

Anexo 8.A1. Viveiros ativos de *start-ups* em África

País	Hub
África do Sul	Jozihub, Capetown Garage, Black Girls Code, Shanduka Black Umbrellas, Raizcorp, The Innovation Hub
Angola	Instituto Nacional de Apoio às MPME
Argélia	Pépinières d'entreprises (sob a tutela do ministério da Indústria e das Minas)
Benim	e-TRILABS, Jokkolabs Cotonou
Botswana	Botswana Innovation Hub, First Steps Venture Center
Burkina Faso	Yam Pukri, Jokkolabs Ouagadougou
Camarões	ActivSpaces
Congo	BantuHub
Congo, Rep. Democrática	Mwasi Tech Hub, Imani Hub
Côte d'Ivoire	Jokkolabs Abidjan, W Hub, Akendewa
Egito	Cairo Hackspace, The District, Flat6Labs
Etiópia	IceAddis, xHub Addis
Gâmbia	Jokkolabs Banjul
Gana	mFriday, Meltwater Entrepreneurial School of Technology, gSpace
Libéria	iLab Liberia
Madagáscar	I-Hub Malagasy, Habaka, INCUBONS, Centre d'Excellence en Entreprenariat (CEENTRE), Century Reliable Partners (CRP)
Malawi	mHub, Malawi
Mali	Jokkolabs Bamako
Marrocos	Jokkolabs Casablanca, New Work Lab, Espace Bidaya, Pitch Lab, Dare Inc
Maurícias	Ebene Accelerator
Moçambique	MICTI Technology and Business Centre
Namíbia	Namibia Business Innovation Centre (NBIC), Fablab Namibia
Nigéria	L5 Lab, Co-creation Hub, Wennovation Hub
Quénia	iHub, mLab East Africa, GrowthAfrica
Ruanda	kLab, The Office, 42Kura
Senegal	Jokkolabs Dakar, CTIC Dakar, Africa Living Lab; E-Cover
Seychelles	Providence Industrial Estate (inclui o complexo microempresarial "Leve Debrouye")
Serra Leoa	AFFORD Sierra Leone
Sudão	O Family Bank tem um consórcio com a Universidade de Ciência e Tecnologia do Sudão (dois locais), o Graduate Employment Fund (dois locais) e a Agricultural Research Corporation (dois locais)
Tanzânia	Kinu Innovation and Co-Creation Space, TANZICT
Togo	Woe Lab, Ecohub, Innov'Up
Tunísia	Wiki Start-Up
Uganda	HIVE colab, @TheHub Kampala, The Outbox Hub
Zâmbia	Bongohive Zambia
Zimbabwe	Muzinda Hub, Emerging Ideas, Neolab, Moto Republik

Fonte: Adaptado do Banco Mundial (2016b) e das contribuições dos economistas de países do BAD.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

Notas

1. Adaptado do *Enterprise Finance Gap Database* do IFC.
2. Uma revisão do ensino Integrated Entrepreneurship Education (IEE) nas escolas secundárias do Botswana, Quénia e Uganda não encontrou quaisquer dados conclusivos de efeitos positivos sobre a atividade empresarial. Embora os alunos de TVSD mostrassem, em média, mais tendência para abrir uma empresa do que os alunos do ensino secundário em geral, não é claro se tal facto se devia aos cursos IEE (Farstad, 2002).
3. Fora de África, o êxito do *cluster* de TI Porto Digital, no Recife (Brasil) foi condicionado pela presença de instituições académicas e de formação, além de viveiros de TIC. O ecossistema empresarial desenvolveu-se ao redor destes centros de conhecimento no início da década de 2000 e criou um *cluster* de 260 empresas que empregam mais de 8000 trabalhadores e com receitas conjuntas de mais 400 milhões de USD (Felipe, 2016).
4. Posteriormente, o setor e o *cluster* sofreram a eliminação progressiva do Acordo Multifibras (MFA) em 2005 (ver Capítulo 6), tendo o emprego decrescido para 39 000 trabalhadores em 2012.
5. A indústria cinematográfica e musical nigeriana tornou-se num dos maiores setores empregadores do país. É responsável por cerca de 1.4% do PIB (Omanufeme, 2016).
6. Estes espaços podem constituir um primeiro passo para a aglomeração, como no caso do Chile, que pretende transformar três cidades secundárias em hubs de inovação (OCDE, 2016).
7. Marrocos criou um estatuto jurídico para os trabalhadores por conta própria (*empresários independentes*) e simplificou os procedimentos legais para estes empresários.
8. O Access to Finance Rwanda referiu esta característica como um importante fator de sucesso do seu Agricultural Credit Guarantee Scheme.
9. https://www.afdb.org/en/news-and-events/article/afdb-approves-a-financial-package-of-usd-500-million-for-the-bank-of-industry-nigeria-8045/ (consultado a 20 de janeiro de 2017).
10. www.africastrictlybusiness.com/lists/stock-exchanges-small-and-medium-enterprises, (consultado a 19 de janeiro de 2017).

Bibliografia

Adeoye, B. (2014), "Maximising the 'beyond aid' approach: Mobilising domestic financial resources for Africa's transformation", *Great Insights Magazine*, Vol. 3/8, http://ecdpm.org/great-insights/financing-development/maximising-beyond-aid-approach/.

AFR (2015), "Pilot agricultural dredit guarantee scheme", *Access to Finance Rwanda*, Kenya Commercial Bank, www.afr.rw/wp-content/uploads/2015/11/KCB-Agricultural-Credit-Guarantee-Scheme-Evaluation.pdf.

African Business Central (2015), "Failing all the way to success: Jason Njoku, Founder and CEO, iROKO Partners", www.africanbusinesscentral.com/2015/01/07/failing-all-the-way-to-success-jason-njoku-founder-ceo-iroko-partners-video/.

AGF (2015), *Annual report and Financial Statements 2015*, African Guarantee Fund, www.africanguaranteefund.com/uploads/pdf/annualreports/AGF_Annual_Report_2015.pdf.

Akande, O.R., O. Abu e H.O. Obekpa (2016), "Microfinance organizations in Africa: The challenge of transforming into regulated organizations", *in* L. Achtenhagen e E. Brundin (ed.), *Entrepreneurship and SME Management Across Africa*, Frontiers African Business Research Series, Springer, pp 67-86.

Ali, M. (2012), "Government's role in cluster development for MSEs: Lessons from Ethiopia", *CMI Study,* Vol. R2012:2, Chr. Michelsen Institute (CMI), pp. 26, www.cmi.no/publications/file/4538-governments-role-in-cluster-development-for-mses.pdf.

Arvanitis, Y. (2015), "Financing for innovation: What can be done for African SMEs?", *Africa Economic Brief*, Vol. 6/6, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AEB_Vol_6_Issue_6_2015_Financing_for_innovation__what_can_be_done_for_ African_SMEs.pdf.

Atchoarena, D. e A. Delluc (2001), *Revisiting Technical and Vocational Education in Sub-Saharan Africa: An Updateon Trends, Innovationsand Challenges*, Relatório para o Banco Mundial, International Institute for Educational Planning/UNESCO, Paris, http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001293/129354e.pdf.

AVCA (2016), "H1 African Private Equity Data Tracker provides a summary of trends in private equity (PE) in Africa", African Private Equity and Venture Capital Association.

Ayadi, M. e W. Mattoussi (2014), "Disentangling the pattern of geographic concentration in Tunisian manufacturing industries", *WIDER Working Paper*, No. 2014/072, Africa Growth Initiative at Brookings, Banco Africano de Desenvolvimento e UNU-WIDER, www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2014-072.pdf.

Babarinde, O. (2012), "The private equity market in Africa: Trends, opportunities, challenges, and impact", *The Journal of Private Equity*, Vol. 16/1, pp. 56-73, www.jstor.org/stable/43503734.

BAD (2016), "The role of nascent entrepreneurship in driving inclusive economic growth in North Africa", *Working Brief*, *North Africa Policy Series*, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/en/ documents/document/north-africa-working-paper-the-role-of-nascent-entrepreneurship-in-driving-inclusive-economic-growth-in-north-africa-90023/.

BAD (2013), *Private Sector Development Policy of the African Development Bank Group*, ORVP Department, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/ Private%20Sector%20Development%20Policy%20of%20the%20AfDB%20Group.pdf.

BAD et al. (2015), "From billions to trillions: MDB contributions to financing development", Banco Africano de Desenvolvimento, http://pubdocs.worldbank.org/en/692914365543030 71/dfi-idea-action-booklet.pdf.

BAD/BM/WEF (no prelo), *The Africa Competitiveness Report 2017*, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Fórum Económico Mundial.

BAD/OCDE (2008), *Perspectivas Económicas em África 2007/2008*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2008-en.

BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264248649-pt.

BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspectivas Económicas em África 2015: Desenvolvimento Territorial e Inclusão Espacial,* Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt.

BAD/OCDE/PNUD (2014), *African Economic Outlook 2014: As cadeias de valor global e a industrialização de África,* Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264213005-pt.

Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados), http://data.worldbank.org/data-catalog/ world-development-indicators (consultada em fevereiro de 2017).

Banco Mundial (2016a), *From Oil to Cities: Nigeria's Next Transformation*, Banco Mundial, Washington, DC, http://dx.doi.org/10.1596/978-1-4648-0792-3.

Banco Mundial (2016b), *World Development Report 2016: Digital Dividends*, Banco Mundial, Washington, DC, https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0671-1.

Banco Mundial (2015a), *Kenya Leather Industry: Diagnosis, Strategy and Action Plan*, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/en/397331468001167011/pdf/99485-REVISED-Kenya-Leather-Industry.pdf.

Banco Mundial (2015b), *Crowdfunding in Emerging Markets: Lessons from East African Startups*, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/en/820101468186856874/pdf/103279-WP-Box394864B-PUBLIC-crowdfunding-in-east-africa.pdf.

Banco Mundial (2014), *An Evaluation and Impact Assessment of Business Incubation Models in Eastern Europe and Central Asia*, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/ en/192561468143364613/pdf/930380WP0Box380ncubation0models0eca.pdf.

Banco Mundial (2011), *Industrial Clusters and Micro and Small Enterprises in Africa: From Survival to Growth*, Y. Yoshino (ed.), Banco Mundial, Washington, DC, http://dx.doi.org/10.1596/978-0-8213-8627-9.

Banco Mundial/FIRST (2015), "Principles for Public Credit Guarantee Schemes for SMEs", *Consultative Document*, Banco Mundial, Washington, DC.

Banerji, A. et al. (2010), "Stepping up skills for more jobs and higher productivity", *Working Paper* 55566, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/en/538131468154167664/Stepping-up-skills-for-more-jobs-and-higher-productivity.

Bateman, M. e H-J. Chang (2012), "Microfinance and the illusion of development: From Hubris to Nemesis in thirty years", *World Economic Review*, http://wer.worldeconomicsassociation.org/files/WER-Vol1-No1-Article2-Bateman-and-Chang-v2.pdf.

Beck, T. e R. Cull (2014), "SME finance in Africa", *Journal of African Economies*, Vol. 23/5, pp. 583-613, https://dx.doi.org/10.1093/jae/eju016.

Beck, T. et al. (2011), *Financing Africa: Through the Crisis and Beyond*, Washington, DC, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Financing%20Africa%20Through%20the%20Crisis%20and%20Beyond.pdf.

Benabdejlil, N., Y. Lung e A. Piveteau (2016), «L'émergence d'un pôle automobile à Tanger (Maroc)», *Cahiers du Group de Recherche en Économie Théorique et Apliquée (GREThA)*, No. 2016-04, Université de Bordeaux, França, http://cahiersdugretha.u-bordeaux4.fr/2016/2016-04.pdf.

Benner, M. (2012), "Cluster policy as a development strategy: Case studies from the Middle East and North Africa", *University of Lüneburg Working Paper Series in Economics*, No. 255, Universidade de Lüneburg, http://hdl.handle.net/10419/73171.

Bennett, F., A. Doran e H. Bellington (2005), "Do credit guarantees lead to improved access to financial services? Recent evidence from Chile, Egypt, India and Poland", *Policy Division Working paper* , Rural Finance and Investment Center e DFID, Londres, www.ruralfinanceandinvestment.org/sites/default/files/1117492374289_creditfinancepolicyreport.pdf.

Bernt, A. (2016), "Crowdfunding in the African context: A new way to fund ventures", *in* L. Achtenhagen e E. Brundin (ed.), *Entrepreneurship and SME Management Across Africa*, Frontiers in African Business Research, Springer Singapura, pp. 31-49.

Bhorat, H. et al. (2016), "Understanding and characterizing the services sector in South Africa: An overview, *WIDER Working Paper*, No. 2016/157, UNU-WIDER, Helsínquia.

Black, R. e A. Costaldo (2009), "Return migration and entrepreneurship in Ghana and Cote d'Ivoire: The role of capital transfers", *Journal of Economic and Social Geography*, Vol. 100/1, pp. 44-58, http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9663.2009.00504.x/epdf.

Bloom, N., R. Sadun e J. Van Reenen, (2016), "Management as a technology", *NBER Working Paper Series*, No. 22327, Cambridge, Massachussets, www.nber.org/papers/w22327.pdf.

Brautigam, D. (1997), "Substituting for the state: Institutions and industrial development in eastern Nigeria", *World Development*, Vol. 25, No. 7, Elsevier, pp. 1063-1080, https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)00016-8.

Brixiová, Z., M. Ncube e Z. Bicaba (2015), "Skills and youth entrepreneurship in Africa: Analysis with evidence from Swaziland", *World Development*, Vol. 67, Elsevier, pp. 11-26, https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.09.027.

Bughin, J. et al. (2016), *Lions on The Move II: Realizing The Potential of Africa's Economies*, Mckinsey Global Institute, McKinsey & Company, www.mckinsey.com/global-themes/middle-east-and-africa/lions-on-the-move-realizing-the-potential-of-africas-economies.

Calice, P. (2013), "African development finance institutions: Unlocking the potential", *Working Paper*, No. 174, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/en/documents/document/working-paper-174-african-development-finance-institutions-unlocking-the-potential-32408/.

Calvino, F., C. Criscuolo e C. Menon (2016), "No country for young firms? Start-up dynamics and national policies", *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers*, No. 29, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5jm22p40c8mw-en.

Cech, A. et al. (2015), "Appendices to six case studies of economically successful cities", *Companion Paper 3*, Banco Mundial, http://documents.worldbank.org/curated/en/769741468185642990/pdf/101714-REPLACEMENT.pdf.

Centre for Development and Enterprise (2016), An EPZ for the Nelson Mandela Bay Metro, *Growth Series Report 7*, www.cde.org.za/wp-content/uploads/2016/04/7.EPZ_.pdf.

Dalberg/AFD (2012), "Assessing credit guarantee schemes for SME finance in Africa evidence from Ghana, Kenya, South Africa and Tanzania", *Working Paper,* No. 123, Dalberg Global Development Advisors, www.afd.fr/webdav/site/afd/shared/PUBLICATIONS/RECHERCHE/Scientifiques/Documents-de-travail/123-VA-document-travail.pdf.

De Luna-Martínez, J. e C.L. Vicente (2012), "Global survey of development banks", Researchgate, www.researchgate.net/publication/228312111_Global_Survey_of_Development_Banks.

De Nevers, M. e M. Beppu (2013), *Private Funding in Public-led Programs of the CTF: Early Experience*, Climate Investment Funds (CIF), www-cif.climateinvestmentfunds.org/sites/ default/files/knowledge-documents/private_funing_in_public-led_programs_of_the_ctf_early_ experience_0_0.pdf.

De Vreyer, P., F. Gubert e A Robilliard (2010), "Are there returns to migration experience? An empirical analysis using data on return migrants and non-migrants in West Africa", *Annals of Economics and Statistics,* No. 97/98, pp. 307-328, www.jstor.org/stable/pdf/41219120.pdf.

DfID (2015), *Survey of the Impact Investment Markets 2014: Challenges and Opportunities in Sub-Saharan Africa and South Asia*, Department for International Development, Londres, www.theimpactprogramme.org.uk/wp-content/uploads/2015/08/DFID-Impact-Programme-Market-Survey-Web-20151.pdf.

Dinh, H.T. e C. Monga (2013), *Light Manufacturing in Tanzania: A Reform Agenda for Job Creation and Prosperity*, Banco Mundial, Washington, DC, http://dx.doi.org/10.1596/978-1-4648-0032-0.

Dinh, H.T. e G.R.G. Clarke (ed.) (2012), *Performance of Manufacturing Firms in Africa: An Empirical Analysis*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/ handle/10986/11959.

Dinh, H.T. et al. (2012), *Light Manufacturing in Africa: Targeted Policies to Enhance Private Investment and Create Jobs*, Banco Mundial, Washington, DC, https://dx.doi.org/10.1596/978-0-8213-8961-4.

Dupas, P. e J. Robinson (2013), "Savings constraints and microenterprise development: Evidence from a field experiment in Kenya", *American Economic Journal*, Vol. 5/1, pp. 163-192, http://dx.doi.org/10.1257/app.5.1.163.

Enright, M.J. e I. Ffowcs-Williams (2000), *Enhancing the Competitiveness of SMEs in the Global Economy: Strategies and Policies*, Workshop 2: Local Partnership, Clusters and SME Globalisation, Conference for Ministers Responsible for SMEs and Industry Ministers, 14-15 de junho, Bolonha, Itália, www.oecd.org/cfe/smes/2010888.pdf.

Ernst & Young (2015), *Private Equity Roundup Africa*, Ernst & Young Global Limited, www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-private-equity-roundup-africa-2014/$File/EY-private-equity-roundup-africa-2014.pdf.

Etiópia UE (2016), "Industrial parks development in Ethiopia", *The Ethiopian Messenger*, Embaixada da Etiópia em Bruxelas, https://medium.com/@EthiopiaEU/industrial-parks-development-in-ethiopia-f09eb704d741#.rjvp275rx.

Farole, T. (2011), *Special Economic Zones in Africa: Comparing Performance and Learning from Global Experience,* International Bank for Reconstruction and Development/Banco Mundial, Washington, DC, https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8638-5.

Farstad, H. (2002), *Integrated Entrepreneurship Education in Botswana, Uganda and Kenya: Final Report*, relatório de um estudo encomendado pelo Banco Mundial, National Institute of Technology (ed.), Oslo, http://siteresources.worldbank.org/INTLM/214578-1103217503703/20295558/IntegratedEntrepreneurship.pdf.

Felipe, E. (2016), "Chico saboya e o porto digital, no recife: tudo que você precisa saber sobre o polo tecnológico", *Draft Academia*, http://projetodraft.com/chico-saboya-e-o-porto-digital-no-recife-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-polo-tecnologico/.

Ferraz J.C. et al. (2013), "Financing development: The case of BNDES", *in* E. Stiglitz e Y. Lin (ed.), *The Industrial Policy Revolution I*, Palgrave McMillan, Reino Unido.

Filmer, D. et al. (2014), *Youth Employment in Sub-Saharan Africa*, Agence Française de Développement e Banco Mundial, Washington, DC, http://dx.doi.org/10.1596/978-1-4648-0107-5.

Gatune, J. (2016), "Suame magazine: The evolving story of Africa's largest industrial cluster", *in Innovation Africa: Emerging Hubs of Excellence,* pp. 397-425, Emerald Publishing.

GIIN (2015), "The landscape for impact investing in East Africa, Global Impact Investing Network, https://thegiin.org/knowledge/publication/the-landscape-for-impact-investing-in-east-africa.

GIIN e J.P. Morgan (2014), *Spotlight on the Market: The Impact Investor Survey,* Global Social Finance, https://thegiin.org/assets/documents/pub/2014MarketSpotlight.PDF.

GPFI (2016), Global partnership for Financial Inclusion, *China 2016 Priorities Paper*, www.gpfi.org/sites/ default /files /documents /Global%20Partnership%20for%20Financial%20Inclusion%20%28GPFI%29%20China%202016%20Priorities%20Paper.pdf.

Gubert, F. e C. Nordman (2011), "Return migration and small enterprise development in the Maghreb", *in* R. Dilip e S. Plaza (ed.), *Diaspora for development in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, pp. 103-126.

Harrison, A.E., J.Y. Lin e L.C. Xu (2014), "Explaining Africa's (dis)advantage", *World Development*, Vol. 63, Elsevier, pp. 59-77, http://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.011.

Herrington, M. e D. Kelley (2012), *African Entrepreneurship: Sub-Saharan African Regional Report 2012*, GEM/International Development Research Centre, www.babson.edu/Academics/centers/blank-center/global-research/gem/Documents/GEM%202012%20Africa%20Report.pdf.

Herrington, M. e P. Kew (2016), *South African Report 2015/16*: Is South Africa Heading for an Economic Meltdown? Global Entrepreneurship Monitor, University of Capetown, Development Unit for New Enterprise, http://ideate.co.za/wp-content/uploads/2016/05/gem-south-africa- 2015-2016-report.pdf.

Honorati, M. e Y. Cho (2013), "Entrepreneurship programs in developing countries: A meta regression analysis", *Labour Economics,* Vol. 28, Elsevier, pp. 110-130, http://dx.doi.org/10.1016/j.labeco.2014.03.011.

Iddrisu, A., Y. Mano e T. Sonobe (2012),"Entrepreneurial skills and industrial development: The case of a car repair and metalworking cluster in Ghana", *Journal of the Knowledge Economy*, Vol. 3/3, Springer, pp. 302-326, https://doi.org/10.1007/s13132-011-0047-6.

IFC (2014), *IFC Enterprise Finance Gap Database*, International Finance Corporation, https://smefinanceforum.org/data-sites.

IFC (2010), *Scaling-Up SME Access to Financial Services in the Developing World*, International Finance Corporation, www.enterprise-development.org/wp-content/uploads/ScalingUp_SME_Access_ to_ Financial_Services.pdf.

Iimi, A., R.M. Humphrey e S. Melibaeva (2015), "Firm productivity and infrastructure costs in East Africa", *Policy Research Working Paper*, No. 7278, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/en/737301468188939651/pdf/WPS7278.pdf.

Inquéritos às empresas, *World Bank Enterprise Surveys*, www.enterprisesurveys.org.

IPDC (s.d.), "Ethiopian Industrial Parks Development Corporation", webpage, www.ipdc.gov.et/ index.php/en/industrial-parks.

Isaacs, E. et al. (2007), "Entrepreneurship education and training at the Further Education and Training (FET) level in South Africa", *South African Journal of Education*, Vol. 27/4, pp. 613-629.

Jütting, J. e J. de Laiglesia (2009), *Is Informal Normal ?: Towards More and Better Jobs in Developing Countries*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264059245-en.

Karnani, A. (2007), "Microfinance misses its mark", Stanford Social Innovation Review, https://ssir.org/articles/entry/microfinance_misses_its_mark.

Ketels, C. e O. Memedovic (2008), "From clusters to cluster-based economic development", *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development*, Vol. 1, No. 3, pp. 375-392, https://pdfs.semanticscholar.org/4eb5/b4c7987d909cd3b9153bc95676268cca6d64.pdf.

Kingombe, C. e D.W. te Velde (2015), "The role of special economic zones in manufacturing development in sub-Saharan Africa", *in* Weiss, J. e M. Tribe (ed.), *Routledge Handbook of Industry and Development,* www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9780203387061.ch14.

Klapper, L. (2006), "The role of factoring for financing small and medium enterprises", *Policy Research Working Paper,* No. 3593, Banco Mundial, Washington, DC, http://dx.doi.org/10.1596/1813-9450-3593.

Klein, M.U. e B. Hadjimichael (2003), *The Private Sector in Development: Entrepreneurship, Regulation, and Competitive Disciplines*, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/ curated/en/860821468739342139/pdf/multi0page.pdf.

KPMG/EDC (2014), *Strengthening Access to Finance for Micro, Small and Medium Enterprises (MSMEs) in Nigeria*, KPMG e Enterprise Development Center, http://edc.edu.ng/wp-content/ uploads/2017/02/MSME-Banking-Study-2014.pdf.

Lackéus, M. (2015), *Entrepreneurship in Education: What, Why, When, How,* Comissão Europeia e OCDE, www.oecd.org/cfe/leed/BGP_Entrepreneurship-in-Education.pdf.

La Porta, R. e A. Shleifer (2014), "Informality and development", *Journal of Economic Perspectives,* Vol. 28/3, pp. 109-126, http://dx.doi.org/10.1257/jep.28.3.109.

La Porta, R. e A. Shleifer (2011), "The unofficial economy in Africa," *NBER Working Paper*, No. 16821, National Bureau of Economic Research, Cambridge, Massachusetts, www.nber.org/papers/w16821.

Lin, J.Y. (2012), *The Quest for Prosperity: How Developing Economies Can Take Off,* Princeton University Press, Princeton, http://dx.doi.org/10.1093/jeg/lbt033.

Lin, J.Y. (2011), *New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development and Policy*, Banco Mundial, Washington, DC, http://doi.org/10.1596/978-0-8213-8955-3.

Lin, J.Y. e C. Monga (2013), "Comparative advantage: The silver bullet of industrial policy, *in* J.E. Stiglitz e J.Y. Lin (ed.), *The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government beyond Ideology*, pp. 19-38, Palgrave Macmillan, Reino Unido, http:/dx.doi.org/10.1057/9781137335173_2.

Mano, Y. e A. Suzuki (2013), "Measuring agglomeration economies: The case of the Ethiopian cut flower industry", *Hitotsubashi University Discussion Papers*, No. 2013/04, Graduate School of Economics, http://hermes-ir.lib.hit-u.ac.jp/rs/bitstream/10086/25583/1/070econDP13-04.pdf.

Marchetta, F. (2012), "Return migration and the survival of entrepreneurial activities in Egypt", *World Development*, Vol. 40/10, Elsevier, pp. 1999-2013, http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.05.009.

Marshall, A. (1890), *Principles of Economics*, McMillan and Co., Londres, Reino Unido.

Martin, G. e H. Staines (1994),"Managerial competencies in small firms", *Journal of Management Development*, Vol. 13/7, pp. 23-34, http://dx.doi.org/10.1108/02621719410063396.

McCormick, B. e J. Wahba (2001), "Overseas work experience, savings and entrepreneurship amongst return migrants to LDCs", *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. 48/2, pp. 164-178, http://EconPapers.repec.org/RePEc:bla:scotjp:v:48:y:2001:i:2:p:164-78.

McCormick, D. (1999),"African enterprise clusters and industrialization: Theory and reality", *World Development*, Vol. 27/9, Elsevier, pp. 1531-1551, https://doi.org/10.1016/S0305-750X(99)00074-1.

McKenzie, D. et al. (2017), "Can enhancing the benefits of formalization induce informal firms to become formal? Experimental evidence from Benin",*CEPR Discussion Paper*, No. DP11764, Centre for Economic Policy Research, www.cepr.org/active/publications/discussion_papers/dp.php?dpno=11764.

McKenzie, D. (2015), "Identifying and spurring high-growth entrepreneurship: Experimental evidence from a business plan competition", *Policy Research Working Paper*, No. 7391, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/en/210491468178154286/pdf/WPS7391.pdf.

Mesnard, A. (2004), "Temporary migration and capital market imperfections", *Oxford Economic Papers*, Vol. 56/2, pp. 242-262, http://doi.org/10.1093/oep/gpf042.

Minney, T. (2016), "Exchanges give SMEs a helping hand", *African Banker Magazine*, 5 de maio de 2016, www.africanbusinessmagazine.com/african-banker/exchanges-give-smes-helping-hand.

Mitullah, W.V. (1999), "Lake Victoria's Nile perch fish cluster: Institutions, politics and joint action", *Institute for Development Studies Working Paper*, No. 87, www.ids.ac.uk/files/wp87.pdf.

Monga, C. (2011), "Cluster-based industrial parks: A practical framework for action", *Policy Research Working Paper*, No. 5900, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/ en/574921468332054782/pdf/WPS5900.pdf.

Morris, M. e J. Barnes (2006),"Regional Development and Cluster Management: Lessons from South Africa", *in Development on the Ground: Clusters, Networks and Regions in Emerging Economies*, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul, pp. 278-298, https://open.uct.ac.za/bitstream/item/22614/ Morris_Regional_2006.pdf?sequence=1.

Morris, M., J. Barnes e M. Kao (2016), "Global value chains, sustainable development, and the apparel industry in Lesotho", *Country Case Study*, International Center for Trade and Sustainable Development, Genebra, Suíça, www.tralac.org/images/docs/10878/global-value-chains-sustainable-development-and-the-apparel-industry-in-lesotho-ictsd-november-2016.pdf.

Morris M. e R. Kaplinsky (2015), *Developing Industrial Clusters and Supply Chains to Support Diversification and Sustainable Development of Exports in Africa: The Composite Report*, African Export- Import Bank, Research Gate, http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.2408.9121.

Morris, M. e C. Staritz (2016), "Industrial upgrading and development in Lesotho's apparel industry: Global value chains, foreign direct investment, and market diversification", *Oxford Development Studies*, Routledge Taylor and Francis Group, Oxford, pp. 1-18, https://doi.org/10.1080/13600818.2016.1237624.

Moudio, R. (2013), "Nigeria's film industry: A potential gold mine?", *Africa Renewal Online*, www.un.org/africarenewal/magazine/may-2013/nigeria%E2%80%99s-film-industry-potential- gold-mine.

Muto, M., C.Y. Chung e S. Shimokoshi (2011), "Location choice and performance of furniture workshops in Arusha, Tanzania", *JICA-RI Working Papers*, No. 28, JICA Research Institute, http://ideas.repec.org/p/jic/wpaper/28.html.

Nahamya K.W. et al. (2013), "The impact of microfinance service delivery on the growth of SME's in Uganda", *ICBE Policy Brief*, No. 43, TrustAfrica, Senegal, http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/34016/1/tapolicybrief43_nahamya3[1].pdf?1.

Nakusera, F., G. Kadhikwa e P. Mushendami (2008), "Enhancing the role of factoring and leasing companies in providing working capital to small and medium enterprises (SMEs) in Namibia", *BoN Occasional Paper,* No. *OP 3-2008*, Research Department, Bank of Namibia, Namíbia.

Nanda, R. (2016), "Financing high-potential entrepreneurship", *IZA World Labor* , No. 252, http://wol.iza.org/articles/financing-high-potential-entrepreneurship-1.pdf.

Naudé, W. (no prelo), "Entrepreneurship and new industrialisation in Africa", *Documentos de apoio do Centro de Desenvolvimento da OCDE para o Perspetivas Económicas em África 2016*.

Naudé, W., M. Siegel e K. Marchand (2015), "Migration, entrepreneurship and development: A critical review", *IZA Discussion Paper*, No. 9284, Institute for the Study of Labor, Bona, Alemanha, http://ftp.iza.org/dp9284.pdf.

Newman, C. e J. Page (2017), "Industrial clusters: The case for special economic zones in Africa", *WIDER Working Paper 2017/15*, United Nations University, World Institute for Development Economics Research, BAD e Africa Growth Initiative at Brookings, www.wider.unu.edu/ sites/default/files/wp2017-15.pdf.

Newman, C. et al. (2016), *Made in Africa: Learning to Compete in Industry*, Brookings Institution Press, Washington, DC.

Nsehe, M. (2012), "Tiger Global Backs Nigerian Internet Entrepreneur in $8 million Round", *Forbes Online*, www.forbes.com/sites/mfonobongnsehe/2012/04/04/tiger-global-backs-nigerian-internet-entepreneur-in-8-million-round/#3d0e8eb5717e.

OCDE (2016a), *Enabling the Next Production Revolution: The Future of Manufacturing and Services - Interim Report*, reunião do conselho de ministros da OCDE, Paris, 1-2 de junho, www.oecd.org/mcm/ documents/Enabling-the-next-production-revolution-the-future-of-manufacturing-and-services-interim-report.pdf.

OCDE (2016b), *Financing SMEs and Entrepreneurs 2016: An OECD Scoreboard*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/fin_sme_ent-2016-en.

OCDE (2016c), *Start-up Latin America 2016: Building an Innovative Future,* Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264265660-en.

OCDE (2015), *OECD/INFE Progress Report on Financial Education for MSMEs and Potential Entrepreneurs*, Publicações OCDE, Paris, http://g20.org.tr/wp-content/uploads/2015/11/OECD-INFE-Progress-Report-on-Financial-Education-for-MSMEs.pdf.

OCDE (2015), "Uganda SIGI country report", Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris, www.oecd.org/dev/ development-gender/THE%20UGANDA%20SIGI%20E-BOOK.pdf.

OCDE (2009), *Is Informal Normal ? Towards More and Better Job in Developing Countries,* Jütting, J.P. e J.R. Laiglesia (ed.), Publicações OCDE, Paris, https://dx.doi.org/10.1787/9789264059245-en.

OCDE (1999), *Business Incubation: International Case Studies,* OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Programme, Publicações OCDE, Paris.

OCDE/CAF/CEPAL (2015), *Latin American Economic Outlook 2015: Education, Skills and Innovation for Development*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/leo-2015-en.

OIT (2011), "Upgrading informal apprenticeship systems", *Skills for Employment Policy Brief*, OIT, Genebra.

Olawale, F. e D. Garwe (2010), "Obstacles to the growth of new SMEs in South Africa: A principal component analysis approach", *African Journal of Business Management,* Vol. 4/5, Department of Business Management, Universidade de Fort Hare, África do Sul, pp. 729-738, www.academicjournals.org/AJBM.

Omanufeme, S. (2016), "Runaway success", *Finance & Development*, Vol. 53/2, Fundo Monetário Internacional, www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/omanufeme.htm.

Omidyar Network/Monitor Group (2013), *Accelerating Entrepreneurship in Africa: Understanding Africa's Challenges to Creating Opportunity-driven Entrepreneurship,* Omidyar Network, www.omidyar.com/sites/default/files/file_archive/insights/ON%20Africa%20Report_April%202013_FInal.pdf.

ONU (2013), *Microfinance in Africa: Overview and suggestions for Action by Stakeholders*, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, www.un.org/en/africa/osaa/pdf/pubs/2013microfinanceinafrica.pdf.

Otsuka, K. e T. Sonobe (2011), "A cluster-based industrial development policy for low-income countries", *Policy Research Working Paper*, No. 5703, Banco Mundial, Washington, DC, http://dx.doi.org/10.1596/1813-9450-5703.

Oyelaran-Oyeyinka, O. (2014), "Industrialization pathways to human development: Industrial clusters, institutions and multidimensional poverty in Nigeria", apresentado em *The First Annual Bank Conference on Africa: Harnessing Africa's Growth for Faster Poverty Reduction*, Paris School of Economics e Banco Mundial, 23-24 de junho.

Palmer, R. (2009), "Formalising the informal: Ghana's national apprenticeship programme", *Journal of Vocational Education & Training*, Vol. 61/1, pp. 67-83, http://dx.doi.org/10.1080/13636820902820048.

Porter, M.E. (1998), *On Competition,* Harvard Business School Press, Boston.

PNUD (2014), *Impact Investing in Africa: Trends, Constraints and Opportunities*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.

Quatraro, F. e M. Vivarelli (2014), "Drivers of entrepreneurship and post-entry performance of newborn firms in developing countries", *Policy Research Working Paper*, No. WPS7074, pp. 277-305, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/en/498421468325202284/pdf/WPS7074.pdf.

Ratha, D. et al. (2011), *Leveraging Migration for Africa: Remittances, Skills, and Investments*, Banco Mundial, Washinton, DC, http://dx.doi.org/10.1596/978-0-8213-8257-8.

Rodríguez-Clare, A. (2004), "Microeconomic interventions after the Washington consensus", Research Department, Inter-American Development Bank, http://eml.berkeley.edu/~arodeml/ Papers/MicroeconomicInterventions.pdf.

Rogerson, C.M. (2000), "Successful SMEs in South Africa: The case of clothing producers in the Witwatersrand", in *Development Bank Southern Africa*, Vol. 17, No. 5, pp. 37-41, https://doi.org/10.1080/713661433.

SAVCA/KPMG (2016), *SAVCA 2016: Private Equity Industry Survey: SAVCA Venture Capital and Private Equity Industry Performance Survey of Southern Africa covering the 2015 Calendar Year*, www.savca. co.za/wp-content/uploads/2016/06/SAVCA-Performance-Survey-Final-Electronic-web.pdf.

Scott, C. (2015), "3D printing for sustainable development in Africa", *3D Printboard.com blog*, https://3dprint.com/105122/africa-economic-development/.

Severino, J.-M. e J. Hajdenberg (2016), *Entreprenante Afrique*, Odile Jacob, Paris.

Shiferaw, A. et al. (2015), "Road infrastructure and enterprise dynamics in Ethiopia", *The Journal of Development Studies*, Vol. 51/11, pp. 1541-1558, https://doi.org/10.1080/00220388.2015.1056785.

Shiferaw, A. (2009), "Survival of private sector manufacturing establishments in Africa: The role of productivity and ownership", *World Development*, Vol. 37/3, Elsevier, pp. 572-584, https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2008.08.004.

Shimeles, A. (2016), "Can higher education reduce inequality in developing countries? Expanding higher education might solve rising youth unemployment and widening inequality in Africa", *IZA World of Labor 273*, http://dx.doi.org/10.15185/izawol.273.

Siba, E. et al. (2012), "Enterprise agglomeration, output prices, and physical productivity: Firm- level evidence from Ethiopia", *Working paper*, No. 2012/85, Africa Growth Initiative at Brookings, Banco Africano de Desenvolvimento e United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2012-085.pdf.

Sievers, M. e P. Vandenberg (2007), "Synergies through linkages: Who benefits from linking micro-finance and business development services?", *World Development*, Elsevier, Vol. 35/8, http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2007.04.002.

Sonobe, T., A. Suzuki e K. Otsuka (2011), "Light manufacturing in Africa: Targeted policies to enhance private investment and create jobs", Vol. IV, "Kaizen for managerial skills improvement in small and medium enterprises: An impact evaluation study", projeto para discussão, Banco Mundial, http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/FinalVolumeIV.pdf.

Stein, P., N. Bilandzic e M. Hommes (2013), "Fostering financing for Africa's small and medium enterprises", *in* T. Triki e I. Faye (ed.), *Financial Inclusion in Africa*, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Financial_ Inclusion_ in_Africa.pdf.

Stern, R. e J. Loeprick (2007), "Small business taxation: Is this the key to formalization? Evidence from Africa and possible solutions", FIAS Tax Team/Banco Mundial, www.businessenvironment.org/dyn/be/docs/159/coolidge.pdf.

Stewart, R. et al. (2010), *What is the Impact of Microfinance on Poor People?: A Systematic Review of Evidence from Sub-Saharan Africa*, EPPI-Centre, Social Science Research Unit, Institute of Education, Universidade de Londres, http://eprints.ioe.ac.uk/6394/1/Stewart2010What(Report).pdf.

Taura, N.D. e D. Watkins (2014), "Counteracting innovative constraints: Insights from four case studies of African knowledge-intensive metal working and automotive clusters-'the Akimacs'", *Entrepreneurship & Regional Development: An International Journal*, Vol. 26, Routledge Taylor and Francis, http://dx.doi.org/10.1080/08985626.2014.904004.

UNECA/UA (2014), *Dynamic industrial policy in Africa: Economic Report on Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.un.org/en/africa/osaa/pdf/pubs/2014era-uneca.pdf.

UNECA/UA (2013), "Industrialization for an emerging Africa", *Issues paper*, Sexta reunião anual conjunta da conferência da UNECA dos ministros africanos das Finanças, do Planeamento e do Desenvolvimento económico e com a conferência UA dos ministros da Economia e das Finanças, 25-26 de março, Abidjã, www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/CoM/cfm2013/industrialization-for-an-emerging-africa-issuespaper.pdf.

Vossenberg, S. (2016), "Gender-aware women's entrepreneurship development for inclusive development in sub-Saharan Africa, policy paper published online, INCLUDE Knowledge Platform for Inclusive Development, http://includeplatform.net/downloads/gender-aware- womens-entrepreneurship-development-for-inclusive-development-in-sub-saharan-africa/.

Wahba, J. e Y. Zenou (2012), "Out of sight, out of mind: Migration, entrepreneurship and social capital", *Regional Science and Urban Economics*, Vol. 42/5, Elsevier, pp. 890-903, http://dx.doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2012.04.007.

Woetzel, J. et al. (2016), *Bridging Global Infrastructure Gaps*, Mckinsey Global Institute, www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/bridging- global-infrastructure-gaps.

Wolff, V. e S. Opoku-Owusu (2016), "Diaspora engagement on country entrepreneurship and investment: Policy trends and notable practices in the Rabat process region", *Background Paper,* coordenado pelo secretariado do Rabat Process, pelo International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) e pela African Foundation for Development (AFFORD), http://migration4development.org/sites/default/files/en_final_background_paper.pdf.

Yehoue, E.B. (2009), "Clusters as a driving engine for FDI", *Economic Modelling*, Vol. 26/5, Elsevier, pp. 934-945, https://doi.org/10.1016/j.econmod.2009.03.006.

Zeng, D.Z. et al. (2008), Knowledge, Technology, and Cluster-Based *Growth in Africa*, D. Zhihua Zeng (ed.), World Bank Institute Development Studies, Banco Mundial, Washington, DC, http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/978-0-8213-7306-4.

PARTE III
Notas países

ANGOLA

- **A economia angolana cresceu 1.1% em 2016. Contudo, uma alta do PIB de 2.3% é esperada em 2017 e de 3.2% em 2018, devido ao aumento previsto das despesas públicas e uma melhoria dos termos de troca, resultante da recuperação do preço do petróleo.**
- **Angola precisa de aumentar o investimento em capital humano, prosseguir a diversificação e reduzir a vulnerabilidade de sua economia a fim de passar a integrar o grupo dos países de rendimento médio em 2021.**
- **O desenvolvimento das indústrias locais e o reforço das capacidades de empreendedorismo são cruciais para acelerar a recuperação económica e promover um crescimento inclusivo.**

O declínio acentuado e duradouro dos preços do petróleo afetou negativamente o desempenho económico de Angola em 2016. Ademais, o abrandamento da atividade não-petrolífera – isto é dos setores industrial, da construção e de serviços – se ajustaram aos cortes no consumo privado e no investimento público que se seguiram à disponibilidade mais limitada de divisas. Como resultado, o crescimento do PIB foi de apenas 1.1%, em 2016. Esta conjuntura colocou em evidência a necessidade de abordar com determinação a dependência do petróleo, de diversificar a economia e reduzir as vulnerabilidades. Em 2017 e 2018, prevê-se o crescimento do PIB para 2.3% e 3.2%, respetivamente, devido, principalmente, ao aumento previsto da despesa pública e à melhoria dos termos de troca.

O governo tomou medidas para mitigar o impacto do choque da queda do preço do petróleo sobre a economia, incluindo: a racionalização da despesa pública através da eliminação de subsídios aos combustíveis, aumento significativo da mobilização de receitas não-petrolíferas e a depreciação da taxa de câmbio para preservar a competitividade das exportações e reduzir a tendência das importações. No entanto, são necessárias medidas políticas adicionais para estabilizar as condições macroeconómicas, aumentar a distribuição equitativa da riqueza e melhorar a prestação de serviços. Uma prioridade será investir em capital humano, acelerar a diversificação e reduzir a vulnerabilidade económica, uma vez o país abandone o grupo de Países Menos Avançados (PMA) em 2021. No que diz respeito ao capital humano, os investimentos em saúde e educação são cruciais. Investimento em transformação agrícola e cadeias de valor são necessários para diversificar as exportações, aumentar as fontes de receita e reduzir a dependência do setor petrolífero. A expansão da infraestrutura económica e, mais importante, o acesso à eletricidade, estradas e transportes, abastecimento de água e saneamento e desenvolvimento de capacidades é fundamental para melhorar o ambiente de negócios e aumentar o papel do setor privado no crescimento económico. O país também deve promover a integração regional, de modo a melhor explorar o potencial da indústria local e impulsionar o comércio.

Angola deve reforçar o seu apoio ao empreendedorismo e à industrialização. A indústria angolana encontra-se numa fase inicial, em que os bens alimentares e bebidas como setores-chave. O Programa Nacional de Industrialização 2013-17 define sete subsectores-chave, entre os quais o têxtil e de vestuário, de produtos químicos e de papel e rochas ornamentais. No entanto, a participação do valor acrescentado industrial no PIB em Angola permanece baixa, situando-se em 8.6%. A taxa de atividade empresarial também se mantém baixa em 21.5%, dificultada por infraestruturas deficientes, dificuldade de acesso ao crédito, baixa capacidade de gestão e falta de estratégias integradas para fomentar o empreendedorismo. Para se atingir a diversificação económica e o bem-estar de todos é absolutamente essencial remover estes estrangulamentos estruturais.

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	3.0	1.1	2.3	3.2
Crescimento real do PIB per capita	0.7	-1.1	0.1	1.0
Inflação, medida pelo ÍPC	10.2	30.2	21.8	19.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-3.3	-5.5	-4.0	-2.3
Conta corrente, em % do PIB	-10.0	-11.2	-7.5	-5.1

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

CABO VERDE

- **Após uma baixa taxa de crescimento devida ao impacto da crise financeira europeia e mundial, em 2016, a economia cabo-verdiana começou a apresentar sinais de recuperação, registando um crescimento do PIB de 3.2%, prevendo-se que esta tendência continue ao longo de 2017 e 2018, com taxas de crescimento do PIB de 3.7% e 4.1%, respetivamente.**
- **Cabo Verde está numa encruzilhada: após cinco anos de uma política orçamental contra-cíclica, que buscou compensar um período de baixo crescimento, e com a acumulação rápida da dívida, é agora necessária uma mudança de paradigma que coloque o setor privado como motor do crescimento.**
- **Uma boa coordenação das políticas setoriais, um melhor ambiente de negócios e o reforço da integração regional são fundamentais para remover os atuais obstáculos à industrialização, tais como o acesso limitado ao mercado, os altos custos da energia e a falta de transportes entre as ilhas.**

O crescimento real do PIB no país tem sido lento ao longo dos últimos anos. Entre 2000 e 2008, o país registou uma taxa média de crescimento de 6.6%, antes da recessão de 2009 no âmbito da crise europeia. A seguir a este período, e apesar de uma política contra-cíclica com elevadas despesas de investimento, Cabo Verde só conseguiu crescer a uma taxa média de 1.3% ao longo do período 2010-15. Como consequência dos elevados gastos de investimento, o nível da dívida aumentou drasticamente, de 71.9% do PIB, em 2010, para 125.9%, em 2015. Porém, em 2016, a economia registou alguns sinais positivos de recuperação. Embora ainda com níveis geralmente baixos, o crédito ao setor privado aumentou 2.1% nos primeiros 8 meses de 2016. Do mesmo modo, a tendência dos indicadores de confiança na economia registou uma inversão. No âmbito orçamental, depois de ter apresentado uma atitude expansionista, o novo governo reviu os seus planos a fim de obter um défice de 3.3% do PIB, ou seja 1.9 pontos percentuais abaixo do que foi inicialmente aprovado. Em 2016, o crescimento do PIB deverá atingir 3.2%, contra 1.5% em 2015. Para 2017 e 2018, o crescimento deverá alcançar 3.7% e 4.1%, respetivamente, impulsionado pelo contínuo aumento da confiança, do vigor da produção agrícola e do turismo, bem como dos esforços do governo para prosseguir no caminho das reformas.

Na frente política, os principais problemas de Cabo Verde em 2016 tendem a transitar para 2017 e 2018, designadamente o controle orçamental do país e, em particular, a redução do peso de algumas empresas públicas no orçamento do estado. Se se considerar que Cabo Verde alinha a sua política monetária na paridade fixa da sua moeda com o euro, a política orçamental é o único meio de que dispõe para enfrentar quaisquer choques. No entanto, a margem de manobra é estreita, dado o nível da dívida pública de 125.9% do PIB (excluindo eventuais passivos), que cresce constantemente. Para 2017 e 2018, o Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP) deverá assegurar alguma flexibilidade para fazer face a potenciais choques. No que se refere à dívida, os indicadores de sustentabilidade estão sob controlo do FMI. Contudo, é importante tomar medidas de emergência para conter o processo gerador da dívida.

Considerando o nível da dívida, o governo está a tentar mudar o paradigma de crescimento, que se tem centrado até agora em larga medida no setor público. Esta mudança de paradigma requer, por parte dos poderes públicos, um compromisso credível e de longo prazo para melhorar o ambiente de negócios, e esforços para promover a industrialização e o empreendedorismo. No entanto, para melhorar o ambiente de negócios é imperativo remover – através de políticas setoriais bem coordenadas – os obstáculos atuais, tais como o acesso limitado ao mercado, os altos custos da energia e a falta de transportes entre ilhas.

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	1.5	3.2	3.7	4.1
Crescimento real do PIB per capita	0.2	2.0	2.5	2.9
Inflação, medida pelo ÍPC	0.1	-1.6	0.8	1.6
Saldo orçamental, em % do PIB	-4.1	-3.3	-3.0	-1.9
Conta corrente, em % do PIB	-4.3	-7.2	-8.8	-8.4

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

GUINÉ-BISSAU

- **Estima-se que o crescimento real do PIB para 2017 e 2018 seja de cerca de 5%, o que deve contribuir para a recuperação pós-transição, mas e a incerteza política permanece um obstáculo para o arranque económico.**
- **As perspetivas económicas e sociais mantêm-se frágeis dado que se encontram fortemente dependentes do setor do caju, da continuidade das reformas iniciadas e do clima político.**
- **A industrialização do país depende da reconstrução de infraestruturas básicas, especialmente nos sectores de transporte e de energia. Efetivamente, a infrastrucutra existente seria incapaz desuportar os fluxos gerados pelo surgimento do setor secundário, por uma melhoria do clima de negócios, bem como pelo reforço do capital humano.**

No ano que se seguiu ao regresso à ordem constitucional em 2014, se estabeleceu uma dinâmica positiva em na Guiné-Bissau. Contudo o país passou por um período de incerteza em seguida. De facto, entre junho de 2015 e dezembro 2016 quatro Primeiros-Ministros foram demitidos. Instalou-se um bloqueio institucional que não permitiu que o Parlamento se reunisse durante o ano de 2016. Apesar deste ambiente político difícil, estima-se um crescimento do produto interno bruto (PIB) na ordem dos 4.9% em 2016, impulsionado por um bom ano agrícola. O desempenho económico permanece assim altamente exposto a choques externos exógenos.

Impulsionada por uma campanha de comercialização excecional da castanha de caju e por uma colheita de culturas alimentares em nítido crescimento (8.9%), confirmou-se a recuperação que se seguiu ao regresso à ordem constitucional. No entanto, o ambiente político incerto teve um impacto negativo sobre o potencial de crescimento. Com efeito, a administração pública teve um impactonegativo sobre o PIB de -0.5%. Ademais, o clima político não foi favorável ao investimento, o que se refletiu no potencial e qualidade do crescimento. O ano de 2016 também foi marcado pelo congelamento do apoio dos doadores ao orçamento em consequência de um resgate bancário opaco realizado em 2015 pelas autoridades, num montante de 34.2 mil milhões de francos CFA (XOF), representando 5.6% do PIB. O ano de 2017 deverá registar um retorno ao apoio orçamental, com base em compromissos assumidos pelas autoridades para anular o referido resgate. As taxas de crescimento para 2017 e 2018 estimam-se em 4.8% e 5.0%, respectivamente. Essas tacas pressupõea resolução das tensões políticas atuais, de uma pluviosidade igual à registada em 2016, da manutenção do preço da castanha de caju, do arranque dos investimentos no setor dos fosfatos cujo início daprodução está previsto para 2019, bem como da manutenção das reformas acordadas.

Ao nível das reformas relacionadas com a gestão financeira pública, a aplicação de determinadas medidas em 2014-15 continuou a dar frutos, especialmente na área orçamental. Para 2017 e 2018, as reformas das receitas planeadas – tais como o estabelecimento de uma fatura única mencionando o número de identificação fiscal – deverão melhorar as perspetivas e levar a um aumentodas receitas. As despesas foram mais elevadas do que em 2015, devido principalmente ao reembolso da dívida interna. A taxa de pressão fiscal estagnou em 9.6% do PIB. Em 2016, o saldo orçamental global situa-se em -4.0% do PIB e o saldo primário em -3.3%. Finalmente, estima-se uma inflação na ordem de 2.6% no pressuposto de uma recuperação da procura.

A situação social e o desenvolvimento humano não conheceram mudanças significativas em relação ao ano anterior e a situação global continua a ser preocupante. O país tem um dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) mais baixos. As carências ainda são importantes e são ainda mais acentuadas para as mulheres e as populações rurais. A ausência de orçamento para o ano de 2016 não permitiu que um planeamento eficaz nos setores sociais fosse realizado. As dificuldades orçamentais devem continuar a pesar sobre o sub-investimento crónico e a não permitir uma melhoria significativa em termos de desenvolvimento humano

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	5.8	4.9	4.8	5.0
Crescimento real do PIB per capita	3.3	2.5	2.4	2.7
Inflação, medida pelo ÍPC	1.5	2.6	2.7	2.6
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.4	-4.0	-1.9	-1.4
Conta corrente, em % do PIB	-1.0	-2.2	-3.0	-3.6

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

MOÇAMBIQUE

- **Em 2016 o crescimento do PIB abrandou para 4.3% devido a uma maior restrição orçamental, a uma quebra do investimento direto estrangeiro e, ainda, devido à crise da dívida «oculta»; espera-se um aumento na ordem dos 5.5% para 2017, impulsionado pelas exportações do setor extrativo.**
- **Embora a incidência da pobreza tenha diminuído, o número de pessoas pobres permanece quase o mesmo, num ambiente de crescentes desigualdades.**
- **Um frágil setor industrial emprega apenas 3.2% da população e é essencialmente composto por pequenas e microempresas (90%).**

O crescimento real do produto interno bruto (PIB) é estimado em 4.3% em 2016, refletindo as vulnerabilidades de Moçambique. As receitas das exportações tradicionais caíram devido a uma baixa da procura global e à seca provocada pelo *El Niño* que afetou a produção agrícola. Enquanto isso, a economia a enfrenta constrangimentos logísticos em resultado do conflito militar interno. Os fracos influxos de divisas – à medida que os megaprojetos de gás foram sendo paralisados e os parceiros externos suspenderam o apoio ao orçamento – obrigaram a economia a contar apenas com a sua própria capacidade de financiamento interno, já de si escassa. As restrições monetárias conduziram a uma diminuição da procura interna, e as importações foram reduzidas devido a uma maior depreciação do metical (MZN). A recuperação das exportações de carvão e de eletricidade, juntamente com o esperado início de um projeto de gás natural *offshore*, deverão contribuir para um aumento do crescimento na ordem dos 5.5% em 2017 e 6.8% em 2018.

Na sequência da revelação da dívida escondida de 1.4 mil milhões de USD em 2016, Moçambique tornou-se o país mais endividado do continente africano, classificado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como em situação sobre-endividamento e pelas agências de rating em incumprimento restrito. Considerando que apenas no futuro se poderá contar com o potencial de grandes receitas com origem nos projetos de gás natural liquefeito (GNL), o país enfrenta, no curto prazo, uma crise de liquidez para equilibrar as suas contas externas e financiar os seus défices orçamentais. Uma atitude credível no que diz respeito a uma politica de restrição orçamental é crucial para garantir a sustentabilidade da dívida, que depende também da reestruturação da dívida comercial. A necessária resolução política enfrentará resistência interna, particularmente no âmbito das questões de governação, de prestação de contas e do conflito político-militar. A médio prazo, a diversificação da base produtiva nacional é o caminho para a resiliência económica e o desenvolvimento inclusivo. Dados recentes sobre a pobreza revelam uma lenta redução da mesma, e crescentes desigualdades entre as regiões e entre as populações urbanas e rurais.

Graças aos grandes fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) desde 2000, o alumínio, o carvão e o gás constituem agora a espinha dorsal industrial do país, com o subsetor de gás natural a tornar-se o principal polo industrial. Estas são na sua maioria indústrias orientadas para a exportação, possuindo, no entanto, um limitado valor acrescentado. A maior parte do setor manufatureiro restante estagnou, com exceção dos alimentos, bebidas, tabaco e cimento. Desde a independência em 1975, as indústrias tradicionais como a cerâmica, o chá, o caju, a metalurgia e os têxteis desapareceram ou tornaram-se residuais. Em 2016, o governo aprovou uma nova estratégia assente na indústria como o principal motor do desenvolvimento.

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	6.6	4.3	5.5	6.8
Crescimento real do PIB per capita	3.8	1.5	2.7	4.1
Inflação, medida pelo ÍPC	3.6	16.7	15.3	8.2
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.2	-2.8	-1.3	-1.1
Conta corrente, em % do PIB	-32.3	-31.1	-30.3	-29.5

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- **Em 2016, a economia de São Tomé e Príncipe cresceu 5%, impulsionada pelo investimento agrícola e pelo turismo. O crescimento deverá prosseguir em 2017 e 2018 a um ritmo de 5.5%, em média.**
- **O país melhorou o Índice Mo-Ibrahim de Governação Africana, passando para o 11º lugar em 2016, em comparação com o 13º em 2015, o que refle os esforços para melhorar a boa governação.**
- **A economia depende de inputs e tecnologia do exterior e tem um ecossistema industrial muito limitado, ainda assim o governo não possui uma estratégia de industrialização.**

O crescimento real do produto interno bruto (PIB) aumentou para 5% em 2016, face aos 4% registados em 2015, estimulado pelo investimento agrícola e pelo turismo. O crescimento deverá atingir 5.6% em 2017 e 5.4% em 2018, o que se deve principalmente ao investimento direto estrangeiro em construção e turismo. O ligeiro declínio de 0.2 pontos percentuais previsto para 2018 resulta das expetativas de uma ligeira diminuição do financiamento dos doadores. O índice de preços no consumidor (IPC) continuou a evoluir em uma tendência decrescente, apesar de um ligeiro aumento de 0.3% no final de 2016.

A mobilização de recursos internos suficientes para financiar as despesas públicas representa um desafio fundamental, ainda mais importante atendendo ao elevado stock de dívida pública, estimado em 75% do PIB em 2015. Em 2017, o governo prevê várias reformas tendo em vista uma alta das receitas. Em primeiro lugar, será fixado um imposto de 25% sobre as bebidas alcoólicas produzidas localmente. Em segundo lugar, o governo planeia regular o sistema de faturação. Em terceiro lugar, o governo pretende criar um tribunal fiscal regional. Finalmente, o governo também prevê atualizar o código tributário com vista a incluir, designadamente, um imposto sobre a prestação de serviços por não residentes.

Entretanto, o setor financeiro enfrenta restrições ligadas à procura. Estas incluem a escassez de capitais a nível empresarial, a falta de projetos financiáveis pelos bancos e de reservas em divisas estrangeiras, cada vez mais escassas. Acima de tudo, as políticas orçamentais do governo são bastante desafiadoras para o setor privado ainda bastante embrionário. Além disso, as despesas de energia, de manutenção e de capital humano fazem com que os custos empresariais sejam elevados. As novas empresas frequentemente encontram dificuldades em começar suas atividates e fazer com que essas prosperem devido às altas taxas de juro, à dificuldade de acesso a financiamento de longo prazo e a um frágil sistema judicial.

De acordo com os dados do último censo, em 2012, o desemprego situava-se em 13.6%, continuando a afetar os jovens e as mulheres de modo desproporcional. O problema do desemprego torna ainda mais necessário o lançamento de novas iniciativas para estimular o empreendedorismo.

Para estimular o empreendedorismo, a indústria e o investimento estrangeiro, o governo deverá adotar uma série de reformas, incluindo uma redução de impostos e medidas que facilitem a obtenção de empréstimos.

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	4.0	5.0	5.6	5.4
Crescimento real do PIB per capita	1.9	2.9	3.5	3.3
Inflação, medida pelo ÍPC	5.3	5.6	4.1	2.9
Saldo orçamental, em % do PIB	-6.3	-8.8	-3.7	-3.2
Conta corrente, em % do PIB	-12.9	-8.9	-10.5	-10.2

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA © AfDB, OECD, UNDP 2017

OECD PUBLISHING, 2, rue André-Pascal, 75775 PARIS CEDEX 16
(41 2017 09 U P) ISBN 978-92-64-27869-1 – 2017

Perspetivas económicas em África 2017

EMPREENDEDORISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO

O relatório *Perspetivas Económicas em África 2017* apresenta a situação atual do continente africano e as previsões para os próximos dois anos. Este relatório anual analisa o desempenho de África em áreas fundamentais: macroeconomia, fluxos financeiros externos e receitas fiscais, políticas comerciais e integração regional, desenvolvimento humano e governação. Na sua 16ª edição, o relatório analisa de forma detalhada o papel dos empreendedores no processo de industrialização em África. O relatório propõe medidas práticas que os governos africanos poderão adotar, com vista à implementação de estratégias de industrialização eficazes. As políticas que visam a melhoria das competências, os clusters empresariais e o financiamento das empresas podem eliminar importantes obstáculos que pendem sobre as empresas africanas privadas. A secção com notas individuais de cada país resume o crescimento económico recente, as previsões sobre o produto interno bruto em 2017 e 2018 e salienta as principais questões sobre as políticas, enfrentadas por cada um dos 54 países africanos. O anexo estatístico (disponível apenas online) compara variáveis económicas, sociais e políticas específicas de cada país.

Notas completas dos países lusófonos disponíveis na página
www.africaneconomicoutlook.org/po/notas-paises

ISBN 978-92-64-27869-1
41 2017 09 U P 1